AGOSTINHO ALEXANDRE JOAQUIM DA SILVA

ANGOLA: DINÂMICAS INTERNAS E EXTERNAS NA LUTA DE LIBERTAÇÃO (1961-1975)

Orientador: Professor Doutor Tcherno Djaló

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa
2014

AGOSTINHO ALEXANDRE JOAQUIM DA SILVA

ANGOLA: DINÂMICAS INTERNAS E EXTERNAS NA LUTA DE LIBERTAÇÃO (1961-1975)

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Ciência Política no curso de Doutoramento em Ciência Política, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Tcherno Djaló

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais

Lisboa
2014

Dedicatória

À minha Família

À minha Namorada, Marlene, e a minha Filha, Nicole

Pela compreensão, apoio, carinho e incentivo nos últimos sete anos da minha vida…

Agradecimentos

Relativamente ao Trabalho de Investigação, manifesto o meu agradecimento e a prestimosa ajuda, dedicação e disponibilidade de todos aqueles que permitiram a realização deste trabalho, nomeadamente:

- Ao Professor Doutor Tcherno Djaló, meu orientador, pela sua preciosa orientação, disponibilidade, ajuda e esclarecimentos prestados durante todo o trabalho;
- Ao General Carlos de Sousa Couseiro, pela sua disponibilidade, simpatia e contributos prestados;
- Ao Professor Doutor Adelino Torres, pelo apoio prestado e constante disponibilidade durante a realização do trabalho;
- Ao Tenente-Coronel (Ref) António Pires Nunes, pelos esclarecimentos e disponibilidade prestada;
- Ao Coronel de Cavalaria (Ref) Carlos de Matos Gomes, pelos esclarecimentos e disponibilidade prestada;
- Ao General Luís Gabriel Patrício Teixeira, pelo seu total empenhamento, constante disponibilidade e simpatia manifestada ao longo de toda a investigação;
- Ao Tenente-Coronel Paulo Massongo, pela sua simpatia, disponibilidade e bibliografia fornecida;
- Ao Tenente-Coronel Francisco Ramos da Cruz, pela sua total disponibilidade e simpatia;
- A todos os colegas universitários, distintos Académicos, Professores, Investigadores e quantos contribuíram com comentários, críticas e opiniões, os meus sinceros agradecimentos, pois não poderia desenvolver este trabalho de investigação sem a vossa pertimosa colaboração.

Resumo

Pretendeu-se com o presente trabalho compreender, no que concerne o estudo do conflito armado angolano e ao longo do período compreendido entre 1961-1975, as razões que estiveram na génese do antagonismo existente entre os três principais Movimentos de Libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA), e as dificuldades que os mesmos enfrentaram no sentido de se unirem formando uma única força política e militar**.**

Para tal, o estudo encontra-se dividido em seis capítulos, onde são apresentados os grandes enquadramentos que conduziram às conclusões do trabalho de investigação que nos propusemos realizar.

Assim, para familiarizar o leitor com o vasto leque de conhecimentos procurou-se, numa primeira fase, perspectivar o enquadramento histórico, desde o inicio das disputas internacionais pelas soberanias nos territórios africanos, o papele a estratégia das grandes potências no processo internacional de descolonização, até ao desenvolvimento da acção da Organização de Unidade Africana (OUA).

De seguida centramo-nos na caracterização física e social do território angolano e dos actores políticos angolanos, nomeadamente a origem e actividades iniciais dos Movimentos de Libertação de Angola, os seus apoios e as suas relações externas.

A abordagem da presente investigação descreve o modo de como o MPLA, a FNLA e a UNITA surgiram no Teatro de Operações e, a medida que iniciavam a sua actividade de guerrilha, mostravam, em relação aos outros movimentos que já actuavam, divergências ideológicas e inultrapassáveis, tornando-se rivais.

Por fim, faz-se uma abordagem descrevendo o modo de como os Movimentos de Libertação de Angola definiram e analisaram a situação conflitual existente entre si no território angolano, exercendo acções oportunas, internas e externas.

Palavras-chave:

ANGOLA; COLONIALISMO; INDEPENDÊNCIA; MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Abstract

The aim of this work was to understand the Angolan armed conflict, during the years 1961-1975, the reasons behind the origins of the struggle between the three main liberation movements (MPLA, FNLA and UNITA) , and the difficulties that they faced in order to unite to become a single political and military force .

In order to do this, the study is divided into six chapters, each of which feature the major frameworks that led to the conclusions that needed to be achieved.

So, to familiarize the reader with the wide range of knowledge of this subject, we look, initially, at the historical background, from the beginning of international disputes over sovereignty in African territories, through the role and strategy of great powers involved in the international decolonization process and onto the development of the Organization of African Unity (OAU).

Following that, we focus on the characterization of Angola and its political players, including the birth and initial activities of the liberation movements, as well as their support and external relations.

The approach of this research describes the method of how the MPLA, FNLA and UNITA emerged, in the Theatre of Operations, and the measure with which they initiated their guerrilla activity which, in turn, showed, in relation to other moves that were in force, ideological differences which were so unsurpassable that they became competitors.

Finally, we dealt with the description of how the different liberation movements have defined and analyzed the existing conflict between themselves in Angola, exercising the appropriate actions, both internally and externally.

Keywords:

ANGOLA; COLONIALISM; INDEPENDENCE; LIBERATION MOVEMENTS

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

A

ABAKO – Aliança dos Bacongos

AMANGOLA - Amigos do Manifesto Angolano

ANC - African National Congress

ANANGOLA – Associação Regional dos Naturais de Angola

ALIAZO – Alliance des Ressortissants de Zombo

ABAKO – Alliance des Bakongos

AHD – Arquivo Histórico Diplomático

ACA – Americam Committee on Africa

C

CIA - Central Inteligence Agency

CMU - Conselho Militar Unificado

CPA - Conselho Político Angolano

CSLA - Comité Superior de Libertação de Angola

CFB - Caminho de Ferro de Benguela

CCFAA- Comandante-chefe das Forças Armadas Angolanas

CVAAR – Corpo dos Voluntários Angolanos para Assistência aos Refugiados

CEA – Centro de Estudos Africanos

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

D

DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola

DGS – Direcção Geral de Segurança

E

ELA – Exército de Libertação de Angola

ELNA - Exército de Libertação Nacional de Angola

EUA - Estados Unidos da América

EPLA – Exército Popular de Libertação de Angola

F

FAA - Forças Armadas Angolanas

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FAP- Forças Armadas Portuguesas

FAZ – Forças Armadas Zairenses

FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola

FLA – Frente de Libertação de Angola

FLING – Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné-Bissau

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRAIN – Frente Revolucionária para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas

FUA – Frente de Unidade Angolana

G

GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio

M

MAC – Movimento Anti-colonial

MBO – Missão de Bons Ofícios

MINA - Movimento para a Independência Nacional de Angola

MPLA - Movimento de Libertação Popular de Angola

MDIA – Movimento pela Defesa dos Interesses de Angola

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIA – Movimento para a Independência de Angola

MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática Juvenil

O

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

OMA – Organização da Mulher Angolana

P

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PCA - Partido Comunista de Angola

PLUA - Partido e Luta Unida dos Africanos de Angola

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PDA – Partido Democrático Angolano

PCP – Partido Comunista Português

PSP – Polícia de Segurança Pública

PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

R

RDA – República Democrática de Angola

RPA – República Popular de Angola

RDC - República Democrática do Congo

RPC - República Popular do Congo

RPM - Região Política Militar

S

SWAPO - South West Africa People's Organization

SDN – Sociedade das Nações

U

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos Angolanos

UPNA - União dos Povos do Norte de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Z

ZML – Zona Militar Leste

ÍNDICE

Dedicatória 3

Agradecimentos 4

Resumo…… 5

Abstract 6

Lista de siglas e abreviaturas 7

Índice……. 11

INTRODUÇÃO 19

A. Justificação da Temática 21
B. Objectivo 21
C. Introdução ao Problema 22
D. Estado da Arte 22
E. Orientação Metodológica 24
F. Estrutura e Organização 27

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO 29

I.1 Conceito de Guerra 30
I.2 Origens e causas da Guerra 32
I.3 Classificação das Guerras 36
I.3.1 A Guerra de Guerrilha 39
I.3.1.1 Características e estruturas da Guerra de Guerrilha 40

CAPÍTULO II – O CONTEXTO INTERNACIONAL 44

II.1 A Conferência de Berlim e a partilha de África 45
II.2 A Guerra Fria e o Pan-Africanismo: das Conferências de Solidariedade Afro-Asiáticos à formação dos países do Terceiro Mundo 55
II.2.1 Da Primeira à Segunda Guerra Mundial 55
II.2.2 Os Blocos de Aliança e a sua Influência em África 57
II.2.3 Os primeiros Congressos Pan-Africanos 62
II.2.4As Conferências Pan-Africanas 66

II.3 A ONU e as Descolonização dos Países Africanos 71
II.4 A Organização da Unidade Africana (OUA) 76
II.5 As Grandes Potências Mundiais e a estratégia de penetração em África 78
II.5.1 A União Soviética 79
II.5.2 Os Estados Unidos da América 82
II.5.3 A China 84

CAPÍTULO III – OSMOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E SEUS APOIOS 88

III.1 Breve caracterização do espaço físico e social de Angola 89
III.1.1 Território 89
III.1.2 Povos 91
III.1.3 A política colonial portuguesa 96
III.2 A génese dos Movimentos de Libertação de Angola 101
III.2.1 A UPA/FNLA 101
III.2.1.1 Origem 101
III.2.1.2 A União das Populações do Norte de Angola (UPNA) 103
III.2.1.3 A União da Populações de Angola 103
III.2.1.4 A influência da UPA em Angola 104
III.2.1.5 A expansão da UPA 106
III.2.1.6 A constituição da FNLA e do GRAE 108
III.2.2 O MPLA 110
III.2.2.1 A polémica em torno da sua origem 110
III.2.1.2 O processo de afirmação do MPLA 114
III.2.1.2.1 O MPLA na Guiné Conacri 114
III.2.1.2.2 A reestruturação do Comité Director do MPLA 116
III.2.3 A UNITA 118
III.2.3.1 Origem e actividade inicial 118
III.3 Apois externos à Guerrilha 122
III.3.1 Apois das Grandes Potências 122
III.3.2 Apois das Organizações Internacionais 123
III.3.3 Apois das Organizações não-Governamentais 127
III.3.4 Outro tipo de apoios 130

III.3.4.1 O apoio da Suécia 130
III.3.4.2 Zâmbia e outras possibilidades 133

CAPÍTULO IV – AS PRINCIPAIS ACTIVIDADES MILITARES DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (1961 – 1973).. 138

IV.1 O 4 de Fevereiro de 1961 139
IV.1.1 As Forças Nacionalistas envolvidas 140
IV.1.2 Os preparativos dos assaltos 143
IV.1.3 A execução dos assaltos 147
IV.2 O 15 de Março de 1961 150
IV.2.1 O desenvolvimento dos ataques 154
IV.3 As actividades militares da UPA/FNLA 159
IV.4 As actividades militares do MPLA 169
IV.5 As actividades militares da UNITA 184
IV.5.1 A aliança com as Forças Portuguesas 188
IV.6 A acção psicológica desenvolvida pelos Movimentos de Libertação de Angola 193
IV.7 As acções de contra-insurreição das Forças Armadas Portuguesas 197

CAPÍTULO V – AS TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO ENTRE O MPLA E A FNLA (1960 – 1973) 205

V.1 A posição do MPLA e da FNLA 206
V.2 As iniciativas de unificação por parte dos actores políticos angolanos 209
V.2.1 As tentativas de aproximação em Tunes 209
V.2.2 O encontro no Congo Leopoldville 211
V.3 As iniciativas de unificação por parte dos países africanos 213
V.3.1 As negociações sob orientação do Congo Leopoldville 213
V.3.2 As negociações sob orientação do Gana 219
V.4O processo de unificação sob a égide da OUA 221
V.4.1 A Comissão de Coordenação para a Libertação de África 221
V.4.2 A Segunda Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (Cairo, 1964) 226
V.4.3 A Comissão de Reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola 228
V.4.4 Os acordos do Cairo de 1966 230

V.4.5 O acordo de Kinshasa de 13 de Dezembro de 1972 233

CAPÍTULO VI – DOS ACORDOS DE INDEPENDÊNCIA À INTERNACIONALIZAÇÃO DO COFLITO ANGOLANO 241

VI.1 O Golpe de Estado do 25 de Abril de 1974 e a descolonização de Angola 243
VI.1.1 O 25 de Abril de 1974 243
VI.1.2 O processo de descolonização de Angola 246
VI.2 A instabilidade política no interior do MPLA 248
VI.2.1 O Movimento de Reajustamento 249
VI.2.2 A Revolta do Leste 252
VI.2.3 A Revolta Activa 254
VI.2.4 O Congresso de Lusaka 256
VI.3 Os primeiros passos rumo à independência de Angola 259
VI.3.1 A Cimeira de Mombaça 259
VI.3.2 O Acordo de Alvor 261
VI.3.3 O Governo de Transição 262
VI.3.4 Os primeiros confrontos após a Cimeira de Alvor 264
VI.3.5 A Cimeira de Nakuru 267
VI.3.6 O conflito armado entre o MPLA e a FNLA após a Cimeira de Nakuru 268
VI.3.7 A suspensão do Acordo de Alvor 270
VI.4 A internacionalização do conflito angolano 272
VI.4.1 A intervenção dos Estados Unidos da América 273
VI.4.2 A intervenção dos aliados africanos 276
VI.4.2.1 A República do Zaire 276
VI.4.2.2 A República da África do Sul 277
VI.4.3 A intervenção da União Soviética 278
VI.4.4 A intervenção de Cuba 281
VI.5 Os últimos confrontos antes da proclamação da independência 283
VI.6 A Declaração da Independência 287

CONCLUSÃO 289

A. Limitações da Investigação 296

BIBLIOGRAFIA 298

APÊNDICES …..... I

APÊNDICE I – Datas importantes para a história de Angola ….. …. II

APÊNDICE II – Cronologia das actividades da UPA/FNLA e do MPLA ….. …. IX

APÊNDICE III – Lista de Movimentos e Organizações instaladas em Angola…….....XIV

APÊNDICE IV – Acordos assinados entre Portugal e os Movimentos de Libertação de Angola….. …. XVII

ANEXOS….. …. XVIII

ANEXO I – Mapa do Continente Africano….. …. XIX

ANEXO II – Mapa Cor-de-Rosa ….. …. XX

ANEXO III – Mapa do Continente Africano em 1914 ….. …..... XXI

ANEXO IV – Mapa de África com as datas de independência dos países ….. …. XXII

ANEXO V – Infiltração da FNLA, MPLA e UNITA no Leste de Angola….. ……..... XXIII

ANEXO VI – Estratégias de Penetração do MPLA, FNLA e UNITA no território Angolano ….. …..... XXIV

ANEXO VII – Extratos do Manifesto do MPLA (1956)….. …..... XXV

ANEXO VIII – Primeira Conferência Nacional do MPLA (1962)….. …..... XXXVI

ANEXO IX – Pedido para a instalação do MPLA no Congo Leopoldville…. XLII

ANEXO X – Extractos dos Estatutos da UPA….. …. XLVI

ANEXO XI – Lista dos membros do Comité Central da UPA….. …. XLVIII

ANEXO XII – Extratos da declaração do Comité Director da UPA….. …..... LI

ANEXO XIII – Carta de Agostinho Neto à Holden Roberto (1962)….. …..... LVIII

ANEXO XIV – Carta de Holden Roberto à Agostinho Neto (1962)….. …. LX

ANEXO XV – Relato de Jonas Savimbi sobre as razões da sua demissão da UPA e do GRAE….. …. LXII

ANEXO XVI – Esforços do MPLApara se unir à FNLA (1962)….. ….....LXVI

ANEXO XVII – Informações sobre a recusa da FNLA em se unir ao MPLA….....LXVIIII

ANEXO XVIII – Recortes de Jornais sobre a unificação e estratégias dos Movimentos de Libertação de Angola….. …. LXIX

ANEXO XIX – Acordo assinado entre o PDA e a UPA….. …. LXXIII

ANEXO XX – Acordo entre FNLA e o MPLA (Cairo 1966)….. ….....LXXVI

ANEXO XXI – Informações sobre o relatório do Comité de Reconciliação da OUA….. …. LXXIX

ANEXO XXII – Texto sobre o Acordo de Kinshasa entre a FNLA e o MPLA….. ... LXXII

ANEXO XXIII – Carta de Jonas Savimbi ao madereiro Zeca ….. …. LXXXIX

ANEXO XXIV – Carta de Jonas Savimbi ao general Arménio Oliveira….. ….....XC

ANEXO XXV – Carta de Jonas Savimbi ao general Bettencourt Rodrigues….. …. XCII

ANEXO XXVI – Carta das autoridades portuguesas à Jonas Savimbi….. ….....XCIII

ANEXO XXVII – Acta sobre a aliança entre as Autoridades Portuguesas e a UNITA….. XCVII

ANEXO XXVIII – Carta de Jonas Savimbi à António Duarte ….. …. CVI

ANEXO XXV – Informações sobre a crise interna no MPLA….. ….....CVIII

Índice de Figuras e Quadros

Figura 1 – O Espectro da Guerra 26
Figura 2 – Mapa de Angola 90
Figura 3 – Mapa etnolinguístico de Angola 92
Figura 4 – Linhas de movimentação e penetração da UPA 163
Figura 5 – Eixos de infiltração da FNLA pela fronteira Norte 165
Figura 6 – Divisão político-administrativa da FNLA 167
Figura 7 – Organização militar do ELNA 168
Figura 8 – Regiões Político-militar do MPLA 175
Figura 9 – Área de infiltração do MPLA no Norte de Angola 179
Figura 10 – Zonas de Guerrilha (1970) 202
Figura 11 – Organização do CSLA 238

Quadro 1 – População dos principais grupos etnolinguístico de Angola 92
Quadro 2 – Produção de café em Angola 98
Quadro 3 – Lista dos membros do GRAE 108
Quadro 4– Lista e funções dos membros do GRAE 109
Quadro 5 – Comité Director provisório do MPLA de 1960 115
Quadro 6 – Novo Comité Director do MPLA de 1962 117
Quadro 7 – Extracto do código secreto da UPA 157
Quadro 8 – Comité político do MPLA de Dezembro de 1962 174

INTRODUÇÃO

Portugal foi a primeira potência colonizadora europeia no continente africano e a última a deixá-lo. Não atendendo ao processo descolonizador que se alastrava no período pós II Guerra Mundial, o governo português retorquiu atravésde uma guerra contra os movimentos nacionalistas africanos, envolvendo actuações político-diplomáticas e inúmeras operações militares.

No caso do território angolano, após um longo período de guerra contra os três principais Movimentos de Libertação de Angola[1]que - entre si - mantinham divergências e conflitos -,em 11 de Novembro de 1975, o governo português decide transferir a sua soberania para'o povo de Angola'. No contexto da descolonização, esta decisão tornou-se altamente complexa, revelando fragilidades, constrangimentos e desafios.

Assim,a abordagem deste estudo passa necessariamente pelo modo como esses Movimentos de Libertação geriram asrecíprocas conflitualidades paralelamente com a luta armada contra as Forças Portuguesas (compreendendo um período de catorze anos, isto é, de 1961 a 1975), inscrevendo-se no quadro da história política de Angola.

Nesse sentido, poder-se-á enunciar a sua questão central através da seguinte formulação:

Quais os aspectos geradores do antagonismo entre os três principais Movimentos de Libertação de Angola (FNLA, MPLA E UNITA)?

[1]O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) teve a sua génese na década de cinquenta e, a partir de 1962, foi dirigido por Agostinho Neto, mantendo o controlo militar das principais cidades de Angola, em grande parte devido ao apoio das populações. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) integrava a União dos Povos Angolanos (UPA) e o Partido Democrático de Angola (PDA), sendo liderada por Holden Roberto. O Movimento concentrava as suas forças no norte do território angolano, uma vez que tinha sido expulso da capital angolana. Por sua vez, a União para a Independência Total de Angola (UNITA) - fundada em 1966 no interior de Angola, no distrito de Moxico, por Jonas Savimbi - reunia os seus combatentes no planalto central.

A FNLA e a UNITA pretendiam ocupar Luanda na data estipulada para a transferência da soberania (11/11/1975). Nessa altura, ambos contavam com o apoio financeiro dos Estados Unidos da América (EUA), além do ativo envolvimento da *Central Intelligence Agency* (CIA) na logística das operações. O apoio militar estava a cargo dos países aliados africanos, nomeadamente a República do Zaire e a África do Sul. Por sua vez, o Movimento do MPLA invocou a ajuda militar e financeira da União Soviética e de Cuba. Neste sentido, a forma como a guerra colonial se desenrolou parece encontrar estreitas relações com o próprio desenvolvimento da Guerra Fria. A título ilustrativo, desde a conferência de Bandung (1955) que - em certa medida - a União Soviética se antecipou aos EUA, condicionando e influenciando os posicionamentos da FNLA e do MPLA no conflito angolano.

A. Justificação da Temática

A escolha do tema que preside a este estudo encontra-se intimamente relacionada com o gosto pessoal e com o próprio interesse profissional do investigador pelos assuntos relativos à Guerra de Libertação no continente africano, particularmente em Angola. Nessa linha poder-se-á referir que a escolha do tema se alicerça em dois aspectos fundamentais: por um lado, a internacionalização do conflito angolano através do apoio de superpotências mundiais (EUA, Rússia) aos principais Movimentos de Libertação de Angola (FNLA, MPLA e UNITA) e, por outro, a sua própria especificidade, dadas as acentuadasdivergências ideológicas e estratégicas, chegando inclusive a combater entre si[2].

É, pois, nesta perspectiva que nos propusemos estudar a Guerra de Libertação de Angola, nomeadamente a natureza e as consequências dos confrontos políticos e militares que opuseram a FNLA, o MPLA e a UNITA, no período compreendido entre 1961 e 1975.

B. Objectivo

O estudo das dinâmicas político-estratégicas dos Movimentos de Libertação de Angola constitui uma das principais vertentes deste trabalho, tendo surgido - de há uns anos a esta parte - diversaspesquisas versando esta temática. Todavia, são poucas as que- de forma integrada e contextualizada - possibilitam a sua discussão crítica. Ao invés, constata-se que as questões essenciais são abordadas superficialmente, constituindo um "vazio" histórico. Nesse sentido,pretende-se aprofundar alguns aspectos relacionados com a Guerra de Libertação de Angola, articulando (sempre que oportuno) duas vertentes: uma de dimensão internacional (ou externa) e outra de dimensão nacionalista (ou interna)[3].

O trabalho de campo realizado em Angola e em Portugal constituiu uma experiência enriquecedora (pessoal e profissionalmente), proporcionando múltiplos contactos e partilha de informação imprescindível. De igual modo, permitiu consolidar e sistematizar conteúdos académicos e construir uma visão mais esclarecida do conflito armado no período de 1961 a 1975. Assim, no que se refere ao contexto interno angolano, a investigação terá como

[2] Esta particularidade faz do conflito armado angolano um caso isolado em África, visto que nas províncias ultramarinas portuguesas da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Moçambique, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) conduziram a luta armada de forma coesa.

[3] Foram identificados os níveis de análise considerados mais relevantes, dos quais se destacam a competição bipolar, o papel de Portugal, o contexto africano e o contexto interno angolano.

finalidade abordar o processo de descolonização, destacando a génese e a intervenção dos principais actores políticos angolanos, os seus apoios externos, a formação das suas forças políticas e militares, bem como a conflitualidade existente entre os principais Movimentos de Libertação.

C. Introdução ao Problema

Os Movimentos de Libertação de Angola constituíram-se e desenvolveram-se nafase da guerra anticolonial, após a Segunda Guerra Mundial, não só nos meios urbanos da capital angolana, como também em alguns países estrangeiros (como é o caso, por exemplo, de Portugal e da República do Zaire, actual República Democrática do Congo). Deste modo, formaram-se no território angolano duas correntes nacionalistas com ideologias antagónicas: a «corrente Luanda/Lisboa» marcada essencialmente por ideias marxistasfundacionais do MPLA [4] e a corrente «Leopoldville/Luanda»- influenciada por um sincretismo cristão-protestante e etno-regional - baluarte da FNLA[5]. Por seu lado, o Movimento 'União para a Independência Total de Angola' (UNITA) só entraria na cena política em 1966, tendo como principal fundador e dirigente Jonas Savimbi, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA.

As suas posições políticas e ideológicas díspares despoletaram confrontos armados entre si, além dos próprios confrontos contra as forças militares portuguesas, desenhando um quadro altamente complexo e com sérias repercussões, muitas das quais ainda subsistem.

D. Estado da Arte

Como já se teve oportunidade de referir, a temática da luta de libertação de Angola tem sido alvo de vários estudos académicos, principalmente nos últimos anos, verificando-se

[4] As ideias marxistas influenciaram os intelectuais de Luanda e marcaram, de maneira indelével, os movimentos nacionalistas criados na década de 50 em Luanda e em Lisboa, os quais dariam origem ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo dirigente mais conhecido é Agostinho Neto. Este preconizava o ideal de uma sociedade multirracial em Angola, sendo os seus membros maioritariamente negros e mestiços. Grande parte deles tinha frequentado formação universitária avançada em países estrangeiros, fruto da sua integração em diferentes associações de estudantes que estavam, direta ou indiretamente, sob tutela do Partido Comunista Português (PCP).

[5] A corrente nacionalista de Leopoldville-Luanda (influenciada pelos contactos com a potência colonial belga) pode ser considerada o motor da gestação e da afirmação de um baluarte do nacionalismo angolano, a União das Populações de Angola (UPA), que originaria a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e cujo presidente foi Holden Roberto. A sua composição integrava sobretudo Bacongos (grupo étnico do norte de Angola) e a maioria dos recrutas eram camponeses e/ou angolanos refugiados em Leopoldville (Congo).

um incremento substancial em termos de acervos bibliográficos. Nesse âmbito, são de destacar os trabalhos de Marcum (1978)[6]ede Pellissier (1979)[7], seja em obras de maior fôlego, seja em artigos que publicaram ao longo dos anos 80 e 90 (século XX). De cariz diferente, mas pontificando entre os trabalhos pioneiros, contam-se os trabalhos de Messiant (1983)[8]e da CECA - Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1998)[9].

Intercalando esta primeira geração com os trabalhos mais recentes são incontornáveis os estudos desenvolvidos por Mabeko-Tali (2001)[10]e por Dáskalos (2000)[11]. De igual modo, têm surgido importantes pesquisas e relatórios sobre a Guerra de Libertação de Angola (Pimenta, 2006[12]; Bittencourt, 2008[13]; Pacheco, 1997[14]; Marques, 2013[15]), muitos deles com a particularidade dos seus autores terem nascido nos anos 60 e 70, emprestando uma renovada(e fundamental) perspectiva do tema, desfazendo mitos e equívocos anquilosados e trazendo contributos teóricos altamente valiosos. Outra das vias mais frutíferas para os investigadores é a análise documental possibilitada pela profusão de trabalhos (a maioria de natureza memorialista) realizados pelos próprios protagonistas (civis e militares), tais como Lara (1997)[16], Andrade (1968)[17], Rocha (2009)[18], Cardoso (2001)[19]eChiwale (2008)[20].

[6]Marcun, J. (1978). *The Angolan Revolution.Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976).*Cambridge: The Massachusetts Institute of Tecnology.

[7]Pélissier, R. (1979). O Naufrágio das caravelas. Estudo sobre o fim do império português (1961-1975). Orgeval: Edição Montamets.

[8]Messiant, C. (1983). 1961, L'Angola Colonial, Histoire et Societé. Les Premisses du Mouvement Nacionaliste. Paris: Ecole des hautes etudes en scinces.

[9]Estado Maior do Exército (1998). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo I – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército; Estado Maior do Exército (2006). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África.* Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo II – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

[10]Mabeko-Tali, J. (2001). *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política*. Vol.1 (1962-1974). Luanda: Editorial Nzila.

[11] Dáskalos, S. (2000). Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo. Lisboa: Veja.

[12] Pimenta, F. (2006) *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento.

[13]Bittencourt, M. (2008). *Estamos Juntos - O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974*. Volumes I e II, Luanda: Kilombelombe

[14] Pacheco, C. (1997). *MPLA – Um nascimento polémico*. Lisboa: Vegas.

[15]Marques, A. (2013). *Segredos da descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote

[16] Lara, L. (1997). *Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara. Um Amplo Movimento*. Vol. II. Luanda: Edição Lúcio e Ruth Lara; Lara, L. (2006). *Um Amplo Movimento*. Vol. II. Luanda: Edição Lúcio Lara; Lara, L. (2008). *Um Amplo Movimento.* Vol. III. Luanda: Edição Lúcio Lara.

[17]Andrade, M. (1968). La lutte de liberation nationale dans les colonies portugaises. Fondements unitaires. In: *La lute de liberation nationale dans les colonies portugaises*. Argelia: La conference de Dar-Es-Salaan.

[18]Rocha, E. (2009). *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964).* Lisboa: Dinalivro,

[19]Cardoso, S. (2001). A*ngola – Anatomia de uma tragédia*. Alfragide: Oficia do Livro.

[20]Chiwale, S. (2008). *Cruzei-me com a História*. Lisboa: Sextante.

Numa esfera semelhante, inscrevem-se as entrevistas realizadas pela Rádio Nacional de Angola, no âmbito do programa "Foi há 20 anos"[21], a figuras relevantes do nacionalismo angolano (entre outros, Bornito de Sousa, Daniel Chipenda e Kundi Payama).

Sem pôr em causa a qualidade e a utilidade dos estudos desenvolvidos na década de 70 (século XX), verifica-se que muitos tendem a negligenciar algumas questões relacionadas com as rivalidades existentes entre os principais Movimentos de Libertação de Angola, focando-se, somente, no conflito armado entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças nacionalistas angolanas. Entre as justificações mais plausíveis mencionam-se as próprias opções metodológicas dos autores e/ou o seu receio em colocá-las 'na História'.

Actualmente,têm sido publicadas várias obras provenientes de vários quadrantes sociais sobre o processo da Guerra de Libertação de Angola, como Júnior (2014)[22], Mbah (2010)[23], Sá (2012)[24], Capoco (2013)[25]ou Nunes (2013)[26].

E. Orientação Metodológica

Segundo Quivy e Campenhoudt (2013), uma investigação científica deve iniciar-se com a colocação de um problema contextualizado e entendido como uma questão à qual se pretende responder e que, na abordagem científica, dá origem a uma investigação, ao diálogo e à partilha de conhecimento de uma forma sistematizada e proactiva.

Inscrevendo-se num paradigma qualitativo, a presente investigação atenderásobretudo a três núcleos documentais:

[21]Programa emitido pela Rádio Nacional de Angola no ano de 1995 pelas comemorações do 20.º aniversário da independência de Angola

[22]Junior M. (2014). *A Mão Sul-Africana - O envolvimento das Forças de defesa da África do Sul no Sudeste de Angola (1966-1974)*. Caiscais: Tribuna da História

[23]Mbah, J. (2010). *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)* . Luanda: Mayamba editora

[24] Sá, T. (2011). *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote.

[25] Capoco, Z. (2013) *O Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991*). Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Católica para obtenção do grau de Doutor, orientada por Francisco Proença Garcia, Lisboa.

[26]Nunes, A. (2013). *SIROCO – Os Comandos no Leste de Angola*. Lisboa: Associação dos Comandos.

(a) Documentação militar

No que diz respeito a este núcleo, atribuímos primazia à documentação arquivística do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo(possuindo inúmeros documentos inéditos, nunca antes analisados a nível universitário), entre eles, relatórios dos serviços secretos portugueses, alguns documentos produzidos pelos Movimentos de Libertação de Angola, processos individuais dos dirigentes nacionalistas angolanos e de outras personalidades implicadas (directa ou indirectamente) nas actividades anticolonialistas e jornais de imprensa (nacional e estrangeira), bem como à documentação do fundo do Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas - Ministério da Defesa Nacional.

(b) Documentação diplomática

Na documentação diplomática consideraram-se não só os documentos impressos e publicados, como também os fundos arquivísticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. A sua importância advém do facto de disporem de um acervo que engloba, além de relatórios da PIDE/DGS, correspondências oficiais, relatórios e telegramas das missões diplomáticas portuguesas acreditadas no estrangeiro. Assim,a consulta destes informes permitirá recolher dados sobre as actividades militares e políticas dos Movimentos de Libertação de Angola, no interior do território angolano, bem como no estrangeiro,sobretudo nos países limítrofes de Angola.

(c) Documentação memorialista

A documentação memorialista reúne inúmeras correspondências, memórias e depoimentos, as quais se teve acesso através do estabelecimento de uma profícua rede de contactos académicos nos dois países para a troca efectiva de informação, para a participação em conferências e para a realização de entrevistas (maioritariamente presenciais e semi-estruturadas) a alguns dos principais intervenientes políticos e militares (nomeadamente, antigos militares das Forças Armadas Portuguesas e ex-militares dos Movimentos de Libertação de Angola) e a investigadores especialistas.

Estes contributos revelaram-se complementares à documentação oficial, sendo importantes na medida em que possibilitaram o acesso aos bastidores político-militares da época, permitindo contextualizar muitas das decisões e das medidas adoptadas.

Em traços gerais, este estudo alicerçou-se no método de investigação comparativo, procurando colocar em confronto as diversas versões dos acontecimentos e, por razões inerentes à própria temática, julga-se oportuno aquilatar situaçõesidênticas noutrasantigas províncias ultramarinas portuguesas, nomeadamente em Moçambique e na Guiné-Bissau.

Nesta medida, julgando que o tema é suficientemente esclarecedor quanto ao objecto, ao propósito e ao âmbito da investigação, relembramos a sua questão central:

Quais os aspectos geradores do antagonismo entre os três principais Movimentos de Libertação de Angola (FNLA, MPLA E UNITA)?

Um estudo deste tipo remete sempre de início além da questão central, para outras específicas. Por exemplo:Quais os factores que influenciaram e despoletaram a emancipação do nacionalismo angolano? Como se caracterizavam os principais Movimentos de Libertação de Angola? Quais as potências e qual a natureza do seu apoio aos Movimento de Libertação de Angola?Quais os constrangimentos que impediram a agregação dos Movimentos de Libertação de Angola numa única força política e militar?

Assim, parte-se do pressuposto (hipótese) que o conflito entre os Movimentos de Libertação de Anglo (MPLA, FNLA e UNITA) teve origem nas profundas diferenças conceptuais sobre o tipo de sociedade a instaurar em Angola após a independência e, sobretudo, na determinação do sistema internacional bipolar da Guerra Fria. O MPLA - deinspiração comunista explícita - tinha como aliado estratégico a União Soviética e a política externa americana teria sido praticamente forçada a oferecer o seu apoio à UPA/FNLA e, mais tarde, à UNITA, de forma a evitar a instauração de um regime pró-soviético no território angolano.

F. Estrutura e Organização

No que concerne à estrutura e à organização, a tese contempla seis capítulos distintos mas complementares e inter-relacionados.

Assim, no primeiro capítulo, cientes de que são inúmeros os critérios de abordagem e de classificação do fenómeno da Guerra, procura-se inicialmente aprofundar o conceito de «Guerra»; depois descrevemos os espectros da Guerra, identificando as diferentes tipologias que aí surgem.

Osegundo capítulo procuraenquadrar historicamente a guerra nas antigas Províncias Ultramarinas Portuguesas, tendo em conta a evolução da sociedade internacional, desde as disputas pela soberania dos territórios africanos até à afirmação dos países do Terceiro Mundo após a Conferência de Bandung (1955). Deste modo, interessa realizar a análise do desenvolvimento da ação da Organização das Nações Unidas (ONU),do papel das grandes potências no processo internacional de descolonização (ambições em terras de África, definição das esferas de influência e das fronteiras políticas, a luta por zonas de confluência de interesses, a emergência do Pan-africanismo) e da persistência da política portuguesa nos territórios ultramarinos. Entre outros, estes aspetos são imprescindíveis para a compreensão do despertar, do desenvolvimento e da ação dos Movimentos de Libertação de Angola que almejavam a independência dos territórios sob soberania portuguesa**.**

Oterceiro capítuloé dedicado aos actores políticos angolanos, às suas relações externas, ao apoio das Organizações Internacionais, das grandes potências, bem como das Organizações não-governamentais.

Relativamente ao quarto capítulo, tratando de assuntos relacionados com as actividades político-militar, procura-se abordar a delicada questão dos levantamentos populares de 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda e as insurreições armadas de 15 de Março que tiveram lugar no Norte de Angola. Nesse sentido, faz-se uma incursão pelas estratégias de inserção dos Movimentos de Libertação no interior do território, bem como pelos respectivosproblemas internos, procurando encontrar-lhes as causas e as consequências.

Quanto ao quinto capítulotem como finalidade analisar as várias tentativas de unificação levadas a cabo por dois dos principais Movimentos de Libertação (MPLA e FNLA), procurando caracterizar as suas concepções e os seus ideais políticos. Cabe ainda neste capítulo a análise detalhada do processo de reconciliação, evidenciando-se as iniciativas dos próprios Movimentos e da Organização da Unidade Africana (OUA).

No capítuloseis analisam-se as circunstânciasem que ocorreu o processo de descolonização de Angola, colocando em evidência a sua internacionalização e - concomitantemente - os seusconstrangimentos, os seus limites e os seus desafios.

Por fim, informa-se que foram incluídos ao longo deste trabalho diversos elementos pós-textuais com o propósito de documentar, de esclarecer e, sobretudo, de confirmar as ideias apresentadas. As citações e as referências textuais e bibliográficas seguem as normas APA 6th.

Capítulo I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I.1 Conceito de Guerra

Na linguagem corrente existem inúmeros termos para designar os diversos «afrontamentos» entre os homens, desde a concorrência até à guerra, passando pelo diferendo, pelos litígios, pela luta e/ou pelos combates ou -simplesmente - pelo debate, pelo desacordo, pela disputa e/ou pelas rivalidades.

O mapeamento de conceitos é uma prática comum (e muito utilizada em trabalhos de índole académica), o qual deve atender à especificidade dos pressupostos históricos, bem como às respectivas formulações teóricas e escolas de pensamento. Sobre a «Guerra» surgiram ao longo do século XIX inúmeras conceituações resultantes do complexo processo de transformação dos exércitos da Europa desde meados do século XVIII e que reflectiam mudanças estruturais na sociedade e, sobretudo, nas forças militares.

Assim, de acordo com Grotius (2004), a guerra é o estado de indivíduos, considerados como tais, que resolvem as suas controvérsias pela força. Para Verdross (1974), citado por Couto (1988), a guerra é uma situação de violência armada entre dois ou mais Estados acompanhada da rotura das suas relações pacíficas. Por seu lado, Bouthoul (1991), precursor da Polemologia[27], entende-a como "la lutte armée et sanglante entre mouvements organisés" (p. 35).

Porém, uma das mais simples definições é veiculada por Clausewitz (1976)[28], segundo o qual " (…) a guerra é um acto de violência para obrigar o adversário a cumprir a nossa vontade" (p.51). Para o autor, existem dois motivos que conduzem os homens a este estado: a 'hostilidade instintiva' (os indivíduos ou os grupos são conduzidos pelas paixões e/ou pelas emoções) e a 'intenção hostil' (baseada na promoção racional dos indivíduos e/ou grupos). No entanto, há que atender à importância das finalidades, dos interesses envolvidos, da sua localização e da sua duração. Isto é explicável na medida em que a guerra, sendo um acto de força, está necessariamente relacionada com as emoções, mesmo que não tenha origem nelas, interagindo com eles através da reacção.

[27] Polemologia é o estudo científico das guerras e dos seus efeitos, formas, causas e/ou funções enquanto fenómeno social.

[28] A obra «Vom Kriege» (em português «Da Guerra») é o ponto de partida para a análise conceptual do objeto 'guerra', sendo o único livro dedicado exclusivamente ao tema numa perspetiva sistémica e holística. Outros autores (como Sun Tzu, Samuel Fuller, Liddell Hart, Nicolau Maquiavel e Lenine) também proporcionaram contributos importantes, mas versando aspetos mais específicos.

Assim, a definição avançada inicialmente pelo autor é depois revista por si, passando a ter a seguinte redacção: “a guerra é um acto de força e não existem limites lógicos à aplicação dessa força” (Clausewitz 1976, p. 77).

O autor conclui que a guerra nunca é um ato isolado, sendo balizada por determinadas circunstâncias. De modo semelhante, nãoconsiste num ataque decisivo, nem tão pouco numa série de atos simultâneos e o seu resultado nunca é final, na medida em que nem sempre se pretende a vitória absoluta, mas o alcance de objetivos específicos.

Com base nestes pressupostos, Clausewitz (1976) procura aprofundar a concepção de guerra e começa por fazê-lo através de uma afirmação radicalmente nova: “a guerra é a continuação das relações políticas com a mistura de outros meios” (p. 87). Para Keegan (2006), crítico da sua obra, a guerra não é a continuação da política por outros meios, pelo que julga a reflexão do autor prussiano é incompleta. Ou seja, percebendo a importância do papel e da relação que existe entre os Estados, omite que a guerra é uma actividade humana quase tão antiga como o próprio homem. Assim, é de parecer que a guerra tem subjacente uma dimensão cultural, podendo considerar-se fruto de decisões desprovidas de sentido racional (baseadas em sentimentos e em emoções). Daí que seja difícil encontrar pressupostos racionais que consigam explicá-la, mas antes culturais, o que pode associá-la a um fenómeno de caráter mais primitivo. Na verdade, o autor defende que a “cultura parece-nos o factor determinante da conduta humana” (Keegan, 2006, p. 22), na medida em que “somos animais culturais e é a riqueza da nossa cultura que nos permite aceitar o nosso inegável potencial para a violência e acreditar, ainda assim, que a sua expressão é uma aberração cultural” (p. 22). Nesse contexto, a noção de guerra envolve mais do que o domínio político: “é sempre uma expressão de cultura, frequentemente um determinante de modelos culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura” (Keegan, 2006, p. 32).

Apesar dos inúmeros (e possíveis) critérios para definir e para estudar o fenómeno, considera-se necessário ter um conceito suficientemente abrangente e paralelamente operacional, pelo que partilhamos a definição de “guerra” proposta por Couto (1988):

> “Um acto de violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares” (p. 148).

I.2 Origens e causas da Guerra

As investigações vanguardistas debruçam-se no estudo das origens e das causas da guerra, podendo ser inscritas em três eixos:

- Polemologia

A Polemologia centra-se no estudo da "sistematização e classificação de todos os tipos de guerra" ocorridos e registados ao longo dos últimos anos, na "descoberta das suas causas bem como na análise do papel social da guerra, recorrendo à análise conceptual, à investigação histórica, aos métodos estatísticos, às análises quantitativas", entre outros, explorando, concertadamente, pistas levantadas nas mais variadas áreas do saber, como a sociologia, a antropologia, a biologia, a psicologia e a demografia (Couto, 1988, p. 103).

- Resolução do conflito

Esta escola desenvolveinvestigação na áreado conflito humano e social, procurando "as causas das guerras nas peculiaridades e regularidades de ocorrência de conflitos". De acordo com as suas filosofias, as questões ligadas às origens e às causas da guerra "devem integrar-se numa «teoria geral do conflito», como teoria básica e uma «teoria de resolução do conflito», como ciência aplicada. Porém, os seus principais contributos centram-se no estudo dos processos que conduzem à guerra, com vista ao encontro de vias de resolução de conflitos (Ibidem, p.103).

- Investigação para a paz.

Quanto a este eixo, centra-se particularmente nas condições de paz, procurando os "factores que podem estar na base da eclosão de guerras e que devem ser eliminados a fim de as mesmas serem evitadas". Todavia, o seu contexto de investigação tem sido alargado, de forma a abarcar todos os géneros de violência existente na sociedade, incluindo a chamada violência estrutural, resultante das desigualdades políticas, económicas e sociais (Ibidem, p. 104).

Embora existam inúmeros estudos de abordagem complexa às origens e às causas da guerra, ainda não há uma teoria abrangente capaz de explicá-las, até porque se trata de uma temática interdisciplinar que integra múltiplos contributos de diversas áreas do saber (entre outras, a ciência política, a biologia, a psicologia, a filosofia, a antropologia, a economia).

Nessa linha de pensamento, cabe-nos referir o estudo de Couto (1988) que foca dois tipos de teorias sobre as origens e as causas da guerra - as deterministas e as evolucionistas. Quanto às primeiras, defendem a ideia de que a guerra sempre existiu e existirá, fazendo parte da natureza social, sendo necessária ao progresso e à evolução da humanidade para estádios superiores. As teorias deterministas dividem-se em duas correntes: as 'teleológicas' (representadas por filósofos como Kant e Hegel) que sustentam a hipótese da existência de uma entidade superior (Deus e/ou Divina Providência), estabelecendo um objectivo último a atingir e sendo a guerra mais um elemento para a sua concretização; e as 'bio-sociológicas' (defendidas por Nietzsche e Steinmetz) em que consideram a guerra como expressão, no plano colectivo, dos instintos de conservação e da expansão da natureza humana e como factor de selecção na evolução das sociedades humanas.

Por sua vez, as teorias evolucionistas sustentam a guerra "como um fenómeno evolutivo e que é o produto de factores materiais e espirituais das sociedades humanas, também evolutivos ou susceptíveis de controlo" (Ibidem, p. 112). As principais teorias evolucionistas sobre as origens da guerra podem ser sistematizadas em: deficiente organização da sociedade internacional; sistemas de classes; subdesenvolvimento económico; heterogeneidade do sistema internacional; pressões demográficas; e imperfeição moral ou espiritual.

De forma a tentar perceber as causas que concorrem para o início das guerras, Waltz (2001) analisou-as como fenómenos abrangentes, distinguindo três níveis de análise. No primeiro nível de análise, Waltz (2001) refere que é possível encontrar as suas causas na natureza e no comportamento dos seres humanos, visto que "our miseries are ineluctably the product of our natures. The root of all evil is man and thus he is himself the root of the specific evil, war" (p. 3). No entanto, discorda da possibilidade de que esses se alterem de modo a resolver os conflitos.

No segundo nível de análise, geralmente defendido pelos liberais e pelos marxistas-leninistas, procuram-se explicações para a guerra na estrutura interna dos Estados, fazendo-o recorrendo à seguinte lógica explicitada por Waltz (2001):

> "man is born and in his natural condition remains neitther good nor bad. I tis society that is the degrading force in man's lives, but i tis the moralizing agency as well. (…)And society is inseparable fron political organization. The study of society cannot be separated from the study os government (…) a bad polity makes men bad, and a good polity makes them good (p. 5).

Por fim, no terceiro nível de análise, apresentam-se explicações sobre as causas da guerra através da anarquia internacional, na ausência de mecanismos que assegurem a paz, nas quais se inserem as análises realistas e não realistas. Ou seja, os Estados prosseguem os seus próprios interesses, agindo como juízes em causas próprias na ambição de atingi-los, o que pode incrementar conflitos ocasionais, inevitáveis e/ou recorrentes, fazendo da guerra uma característica do sistema de Estados. Desta feita, é possível afirmar que a casualidade das guerras internacionais, provavelmente, estará relacionada com as casualidades de outros tipos de conflitos sociais e políticos, nomeadamente as guerras civis, as revoluções ou (até) as guerrilhas

Por outro lado, Luterbacher (1984) apresenta uma recensão mais aprofundada, afirmando que, por norma, se usam duas perspetivas teóricas ou metodológicas nos estudos relativos à guerra:

> "Por um lado, estes fenómenos podem ser concebidos fundamentalmente como resultado dos vários processos nacionais de tomada de decisão no contexto dos respectivos governos. A noção, por exemplo, de que as guerras são provocadas devido a que os governantes vêem boas hipóteses de as ganhar (…) corresponde a este quadro geral de referência. Por outro lado, uma parte significativa da literatura vê as causas das acções políticas internacionais, e das guerras em particular, como forças e movimentos sociopolíticos de carácter geral que se encontram para lá do controlo de qualquer governante particular. Esta distinção entre «explicações racionais» e «explicações sociológicas» nem sempre é tão clara para os diversos autores. Contudo, cada um desses autores tende, no fim de contas, a privilegiar uma das duas concepções" (p. 166).

Normalmente usada pelas Relações Internacionais, a perspectiva macro-comportamental defende primeiramente, e como refere Howard (1983), que as causas das guerras não sofreram alterações significativas ao longo do tempo, reforçando a ideia de que também não acontecem por mero acaso, nem tão pouco são motivadas por emoções subconscientes. Trata-se, sim, de uma abundância excessiva de racionalidade analítica, na medida em que os receios dos decisores conjugam aspectos racionais e/ou irracionais (e não inconscientes), os quais conduzem à guerra (Howard, 1983).

A investigação levada a cabo por nós, partilha a ideia de alguns investigadores actuais, segundo a qual não se pode compreender as causas das guerras somente através de factores micro-comportamentais. Daí que se proponha que estas sejam analisadas também pela vertente política dos governos, dado que são as matrizes políticas que definem os seus objectivos e as suas estratégias de actuação. Por outro lado, a análise histórica comparativa de Kagan (1995)parte do princípio de que a guerra não é uma «aberração», mas antes um fenómeno recorrente fruto da competição pelo poder. Para o autor, «maior poder» não significa apenas o alcance de maior segurança e/ou de maiores vantagens económicas. Significa maior prestígio, respeito e deferência e, nesta medida, o "receio muitas vezes incerto e intangível, derivado de ameaças imediatas e outras mais distantes, e contra as quais pode não haver garantias, é responsável pela persistência da guerra como uma parte da condição humana não susceptível de mudança" (Kagan, 1995, p.569).

Desta forma, os investigadores da Ciência Política solicitam particular atenção no que se refere à conclusão de que determinadas formas de governação sejam mais propensas para a guerra. Aqui, percebe-se também o valor conferido à «ameaça» como explicação daquele fenómeno: cada Estado encara o outro como tendo capacidade e intenção de causar ameaça aos seus objectivos e à sua segurança.

Uma outra perspectiva que parece perpassar as actuais teorias da guerra, (mas que reúne pouca consensualidade) é defendida por Wright (1983) que salienta a sua múltipla causalidade assente num modelo de quatro factores (legais, tecnologias, valores culturais e organização social e política). Nesta linha de pensamento, a ocorrência de mudanças e/ou alterações num deles, poderá induzir o Estado a um reajustamento na sociedade internacional ou a um risco elevado de ocorrência de guerra porque os mecanismos de ajuste e de controlo são forçados até ao limite.

Esta abordagem reforça a discordância da maioria dos investigadores com o facto de a guerra ter apenas uma única causa, sendo diversas as suas origens, as quais decorrem de escolhas conscientes e deliberadas. Em todo o caso, um actor político recorre à força para fortalecer a sua segurança, conjugando uma panóplia de estratégias (até) inventariadas nas áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais[29].

[29]Entre elas, ganhar território; aumentar a segurança; alcançar riqueza ou prestígio; preservar identidades ou valores; preservar ou alargar interesses; preservar a honra nacional; enfraquecer inimigos externos; adquirir ou preservar colónias; difundir ideologias; evitar a discussão territorial; intervir em conflitos de modo a honrar obrigações; preservar a credibilidade nacional; anular intenções hegemónicas de uma potência.

I.3 A classificação das Guerras

As guerras podem ser classificadas em função de vários critérios e Bouthol (1991) - referido por Garcia (2010) - adopta uma tipologia política, classificando-as "como internacionais - oposição entre dois grupos soberanos -, ou civis - pertença a um mesmo Estado no momento em que se inicia o conflito" (p. 63).

Um outro critério deste autor é psicopolítico, fundamentado na intenção psicológica atribuída aos protagonistas, em que as guerras são classificadas como ofensivas, defensivas, preventivas, de nervos e paz armada.

Segundo Couto(1988), no tradicional espectro da guerra[30]estas podemacontecer entre unidades políticas ou no interior das mesmas, ou seja, internacionais ou internas, e depois com inúmeras formas de guerra, como pretende ilustrar a figura n.º 1.

Fonte: adaptação de Couto, 1988

FIGURA N.º 1 – O espectro da Guerra

[30] O espetro da guerra é considerado como o conjunto de todas as formas que podem assumir, em função do grau de intensidade de emprego da violência.

No que concerne às guerras internacionais, as suas formas variam em função do grau de intensidade de emprego da violência, podendo " possuir características políticas, psicológicas e técnicas específicas, e o espectro subdivide-se em guerra fria e guerra quente" (Garcia, 2010, p. 64). Assim, entende-se como "Guerra Fria" o conflito em que "os Estados exercem quaisquer formas de coacção da acção militar efectiva" (Couto, 1988, p. 154). Geralmente, neste tipo de guerra são utilizadas formas de coação política, económica e psicológica, sendo que a coação militar está potencialmente presente (Garcia, 2010, p. 64).

Por seu lado, considera-se «guerra quente» a guerra clássica (ou convencional) e a guerra nuclear. A primeiracaracteriza-se essencialmente pelo emprego de meios militares combinados com acções de «guerra fria» e, eventualmente, com ameaças de extensão da guerra ao nível nuclear. Quanto à segunda, caracteriza-se pelo emprego de armas nucleares, combinando acções clássicas e de guerra fria e, ainda, com ameaças de um mais intenso ou extenso emprego de armas nucleares. Entretanto, "há também um critério que permite considerar as guerras limitadas ou não limitadas; limitadas sobretudo quanto à utilização dos meios, aos objectivos e ao espaço geográfico" (Garcia, 2010, p. 64)

Em relação às guerras internas, estas podem assumir cinco formas - a guerra subversiva, a revolta militar, o golpe de estado, a insurreição e a guerra civil.

Entende-se por guerra subversiva a "luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção" (Estado-Maior do Exército, 1966, p.1).

Considera-se revolta militar o "levantamento militar, em que a totalidade ou uma fracção importante das forças militares procura derrubar pela força a autoridade de facto" (Couto, 1988, p. 157).

O golpe de estado é entendido como "uma acção clandestina de um grupo restrito (elite) contra a autoridade de facto e em que aquele grupo, actuando com rapidez (o planeamento pode ser demorado) e aniquilando ou neutralizando determinadas personalidades" «de chefia», consegue a tomada técnica do poder (Garcia, 2010, p. 66).

A insurreição surge comoum "levantamento popular de tipo espontâneo, quegera uma grande movimentação de massas compensadora da escassez de meios de coacção física" (Garcia, 2010, p. 185).

A guerra civil aparece como um conflito armado interno entre dois oumais grupos que, depois de umbreve período de confusão inicial,acabam por controlar parte doterritório ou das forças militares.Pode ter origem numa revoltamilitar (Garcia, 2010, p. 158).

Ainda no que se refere à classificação das guerras, existe alguma confusão do ponto de vista conceptual entre o conceito de "guerra subversiva" (já apresentado) com a guerra de guerrilhas, aguerra não convencional, aguerra revolucionária e a guerra de libertação. Conforme Couto (1988), a 'guerra de guerrilha'[31] corresponde a "uma táctica adaptada às possibilidades psicológicas, geográficas e políticas, a uma relação de forças, que emprega determinado tipo de meios e processos com um carácter restrito, na realização de operações militares" (p.213). Em regra, a guerra subversiva trava-se no plano militar, sob a forma de guerra de guerrilhas, apesar de poderem existir guerras subversivas sem operações de guerrilha.

No que se refere à guerra não convencional é definida por oposição ao conceito de guerra convencional ou clássica, isto é, da guerra travada no plano militar por Forças Armadas organizadas,equipadas e que actuam em moldes tradicionais.Neste contexto, integram-se as operações de guerrilha, de sabotagem, de terrorismo, sendo também operações não convencionais de guerra nuclear. Por outro lado, as forças convencionais também podem executar acçõesnão convencionais como, por exemplo, actos de sabotagem (Ibidem, p. 213).

Quantoà guerra revolucionária, sendo certo que incorpora os conteúdos conceptuais da guerra subversiva, caracteriza-se por ser conduzida nos pressupostos do marxismo-leninismo e pretender, em última análise, a implantação do comunismo, utilizando uma amplitude de meios e pressupostos que vão da guerra convencional à guerra subversiva, ou simples aspectos da guerra fria, ou ainda o mero esquema de agitação/propaganda (Garcia, 2010, p. 74). Daqui se retira que nem todas as guerras subversivas são revolucionárias, mas que todas as guerras revolucionárias são subversivas. O domínio da guerra subversiva é mais vasto do que os das revolucionárias, dado que a acção subversiva, no projecto de tomada de poder também se pode acomodar à ideologia marxista-leninista (Pinheiro, 1963).

Quanto à guerra de libertação é um caso específico da guerra subversiva e da guerra insurreccional e visa normalmente a criação de uma nova ordem político-social ea substituição das autoridades que detêm o poder.

[31]De acordo com Garcia (2010), "guerrilha, etimologicamente, significa pequena guerra. Considera-se que já César enfrentara a luta de guerrilhas nas Gálias e na Grã-Bretanha. A divulgação do termo ocorre a partir da luta dos guerrilheiros espanhóis contra os exércitos invasores de Napoleão I" (p.75).

Assim, considerando a natureza e o objectivo do presente trabalho de investigação, aprofundar-se-ão no item seguinte as características e as estruturas da "Guerra Guerrilha".

I.3.1 A Guerra Guerrilha

A guerrilha ou guerra de guerrilha, etimologicamente significa pequena guerra[32]. As razões fundamentais da crescente divulgação deste método de subversão, podem resumir-se aos seguintes aspectos:

> "Capacidade demonstrada por este tipo de acção militar, de combater, com êxito, forças armadas convencionais, potencialmente mais fortes e mais bem equipadas; Segurança, relativamente estabelecida, de não ver degenerar este tipo de conflitos em guerras nucleares, mesmo perante o envolvimento de potências dotadas de disponibilidades materiais para os levarem a cabo; possibilidade que confere a grupos políticos não governamentais de se constituírem em contra-poder, adquirindo capacidade negocial e coerciva, relativamente a instância de poder constituídas, nacional e internacionalmente reconhecidas, ocupantes ou efectivamente dominante, em termos de sede do poder político" (Lara, 2011, p. 362).

Normalmente este tipo de guerra se desenvolve em cenários como: ocupações territoriais de índole político-militar, situações do tipo colonial, dominações e dependências económicas, culturais ou administrativas tidas por excessivas, conjunturas de exagerada repressão social ou de exagerada permissividade liberal, ditadura, anarquia, entre outros. Contudo há, todavia, uma evidente conotação ideológica da guerra guerrilha

Apesar de não se afirmarem abertamente marxistas, a guerra de guerrilha segue os padrões ideológicos e tácticos das doutrinas genericamente assim classificadas. Serve também, objectivamente, os interesses geopolíticos e geoestratégicos dos países em que o marxismo é a ideologia dominante do Estado.

A predominância do surgimento e desenvolvimento da guerra de guerrilha, incidiu sobretudo nos países do Primeiro e Terceiro Mundos, apesar de países Segundo Mundo não deixarem de estar sujeitos a este tipo de conflito (Ibidem, p. 363).

[32]Segundo Garcia (2010, p. 75), "a divulgação do termo ocorre a partir da acção de bandos armados, marginais, de resistentes espanhóis contra os exércitos invasores de Napoleão. Quanto a Portugal, ficaram conhecidas as «guerrilhas» do Remexido do Algarve, dos marcais de Foz Côa, e no último quartel do século XX, durante a guerra colonial, as Forças Armadas portuguesas enfrentaram Movimentos de Libertação que utilizavam sobretudo a guerrilha como técnica, adaptada as possibilidades psicológicas, geográficas e políticas e uma relação de forças".

Interessa, pois, no presente estudo analisar o fenómeno da guerra de guerrilha segundo alguns dos seus pontos fundamentais como sejam o das suas principais características e o da sua estrutura.

I.3.1.1 Características e estruturas da Guerra Guerrilha

A guerra de guerrilha é, antes de mais, uma categoria menor de um fenómeno sociológico mais genérico: a Guerra.

Assim, Lara (2011, pp. 364-365) apresenta as principais características inerentes à guerra de guerrilha:

- É um conflito armado travado entre o governo e um ou mais grupos antigovernamentais;
- Tem como finalidade a substituição do governo em todo (ou numa parte) do território;
- É uma forma de luta escolhida pelo parceiro estrategicamente mais fraco;
- É uma forma de combate seleccionada perante as limitações das forças regulares governamentais, quer em efectivos, quer em capacidade de actuação ou de resposta;
- Os grupos anti-governamentais exploram habitualmente certas vantagens que jogam espontaneamente a seu favor:
    - ✓ Justas reivindicações económicas, sociais ou políticas;
    - ✓ Confusão e identificação dos guerrilheiros com a população civil;
    - ✓ Auxílio e protecção da população civil voluntária ou compulsivamente obtidos;
    - ✓ Conhecimento íntimo da região da operação;
    - ✓ Informalidade de actuação.
- Estrategicamente, a acção da guerrilha inverte a prática normal da guerra, procurando evitar o combate e tacticamente fugir a qualquer envolvimento onde seja provável sofrer baixas.

Cabe também mencionar que a guerrilha “se apoia numa situação de insatisfação passiva, por parte dos sectores vastos da população” e que este sentimento “tem sempre um fundamento real que pode ser estimulado e ampliado por grupos interessados no seu aproveitamento” (Ibidem, p. 365).Esta situação de descontentamentoresulta, de acordo com Oliveira (1961), da vontade de ver concretizadas algumas aspirações como:

1) Independência nacional;
2) Afrouxamento da pressão social;
3) Fim da opressão e/ou exploração estrangeira;
4) Desenvolvimento económico e social;
5) Eliminação da corrupção;
6) Liberdade religiosa.

Todavia, estas opções de confronto só devem ser accionadas quando“para alémdelas, exista consciência nítida de que estes problemas, ou outros deles decorrentes, não são passíveis de solução legal e que se encontram suficientemente esgotados os meios de pressão pacífica para os tentar resolver” (Lara, 2011, p. 366).

De acordo com o exposto, a Guerra de Guerrilha tem uma estrutura complexa derivada da variedade de instrumentos e de esquemas de actuação utilizados. Do ponto de vista interno, divide-se em três grandes grupos de acção: acções clandestinas, acções psicológicas e acções violentas (Lopes, 1968, p. 7). As acções clandestinas dizem respeito à constituição de uma estrutura política, administrativa e militar com a finalidade de enquadrar a população. Em relação às acções psicológicas são destinadas à obtenção de uma opinião favorável, indiferente e/ou pelo menos não hostil, por parte dos indivíduos e dos grupos sociais do território, relativamente à guerrilha, à sua actuação e aos seus objectivos. Por seu lado, as acções violentas visam complementar as duas anteriores, no sentido da obtenção de participação activa das populações pelo cansaço físico e pelo medo. O ambiente de agitação “é fomentado por greves, tumultos, reuniões ilícitas”, entre outros, “em que o verdadeiro objectivo é obrigar as forças da ordem a intervir e a causar feridos e mortos entre a população, os quais são então elevados à altura de heróis e mártires, sendo a agitação apresentada depois como uma prova de que existe realmente um caso grave” (Lopes, 1968, p.7).

A nível externo, a guerrilha desenvolve e utiliza estruturas complementares que se destinam a angariar apoios, nomeadamente diplomáticas [33], económico-sociais [34], propagandísticos[35] e/ou militares[36].

No que concerne ao desenvolvimento da guerrilha são identificados dois períodos e cinco fases principais, ainda que de limites mal definidos: o período pré-insurreccional (que compreende "a fase preparatória e a fase de agitação) e o período insurreccional (que compreende a fase armada (de terrorismo ou guerrilha), a de Estado Revolucionário e a fase final)" (Lara, 2011, p. 369). O seu valor é relativo, pelo que os conflitos "devem ser estudados casuisticamente, pois a implantação das mesmas fases pode não ser simultânea na totalidade do território-alvo, procurando em todo o caso respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição do estado pré-insurreccional para o insurreccional" (Garcia, 2005, p. 15). Assim, Garcia (2005, pp.16-17) apresenta e explica as principais fases inerentes ao desenvolvimento da guerra de guerrilha:

(a) A fase preparatória[37], geralmente desenvolvida em sigilo, procura um conjunto temático para a futura propaganda, a criação da estrutura político-administrativa inicial e a consolidação dos primeiros apoios externos.

(b) A fase de agitação[38], também desenvolvida em sigilo, pretende a amplificação e a consolidação da propaganda e da estrutura político-administrativa, a criação de um ambiente subversivo de agitação dispersiva e provocatória em relação às autoridades legais e a instalação de uma opinião de massas favoráveis à guerrilha.

[33] Semelhantes às instituições diplomáticas dos Estados soberanos, sobretudo na actuação por elas desenvolvida, e com estas dialogantes e negociantes.

[34] Angariadoras e canalizadoras do apoio financeiro, médico, farmacêutico, escolar e assistencial em geral, para a guerrilha.

[35] Difusoras da propaganda de apoio à guerrilha, quer para o território onde esta se desenvolve, quer para o exterior.

[36] Fornecedoras de treino de pessoal e material bélico à referida guerra subversiva.

[37] Na fase preparatória, o movimento subversivo deve compreender um órgão de direcção e alguns elementos para enquadrar a população, outros para ligações e recolha de Informações e outros ainda para acções de agitação.

[38] Ao passar-se para a fase de agitação ou de criação do ambiente subversivo, ainda se permanece na clandestinidade; todavia, como os resultados se começam a tornar visíveis, abandona-se o segredo. Nesta fase fomentam-se perturbações da ordem e cria-se um clima de medo, visando a desmoralização do Poder, o descrédito da autoridade, a ruptura aberta no tecido social, através da organização de contradições entre as hierarquias estabelecidas e da constituição de forças polarizadoras paralelas.

(c) A fase da violência, ou da guerrilha[39] propriamente dita, é uma etapa em que a estrutura político-administrativa guerrilheira se começa a tornar do domínio geral. Intensificam-se as acções violentas; dá-se o aparecimento de bandos armados e militarizados; constituem-se bases em zonas do interior e de difícil acesso ou em territórios vizinhos do exterior e evidencia-se o aumento dos aderentes à guerrilha, quer ao nível interno quer externo.

(d)A fase do Estado subversivo é caracterizada como a etapa em que se opera o crescimento do número de bases no interior do território, a constituição de forças regulares guerrilheiras e o controle de "áreas libertadas" no interior do território; a constituição de um governo dos guerrilheiros, geralmente estabelecido no estrangeiro, também denominado de governo no exílio, surgindo eventualmente o seu reconhecimento por parte de alguns Estados soberanos.

(e) Por fim, a fase da insurreição geral é caracterizada pela transformação da guerra subversiva em convencional. Aqui, a máquina subversiva "acciona um exército, que procurará a partir de bases, dominar todo o território, recorrendo já a operações convencionais, reclamando frequentemente durante o desencadear desta fase, o direito ao estatuto de combatente, nos termos previstos nas Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais" (Garcia, 2005, p. 17).

Acresce referenciar que o esboço apresentado é apenas um figurino que padroniza as fases típicas da evolução da guerrilha. Na realidade, poder-se-ão verificar descontinuidades em relação à sucessão elencada, quer pelassuas interacções recursivas, quer pelas intervenções no processo e/ou pela omissão de algumas, quer, ainda, pela existência, em zonas de um mesmo território, de guerrilhas em fase de evolução distintas.

Em suma, cientes de que são inúmeros os critérios de abordagem e de classificação do fenómeno da guerra, procuramos, recorrendo sobretudo aos manuais militares, identificar uma conceptualização abrangente do termo «Guerra», descrevendo as suas causas e origens, assim como classificar as diferentes formas que o fenómeno pode apresentar.

[39]Nesta fase, a guerrilha emerge como técnica de tomada do Poder e, se necessário ou útil, usa o acto do terror. A subversão armada, através das suas actuações que, na maioria das vezes, são espectaculares, procura instaurar o medo psicológico, fomentar a agitação geral, mantendo a excitação emocional, e, se possível, a anarquia, tentando também provocar a reacção repressiva, criando mártires e preparando a subversão para provocar a unidade defensiva dos grupos visados.

Capítulo II

O CONTEXTO INTERNACIONAL

II.1. A Conferência de Berlim e a Partilha de África

Em meados de 1482, numa expedição comandada pelo navegador Diogo Cão[40], os portugueses «entram» no Reino do Congo, confrontando-se com o maior grupo étnico *banto* da África Subsariana. Nzinga-a-Nkuwu [41] era o mais alto representante daquela região densamente habitada, cuja área de influência se estendia desde o enclave de Cabinda, a norte, até a actual capital de Angola, a sul e que - em Maio de 1491 - seria baptizado com o nome de Dom João I (Resende, 1973).

À época, a presença portuguesa foi caracterizada sobretudo pela evangelização e pela implementação territorial de «padrões» (simbolizando a posse de terra), sendo osMani-Kongo [42] os primeiros habitantes a serem convertidos ao cristianismo (Resende, 1973). Tendencialmente amistosos,deram as boas vindas aos navegantes portugueses, aceitaram a sua doutrina religiosa, assim como manifestaram uma grande vontadeem aprender os seus hábitos e costumes (Ki-Zerbo, 2010, p.302).

Por seu lado, a colónia portuguesa de Angola viria a formar-se em Fevereiro de 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais às terras do Reino Do Congo que - sob sua alçada - trazia 400 soldados e cerca de 100 famílias de colonos. Luanda seria cidade em 1605 e o seu primeiro governador Pedro Cesar de Menezes (1639-1643).

As autoridades portuguesasaplicaram uma política de diplomacia pacífica e reconheceram (pelo menos, no plano teórico) igualdade entre os reis cristãos do Congo e os reis de Portugal. Através da bula papal de Clemente VIII (datada de 20 de Maio de 1656), Angola e a região do Reino do Congo viriam a ser integrados no Bispado do Funchal, sendo o primeiro Bispo D. Frei Francisco de Soveral (Selvagem, 1991, p.332). Assim, Portugal tinha como principais objectivos constituir uma comunidade cristã, mas - sobretudo - uma

[40]Diogo Cão foi um navegador português nascido no século XV, não sendo conhecidos pormenores da data.Ao serviço de D. João II de Portugal efectuou algumas viagens de descobrimento, obedecendo ao propósito régio de exploração da costa africana e eventual encontro de uma passagem entre os Oceanos Atlântico e Índico. O navegador realizou duas viagens ao largo do continente africano e, numa primeira, iniciada na Primavera de 1482, percorreu a área já conhecida até à Mina, de onde partiu depois para águas estranhas. Daí chegou ao Cabo do Paul que, uma vez dobrado, permitiu a chegada, em Abril de 1483, à foz do rio Zaire, local onde fixou o primeiro padrão denominado de São Jorge. A partir desse ponto, aventurou-se para o interior até Ielala, onde ainda se podem encontrar em rochedos inscrições gravadas que atestam a sua passagem pelo local.

[41] Nzinga-a-Nkuwu foi um grande chefe e Rei, residente em Mbanza Kongo, no planalto central de Mpemba, herdeiro directo da linhagem de Lukeni, o chefe fundador do chamado «Reino do Congo».

[42]Mani-Kongo era o título dos governantes Bacongos do Reino do Congo.

plataforma comercial, pelo que navegantes e exploradores portugueses depressa ocuparam enclaves e ilhas, passando a garantir a sua supremacia no continente africano. Nesse período, as trocas comerciais eram estabelecidas essencialmente com o Brasil e os navios europeus eram os mais numerosos nos portos de Luanda e de Benguela. De facto, durante os séculos XV e XVIII os europeus estiveram muito mais interessados em estabelecer relações comerciais do que em colonizar, daí que tenham erigido, em locais estratégicos do litoral angolano, "um conjunto de feitorias que possibilitavam, com maior segurança, o comércio do ouro, do tráfico de escravos, do marfim e das especiarias africanas, que os chefes autóctones lhes forneciam, em troca das mercadorias que desejavam" (Madureira, 2001, p.61).

Em traços gerais, o continente africano poder-se-ia considerar um inesgotável mercado de escravos destinados a fomentar a colonização do Novo Mundo, sendo "a vanguarda da penetração europeia em África, [exibindo] poucas provas de cultura, língua, literatura, religião, tecnologia e moeda europeia, ou de qualquer outro componente desse conceito efémero chamado civilização" (Birmingham, 2003, p.51).Apesar de África não ser um objectivo prioritário, a sua localização geográfica estratégica (principalmente, a costa litoral) permitiria servir de escala e/ou apoio a alguns postos de fortificação e feitorias. Nesse sentido, em inícios do século XV, diversos países europeus almejavam consolidar posições 'de extrema importância' na costaafricana, em detrimento de uma ocupação efectiva do*hinterland* desconhecidos.

Na segunda metade do século XIX, um novo rumo começa a ser encetado, principalmente devido ao escrutínio da opinião pública (influenciada pelos exploradores que revelaram aspectos até então desconhecidos do interior de África) e aos êxitos do próprio desenvolvimento tecnológico e económico (Liberalismo e Revolução Industrial). Assim, o continente africano "por diversos motivos, desde os religiosos e humanitários, aos económicos e estratégicos ou de mera curiosidade científica, mas sobretudo devido à mutação do sistema internacional, [passa]a ser uma zona de confluência das potências europeias" (Garcia, 2001, p. 19). Esta conjuntura facilitou a conflitualidade entre si, uma vez que importava controlar o mercado e as riquezas do território, mas sobretudo impedir que os adversários se adiantassem e buscassem os meios necessários para fortalecerem as suas economias e alargarem a sua área de influência[43]. Nesse contexto, Garcia (2001) indica

[43] Aeste propósito, veja-se ainda: Martins, M. (1992). A ambição das potências europeias pelo Continente Africano e o esquartejamento do Império Português (1870-1914). In *Africana*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, N.º 10, p. 170; e Telo, A. (1991). *Lourenço Marques na política externa portuguesa 1875- 1900*. Lisboa: Edições Cosmos.

que“para fazer face às exigências de recurso e para o alastramento, formularam a expansão ultramarina como uma missão civilizadora” (p. 20). A crescente cobiça europeia por África (nomeadamente por franceses e por ingleses que - a pretexto da repressão ao tráfico de escravos - faziam reconhecimentos constantes[44]) e a independência do Brasil levaram o Reino de Portugal - após uma reflexão estratégica -, a envidar esforços para esse continente. Todavia, as guerras civis, o caos político, a questão religiosa e a crise financeira sustaram continuamente o arranque de qualquer política efectiva[45].

Na África Central e Ocidental, os franceses desenvolviam um plano de acção em que o prestígio era (até) mais importante do que as próprias questões relacionadas com o interesse económico. Por seu lado, a Grã-Bretanha fomentava actividades de interesse económico e estratégico, quer na defesa e na protecçãodas posições conquistadas, quer na exploração de novas zonas de influência e/ou campos de acção. Por exemplo, na África do Sul mantinhama exploração de diamantes, de jazidas de ouro (Transval e Orange) ede cobre (antiga Rodésia), exercendo uma influência ameaçadora sobre os interesses financeiros alemães (Brunschwig, 1972, p.21). De igual modo, na África Austral, o rei da Bélgica, Leopoldo II, sob o pretexto de estar a levar a cabo um plano civilizacional, convocaria em 11 de Setembro de 1876 “uma conferência internacional de geografia, na qual participaram os mais notáveis exploradores africanos, sábios e homens políticos, oriundos da Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Itália, França e Rússia” (Madureira, 2001, p. 67), deixando de fora Portugal, o país que mais território possuía em África. Perante os convidados, Leopold II enunciou as finalidades de tal reunião:

> “Senhores, a pensar que haveria vantagem, para o objectivo comum, e se reunirem e conferenciarem, com o fim de se acertar o passo, conjugar esforços, tirar partido de todos os recursos, evitar trabalho duplicado. Pareceu-me que a Bélgica, Estado central e neutro seria um local adequado para semelhante reunião, e foi isto que me levou a chamar-vos todos aqui, no meu país (…)”(Brunschwig, 1972, p.33).

Neste seguimento, os representantes dos países presentes na conferência concordaram em fundar a Associação Internacional Africana (AIA), cuja presidência do Comité Executivo foi assumida pelo rei Leopold II. Entre os seus principais propósitos, destacam-se “a exploração científica de África, o estabelecimento de vias de comunicação e a abolição da escravatura” (Madureira, 2001, p. 68).

[44]A Inglaterra tinha abolido o tráfico de escravos em 1807 e pretendia que todos os países fizessem o mesmo.
[45]A difícil situação económica que Portugal vivia e a expansão da doutrina religiosa foram os principais motivos que levaram os portugueses a colaborar decisivamente no processo de colonização.

Em 1879, no exercício das suas competências, a AIA inicia um conjunto de expedições ao interior do continente africano, partindo de Zanzibar (costa oriental) e do Congo (costa ocidental), de modo a «abri-lo» à civilização (Madureira, 2001, p. 69). De igual modo, a França - que não integrava a AIA -, liderada pelo explorador Savorgnan diBrazza[46]disputava também o controlo da região do Congo. Assim, quando alcançou a margem direita do Zaire, em Stanley Pool a 1 de Outubro de 1880, instalou um posto no local. Por sua vez, a Bélgica - aos comandos do explorador Henry Stanley[47] - só alcançaria aquele território em 27 de Julho de 1881, ficando limitada à margem esquerda do rio (Garcia, 2001, p. 20).

Quanto à Alemanha, Kissinger (1996) esclarece que durante parte da governação de Otto von Bismark[48] as autoridades governamentais alemãs praticaram uma «*Realpolitik*» que consistia"em transformar a política externa alemã numa competição de forças" (p. 125). Porém, não havendo qualquer circunstância que originasse uma preocupação britânica pelo equilíbrio, o país manteve-se à parte da corrida colonial.Contudo, em 1883,o paísaventura-se no continente africano, fazendo-o através de'particulares', conquistando posições que se encontravam sob domínio do governo Imperial.Em pouco mais de um ano, conquistamo sudoeste africano (actual Namíbia), estabelecem protectorados no Togo e nos Camarões e, em cerca de trinta dias, fundam a colónia da África Oriental Alemã.

Assim, enquanto as potências europeias ocupavam efectivamente o território africano, no início de 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa[49] procurava alertar a opinião portuguesa para a questão colonial e é sob os seus auspícios que se lançam as primeiras grandes viagens de exploração portuguesas. Em 1877, Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens saem de Benguela em direcção ao Bié, local onde se separam, primeiro dirigindo-se para sul até Durban e os outros dois para norte, sem no entanto ocuparem de forma efectiva qualquer território (Rego, 1967, p. 159).

[46] Pietro Savorgnan di Brazza (1852-1905) foi um explorador de origem italiana, nacionalizado francês, que fundou a cidade de Brazzaville, actual capital da República Popular do Congo.

[47]Henry Morton Stanley (1841-1904), explorador e jornalista britânico nascido em Denbigh, País de Gales, especialista na geografia do continente africano, inclusive com descobertas sobre a região do rio Congo. A convite de Leopoldo II da Bélgica, explorou toda a bacia do Congo e assegurou a posse da margem esquerda do rio para a Associação Africana Internacional (AIA).

[48]Otto von Bismark (1815- 1898), político alemão nascido na localidade prussiana de Schönhausen, foi uma das maiores figuras do conservadorismo político europeu, conhecido como *o chanceler de ferr*o, cuja maior realização política foi obter e consolidar a unificação alemã, na segunda metade do século XIX.

[49] Criada em Lisboa em 11 de Novembro de 1875, teria grande influência no panorama político e social do país.

Os exploradores portugueses contavam com o apoio do movimento republicano, de algumas indústrias e empresas comerciais e de financeiras com interesses em África "propulsionadas pelo Estado e protegidas por pautas aduaneiras e privilégios de outra ordem, de o pensamento colonial procurar mais a salvaguarda dos direitos históricos sobre o imenso sertão do que a construção de um império económica e moralmente forte" (Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa, 1979, p.8). As suas incursões foram acompanhadas pelas missões religiosas, nomeadamente as protestantes, que queriam fixar-se nas colónias que estavam sob controlo das respectivas nacionalidades. Todavia, ao abrigo da liberdade religiosa, rapidamente se integraramnas colónias de outros países. Contudo, nos séculos XIX e XX, os principais intervenientes no processo de colonização, ocupação e pacificação dos territórios ultramarinos foram os militares, visto que exerciamuma determinada predominânciadevido à "ausência ou quase ausência de outras forças sociais do que propriamente a uma vontade deliberada [da sua] parte em assumirem esse papel de relevo" (Mota, 1994, p. 46).

Diante do inquestionável avanço das outras potências europeias[50], Portugal sentiu os seus (supostos) direitos históricos ameaçados, mais concretamente na bacia do Congo, revelando-se incapaz de lutar e o facto de não possuir apoio diplomático, nem forças militares suficientes nas colónias, foi decisivo para o agravar da situação. Concomitantemente, o governo inglês demonstrara uma preocupação crescenterelativamente aos seus interesses coloniais e, nessa medida, propôs um acordo a Portugal,enviando forças militares para a região para evitar a infiltração de outras potências e, ao mesmo tempo, retaliar com a Alemanha e com a França. Tal negociação não se concretizou e Portugal instalou-se militarmente na região de Ponta Negra, o que implicou que Inglaterra abandonasse algumas das suas anteriores objecções, aceitando as autoridades portuguesas nas regiões contestadas e assinando o Tratado do Zaire[51], em 26 de Fevereiro de 1884 (Rego, 1967).

A opinião pública e as outras potências europeias (inglesa, francesa, alemã, holandesa e espanhola)- descontentes com o desenrolar dos acontecimentos– protestaram, exigindo a anulação do Tratado do Zaire, alegandoque os direitos históricos e antiquíssimos de Portugal deveriam ser menosprezados. Consequentemente, a Inglaterrarenunciou-o e -

[50] De acordo com as afirmações de Andrade Corvo, Ministro do Ultramar, citado por Teixeira (1998), "os Belgas, os Franceses, os Alemães e os Americanos tinham os olhos fixos no território do Zaire e ali afluem expedições de toda a parte. A ocupação dos territórios cujos direitos Portugal se reserva nos tratados ainda não se conseguiu, mas quando as diversas nações ali puserem o pé seguramente, então essa ocupação tornar-se-á impossível" (p. 690).

[51] O Tratado do Zaire conferia a Portugal o território da costa ocidental africana entre 5º 12' e 8º de latitude Sul que se prolongaria pelo interior do rio Zaire até Noqui.

surpreendido com a atitude britânica - o Ministro dos Negócios Estrangeiros português e também presidente da Sociedade De Geografia de Lisboa (entre 1877 e 1883), José Vicente Barbosa du Bocage, declara que somente numa conferência internacional se poderiamrefletir soluções para o problema. Porém, foi o chanceler alemão Bismarck quem, recusando-se a aceitar o Tratado do Zaire, tomou a iniciativa de convocar um colóquio internacional a realizar-se em Berlim, entre os dias 15 de Novembro de 1884 e 20 de Fevereiro de 1885 (Capela, 1975, p. 135). Deste modo, o Direito Internacional sofreu rectificações, no que se refere à ocupação das colónias, devido à intensa pressão dos países que se tinham mostrado alheios ao fenómeno colonial e/ou daqueles que pretendiam afastar obstruções jurídicas à sua expansão(Moreira, 1956, p. 42).

Assim, a Conferência de Berlim[52]assinala "o início do arranque final para a completa submissão do globo ao governo ocidental" (Moreira, 1995, p. 148), ou seja, a Europa conseguiu autorização para ocupar efectivamente o continente africano, sendo introduzidas novas regras para o estabelecimento futuro de relações internacionais com os territórios ocupados. Ao longo desta emergiu a tese, segundo a qual só exercia pleno domínio e poder sobre um território o país e/ou a potência que mantivesse uma ocupação efectiva e permanente, pelo que os direitos históricos não seriam tidos em consideração.Nesse sentido, foi definido um novo direito público colonial inscrito no Art.º 34.º do Cap. VI do Acto Geral de Berlim:

> " (…) A Potência que de futuro tomar posse de um território nas Costas do Continente Africano situado fora das suas habituais possessões e igualmente a Potência que num desses territórios vier a assumir um protectorado acompanhará o respectivo acto de uma notificação às outras potências."

Por seu lado, o Art.º 35º expõe a efectividade da ocupação pela "existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e eventualmente a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada."[53]

[52]Em traços gerais, a Conferência de Berlim possibilitou a discussão e a aprovação das condições essenciais para novas ocupações do continente africano por parte das potências europeias. Nela foram discutidas seis questões fundamentais relativas aos interesses coloniais: liberdade do comércio na bacia do Congo e seus afluentes; interdição ao comércio de escravos; neutralidade dos territórios na bacia do Congo; navegação no Congo e no Níger; condições essenciais para novas ocupações no Continente Africano; e, por último, a efectividade das ocupações já ocorridas.

[53] Convenção de Revisão do Acto Geral de Berlim, de 26 de Fevereiro de 1885 e do Acto Geral e Declaração de Bruxelas, de 2 de Julho de 1890, assinada em Saint Germain-en-Laye, em 10 de Setembro de 1919. Consultado em www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao.Faculdade de Direito. Universidade Nova de Lisboa, em 8 de Abril de 2012.

As novas regras estabelecidas em Berlim alusivas ao direito público colonial[54] traduziu-se numa guerra entre as potências europeias que queriam salvaguardar osseus interesses no continente africano, pelo que recorreram a contingentes armados para asseguraras suas posições e delimitar zonas de influência. Como seria expectável, as decisões tomadas na Conferência de Berlim lesaram Portugal, uma vez que o interior de África não havia sido "dividido" pelos países europeus colonizadores e o direito colonial impossibilitaria a concretização do Tratado do Zaire. Reactivamente, o governo português enviou forças militares e funcionários para todas regiões cujo direito histórico permitia considerar«suas». No entanto, as disposições emanadas em Berlim fundamentaram a perda da região norte do Congo, exceptuando-se o espaço territorialde Cabinda (Cardoso, 2009, p.55).

Em traços gerais, a Conferência de Berlim permitiu que aquestão colonial fosseperspectivada como uma (natural) expansão cultural e comercial das nações civilizadas. Ao invés, os EUA discordaram desses pressupostos (sentimento anticolonial), desejandoo reconhecimentodos direitos dos povos autóctones africanos relativamente ao seu próprio território e a si mesmos, pelo que lhes deveria ser solicitado consentimento para ocupação do território. Um século depois, esta posição reflectir-se-ia no apoio (directo ou indirecto) aosMovimentos de Libertação de Angola.

Entre 1885 e 1887, Portugal encaminhou uma nova comitiva de exploradores para reafirmar os direitos portugueses adquiridos na região em disputa com a Inglaterra, o que seria fundamental para a assinatura de futuros acordos com a França e a Alemanha. Na verdade, o objectivo principal destas viagens centrava-se no estabelecimento de acordos, dado que era fundamental determinar fronteiras entre as regiões ocupadas, bem como as respectivas zonas de influência (Garcia, 2003, p. 30).

Em Março de 1885, França e Portugal reuniram-se para discutir a problemática das fronteiras que tinham em comum, designadamente a região do Congo com Cabinda[55]. O desejo de Portugal unir Angola a Moçambique constituía um dos temas principais dessas negociações e os fundamentos apresentados incluíam aprioridade do descobrimento e da ocupação. Por seu lado, França contestava esses argumentos, dado que também considerava exercer sobre o rio Casamansa direitos efectivos de soberania de posse e de comércio

[54]Como já foi referido, nesta conferência foram definidas as condições em que se processaria a ocupação do continente africano. A partir daí, definiu-se um novo conceito de direito colonial, baseado na ocupação efectiva dos territórios africanos, o que acabava por anular os direitos históricos tradicionais (a prioridade da descoberta), sobretudo dos portugueses.

[55] As negociações entre os dois países iniciaram-se em 22 de Outubro de 1885 e acabaram com a assinatura de uma Convenção, a 13 de Maio de 1886.

adquiridos por tratados com régulos e/ou através da conquista(Ibidem, p.30). Num impasse, Garcia (2003) considera que Portugal cedeu quanto aos limites na Costa Ocidental, obtendo (em troca) o reconhecimento de "exercer a sua influência soberana e civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e Moçambique, sob reserva dos direitos anteriormente adquiridos por outras potências" e da anuência de França "abster-se ali de qualquer ocupação" (pp.30-31).

Portugal, por sua vez, entrou de igual modo em acordos com o governo alemão, sendo estes ligeiramente diferenciados, tendo-se inicialmente definido as fronteiras sul de Angola e, com base na apropriação de Berlim por Zanzibar, ao largo da costa da Tanzânia, na margem leste-africana, instalaram-se também na fronteira Norte de Moçambique, conduzindo à Convenção Luso-Alemã realizada a 30 de Dezembro de 1886 (Garcia, 2001, p. 28). No respectivo relatório da «Convenção Luso-Alemã» publicara-se em anexo um mapa com as duas zonas de influência portuguesas - Angola e Moçambique -, genericamente denominado «Mapa Cor-de-Rosa»[56] (aliás, projecto antigo planeado desde o século XVI, na época em que prevalecia o domínio filipino, com o propósito de fazer a ligação entre Angola e o território de Monomotapa, região compreendida entre o Zimbabué e o Oceano Índico). Assim, a Grã-Bretanha ficava impossibilitada de estabelecer a hegemonia de África, bem como a ligação ferroviária do Cabo ao Cairo, visto que o «Mapa» compreendia as terras dos Matebeles, da Machona e do Barotze e grande parte da região do Niassa (Ibidem, p.28)

Embora tivesse conhecimento de que esta situação afectaria os interesses ingleses, o governo alemão decidiu - ainda assim - apoiar os projectos portugueses na região, reduzindo significativamente o seu impacto com a transformação do Tratado da «Convenção Luso Alemã» numa simples Declaração.Consequentemente, a reacção do governo inglês foi imediata, encetando algumas tentativas de negociação. Porém, a negociação paralela com os dois países (Alemanha e Inglaterra) não seria profícua, condicionando os objectivos portugueses (Garcia, 2003, p. 31).

De facto, a afirmação da soberania portuguesa consistia na sua efectiva ocupação através do estatuto concebido pelo direito histórico. Para isso, Portugal pretendia obter o reconhecimentoda Alemanha, da Inglaterra e de França da soberania sobre o território compreendido entre Angola e Moçambique e do Lago Niassa, uma vez que, de acordo com Selvagem (1991) citado por Garcia (2003, p. 32),desde os começos do século XIX "os portugueses cruzavam, ousadamente, o adusto sertão de entre as terras de Moçambique e

[56]Vide anexo II – Mapa Cor-de-Rosa.

Angola, domínios seculares da monarquia, com o objectivo de fazerem desse imenso território um novo Brasil".De igual modo, almejava controlar a zona de Mashona e para concretizar essa intenção enviou, em 1888, seis expedições a Moçambique e outras duas (comandadas por Joaquim Paiva de Andrada[57] e Francisco Victor Cordon[58]) às regiões de Manica e do Zumbo (Telo, 1991, pp. 69-90).

Por seu lado, Inglaterra considerava as regiões localizadas a Norte da República da África do Sul e do Protectorado da Bechuanalândia, a Sul do rio Zambeze e a Oeste da província portuguesa de Sofala, como estando exclusivamente dentro da sua esfera de influência. Em Outubro de 1888, o governo inglês "ainda pensou em negociar com Portugal o limite de Sofala e, na primavera de 1889, reagiu negativamente ao ter conhecimento das expedições de Paiva d'Andrada para consolidar o domínio português, nomeadamente no Zumbo" (Telo, 1991, p.90).

Em 8 de Novembro de 1889, o tenente da marinha João de Azevedo Coutinho conquista a região do vale de Chire (Malawi), obrigando os chefes africanos à rendição. O governo inglês considerou-a uma eminente situação de confronto e, sabendo do real isolamento português, clarificou que não estabeleceria qualquer acordo com Portugal, pelo que feza deslocação de alguns meios navais para pontos estratégicos. Nesta sequência de acontecimentos, em 11 de Janeiro de 1890 o governo inglês formula um *Ultimatum* a Portugal, exigindo a retirada imediata de todas as forças instaladas quer na região do Chire, no Malawi, quer nas terras do Macololos e de Machonas, actuais Zâmbia e Zimbabwe. O não cumprimento das suas exigências implicava a suspensão de quaisquer relações diplomáticas e o confronto armado directo entre os dois países no interior do território africano (Villas, 1938). Em resposta, Portugal procura apoio externo junto das principais potências europeias, no sentido de que representassem uma entidade de arbitragem, conforme o disposto no Art.º 12.º da Conferência de Berlim. Entretanto, "por não ter feito uma penetração efectiva no

[57] Joaquim Paiva de Andrada (1845-1928) foi um oficial do Exército Português (especialidade de artilharia) que organizou e comandou várias expedições de reconhecimento e de ocupação entre os territórios de Manica e da Zambézia, durante a década de 80 do século XIX, tendo sido responsável pelo reconhecimento da foz do rio Pungué.

[58] Francisco Victor Cordon (1851-1901) foi um oficial do Exército Português que se destacou no reconhecimento da região do Niassa (interior da África Oriental). Em Julho de 1888, foi enviado para a África Oriental "Portuguesa" com a missão de explorar o interior do actual território de Moçambique. No desempenho dessa função, chefiou uma expedição que reconheceu parte do vale do rio Zambeze, Manica e a região do Lago Niassa, contribuindo para estabelecer a presença portuguesa numa região ao tempo disputada com os interesses britânicos centrados no que viria a ser a Rodésia, numa acção que levaria à elaboração da carta que ficaria conhecida por "Mapa Cor-de-Rosa".

hinterland africano e por não ter sabido retirar a tempo, devido à leveza de critério dos governantes"(Garcia, 2003, p. 32), Portugal acabaria por ceder ao *Ultimatum* inglês.

No fundo, a 'divisão' e a definição de fronteiras do território africano (subsequentes à Conferência de Berlim) foram arbitrárias, de concepção europeia e, por isso, sem significado para os africanos, apesar de se aduziremmúltiplas consequências (positivas e negativas), nomeadamente para as populações autóctones. Nesse sentido, a "dissecação" e a partilha do território pelos políticos e diplomatas europeus - desejando resolver a problemática antes que suscitasse o interesse do resto do Mundo -, resultou num cenário irrealista (Ibidem, p. 33).

Deste modo, conclui-se que as finalidades da Conferência de Berlim foram goradas, cingindo-se à "proclamaçãode regras, embora tenha lançado asbases para o estabelecimento das fronteiras coloniais, que os Estados europeus redigiram,através de acordos bilaterais, em áreasde influência" (Lousada, 2010, p. 125). A esse propósito, Lousada (2010) refere que oefeito da visão eurocêntrica de África "foi o estabelecimentodas formas geométricas de alguns Estados,através da conjugação de linhas de latitudee longitude dos mapas dos topógrafos,recorrendo-se a obstáculos físicos para a suadelimitação quando necessário" (p. 125). Contudo, em determinados sectores, a demarcação do território não foi realizada e noutros foi imprecisa,provocando inúmeras divergências na interpretação fronteiriça, as quais despoletaram diversos conflitos entre as principais potências colonizadoras[59]. Conforme Raider (2002), a definição das fronteiras do território africano foi feita sem ter em consideração as especificidades regionais, sendo apartadas cerca de 177 áreas étnicas, com características culturais, sociais e económicas singulares. De igual modo, o poder político das autoridades africanas foi colocado em causa sem, no entanto, impedira (livre) circulação transfronteiriça dos povos. Daí a resistência à ocupação efectiva do território africano, obrigando as potências europeias a impor os direitos territoriais adquiridos pelo uso da força e das armas.

[59]Destacam-se o conflito entre a "França e Grã-Bretanha, com a abertura do canal do Suez, devido ao vale do Nilo, e no lago Tchad; entre britânicos, franceses, alemães e italianos na partilha da África Oriental; entre Portugal e a Alemanha, no Norte de Moçambique e no Sul de Angola; entre ingleses e os bóeres holandeses no Cabo" (Lousada, 2010, p. 126).

II.2. A Guerra Fria e o Pan-Africanismo:das Conferências de Solidariedade Afro-Asiáticos à formação dos países do Terceiro Mundo

II.2.1Da Primeira à Segunda Guerra Mundial

Após a Conferência de Berlim - e exceptuando-se a Etiópia e a Libéria, Estados soberanos desde 1847 -, o continente africano foi escrutinado pelas potências europeias. Segundo Correia (2010, p. 113), os diferentes modelos coloniais não eram uniformes, evidenciando-se quatro grandes impérios[60]:

- O francês que predominava na África Ocidental e na África Central e em algumas regiões da África Oriental;
- O britânico que concretizou o projecto «do Cabo ao Cairo», ao longo da África Oriental, e que dominava algumas extensões importantes na África Ocidental";
- O português, com o seu inacabado projecto da costa à contra costa (o «Mapa Cor-de-Rosa»), do qual resultaria apenas a posse das colónias de Angola e de Moçambique;
- O belga, dominando a bacia do rio Zaire e a região dos Grandes Lagos, em virtude da sua posição geoestratégica e potencial económico.

Quanto à Alemanha, a aspiração de construir um império colonial em terras de África dissipou-se com a derrota na primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), a qual pode ser considerada "incentivadora de sentimentos de autonomia nos territórios sob administração europeia e propiciadora do desenvolvimento das ideias pan-africanas" (EME, 1998, p. 26). Assim, no panorama internacional, os Estados Unidos da América defendiam a doutrina da autodeterminação dos povos e a União Soviética - afastada da Europa e adversa à política do colonialismo - enaltecia o nacionalismo nascente em alguns territórios dos continentes asiático e africano (Pattee, 1959)[61].

[60]Vide anexo III – Mapa do continente africano em 1914.

[61]O interesse da União Soviética pelos continentes asiático e africano manifestou-se desde muito cedo, como uma plataforma indirecta de atacar os povos capitalistas ocidentais. Essa preocupação tornou-se evidente no decorrer de 1920 no «Congresso dos Povos Oprimidos» (realizado em Baku) e que constituiu o ponto de

De modo semelhante, a Sociedade das Nações (SDN)[62], "fomentava os movimentos emancipistas, ainda incipientes e os países da Europa, possuidores de territórios ultramarinos, para se poderem opor, eficazmente, ao envolvimento de vários interesses gerados em torno das suas possessões africanas e asiáticas" (EME, 1998, p. 26).

Por exemplo, se em África surgiram vários teorizadores Pan-Africanistas que organizaram os primeiros congressos, no continente asiático, as perturbações tornaram-se cada vez mais evidentes e no período de 1920 a 1939 viveu-se na Índia grande agitação protagonizada por Gandhi[63], o qual com a sua resistência passiva desafiou as autoridades coloniais inglesas e "introduziu uma nova forma de obter a liberdade, sem recurso à guerra formal" (EME, 1998, p.27). De igual modo, as independências do Egipto (1922) e do Iraque (1932) concedidas pelo governo inglês, motivaram outros povos que aspiravam à independência, com especial relevo na África do Norte, onde se localizavam grande parte das colónias francesas e inglesas e nas quais se vinham desenvolvendo e incrementando ideias nacionalistas.

O período compreendido entre 1918 e 1939, "seria o do apogeu do colonialismo em África, com a fixação europeia,a exploração das matérias-primas e reservade mercados para exportação de produtosacabados nas metrópoles industrializadas" (Correia, 2010, p. 113). Nesse contexto, Correia (2010) menciona que os territórios ultramarinos foram encarados como elementos decisivos para a ampliação do «espaço vital», "conceito geopolítico que se vinha impondonos jogos de poder entre as grandespotências desde o início do século XX" (p. 113). Todavia, o clima intenso e premonitório de uma Segunda Guerra Mundial «adormeceu» os problemas relacionados com a libertação dos territórios africanos e asiáticos.

partida para um programa de infiltração e de penetração nos territórios da Ásia e da África (Pattee, 1959, p. 33).

[62] A Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações, foi uma organização internacional, idealizada em 28 de Abril de 1919, em Versalhes, Paris, onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz, mediante a assinatura de um Tratado. Um dos principais pontos referiu-se à criação de uma organização internacional, cujo papel seria o de assegurar a paz a nível internacional. Em 28 de Junho de 1919, foi assinado o Tratado de Versalhes que, na I Parte, estabelecia a Sociedade das Nações, cuja Carta foi nessa mesma data assinada por 44 Estados. O Conselho da Sociedade das Nações reuniu-se pela primeira vez em Paris a 16 de Janeiro de 1920, seis dias depois da entrada em vigor do Tratado de Versalhes. A sede da organização passou em Novembro de 1920 para a cidade de Genebra, na Suíça.

[63] Mahatma Gandhi (1869-1948) foi líder pacifista indiano e principal personalidade da independência da Índia, então colónia britânica. Ganhou destaque na luta contra os ingleses por meio de seu projeto de não-violência. Além de sua luta pela independência, também ficou conhecido pelos seus pensamentos e filosofia.

II.2.2. Os Blocos de Aliança e a sua Influência em África

Durante o final da Segunda Guerra Mundial, após o declínio das grandes potências europeias e da quebra de aliança entre diferentes Estados, afirmaram-se mundialmente duas nações com profusas capacidades militares e grande poder de influência, sem laços fronteiriços definitivos: os EUA com lideranças progressivas em inúmeros países do ocidente democrático e a URSS com orientações ideológicas marxista-leninistas, exercendo autoridade sobre os países da Europa Oriental. A nova aliança entre os Estados definiria dois blocos e respectivas zonas de influência, 'bipolarizando'o mundo: é o alvorecer da Guerra Fria, expressão atribuída a Lippmann e generalizada a partir de 1947 (Moreira, 1995, p. 344).

Com a Resolução *Vandenberg*[64] deu-se a impulsão da criação de uma nova aliança política e militar dos tempos de paz, a *North Atlantic Treaty Organization*(NATO)[65],acabando os EUA com uma política de natureza isolacionista. No Art. 52.º daCarta das Nações Unidas (1945, pp. 32-33)explica-se a sua legitimidade, prevendo-se a existência de "acordos ou organizações regionais, destinados a tratar de assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacional" que, de acordo com o Art.º 53.º, o Conselho de Segurança pode utilizar"para uma acção coercitiva sob a sua própria autoridade".Por outro lado, a URSS, com o apoio dos seus Estados satélites, cria uma organização semelhante, consubstanciada pela assinatura do Pacto de Varsóvia em 14 de Maio de 1955, institucionalizando uma política de equilíbrio de forças entre os dois blocos (Garcia, 2003, pp. 52-53).

[64] A resolução Vandenberg, aprovada pelo Senado a 11 de Junho de 1948, vinha pôr fim ao tradicional isolacionismo norte-americano. A partir de então, os Estados Unidos da América, dentro das vias constitucionais, passaram a apoiar «medidas regionais ou colectivas, fundadas sobre uma ajuda individual ou mútua, efectiva e contínua».

[65] Durante o período em que decorreram as negociações para a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, "coexistiram várias opiniões acerca da inclusão de determinados países africanos na zona de defesa" (Garcia, 2003, p. 53). Uma das mais fortes oposições era representada pelo "Canadá que invocava o Art.º 4.º do Tratado, onde estava prevista a consulta entre as partes sempre que na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a sua integridade territorial, a sua independência política ou a sua segurança". Assim, entendeu-se que tal Artigo não dizia respeito a interesses fora da Europa. Porém, no Art.º 6.º estavam incluídos os Departamentos Franceses da Argélia, apesar da zona defensiva da NATO se situar exclusivamente a Norte do Trópico de Câncer" (Ibidem, p.53). No memorando da Aliança, o continente africano era apenas encarado como uma plataforma de riquezas naturais e de mediação para trocas comerciais. Porém, durante os primeiros anos da Aliança, apareceram inúmeros pedidos para introduzi-lo nos seus planos de contingência ou na sua área de defesa, "batendo-se Portugal - cujo Governo acreditava que África era um complemento da Europa e que a Europa podia ser batida em África - pela integração dos seus territórios africanos no respectivo quadro de responsabilidade geoestratégica" (Ibidem,p.53).

O início da Guerra Fria propriamente dito aconteceu com Stalin[66] e, quando faleceu em 1953,sucedeu-lhe Kruchtchev[67] que no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, interveio para reduzir as contingências da nação, enveredando pela doutrina da coexistência pacífica entre os dois blocos. Durante este período surgiram diversos conflitos regionais, onde as fracções oponentes se defrontavam, por nações interpostas, em regiões fundamentais para a Europa (Garcia, 2003, p. 53).

À Guerra Fria estavaimplícita a conquista de áreas geográficas estratégicas exteriores aos Blocos- zonas cinzentas -, cujo domínio se disputava e que serviriam de periferias de desempate, sendo Cuba o primeiro exemplo da confrontação directa entre os EUA e a URSS (1962). Ou seja, a doutrina Truman[68] fora transposta.

Concomitantemente, os povos africanos e asiáticos adquiriam consciência da sua posição colonial e, desse modo, organizaram-se em diversos grupos ou movimentos anticolonialistas de carácter universal (Nogueira, 1980, p.326). A URSS apercebendo-se dessa situação, concede o seu apoio a alguns núcleos, originando diversas contestações sobretudo nos países africanos.

Em Bandungos povos que estavam sob jugo colonial foram reunidos em Conferência através da iniciativa das «Potências de Colombo»[69], introduzindoprofundas modificações na própria estrutura da Sociedade Internacional. Assim, a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 18 de Abril de 1955,poderá ser considerado o marco do aparecimento da unidade ideológica designada«Terceiro Mundo» (EME, 1998, p.37), em que três personalidadesdesempenhariam um papel decisivo: o Marechal Tito[70], o Coronel Nasser[71] e o

[66] Joseph Stalin (1878-1953) foi um dos maiores líderes políticos da antiga União Soviética e o período em que esteve no poder ficou conhecido como Stalinismo. Tornou-se conhecido mundialmente quando ajudou a derrubar a Alemanha na 2.ª Guerra Mundial e fez da Rússia uma das maiores potências do mundo.

[67]Nikita Kruchtchev (1894-1971) foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1953 e 1964 e líder político comunista até ser afastado do poder devido às suas ideias reformistas, sendo substituído na direção da URSS pelo político conservador Leonid Brejnev.

[68] A doutrina Truman designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos da América, durante a Guerra Fria, as quais pretendiam conter a expansão do comunismo junto dos chamados «elos frágeis» do sistema capitalista.

[69] As potências de Colombo eram constituídas pelos Governos do Paquistão, Indonésia, Índia, Ceilão e Birmânia, cujos objectivos centravam-se no estudo da possibilidade de realização de conferências afro-asiáticas.

[70]MarechalJosip Broz Tito (1892-1980) foi um militar croata, revolucionário comunista e político da Jugoslávia, líder dos guerrilheiros da resistência jugoslava durante a Segunda Guerra Mundial, sendo o maior responsável pela resistência armada às forças do Eixo e aos nazi-fascistascroatas e sérvios, mesmo sem apoio político e material dos Aliados. O Marechal foi obrigado a abandonar o Bloco Leste, após a ruptura Belgrado/Moscovo e, pelo facto de não se identificar com o bloco oponente, cria o movimento "Não-Alinhamento". Tornar-se-ia presidente da Jugoslávia entre 1953 e 1980, ano em que faleceu.

[71]Gamal Abdel Nasser (1918-1970) foi militar e presidente do Egipto de 1954 até 1970, data da sua morte. Notabilizou-se ao lado de algumas personalidades, como é o caso de Jawaharlal Nehru (uma das principais figuras do movimento terceiro-mundista). Nasser promoveu, durante os seus quase vinte anos no poder, forte política nacionalista, fomentando o movimento pan-arabista e acabando por levar o Egipto a uma efémera

político Nehru[72] (Garcia, 2001). A transposiçãopara África da acção prática veiculada pela ideologia do «Terceiro Mundo» fundamentou o 'Neutralismo' africano - filosofia orientadora dos povos afro-asiáticos que assumia o anticolonialismo. Deste modo, na conferência de Bandung (Indonésia) demarcaram-se três grupos: os países pró-ocidentais, os países pró-orientais e os países neutros. Quanto a estes últimos, Moreira (1959, pp.11-13) citado por (Garcia, 2010) indica que o neutralismo era uma atitude "oportunista e pragmática que lhes permitias tomar, em cada momento, a posição que mais conviesse aos seus interesses imediatos, o seu apoio era moeda de troca por concessões a extorquir"[73] (p.54). Apesar de defender o princípio da não intervenção na vida interna dos Estados, Garcia (2003) acrescenta que o Neutralismo admitia interferências na vida interna dos territórios (qualificados de colónias), mesmo que reconhecidos como independentes pela comunidade internacional (p. 55).

De forma genérica, e inscrevendo-se em idênticas vertentes ideológicas, as correntes do Neutralismo, do Terceiro Mundo e do Não-Alinhamento encontraram um ponto de estabilização, graças à tomada de consciência de subdesenvolvimento, relacionadas as posições estratégicas ou as potencialidades de matéria, sobre consciências culturais ou sobre a progressiva constatação destas e dos decorrentes esboços de alternativa (Monteiro, 1988).

A Conferência de Bandung visou, portanto, estabelecer objectivos conjunturais[74], havendo um aspecto comum: a conquista da independência, sabendo que esta tinha grande influência na tomada de consciencialização dos povos asiáticos e que também poderia representar uma ajuda aos povos africanos que ainda se encontravam sob domínio colonial. Na sua fase final foi referido que todos os povos libertados tinham o dever de ajudar os que ainda não tinham conquistado a independência e que o colonialismo representava uma negação dos direitos humanos elementares, sendo desprezado pela Carta das Nações Unidas, bem como pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Assim, a difícil estratégia

---

associação com a Síria: a República Árabe Unida. Relativamente aos Blocos Nasser concebe o «Neutralismo Positivo» como instrumento de pressão alternativo, com a finalidade de obter o máximo de vantagens diplomáticas.

[72] Jawaharlal Nehru (1889-1964), foi um político indiano que exerceu o cargo de primeiro-ministro desde 1947 até 1964. Como uma das personalidades fundadoras do movimento "Não-Alinhamento" foi, de igual modo, uma personalidade importante na política internacional do pós-guerra, insistindo numa atitude de independência.

[73] Moreira (1959) refere ainda que o " Neutralismo não aceita a legitimidade de um poder que se exerce em continente diferente daquele onde se encontra a sede dos órgãos do Governo" e, acrescenta, " não aceita a existência de uma soberania plena da parte das potências ocidentais sobre os territórios coloniais, antes lhe reconhece apenas a existência de um poder político sujeito a caducidade", tendo mesmo como principal objectivo "atacar a legitimidade das soberanias exercidas por potências ocidentais" (pp. 11-13).

[74]Objectivos conjunturais face à inquietude da guerra da Indochina e à crescente tensão Sino-Americana; face ao particular desejo de Nehru em facilitar a entrada da China na cena asiática.

política da União Soviética encontrou plena afirmação em Bandung, sendo seu objectivo principal apelar-lhe para oestabelecimentode contactos entre os diversos países comunistas, anticomunistas e neutrais. A Conferência de Bandung ditou também o regresso da ideologia chinesa a África, em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Chinês, Chou En-Lai, aproveitando-se da ausência da União Soviética, mostrou-se como representante máximo no combate ao imperialismo, ao capitalismo e ao apoio aos povos oprimidos. O final da Conferência foi caracterizado por um ambiente «antiocidental» e com evidente êxito do grupo pró-URSS (Botzáris,1959, pp. 47-48), agendando-se ainda uma próxima Conferência (a realizar no Cairo, Egipto, em 1958)[75].

De modo geral, a Conferência de Bandung representou o despoletar de uma autêntica ideologia nacionalista (afro-asiática) e anti-colonialista, pela recusa da lógica dos dois blocos antagónicos que - a todo o custo - procuravam novas alianças e, sobretudo, anular o «Neutralismo» dos países emergentes (alicerçado nos princípios da boa vizinhança, da cooperação amigável, do respeito pela integridade territorial e da soberania, da não-agressão, da não-ingerência nos assuntos internos, da igualdade, da coexistência pacífica, do respeito dos direitos humanos fundamentais, do reconhecimento da igualdade das raças, do respeito pela carta da ONU, da justiça e das obrigações internacionais (Nouschi, 1996; Santos, 1968).

Os princípios do Neutralismo amplamente difundidos no continente africano após a Conferência do Cairo[76],promoveram a movimentação de forças revolucionárias contra os poderes coloniais, possibilitando aos movimentos de libertação a assinatura de um acordo que dispensava 'o princípio nacionalista'. Assim, os movimentos afro-asiáticos[77] desenvolviam as suas actividades tendo por referência "o princípio da definição política dos territórios", pretendendo a libertação imediata dos povos oprimidos que se encontravam sobre tutela de colónias europeias (Moreira, 1958, p. 282).

[75] O objectivo era possibilitar ao presidente egipciano o fortalecimento da sua liderança nos países árabes, sendo o principal impulsionador da ascensão exponencial do nacionalismo árabe nos finais da década de cinquenta.De acordo com Garcia (2010, p. 56), Nasser procurou (sempre que possível) contrariar os planos estratégicos ocidentais, nomeadamente o Pacto de Bagdad e a propagação das ideias socialistas. Assim, a unidade árabe não podia ser imposta, identificando-se com a própria existência árabe, bastando para tal a permanência de um mesmo idioma. Deste modo, a República Árabe Unida, parte integrante da Nação Árabe, sentia por dever apoiar todo o movimento nacional e popular, progressista e nacional do mundo árabe, pelo que a política externa daquela República se orientava por três princípios - luta nacional, guerra ao imperialismo e à dominação colonialista, sob qualquer forma e pretexto e em qualquer lugar (Ibidem, p. 56).

[76] A afirmação do Neutralismo começa a consolidar-se no continente africano após a Conferência realizada no Cairo (26 de Dezembro de 1957 e 1 de Janeiro de 1958), na qual a União Soviética (anteriormente repudiada pela prática do colonialismo) assume uma posição privilegiada para orientar "o mundo emergente", alcançando grande notoriedade. A partir desta data, as Conferências de Estado passar-se-iam a designar "Conferências dos Povos".

[77] A estes movimentos estão associados diversos acontecimentos ocorridos em África e na Ásia, bem como a coordenação das suas actividades, em grupo, na Organização das Nações Unidas (ONU).

Um desses movimentos mais importante é o Pan-Africanismoe deve-se aHenry Williams[78], cuja influência foi reconhecida, sobretudo, depois da Conferência de Bandung. Trata-se do Pan-Africanismo que, apesar de revestir diversos contornos, apresenta unidade relativamente à sua coerência de pensamento[79]. A primeira etapa (ou fase) deste movimento centra-se no orgulho rácico e traduziu-se na tentativa engrandecer moralmente os negros da diáspora e de África, destacando-se Padmore[80],Garvey[81] e Du Bois[82].

Em 1920, Garvey funda a Associação Universal para o Progresso dos Negros (UNIA), cujo objectivo primordial era a reunião dos povos negros numa só nação[83] e, nesse contexto, "advogando a «redenção» pelo regresso a África como movimento norte-americano «back toAfrica», contrapondo ao poder branco umpoder negro" (Amorim, 2010, p.105). As suas ideias persistiram e angariaram a simpatia dos negros norte-americanose de alguns dos líderes africanos, como Nkrumah[84](Gana)"quelhe expressou publicamente gratidão pelopapel desempenhado e pela manutençãodaquele ideal original" (Amorim, 2010, p. 105). A manifestação mais vigorosa desta vertente do Pan-Africanismo encontra-se no conceito de «Negritude»[85], lançado em meados dos anos trinta por Senghor[86] e Césaire[87].Por seu lado, Du

[78]HenrySylvesterWilliams (1869-1911)foi um advogado de Trinidad Tobago, conselheiro e escritor,reconhecido pelo seu envolvimento como movimentoPan-Africano.Em 1900,Williamsorganizou aPrimeira ConferênciaPan-Africana, realizada no Westminster Hall, em Londres. Em 1903 foi convidado a exercer funções deadvocaciana África do Sul, tornando-se no primeiro negroa ser chamado "à barra" emColónia do Cabo.

[79]Sobre este assunto, pode-se consultar a obra de Santos, J.E. (1968). *O Pan-Africanismo*. Lisboa: Edição do Autor, pp. 25-69.

[80] George Padmore (1903-1959)foi umlíderPan-Africanista e jornalista.É autor de «Panafricanism or Communism», considerada a primeira obra coerente sobre o Pan-Africanismo e onde descreve o Movimento Pan-Africano como um movimento que pretende realizar o governo dos africanos pelos africanos, respeitando as minorias raciais ou religiosas que desejassem viver em África com a maioria negra.

[81]Marcus Garvey (1887-1940) nasceu na Jamaica, foi um activista e Pan-Africanista de ideias radicais. Foi frequentemente acusado de perfilhar ideias bolchevistas.

[82]William Edward Dubois (1868-1963), considerado o verdadeiro pai do Pan-Africanismo, nasceu em 1868 nos EUA. Foi Professor de Sociologia na Universidade de Atlanta, era teorizador, amadurecido no pensar, seguro nas intenções, pugnando pela igualdade racial, pela autodeterminação nacional, pela liberdade individual e por um socialismo democrático. Desempenhou um papel excepcional na divulgação das ideias pan-africanas e na organização dos Congressos Pan-Africanos. Com 90 anos de idade ainda esteve presente na II Conferência de Solidariedade Afro-Asiática realizada em Conacri, de 11 a 15 de Abril de 1960.

[83]Marcus Garvey chegou a formar um governo provisório de África e um exército constituído pela Legião Universal Africana, as Enfermeiras da Cruz Negra Universal, o Corpo Motorizado Pan-Africano, o Corpo Juvenil e o Corpo Volante da África Negra. O movimento de M. A. Garvey defendeu, sem sucesso, a ideia de fazer retornar a África, concretamente para a Libéria, trinta mil famílias negras. Contudo, a falência financeira do movimento e a sua prisão por fraude nos EUA estiolaram o projecto, bem como o movimento.

[84]Kwame Nkruman (1909-1972) foi um político e o primeiro presidente do Gana. Motivado pela ideia do Pan-Africanismo, organizou em Manchester (1945) o V Congresso Pan-Africano. Em 1947, regressou à Costa do Ouro e, em 1949, fundou o Partido de União Popular, iniciando, deste modo, a luta pela independência de seu país

[85]Foi no período de 1933 a1935 que o termo «Negritude», conceptualizado por Aimé Césaire e Leopold Senghor, se introduziu principalmente nos circuitos literários europeus e franceses. A sua ideia nuclearassentava na premissa de que os povos negro-africanos eram portadores de uma herança sociocultural

Boisrejeitava a ênfase dada por Garvey à raça negra comofactor evidenciador de uma consciência comum e, por isso,acompanhava as questões fracturantesda agenda política interna dos EUA no queconcerne aos direitos civis e à igualdade dos povos de ascendênciaafricana espalhados pelo mundo, aqui se incluindo os povos negros de África (Amorim, 2010).

Para Du Bois, o Pan-Africanismoera um movimento estruturado que se oponha à "utopia de repatriar os negros dos EUA e/ou de os acantonar em alguma região" (Garcia, 20103, p. 57). Daí que "repudiava a segregação racial, 'batia-se' pela igualdade e pela promoção de todos os africanos até à condução dos seus próprios destinos políticos" (Ibidem, p.57). Nesta perspectiva, Du Bois integra a segunda correntedo Pan-Africanismo, a corrente política e, em conjunto com Diagne[88], seria o responsável pela convocatória doPrimeiro Congresso Pan-Africano em Paris (1919), com o propósito imediato deimpedir a distribuição das antigas colóniasalemãs pelas potências aliadas que saíram vitoriosas da Primeira Grande Guerra Mundial.

II.2.3. Os Primeiros Congressos Pan-Africanos

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Du Bois - baseando-se nos princípios formulados por Wilson[89] - entrega uma petição aos países vitoriosos, no sentido de adoptaremuma Carta dos Direitos Humanos destinada ao povo africano (tendo por base a igualdade racial) e de promoveram a realização de cinco Congressos Africanos a decorrer entre 1919 e 1945 (Garcia, 2003, p. 57) .

---

repleta de valores e tradições vetustas, as quais deveriam ser reveladas, fazendo ressurgir o orgulho (Senghor, 1959, pp. 249-279). Neste âmbito, a revelação da «Negritude» implicava a recuperação da história africana, dos fenómenos culturais, como a filosofia banta, as artes plásticas, com destaque para a estatuária e a dança negro-africana, ao patamar da memória colectiva (Amorim, 2010, p. 107).

[86]Léopold Senghor (1906-2001) foi um político e escritorsenegalês. Governou o país como presidente de 1960 a 1980. Foi, entre as duas Guerras Mundiais, uma das principais personalidades ideólogas do conceito de Negritude.

[87]Aimé Fernand Césaire (1913-2008) foi um poeta, dramaturgo, ensaísta e político. Além de ser um dos mais importantes poetas surrealistas no mundo inteiro, foi, juntamente com Léopold Sédar Senghor, o ideólogo do conceito de Negritude, sendo a sua obra marcada pela defesa de suas raízes africanas.

[88] BlaiseDiagne(1872-1934)foi umlíder políticosenegalês. Foi o primeirodeputado Africano eleito pelaAssembleia Nacional francesae um dos principais impulsionadores das ideologias pan-africanas modernas.

[89]Thomas Woodrow Wilson (1856-1924) foi presidente dos Estados Unidos da América durante o período de 1912 a 1921. Foi a figura chave da Liga das Nações, organização fundada durante a Primeira Guerra Mundial para manter a paz internacional.

O I Congresso Pan-Africano[90] decorreu nos dias 19 e 20 de Fevereiro de 1919, genericamente intitulado «A Protecção dos Indígenas da África e dos Povos de Origem Africana», contando com a participação de delegados provenientes das colónias francesas e britânicas (57), dos EUA (16), das Antilhas (21) e dos países africanos (12) ,em representaçãode 15 países[91] (Santos, 1968).

De acordo com Santos (1968, p. 82), eis as principais reivindicações e/ou conclusões apresentadas no I Congresso Pan-Africano:

a) As potências aliadas e associadas deveriam estabelecer um código jurídico para a protecção internacional dos indígenas de África, semelhante ao código internacional promulgado para o trabalho;
b) A Sociedade das Nações deveria criar uma repartição encarregue de vigiar a aplicação das leis no bem-estar político, social e económico dos indígenas;
c) A governação "dos negros do mundo"(os indígenas de África e os povos de ascendência africana)deveria reger-seaos princípios expressos na Carta destinada aos africanos.

Quanto ao II Congresso Pan-Africano foi realizado durante o ano de 1921, em três países diferentes: Londres (28 e 29 de Agosto), Bruxelas (de 31 de Agosto a 2 de Setembro) e Paris (14 e 15 de Setembro). Portugal só esteve presente nas últimas duas sessões, sendo representado por Nicolau Santos Pinto e por José Magalhães. Em traços gerais, este II Congresso tinha como principais finalidades:

[90]Durante a Conferência de Paz em Paris, Blaise Diagne (o primeiro deputado negro da Assembleia Nacional francesa, eleito pelo círculo ultramarino do Senegal) valendo-se dos esforços de Du Bois e, tendo mobilizado cerca de 800.000 africanos a combaterem ao lado de Georges Clémenceau, "consegue obter a ordem para a realização do I Congresso Pan-Africano" (Almeida, 2011, p. 35). Em simultâneo, Du Bois estabeleceu contactos secretos com diferentes personalidades africanas, antilhanas e de outras colónias que se encontravam em Paris, procurando evitar que os EUA tivessem oportunidade de protestar junto do governo francês.

[91]Portugal fez-se presente na pessoa do Coronel Freire de Andrade que, no seu discurso, defendeu a presença de Portugal em África, referindo: "Segundo a Constituição da República, nenhuma diferença existe entre as províncias metropolitanas e as do Ultramar, como nenhuma diferença é admitida entre os Portugueses nascidos de um lado e outro dos mares. Se a lei não faz distinção entre eles, o povo a acompanha de bom coração. É assim que vedes em Portugal os Africanos desempenhar todos os lugares de administração, e os vedes ministros, professores, juízes, oficiais ou soldados, todos com os mesmos direitos e todos com a mesma consideração sem distinção e sem qualquer preconceito. A única que se faz entre nós é a que resulta da educação, do saber, do trabalho e do valor moral dos indivíduos " (Santos, 1968, p. 83).

> "Chamar a atenção da França, da Bélgica e da Inglaterra sobre a questão do «problema negro»; chamar a atenção dos principais líderes dos grupos de origem africana espalhados pelo mundo para que estes se conhecessem pessoalmente e trocassem impressões sobre a problemática da raça negra; e a criação de um sistema racional e prático de cooperação mundial de todos os grupos negros para a solução final dos seus problemas" (Santos, 1968, p. 84).

Em Londres, a 1.ª Sessão foi marcada pela redacção de uma «Declaração ao Mundo», na qual se reclamava direitos iguais para "brancos e negros" ea 2.ª Sessão caracterizou-se pelo clima de animosidade por parte da maioria da imprensa que, convicta da filiação bolchevista, incitava o governo a não permitir a realização do evento (Decraene, 1959, p.25).Contudo, os participantes do Congresso acabariam por aprovar os documentos emanados, assim como todas as decisões, causando um certo descontentamento entre os congressistas.Nesse âmbito, deslocaram-sea Paris para participarem na 3.ª e última sessão presidida por Blaise Diagne eonde se procederia à assinatura de uma «Declaração final», focando as questões da igualdade e da cooperação solidária entre os povos e analisando a situação dos países africanos colonizados[92]. Na mesma linha de pensamento e de acção, remeteu-seum apelo à Sociedade das Nações para reconhecera igualdade entre as raças.

Em 1923 realizou-se a primeira sessão do III Congresso Pan-Africano, na qual a situação dos trabalhadores das colónias ultramarinas portuguesas foi fortemente criticada, despertando a atenção da comunidade internacional. A segunda sessão (agendada para Paris) aconteceria em Lisboa, pretendendo influenciar as principais personalidades da Liga Africana[93] para apoiar as diligências de Du Bois no sentido de que o governo português fosse mais moderadono regime de trabalho indígena em Angola e em São Tomé (Monteiro, 1963, p. 214). Deste modo, os participantes do III Congresso reclamavam as seguintes exigências para os africanos:

[92] Referia-se expressamente aos territórios portugueses da seguinte forma: " Portugal e a Espanha nunca praticaram nas leis a distinção entre os brancos e as pessoas de origem negra. Portugal tem um código humanitário para os indígenas e iniciou a sua educação em certas regiões. Desgraçadamente as concessões industriais da África Portuguesa estão quase inteiramente entre as mãos das grandes companhias, na sua maior parte estrangeiras, que Portugal não pode ou não quer fiscalizar, as quais exploram a terra e os trabalhadores e que restabelecem, na prática, o trabalho servil" (Santos, 1968, p. 52).

[93] A Liga Africana era uma organização portuguesa que tinha como fins estatutários: defender todas as agremiações da África Portuguesa, lutar pela educação das colónias para poderem vir a governar-se a si mesmas, promover a revogação de leis de excepção em vigor, valorizar os estudantes africanos e insurgir-se contra as ofensas ao direito e à justiça, sem olhar a diferenças de religião, raça ou nacionalidade, através de uma intervenção de carácter essencialmente pedagógico e cultural (EME, 1998, p. 32).

> "Um voto nos seus governos; o direito de acesso à terra e aos seus recursos; que sejam divulgados por tribunais compostos de pares seus segundo o regime jurídico estabelecido; o desenvolvimento de África para bem dos africanos e não unicamente em proveito dos povos europeus; a abolição da escravatura e do tráfico de álcool; a organização do comércio e da indústria de modo que os fins principais do capital e do trabalho sejam o bem-estar da maioria e não o enriquecimento da minoria" (Santos, 1968, p. 104).

O IV Congresso foi realizado em Nova Iorque, em 1927, e contou com a participação de mais de 200 delegados provenientes de diversos Estados americanos e de vários países europeus, ampliando a projecção da ideologia Pan-Africanista na conjuntura internacional. Entre as principais reivindicações, salientaram-se a efectiva participação dos negros nos órgãos políticos e representativos dos respectivos governos, o enquadramento da justiça face às condições locais, a expansão do ensino primário gratuito a todas as raças e, por último, a abolição do comércio de escravos e do tráfico de álcool (Monteiro, 1963, p. 214).

Numa leitura transversal, o impacte dos primeiros quatro congressos foi muito limitado devidoà sujeição com a situação colonial, pelo queas reivindicações menosprezaram aspectos relacionados com a administração e/ou com a independência, não havendo nenhuma realização concreta nesse âmbito (Fernandes, 1991, p. 217).

De 1927 até 1945, a ideia Pan-Africana desvaneceu-se, sendo retomada nesse mesmo ano, em Manchester, onde se realizou o V Congresso. Pela primeira vez, as questões da independência imediata, plena e absoluta dos povos que se encontravam sob o jugo colonial foram reivindicadas. De igual modo, o recrutamento de bases deu um novo impulso ao Pan-Africanismo que - desvelando a moderação e o idealismo -envergou pelos caminhos da acção directa, através de métodos de resistência não violenta. A novidade deste Congresso encontra-se relacionada com a alteração do quadro da África Negra, reivindicando os congressistas (também) a independência da Argélia, da Tunísia e de Marrocos (Decraene, 1959)[94].

Cabe ainda registar que este foi o mais importante dos Congressos Pan-Africanos, uma vez que foram debatidos consistentemente os problemas de África, das Índias Ocidentais Britânicas e da Guiana Inglesa. As resoluções finais foram exaustivas e rigorosas, constituindo-se como um desafio e uma ameaça às potências coloniais.

[94]Foram ainda analisados assuntos considerados urgentes, tais como a Reclamação dos direitos democráticos e da autonomia para os naturais do Uganda, do Quénia, da Somália e de Zanzibar, a condenação do apartheid sul-africano, as reivindicações dos habitantes da Tunísia, da Argélia, de Marrocos e da Líbia; a abolição do condomínio anglo-egípcio no Sudão, reclamando a sua completa independência; a Petição da cidadania de primeira classe para os negros americanos, da federação da Guiana Britânica e das ilhas das Antilhas Britânicas (Santos, 1968).

II.2.4. As Conferências Pan-Africanas

As ideologias Pan-Africanas tiveram como objectivo principal reabilitar as civilizações e restaurar a ideologia de um continente «África» para os africanos. Inevitavelmente, as Conferências foram marcadas pelos movimentosde independêncianacional dos territórios coloniais como factor do processo de unificaçãopolítica de vários Estados. Fortemente influenciadas pela segunda corrente do Pan-Africanismo,assiste-se também à transição do do Pan-Africanismo rácico para oPan-Africanismo político (Amorim, 2010, p. 105). De acordo com Moreira (1956), as ideologias Pan-Africanas referiam-se ao direito emancipatório e de liberdade dos povos face à opressão e à dominação por parte das potências colonizadoras, as quais - na Conferência de Bandung - foram questionadas. Os movimentos ideológicos aí despoletados viriam a expandir-se pelo continente africano e, segundo Fernandes (1991), o presidente Nkrumah (Gana), inspirando-se na luta contra a dominação colonial proposta por Nasser (líder do Egipto), procura transferir essesideais para a África Negra. (p. 218).

Até finais de 1958 haviam sido dinamizadas duas Conferências. A primeiro teve lugar emTânger, onde sesalientou a admissão da luta subversiva, ainda que os comunicados não o expressassem. Quanto à segunda aconteceu em Accra[95] (entre 15 e 22 de Abril de 1958) e ficou conhecida como a 1.ª Conferência de Estados Africanos Independentes (Garcia, 2003, pp.59-60). Nesta foram debatidos, entre outros pontos, "a política externa dos Estados participantes; o futuro dos Estados ainda dependentes; a descriminação racial; a colaboração económica, técnica e cultural entre os Estados independentes de África; a paz mundial; as actividades subversivas estrangeiram no continente africano; a criação de uma organização pan-africana permanente, entre outros (Santos, 1968, p. 205).No final foram apresentadas duas moções respeitantes à política de África: uma, de política geral, afirmava"a adesão dos africanos aos princípios da Carta das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Declaração da Conferência de Bandung", mostrando assim um grande sentido de unidade em relação ao Ocidente (Garcia, 2003, p.60). A segunda, sobre o futuro dos países não independentes de África, "recomendava a marcação de uma data para a independência de cada um dos territórios coloniais, convidando as potências administradoras a absterem-se de

[95] Nesta Conferência fizeram-se representar os seguintes países: Gana, Libéria, Etiópia, Sudão, Líbia, Marrocos e Tunísia. O Gana esteve representado pelo próprio N'krumah, presidente do Conselho; da Libéria foi o presidente da República, William Tubman; da Etiópia, o príncipe Sahle-Selassié; os restantes países estiveram representados pelos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros.

toda a repressão ou medida arbitrária nestes territórios"[96] (Decraene, 1959, p. 45)(Garcia, 2003, p.60).

De 25 a 27 de Julho de 1958, realizou-se o Congresso de Cotonou, com o principal intuito de constituir o Partido de Reagrupamento Africano (PRA). As questões-chave abordadas incluíram o reconhecimento imediato da independência[97], o estabelecimento de uma confederação entre a França e os seus antigos territórios ultramarinos e a constituição dos futuros Estados Unidos de África. Assim, os representantes do PRA reivindicarama supressão de todas as fronteiras estabelecidas após a Conferência de Berlim de 1885 para que os povos africanos pudessem unir as suas «complementaridades», mostrandoainda vontade de estabelecer a ligação entre Joanesburgo e o Cairo. A noção de Pan-Africanismo veiculada neste Congressonão se coadunava com o conceito inicial de «Negritude», estando mais relacionada com o debate acerca dos "eixos estratégicos, interesses multinacionais que flanqueavam os antigos poderes formais e com isso, projectos de assimilação ou hegemonia política a situar fora dos limites culturais da *Negritude*, como ela se definira e na prática se recusara, por via de assimilação cultural, ao Ocidente colonizador" (Monteiro, 1993, p. 221).

Nesse âmbito, diversas personalidades africanas como Nyerere [98] e Kaunda[99]solicitaram um encontro com políticos na África Oriental, a fim de tomarem uma decisão conjunta que seria divulgada publicamente na próxima Conferência de Dezembro de 1958, em Accra. Esta seria antecedida pela «Primeira Conferência dos Povos Africanos» (de 6 a 13 de Dezembro), na qual, entre mais de 200 delegados, havia representantes dos Movimentos de Libertaçãode Angola[100], da República Democrática do Congo e da África do Sul. Coube ao presidente do Gana explicar as etapas para a conquista de uma África mais unida, a saber: obter a liberdade e a independência e consolidá-las, criar a unidade e a comunidade dos Estados livres de África e proceder à reconstrução económica e social do Continente Africano (Garcia, 2003, p. 61). De igual modo, a ordem de trabalho previa o estudo dos projectos de reagrupamento dos Estados Africanos Independentes que seguiam os

[96]Na Conferência de Accra não se mencionou nada acerca dos territórios ultramarinos portugueses.

[97] No que diz respeito ao reconhecimento imediato da independência, da autodeterminação, ou da livre determinação, o *slogan* «procurai primeiro a independência e o resto vos virá por acréscimo», aceite unanimemente, expressava quais os verdadeiros propósitos dos cerca de quinhentos delegados presentes ao Congresso, em que as palavras de ordem acabaram por ser independência imediata e Estados Unidos de África (Decraene, 1959, p.47).

[98] Julius Nyerere (1922-1999) foi um político tanzaniano, presidente do Tanganyka Africa National Union (TANU), desde a independência desse território em 1962 e, posteriormente, da Tanzânia até se retirar da política.

[99]Kenneth Kaunda (1924-…) foi presidente da República da Zâmbia após a independência do país do Reino Unido. Foi chefe do governo zambiano entre 1964 e 1991.

[100]A União das Populações de Angola que esteve representada por Holden Roberto.

princípios de ajustamento das fronteiras artificiais, de fusão ou de federação sobre uma base regional, federação progressiva ou confederação (Decraene, 1959, p.49).

Nesta Conferência adoptaram-se três resoluções, visando a condenação do colonialismo (sob todas as formas) e o encorajamento dos movimentos de independência em África; a concertação de acções pacíficas destinadas a conquistar a independência e o pedido de aplicação dos Direitos do Homem (inseridos na Carta da ONU) em África, bem como o direito dos povos disporem de si próprios. Ao mesmo tempo, "prometia-se apoio a quantos fossem obrigados a usar de meios violentos para conquistar a independência" (EME, 1998, p.39). Todavia, a principal conquista foi a criação de um secretariado permanente (sediado em Accra) paramonitorizar a libertação do continente africano e para desenvolver solidariedade 'Pan-Africana', com pretensão de fundacionaros "Estados Unidos de África". Deste modo, lançavam-se(também) as bases para a criação da (futura) Organização de Unidade Africana (OUA).

As duas Conferências descritas anteriormente mostraram, por um lado, a vitalidade dos novos Estados africanos e, por outro, um esforço de libertação do domínio colonial, incentivando todos os povos a fazê-lo através de métodos rápidos e eficazes.

A segunda Conferência de Estados Africanos Independentes foi realizada de 4 a 8 de Agosto de 1959, na capital da Libéria, na qual se proclamou a autodeterminação dos territórios africanos colonizados.

De 25 a 31 de Janeiro de 1960, realizou-se em Tunes, capital da Tunísia, a segunda Conferência dos Povos Africanos que contou com a participação de Holden Roberto, representante da União dos Povos de Angola (UPA) e alguns representantes do Movimento Anticolonialistas (MAC). Holden Roberto reivindicou a independência para o território angolano num quadro africano, solicitando ainda que fosse inscrito na XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas o problema do Ultramar Português. De entre os pontos mais importantes tratados, salientam-se a condenação da política ultramarina portuguesa, a reafirmação do direito das populações da África portuguesa à independência nacional, a solicitação aos Estados Africanos independentes e a todos os povos do Continente que prestassem apoio incondicional e a exigência da libertação imediata de todos os prisioneiros dos territórios da África lusófona.

Na terceira Conferência dos Povos Africanos, realizada na capital do Egipto, Cairo, em Março de 1961, foi aprovado o "recurso à força para suster o imperialismo e foi reclamada a independência de todas as possessões portuguesas", o que indicia um progresso em relação à

Conferência de Bandung, "onde nada de concreto fora deliberado em relação aos territórios portugueses" (Garcia, 2003, p.69).

O projectode Nkrumah para tornar o continente africano efectivamente mais unido (ajudando os Estados sob domínio colonial a conquistarem a independência) - através da criação da Comunidade dos Estados Independentes e da União dos Estados Africanos -, não impedeo surgimento de desavenças que resultaram na organização de três grandes grupos.O primeiro foi formado durante a Conferência de Brazzaville (15 a 19 de Dezembro de 1960)[101], apelidando-se por «Grupo de Brazzaville». Dele faziam parte países como o Congo-Brazzaville, o Senegal, o Chade, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim, o Níger, o Alto Volta, a Mauritânia, o Gabão, o Benin, os Camarões e Madagáscar, os quais procuravam manter boas relações com as ex-colónias.

No ano seguinte, aquando da Conferência de Casablanca (4 de Janeiro de 1961)[102], por iniciativa do rei Mohammed V, é constituído o «Grupo de Casablanca» que integrava o Gana, a Guiné-Conacri, o Mali, o Egipto, a Frente de Libertação Argelina (FLA) e Marrocos, procurando que tivesse um cunho afro-asiático.

Em Maio de 1961, os Camarões, a Libéria, o Togo e a Nigéria organizaram aConferência de Monróvia[103], cujo objectivo principal era harmonizar as relações entre o Grupo de Casablanca e o Grupo de Brazzaville, no trilho para a unidade africana. Assim, este grupo ficou conhecido como «Grupo de Monróvia».

De 25 a 30 de Janeiro de 1962 realizou-se na cidade nigeriana de Lagos, a Conferência dos Estados Independentes, onde foram desenvolvidas mais diligências para o entendimento entre os dois grupos oponentes. Para além disso, a Conferência fica marcada

[101]De acordo com Nkrumah (1977) citado por Garcia (2003), no final da Conferência realizada em Brazzaville foram proferidos quatro grandes princípios: a procura obstinada da paz, indispensável à construção nacional e ao progresso da população; a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, onde nenhum Estado independente deixará que no seu território se instale um governo provisório com o fim de mudar o regime de um outro Estado africano independente; a necessidade de uma cooperação económica e cultural na base da igualdade e a utilização de uma diplomacia concertada no desenvolvimento de uma política internacional comum (p.63).

[102]No final da Conferência realizada em Casablanca foi publicada a «Carta Africana de Casablanca» que estabelecia uma Assembleia Consultiva Africana e um Alto Comando Africano. Nessa fazia-se ainda um apelo a todos os Estados independentes de África para que se associassem em acção comum, de forma a edificar a unidade e a segurança do continente. Este grupo era hostil ao Mercado Comum Europeu e a toda e qualquer espécie de cooperação das antigas colónias com os novos Estados africanos (Santos, 1968, 295).

[103]Na Conferência de Monróvia foram adoptadas seis grandes princípios: igualdade absoluta entre os Estados africanos; não ingerência nos assuntos internos dos Estados; respeito pela soberania de cada Estado; condenação formal da manutenção de focos de subversão dirigidos contra outros Estados; instituição de uma colaboração de acordo com a dimensão de África e baseada na tolerância, na solidariedade e na renúncia a qualquer liderança; não se desejava uma integração política dos Estados africanos, mas sim, acções determinantes do ponto de vista da identidade na solidariedade política e social africana (Santos, 1968, p.327).

pela ausência de representação dos Estados da África do Norte e pela solicitação ao governo português para que concedesse a independênciaaos territórios ultramarinos (Nkrumah, 1977).

Apesar de existirem inúmeras diferenças, no cômputo geral, estas conferências ambicionavam apelar à unidade africana e à criação de uma entidade capaz de regular a cooperação entre os governos dos diferentes países africanos. Contudo,os graves problemas que assolavam o continente (como a doença, a corrupção, a injustiça social, a fome, o baixo índice de desenvolvimento humano), evidenciam que a libertação do país colonizador não era a única solução para todos os constrangimentos da África Negra.

Aliás, nem sempre a independência política afigurava a independência económica, emergindo uma nova forma de sujeição: o neocolonialismo. A urgência na consolidação de uma África mais unida e mais coesa expressou-se na assinatura da Carta da Unidade Africana aquando da Conferência Pan-Africana de Addis-Abeba, a 26 de Maio de 1963 (Toynbee, 1975, p. 9).

O desejo da independência dos povos afro-asiáticos não foi apenas fruto das Conferências Africanas, sendo de salvaguardar o importante apoio político e jurídico conseguido através da Organização das Nações Unidas (ONU).A integração na cena internacional de um conjunto de países e de forças situadas nos territórios africano, asiático e américo-latino, "que até então sempre tinham sido mudos porque por eles falava a potência colonizadora, levou à constituição de um grupo de pressão, que com a sua expressão permanente na ONU e com uma conduta política internacional submetida a padrões comuns, se bateu por abolir no mundo aquilo que subsistia de situações coloniais" (Moreira, 1996, p.425). Nesse sentido, houve uma alteração significativa na composição da Assembleia Geral da ONU com a introdução dos(novos) Estados recém-independentes. Como tal, e em função dos interesses, os seus votos influenciariama tomada de decisões pela Assembleia, com todas as consequências daí advindas[104]. Para este quadro, contribuiu a assumpção e a consolidação do Neutralismo africano, passando os novos Estados a usufruir de maiores benefícios do que em relação ao alinhamento declarado e conferindo-lhes uma crescente e decisiva importância política, a nível internacional.

[104] Segundo Moreira (1996), esta alteração da composição da Assembleia Geral desprezou as suas características originais em relação ao colonialismo, as grandes potências condenavam o colonialismo de espaço vital, tinham em mente a Alemanha, mas não condenavam toda a espécie de colonialismo, uma vez que para a França, a Inglaterra e mesmo para a Rússia, se o fizessem, iriam contra a sua estrutura nacional e os seus interesses no mundo.

II.3. A ONU e a descolonização dos Países Africanos

Desde 4 de Julho de 1776, dia em que ocorreu a independência dos Estados Unidos da América, o princípio da autodeterminação dos povos adquiriu maior ênfase na política internacional, pelo que foi inscrito na Carta das Nações Unidas (artigos 1.º e 55.º), apesar de alguns países colonizadores continuarem a exercer "a missão civilizadora"nos territórios que ainda não tivessem plena capacidade de se auto-governarem.As ideias subjacentes à autodeterminação foram impulsionadas com o propósito de libertar os territórios ocupados pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, propagando-se e sendo reivindicada para todos os territórios localizados fora da Europa. Assim, para dar virtualidade ao conceito «autodeterminação dos povos», recorreu-se a sucessivas interpretações da Carta da Organização das Nações Unidas (Garcia, 2001, p.80).

A declaração de apoio à independência dos países africanos foi efectuada a 14 de Dezembro de 1960, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 1514 (XV)[105], onde foi aprovada "a concessão daindependência aos países e povos coloniais". Conforme as suas directrizes, dever-se-iamdiligenciar medidas imediatas nos territórios sob tutela, não autónomos e em todos os outros que ainda não tivessem conquistado a independência. Neste contexto, a transferência de poderes aos territórios não autónomos deveriam acontecer sem nenhuma condição ou reserva, conforme a vontade dos povos e dos votos livremente expressos e sem nenhuma distinção. A Resolução acrescentava ainda que todas as tentativas que visassem a destruição parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial de um país eram incompatíveis com os objectivos e com os princípios da Carta da ONU.

Se antes se considerava que a «Carta» enunciava somente princípios (e não direitos), a Resolução da ONU 1514 (XV) permite estabelecer 'a ponte' entre ambos, relacionandocabalmente a ideia de autodeterminação ao processo de descolonização (Salazar, 1967, p.309)[106]. O princípio de autodeterminação inicialmente exposto na «Carta», não se

[105]Resolução 1514 (XV) intitulada «Declaração para a Independência aos Povos e Países Coloniais» e aprovada em 15 de Dezembro de 1960, com 69 votos a favor, 2 votos contra e 21 abstenções. Nesta declaração, a Assembleia Geral da ONU indicou que a sujeição dos povos ao domínio e à exploração estrangeira negava os direitos fundamentais do Homem, sendo um documento de natureza diferente da Carta das Nações Unidas que compromete a paz e a cooperação mundiais.

[106]Deste modo, a Resolução (que visava a eliminação de todas as formas do colonialismo e de todo o tipo de dominação, de exploração e de sujeição dos povos oprimidos), procura a libertação dos povos que ainda se encontravam sob o jugo colonial e defende o direito de exercício da soberania e da integridade nos seus territórios (Garcia, 2003, p. 66).

revia com o da independência, isto é, tratavam-se de noções distintas. Porém, com a Resolução 1514 (XV) foi determinado que o princípio da autodeterminação fosse a própria independência: "deixamos de estar aqui perante o livre exercício do direito de autodeterminação pelo povo colonizado para estarmos perante uma heterodeterminação pelas Nações Unidas do futuro desse povo" (Pereira, 1993, p. 541). Perante a ONU, todos os povos do mundo tinham direito à livre determinação. Todavia, a Organização parecenunca ter definido claramente o conceito de «povo». Não atentando numa matriz objectiva, desconsiderou a preparação e o grau de maturidade das populações abrangidas "para a independência", peloque em nenhum deles se procedeu em conformidade com a Resolução 1541 (XV). Nesse sentido, a Assembleia Geral definiu que era obrigatório informar quando o território fosse geograficamente separado e distinto, étnica e culturalmente, da potência administrante e, nos casos em que estivesse sob subordinação, era exigido igualmente a transmissão de informações. De igual modo, era ainda admitida a sua integração desde que houvesse conhecimento e vontade democrática, num processo conduzido imparcialmente e por sufrágio universal.

Todavia, não se efectuou qualquer consulta democrática às populações, para averiguar as suas intenções, daí que - em virtude das subsequentes 'independências' - a transferência de Poder tenha ocorrido directamente da administração colonial para os movimentos de libertação (Moreira, 1995).

É importante referir que a política de descolonização patente na «Carta» da ONU surgira do interesse das triunfantes superpotências da Segunda Guerra Mundial, embora não pudesse ser aplicada "naquela parte do mundo", dado não integrar as suas zonas de influência e de expansão. Para Garcia (2001), essa foi a razão fundamental para que não se levantasse "a questão da autodeterminação dos povos em territórios com relevante importância geoestratégica na Ásia Central, em regime de «telecomando» colonial da URSS, assim como não nunca se contestou que o Hawai e o Alasca fossem integrados nos EUA" (p. 81).

No período pós Segunda Guerra Mundial, as questões relativas ao anticolonialismo passam efectivamente a integrar a agenda política internacional. Tanto os Estados Unidos da América, como a União Soviética, assumiam-no, embora no caso americano não revestisse uma concepção geral (querendo isso significar que dependia da especificidade de cada situação). Apesar de questões doutrinárias e de estratégia política diferenciadas, a posição dos soviéticos converge com a dos EUA, obedecendo a diferentes paradigmas conforme se examina o problema colonial. Ou seja "assume uma posição em relação a territórios sujeitos à

soberania da Rússia, e outra em relação a territórios sujeitos à soberania de outras potências" (Garcia, 2001, p. 81). Porém, na Assembleia Geral da ONU afirmavam-se outros grupos de carácter anticolonialista: "os Escandinavos por motivos económicos; os Afro-Asiáticos, porque são antiocidentais; os Latino-Americanos, pelo facto de serem colonizados por Espanha e Portugal" (Nogueira, 1961, p. 63).Garcia (2001) explica que, na verdade, o anticolonialismo surgiu por razões rácicas e económicas e/ou em virtude de ressentimentos com origem em submissões seculares, surgindo assim a política anticolonial da ONU.

Trazendo à discussão o caso português, a admissão de Portugal ao Conselho da UNU, em 14 de Dezembro de 1955, despoleta - por parte daquela Assembleia - um interrogatório versando a possessão de territórios colonizados. Os representantes portugueses negaram, sendo seu parecerque Portugal não tinha territórios dependentes ou não autónomos, dado que eram automaticamente independentes com a própria independência da Nação (Nogueira, 1961, p.422 - 426). Em Janeiro de 1957, a ONU interpela novamente Portugal sobre a problemática dos territórios não autónomos e, excedendo o espírito e a letra da «Carta»[107], procurou provar a existência de áreas coloniais (Nogueira, 1961).Perante os argumentos apresentados por Portugal, assumindo posição oficial fundamentada nos textos constitucionais[108] e na própria «Carta»[109], a Assembleia Geralda ONU, por intermédio da Resolução 1467 (XIV), de 12 de Dezembro de 1959, constituiu uma comissão especial de seis membros [110] para analisar os princípios que todos os membros deveriam focar para a elaboração dos relatórios. Com este propósito, a comissão redigiu um preâmbulo que ficou conhecido como «Relatório dos Seis», no qual foi reiterada a obrigatoriedade da prestação de informações sobre todos os territórios não autónomos, sendo entendido como «território não

[107]Segundo Nogueira (1961) citado por Garcia (2001), a constituição portuguesa não reconhecia a existência de territórios não autónomos, não sendo lícito que algumas partes da Nação tivessem um determinado estatuto internacional e outras não. Ora, apenas os Governos podiam interpretar e aplicar as suas próprias constituições e o governo português negava às Nações Unidas a menor competência na matéria. As Nações Unidas não tinham competência para analisar as constituições nacionais, nem discuti-las. O Art. 73.º, ao prever a prestação de informações pelos países que quisessem ou pudessem fazê-lo, fora cauteloso, e dispusera que - em todos os casos - tal prestação teria de se subordinar às limitações da ordem constitucional. Só Portugal, na sua qualidade de Estado-membro, poderia saber quais as limitações que a sua Constituição lhe impunha (pp. 100-105).

[108]Dos números 2.º a 5.º do Artigo 1º da Constituição de 1933, são definidas quais as parcelas do território português, nele se incluindo Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, S. João Baptista de Ajudá, Goa, Macau, Timor.

[109]Conforme Nogueira (1980), o Governo português não devia prestar informações às Nações Unidas porque estas, querendo considerar os territórios Portugueses não autónomos, não só violavam a Carta como também a prestação de informações equivaleria a admiti-lo. Pela Constituição de 1933, Portugal era uno e indivisível, além do mais, o Ultramar Português, segundo Salazar, já era independente com a independência da Nação (Nogueira, 1980, p. 340)

[110]A comissão era constituída pelos representantes dos EUA, da União Indiana, do México, de Marrocos, da Holanda e de Inglaterra.

autónomo» aquele que estivesse separado geograficamente e possuísse uma distinção étnica e cultural do país administrante.

Em relação ao caso português, e por intermédio da Resolução 1541 (XV) e dos princípios do «Relatório dos Seis», foram considerados como territórios não autónomos Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, S. João Baptista de Ajuda, Goa, Macau e Timor(Resolução 1542 (XV)[111]). Nesse sentido, as duas últimas Resoluções permitiram clarificar a classificação do colonialismo, aplicável aos territórios portugueses em África (Garcia, 200, p. 89).

Em 27 de Novembro de 1961, a Assembleia Geral das Nações Unidas concebe o Comité Especial para a implementação da «Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais» com a finalidade de conferir e de administrar a Resolução 1514 (XV)[112]. Esteinsistia na urgente necessidade de se alargar o direito à autodeterminação no contexto colonial, podendo assim fazer imposições às potências colonialistas da aplicação das medidas que estas não tomassem por iniciativa própria[113] (Moreira, 1996, p. 90). Pode-se constatar que a ONU, avançando nos seus intentos e principalmente através doComité,"controlou a actividade colonizadora dos governos, e que o instrumento principal da linha efectivamente seguida foi a IV Comissão que, de acordo com Moreira, ocupando-se da descolonização, sustentou que lhe pertencia identificar e extinguir todas as relações de dependência colonial " (Martins, 1986, p.91).

Através da Resolução 1807 (XVII), de 14 de Dezembro de 1962, a Assembleia Geral reafirmou a sua postura crítica em relação a Portugal, pelo facto de não conceder a imediata autodeterminação às populações por si administradas, manifestando preocupação pela intensificação de medidas de opressão sobre povos autóctones. Nessa linha, solicitou-se que Portugal adoptasse as medidas aconselhadas pelo Comité das Nações Unidas, as quais o Presidente do Conselho português, Oliveira Salazar, entendia comoo "proporcionar da divisão de territórios sem unidade sólida" (Salazar, 1967, p.323).

[111]Resolução da Assembleia 1542 (XV), aprovada em 15 de Dezembro de 1960, com 68 votos a favor, 17 abstenções e 6 votos contra.

[112] O Comité Especial para a implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, no desempenho das suas funções, examinava os obstáculos que, em determinado território, se opunham à descolonização. Era também da sua competência a análise das petições que lhe eram enviadas.

[113]Para Moreira(1996), "quer pela prática adoptada de perguntar aos Estados se administram territórios não autónomos, quer pela atitude assumida ao tomarem simplesmente nota dos territórios que os Estados declararam estarem nessas condições, implicitamente se admitiu que só cada Estado é competente para determinar a natureza dos seus territórios e para averiguar se encontram em condições de prestar as informações previstas no capítulo XII " (p. 90).

O país seriaainda (por diversas vezes) convidado a participar nos trabalhos do Comité, repto que não aceitou[114], assim como recusou a recepção em território nacional de uma delegação da ONU. As inconformidades verificadas pelos órgãos das Nações Unidas, adensavam-se com a forte convicção (do Governo Português) de que o Ultramar já era independente com a independência da Nação. No período compreendido entre 1950 e 1960, Portugal sofreu um progressivo isolamento internacional devido à erupção de nacionalismos, perdendo os principais apoios dos países ocidentais aliados em função da crescente defesa do anticolonialismo pela ONU. Conforme Moreira (1996), era "o início do cerco e posterior ataque, na segunda metade da década de 50, que conduziram àquela que ficaria conhecida pela mais longa linha de batalha do mundo" (p.443).

Assim, era perceptível um acentuado contraste entre as políticas descolonizadoras desenvolvidas nas colónias inglesas e francesas e as poucas encetadaspela nação portuguesa. No entanto, a História demonstrara que a sua resistência na concessão das independências apenas atrasava o processo uns anos, acabandopor "lançar os movimentos nacionalistas nos braços dos comunistas" (Telo, 1994, p. 250).

No que se refere à intervenção da Organização das Nações Unidas,poder-se-á concluir que as medidas delineadas introduziram alterações significativas no modo como foi processada a descolonização. Assim, a partir de Dezembro de 1960, a sua actuação foi delegadaao Comité Especial, órgão que - como já mencionamos - tinha como missão implementar a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais adoptada em 1960 (Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro) e segundo a qual todos os povos tinham o direito de decidir livremente qual o seu estatuto político e o seu modelo de desenvolvimento económico, social e cultural.

Numa perspectiva geral, as Resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV) possibilitaram o início de uma nova fase no envolvimento das Nações Unidas no processo de descolonização dos países da África Lusófona. Nos anos subsequentes, houve uma intensa campanha contra o colonialismo português, provendo a Organização de uma nova «política» para que se procedesse à rápida descolonização e, daí, possibilitando a participação activa dos Movimentos de Libertação das colónias portuguesas nas actividades da ONU. As pressões internacionais exercidas sobre o Estado Português foram fundamentais para a legitimação da

[114]A recusa de Portugal em participar nos trabalhos da ONUalicerçou-se no facto de não ser membro. Ou seja, não havendo justificação legal, só poderia entender-se a sua participação como um favor político ou então como arguidos que se vão defender de acusações.

luta empreendida pelos Movimentos de Libertação, culminando com a autodeterminação e coma independência dos territórios africanos.

II.4. A Organização de Unidade Africana (OUA)

As primeiras Conferências Pan-Africanas realizadas no continente africano ocorreram no início da década de cinquenta (século XX). A partir de 1958, diversas personalidades políticas africanas (entre outros, NKrumah, Senghor, Nasser) almejavam a criação de uma organização que unisse os Estados independentes (à semelhança dos EUA).Não obstante o esforço empregue por si, tornaram-se inconciliáveis duas tendências entre os Estados Africanos representadas pelo«Grupo de Brazzaville» e pelo «Grupo Casablanca».

Aquando da fundação da Organização de Unidade Africana (OUA), a força política que presidiria à sua edificação orientava-se pela necessidade de desenvolvimento de organismo que acolhesse os mais recentes independentes Estados africanos, conferindo-lhes um enquadramento continental. Num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, África procurava emergir enquanto entidade coesa num cenário fortemente bipolarizado, sendo evidentes algumas divergências:

> "O Grupo de Casablanca e o Grupo de Monróvia; o pan-arabismo ameaçava alastrar e absorver mesmo os Estados negros, ciosos da sua personalidade soberana; cerca de mais de uma dezena de países africanos se preparavam para se associarem à Comunidade Económica Europeia, contra o parecer de muitos Estados africanos, que encaravam este facto como um retorno a formas coloniais, a um neocolonialismo; políticos africanos não faziam segredo da sua ambição de liderança e de domínio sobre os outros países" (Santos, 1968, p 354).

A constituição da OUA aconteceu no dia 22 de Maio de 1963 em Adis-Abeba[115], sendo inicialmente constituída por 30 países africanos. Os seus principais objectivos encontravam-se explanados no artigo 2.º da Carta fundamental:

[115] O discurso inaugural foi proferido pelo chefe de Estado da Etiópia, Hailé Selassié, destacando que "o caminho da unidade africana já se encontrava balizado, e que esta Conferência não podia terminar sem a adopção de uma Carta Africana" (EME, 2006, p.22). Da Conferência resultou a criação da Carta da Organização da Unidade Africana, cujos principais órgãos eram a "Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Secretariado-Geral e a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem" (Santos, 1968, p.374). De igual modo, foi criado um Comité de Libertação Nacional, órgão

> " (…) Reforçar a unidade e a solidariedade dos Estados africanos; defender a sua integridade territorial e a sua independência; coordenar e intensificar a sua cooperação e os seus esforços para oferecer melhores condições de assistência aos povos africanos; favorecer a cooperação internacional de acordo com a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; eliminar, sob todas as formas, o colonialismo em África" (Santos, 1968, p. 373).

A primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros da OUA realizou-se em Dakar, de 2 a 11 de Agosto de 1963, onde participaram 32 Estados e alguns líderes de movimentos de libertação africanos, além de observadores não africanos vindos de França, Inglaterra e EUA. A finalidade deste primeiro encontro pretendia«pôr» em funcionamento a estrutura da Organização, tendo-se encarregue uma subcomissão do estudoda problemática angolana, a qual concederia apoio à UPA, paralelamente opondo-se ao reconhecimento do PAIGC, da Guiné.

A segunda sessão ordinária do Conselho de Ministros da OUA ocorreu em Lagos, entre 24 e 29 de Fevereiro de 1964, caracterizando-se pela tentativa infrutífera (proposta pelo Gana)de criação de um Alto Comando Africano e pelapresençade algumas individualidades dos principais movimentos de libertação da África lusófona (Jonas Savimbi, pelo Governo da República de Angola no Exílio, Agostinho Neto, representando o Movimento Popular de Libertação de Angola e Paulo José Gumane, pela União Democrática Nacional de Moçambique).

As sessões preparatórias dos chefes de Estado tinham frequência bi-anual e, à época, as questões aglutinadoras de reflexão incidiam naluta de libertação dos povos africanos. Na sessão do Cairo (de 13 a 17 de Julho de 1964), apenas Amílcar Cabral foi autorizado a falar em nome dos Movimentos dos territórios portugueses, o que constituiu um sério revés para o GRAE, o MPLA, a UDENAMO, a FRELIMO e, sobretudo, para a FLING (Frente de Libertação e Independência da Guiné) que apresentou um vigoroso protesto (EME, 2006, p.23). De igual modo, os países africanos solicitaram a formação de uma frente de libertação única em Angola, em Moçambique e na Guiné. Por seu lado, o MPLA requereu liberdade de acção, não tendo sido tomada qualquer posição e pressentindo-se que se iniciara a escalada deste Movimento perante o GRAE.

Nos anos seguintes, efectuar-se-iamoutras reuniões, relevando-se a sessão de Outubro de 1965, em Accra, na qual a Comissão de Libertação da OUA foi acusada de ser ineficiente (o que parecia corresponder à realidade), reforçando-se a posição do GRAE na luta

---

responsável pelo apoio a nível financeiro e militar aos movimentos de libertação dos países ainda sob domínio colonial.

em Angola. De facto, a Organização da Unidade Africana que fora instituída com intenção de estabelecer a Unidade Africana, nunca conseguiu atingir tal propósito. Porém, envolvendo-se permanentemente na resolução de grandes problemas existentes no continente africano, na maior parte das vezes conflitos entre grupos armados[116].

Em suma, a OUA, entre 1963 e 1974, nunca encontrou a melhor forma de se afirmar e prestigiar, não obstante a simpatia e o acompanhamento por parte da ONU. Apesar de não ter conseguido resolver muitos problemas graves que assolavam o continente africano, a verdade é que a Organizaçãose transformou numa poderosa «tribuna» contra a presença portuguesa em África e numa forte «trincheira» dos movimentos de libertação que dela se serviam para projectar a sua ideologia no panorama internacional.

II.5. As Grandes Potências Mundiais e a Estratégia de Penetração em África

Após a Segunda Grande Guerra, as principais potências europeias (França e Inglaterra)queriam manter as suas colónias mas, apercebendo-se da não viabilidade da situação, iniciaram processos de descolonização que lhes possibilitassem controlar as novas elites africanas. De modo semelhante, a União Soviética, os Estados Unidos da América e, mais tarde, a China, também começaram a alargar as suas áreas de intervenção ao continente africano.

II.5.1. A União Soviética

O interesse da União Soviética pelos Continentes Africano e Asiático incrementou-seno Congresso dos Povos Oprimidos (realizado em Baku, 1920), marcando "o ponto de partida para um programa de infiltração e de penetração" que visava a conquista de áreas de

[116]São exemplos de grandes problemas, a deposição em 6 de Março de 1965 de NKhrumah, do Gana, um dos mais aguerridos dirigentes e defensor das causas africanas, a declaração de independência unilateral da Rodésia por Jan Smith, em 11 de Novembro do mesmo ano. Sempre assoberbada com as diferenças de interesses entre países e nos apoios divergentes destes aos problemas emergentes, a OUA nem sequer foi capaz de assegurar algumas das alianças regionais que se formaram no final dos anos 50 e início da década de 60, como é o caso da querela que desfez a união entre o Gana e a ex-Guiné francesa (Nunes, 2006, p.24)

importância estratégica (Antunes, 1992, p.247).As intenções soviéticas da expansão comunista são ilustradas pelas declarações deStalin (1948):

> [Se retirarmos] "ao Ocidente as suas possessões coloniais, reduzimos o lucro do capitalismo, baixando assim o padrão de vida das classes trabalhadoras e criando a situação propícia para os movimentos revolucionários, que facilitarão o movimento de cerco da Europa através da África" [117].

Neste contexto, aUnião Soviética procurou introduzir-se no continente africano, aliando-seaos movimentos de libertação em nome do proletário internacional, passando a dispor - após a Conferência de Bandung - de um instrumento eficaz. Nessa ordem de ideias, e para concretizar os seus objectivos, a União Soviética enviou dois mandatários aos países do Sudoeste Asiático, no período compreendido entre 18 de Novembro e 21 de Dezembro de 1955, a fim de garantir a sua adesão aos princípios da Conferência de Bandung. Com esta política, os soviéticos pretendiam atingir objectivos delineados e obter um sólido apoio baseado "num exército convencional poderoso e num respeitável poder naval de guerra e mercante, ou seja, (…) de forças armadas preparadas para actuarem à escala mundial, quando e onde necessário, na defesa dos seus interesses" (Garcia, 2001, p.149).

O Continente Europeu era encarado com interesse (na criação de situações divisionistas da Aliança Atlântica, no atraso da Comunidade Europeia, na diminuição da dependência dos EUA e na retirada das forças americanas da Europa) e, ao mesmo tempo, com preocupação (na consolidação da sua área de influência). Assim, de uma forma geral, a estratégia da União Soviética para o domínio da Europa consistia em garantir o controlo das zonas de passagem entre o Norte e o Sul do Atlântico (visando atingir os Estados Unidos ou pelo menos, desfiar as suas atenções da Europa e da África); obter o controlo do movimento comercial marítimo que atravessava o Cabo da Boa Esperança e conquistar uma posição privilegiada na distribuição das matérias-primas de África para os países industrializados europeus (Monteiro, 1963, pp.218-219).

Quanto a África, a União Soviética pretendia dividi-la em África do Norte e África Negra para ter maior facilidade na sua conquista (Garcia, 2003, p.109). Para concretizar esse objectivo, começaria por penetrar em direcção ao Golfo da Guiné, combinando esta com outras duas incursões: a primeira, em direcção ao Oceano Atlântico, passando pelo Egipto e pela Argélia; uma segunda, a Leste, em direcção a Moçambique. Nessas regiões, os soviéticos

[117]Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (1964). *Plano comunista para a conquista de África*. Supintrep N.º 7. Maputo. Arquivo da Defesa Nacional [ADN], Julho 9, Confidencial.

procuravam enraizar a sua política económica, transmitir políticas anti-ocidentais e servir de suporte à expansão da influência aos países vizinhos, pelo que apoiavam movimentos de libertação específicos (Garcia, 2003, p.109).Assim, Angola e Moçambique eram um alvo remunerador, acrescido de vantagem conferida pela possibilidade de exercer pressão sobre países destes dependentes (Ibidem, p. 110). De forma geral, a estratégia soviética procurava arruinar as economias ocidentais e, em simultâneo, agravar as divergências entre os EUA e os países europeus pertencentes à Aliança Atlântica. Em relação ao continente africano, as suas acções revelaram-se prudentes,uma vez que África não constituía um objectivo prioritário comparada com outras regiões do Terceiro Mundo (como é o caso do Médio Oriente).(Ibidem, p. 110).Contudo,os soviéticos souberam aproveitar todas as oportunidadespara influenciarem e para se afirmarem como 'superpotência mundial'.

No que concerne ao domínio do Terceiro Mundo, Garcia (2003, pp.110-112) considera que a União Soviética privilegiou três formas de actuação: o processo ideológico, a ajuda económica e técnica e a ajuda militar, as quais sucintamente se descrevem nos pontos seguintes.

O processo ideológico

Consoante as circunstâncias apresentadas, a actuação poderia ser de índole cultural, clandestina e/ou oficial, formando os futuros líderes políticos dos movimentos de libertação africanos nos seus estabelecimentos de ensino militar e Universidades. A actividade propagandista soviética recorria a uma diversidade de técnicas, como a rádio, os livros, os acordos comerciais e técnicos oua assistência económica, assentando, segundo Garcia (2003, p. 110), essencialmente em três pontos:

- O socialismo era a única via alternativa ao subdesenvolvimento;
- A ajuda soviética aos países em vias de desenvolvimento reforçava a sua independência económica e política, ao passo que a ajuda ocidental/capitalista aumentava a sua dependência;
- A URSS era pacifista e condenava o racismo.

A propaganda soviética era apoiada por instituições especializadas pertencentes à Universidade de Moscovo e por diversos centros culturais e de amizade distribuídos pelo mundo. Livros, jornais e revistas eram distribuídos gratuitamente para os países em vias de desenvolvimento através das embaixadas e das representações diplomáticas. Tendo em conta

que o principal alvo da actividade propagandista soviética era sobretudo a camada juvenil, tinham também diversos centros de acolhimento a estudantes, como foi o caso da Universidade Patrice Lumumba, em Moscovo (Garcia, 2003, p. 111).

A ajuda económica e técnica

A segunda forma de actuação no Terceiro Mundo alicerçava-se na ajuda económica e técnica, visando introduzir nesses mercados os seus produtos (que não eram competitivos no mercado ocidental). Este tipo de ajuda dependia, essencialmente, de três factores: "da assinatura de protocolos de cooperação e de comércio; da oferta de créditos eda realização de projectos técnicos. Desta forma, os soviéticos tentavam substituir, através da assistência técnica, as grandes companhias ocidentais e, assim, obter domínio sobre a produção e a comercialização dos recursos naturais (Ibidem, p. 111).

A ajuda militar

A ajuda militar eraoutra forma de actuação, estabelecida geralmente através de acordos bilaterais que variavam desde a formação e instrução de quadros à venda de material e equipamento militar.Com o intuito de envolver-se nas organizações internacionais, a União Soviética, em 1957, apresentou uma proposta ao Conselho de Tutela das Nações Unidas que visava a criação de uma comissão de investigação sobre as colónias, cuja administração não se encontrava sob a jurisdição da ONU (Ibidem, p. 111). Será interessante constatar que durante as Conferências de Solidariedade Afro-Asiáticas, a influência soviética permitiu incluir os territórios da África lusófona "na lista dos povos a libertar do colonialismo" (Ibidem, p.111). Daí que, em 1957, o Partido Comunista Português (PCP) "subordinado às decisões do XX Congresso do Partido Comunista da URSS"tenha levado a cabo uma intensa campanha contra a opressão dos territórios ultramarinos, tendo obtido apoios de diversos sindicatos, círculos administrativos e associações estudantis (Ibidem, p. 112). Em traços gerais, os soviéticos procuraram superar a influência ocidental econter a influência chinesa. As suas estratégias de incursãonos países ditos do Terceiro Mundo foi reflexo dos seus interesses gerais nosplanoseconómico, ideológico e de estratégia militar.

II.5.2. Os Estados Unidos da América

Após a Segunda Grande Guerra vivenciava-se um clima intenso de oposição entre as duas maiores superpotências mundiais:a Guerra Fria. Durante esse período surgiram diversos conflitos, de carácter regional em que as partes adversárias se confrontavam por nações interpostas«guerras por procuração», em zonas de extrema importância para a economia europeia[118] (Cunha, 1990, p.80). São exemplo os territórios «Alcora» - Angola, Moçambique, a Antiga Rodésia e a África do Sul – "queconsiderados na balança mundial de poderes de equilíbrio estratégico nuclear, onde da confrontação se passou para a negociação estratégica, possuía vantagem, pelo menos aparentemente, o Bloco Leste, que passou então a conferir especial ênfase à estratégia indirecta, face à qual o ocidente respondia defensivamente" (Garcia, 2001, p.144).Deste modo, as grandes potências europeias, precavendo-se das possíveis intenções soviéticas, criaram com os EUA uma aliança defensiva: a «NATO»[119].

Entretanto, devido à pressão exercita pelas Nações Unidas aos territórios ultramarinos portugueses, a NATO convocou diversas reuniões, onde seriam debatidas questões relacionadas com as reformas que Portugal tinha de empreender no continente africano, bem como a urgência de se efectuar uma campanha de propaganda nos EUA para elucidar e para auscultar a opinião pública quanto aos objectivos da política portuguesa. As reestruturações foram-se processando, ainda assim acarretando discórdias e acometimentos por parte dos membros da ONU à nação. Em Agosto de 1961, Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, anunciou publicamente o programa de reformas governamentais, em que uma das principais mudanças consistia na abolição do Estatuto do Indígena. Todavia, tendo em conta que os autóctones dos territórios Ultramarinos Portugueses não conseguiam viver sob as normas da legislação portuguesas (excepto aqueles que tinham conquistado o estatuto de assimilado), continuavam na observância dos seus usos e costumes (Antunes, 1992, p. 242).

Para os EUA e seus aliados, o continente africano representava apenas um território útil para desenvolver as suas manobras, ao contrário de Portugal que o considerava um complemento da Europa. Assim, por intermédio de acordos bilaterais entre Portugal e os EUA houve um facilitismo por parte do governo português, no que se refere à presença dos

[118]A forma de actuação nestas zonas marginais de desempate, na procura de objectivos que lhes conferissem uma posição geopolítica compatível com os seus interesses, passou a ser a confrontação interposta, por procuração.

[119]A «Guerra Fria» atingia o seu auge e, neste contexto, a criação de uma organização de defesa entre os países da Europa ocidental não podia deixar os Estados Unidos numa posição de indiferença.

americanos nos Açores, sem a renovação formal do acordo das Lages[120], permitindo que os EUA, secretamente, se comprometessem "a que o equipamento militar da NATO pudesse ser utilizado em África", e empurrando-os para uma política de moderação em relação a Angola, conseguindo assim substituir nas moções afro-asiáticas, «independência» por «autodeterminação» (Garcia, 2001, p. 145).

Nos finais de 1956, Portugal colocou à disposição da NATO as bases militares do Montijo e de Beja, reforçando o seu contributo e interesse pelaAliança. De igual modo, procurou apoiosque permitissem "vedar" o acesso soviético à costa ocidental de África, onde se incluía o importante aeroporto da ilha do Sal (Ibidem, p. 146).

A eleição de John Kennedy[121] como presidente dos EUA veio quebrar com cerca de "15 anos de benevolência protectora dos Estados Unidos, e Portugal ia debater-se com as pressões desestabilizadoras da superpotência aliada" (Ibidem, p. 146).Ademais, o chefe de governo norte-americano, a 20 de Outubro de 1961, numa reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, afirmou que era crucial resolver o problema de África e que os países africanos poderiam contar com o seu apoio para alcançarem a autodeterminação, impedindo (também) que o continente africano ficasse sob domínio soviético. Todavia, a alteração da política norte-americana em relação a África, inscreve Portugal num completo isolamento internacional (Garcia, 2001, p. 147).

Do ponto de vista das potências europeias, o continente africano tinha grande relevância no complemento económico da Europa e na defesa militar do seu flanco meridional. Para os EUA,África era vista, por um lado, como um eventual mercado para a comercialização dos seus produtos excedentários e, por outro, como potencial fornecedor de matérias-primas, nomeadamente de minérios, persistindo a ideia de que, onde fosse eliminada a influência europeia, ganhar-se-ia um novo campo de influência norte-americana (Ibidem, p. 147). Olhando à conjuntura da época, a situação que se vivia era de disputa e de conflito mútuos entre as grandes potências e estas,sob pretexto da eliminação do colonialismo, orientaram os seus esforços para os territórios ultramarinos portugueses situados nas zonas de confluência dos seus poderes políticos. Deste modo, as colónias portuguesas em África foram padecentes dessa competição que, no caso da África Austral, visava sobretudo o controlo da linha de união do Oceano Índico ao Oceano Atlântico.

[120]O acordo das Lajes é um Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, no qual permite os EUA, e por extensão a OTAN, o acesso privilegiado a uma base aérea nos Açores.

[121]John Kennedy (1917-1963) foi um político norte americano eleito (o mais jovem) presidente dos Estados Unidos da América em 1960, tendo sido assassinado em 1963.

II.5.3. A China

O início oficial das actividades chinesas em África deu-se a partir de 1956, através de relações diplomáticas com o Egipto. Nas décadas seguintes, essencialmente marcadas por teorias ideológicas e não tanto por interesses económicos, a China iria ser dos grandes impulsionadores e apoiantes dos movimentos de libertação do continente africano. Neste contexto, em conformidade comGarcia (2003), as suas actividades na África subsaariana pretendiam, por um lado, incrementar a influência nacional na região e, por outro, persuadir a sua declarada intenção deconstrução do socialismo e do comunismo no continente[122] (p. 112). Isto porque a China, potência em franca ascensão, perspectivava-o como um território de expansão e de colocação dos seus excedentes demográficos (Ibidem, p. 112).

O líder do Partido Comunista Chinês, Chou EnLai, era de parecer de que existia no território africano "uma excelente sit n n nuação revolucionária" (Almeida, 1966, p. 101) e, por isso, desenvolveu com os países da África Negra diversos acordos, de entre os quais se destacam os "acordos comerciais, empréstimos ou a realização de projectos com interesse" (Garcia, 2003, p. 112)[123].

A partir de Janeiro de 1964, após o golpe de estado na Tanzânia, a China passou a desempenhar um papel mais activo na ajuda aos movimentos de libertação africanos, tornando mais seguras as suas relações diplomáticas com os Estados e com movimentos (principalmente da África do Sul e da África lusófona). Nesta altura, o desenvolvimento da política externa chinesa em Áfricafoi conseguido ao longo de diversas etapas:

> "De um alinhamento inicial com Moscovo, de quem se afastou, passou para um interesse na região Central e do Norte", [para depois] "exercer o seu esforço na vertente Oriental, sendo forçada com a revolução cultural, a um esforço de introspeção, até que com o findar daquela, em Agosto de 1968, a ofensiva tomou novo rumo, mais clássico, o da assistência técnica e financeira" (Ibidem, p.113).

[122] Face ao policentrismo comunista em que ambos detinham o maior interesse em conquistar os favores africanos, estes últimos eram apenas espectadores eventuais, na possível contra-ofensiva ideológica ocidenta (Garcia, 2001, p. 156).

[123] Os créditos e auxílios concedidos pela China à África entre 1959 e 1969 "foram de 949 milhões de dólares norte-americanos. Os princípios dominantes da cooperação entre a China e os países africanos eram: O auxílio nunca deveria ser sob a forma de donativo, mas sim uma colaboração e um motivo de troca recíproca; seriam prioritários os empréstimos que necessitassem de um investimento mínimo com resultados de curto prazo (Ibidem, p. 156).

Deste modo, com o fim da revolução cultural, a política chinesa relativa ao continente africano sofreu grandes alterações e o seu centro de interessedireccionou-se para o apoio económico e militar. Assim, a China começou a dedicar-se aos contactos inter-Estados e à diplomacia convencional com os países da África Negra, desvalorizando os seusideais revolucionários e ideológicos (Ibidem, p. 113).

A China começou a ser vista como uma grande potência, concorrendo não só com a Rússia, como também com os países do Ocidente. Em 1970, o líder Chinês, Chou EnLai, "proclamou mesmo a sua vontade de não se imiscuir nos assuntos internos dos outros países, admitindo que a revolução do tipo chinês não poderia ser transposta para África, pois o caso deste Continente era muito diferente do seu" (Garcia, 2001, p.155).A configuração do marxismo chinês continha alguma originalidade advindadas condições específicas do país, onde o proletariado quase não existia e, daí, sendo aplicado à classe rural[124]"toda a força revolucionária" (Almeida, 1966, p. 187).

Na China,o Partido Comunista dirigia um conflito armado que, além de representar o estandarte da sua libertação, se revestia também duma importância revolucionária internacional, tal como Tung (1972) citado por Garcia (2001) descreve:"os olhares dos povos revolucionários do mundo inteiro estão fixados em nós, exerceremos uma influência profunda sobre o movimento revolucionário no Oriente e no Mundo" (p. 156).Com esse propósito, elaborou-se um plano de cinco fases, abrangendo o Sudeste da Ásia, a Índia e o Japão; o Médio Oriente e o Suez, o rumo ao Norte de África; o progresso para a África a Sul do Sahara (facilitado pelo domínio dos anteriores e o consequente enfraquecimento da Europa) e o restante da África, abrangendo depois a Austrália e a América Latina; o Hemisfério Ocidental, conseguido por centros subversivos a instalar nas Caraíbas e pelas massas da América Latina [125] (Ibidem, p.157). Para a sua efectivação,o plano subversivo chinés actuou no continente africano "através de propaganda, infiltração política, infiltração económica e acção subversiva típica" (Almeida, 1966, p.101). Apesar da estratégia global aparentemente bem definida, não é facilmente discernível a sua orientação em relação ao continente africano. Com uma política externa agressiva, era intenção da China isolar África, tanto do Ocidente, como do Leste, fazendo aí a instalação de bases de apoio e, se fosse viável,

[124]Os camponeses passaram a ser o centro da luta e, por seu intermédio, conquistar-se-iam as cidades. Deste modo, a estratégia transbordaria a luta da periferia para o centro, apoiada em núcleos internos, pelo que necessitava de iniciativa, de flexibilidade e de planeamento.

[125]Mao Tse Tung terá ainda afirmado que uma vaga de revolução estender-se-ia, então, através de todo o Continente Africano e os imperialistas e colonialistas seriam empurrados para o mar num futuro próximo.

provocandoalterações na conjuntura mundial para favorecer a expansão comunista e afectar a unidade do mundo livre (Garcia, 2003, p. 114).

O esforço encetado pela China no continente africano teve algumas repercussões, nomeadamente na Zâmbia e na Tanzânia, onde tinha interesses para a construção do caminho-de-ferro entre as regiões de Dar-es-Salam (Tanzânia) e de Coperbelt (Zâmbia), situação aliás que tornou esses dois países independentes da África Austral. Os chineses procuravam concentrar-se na parte oriental do território africano, na tentativa de enfraquecer (indirectamente) a influência ocidental e soviética[126] na região, assim como disputar a liderança do movimento comunista e dos círculos revolucionários. Dessa forma, evitavam as áreas onde os soviéticos se concentravam, tentando não interromper "abaixo da linha que passava pela Tanzânia, Zâmbia, Congo (Brazzaville), Angola e Congo (Kinshasa), territórios onde a presença portuguesa e a influência americana, interrompiam essa linha" (Ibidem, p.114).

Contudo, as grandes dificuldades financeiras impossibilitavam a China de prestar um apoio maciço aos países africanos com os quais mantinha boas relações, sendo os seus projectos vistos como símbolo de solidariedade moral e política. Com a construção do caminho-de-ferro Tanzan, a China ganhou maior liberdade de acção em África. No plano internacional, nomeadamente na Organização da Nações Unidas, conseguiu também transformar, progressivamente a seu favor, os votos africanos anti-China.

No que diz respeito à facilidade de penetração no continente africano, de facto a China apresentava vantagens em relação às outras potências. Em África, o seu regime era visto como o comunismo das camadas mais pobres, tendo aspectos que não eram aceites pelo regime soviético. Por exemplo, os povos asiáticos (pertencentes ao Terceiro Mundo) eram considerados vítimas do colonialismo, de opressão e de exploração pela raça branca, tal como eram os povos africanos[127].

Assim, o regime chinês apresentava também soluções de compromisso que facilitariam e permitiriam a confraternização entre os povos ex-colonizados e as antigas metrópoles, "afirmando que havia oposições, não só entre as classes mas entre os povos, que não podiam ser superadas senão por guerras revolucionárias e infiltrava-se em todos os meios

[126] Em certos aspectos, a política chinesa até se mostrava complementar à soviética, mas sempre e acima de tudo, essa posição pretendia suplantar a outra pela inovação de uma ideologia e de métodos de luta que se afirmavam ser os mais adequados às condições concretas do meio africano.

[127] Além do mais, os seus padrões de desenvolvimento pareciam mais adequados, tinha demonstrado um excepcional progresso na sua economia e nas soluções técnicas, práticas e simples, que permitiram esse progresso.

com alguma receptividade revolucionária, organizando e difundindo uma propaganda extremamente bem adaptada a cada caso concreto" (Ibidem, p.115). Por outro lado, a doutrina chinesa era vista pelos soviéticos como anti-marxista, onde a solidariedade das classes era substituída por algo semelhante a um racismo anti-branco. De facto, esse aspecto era o que mais se identificavacom a doutrina soviética na concepção anti-ocidental e anticolonial, como tambémna "teoria racista que estava de acordo com as necessidades dos líderes africanos" (Ibidem, p. 115).

A partir da década de 70, houve um aumento significativo do apoio e da influência chinesa em África, onde o seu empenho principal estava focado na ajuda aos Movimentos de Libertação que lutavam contra o regime português. Nessa linha, competiu com a Rússia na influência em relação ao MPLA em Angola, à FRELIMO e COREMO, em Moçambique, ao PAIGC, na Guiné, estimulando, por um lado, benefícios aos Movimentos mas, por outro, fomentandoa sua divisão.

Em suma, ao longo do período em que decorreu a Guerra Fria, o relacionamento entre as grandes potências mundiais e os países africanos foi influenciado, sobretudo, pelos seus interesses estratégicos. Porém, se aparentemente esta realidade podia ter alguns aspectos positivos para os países africanos, uma vez que podiam jogar com a rivalidade para obter maiores benefícios, a liberdade de movimentos era, simultaneamente, sinónimo da pouca importância que o continente tinha para as superpotências. As excepções foram Angola (para o lado soviético) e a África do Sul (para os EUA).

Capítulo III

OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E SEUS APOIOS

III.1 Breve Caracterização do Espaço Físico e Social de Angola

III.1.1. Território

A definição diplomática das actuais fronteiras de Angola foi feita entre 1885 e 1891. Angola encontra-se localizada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, ocupando uma parte do sudoeste do continente africano, "situado entre os paralelos 4º 22' latitude sul, o que determina uma amplitude latitudinal de 13º 40' latitude este a ocidente e 24º 04' longitude este a oriente, com uma amplitude longitudinal de 12º 23'"(Bernardino, 2013, p.429). O território angolano faz fronteira terrestre com vários países (República Democrática do Congo a Norte e a Leste, a Zâmbia a Leste e a Namíbia a Sul; o enclave de Cabinda faz fronteira com a República do Congo a Norte e com a República Democrática do Congo a Leste e a Sul) e fronteira marítima com o Oceano Atlântico a Oeste.

Angola apresenta uma localização geográfica[128] que serve de charneira entre a parte austral e central da África representa um factor fundamental para as relações regionais subsarianas, conferindo importância estratégica aos decisores da política internacional (particularmente o Caminho de Ferro de Benguela que representa a única via de acesso ao mar para transporte de mercadorias). Estas características geográficas conferem ao território angolano uma posição estratégicaprivilegiada que permite o acesso directo e fácil a um mar aberto, o que lhe possibilita o controlo dos acessos da RDC e da Zâmbia ao Oceano Atlântico (Belarmino, 2013).

[128]A posição geográfica de Angola é excecional, gozando de uma ampla costa marítima. Este facto permite, por exemplo, servir de porta marítima para vários países da África Austral. Opaís ambiciona a criação de uma plataforma logística intercontinental para a distribuição de mercadorias, e de passageiros, tanto para negócios como para lazer.

Fonte: www.angolanembassy.gr/Portugues/MAPA.htm

FIGURA N.º 2 – Mapa de Angola

Pelas limitações fixadas na última convenção Luso-Belga de 1928, a superfície terrestre de Angola é de 1 246 700 km² e o seu território estende-se de Norte a Sul num comprimento aproximado de 1300 km e de Oeste a Este em cerca de 1250 km. A região fronteiriça de Angola tem uma extensão de 6487 km, dos quais 4837 km são de fronteira terrestre e 1650 km de fronteira marítima. É importante referenciar que as zonas fronteiriças que limitam o território são estabelecidas e coincidentes, na maior parte das vezes, com cursos de água (como é o caso do rio Cassai, Cuando, Cunene e Zaire) e, em grande parte, por linhas convencionais, seguindo geometricamente paralelos e meridianos alinhados (Barros, 2006).

A superfície territorial de Angola é cerca de 14 vezes maior do que Portugal continental [129], ocupando no continente africano a sétima posição a nível da dimensão territorial e a primeira na África Austral. A extensão das fronteiras é respectivamente de 168 km com a República do Congo, 100 km com a República da Zâmbia, 2395 km com a República Democrática do Congo e 1264 km com a República da Namíbia.

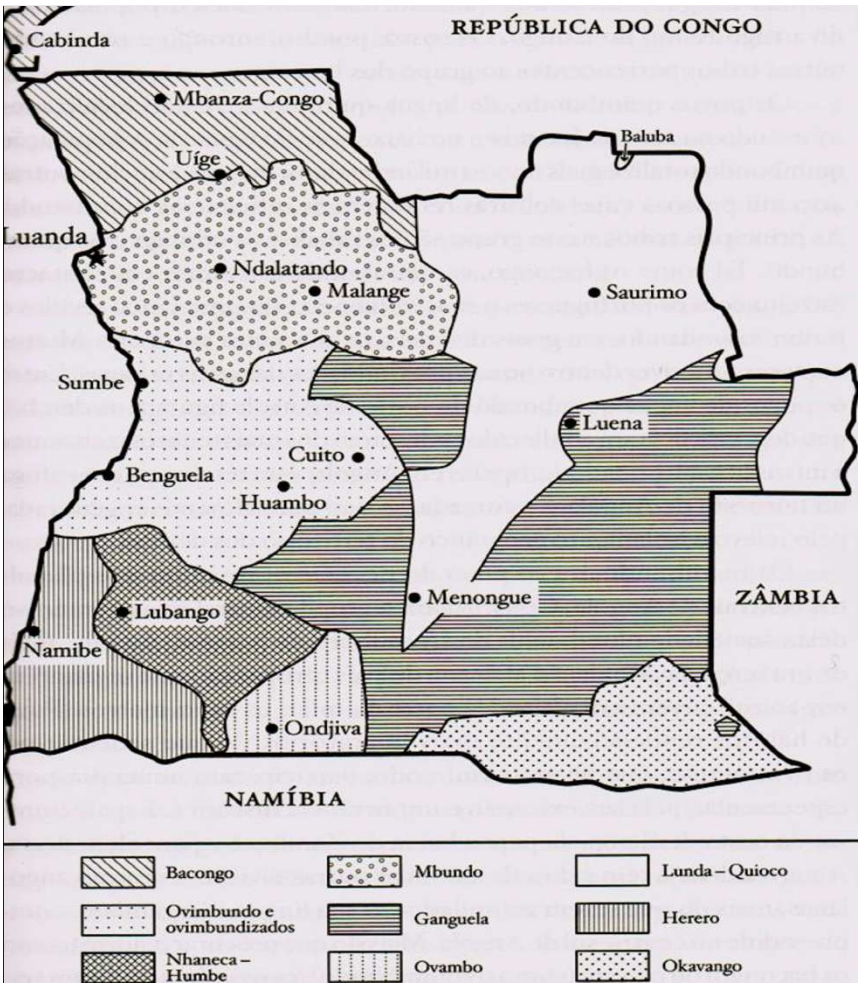
A configuração do território angolano é relativamente aproximada à de um quadrilátero, não tendo em conta as partes salientes e as reentrâncias que perturbam a regularidade geométrica das suas fronteiras, particularmente na região norte, onde podemos encontrar uma porção de terra, pertença do território angolano, 'o enclave de Cabinda', que está separada do resto do país por uma faixa estreita menor de 50 km de largura pertencente à actual República Democrática do Congo.

III.1.2. Povos

Angola é uma sociedade plural composta por vários grupos culturais, onde a maior parte da população é falante da Língua *bantu*, integrando um grupo que ocupa cerca de um terço do continente africano.

Porém, e como pretende elucidar a figura n.º 3, existem outros grupos etnolinguísticos, entre os quais se destacam os Bacongo, os M´bundu (kimbundu), os Ovimbundu, os Lunda-quioco, os Nganguela, os Nyaneka-humbe, os Heroro e os Ambo.

[129] Segundo a mesma lógica, Angola é 5 vezes maior do que Inglaterra; 1,5 vezes maior do que Moçambique; 312 vezes maior do que Cabo Verde e 1247 vezes maior do que São Tomé e Príncipe.



Fonte: Wheeler&Pélissier, 2009, p.33

FIGURA N.º 3 - Mapa Etnolinguístico de Angola

Em 1960, a população desses grupos etnolinguísticos oscilava entre as 150 mil e 1 milhão 750 mil de pessoas, como veicula o quadro n.º 1.

Ovimbundo	**1 750 000**
M'bundu	**1 050 000**
Bacongo	**620 000**
Lunda – Quioco	**395 000**
Nganguela	**330 000**
Nyaneka-humbe	**150 000**

Fonte: Rocha, 2009, p.43

QUADRO N.º 1 – População dos principais grupos etnolinguísticos de Angola (1960)

Como se pode observar, os Ovimbundu, os M'bundu[130] e os Bacongo representavam cerca de 75% da população total de Angola e habitavam as regiões economicamente mais importantes: o litoral norte e centro e o planalto central (Rocha, 2009).

No ponto que se segue, e dadas as suas especificidades, caracterizam-se sucintamente cada um deles e outros que se julgam importantes para a compreensão cabal da temática.

- **Os Ovimbundu**

Os Ovimbundu (ou Umbundu) fixaram-se na região dos planaltos centrais[131] de Angola, essencialmente nos territórios do Huambo, do Bailundo e do Bié. Formavam o grupo etnolinguístico mais numeroso, contando com mais de 1,7 milhões de pessoas (ou seja, mais de um terço da população do país) e a sua língua era largamente compreendida no centro-sul de Angola (Wheeler & Pélissier, 2009).

- **Os M'bundu**

Os M´bundu fixaram-se essencialmente na região de Luanda e no baixo vale do Kwanza, povoando progressivamente o interior do país ao longo do rio Bengo e Kwanza, as regiões da Matamba, do Cassange, dos Dembos[132], do Songo e do Bondo. A sua população em 1960 era superior a 1 milhão de indivíduos, sendo as principais tribos os Mbaka e os Ndongo.Entre os principais grupos étnicos de Angola, foram os que mantiveram contactos mais prolongados, contínuos e profundos com os portuguesesdurante os cinco séculos de ocupação[133]. Com efeito, nas regiões mais interiores, a estrutura política e social preservou a sua homogeneidade até ao século XX, pelo que uma parte da população (sobretudo das áreas geográficas de Matamba e de Kassangi) não assimilou hábitos e costumes do colonizador

[131]Vivem geralmente em locais cujas altitudes variam entre os 1000 e os 1500 metros, sendo povos de hábitos tendencialmente mais migratórios do que sedentários. Os Ovimbundu participaram numa diáspora espetacular, pela sua extensão e importância histórica. A sua tendência tem sido de assimilar outras divisões culturais angolanas, mais do que serem assimilados.

[132] Os povos M´bundu que se encontravam na região dos Dembos ficaram rapidamente conhecidos por serem dos mais tenazes e resistentes à instrução e autoridades europeias em Angola; esta tendência centrífuga no noroeste de Angola é forçada pelo relevo e isolamento geográfico do território.

[133] Após a fundação de S. Paulo de Luanda (1575), os portugueses progrediram para o interior, encontrando uma grande resistência por parte dos povos M'bundu. Todavia, só a partir do ano de 1671 conseguiram estabelecer-se em Malange, na região de Pungo Andongo e, cerca de três séculos depois, isto é, em 1870, em Cassange (Messiant, 1983, p. 32).

(Rocha, 2009, p. 45). Por seu lado, as populações M'bundu do litoral angolano (Luanda e Benguela) foram submetidas desde cedo ao domínio colonial, sendo profundamente dispersas, desestruturadas, cristianizadas e, daí, a experienciação de um processo de assimilação e de integração nas suas estruturas culturais, sociais e económicas. É, portanto, nos povos M'bundu do litoral que vão despontar as organizações políticas "nacionalistas" com conteúdo reivindicativo.

- **Os Bacongo**

Os Bacongo ocupavam sobretudo o norte do território angolano, como é o caso do Enclave de Cabinda, e as regiões do noroeste. A sua matriz identitária revela que "faziam parte do grande Reino do Congo, radicado historicamente numa área que abrange o ex-Congo Francês, o ex-Congo Belga e o Norte de África" (Rocha, 2009, p. 43). O território que compreendia o Reino do Congo era, até à chegada dos portugueses, o mais forte e estruturada da África Central. Porém, Rocha (2009) afirma que "ao fim de dois séculos de colaboração intensa com os portugueses, no comércio de escravos, o que constituiu um factor de enriquecimento das linhagens aristocráticas, teve gradualmente como consequência o enfraquecimento das estruturas sociopolíticas" (p. 44). Após o conflito militar entre os povos do reino e os portugueses (batalha de Ambuíla, 1665), perdeu o poder económico e político. Os Bacongo "reconverteram-se na agricultura e, sobretudo, no comércio, passando a projectar as suas aspirações e ambições no exterior de Angola" (Rocha, 2009, p. 44).

- **Os Lunda-quioco**

Os Lunda-quioco[134] com uma população estimada em mais de 350 mil pessoas (em 1960) encontravam-se localizados na região nordeste do território angolano, sendo o seu talento artístico a peculiaridade que melhor os distinguia dos outros grupos etnolinguístico angolanos. O povo Quioco tinha maior número de indivíduos do que os Lunda, todavia, ligavam-nos laços matrimoniais históricos. Nos últimos 150 anos, os Quioco têm-se transferido para o território angolano a partir da região do Congo-Catanga, sobretudo como

[134]Os Lunda-quioco viveram durante muito tempo no Catanga, começando a migrar o leste de Angola a partir do início de século XVI.

comerciantes e caçadores e, tal como os povos Ovimbundu, têm hábitos migratórios, percorrendo grandes distâncias na África Central.

- **Os Nganguela**

Os povos Nganguela, cuja população se estimava nos anos 60 em cerca de 330 mil indivíduos, ocupavam maioritariamente a parte Leste (Moxico) e Sudeste (Kuando Kubango) de Angola, bem como algumas áreas na Huíla e no Bié. Segundo os seus membros mais antigos, as suas origens são apontadas "para fora" de África.

- **Os Nyaneka-humbe**

Os Nyaneka-humbe, com uma população estimada em cerca de 150 mil indivíduos, eram caracterizados como o grupo etnolinguístico que, ao contrário de outros, mais resistia às influências exteriores. Encontrava-se localizado no território compreendido entre as províncias da Huila e de Cunene, sendo que a maior parte da população se dedicava à atividade agrícola (sobretudo as mulheres) e ao pastorado.

- **Os Herero**

Os Herero, povos localizados no sudoeste de Angola, contavam com uma população estimada em mais de 20 mil indivíduos e atribuíam grande valor à criação de gado, não apenas em termos económicos, mas também culturalmente, repudiando quaisquer atividades sedentárias (Wheeler & Pélissier, 2009).

- **Os Ambo**

O povo Ambo era um pequeno grupo que integrava cerca de 60 mil indivíduos, tendo como principal centro habitacional as planícies secas a leste de Cunene[135]. Para este povo, o gado também constituía uma parte importante da sua vida, embora se envolvessem mais na agricultura. Por seu lado, os Cuanhamas formavam um grupo de cerca de 50 mil indivíduos,

[135]Este povo, para quem as fronteiras modernas parecem não ter qualquer importância, desloca-se normalmente para dentro e fora da zona da Namíbia.

sendo considerados como os mais fortes membros do povo Ambo e os que resistiram durante mais tempo à autoridade portuguesa.

III.1.3. A política colonial Portuguesa

Desde o final da segunda década até ao início dos anos 60 do século XX, Angola viveu um incontestado período de domínio colonial português, no quala sua população foi dividida em dois grupos: os indígenas (habitantes de origemafricana viviamem sociedades tribais ou que, tendo passado a viver fora dessas ambiências, não estavam alfabetizados e/ou não tinham emprego permanente no sector moderno da economia) eos assimilados (habitantes de origem africana em condições de acederem à cidadania portuguesaplena, ou seja, indivíduos alfabetizados com emprego permanente no sector moderno da economia). Assim, os habitantes de origem africana que pretendessem manter um estatuto diferenciado dos demais tinham de alcançar a condição de 'assimilado' (civilizado). Para isso, os funcionários coloniais realizavam um minucioso exame[136] com o objectivo de aferir o seu grau de civilidade. A população branca não precisava de se submeter a este procedimento, sendo considerada, *a priori*, «civilizada». Deste modo, a população que não conseguisse ascender ao grupo dos assimilados era considerada «indígena» e, como tal, sujeita a uma dura (e cada vez mais abrangente) regulamentação de trabalho através da cobrança do Imposto Indígena[137].

A este propósito, Messiant (1983) chama a atenção para a necessária diferenciação entre o antigo segmento crioulo[138] - portador de um determinado vínculo histórico em relação aos colonos brancos, numa certa tradição urbana - e a camada de "novos assimilados", fruto da regulamentação imposta pelas autoridades portuguesas, que viria a aumentar significativamente no pós Segunda Guerra Mundial, grande parte originários das regiões do interior próximo das cidades.

Por conseguinte, os «novos assimilados» tinham maior familiaridade com as zonas rurais, dificilmente falavam o português junto da população nativa e mantinham uma forte ligação com a Igreja Protestante. Esta camada estava muito mais próxima das tradições de

[136] Para atingir esta categoria levavam-se em consideração, entre outros requisitos, o domínio da língua portuguesa, a condição económica, o local de habitação, bem como os hábitos quotidianos.

[137] O Imposto Indígena era um tributo que tinha como principal finalidade obrigar o indígena a entrar no mercado formal de trabalho e abandonar, portanto, o seu processo doméstico de produção e de comercialização.

[138] Era uma camada formada por indivíduos próximos tanto da matriz cultural europeia quanto da matriz cultural africana, implicando diferenciadas estruturas de parentesco, de aquisição de bens e de delegação de poderes.

seus grupos etnolinguísticos, desenvolvendo, dessa forma, uma visão racial da colonização, na qual os crioulos aparecem como privilegiados (Messiant, 1983, pp.171-176). Esta perspectiva ajuda a perceber o distanciamento existente entre estes dois segmentos aquando da criação dos movimentos de libertação de Angola e, ainda, o surgimento de conflitos no seu interior.

É importante mencionar que ambos os termos - «crioulos» e «novos assimilados» - são fruto de uma análise sociológica da situação colonial baseada na história e na interpretação de alguns traços culturais, pretendendo ultrapassar a segmentação jurídica imposta pelo colonialismo. Os dois situavam-se, perante às autoridades coloniais e quando comprovados os parâmetros já focados, no grupo dos assimilados.

De acordo com Bender (1980), em 1960 o número de assimilados reconhecidos oficialmente pelo Estado português não ultrapassava cerca de 2% da população não-branca de Angola. Em termos gerais, num universo de cerca 4,7 milhões de indivíduos, apenas 90 mil eram considerados como «assimilados». Porém, existiam no território angolano indivíduos com hábitos, costumes e níveis de instrução comparáveis aos dos indivíduos considerados assimilados de direito, mas que - por falta de oportunidades (sociais e económicas) provocadas pela chegada de novos colonos - não conseguiram obter tal condição.

Portanto, os «assimilados» eram, na sua maioria, indivíduos ligados à função pública (postos intermédios), sendo que grande parte deles desempenham actividades profissionais nos estabelecimentos de ensino e nos hospitais. Essas ligações às actividades públicas proporcionavam alguns privilégios face às condições dos «indígenas», podendo-se destacar a facilidade no acesso às instituições de ensino. Ora, estas benesses deram origem a inúmeros protestos da sua parte contra o sistema do indigenato e mesmo as grandes personalidades angolanas pertencentes aos «assimilados» e leais a Portugal estavam convencidas do fracasso do sistema político português e dos perigos inerentes. Se em vez de facilitar o desenvolvimento dos africanos, como talvez tenha acontecido nos tempos que antecederam o despertar geral das suas aspirações, o sistema dificultava e/ou impedia a sua progressão, alienando e frustrando um grande número de indivíduos.

Cabe ainda destacar que já em 1960 Angola apresentava características de um país vivo, pujante, dinâmico, em crescente progresso nas mais variadas áreas, numa caminhada imparável rumo a uma autonomia já encetada e cada vez mais alargada nas áreas económica, social e política. Esta nova prosperidade e desenvolvimento estavam intimamente associados à mão-de-obra barata do seu povo. Assim, após a Segunda Guerra Mundial, Angola tornou-se um potencial produtor de café, o que permitiu que a oligarquia angolana se tornasse próspera

e não apenas sustentável (Wheeler & Pélissier, 2009, p. 203). A partir de 1945, o crescimento exponencial da produção de café introduziu dinâmicas profundas na sociedade e, especialmente, na economia. A nova prosperidade, ao mesmo real e imaginária, intensificou a atmosfera de conflito entre negros e brancos, encorajando a imigração da Europa, a compra de terras por parte dos europeus, a constituição dos abusos de trabalho forçado e a concorrência social e económica entre as raças. Entretanto, durante o período entre 1945 e 1960, o país tornou-se efectivamente o primeiro produtor de café no continente africano e o terceiro a nível mundial. Os números apresentados no quadro n.º 2 revelam o aumento da produção desde o final do século XIX até meados do século XX.

ANO	TONELADAS DE CAFÉ PRODUZIDOS EM ANGOLA
1893	8 000
1910	6 140
1926	9 343
1935	10 277
1942	18 996
1951	38 860
1956	66 543
1960	87 217
1961	168 000
1962	185 000
1974	228 000

Fonte: Pelissier (2009, p. 204)

Quadro n.º 2 – Produção de café em Angola

O incremento da produção do café provocou conflitos raciais e políticos, especialmente nas regiões centrais e orientais do distrito do Congo (Felgas, 1958, p. 119-198), sobretudo devido à nova (e muitas vezes mal preparada) imigração e ao povoamento fora dos colonatos, bem como do aumento da procura de mão-de-obra barata africana. Porém, a sua escassez era um problema crónico que nenhuma autoridade portuguesa tinha sido capaz de

resolver (o que instigava o trabalho forçado e/ou outros abusos), sendo avançadas algumas explicações por Wheeler e Pélissier (2009):

> "Baixos salários para os trabalhadores especializados e não especializados; as condições de trabalho primitivas; aos castigos corporais; a má nutrição; a saúde precária dos trabalhadores; a contínua exportação de mão-de-obra subcontratada; o medo do próprio trabalho forçado; e os costumes dos grupos africanos" (p. 206).

Apesar de Angola encontrar-se nos lugares cimeiros na produção de café e na exportação de produtos mineiros, a maioria da população não beneficiava significativamente desse movimento económico: a maior parte dos ganhos, quer resultassem do monopólio directo, quer do monopólio indirecto, revertiam para o sector europeu.

Portanto, em síntese, podemos concluir que o colonialismo português em Angola foi caracterizado pela imposição de uma rotura nas trajectórias de formação e de consolidação das unidades políticasanteriormente existentes, introduzindo novas dinâmicas e estruturas. Estas manifestaram-se através devários elementos, nomeadamente o carácter artificial das fronteiras territoriais impostas, a tentativa deimposição de uma visão monolítica de soberania, as dinâmicas de dependência política e económica relativamente à metrópole, a imposição de estruturas políticas diversas e conflituantes com asinstituições e as formas de governação anteriormente existentes e opapel explorador do domínio colonial.

Deste modo, a acção colonial em Angola teve como consequências imediatas a desnaturação das unidades políticas tradicionais, a degradação por despolitização, a rutura dos sistemas tradicionais de limitação do poder e a sua dessacralização parcial.

No diz respeito à imposição de fronteiras territoriais, esta questão tem importância porque, enquanto no período pré-colonial as fronteiras eram em grande medida definidas pelo critério de até onde as unidades políticas exerciam uma autoridade de facto ou um poder real, no período colonial foi estabelecido um sistema fixo de fronteiras independentementede quão efectivo era o controlo do Estado nesses espaços. A Conferência de Berlim (1885) é elucidativa neste aspecto, pois apesar de ter definido as fronteiras africanas, não chegou a consagrar a regra de que a ocupação territorial e a presença física eram critérios indispensáveis para o reconhecimento da soberania sobre determinado território (Ferreira, 2014, p. 92).

Assim, os Estados coloniais eram principalmente burocracias em que existia um actor dominante (em termos económicos e políticos): "o colonizador" que definia as fronteiras

da actividade política, principalmente através da coerção.No caso concreto do território angolano, o uso da força e da coerção justificavam-se em si mesmos pela ideologia subjacente ao colonialismo e à sua missão civilizadora. Na prática, tratava-se de motivos económicos, já que um dos principais objectivos dos regimes coloniais era o aumento das receitas, identificando e promovendo modos de produção que suportassem o regime e simultaneamente gerassem lucros para a metrópole.

O modelo económico legado pelo poder colonial - assente em grande medida na exploração de matérias-primas agrícolas e/ou minerais - foi um dos factores que permitiu, posteriormente, a ascensão de uma elite nacionalista que rentabilizou-o para seu próprio benefício, através do sector público e das empresas estatais.

Um outro aspecto a salientar é o legado político deixado pelo poder colonial, no sentido de politizar as diferenças culturaise torná-las num factor de discriminação social e política. Ao mesmo tempo que os poderes coloniais realçavam a 'unidade da tradição' para gerar uma uniformização aparente daquilo que era o direito consuetudinário e as tradições das comunidades, por outro lado verificavam-se estratégias divisoras e distintivas da população em torno de conceitos como 'raça' e 'etnia'.

A política colonial portuguesa em Angola caracterizou-se também por uma bifurcação do sistema de governação, no sentido em que o poder estatal era exercido de forma diferente nas áreas rurais e nas áreas urbanas. Enquanto nestas últimas se tentaram estabelecer instituições "modernas" e "ocidentais" em que o domínio público do Estado estava separado do domínio privado da sociedade, nas zonas rurais o poder estatal era exercido peloslíderes tradicionais que actuavam como intermediários num sistema de governação indirecta.

Nesta medida, as autoridades portuguesas celebraram alianças com determinados grupos locais para assegurar a estabilidade da sua dominação, uma vez que possuíam um controlo administrativo muito limitado das vastas extensões de território. Esta forma de poder foi institucionalizada pelo direito consuetudinário, segundo o qual os chefes locais deveriam governar, de acordo com as tradições de cada comunidade. Assim, ao permitirem que as autoridades tradicionais locais utilizassem o seu poder como estratégia local de acumulação, a governação colonial favoreceu um processo de alienação e de antagonização, o que de certa forma agravou a situação colonial, dando origem a sublevações que seriam desencadeadas pela população e, mais tarde, pelos Movimentos de Libertação de Angola.

III.2. A Génese dos Movimentos de Libertação de Angola

Durante muitos séculos sob domínio europeu, a luta de libertação dos povos africanosteve início efectivo no período pós segunda Guerra Mundial, com reclamações pacíficas e/ou violentas que atingiram o auge na década de 1960[139]. Assim, a maioria das colónias tornou-se independente,com excepção das portuguesas que comportariam um processo de descolonização (ainda mais) moroso e alcantilado.

Relativamente a Angola, foi um dos últimos países a conseguir a independência nacional (11 de Novembro de 1975), sendo a única colónia portuguesa onde intervieram três movimentos de libertação, com diferentes orientações ideológicas e áreas de influência geográfica.

III.2.1. A UPA / FNLA

III.2.1.1. Origens

A União das Populações de Angola (UPA) emergiu no grupo etnolinguístico Bacongo[140], o qual ocupava uma grande área geográfica, quer no norte de Angola, quer na orla marítima do Congo Francês e Belga. O centro urbano mais influente do Reino do Congo, no interior do território angolano, era São Salvador, também reconhecido como a sua capital política e económica. Mesmo durante o período de colonização, os Bacongoconseguiram manter (relativamente) as suas estruturas tradicionais homogéneas e coesas (Rocha, 2011). Porém, em busca de melhores condições de vida, e fugindo às sujeições das arbitrariedades quotidianas, grande parte deles emigra para o Congo Belga, aí se fixando. Durante o período que antecedeu a independência do Congo Leopoldville (actual Kinshasa) em 1960, cerca de 150 mil Bacongos estavam instalados na região compreendida entre Matadi e Leopoldville. A movimentação flutuante das populações, de um lado para outro da fronteira, era permanente por razões comerciais, familiares e religiosas (Pélissier, 1978, p.126), pelo que uma boa parte dos Bacongotambém se instalaram na zona de Luanda, formando pequenos grupos de

[139] Em 1960, dezassete países conquistaram a independência: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro - Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire.

[140]Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT]. (1961). MPLA. *A verdade sobre os partidos políticos em Angola*. Luanda. Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direcção Geral da Segurança [PIDE/DGS], processo 1115, documento n.º 500, Outubro 28.

comerciantes, enfermeiros, catequistas, o que teve extrema importância na divulgação das mensagens nacionalistas da UPA[141].

Após 1955, com a morte do rei católico do Congo, D. Pedro VII, asua identidade e união tribal iriam sofrer inúmerasmudanças internas. Os Bacongo católicos, protegidos e apoiados pelas autoridades portuguesas, defendiam que o futuro rei (Ntolele) deveria ter orientação religiosa católica, ao contrário dos Bacongo protestantes[142] que consideravam importante que fosse protestante, instruído e impregnado de princípios modernos[143].Insatisfeitos, estes últimos estabeleceram diversos contactos (por exemplo, com o mais alto representante do governo norte-americano e com o missionário protestante George M. Houser, personalidade destacada na mais importante organização anticolonialista americana -*American Committee On Africa* (ACA)-, que em 1955 se encontrava de passagem por Leopoldville) que revelar-se-iam vitais para a orientação das actividades da UPA, tanto no interior como no exterior do território angolano (Rocha, 2011, p. 137). Desse modo, pretendiam a restauração do Reino do Congo, requerendoprotecção dos EUA à Organização da Nações Unidas (Pélissier, 1978, p 268-269). Em 1957, o pedido foi reiterado por Nekaka[144] e Pinock[145], sendo que o principal objectivo visava a denúncia da ocupação do Congo pelos portugueses e - consequentemente - a sua independência, ou pelo menos a sua autonomia[146].

III.2.1.2. A União das Populações do Norte de Angola (UPNA)

[141]IAN/TT. (1961). MPLA. *A verdade sobre os partidos políticos em Angola*. Luanda. Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direcção Geral da Segurança [PIDE/DGS], processo 1115, documento n.º 500, Outubro 28.

[142]Os Bacongo protestantes eram dirigidos pelo secretário do rei D. Pedro VII, Manuel Barros Nekaka, apoiado por José Eduardo Pinnock, por Francisco Lulendo e por seu sobrinho Holden Roberto, os quais encetaram várias manifestações de desagrado diante da casa do novo rei. Muitos manifestantes seriam presos e detidos durante meses, sendo que as autoridades portuguesas arrastaram este problema dinástico, evitando a reeleição de um novo Ntotele (rei).

[143]IAN/TT. (1961). *UPA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 366, pasta 1.

[144]Manuel Sidney Barros Nekaka foi enfermeiro na Missão Congregacional Americana do Dondi (Huambo) e, em 1942, fixou-se em Leopoldville. Como apoio do pastor James Russel, organizou a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), surgida em 1957, e dois anos depois convertida na União dos Povos de Angola (UPA). A sua trajectória política foi sempre acompanhada pelos americanos.

[145]Johny Eduardo Pinock, primo de Holden Roberto, nascido em 1905 em S. Salvador,desempenhou a função de Chefe de estação em Matadi (no Congo Leopoldville).

[146]Nessa época, os peticionários Bacongo interessavam-seunicamente pelo Congo, excluindo o resto do território angolano das suas exigências.

A primeira versão oficial apresentada pelos seus dirigentes informa que a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) teria sido criada em 10 de Julho 1957, em Leopoldville e em Matadi (actual República Democrática do Congo), por iniciativa de um pequeno grupo de Bacongos protestantes.

Numa primeira fase, os militantes da UPNA - que fora dirigida por Nekaka - participaram no ABAKO (Associação do Baixo Congo) que lutava pelo ressurgimento do antigo reino do Congo, embora gradualmente se tenham desvinculado desse movimento político congolês (Pélissier, 1978, p.266).Motivados pela *American Committee On Africa* (ACA) e pelos seus mentores protestantes, as suas aspirações alargaram-se e, em princípios de 1958, começaram a incluir Angola. No decorrer desse ano, a UPNA participou na I Conferência Pan-Africana (Gana), onde foirepresentada por Holden Roberto (Ki-Zerbo, 1978, p. 471).

III.2.1.3. A União das Populações de Angola

A participação de Holden Roberto na I Conferência Pan-Africana modificaria profundamente as suas convicções, transitando o seu pensamento político para o âmbito das concepções mais modernas, democráticas e republicanas[147]. Nessa linha, persuadiu as autoridades tradicionais e as mais relevantes figuras do pequeno grupo de protestantes Bacongo, que residiam no território angolano e no estrangeiro, de que a monarquia estava ultrapassada, sendo urgente a independência de Angola, num quadro democrático e republicano. Em Novembro de 1958, a UPNA - sob influência dos diversos missionários protestantes norte-americanos e dos líderes africanos (como é o caso de Nkrumah, de Lumumba e de Fanon) - passa a designar-se 'União das Populações de Angola'[148] (UPA), deixando de ser um movimento de cariz regional[149].

[147] IAN/TT. (1958). Francisco Borralho Lulendo. *Eleição do rei do Congo e outros*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 3698-SR, Informação n.º 9, Março 6, folha 70.

[148] IAN/TT. (1961). *UPA.* Lourenço Marques. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/59, n.º 2943, Confidencial, Dezembro 19.

[149] Com a transição UPNA/ UPA passava-se de um movimento de pré-independência (ondeo conceito de nação era basicamente regional e genealógico) para um movimento em que a nação assumia um significado cívico e territorial, pretendendo-se expulsar os governantes estrangeiros e substituir o estado colonial por um novo. Assim, esta reconversão criava (do ponto de vista político) uma dinâmica identitária mais ampla,suplantando um conceito etno-regional (Reis, 2010, p. 172).

Deste modo, durante os dois anos de vigência da administração belga, a UPA desenvolveu todas as suas actividades na clandestinidade eo seu processo de institucionalização só viria a concretizar-se em 1 de Junho de 1960, com a publicação dos estatutos do movimento[150], logo após a independência do Congo Belga e da subida de Patrice Lumumba ao poder[151]. Entre outros aspectos, os estatutos propunham odesenvolvimentoda compreensão, do entendimento e da fraternidade no seio da população deslocada no Congo,o desenvolvimento de sentimentos patrióticos e nacionalistas,a luta pela independência de Angola eo contributo para a unidade africana[152].

Desta forma, a UPA aparece no cenário político angolano como uma organização constituída essencialmente por personalidades vindas do grupo etnolinguístico Bacongo[153], mais concretamente da região do Mbanza Congo (São Salvador), com determinadas características raciais, herdadas do colonialismo belga. Os seus elementosestabeleciam ligações regulares com o território de onde eram oriundos, o que facilitava a sua deslocação entre Leopoldville e o Norte de Angola[154].

III.2.1.4. A influência da UPA em Angola

Durante o período de formação como movimento nacionalista, a UPA foi apoiada por fundos provenientes da região de São Salvador e do Congo (mais especificamente de Leopoldville e de Matadi), do mesmo modo que contou com ajuda financeira da organização norte-americana ACA e das missões protestantes (baptista e metodista). O auxílio destes diversos organismos foi fundamental para a deslocação de muitos membros filiados ao exterior de Angola, o que fez com que o Movimento ganhasse um certo protagonismo a nível internacional[155].

No decorrer de 1960, logo depoisda independência do Congo belga, a UPA alcançou maior notoriedade, tanto no interior, como no exterior do território angolano. Foi graças ao

[150]Vide anexo X – Extratos dos Estatutos da UPA.
[151] IAN/TT. (1961). *UPA.* Lourenço Marques. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/59, n.º 2943, Confidencial, Dezembro 19.
[152]IAN/TT. (1962). Holden Roberto. *Carta confidencial*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1139/59, Vol. 1, documentos 162 a 163, pasta 4, Maio 18.
[153]Vide anexo XI – Lista dos membros do Comité Central da UPA.
[154] IAN/TT. (1961). *UPA.* Lourenço Marques. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/59, n.º 2943, Confidencial, Dezembro 19.
[155]IAN/TT. (1961). UPA. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 366, pasta 1.

seu dirigente mais influente, Holden Roberto, que "servindo-se das suas relações privilegiadas com Patrice Lumumba, obteve a legalização do Movimento[156], instalando a sede em Leopoldville" (Rocha, 2011, p.139). A relaçãocordial que a UPA mantinha com as grandes personalidades do nacionalismo congolês, especialmente com Patrice Lumumba, deram a este movimento apoio financeiro[157], diversos meios de propaganda e a possibilidade de controlar os imigrados angolanos no Congo, o que não era bem visto pela Aliança dos Bacongo (ABAKO)[158].

Em Setembro de 1960, Holden Roberto viaja para os EUA para participar na XV sessão da ONU[159], aproveitando para estabelecer contactos com diversas personalidades dos países socialistas e do nacionalismo afro-asiático. Em Leopoldville, os movimentos de libertação que lutavam contra Holden, "aproveitaram-se da sua ausência para semear uma forte campanha, apelidando-o «lacaio de Lumumba e de Gizenga», o que gerou uma grave crise no seio da UPA" (Mbah, 2010, p. 69).Nesse sentido, em Outubro de 1960 e na ausência do líder, os seus membros organizaram uma reunião centrada na luta pela independência de Angola, valendo-se da estratégia de aceitar hipoteticamente a negociação com o governo português[160] e contando com a ajuda de França e dos países africanos francófonos[161] recentemente tornados independentes. Tal via negocial apresentava determinadas vantagens para Portugal, uma vez que possibilitaria a continuação dos seus interesses no território angolano.

Quando Holden Roberto regressou dos EUA, em Janeiro de 1961, surpreendeu-se com o (seu) quase afastamento da UPA, pelo que impugnou as medidas emanadas da reunião,

[156] De igual modo, conseguiu também autorização para editar o jornal "A Voz da Nação Angolana" divulgado em quatro línguas (português, francês, kimbundu e kikongo), com uma tiragem de 8000 exemplares e com o próprio Holden Roberto como editor (Rocha, 2011).

[157] IAN/TT. (1960). Serviço de Segurança Secção Central G.U. Lisboa. AOS/CO/UL – 32ª da PIDE, processo 478/60, Informação, Outubro 1.

[158] A aliança dos Bacongos "era um dos partidos congoleses que reunia um grande número de Bacongos e tinha como objectivo reconstituir o antigo reino do Congo. Este partido congolês considerava a UPA como um dos seis concorrentes. A UPA não se integrou na ABAKO e foi rapidamente considerada pelo seu presidente KasaVubu como seu rival na liderança dos Bacongo. Assim que KasaVubu, moderado e anticomunista, ocupa a presidência do Congo, lança uma campanha contra Holden e a UPA, que acusa de ser uma organização extremista" (Rocha, 2011, p.139).

[159] IAN/TT. (1961). *UPA.* Lourenço Marques. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/59, n.º 2943, Confidencial, Dezembro 19.

[160] A nova corrente da UPA concordava, de igual forma, com um processo evolutivo e faseado das negociações, semelhante ao que acontecera no Congo Brazzaville.

[161] Esta nova medida política da UPA caracterizou-se pelo envio de uma delegação (observadora) à conferência dos chefes de Estados africanos que realizar-se-ia em Dezembro de 1960 no Congo Brazzaville. Neste encontro, entre dirigentes dos países africanos recentemente independentes, encontravam-se Leopold Sédar Senghor (presidente do Senegal), Félix Houphouet-Boigny (presidente da Costa do Marfim), Philibert Tsiranana (presidente do Madagáscar) e Fulbert Youlou (presidente do Congo Brazzaville), os quais se pautavampor um discurso idêntico ao dos representantes da UPA no respeitante ao problema colonial.

dando origem a uma grave crise dentro do movimento. Certas personalidades foram obrigadas a abandoná-lo, constituindo uma outraorganização nacionalistamais moderado - Movimento pela Defesa dos Interesses dos Angolanos (MDIA) -, liderado por Jean Pierre M'bala[162] queassumiria uma estratégia de colaboração com Portugal[163]. O MDIA, "tal como outras organizações nacionalistas não armadas, nunca iria adquirir grande expressão no espaço nacionalista angolano" (Reis, 2010, p.178).

III.2.1.5. A expansão da UPA

A expansão da UPA verificou-se durante o período compreendido entre 1959 e 1960, não somente no território congolês (desde Matadi a Leopoldville), mas também em toda a zona noroeste e em Angola, chegando a atingir as províncias de Malanje, Benguela e Luanda, onde seriam apreendidos pelas autoridades portuguesas diversos panfletos (escritos em inglês, em francês, em kikongo e em quimbundo), A sua escrita em línguas nacionais, utilizando muitas vezes uma linguagem messiânica, invocando os irmãos, os cristãos e a Deus («Amai-vos uns aos outros para fortalecer a unidade», «Unidade em nome de Deus»), expressa uma ligação entre os valores africanos e a doutrina protestante[164].

O público-alvo da acção propagandística da UPA eram sobretudo as autoridades tradicionais «sobas», os jovens, os trabalhadores e os negros e mestiços assimilados[165], daí que o seu carácter racista tenha originado um ambiente de hostilidade entre a UPAestes dois últimos (que integravam a estrutura do MPLA).Numa fase posterior, o Movimento parece abandonar os conteúdos étnico-racistas, ao adoptar uma mensagem mais abrangente e nacional, afirmando que "os seus inimigos são os portugueses e que o seu projecto visa a libertação de todos os povos angolanos" (Pélissier, 1978, p. 268).

---

[162]Jean Pierre M'bala, nascido em 1929 em Maquela do Zombo, na UPA encabeçava a corrente que preconizava o afastamento de Holden Roberto e o diálogo directo com as autoridades coloniais. Obrigado a demitir-se, M'bala acabaria por ser o arquitecto do MDIA, criado em Janeiro de 1961, mas cujos estatutos só seriam publicados em Março. O MDIA era constituído por Bazombos, um sub grupo Bacongo da região da Maquela do Zombo (Reis, 2010, p.178).

[163]IAN/TT. (1961). *UPA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 366, pasta 1.

[164] Esses panfletos faziam também apelo a uma contribuição financeira que todos deveriam doar à UPA. O dinheiro resultante dessa contribuição era arrecadado em todas as aldeias nativas, nos templos protestantes situados no norte de Angola e entre os emigrantes no Congo.

[165] A distinção entre negros e mestiços era frequente nos primeiros panfletos da UPA que eram dirigidos «às posições privilegiadas dos mestiços e dos assimilados» e que, igualmente,criticavam o seu domínio na Liga Nacional Africana e na ANANGOLA. Essa propaganda, de cariz racista, era bem dissimulada num apelo messiânico às massas angolanas negras iletradas e exploradas.

Com efeito, durante os anos de 1959 a 1961, a UPA conseguiu sensibilizar uma grande parte de Bacongos que se encontravam instalados na capital do país (sobretudo enfermeiros, alfaiates e comerciantes oriundos de Maquela do Zombo) e a sua influência estendia-se também aos meios católicos[166], tendo recebido especial apoio do Cónego Manuel das Neves[167]. Assim, em1961, a maioria dos estudantes protestantes provenientes do estrangeiro, principalmente de Portugal, juntaram-se à UPA, muitos dos quais ocupando lugares de relevo na direcção, como foi caso de José Liahuca[168]. De igual modo, o Movimento "ganha" novos países aliados na Europa e, consequentemente, novos apoios graças à ajuda dos protestantes que tinham uma grande influência em vários países europeus e pela intervenção do seu representante no estrangeiro, Jonas Savimbi[169], que se encontrava na condição de estudante na Suíça[170].

Em suma, durante a década de sessenta, a UPA procurou estar presente em todas as reuniões pan-africanas e dos países Não-Alinhados, bem como nas sessões da Organização das Nações Unidas. Nesta medida, surge na cena internacional entre 1959 e 1961 como o único movimento angolano enraizado não somente nos «musseques» das cidades, como também nas zonas interiores do noroeste de Angola. O incremento do apoio da população deveu-se aosseus diversos métodos de propaganda mediada por uma linguagem simples, de fácil compreensão e populista, alertando o povo para a situaçãoextrema de miséria e de opressão que se vivia no território angolano. De modo idêntico, tirou partido da "forte estrutura homogénea e hierarquizada dos Bacongo, com um idioma próprio, o Kikongo, implantado nos dois Congos e em Angola"(Rocha, 2011, p.142), sendo o primeiro movimento a surgir no cenário político angolano e aí desenvolveu "uma grande influência nos meios populares de Luanda nos musseques e aproveitou habilmente o vazio criado pelas prisões dos nacionalistas do MIA e do MINA/MPLA, em 1959 e em 1960" (Rocha, 2011, p.142).

[166]IAN/TT. (S/d). *Clube Marítimo Africano/LNA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2668/54, documento n.º 306.

[167]Manuel das Neves foi um Cónego da Sé de Luanda, nascido no Golungo Alto, uma vila e município da província do Cuanza Norte, em 1986. Foi a personalidade da hierarquia angolana que mais influência política teve na década de 50. Tinha uma autoridade intelectual, moral e política em todos os grupos nacionalistas que se formaram em Angola e teve grande influência na Liga Nacional Africana, na qual foi presidente da direcção em 1947 e na Assembleia-Geral em 1950 e 1951 (Rocha, 2011, p.113).

[168]José Liahuca foi uma figura de destaque na luta contra o colonialismo, membro da UPA e ministro do Interior do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE).

[169]IANTT. (1961). *UPA.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 501, pasta 1, Dezembro.

[170]A partir da Suíça, Jonas Savimbi divulga a causa angolana, centralizando a recolha de fundos e, segundo a PIDE, organizando o contrabando de armas para a UPA.

A UPA contrastava com os diversos movimentos criados em Luanda, os quais eram liderados essencialmente por mestiços e por negros, com diferentes orientações ideológicas, sem qualquer homogeneidade étnica e sem influência efectiva nas massas populares dos «musseques» e das sanzalas.

III.2.1.6. A Constituição da FNLA e do GRAE

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) surge em 27 de Março de 1962 com o objectivo da criação de uma frente comum entre a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA)[171].

No decorrer de Abril do mesmo ano, a UPA e o PDA constituíram o GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio (quadros 3 e 4) que, chefiado por Holden Roberto, fora reconhecido juridicamente pela OUA.

UPA	PDA
Holden Roberto	Emanuel Kounzika
Rosário Neto	David Livramento
Alexandre Taty	Dombele Ferdinand
Jonas M. Savimbi	Lubaki Sebastien
José Lihauca	Domingos Vetokele
Jonhy Eduardo	Sanda Martin
Pinock. J. Eduardo	Dontoni L. Antoine
Fernando P. Gourgel	M'Vila André
Francisco Paca	Kumpesa Simon
Vasco J. António	Kiatalua Norbert

Fonte: FNLA http://www.fnla.net/

QUADRO N.º 3 - Lista dos membros do GRAE

[171] O Partido Democrático de Angola (PDA) "é um movimento político constituído essencialmente por organizações de solidariedade de base etno-regional como o ASSOMIZO (Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo) ou o ALLIAZO (Alliance des Ressortissants de Zombo), cujos membros são oriundos da região da Maquela do Zombo, berço do Tocoismo. O Tocoismo é um movimento religioso e sincrético fundado por Simão Gonçalves Toco (1918-1984), nascido em Maquela do Zombo, que ao longo dos anos foi assumindo um carácter de desobediência civil" (Lara, 1997, p.11).

NOME	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	CARGO
Holden Roberto	UPA	Primeiro-ministro
Emanuel Kounzika	PDA	1º Vice - Primeiro-ministro
Cónego Manuel das Neves	UPA	2º Vice - Primeiro-ministro
John Eduardo Pinock	UPA	Ministro do Interior
Jonas Malheiro Savimbi	UPA	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Alexandre Taty	UPA	Ministro da Guerra
André Rosário Neto	UPA	Ministro da Informação
Emanuel Ziki	PDA	Ministro das Finanças
Ferdinand Ndombele	PDA	Ministro dos Assuntos Sociais
André M'Vila	PDA	Ministro da Educação
Fernando Gourgel	UPA	Secretário do Estado da Guerra
Johny Eduardo Pinock	UPA	Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
António Matumona	PDA	Secretário de Estado de Neg. Estrangeiros Adj.
Domingos Vetokele	PDA	Secretário de Estado da Informação
Ndombele Maurice	UPA	Secretário de Estado das Finanças

Fonte: FNLA http://www.fnla.net/

QUADRON.º 4 - Lista e funções dos membros do GRAE

Em meados de Agosto, a FNLA institui o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), cujo quartel central foi estabelecido numa área cedida pelo governo congolês, na região de Kinkuzo, situada a cerca de 15 quilómetros, a sul, de Leopoldville (Lara, 2008, p. 265). Apesar da UPA/FNLA estar melhor estruturada e contar com um vasto número de quadros, tal não foi suficiente para diminuir os conflitos no seu seio.O seu presidente, embora instruído, inteligente, persuasivo, poliglota e prestigiadoem alguns meios políticos africanos e internacionais, era autoritário e de ambição desmedida pelo poder absoluto. Por razões religiosas e pelo facto de pertencer a um grupo étnicode grande influência no território angolano,'rodeou-se' essencialmente de conterrâneos, à excepção de Alexandre Taty (de Cabinda) e de Rosário Neto (de Malange), daí alguns estudiosos considerarem o movimento «etnonacionalista» (Pélissier, 1978, p. 259). A personalidade cristalizada de Holden Robertodespoletou inúmeros conflitos com diversos elementos

pertencentes ao órgão directivo[172], provocando a exclusão de muitos deles[173], como é o caso de Lulendo, deM'bala e Taty, de Savimbi, de Liahuca e, mais tarde, Viriato da Cruz (Rocha, 2011).

III.2.2. O MPLA

III.2.2.1 A Polémica em torno da sua origem

De acordo com a tese sustentada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), este foi criado em 10 de Dezembro de 1956, data que coincide com o lançamento do Manifesto de Viriato da Cruz[174], na província de Luanda, o qual teria resultado da unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) com outros grupos nacionalistas[175]. Com efeito, não incorporava nenhuma assinatura dos seus subscritores, pelo que somos de parecer que os seus signatários foram os impulsionadores de uma das correntes do nacionalismo angolano moderno, a corrente marxista (Rocha, 2011, p. 211).

A data de constituição do MPLA encontra-se envolta em polémica, com relatos contraditórios. Ao que tudo indica, os seus principais dirigentes "pretendiam criar uma anterioridade e interioridade histórica em relação ao nascimento em 1958 da UPA, em Leopoldville, conferindo assim ao MPLA uma anterioridade no tempo e umenraizamento no interior do país em oposição ao carácter exterior, «estrangeiro», da UPA" (Rocha, 2011, p. 206). André Franco de Sousa, um dos primeiros militantes do MPLA, assegura que o movimento nasceu em 1956, tendo sido mantida em sigilo a respectiva sigla esendoapenas conhecida no exterior do território angolano e pelos seus membros fundadores. Aliás, Franco

[172]Uma das quezílias que abalou a estrutura da direcção do movimento aconteceu com o Chefe do Estado-Maior do ELNA, Marcos Massanga, que culpa-o de dirigir uma luta fratricida, de ter mandado assassinar o comandante Tomás Ferreira (do MPLA) e a sua coluna de 21 guerrilheiros, de exterminar os angolanos que não falassem kikongo, que não pertencessem à sua etnia ou que não fossem protestantes (Lara, 1997).

[173]Em 1960, um número considerável de angolanos pertencente ao grupo étnico Kimbundo, fugiram para Leopoldville e integraram a UPA por pouco tempo por não encontrarem um ambiente favorável.Alguns desses elementos saíram e formaram o NTOBAKO, o NGWIZAKO e o MDIA, pequenos grupos que não tiveram qualquer papel na luta político-militar contra o colonialismo (Rocha, 2011).

[174]O Manifesto exortava os nacionalistas a constituírem-se em grupos (nas escolas, nos bairros, em todo o lado, numa autêntica sementeira de ideias) para criar um amplo movimento de libertação de Angola, mas sem a ideia de formar uma organização (Pacheco, 1997, p. 30).

[175]Na última versão oficial, o MPLA já não faz referência à fundação, mas sim à génese do MPLA que tem como ponto de partida o "manifesto para um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola, considerado o primeiro marco da História do MPLA.

de Sousa foi detido e interrogado pela PIDE (Junho de 1959) e nunca mencionou o nome de nenhum movimento com a sigla MPLA[176]. Para isso, também contribuiu o facto de, no interior de Angola, o movimento ser conhecido como Movimento pela Independência de Angola (MIA).

Ao contrário da versão oficial divulgada pelos membros e simpatizantes do MPLA, não existem indíciosque sustentem a sua existência antes do final de 1959. Nesse sentido, Correia (1991) explicita que " a versão oficial da criação do movimento não era pacificamente aceite por todos os fundadores" (p.31).

A problemática em discussão é ampliada pelas visões de muitos autores, como é o caso de Heimer (1980) que afirma que "diferentes grupos clandestinos, mais ou menos estruturados,se fundiram num só movimento ao redor de 1960" (p.37). Todavia, não descarta a possibilidade da sua criação ter ocorrido em 1956, apesar da abordagem teórica não ser muito perceptível e/ou fundamentada. Na mesma linha, Andrade (1997), Nunes(1998) e Mabeko-Tali (2001) indicam o período subsequente ao ano de 1958 como sendo uma fase de união de pequenos movimentos partidários ao MPLA. Conforme Agualusa (1996), a criação do MPLA aconteceu em 1956, embora só a partir de 1960 é que tenha exercido grande actividade no território angolano. Por outro lado, Pacheco (1997) procurou demonstrar que o MPLA fora criado somente em 31 de Janeiro de 1960, posteriormente à II Conferência Pan-Africana, fundamentando a sua argumentação em documentação fornecida pela PIDE, bem como através do testemunho de militantes e de ex-militantes do MPLA. Ainda sobre esta problemática, Lara (2008)afirma que:

> " (…) No interior de Angola, sem dúvida alguma que as ideias expressas no Manifesto já tinham mobilizado os patriotas angolanos que criavam pequenos grupos e difundiam a necessidade de aproveitar todos os métodos para impregnar o povo das ideias nacionalistas e é assim que grupos culturais e desportivos e grupos po1íticos Comité Secreto para a Independência de Angola, Movimento de Independência de Angola, um Exército de Libertação de Angola e, mesmo, certos grupos que se intitulavam UPA, entre outros, vão afinal estar na origem do Movimento Popular de Libertação de Angola. Porém nas condições de absoluta repressão vividas em Angola, sobretudo em 1959 com a vaga de prisões, teve de ser no exterior que se viria a organizar a estrutura da direcção do MPLA, quando em Conacri pudemos juntar um certo número de camaradas" (p. 41).

[176]IAN/TT (1961). MPLA. *A verdade sobre os partidos políticos em Angola*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1115, documento n.º 790, Outubro 28.

O contributo de Rocha (2011) refere que "os arquivos da PIDE-DGS na Torre do Tombo não fazem qualquer referência ao MPLA até ao ano de 1960, nem no processo referente ao MPLA no processo do MAC, no de Viriato da Cruz e no da UPA" (p.210).

No cômputo geral, estes dados permitem-nos compreender que - antes de 1960 - o MPLA seria ainda uma corrente de pensamento político e não uma organização estruturada.

Apresentadas as principais teses e discussões referentes à problemática da criação do MPLA, cabe-nosexpor o nosso posicionamento.Assim, num primeiro momento, procuramos reunir um acervo de fontes (essencialmente publicações e documentos partidários que medeiam entre o Manifesto de 1956 e a Declaração de compromisso da UPA/MPLA em 1960), as quais, posteriormente,sujeitamos a análise documental. A principal conclusão é de que não há indicações suficientes que permitam afirmar que o MPLA existia antes de 1960, com excepçãodo Manifesto de 1956. No que concerne à consulta depublicações não oficiais, na sua maioria de autores estrangeiros, é reforçada a ideia anterior, segunda a qual o Movimento fora criado a partir da década de 60.De igual modo, não conseguimos encontrar indícios que relacionassem o MPLA com os inúmeros folhetos propagandísticos distribuídos nos arredores de Luanda durante a década de 50[177]. Em 1959, Viriato da Cruz e um grupo de intelectuais pertencentes aos países da África lusófona publicaram dois artigos referentes às arbitrariedades praticadas pelo governo português, não fazendo quaisquer menções ao Movimento. Todavia, a versão oficial aponta que, por essa altura, Viriato da Cruz[178] "desempenhava a função de secretário-geral do MPLA", sendo estranho que, apelando à independência do território angolano, não referencie o MPLA (Cruz, 1959, p.339).

Porém, parece ser nos autos dos processos-crime instaurados pela PIDE (Setembro de 1960) aos nacionalistas Manuel Pedro Pacavira, Fernando Coelho da Cruz, Bernardo Joaquim Silas e David Bernardo de Queiroz, - os principais membros da direcção do Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA)[179] - e nas figurasde Agostinho Neto e do padre Joaquim Pinto de Andrade que se encontra a «chave» desta querela que tem agitado políticos, historiadores e investigadores de várias sensibilidades (Rocha, 2011, p.

[177]Diversos exemplares encontram-se nos arquivos da PIDE, na Torre do Tombo, e nas publicações de Andrade (1997).

[178]No exterior de Angola, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade representavam o «Movimento Popular para a Libertação de Angola». Esta designação tinha sido retirada do Manifesto redigido por Viriato da Cruz mas, de facto, o tal «movimento» não existia. Foi Lúcio Lara que recomendou a Manuel Pedro Pacavira, no Congo, em 1960, que o movimento que eles representavam adoptasse a designação de «movimento popular de libertação de Angola» no interior do território angolano (Neto, 2012).

[179] O Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA) foi fundado em Dezembro de 1959, na residência de Helbert Pereira Inglês, por Fernando Coelho da Cruz, Bernardo Joaquim Silas, David Bernardo d'Eça de Queirós e Manuel Pedro Pacavira.

213). A análise dos respectivos autos confirma que em Maio de 1960 ocorreu a mudança da designação 'MINA' para 'MPLA', numa reunião que se realizou em Luanda e que contou com a presença de Agostinho Neto. De facto, conformeFernando Coelho da Cruz, antes de 1960, o MINA era dirigido por aqueles elementos. Assim, a direcção do MPLA, que actuava no interior de Angola, era constituída por David d'Eça de Queiroz, Coelho da Cruz, Bernardo Silas, Pedro Pacavira e Agostinho Neto, aos quais se juntou, numa segunda reunião (Maio de 1960), o Padre Joaquim Pinto de Andrade[180].Por outro lado, Edmundo Rocha, médico e militante do MPLA desde 1961, tem a profunda convicção de que o Movimento Popular de Libertação de Angola, como organização nacionalista estruturada, "só foi fundada no exterior em Janeiro de 1960 e no interior de Angola em Maio desse mesmo ano, tendo anteriormente a estas datas existido sob a forma de uma poderosa corrente de pensamento político" (Rocha, 2011, p. 213).

Constata-se, então, que a pouca unanimidade quanto à data de criação do MPLApode dever-se à debilidade do contexto da guerra colonial nas décadas de 50 e de 60, à falta de solidez nos contactos entre as estruturas criadas dentro e fora do território angolano, bem como à necessidade do MPLA criar uma 'anterioridade' em relação aos outros movimentos na luta contra o colonialismo.

A primeira apresentação oficial do MPLA,do MAC (Movimento Anticolonial) e do PAI (Partido Africano para a Independência) aconteceu na II Conferência Pan-Africana, (Tunes, Janeiro de 1960). Aí, o MAC expôs um Manifesto (sem assinaturas), no qual condenava o colonialismo português e apelava à luta anticolonial. De igual modo, informou tratar-se de uma organização política clandestina, da qual faziam parte nativos de Cabo Verde, da Guiné, de Angola,de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique, e cuja estrutura basilar assentava no MPLA e no PAI[181].No decorrer dos trabalhos da Conferência, o MAC repensou a sua estratégia de luta, alterando o nome do movimento para'Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional' (FRAIN). Assim, a FRAINprocurava reunir não somente os militantes do MAC, como agregar todos os movimentos nacionalistas (Andrade, 1968).

A II Conferência Pan-Africana ficaria ainda marcada pela assinatura da declaração de compromisso e de unidade de esforços contra o colonialismo português por parte do presidente da UPA, Holden Roberto, juntamente com outras personalidades como Viriato da

[180]IAN/TT. (1960). António Agostinho Neto. *Auto de perguntas de António Agostinho Neto*. Luanda.Arquivo da PIDE/DGS, processo 887/60, documentos de 55 a 95, Junho 7.
[181]IAN/TT. (1960). MAC. *Conferência de Tunis*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1120 A/6, Cx. 4, documentos n.º 19, Janeiro 30.

Cruz e Lúcio Lara (FRAIN e MPLA), Hugo de Meneses (FRAIN) e Amílcar Cabral (FRAIN e PAI)[182](Pacheco, 1997).

Depois da realização da II Conferência Pan-Africana, os movimentos de libertação da África lusófona (principalmente o MPLA) evidenciaram-se a nível internacional ao lado de outros organismos que prestavam ajuda na expansão da luta contra o governo português. Quanto aos documentos oficiais do MPLA, assinados pelos membros do Comité Director provisório[183], só começaram a ser divulgados publicamente em 1960, depois da sua instalação em Conacri. Nesse mesmo ano foi comunicada uma mensagem ao povo português, assim comodivulgados os seus estatutos, o Programa Mínimo e o Programa Maior.

III.2.2.2. O Processo de Afirmação do MPLA

III.2.2.2.1. O MPLA na Guiné Conacri

O MPLA (na época representado por Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Hugo de Meneses, Mário Pinto de Andrade, Eduardo Macedo dos Santos e Matias Migueis), instala-se em Conacri após a II Conferência dos Povos Africanos (Tunes, Janeiro de 1960). Nesse sentido, a Guiné Conacri concedeu aos nacionalistas angolanos documentos de viagem, subsídios para a manutenção do MPLA, para as deslocações ao estrangeiro, assim como apoios pecuniários aos dirigentes que não exerciam nenhuma profissão, como Mário de Andrade e Viriato da Cruz(Lara, 2008).

Com a sede do Movimento instalada, os dirigentes do MPLA distribuíram entre si, de maneira informal, os cargos e as funções da direcção, como pretende ilustrar o quadro 5.

[182] IAN/TT. (1961). *UPA.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 501, pasta 1, Dezembro.

[183]Faziam parte do Comité Director provisório do MPLA Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara.

Nome	Origem Geográfica	Habilitações Literárias	Cargo
Mário Andrade	Kwanza Norte	Ens. Superior	Pres. Rel. Ext
Viriato da Cruz	Kwanza Sul	Ens. Médio	Secretário-geral
Lúcio Lara	Huambo	Ens. Superior	Assuntos Internos
Luís de Azevedo	Bengo	Ens. secundário	Diversas
Matias Migueis	Kwanza Sul	Ens. Secundário	Diversas
Eduardo M. Santos	Kwanza Norte	Ens. Superior	Serviços Sociais
Hugo de Menezes	São Tomé	Ens. Superior	Info. e Cult.

Fonte: Reis (2010)

QUADRO N.º 5- Comité Director provisório do MPLA de 1960

Com efeito, o MPLA pretendia ser reconhecido como um movimento que representasse todos os povos angolanos colonizados, partindo do princípio de que "todo o conjunto de ideias não se converte em movimento político a não ser que as mesmas sejam reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais" (Reis, 2010, p. 189).Todavia, apesar de ser constituído essencialmente por indivíduos instruídos e com competência política, tal não foi suficiente para que o MPLA mantivesse uma relação privilegiada com a população, uma vez que não reuniam os (necessários) recursos simbólicos e/ou materiais para o desenvolvimento da sua acção. Deste modo, no início de 1960, emergiram diversos constrangimentose o Movimento teve dificuldade em afirmar-se como um pilar nacionalista, não conseguindo mobilizar as massas populares para a sua causa.Por outro lado, a existência de alguns membros (brancos e/ou mestiços) no Comité Director do Movimento incitou o questionamento por parte da população quanto à sua origem étnica[184].Deste modo, podemos facilmente antever (e compreender) as razões que despoletaram a sua reestruturação em 1962.

[184]Na época colonial, a questão racial encontrava-se também relacionada com as características fisionómicas dos indivíduos. Ou seja, as características ou traços raciais de alguns membros do MPLA estiveram na origem da desvalorização política do movimento, o que levou a uma mudança estrutural no seio da organização.

III.2.2.2.2. A Reestruturação do Comité Director do MPLA

Retomando o ponto anterior, poder-se-á mencionar que a reestruturação do Comité Director do MPLA deveu-se, por um lado, aos depoimentos e/ou às cartas escritas por Viriato da Cruz e, por outro, à tomada de posição de um grupo de militantes «não negros».

Em Setembro de 1961, o Secretário-Geral do MPLA, Viriato da Cruz, escreve uma carta dirigida a Edmundo Rocha, a José Carlos Horta, a Luís de Almeida e a Carlos Rocha, elementos de nacionalidade angolana que integravam a União Geral de Estudantes da África Negra (UGEAN). De acordo com o primeiro, Viriatoda Cruz recomendava qual seria a atitude que os brancos e os mestiços angolanos pertencentes ao Movimento deveriam adoptar durante a luta de libertação nacional e mesmo depois, após a independência, isto é, pretendia que os "brancos e mestiços tivessem uma atitude desinteressada em relação à questão colonial, exigindo a inclusão dos negros na direcção do UGEAN" (Rocha, 2011, p. 260). Nesse contexto, o Secretário-Geral do MPLA apercebeu-se dos efeitos negativos que a vertente racial poderia acarretar no espaço do nacionalismo angolano, tornando-o politicamente vulnerável. Assim, para suplantar esses aspectos, Reis (2010) afirma que Viriato da Cruz considerava fundamental uma tomada de posição realista por parte dos militantes e simpatizantes do MPLA, de modo a que problemas dessa natureza não colocassem em causa a autorização e a legitimidade do Movimento. É nesse sentido que "em nome do realismo político, apela para as comunidades mestiças e brancas -subentenda-se em nome de uma longa história de exploração e de humilhação da comunidade negra -se secundarizarem no processo de luta colonial"[185] (Reis, 2010, p.192).

Nesta perspectiva, Lara (2006) é da opinião que Viriato da Cruz procurava impedir a emergência de uma estrutura política projectada a partir de uma característica racial: a cor da pele. Portanto, tratava-se de impedir que o conceito de raça se tornasse fundamento de uma nova divisão do trabalho político no espaço nacionalista angolano[186]. Deste modo, em Maio

[185] Segundo Lara (2006, p.172), Viriato da Cruz sublinhou ainda que os 'não negros' só poderiam dar uma contribuição positiva para a solução desse problema, se adoptassem uma atitude abnegada, lúcida, superior e plena de bom tacto. Deste modo, convinha que os classificados de 'não negros' continuassem engajados na luta, mas também com um espírito de desinteresse em relação à hierarquia das organizações políticas e em relação às questões de representatividade (viagens, delegações, etc.) e ao problema dos postos do Estado angolano independente (no futuro).

[186] Inicialmente, Viriato da Cruz procurava construir um modelo de actuação que tivesse em conta a 'realidade'africana e colonialpara, assim, impedir as consequências de uma proposta política que, embora voluntariosa, limitava o subcampo político do MPLA no abrangente contexto angolano. De igual modo, considerava que o momento histórico não se adequava a uma construção política sem reavaliação e sem hierarquização raciais (Reis, 2010, p. 193).

de 1962, Viriato da Cruz propunha a constituição de um novo Comité Director do Movimento, do qual fariam parte diversas individualidades e notando-se a ausência de Lúcio Lara, de Eduardo Macedo e do próprio Viriato da Cruz, como podemos observar no (quadro n.º 6).

Nome	Característica Racial	Habilitações Literárias	Cargo
Mário de Andrade	Negro	Superior	Presidente
Matias Migueis	Negro	Ens. Médio	Vice-Presidente
Graça da Silva Tavares	Negro	Superior	1.º Secretário
João Vieira Lopes	Mestiço	Superior	2.º Secretário
Desidério da Graça	Negro	Superior	3.º Secretário
Hugo de Meneses	Negro	Superior	Relações Externas
Luís de Azevedo	Negro	Secundário	Relações Externas
José Miguel	Negro	Ens. Médio	
Domingos da Silva	Negro	Ens. Médio	CVAAR
Deolinda Rodrigues	Negra	Ens. Médio	CVAAR

Fonte: Bittencourt (2008, p. 177)

QUADRO N.º 6 - Novo Comité Director do MPLA de 1962

Ainda assim, coexistia pressão para o afastamento dos mestiços dos mais relevantes postos do Movimento, sendo a sua situação cada vez mais insustentável. Apesar da sua dedicação ao fortalecimento do MPLA e dos variados vínculos com alguns dirigentes, a sua condiçãomoldava a análise e a reflexão crítica acerca do problema colonial[187].

[187] O MPLA encarava essa situação como uma oposição de classes, enquanto a UPA transformava a questão numa contradição entre raças, estando ambas as visões associadas a vivências e a formas de consciencialização diferenciadas. Porém, apesar das mudanças efectuadas em torno da reestruturação do Comité Director, o MPLA não conseguiu ficar imune aos argumentos raciais.

III.2.3.A UNITA

III.2.3.1. Origem e Actividade Inicial

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi o terceiro movimento a aparecer no espaço do nacionalismo angolano, sendo oficialmente formado em Março de 1966, na Província de Moxico, no decorrer de um congresso dirigido por Jonas Savimbi (Marcum, 1978, p. 167).

Desde 1962, e ainda estudante universitário na Suíça, Jonas Savimbi desempenhava a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE. A partir de 1963, umclima de elevada instabilidade no seio da UPA começou a adensar-se por motivos étnicos: por um lado, o grupo etnolinguístico Bacongo (ao qual pertencia Holden Roberto, presidente do GRAE) e, por outro, o grupo Ovimbundo (ao qual pertencia Jonas Savimbi). O conflito Holden/Savimbi alcançou o auge na cimeira dos chefes de estados e de governo promovida pela OUA, no Cairo, em Julho de 1964, na qual Jonas Savimbi apresentou a sua demissão do GRAE[188], acusando o governo daFNLA no exílio de se limitar a discursos evasivos, em vez de intensificar a acção militar e - assim - estabelecer o "reagrupamento das massas populares, a fim de acelerar a libertação de Angola" (Sellström, 2008, p. 50).

Algum tempo depois, Jonas Savimbi condenou também a FNLA, "denunciando especialmente o «imperialismo americano» e o flagrante tribalismo Bacongo reinante no movimento (Sellström, 2008, p. 50). Nesse sentido, e atendendo ao facto de que não encarava positivamente a influência soviética e a dominação M'bundo no MPLA, envidou esforços para fundar outro movimento, recolhendo os apoios da Argélia, do Egipto e da China. Para a concretização dos seus objectivos, Jonas Savimbi fixou-se temporariamente na Zâmbia, onde formou a organização 'Amigos do Manifesto Angolano' (AMANGOLA). Osseus principais objectivos eram influenciar e conseguir o apoio das populações afectas à UPA, mais especificamente os refugiados e os emigrados bailundos na Zâmbia, para organizar um grupo armado capaz de desenvolver actividades de guerrilha no Leste do território angolano. Assim, o Manifesto despertou a atenção de várias personalidades do nacionalismo angolano (como José Calundungo, ex-chefe do Estado Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola) e, apesar de Jonas Savimbi nunca ter aderido efectivamente ao movimento de Agostinho

[188]Vide anexo XV – Relatos de Jonas Savimbi sobre as razões da sua demissão da UPA e do GRAE.

Neto[189], é válido supor-se que, nessa altura, haveria uma grande ligação entre a AMANGOLA e o MPLA.

Posteriormente, já depois da ruptura com o GRAE, Jonas Savimbi abordou "os dirigentes dos Movimentos de Libertação e expôs um programa que consistia essencialmente no alastramento da luta ao Leste de Angola e da subversão ao Sul do território"(EME, 2006, p. 101) e, paraconcretizar esta última intenção, teria contactado a South-West Africa People's Organization(SWAPO)[190],então Movimento Subversivo do Sudoeste Africano (Ibidem, p. 101).

Deste modo, a ideia de criação da UNITA foi decidida na Suíça, em 1965, entre Jonas Savimbi e António Fernandes, assumindo ocompromisso de participarem na guerrilha no interior do território angolano (Fernando, 2012). Para dar início às suas actividades, o Movimento precisava de disponibilizar formação aos seus quadros, o que motivou um conjunto de contactos com vários países sem quaisquer êxitos (numa primeira fase, Argélia, Tanzânia, República Árabe Unida (Egipto), Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria e União Soviética). Assim, através da embaixada do Cairo, dirigiu-se um pedido de colaboração à República Popular da China, o qual foi aceite e que se traduziunum curso de preparação militar em Nanquim para doze elementos, entre os quais o próprio Jonas Savimbi[191].

Apoiado por um número significativo de militares e de políticos afectos à FNLA/GRAE, Jonas Savimbi fundou, em Janeiro de 1966, o Comité da Unidade Revolucionária Angolana (CURA) e, na capital da Zâmbia, o Comité Preparatório para a Acção Directa. Poder-se-á dizer que este foi o primeiro reptopara aefectiva criação da UNITA, formalmente constituída por cerca de 60 indivíduos da sua confiança, numa conferência que teve início em 13 de Março de 1966, na província do Moxico. Aí fora também aprovada uma constituição que referia que "a real independência de Angola só pode conseguir-se por via da luta armada contra a potência colonial portuguesa, dentro do território

[189] De facto, Jonas Savimbi fez um pedido de colaboração ao MPLA, a partir da Suíça, a 12 de Dezembro de 1960. Nessa carta, resume a sua história pessoal, académica e profissional. Ainda no mesmo ano, Savimbi endereçou uma outra carta com igual conteúdo à UPA, mostrando o interesse em ser colaborador do movimento. O MPLA respondeu à carta, assinada por Viriato da Cruz e emitida de Conacri, oferecendo-lhe possibilidade de assumir um cargo de destaque, mas incentivando-o primeiro a ler os documentos que fundamentavam a existência do movimento. A integração de Savimbi no MPLA nunca se concretizou, visto que o mesmo estava indeciso entre a UPA e o MPLA.

[190] A SWAPO foi o movimento que conduziu a luta de libertação nacional para atingir a independência da actual Namíbia (anteriormente conhecida como Sudoeste Africano).

[191] Além de Jonas Savimbi, "António Dacosia Fernandes, Tiago Sachilombo Monangala, Isaías Massumba, Mateus Banda, Paulino Moisés, David Chigunji, Jacob lnájo, Jeremjas Kussia, Nicolau Iliarique, Chiúka Calundungo e José Manuel Chjwale" (Fernando, 2012, p. 72).

angolano" (Sellström, 2008, p. 51).Em Setembro do mesmo ano foi realizado o primeiro Congresso da UNITA, na capital da Zâmbia, durante o qual Jonas Savimbi foi eleito presidente do Comité Central (Sellström, 2008). De modo semelhante, foram registados 18 dirigentes como fundadores e co-fundadores, desde comandantes, a militares e militantes que se movimentavam no estrangeiro:

> "Jonas Malheiro Savimbi, João José Liahuca, Tony da Costa Fernandes, David Jonatão Chingunji, José Samuel Chiwale, Samuel Piedoso Chinguni, Miguel N'Zau Puna, Ernesto Joaquim Mulato, Alexandre Magno Chinguto, Pedro Paulino Moisés, José Kalundungu, Jacob Hossi Inácio, Jeremias Kussia Nundu, Nicolau Biacho Tchiuca, Isaías Mussumba, Mateus Bundua, Samuel Chivava Muanangola, Tiago Sachilombo" (Fernando, 2012, p. 13).

Conforme Savimbi (1979, p.22), aprovaram-se ainda diversos documentos que pretendiam consubstanciar a acção política da UNITA, destacando-se:

- A definição dos princípios gerais das actividades do Movimento;
- A análise geral do que seria o território de Angola liberto das forças coloniais;
- Os estatutos denominados «Projecto dos Conjurados do Movimento de 1 de Março» e que definiam a matriz da UNITA;
- A exposição da estrutura dirigente e administrativa da UNITA;
- O traçado (no mapa do Leste de Angola) das regiões militares e das áreas de expansão;
- A concepção das futuras Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA)[192];
- A enumeração dos sete princípios ideológicos[193].

[192]A propósito, Chiwale ocupa, desde o primeiro instante, o "cargo de comandante-geral" das futuras FALA e N'Zau Puna assume o cargo de Secretário-Geral do Movimento (Savimbi, 1979, p.23).

[193]Os princípios orientadores eram baseados no pensamento chinês de Mao Tsé-Tung, visto que a maior parte dos quadros da UNITA frequentaram as escolas militares chinesas. Deste modo, o Movimento estipulou sete princípios básicos: (1) fazer a guerra no contexto actual de Angola, (2) priorizar o guerrilheiro, (3) juntar-se ao povo do interior do país, (4) contar essencialmente com as nossas próprias forças, (5) mobilizar os camponeses guiados por um partido revolucionário, (6) aplicar uma ideologia valia a todas as circunstâncias e (7) formar uma frente democrática (Fernandes, 2012).

Para além destes princípios, a UNITA aditou um conjunto de ideias e de valores[194] típico das democracias ocidentais, salientando-se:

- A democracia baseada no voto do povo através vários partidos políticos;
- A igualdade de todos os angolanos na pátria do seu nascimento;
- A liberdade e a independência total para a Pátria-Mãe;
- A soberania expressa e impregnada na vontade do povo;
- A prioridade do campo para beneficiar a cidade na busca de soluções económicas.

No que concerne à sua organização, a UNITA delineou comités locais que se destinavam principalmente a estabelecer novos postos no interior (especialmente no Luso), a explicar ao povo a razão da luta contra o colonialismo, adesenvolver uma campanha de alfabetização, a improvisar métodos de cultura e armazenamento de produtos, dar informações acerca do movimento das tropas portuguesas e criar corpos sanitários.Assim, o Movimento conseguiu em (relativamente) pouco tempo - e por vezes à custa do ataque selectivo aos chefes nativos e respectivas áreas de influência -, instalar centenas de células de constituição variável (habitualmente um presidente, o secretário, o tesoureiro e os polícias; às vezes, com vices e com segundos). De igual modo, em 1966, a UNITA dispunha de um órgão de informação e propaganda, o «Kwacha-Angola», onde as notícias eram obviamente expressas da maneira que mais lhe convinha (EME, 2006).

Durantea oposição a Portugal, o Movimento juntar-se-ia à FNLA e ao MPLA, revelando-se um temível adversário para estes dois últimos.

[194]A ideologia seguida pela UNITA assenta no modelo do Estado-nação. A população e o território nacional - espaço físico com fronteiras definidas - coincidem com a área de exercício do poder. O Estado, responsável pelo processo administrativo, é corporizado por um governo e sua respectiva política. Trata-se de incorporar um conjunto de símbolos e de crenças identitárias em torno da ideia de pertença a uma única comunidade política. A esta ideologia, a UNITA acrescenta uma doutrina que preconiza uma autêntica africanidade assente nos valores da negritude. De igual forma, procurou afirmar-se como um movimento de guerrilha de base camponesa, através de uma prática revolucionária frequentemente expressa em termos de símbolos maoistas (Reis, 2010, p. 240).

III.3. Apoios Externos à Guerrilha

Perante um conflito armado como o de Angola, onde existiam três Movimentos de Libertação com grande expressão, as ajudas e os apoios internacionais eram disponibilizadospor instituições políticas e económicas, as quais sabiam a quem o conflito interessava e de quem dependia. Esta é uma das questões que pretendemos analisar com algum pormenor, tendo em conta que permite compreender como é que o conflito se internacionalizou, de quem dependia e a quem interessava a luta nos territórios coloniais portugueses.

III.3.1. Apoio das Grandes Potências

No decorrer dos séculos XIX e XX, as grandes potências contestaram a presença portuguesa nos territórios africanos, procurando o seu afastamento. A situação de equilíbrio internacional era garantida pelo conflito mútuo assegurado, encontrando-se os territórios da África lusófona situados na zona de concorrência das grandes potências que, por seu lado, apoiavam os movimentos de libertação (que assumiam o compromisso da sua inclusão na área de influência respectiva em caso de vitória) (Garcia, 2003, p. 144).

Desde o Congresso dos Povo Oprimidos (Baku, 1920) que a União Soviética havia manifestado interesse pelo continente africano, visto que representava um espaço vital para o domínio do Mundo. Aí desenvolveu actividades para adquirir meios e condições para contrapor aos povos capitalistas ocidentais e o seu apoio internacional "não pode ser isolado do movimento histórico de «libertação nacional» da corrente socialista mundial", uma vez que a guerra revolucionáriatem uma base marxista-leninista e, dificilmente, um movimento de libertação, por si só, poderia atingir os seus objectivos sem a ajuda dos países que fomentam essas ideologias[195] (Ibidem, p.144). No caso de Angola, o seu apoio deu-se a partir da visita da Agostinho Neto à URSS em 1963, onde foi disponibilizada formação militar aos guerrilheiros do MPLA e o envio de armas ligeiras e pesadas para a luta (Lara, 2008).

[195]Numa publicação soviética sobre os partidos políticos no território africano, é esclarecido que "os comunistas são as forças de vanguarda do movimento de libertação nacional em países africanos sob o jugo colonial, caminham também na vanguarda de forças nacionais depois de conquistarem a independência política, apoiam todas as acções de governos nacionais destinados a melhorar a posição dos operários, contra o imperialismo e o colonialismo" (Garcia, 2003, p. 144).

Noutra vertente, os EUA auxiliaram os países africanos fundamentalmente entre 1957 e 1961, sendo acérrimosdefensores da autodeterminação dos povos. Nesse sentido, apoiaram os movimentos de libertação, quer por intermédio da acção discreta da *Central Intelligence Agency*(como foi o caso da UPA), quer por intermédio de organizações internacionais e não governamentais(EME, 1988, pp. 39-57) (Garcia, 2003, pp. 144-145).

Por seu lado, a China patrocinava ora governos estabelecidos,ora grupos revolucionários que se lhe opunham, como aconteceu na Nigéria e no Gana, e o seu envolvimento na causa dos nacionalistas angolanos começou em Agosto de 1960. O MPLA, cuja sede se encontrava na Guiné Conacri, foi o primeiro Movimento de Libertação angolano a receber um convite do "Comité de Solidariedade Afro-Asiático para uma visita de amizade e de trabalhos à China"(Lara, 2008, p. 379). Determinados em contribuir para a sua libertação, os dirigentes chineses aceleraram os desejos dos nacionalistas africanos e comprometeram-se a formar (futuros) quadros angolanos para dirigirem a luta armada nas colónias portuguesas de África (Lara, 2008). Com esse propósito, em Angola seleccionaram-se quadros para frequentarem cursos de formação política e militar que, após o regresso, estavam "destinados a exercer funções de maior responsabilidade" na organização do Movimento (Garcia, 2001, p. 206).

A cooperação com a China foi abalada pelas divisões no seio dos nacionalistas angolanos e pelas tensões sino-soviéticas, embora o apoio chinês aos Movimentos de Libertação de Angola prosseguisse. Quanto ao MPLA, teve de conformar-se com a situação, o que exigiu da sua parte opções pragmáticas que aproximaram-no da ideologia da União Soviética. Assim, a China encontrououtro aliado, desta feita, no próprio terreno de luta armada(M'bah, 2010) e, emborao MPLA tenha sido o primeiro Movimento a solicitar-lhe apoio, foi efectivamente a UNITA que se tornou "quase exclusiva".

III.3.2.Apoio das Organizações Internacionais

O apoio aos Movimentos de Libertação não foi tarefa exclusiva das grandes potências, sendo também apoiados por organizações internacionais, como é o caso da OUA e da ONU e - por intermédio desta - ajuda dos países africanos independentes e das organizações socialistas, religiosas, democráticas e trabalhistas, dispostas a combater o colonialismo e o imperialismoAliás, a Resolução 2105(XX) da Assembleia Geral da ONU, de

12 de Dezembro de 1965, anuncia “a legitimação da luta que os povos sob dominação colonial travam para exercerem o seu direito à autodeterminação”. Outras Resoluções com os mesmos objectivos foram sendo proclamadas pela Assembleia Geral da ONU. Conforme Silva (1995), coma Resolução 2184 (XXI), de 12 de Dezembro de 1966, condenava-sea “política do governo português que, procedendo à instalação de grande número de emigrantes estrangeiros nas colónias e ao exportar trabalhadores para a África do Sul, violava os direitos económicos e políticos dos nativos” (p. 30). Igualmente,solicitava aos Estados “para tomarem, individual ou colectivamente, certas medidas, concretamente indicadas, destinadas a isolar Portugal nas áreas diplomática, comercial, marítima, aérea, militar e financeira” (p. 30) e, por fim,“pedia ao Conselho de Segurança que, como forma de tornar efectivas as resoluções adoptadas, encarasse a possibilidade de aplicar a Portugal as sanções previstas na Carta” (p. 30).

Pela Resolução 2270 da XXII sessão, aprovada em 17 de Novembro de 1967, a Assembleia Geral da ONU condenou formalmente o governo português por desenvolver uma guerra colonial contra o povo africano, “guerra que constituía umcrime contra a humanidade e uma ameaça grave à paz e à segurança internacionais” (Silva, 1995, p. 30).

Em Novembro de 1969, através da Resolução 2507 da XXV Sessão (14 de Dezembro de 1970), foi solicitado às organizações internacionais e instituições especializadas para que, em colaboração com a OUA, prestassem apoio aos povos africanos que almejavam a liberdade e a independência. Paralelamente, a Assembleia Geral pediu a Portugal que não utilizasse meios de guerra química e biológica contra as populações.

Em 1972, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 2908 (XXVII), de 2 de Novembro, e a Resolução 2918 (XXVII), de 14 de Novembro, versando os territórios portugueses, interessandoparticularmente esta última por indiciar progressos decisivos no estatuto dos Movimentos de Libertação. Assim, foram oficialmentereconhecidos, como sendo os verdadeiros representantes das pretensões dos povos africanos daquela região (Garcia, 2003, p. 146)[196].

Por outro lado, a Resolução 312 de 4 de Fevereiro de 1972, explanou o apelo do Conselho de Segurança da ONUao governo português para que findasse todas as actividades

[196] O Conselho de Segurança das ONU também adoptou inúmeras resoluções quanto ao problema dos territórios coloniais portugueses. Em 1963, reafirmou a urgente necessidade de Portugal reconhecer o direito de autodeterminação, a independência dos povos que se encontravam sob a sua administração, bem como a disponibilidade de negociação com os representantes dos movimentos de libertação, garantindo a independência de acordo com a vontade da população, com vista à transferência de poderes para instituições políticas, livremente eleitas (Garcia, 200, pp.146-147).

militares contra as populações de Angola, de Moçambique e da Guiné, aceitando a legitimidade da luta de libertação[197].

No plano internacional, as diferentes formas de intervenção da ONU contribuíram significativamente para a causa dos Movimentos de Libertação. Foram os casos do reconhecimento da legitimidade da luta contra o colonialismo, da aceitação na Assembleia Geral (na qualidade de observadores) dos dirigentes dos principais Movimentos da África lusófona (MLPA, FRELIMO e PAIGC) e da legitimação do apoio político e material às colónias (Ibidem, p.147).

De forma idêntica, os princípios doutrinários e estratégicos da Carta da OUA (assinada em Addis-Abeba, em Maio de 1963) - inspirados na Carta das Nações Unidas -, perpassam preocupação relativamente às questões da paz e dasegurança, mostrando consciência das limitações específicas. Na época, os conflitos expandiram as noções de Guerra e de Defesa, pelo que poder-se-á afirmar que a teoria clausewitiana inverteu-se.Ou seja, a Guerra (e consequentemente, a Defesa) 'jogam-se'também "no campo da política, da economia, da diplomacia, dos transportes e comunicações, da educação e da cultura, da saúde, doambiente, da ciência e da técnica" (Santos, 1968, p. 34).

Outro assunto que a Carta da OUA não faz referência explícita é a problemática em torno da intangibilidade das zonas limítrofes[198] herdadas do passado colonial, apenas debatida em 1964 na Conferência dos Chefes de Estados (Cairo), na qual se lavrou uma Resolução referenteà integridade territorial eà preservaçãodas fronteiras anteriormente definidas [199] (Garcia, 2003, p.148).De acordo com a nota introdutória da Carta da OUA, os povos pertencentes ao território africano tinham o direito de determinar o seu próprio destino, sendo que para a satisfação das suas necessidades precisavam de garantir a liberdade, a igualdade e a justiça, eliminando todas as formas de colonialismo (Ibidem, p.148). Em termos teóricos, a libertação do continente africano representava uma das suas prioridades, porém - na prática -

[197]Na mesma Resolução foi ainda referido que Portugal não deveria violar a soberania e a integridade dos Estados africanos.

[198]De acordo com a noção que as potências participantes têm sobre as vulnerabilidades provocadas pelas fronteiras delimitadas artificialmente, encontra-se referenciado na nota introdutória da Carta uma notável preocupação: reforçar a compreensão entre os nossos povos e a cooperação entre os nossos Estados, a fim de corresponder às aspirações das nossas populações. Não é por acaso que ali se faz a diferenciação entre Povos, Estados e Populações. A propósito, interrogamo-nos se por povos se entenderá nações porque nem sempre (e na maioria dos casos de África acontece), existe uma justaposição entre povo/nação, apesar dos governos e dos regimes saídos dos movimentos de libertação pugnarem pelas suas identidades nacionais. (Garcia, 2003, p.149). Ver mais informações em:MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 514. Lisboa. ADN, Julho, Secreto.

[199]MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 514. Lisboa. ADN, Julho, Secreto.

os representantes dos Estado africanos, procuraram transformar a OUA numa organização de Aliança[200], como se pode constatar pelon.º5 do Artº. 3º, onde é expressa a "condenação sem reserva do assassinato político, assim como as actividades subversivas exercidas por um Estado vizinho ou quaisquer outros Estados " (Ibidem, p.149). Assim, os seus Estados membro ao prestarem apoio aos Movimentos de Libertação tinham a noção de que activariam, de forma directa ou indirecta, aspectos delicados, sendo necessário o alargamento das questões relativas à Segurança/Defesa aduzidasà densidade e à especificidade dos próprios territórios humanos.

Por sua vez, no n.º 6 do mesmo Artigo é referido um "devotamento sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes", sendo neste âmbito que em1972, em Rabat, se realizou a IX Conferência da OUA, onde se definiu que o fundo deapoio ao Comité de Libertação seria aumentado em mais de 50% (Garcia, 2003, p.149)(Santos, 1967, p. 374). Quanto aos países da África lusófona, foram apresentadas diversas propostas, as quais visavam o corte das relações com Portugal e a rejeição da sua reforma constitucional paraconceder maior autonomia aos territórios africanos. Após a IX Conferência da OUA, o presidente em exercício - Hassan II, Rei Marrocos[201] -, apelou aos países fronteiriços dos territórios africanos (a libertar do domínio colonial) que apoiassem"as manobras" dos Movimentos de Libertação, suportando as diferentes consequências dessa posição e viabilizando a criação de um organismo de dissuasão que impossibilitasse represálias por parte de qualquer país estrangeiro ao continente africano[202](Garcia, 2003, p.150).

Todavia,seaté finais de 1967, a OUA dirigia o seu o apoio aos Movimentos de Libertação considerados mais robustos, a partir daí passou a fazê-lo a todos os que fossem capazes de influenciar a situação na região em que se propunham actuar. Assim, a Organização procurava coordenaressas actividades conforme os objectivos traçados

[200]A Carta expõe a consciencialização dos Chefes de Estado africanos de que o processo de combate, em que eles próprios são intervenientes, "carece de um conhecimento prévio e de especificidades que podem, no amanhã, voltar-se contra quem as acciona" (Garcia, 2003, p. 150).

[201]O rei de Marrocos defendeu também a ideia de que, se um movimento de libertação quisesse ser bem formado e organizado, teria de constituir um governo no exílio, com os seus representantes, solicitando o seu reconhecimento aos países africanos e aos países amigos.

[202] Sobre esta questão ver em: MDN. (1972). Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola. Perintrep N.º 825. Luanda. ADN, Agosto, Reservado.

estrategicamente, atribuindo missões e campos de actuação e alterando o auxílio em funçãodos resultados (Ibidem, p.151)[203].

Em 1971, em Accra havia sido elaborado um documento que expressava que a luta armada era a única via para libertar a África Austral e que o desenvolvimento das actividades dos Movimentos de Libertação (reconhecidos) deveria ser coordenado[204] (Garcia, 2001, p. 215).De igual modo, sugeria que a OUA auxiliasse-os por tempo indeterminado, terminando a assistência quando um deles se mostrasse superior relativamente aos outros na zona de actuação ouquando não houvesse um entendimento acerca da criação de uma frente unida (Ibidem, p. 216).

Em Maio de 1973, o Conselho de Ministros da OUA aprovou um novo plano estratégico para libertação de África, planeada pelo Comité de Libertação[205]. Assim, o ano de 1974 foi marcado pelo aumento dos apoios aos Movimentos de Libertação, estando a ONU e a OUA em conjugação de esforços políticos e diplomáticos para o reconhecimento internacional dos movimentos de libertação do território angolano, o que levou àsua declaração de independência.

III.3.3. O apoio das Organizações Não-Governamentais

Os movimentos de libertação de Angola, além de receberem apoios por parte de organizações e instituições governamentais de diversos países, foi igualmente notável o auxílio concedido pelas organizações não-governamentais na luta contra a soberania portuguesa. De acordo com a informação veiculada pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, os movimentos de libertação e/ou os grupos armados que desenvolvessem acções psicológicas 'propaganda' contra a actuação política portuguesa, evidenciavam uma natureza comunista, socialista e/ou liberal, razão pela qual seriam "elegíveis" à prestação de apoios diversificados por parte das organizações não-

[203]Sobre esta questão ver em: MDN. (1968). Quartel-general da Região Militar de Angola. *Resumo da Evolução da situação nos países vizinhos e partidos emancipalistas e das actividades do inimigo*. ADN, Fevereiro, Confidencial.

[204]A divisão do apoio aos Movimentos de Libertação seria 25% para a FRELIMO; 25% paraa PAIGC; 10% para a SWAPO; 5% para a PAC e a ANC e 5% para outros movimentos (Garcia, 2001, p. 215).

[205]MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 514. Lisboa. ADN, Julho, Secreto.

governamentais[206]. Geralmente, as guerrilhas eram apoiadas pelas instituições financiadas sobretudo por norte-americanos, ingleses e holandeses[207], pelas missões protestantes e pelas seitas cristãs[208].

Com propósitos semelhantes, em Maio de 1972 realizou-se ainda uma campanha de angariação de fundos, para os Movimentos de Libertação. Embora não fosse do agrado dos organizadores, as verbas financeiras obtidas seriam geridas pelos próprios Movimentos, podendo inclusive reverter para a aquisição de material bélico[209] (Garcia, 2003, p.162).

Em 1970, na sequência do Concílio do Vaticano, um importante acontecimento projectaria os principais Movimentos de Libertação da África lusófona (MPLA, FRELIMO e PAIGC): a recepção do papa Paulo VI aos seus respectivos líderes[210] - Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral, no Vaticano[211]. Tal facto originou uma grande projecção internacional da luta de libertação, pelo que o governo português vê-se obrigado a responder ao aumento de pressão nos diferentes fóruns internacionais (Bittencourt, 2009, p.143).

Outro aspecto relevante prende-se com o Conselho Mundial das Igrejas (constituído por cerca de 240 igrejas, entre as quaisas Igrejas Protestantes, Anglicanas e Ortodoxas) que, no ano de 1961, verificara a existência de uma forte corrente comunista na organização, sendo a sua acção praticamente submetida à influência de certos indivíduos infiltrados com pensamentos marxistas[212]. Assim, na elaboração do seu programa contra o racismo, o Conselho decidiu apoiar, com fins humanitários, os Movimentos de Libertação de África,

[206]Sobre este assunto ver: MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Operações ALCORA. *Ameaça à África Austral*. Lisboa.ADN, Janeiro 25, Muito Secreto.

[207] Destacam-se as ONG holandesas: Grupo de Acção para a África Austral, Fundação Evert Vemer, Movimento Holandês anti-apartheid e o Comité de Angola (filiação comunista que visava prestar apoio aos desertores e aos refugiados políticos provenientes de Portugal, bem como difundir informações referentes a política colonial portuguesa). Neste país foi ainda feita uma campanha contra as políticas ultramarinas portuguesas, particularmente através do impedimento da comercialização dos produtos vindo do território angolano, como foi o caso do café. (Garcia, 2013, p.162). sobre este assunto ver:MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 513. Lisboa. ADN, Março.

[208]Ver em: MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Operações ALCORA. *Ameaça à África Austral*. Lisboa. ADN, Janeiro 25, Muito Secreto.

[209]Ver em: MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. 2ª Repartição, Recortes de Notícias, (Reuter). Lisboa. ADN, Março 24.

[210] A igreja Católica, antiga parceira do governo português na política da missão civilizadora no continente africano, argumentaria que o papa recebera-os na condição de representante da Santa Sé, ou seja, da fase espiritual da instituição, e que isso não feria os laços existentes entre o Vaticano e Portugal.

[211] A aproximação dos movimentos ao Vaticano fora feita no ano anterior, quando enviaram uma carta à conferência episcopal, reunida no Uganda, que contou com a presença do papa (Bittencourt, 2009).

[212]Ver em:MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Operações ALCORA. *Ameaça à África Austral*. Lisboa. ADN, Janeiro 25, Muito Secreto.

concedendo financiamento entre 1970 e 1971 ao MPLA, à FRELIMO e à PAIGC, perfazendo cerca de 350 mil dólares (Garcia, 2003, p.162).

Durante o período que abrange a segunda metade do século XX, os povos do continente africano foram fortemente influenciados contra a presença de Portugal em África, sendo que a formação ideológica e militar dos Movimentos de Libertação era desenvolvida a partir do exterior. Daí eram também feitas grandes campanhas contra a sua presença no território, influenciando directa ou indirectamente, a opinião pública internacional. Neste contexto, os Movimentos de Libertação tinhamà sua disposição recursos de elevada importância: os *media* e os académicos que se mostravam interessados em apoiar a luta contra a dominação colonial. É nesse sentido que muitos autores consideram que a batalha nas colónias portuguesas ultramarinas foi por vezes mais renhida nos órgãos de informação ocidentais do que propriamente no terreno. Se por um lado, nos países do continente europeu, asiático e africano, eram publicadas semanalmente notícias extraídas dos noticiários portugueses dando conta das ocorrências da Guerra Colonial, o mesmo não se verificava na imprensa norte-americana (Ibidem, p.162).

A legitimidade da guerra contra a dominação colonial foi concretizada através dasactividades de carácter diplomático e da ligação existente entre os diferentes Movimentos de Libertação da África Lusófona, o que tornou evidente uma sinergia revolucionária.Em síntese, as guerrilhas invocando os nacionalismos constituem, na maioria dos casos, um fenómeno internacional.

III.3.4 Outros tipos de Apoio

III.3.4.1 O Apoio da Suécia

Os contactos dos Movimentos de Libertação de Angola com a Suécia foramfacilitados pela presença da Assembleia Mundial da Juventude (AMJ)[213]no Congo, o que permitiu o estabelecimento de múltiplos contactos com os jovens dos dois Movimentos mais influentes do território angolano - o MPLA e a UPA. Em Maio de 1962, a AMJ enviou uma missão ao Congo[214], com a finalidade de avaliar a situação, bem como apresentar propostas (de ajuda) à população angolana ali refugiada (Marcum, 1978, pp.231-239) e, no decorrer de Maio de 1963, as principais personalidades da Juventude do MPLA e da UPA fizeram uma visita à Suécia, com propósito de despertar a atenção paraa luta da independência contra o regime colonial. Contudo, a AMJ acabaria por criar laços mais fortes com a JUPA do que com a juventude do MPLA[215].

Após a sublevação de Janeiro de 1961[216] em Angola, alguns estudantes angolanos, moçambicanos e guineenses que frequentavam o Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, e a Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra, abandonaram clandestinamente o território português. Estes fixaram-se nos EUA e nos países africanos que já tinham conquistado a independência, onde foram ajudados por várias organizações não-governamentais, constituídas essencialmente por jornalistas e por outros estudantes (Rocha, 2009, p. 181). Como reflexo do profundo desentendimento existente entre o MPLA e a UPA, os estudantes angolanos residentes no estrangeiro mostraram-se sempre "divididos" e, nesse sentido, em Setembro de 1961 é criada emRabat (Marrocos), a União Geral dos Estudantes da África

[213] A partir de 1959, situa a sua sede em Bruxelas.

[214] Um representante da missão enviada ao Congo, no período compreendido entre 10 de Maio e 1 Junho de 1962, propôs, a nível político, a possibilidade da criação de uma frente comum entre o MPLA, UPA e o PDA, proposta esta que teve a aceitação positiva por parte do MPLA, mas à qual a UPA opôs-se redondamente.

[215] A este respeito, Holden Roberto afirmara numa entrevista que os primeiros contactos desenvolvidos pela UPA com a Suécia e com os vários países nórdicos foram patrocinados pela AMJ e pelo seu secretário-geral, David Wimark.

[216]Este acontecimento ocorreu no dia 11 de Janeiro de 1961 e caracterizou-se pela sublevação dos trabalhadores da cultura do algodão. Ver Capítulo IV, página 149.

Negra (UGEAN) "por iniciativa de certas individualidades pertencentes ao MPLA e de diversos estudantes das colónias portuguesas em África"[217] (Lara, 2008, p. 200).

Para fazer face às iniciativas do MPLA, em Março de 1962, um grupo com cerca de vinte estudantes angolanos junta-se à UPA, marcando um encontro com o representante doMovimento na Suíça, Jonas Savimbi[218], com vista a constituir a União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA). Diversas individualidades da organização viriam a ocupar cargos de destaque no seio da UNITA, como foi o caso Jorge Valentim, um estudante angolano que se encontrava a frequentar um curso numa universidade norte-americana e que viria a ser designado presidente da UNEA, aquando da realização da 2.ª Assembleia Geral da organização[219], em Maio de 1963, na Suíça[220] (Marcum, 1978, p.163).

Todavia, foi a UGEAN que suscitou maior atenção das organizações estudantis suecas, uma vez que passara a apresentar-se emdiversos congressos realizados naquele país (por exemplo, noCongresso da Juventude Afro-Escandinava, realizado em Agosto de 1962[221], em Oslo), contrariamente à UNEA que nem sequer era convidada[222].

De acordo com Sellström (2008), o apoio oficial da Suécia aos Movimentos de Libertação de Angola foi, em primeira instância, "por via do Programa Especial da ONU para a Formação e Educação para os Territórios Portugueses" (p.46). Assim, em 1964, o governo sueco atribuiu um apoio pecuniário aos jovens estudantes africanos que se encontravam

[217] A UGEAN representava a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), uma coligação política que fora criada seis meses antes, pelo MPLA, PAIGC e diversos nacionalistas de Moçambique.

[218] Jonas Savimbi começou os seus estudos em Portugal no ano de 1958. No entanto, foi na Suíça, em Dezembro de 1961, que deu sequencia aos seus estudos, inscrevendo-se como estudante de licenciatura do curso de Direito e Política Internacional na Universidade Lausanne.

[219]IAN/TT (1961). União Geral dos Estudantes da África Negra. *Divergências entre os estudantes africanos, na CIMADE e a comissão directiva desses estudantes afectos ao MPLA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 291, documentos 110 e 412.

[220] Outra figura que ocupou um cargo de destaque no seio da UNITA foi Jorge Sangumba que, igualmente como estudante e residente nos EUA, integrou-se na UNEA, em Setembro de 1965, tornando-se responsável pelas relações externas da organização. Foi designado Secretário dos Negócios Estrangeiros da UNITA em Agosto de 1969.

[221] Entre as personalidades angolanas pertencentes à UGEAN, que se fizeram representar no Congresso de Oslo de 1962, estavam o futuro ministro da defesa do MPLA, Iko Carreira, e Henrique de Carvalho dos Santos. Para além dos representantes angolanos estiveram igualmente presentes os futuros presidentes de Moçambique, Joaquim Chissano, e de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, ambos representantes da UGEAN, na qual desempenharam um papel crucial no congresso, quanto mais não fosse para dar publicidade à causa nacionalista angolana.

[222]IAN/TT (1961). União Geral dos Estudantes da África Negra. *Divergências entre os estudantes africanos, na CIMADE e a comissão directiva desses estudantes afectos ao MPLA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 291, documentos 110 e 412.

refugiados no Congo,como também aos que frequentavam o ensino superior na Europa[223] (Ibidem, p. 46).

O projecto de atribuição de bolsas sofreu um alargamento paulatino ao longo dos anos e a partir de 1966 já englobava mais de 120 estudantes do ensino secundário (a maioria frequentava o estabelecimento de ensino protestante Sona Bata, no Congo) e três estudantes frequentavam a Universidade de Lovanium[224]. Tendo em conta que houve um aumento significativo do número de estudantes do ensino secundário a qualificarem-se para o ensino superior, o governo sueco passou a dedicar-lhe maior atenção, sendo que "em 1971, cerca de 19 estudantes angolanos frequentaram a Universidade de Lovanium, beneficiando de uma bolsa de estudo do governo da Suécia" (Ibidem p. 47).

Nos finais dos anos sessenta, a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) "atribuía anualmente cerca de 150.000 a 200.000 coroas suecas ao programa, que passou numa determinada altura a ser gerido com a ajuda do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e do Conselho Mundial das Igrejas" (Ibidem, p. 46). É de ressalvar que o governo sueco beneficiou tanto a FNLA, instalada em Kinshasa, como o MPLA, sedeado no Congo-Brazzaville. Algum tempo depois, ambos os Movimentos solicitar-lhe-iam apoio directo na área da educação. Por exemplo, a FNLA apresentou um pedido formal através do seu representante na Suécia, Mateus João[225], e em 1971, o MPLA na figura de Agostinho Neto, requereu ajuda financeira para a construção de um empreendimento escolar para o ensino primário e para a educação revolucionária, em proveito dos mais de cem mil refugiados que se encontravam no Zaire (Ibidem, p.47).

Nesse mesmo ano, durante uma visita do presidente Agostinho Neto à Suécia, o governo decidiu alargar o seu apoio ao MPLA relativamente à ajuda humanitária[226]. Em Junho de 1971, aUNESCO contactou a Suécia "a fim de conceder uma ajuda adicional ao MPLA, para a construção de uma escola com capacidade de albergar cerca de 270 estudantes", na região de Dolisie, no Congo-Brazzaville (Ibidem, p.49). Em Novembro de 1971, ambos os organismos debateram com o chefe do gabinete do MPLA no Congo

[223] A partir de 1964/1965, a Embaixada da Suécia em Kinshasa passou a atribuir maior número de bolsas de estudos individuais, sendo que em 1965/66 foi decidido prestar apoio a um projecto conjunto nas áreas da agricultura e do desenvolvimento comunitário para os estudantes angolanos em Kimpese, perto da fronteira com Angola.

[224] IAN/TT (1961). União Geral dos Estudantes da África Negra. *Divergências entre os estudantes africanos, na CIMADE e a comissão directiva desses estudantes afectos ao MPLA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 291, documentos 110 e 412.

[225] Este pedido não foi aceite por estar mal fundamentado.

[226] Foi decidido, em Março de 1971, atribuir um valor de cinquenta mil coroas suecas ao MPLA para o ano fiscal de 1971/1972 (Sellström, 2008, p.48).

Brazzaville e responsável pelas áreas da educação, Lúcio Lara, as formas de como se iria processar a ajuda financeira ao Movimento. Assim, decidiu-se que seria concedida, por parte da Suécia, uma quantia monetária de cerca de 3,3 milhões de coroas suecas para a construção de uma escola, em Junho de 1973[227] (Lara, 2008). Efectivamente, essaedificação foi um projecto muito apreciado por parte dos dirigentes do MPLA, tendo como efeito a aproximação entre asduas partes, num período considerado decisivo.

No que se refere à UNITA, em 1967, o governo sueco endereçou um convite a Jonas Savimbi para participar nos debates em Estocolmo, meses antes de ser detido na Zâmbia (Fernando, 2012, p. 94). Durante o período que permaneceu no território sueco,o presidente da UNITA manteve um encontro com a imprensa local, durante o qual afirmara que "o objectivo do seu movimento era o de criar uma Frente de Libertação unida no território angolano" (Sellström, 2008, p.54). Nesse âmbito, a maior parte das organizações de solidariedade passaram a desenvolver actividades para obtenção de fundos para o Movimento liderado por Jonas Savimbi, como foi o caso do Comité da África do Sul de Uppsala que incluiu a UNITA no conjunto dos dez movimentos de libertação africanos aptos a receber compensações[228].

A ligação entre a UNITA e a Suécia terminou em 1968, logo após o regresso de Jonas Savimbi a Angola. Embora tenha desempenhado um papel muito activo no projecto de criação do Movimento, a terceira força do nacionalismo angolano, pouco tempo depois o PSD sueco, por diversos motivos[229],suspendeu a ligação que havia estabelecido.

III.3.4.2. Zâmbia e outras possibilidades

Foram muitos os países que responderam positivamente ao apelo dos Movimentos de Libertação de Angola para apoiarem a sua causa pela independência do território angolano. Dos auxílios provenientes do exterior, os que tiveram maior ênfase no terreno foram dos

[227] No projecto de construção da escola, o Serviço Universitário Mundial (SUM) ficou com a responsabilidade da coordenação global do projecto, sendo que a ajuda oficial da Suécia aos estudantes angolanos refugiados foi transferida do Congo Kinshasa para a zona da base do MPLA no Congo Brazzaville.

[228] Em finais de 1967, o Comité da África do Sul de Estocolmo, presidido por um membro da Juventude do Partido Social Democrata sueco, doou cerca de cinco mil coroas suecas à ZANU do Zimbabué e cerca de 1000 coroas suecas à UNITA (Sellström, 2008, p.55).

[229] De acordo com N'Zau Puna, o motivo mais importante, foi o facto de serem cortados os canais de comunicação da UNITA com o mundo exterior. Outra razão de maior alcance teve a ver com o facto do governo da Zâmbia ter cortado as relações com a UNITA e do Movimento de Jonas Savimbi não ser reconhecido pela Organização de Unidade Africana.

países fronteiriços, nomeadamente na disponibilização de instrução aos membros dos Movimentos de Libertação (treino e formação política[230] e militar[231]), de armamento e de equipamento, bem como de ajuda monetária[232].

Com a independência da Zâmbia, em 24 de Outubro de 1964, os líderes dos Movimentos de Libertação de Angola passaram a acompanhar de perto a situação política e económica daquele país (que tinha extensa fronteira com Angola, embora sem orla marítima).

Tendo em conta a dependência dos Caminhos de Ferro de Benguela e da Beira, bem como dos respectivos portos, o governo zambiano procurou manter boas relações com Portugal. Asua atitude era ambígua e, por uma questão de prestígio, instituiu na capital, Lusaka, "o Centro da Libertação, que reunia todas as organizações subversivas para os territórios portugueses, rodesianos e sul-africanos, [apoiando em proporções diferenciadas] os principais movimentos independentistas dos territórios portugueses da África Austral: MPLA, UNITA, FRELIMO e COREMO" (Garcia, 2001, p. 220).

Aquando da condenação da Rodésia, de minoria branca,pelo Conselho de Segurança da ONU, e com a aprovação de sanções comerciais contra o governo da colónia britânica da Rodésia do Sul (atingindo o fluxo comercial da Zâmbia), o presidente Kenneth Kaundanão teve outra alternativa a não ser pedir facilidades de trânsito ao Governo Português. O comportamento das autoridades portuguesas era pautado pelo direito internacional, que prevê a concessão do acesso marítimo aos países sem litoral. Portugal pretendia com este gesto, "aliviar a pressão internacional sobre Salazar, principalmente da ONU, onde os países africanos, asiáticos e os socialistas clamavam pelo fim do colonialismo" (Bittencourt, 2008, p.33).

Foi o facto da Zâmbia não possuir acesso marítimo para a circulação da sua produção mineira (na época, a principal actividade económica do país) e para receber produtos importados que marcaria a sua relação com os Movimentos de Libertação das colónias portuguesas (MPLA, FNLA e UNITA, no caso de Angola, e FRELIMO, em relação a Moçambique). O apoio da Zâmbia aos Movimentos de Libertação foi condicionado ao

[230]Esta formação consistia em conhecimentos elementares sobre a História de Angola, sobre os dirigentes do Partido, o Partido e os seus Programas e a situação política e económica de Portugal e de Angola.

[231]Todavia, algumas instruções de especialidade foram ministradas noutros países, como Argélia, Cuba, China Popular e URSS.

[232]MDN. (1973). Estados-Maiores Peninsulares, *Informação Sobre o Apoio de Diversos Países a Movimentos de Libertação.* Lisboa. ADN, Março 20, Secreto.

compromisso dos próprios Movimentos "não vandalizarem as linhas férreas controladas pelo Governo Português nos seus territórios ultramarinos"[233] (Ibidem, p.34).

Ao prestar apoio aos Movimentos de Libertação de Angola, o governo da Zâmbia pretendia exercer algum domínio sobre as actividades dos movimentos daquela frente de combate. Oseu apoio caracterizava-se pelo apoio político, alargando o seu auxílio ao campo militar, tendo facilidade no transporte de pessoal e de material, bem como na instalação de bases e de campos de refugiados[234]. De igual modo, osMovimentos recebiam do governo zambiano armas de combate de origem chinesa e russa, provenientes da Tanzânia (Antunes, 1995, p.144).

Para ultrapassar o problema da exportação de produtos provenientes da Zâmbia, foi construída, no início de 1970, a linha férrea que estabelecia a ligação entre a Zâmbia e a Tanzânia, também conhecida como Taz-Zan. Este grande projecto confirmaria novamente a presença da China no continente e após a independência da Tanzânia, em 26 de Abril de 1964, houve uma grande aproximação entre os dois governos.

A ajuda chinesa foi assumindo variados contornos ao longo do tempo, com destaque para a implementação do projecto de desenvolvimento rural, de construção de estradas e de assistência médica. Em 1970, o governo chinês decidiu fazer a construção de uma grande obra ferroviária que estabeleceria a ligação entre a Tanzânia e a Zâmbia, um projecto que envolveu mais de 4.500 técnicos, orçamentado em cerca 400 milhões de dólares e cuja conclusão somente se realizou no final do ano de 1975 (Grace & Laffin, 1991, p.338).

Por seu lado, Agostinho Neto não ficaria indiferente à presença dos chineses nos territórios amigos[235], pelo que os contactos entre o MPLA e a China devem ser entendidos à luz da amizade entre o Movimento e os soviéticos. Para que se perceba melhor o apoio prestado pela China é necessário considerar três factores fundamentais:

[233] De acordo com Silva Cunha, na época Ministro do Ultramar, as relações entre Portugal e a Zâmbia eram boas, tendo em conta que a Zâmbia precisava dos portugueses. Segundo o próprio, nesse período, o tráfego ferroviário para a Zâmbia, a partir de Angola, fora fechado por três vezes em consequência de ataques feitos ao próprio Caminho de Ferro de Benguela (CFB) por guerrilheiros da UNITA.

[234] MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. *Operações ALCORA.Ameaça à África Austral*. Lisboa. ADN, Janeiro 25, Muito Secreto.

[235] De acordo com Lúcio Lara, em Novembro de 1970, Agostinho Neto visita a China e a reaproximação se inicia. Ainda durante a sua estadia em Pequim, Agostinho Neto aceita a reentrada de Gentil Viana que se tinha afastado em meados dos anos 1960, quando fora estudar na China e acabaria permanecendo por lá trabalhando como tradutor das obras de Mao Tsé-Tung. Seu reingresso no MPLA, no início dos anos de 1970, seria de grande importância para a história do movimento (Lara, 2006).

- Em primeiro lugar, a presença da China na Zâmbia e na Tanzânia, países onde estavam constituídas as bases de apoio dos movimentos de libertação de Angola, com total reconhecimento da OUA, facto que não poderia ser ignorado por parte da União Soviética;
- Em segundo lugar, o facto de existir um certo abrandamento nas animosidades existentes entre soviéticos e chineses foi fundamental para que houvesse em 1971 a regularização das relações diplomáticas entre os dois países;
- Por último, a importância do apoio soviético ao MPLA, o que era praticamente impossível de ser superado pela China[236]. A partir de 1971, o declarado apoio da China ao MPLA[237] far-se-ia presente através de armamentos e demais equipamentos militares, sobretudo sob a forma de treinamento militar[238](Grace & Laffin, 1991, p.339).

Apesar da grande influência exercida por parte de diversos países socialistas e africanos para ampliar a ajuda prestada pela Zâmbia aos Movimentos de Libertação das colónias portuguesas, o presidente zambiano continuaria a estabelecer boas relações com as autoridades portuguesas. Aliás, não poderia ser de outra maneira, visto que a maioria dos produtos económicos de origem zambiana estavam ligados aos interesses capitalistas consolidados na Rodésia e, sobretudo, na África do Sul, sendo que o seu comércio externo estava dependente das linhas férreas que se encontravam sob tutela de Portugal[239].

Diversos países africanos que haviam conquistado recentemente a independência, estavam grandemente interessados na questão da libertação do continente africano, tendo alterado a sua atitude que inicialmente consistia numa moderada condenação das potências coloniais e que evolui para uma esmagadora campanha política, com vista a criar uma força comum capaz de actuar em guerra aberta contra o poder colonial. Neste contexto, o

[236]Estimava-se que em 1971 cerca de 70% a 80% das armas que a organização recebia provinham da União Soviética e seus aliados do Leste Europeu.

[237]IAN/TT (1961). Serviços Centrais. DSI - 2. DIV, NP. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 7940, pasta 9, folhas 9-37.

[238]Na verdade, esse tipo de apoio já ocorria desde finais de 1970, quando os primeiros quadros do MPLA foram treinados por instrutores chineses na Tanzânia, que serviria de base para os outros movimentos de libertação da África Austral (Grace & Laffin, 1991, p.339).

[239]Entre 1969 e 1972, o governo de Lusaca tentaria por diversas vezes uma aproximação com os portugueses e sul-africanos. Para os movimentos de libertação e os demais países africanos, a justificativa apresentada era a de abrir um canal capaz de proporcionar a negociação entre os movimentos e os governos de Portugal, da Rodésia e da África do Sul. Por outro lado, este tipo de actuação possibilitava a Zâmbia de ter as suas vias de acesso a tais governos e com isso evitar retaliações desastrosas para a sua economia (Bittencourt, 2008, p. 35).

representante nigeriano, Gowon, na reunião preparatória da sétima Conferência dos Chefes de Estado da OUA, realizada em Addis-Abeba, disponibilizou as suas forças militares para o futuro Exército Conjunto Africano. Numa das conferências da OUA, o representante do Congo reafirma a ideia em torno da criação de uma força africana conjunta, destinada a prestar apoio directo aos movimentos de libertação.

De modo idêntico, foi oferecido por parte do representante do Uganda à OUA o seu território como centro de treino do exército conjunto africano no combate contra o colonialismo na África meridional, reafirmando a importância da libertação dos países da África Lusófona, nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné. A principal função dessa força seria a defesa dos países africanos, contra possíveis ameaças vindas do exterior e, ao mesmo tempo, acabar com os governos constituídos por uma de minoria branca no continente africano, nos territórios onde ainda existissem. Face aos vários problemas internos que enfrentavam os países africanos independentes, este exército militar nunca seria uma força viável.

Capítulo IV

AS PRINCIPAIS ACTIVIDADES MILITARES DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (1961 – 1973)

IV. 1. O 4 de Fevereiro de 1961

Em Fevereiro de 1961 deu-se no território angolano um inesperado acontecimento. Diversos indivíduos angolanos armados invadiram de madrugada os estabelecimentos prisionais civis e militares de Luanda. Este acontecimento foi precedido por uma grave sublevação na Baixa de Cassange, a leste de Malanje, iniciada a 11 de Janeiro de 1961, de motivação laboral, numa área de cultivo de algodão em regime de monocultura. A revolta foi gerada pela COTONANG[240] e incentivada pelo Partido Solidário Africano (PSA), partido congolês com influências transfronteiriças. Foi uma revolta genuína, facilmente induzida numa região que era dominada pela prática da magia negra(Nunes, 2009).

Assim, no dia 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda, ocorreram várias tentativas de assalto ao estabelecimento prisional de São Paulo de Luanda, à Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Casa de Reclusão de Luanda, com o propósito de libertar os presos políticos que se encontravam detidos nestas prisões. Os dirigentes nacionalistas angolanos estavam longe de prever as consequências do impacto dos acontecimentos ocorridos nesse dia, que iria modificar completamente o curso da história do país. As principais organizações nacionalistas angolanas instaladas no exterior do país, assim como os seus dirigentes ficaram surpreendidos com a ocorrência de tais acontecimentos. O facto mais surpreendente é que nenhuma das organizações nacionalistas, nem nenhuma personalidade activa do nacionalismo angolano assumiu imediatamente a autoria e responsabilidade dos ataques.

O MPLA face a esta situação, aproveitou-se instantaneamente da ocasião para reclamar a autoria dos ataques produzidos em Luanda, declarando o seguinte:

> "Nunca cessámos de repetir que as massas populares de Angola, impossibilitadas de exprimir as suas legítimas reivindicações, reclamam com insistência junto dos responsáveis dos movimentos nacionalistas pelos meios necessários para poderem passar à acção directa, a fim de liquidarem definitivamente o colonialismo português. Estes acontecimentos são prova de como o governo português, apesar das propostas apresentadas pelo MPLA com vista a uma resolução pacífica da questão colonial, se obstina em manter a sua dominação clássica e o seu sistema de opressão" (Lara, 1997, p.427).

[240] A COTONANG era uma empresa belga que obtivera do governo português uma concessão e que, por isso, detinha o monopólio do cultivo de algodão. Durante anos exerceu sistematicamente exorbitâncias sobre as populações da área, alimentadas pela corrupção de alguns inspectores e de algumas autoridades administrativas que ignoravam às denúncias desses excessos.

Esta declaração foi seguida instantaneamente pela propaganda das principais linhas condutoras do movimento, assim como o seu objectivo e causa[241]. Esta atitude fez com que o MPLA fosse encarado como a primeira organização nacionalista a desencadear a luta armada contra as forças coloniais portuguesas.

A questão da responsabilidade do MPLA nos levantamentos populares do 4 de Fevereiro de 1961 foi-se complicando com o passar do tempo por diversas razões:

- Primeiro, nem todas as personalidades ligadas ao MPLA partilham da opinião de que os ataques do dia 4 de Fevereiro foram da autoria desse movimento;
- Segundo, hoje tem-se conhecimento da existência de outras forças envolvidas nos ataques e que durante muito tempo eram desconhecidas[242];
- Por último, o MPLA depara-se com uma nova situação, na qual lhe é retirado o protagonismo dos ataques de 4 de Fevereiro, actualmente atribuído à FNLA, movimento político que foi o seu principal adversário político.

O principal objectivo a atingir no presente sub-capítulo é fazer a demostração da responsabilidade e participação real dos principais Movimentos de Libertação de Angola nos levantamentos populares do 4 de Fevereiro de 1961.

IV.1.1. Os Movimentos de Libertação Envolvidos

É difícil fazer-se uma estimativa real dos Movimentos de Libertação de Angola que se encontravam a exercer actividades clandestinas em Luanda nas vésperas dos ataques de 4 de Fevereiro de 1961. Porém, tem-se o conhecimento de que eram pelo menos três, razão pela qual resultou no fracasso das acções da PIDE/DGS nos anos de 1959/60, pois a polícia portuguesa não foi capaz de neutralizar completamente os movimentos angolanos clandestinos.

[241] As diversas personalidades ligadas ao MPLA fizeram do 4 de Fevereiro de 1961 uma data histórica que representa o início da luta de libertação de Angola.

[242] Facto que obriga o MPLA a partilhar o protagonismo dos ataques de 4 de Fevereiro com essas forças nacionalistas perante a cena internacional, num acontecimento que esse movimento pretendia que fosse da sua da sua exclusiva responsabilidade.

No âmbito do debate político centrado sobre a questão dos movimentos envolvidos nos ataques de 4 de Fevereiro, Mabeko-Tali (2001) destaca o nome de alguns movimentos de libertação susceptíveis de protagonizar a insurreição de Luanda nomeadamente, o MPLA, o Exército de Libertação de Angola (ELA) e a UPA.

Começando pelo MPLA, vamos antes de mais analisar o testemunho concedido ao padre Robert Davezies por parte de duas personalidades diferentes, no que diz respeito ao papel desempenhado por este movimento nos acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961.

O primeiro testemunho foi dado pelo Reverendo Domingos da Silva, em que o mesmo afirmara que os preparativos para os ataques de 4 de Fevereiro foram organizados apenas por militantes do MPLA. O propósito a atingir com os ataques era o de incitar uma sublevação e posteriormente libertar os nacionalistas angolanos, que se encontravam detidos pela polícia portuguesa. Os ataques, segundo os militantes do MPLA, estavam previstos para ocorrerem no dia 10 de Janeiro de 1961, sendo que as condições para dar o arranque da operação estavam quase todas preparadas com excepção dos meios de ataque. Os militantes planeavam fazer a penetração aos "estabelecimentos prisionais por intermédio de explosivos", materialeste que foi capturado pelas forças portuguesas, o que obrigou a adiar a data dos ataques para o dia 4 de Fevereiro de 1961 (Davezies, 1965, p. 221).

Apesar do testemunho do Reverendo Domingos da Silva ter um valor significativo para a compreensão dos acontecimentos gerados em torno desta data, o mesmo carece de certos pormenores que merecem ser esclarecidos. Primeiro, as informações dadas não realçam pormenorizadamente a organização dos preparativos da insurreição[243]. Segundo, pode-se considerar que tais declarações eram proferidas por um indivíduo que tinha fortes ligações a um certo movimento de libertação e que ignorava de certo modo, todas as actividades revolucionárias desencadeadas por outros movimentos de libertação em Luanda[244]. Nesse testemunho, Domingos da Silva procurou confirmar a versão oficial da história do seu movimento mais do que fazer descrição objectiva e verídica dos acontecimentos.

[243] Podia-se esperar que o Reverendo Domingos da Silva afirmasse no seu testemunho as indicações claras sobre a identidade dos militantes e dos responsáveis políticos do MPLA que estariam envolvidos nos ataques armados de Luanda.

[244]Podia-se também considerar que os testemunhos tinham como finalidade fazer uma divulgação propagandista das actividades do MPLA no contexto conflitual dessa época, nomeadamente na legitimidade política e no reconhecimento dos movimentos de libertação de Angola.

O segundo testemunho foi dado por uma personalidade exterior ao MPLA, no qual relata os factos do ponto de vista dos outros movimentos de libertação[245]. Este testemunho é dado por Agostinho Manuel Neto[246], uma personalidade muito conhecida no meio dos nacionalistas angolanos naquela época. Este nacionalista exercia actividades comerciais entre a capital de Angola e Leopoldville, o que lhe possibilitava igualmente, aquando das suas diferentes viagens de negócios, transportar documentos[247] políticos importantes entre Angola e o Congo belga.

Agostinho Manuel Neto numa das suas viagens para Leopoldville, isto é, em 5 de Novembro de 1960, transportava com ele, como era costume, cartas de nacionalistas angolanos, dentre as quais se encontrava uma missiva do cónego Manuel das Neves, que era destinada a Rosário Neto, um antigo seminarista e um dos principais dirigentes da UPA. Aquando do seu regresso a Luanda, em 23 de Novembro de 1960, Agostinho Manuel Neto trazia consigo duas cartas diferentes mas com o mesmo destinatário, o cónego Manuel das Neves[248]. Uma das cartas foi escrita por Rosário Neto, e a outra por José Domingos Bernardo, militante do MPLA[249].

O correio de Rosário Neto não tinha uma importância relevante, pois tratava-se apenas da resposta da carta enviada pelo cónego Manuel das Neves, já a correspondência de José Domingos Bernardo, por seu lado, tinha conteúdo muito mais importante. Na correspondência de José Bernardo destacavam-se dois pontos essenciais: "a situação política no seio da UPA, marcada nessa época por divisões internas, e também o conteúdo de uma outra correspondência, proveniente da Guiné-Conacri, da parte de Mário Pinto de Andrade" (Mbah, 2010, p.124).

[245]Esta informação foi obtida nos arquivos da PIDE/DGS e têm uma importância fundamental, mesmo que elas não sejam suficientes para atribuir de facto uma qualquer responsabilidade ao MPLA na organização efectiva dos ataques armados de Luanda.

[246]Agostinho Manuel Neto era o homem de confiança do cónego Manuel das Neves-padre que esteve envolvido directamente nos ataques de 4 de Fevereiro-e agente de ligação entre este último e os dirigentes dos movimentos angolanos instalados em Leopoldville.

[247] Esses documentos, que eram considerados de subversivos perante a s autoridades portuguesas, eram elaborados pelo cónego Manuel das Neves e por diversos nacionalistas angolanos tanto do MPLA como da UPA-FNLA residentes no Congo belga.

[248]Segundo o testemunho de Agostinho Manuel Neto o primeiro correio não tinha grande importância, na medida em que se tratava da resposta ao correio do cónego e não continha nada de especial, a não ser alguns exemplares do órgão de imprensa da UPA, A voz da nação angolana, e um pequeno balanço das actividades do movimento em Leopoldville.

[249]IAN/TT (1961). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de Agostinho Manuel Neves*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 724/61, Março 19, folha 44.

De acordo com o testemunho de Agostinho Manuel Neto, a carta de Mário Pinto de Andrade continha palavras de ordem sobre a situação política militar de Angola, razão pela qual Agostinho Manuel Neto decidiu informar o cónego Manuel Neves sobre as intenções do presidente em exercício do MPLA de pedir de imediato auxílio monetário com vista a adquirir diferentes materiais bélicos. Deste modo, o material bélico que se iria adquirir destinava-se seguramente para "provocar ataques armados" no território angolano[250]. Daí é possível estabelecer uma provável ligação com os acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961.

O cónego Manuel das Neves ao aperceber-se das intenções do presidente em exercício do MPLA, encarrega Agostinho José Neto de uma outra missão, a de entrar em contacto com outras individualidades do nacionalismo angolano, no sentido de se poder reunir com a máxima urgência os fundos monetários, de que necessitava o presidente em exercício do MPLA[251].

Com base no presente testemunho pode-se concluir hipoteticamente que o MPLA, representado no exterior por Mário Pinto de Andrade, podia ter dado orientações aos seus militantes que se encontravam no interior de Angola no sentido de desencadearem as insurreições populares de Luanda, antecipando-se deste modo, às acções militares de Holden Roberto no que se refere a luta armada.

Quanto à União das Populações de Angola, a sua participação nas actividades de insurreição em Luanda é uma questão muito complexa, as únicas fontes com alguma informação credível são as dos arquivos da PIDE/DGS mas estas apresentam uma certa imprecisão e apresentam diversas lacunas no que diz respeito a esta matéria.

As fontes do arquivo da PIDE/DGS confirmam a existência de células da UPA em Luanda, apesar de não conseguirem identificar em que contexto a UPA aparece na cena política angolana, razão pela qual a questão do envolvimento da UPA nos ataques de 4 de Fevereiro é pouco clara. Porém, actualmente ninguém põe em dúvidas a questão da participação da UPA nos levantamentos de 4 de Fevereiro de 1961. O que pode suscitar algum tipo de esclarecimento é a suposta participação e responsabilidade de Holden Roberto e da direcção da UPA nesses acontecimentos.

O aparecimento das primeiras células da UPA em Luanda está relacionado com a participação desse movimento e dos seus responsáveis na I Conferência dos Povos Africanos,

[250]IAN/TT (1961). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de Agostinho Manuel Neves*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 724/61, Março 19, folha 44.

[251]IAN/TT (1961). PIDE/DGS. Serviços Centrais. *Auto de perguntas a Bento António*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 7965, cx.4, Março 1, folha 181.

realizada no Gana, no ano de 1958. Este facto iria desencadear em alguns dos nacionalistas angolanos um sentimento de revolta, porque fora afirmado nesta mesma conferência que a UPA era a única organização política angolana existente no exterior, que lutava contra as forças coloniais portuguesas[252].

Assim, todas as actividades políticas desenvolvidas pela UPA na capital de Angola, bem como as tentativas de reaproximação entre os diversos nacionalistas angolanos, foram iniciativas individuais desenvolvidas por nacionalistas angolanos instalados no interior do país. Os nacionalistas pertencentes à UPA que se encontravam instalados no exterior do país, como é o caso de Holden Roberto, nunca reconheceram nem sequer mostraram interesse pelas actividades políticas desenvolvidas por nacionalistas angolanos mestiços e negros assimilados instalados na capital de Angola. De acordo com as informações da PIDE/DGS, dentre o grupo de militantes isolados ligados à UPA, que exerciam actividades políticas antes da insurreição de 4 de Fevereiro, destaca-se o "grupo liderado por Cândido Nunes Burity"[253],constituído essencialmente por militantes da UPA[254] e que em Luanda agiam em seu nome. No entanto, nenhuma fonte credível confirma se de facto, os elementos pertencentes ao grupo Burity fizeram parte dos ataques de 4 de Fevereiro de 1961[255], não obstante os mesmos terem participado na distribuição de panfletos[256].

Para além do MPLA e da UPA reivindicarem a participação e autoria dos ataques de 4 de Fevereiro, aparecem actualmente forças nacionalistas que participaram activamente na insurreição de Luanda mas que, no entanto, decidiram manter-se no anonimato até aos dias de hoje. Estas forças nacionalistas não eram mais do que pequenos grupos clandestinos que a Polícia Internacional de Defesa do Estado tinha identificado e desorganizado entre os anos

[252]Nessa mesma altura inúmeros nacionalistas angolanos filiados a UPA ignoraram os propósitos da organização política na qual iriam representar em Luanda e criaram diferentes células em seu nome.

[253]IAN/TT (1960). UPA. Informação. *Nomes dos elementos do grupo Cândido Nunes Burity*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1, pasta 11.12, Novembro 3.

[254]Os elementos que constituíam este grupo eram: José Miguel, António Dias dos Santos, Gabriel António, Mateus Vieira Dias, Abílio Francisco, André Azevedo, Neto de Sousa, Francisco Paulo, Luís Nbanga, José de Almeida, Adriano António Pacavira, António Costa, Jerónimo Calete e Epifânio da Costa Lopes.

[255]De acordo com os documentos oficiais da PIDE/DGS que nos foi possível consultar, nada consta sobre a possível participação do grupo Burity na insurreição popular de 4 de Fevereiro, apenas o mesmo esteve "envolvido nas actividades de divulgação panfletos em diversos bairros de Luanda". Ver: IAN/TT. (1960). UPA. Informação. *Nomes dos elementos do grupo Cândido Nunes Burity*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1, pasta 11.12, Novembro 22.

[256]O grupo Cândido Nunes Burity organizou algumas reuniões clandestinas em Outubro e Novembro de 1960. Segundo a PIDE/DGS, certas personalidades vindas do exterior teriam participado nessas reuniões sem que por isso se tivesse criado um qualquer núcleo estruturado vocacionado para acções armadas em Luanda. Esse indivíduos tinham por missão estabelecer e manter contactos permanentes entre alguns nacionalistas angolanos de Luanda e a UPA. Eles teriam tentado também, sem conhecimento de Holden Roberto, palavras de ordem de alguns dirigentes da UPA baseados em Leopoldville aos militantes de Luanda.

de1959 e 1960. Entre eles estavam o "Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), o Exército de Libertação de Angola (ELA), o Partido Unido para a Luta por Angola (PULA), o Movimento Independentista Africano (MIA), o Movimento Anti-Colonialista (MAC) e outros, orientados segundo parece, pelo cónego Manuel das Neves", figura muito conhecida em Luanda (Nunes, 2010, p.121).

IV.1.2. Os preparativos dos Assaltos

Antes dos acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961, o ambiente que reinava na cidade de Luanda caracterizava-se por um clima de tensão e inquietações, sentimentos confusos provocados pela repressão por parte da polícia portuguesa a uma grande parte da população. No que diz respeito a este ponto, as primeiras notícias divulgadas em Luanda não eram concretamente para acalmar o ânimo da população, pois revelavam o modo como os prisioneiros políticos nacionalistas angolanos eram tratados pelas forças de ordem portuguesas[257]. Tais informações provocaram uma certa inquietação no seio da população das diferentes zonas de Luanda, ao mesmo tempo que alimentaram um sentimento de animosidade contra os portugueses[258].

A partir do ano de 1960, o cónego Manuel das Neves[259]"indignado com o desprezo a que se votavam os filhos do país", encarrega-se pessoalmente de organizar e coordenar na clandestinidade as actividades dos nacionalistas angolanos que se encontravam em Luanda, no âmbito dos preparativos para os assaltos de 4 de Fevereiro (Pacheco, 2010, p.96). Ainda no decorrer do mesmo ano Manuel das Neves aumenta significativamente o seu contacto com os nacionalistas angolanos, assim como organiza com eles diferentes reuniões de trabalho e fornece igualmente indicações para a execução das actividades planeadas. Para além disso, o padre fazia recolha de fundos para ajudar os familiares dos nacionalistas detidos em Luanda,

[257] As condições de detenção eram consideradas inaceitáveis e outras informações mais graves confirmavam eventuais execuções de prisioneiros nacionalistas angolanos.

[258] Entre as individualidades mais afectadas pela inquietação encontram-se naturalmente os familiares directos dos detidos, os amigos políticos, entre outros, pois estes pensavam que só uma acção violenta poderia impedir as autoridades portuguesas de executar os detidos, e, num segundo tempo, forçar o governo português a pôr em práticas novas reformas políticas nos territórios colonizados.

[259] O empenhamento político do cónego Manuel das Neves em favor da liberdade do país, assim como a sua solidariedade para com os nacionalistas detidos sempre se manifestaram sem nenhuma distinção ideológica nem preferência seja qual fosse o movimento de libertação. Além de mais, a sua acção não se limitava somente a socorrer e confortar moralmente os nacionalistas e os familiares dos detidos como também apoiava-se num sentimento de revolta contra as práticas do colonialismo português.

como também para utilizar na aquisição de material para levar a cabo os seus planos (Pacheco, 2010 p. 96).

A questão da marcação da data para dar início às insurreições em Luanda, isto é, em 4 de Fevereiro de 1961, foi tomada exclusivamente por ele. Dias antes da insurreição, o cónego Manuel das Neves, durante um encontro que se realizou em Janeiro de 1961, "partilhou essa decisão com um dos seus homens de confiança, João Nunes de Carvalho, na qual foi incumbido da missão de nomear outros membros para liderarem os grupos já existentes e a fim de realizarem os ataques previstos"[260]. Deste modo, ficou assente a ideia de que os militantes dos grupos de ataque deveriam ter o máximo de cuidado para "garantir a sua segurança física, usar pseudónimos para não serem facilmente identificados, assim como todos eles deviam também prestar um juramento de fidelidade e o compromisso de não denunciar os seus compatriotas às autoridades portuguesas"[261].

Quanto aos preparativos militares organizados para dar sequência aos levantamentos populares, podemos afirmar que nenhum dos movimentos de libertação, tanto no estrangeiro como no interior de Angola, tinha a capacidade de controlar a situação política militar naquele território, pois encontravam-se em desavenças entre si. Apesar do controlo de todas actividades políticas e militares ser exercido por uma só pessoa, cónego Manuel das Neves, nenhuma das individualidades que constituíam os grupos de ataques, inclusive o cónego Manuel das Neves, tinha alguma experiência militar, nem mesmo um mínimo de formação em guerra de guerrilha.

No que se refere aos meios logísticos, os materiais utilizados pelos protagonistas dos assaltos eram em geral muito precários, visto que não contavam com o apoio directo dos meios pertencentes a algum movimento de libertação. As principais armas que iriam utilizar para a execução dos ataques eram essencialmente cacetes e algumas catanas, os quais, ao que parece estavam guardados em diferentes lugares secretos [262] . Todavia, foram as individualidades responsáveis por cada grupo que asseguraram os ensinamentos do uso da catana e do cacete, como material de combate para efectuarem os assaltos (Pélissier, 1978, p.381).

[260] IAN/TT. (1962). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de João Nunes de Carvalho*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 666/61, Fevereiro 12, folha 16.
[261] IAN/TT. (1962). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de João Nunes de Carvalho*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 666/61, Fevereiro 12, folha 10.
[262] IAN/TT. (1961). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de João António Carvalho*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 666/61, Dezembro 12, folha 4.

IV.1.3. A Execução dos assaltos

A personalidade central dos assaltos de 4 de Fevereiro foi sem dúvida, Neves Adão Bendinha[263], um dos homens de confiança do cónego Manuel Neves, pois era a pessoa que recebia directamente todas as instruções do padre. Neves Bendinha contou sempre com auxílio de Domingos Manuel Mateus e de Paiva Domingos da Silva, foi o responsável pela formação dos grupos de ataque, nomeou os chefes de cada grupo e designou os locais estratégicos da cidade de Luanda a serem atacados[264]. Ainda sobre a organização dos grupos, Bendinha teve o cuidado os reunir em dias diferentes, com o propósito de não chamar a atenção dos órgãos de segurança, tendo em conta que a maior parte do território de Luanda estava sobre vigilância pelas forças portuguesas.

Deste modo, sob as indicações de Bento António[265], realizaram-se alguns treinos de combate militar e ritualizaram-se sessões de reza e feitiçaria, mediante a ingestão de medicamentos tradicionais angolanos, de forma a imunizar os guerrilheiros nacionalistas contra a reacção das forças portuguesas[266].

Na altura em que se decorriam os preparativos dos assaltos, "a capital fora, de súbito, invadida por dezenas de jornalistas estrangeiros, por motivos da captura dopaquete português Santa Maria em alto mar"[267] (Pacheco, 2010, p.106). Corria a informação de que Henrique Galvão, dissidente português do regime de Salazar, comandava o navio para as costas de Angola (Ibidem, p.106). Os ataques arquitectados pelos nacionalistas angolanos somente aconteceriam no dia 13 de Março, com vista a "coincidirem com o levantamento a Norte, no

[263]Neves Adão Bendinha, empregado de escritório, nasceu em Guinza, concelho de Icolo e Bengo, a 24 de Novembro de 1937, filho de Adão Mateus Bendinha e de Luzia João Marques. Ingressou na UPA, em 1957, pela mão de Zacarias António Amaro, alfaiate, natural do povo Quimbumbe, regedoria Quivinda, no Ambrizete. Prestou juramento de fidelidade ao Movimento perante Luís Inglês e Zacarias Amaro em sessão realizada no domicilio deste último.

[264] IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Auto de perguntas a Neves Bendinha*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 311/61, NT 498, vol. 3, Fevereiro 6, folhas 535 - 590.

[265]Bento António, natural de Malanje e pedreiro de profissão, cumpria nesse tempo serviço militar no Exército português com a patente de cabo. Capitaneou o grupo de ataque à Casa da Reclusão com 35 homens e saiu ferido juntamente com Adão Mateus Domingos, Francisco Bandeira, António Pombal, Francisco Adão Matias, Domingos Pedro Físico e Imperial Francisco Santana.

[266] IAN/TT. (1961). Serviços Centrais. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo SC-CI (2) GU, NT 7965, Cx. 4, Agosto 29, folhas 20 e 182.

[267]O «Santa Maria» ficou conhecido internacionalmente pelo seu sequestro, em 22 de Janeiro de 1961, por um grupo de portugueses e espanhóis - integrantes da Direcção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL) -, que então faziam oposição política aos governos ditatoriais de António de Oliveira Salazar e de Francisco Franco, sob o comando do capitão Henrique Galvão. Durante a execução do sequestro, foiassassinado o oficial João José Nascimento Costa. O episódio constitui-se no primeiro sequestro político de um transatlântico na história contemporânea.

dia 15, por parte da UPA, e com a discussão em torno de Angola na Organização das Nações Unidas" (Ibidem, p.106). Com a presença dos jornalistas no território angolano, era crucial para os nacionalistasangolanos estabelecer contactos com a imprensa estrangeira, de modos a captarem e divulgarem a explosão violenta dos naturais da terra contra a fortaleza colonialista.

Um dia antes dos acontecimentos de 4 de Fevereiro, Salvador Sebastião - estafeta da Junta de Povoamento - deslocou-se ao local de trabalho do cónego Manuel das Neves, a fim de o informar sobre a alteração dos planos à luz da nova situação e comunicou que tinham concordado em passar à acção imediata, durante a madrugada do dia seguinte.

O cónego considerou o ataque de prematuro, tornou a comunicar aquilo que já havia dito a Neves Bendinha, quando este o contactou e propôs a hipótese de o levantamento acontecer antes da data marcada[268]. Para o cónego Manuel das Neves, os nacionalistas angolanos "careciam de mais tempo e de melhor preparação, pois não adiantava atacar sem estar suficientemente preparados"[269]. O cónego apercebeu-se que os seus argumentos naquela altura não eram bem aceites, uma vez que em todo o território de Angola havia um povo oprimido que exigia imediatamente justiça e vingança, sendo que não teve outra alternativa a não ser resignar-se e aceitar a decisão tomada.

O ponto de partida dos ataques "situou-se na parte de trás da estação ferroviária do Mota", onde aguardavam silenciosamente o sinal para dar início aos assaltos, que foi dado por volta da uma hora da madrugada (Pacheco, 2010, p.108). O grupo dirigido por Neves Bendinha, "que tinha a missão de atacar o aeroporto de Craveiro Lopes e incendiar os aviões, estacionados na pista e nos hangares", foi o primeiro a dar o início as actividades[270], investida esta que no entanto, não teve resultado positivo (Pacheco, 2010, p.109). Nas outras investidas como foi o caso da Casa da Reclusão, Companhia Móvel da PSP, Cadeia da Administração de São Paulo, Companhia Indígena e Estação de Correios, Telégrafos e Telefones, houve ocorrência de fortes combates entre as forças portuguesas e os guerrilheiros nacionalistas. A falta de meios de combate por parte dos guerrilheiros angolanos permitirá às forças

[268] IAN/TT. (1961). Serviços Centrais. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo SC-CI (2) GU, NT 7965, Cx. 4, Agosto 29, folhas 20 e 182.

[269] IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 311/61, NT 498-499, Cx. 21, vol. 1, folha 155.

[270] IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Audições verbais de Diogo Paulo e Pedro José*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 311/61, NT 498, vol. 2, Março 30, folhas 483-484.

portuguesas rechaçar os ataques, restabelecendo a normalidade da situação por via de uma repressão violenta.

Contudo, pelo que foi descrito até ao momento, pode-se afirmar que os assaltos de 4 de Fevereiro de 1961 surpreenderam 'toda a gente', tanto as forças portuguesas como os dirigentes dos movimentos de libertação de Angola, nomeadamente personalidades afectas ao MPLA e à UPA que se encontravam a exercer diferentes actividades no estrangeiro. Todas estas personalidades acabaram por descobrir a existência de outros grupos nacionalistas na capital do país, sendo que durante muito tempo desenvolveram actividades na clandestinidade. Face a esta situação, os responsáveis tanto do MPLA como da UPA que se encontravam no exterior decidiram não agir imediatamente, aguardando restabelecimento da normalidade da situação. Algum tempo depois, tendo consciência das implicações políticas desses assaltos, decidiram reivindicar a autoria desses ataques populares.

Deste modo, quanto ao MPLA, duas razões fundamentais estiveram na origem da mudança de atitude dos seus dirigentes no que diz respeito a reivindicação dos ataques de 4 de Fevereiro. Primeiro, "a falta de reivindicação por parte de outros movimentos nacionalistas angolanos", que nem mesmo sequer comentaram de imediato o sucedido (Mabeko-Tali, 2001, p.44). Esta situação foi encarada pelo MPLA como uma excelente oportunidade para ocupar um lugar de realce na cena política, ao assumir a autoria dos ataques que ao tempo nenhuma outra força política reivindicara.

A segunda razão está relacionada com a conflitualidade existente entre o MPLA e a UPA, no que diz respeito à legitimidade de cada movimento, que irá realçar o debate sobre a representatividade dos dois movimentos, razão pela qual o "MPLA passou muito rapidamente do estado de hesitação ao de reivindicação dos ataques de 4 de Fevereiro" (Ibidem, p.44).

Quanto à UPA, os ataques de 4 de Fevereiro surpreenderam, de uma forma geral, grande parte dos dirigentes deste movimento exilados no estrangeiro, mais concretamente em Leopoldville, como também aconteceu aos militantes do MPLA, estando a diferença centrada no facto de o MPLA ter reivindicando rapidamente a autoria doa ataques[271]. Do lado da UPA, nessa altura, "nada foi reivindicado, apenas alguns militantes deste movimento comentavam sobre estes acontecimentos", não deixando transparecer nenhum interesse, em particular quanto a questão da paternidade dos ataques (Mbah, 2010, p.143).

[271]IAN/TT.(S/d).MPLA.*Conferência de imprensa de Mário Pinto de Andrade, Presidente do MPLA.* Luanda. AOS/CO/UL, processo 30 D.

Depois de analisados todos esses factos, pode-se chegar às seguintes conclusões:

- A existência em Luanda, não somente de um movimento de libertação, o MPLA, como foi divulgada no passado, mas de inúmeros pequenos grupos de nacionalistas autónomos que lutavam arduamente contra as forças colonialistas portuguesas.
- As direcções e representações dos Movimentos de Libertação de Angola instaladas nos países estrangeiros não exerceram qualquer responsabilidade objectiva nos acontecimentos do 4 de Fevereiro. Muitos dirigentes angolanos puderam certamente, a partir do estrangeiro, fazer chegar ao interior de Angola as suas palavras de ordem, mas isso não constitui um argumento convincente para lhes atribuir uma qualquer responsabilidade nos ataques ocorridos em Luanda.

Conclui-se, portanto, que os ataques de 4 de Fevereiro de 1961 não foram organizados unicamente por um movimento de libertação, mas por diversas forças nacionalistas instaladas no interior de Angola que agiam numa total liberdade de acções, em relação as suas representações intaladas no estrangeiro.

IV.2. O 15 de Março de 1961

A 15 de Março, pouco mais de cinco semanas depois dos acontecimentos de 4 de Fevereiro, numa altura em que as forças de ordem do governo português ainda se encontravam sob forte estado de choque, outra insurreição armada fora protagonizada por alguns nacionalistas filiados à UPA, aos quais se juntaram grande parte de trabalhadores[272] nos distritos de Cuanza Norte, Uíge e Zaire.

Contrariamente ao que tinha acontecido aos assaltos em Luanda (4 de Fevereiro de 1961), as insurreições de 15 de Março, no Norte de Angola desenvolveram-se de forma anárquica, apresentando deste modo, uma total falta de estratégia organizacional. As personalidades envolvidas nos assaltos de 15 de Março, sendo na sua maioria desprovidas de

[272]Estes trabalhadores eram, na sua grande maioria, trabalhadores forçados que desempenhavam actividades laborais nas explorações agrícolas portuguesas.

formação política e ideológica[273], não souberam fazer nenhuma distinção entre objectivos militares, símbolos do domínio colonial português e a população civil portuguesa. Esses mesmos indivíduos, "levados pela sua exaltação, executaram alguns dos seus compatriotas cuja única culpa era serem mestiços, negros assimilados, ou ainda terem nascido na região Sul de Angola" (Mbah, 2010, p.152).

Este novo ataque contra as forças portuguesas, executado essencialmente por militantes da UPA, iria mais tarde fazer a sua entrada na história de Angola e do nacionalismo angolano contemporâneo, para estigmatizar o início da libertação nacional, levada avante desta feita sob a conduta da UPA. Depois de algumas hesitações, os dirigentes da UPA, acabaram por reivindicar a autoria desses ataques armados.

Assim, sobre os ataques de 15 de Março de 1961, Pélissier (1979), citado por Mbah (2010), defendeu duas teses, a saber:

> "a primeira estava relacionada com a revolta programada, na qual colocava a UPA no centro dos ataques de 15 de Março; a segunda estava relacionada com a revolta espontânea, na qual colocava os trabalhadores angolanos explorados no ponto dianteiro dos acontecimentos, deixando em segundo plano o movimento de Holden Roberto" (p. 162).

À luz das últimas descobertas a primeira tese parece ser a mais válida, uma vez que foi confirmada perante as informações analisadas o importante papel que a UPA tivera nos acontecimentos de 15 de Março de 1961. Deste modo, é nosso objectivo no presente capítulo procurar estabelecer o elo de ligação existente entre os levantamentos populares de Luanda e os ataques de 15 de Março de 1961.

A ideia em torno do desencadeamento da insurreição armada de 15 de Março, talvez possa ser fundamentada por determinados factores relacionados tanto com a evolução do nacionalismo no interior do território angolano, como também às actividades diplomáticas desenvolvidas no exterior pelos aliados da UPA. Após a execução dos assaltos de 4 de Fevereiro ocorridos em Luanda, acções essas que foram reivindicadas pelo MPLA, os dirigentes da UPA consciencializaram-se do atraso que tinham em relação ao MPLA no que se refere a política internacional, sendo que era crucial tomar uma atitude no sentido de reverter este atraso.

[273]Estes manifestantes, levados pela sua exaltação, executaram alguns compatriotas por motivos tribais e raciais, por estes serem mestiços e negros com alguma instrução do ensino português, ou ainda terem nascido na região Sul de Angola.

No entanto, o movimento de Holden Roberto encontrava-se novamente numa situação em que o contexto internacional lhe era favorável, sendo que o Conselho de Segurança das Nações Unidas estava disposto a debater questões relacionadas com o território angolano. Pode-se acrescentar ainda as conclusões de Pélissier referente a esta temática, segundo o qual "a data de 15 de Março constituía uma escolha táctica da UPA" (1979, p. 473).

Aindade acordo com Pélissier, o presidente da UPA ao ter conhecimento dos preparativos dos debates em torno da situação de Angola nas Nações Unidas, emitiu novas ordens aos seus militantes, para que esses pudessem dar início a novos ataques armados, provavelmente para ser visto como um ataque prolongado das insurreições de 4 de Fevereiro (Pélissier, 1978).

Porém, existe uma outra versão divulgada pelo Comité da FNLA no exterior, na qual refere o seguinte:

> "O Conselho acabou por unanimemente adoptar a data do l5 de Março, primeiro porque, nesse preciso momento, desenrolavam-se na ONU os debates sobre os massacres de Fevereiro de 1961 em Luanda, massacres esses perpetrados pelas forças portuguesas por ocasião da tentativa de levantamento organizado por certas organizações que queriam que ele coincidisse com a eventual chegada do paquete Santa Maria" (Mbah, 2010, p.163).

Esta versão dos acontecimentos divulgados pelo Comité da FNLA no exterior, vem validar a tese de René Pélissier.

De acordo com as fontes da PIDE/DGS[274], diversas personalidades portuguesas estavam ao corrente do possível levantamento arquitectado por nacionalistasligadosà UPA dias antes de este acontecer[275]. Estes nacionalistas tinham como objectivo atingir os interesses portugueses na sua globalidade. Apesar de não mencionarem um alvo em particular, estes propuseram-se a lançar ataques aos postos administrativos, aos comerciantes e aos fazendeiros, afectando deste modo o poder económico dos portugueses residentes no território

[274]IAN/TT.(1981). UPA.PIDE/DGS.UPA.*Relatório dos Factos ocorridos no posto administrativo de Cuinba desde o 13 de Março de 1961 até ao dia 19 do mesmo mês.* Maquela do Zombo. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.12 B, Março 20, folhas 467 - 468.

[275]Estas fontes detectaram movimentos anormais de pessoas ao longo da fronteira com o vizinho Congo belga. A polícia portuguesa chegou de avisar as autoridades, argumentando de que os indivíduos que entravam no território angolano vindos do Congo belga tinham como um dos objectivos de provocar insurreições armadas em Angola. Ver em :IAN/TT. (1981). UPA. PIDE/DGS. UPA. *Relatório dos Factos ocorridos no posto administrativo de Cuinba desde o 13 de Março de 1961 até ao dia 19 do mesmo mês.* Maquela do Zombo. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.12 B, Março 20, folhas 467 - 468.

angolano. As dificuldades sentidas a respeitoda averiguação da identidade desses nacionalistas levou as autoridades portuguesas locais a admitir a hipótese de se tratar demeros «boatos», divulgados no sentido de provocar pânico e medo[276] no seio da população branca[277].

No entanto, outras informações emanando de outras fontes vieram confirmar a situação aqui atrás evocada. Segundo Pélissier, os chefes de posto do Noroeste de Angola, que desde sempre estiveram atentos à situação que se vivia no Congo belga, tinham nessa altura tomado algumas providências[278] (1978, p. 484).

Quanto ao plano internacional, Pélissier afirma que mesmo os EUA, que sempre foram um dos principais aliados do governo português na guerra colonial, alertaram as autoridades portuguesas da eminência de existir um ataque armado por parte dos nacionalistas angolanos, e que Portugal "deveria tomar medidas rápidas no sentido de resolver o problema da independência de Angola" (Pélissier, 1979, p. 473). Porém, o governo português ignorou uma vez mais o conselho do seu principal aliado, limitando-se apenas a dar algumas opiniões sobre a questão relacionada a igualdade e integração de todos cidadãos africanos e portugueses que se encontravam no território angolano, subestimando evidentemente a capacidade dos africanos de se manifestarem contra a política colonial portuguesa.

IV.2.1 O Desenvolvimento dos Ataques

[276]Paralelamente a estes avisos, os portugueses tinham tido a oportunidade de observar outros factos anormais, que pela sua natureza são quase sempre anunciadores de acontecimentos de grande monta. Durante os dias 13 e 14 de Março que precederam as insurreições, os comerciantes portugueses tinham tido a ocasião de constatar algumas mudanças no comportamento das populações angolanas.As pessoas desejavam abastecer-se abundantemente em produtos de primeira necessidade (fósforos, petróleo, sal,açúcar e outros produtos) (Pélissier, 1978, p. 483).

[277]IAN/TT.(1981). UPA.PIDE/DGS.UPA.*Relatório dos Factos ocorridos no posto administrativo de Cuinba desde o 13 de Março de 1961 até ao dia 19 do mesmo mês.* Maquela do Zombo. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.12 B, Março 20, folha 469.

[278]Com intuito de reforçar esta afirmação, Pélissier faz a citação de uma das cartas datada de 15 de Fevereiro de 1961 e dirigida ao Director da plantação da Companhia União Fabril (CUF), do rio M'bridge, directamente para a sede em Lisboa: "Senhor Administrador do Conselho, por intermédio do chefe de posto de Cuimba ficamos a saber que se admite a hipótese de alterações da ordem pública na região do Congo(..)No que diz respeito à UPA, a informação que obtivemos da PIDE foi também mais ou menos isso, que onde houvesse residentes europeus poderia haver alterações da ordempúblicaprovocadaspor militantes da UPA"(1978, p.484).

As forças nacionalistas angolanas envolvidas nos ataques de 15 de Março eram inúmeras. Contam-se entre elas os imigrantes angolanos membros da UPA, os militantes locais do movimento, os trabalhadores agrícolas e outros nacionalistas que acatavam a ordem da direcção política da UPA.

Grande parte dos militantes da UPA pertencia à classe camponesa e eram trabalhadores contratados à força nas plantações de café do Norte de Angola. Estes trabalhadores durante muito tempo divulgaram com força as condições de trabalho a que eram submetidos, nomeadamente a exploração e as injustiças sociais de que eram vítimas por parte da entidade empregadora portuguesa.

Entretanto, durante o mês de Janeiro de 1961, a UPA desenvolveu todos os preparativos para dar início a uma insurreição. Os nacionalistas deste movimento que tinham vindo do estrangeiro, mantiveram-se cada vez mais unidos e organizaram várias reuniões políticascom as populações nativas. De acordo com as informações da PIDE/DGS, essas reuniões tinham por objectivo "preparar as actividades de insurreição contra as autoridades portuguesas, seguindo um plano traçado pela UPA"[279].

A UPA nessa época exercia o controlo de uma vasta zona situada entre o território de Angola e do Congo belga. Este movimento pretendia "controlar e avaliar o número de patrulhas portuguesas que circulavam ao longo da fronteira, a sua frequência, assim como as horas exactas a que elas entravam em acção" (Jaime & Barber, 2000, p.17).

Os preparativos para os ataques por parte do movimento de Holden Roberto tiveram início a partir dos finais do ano de 1960. Desde então, a UPA "alertou os seus activistas e propagandistas que exerciam actividades clandestinas em Angola"a fim de recebem instruções a partir de Leopoldville (Pélissier, 1978, p.473). As notícias que circulavam em todos os arredores de Luanda não eram de natureza a tranquilizar a população, em virtudeda repressão das autoridades portuguesas aos nacionalistas angolanos aquando dos ataques de 4 de Fevereiro, o que ao invés de acalmar a vontade de se manifestarem, desenvolveram cada vez mais o espirito nacionalista e a vontade de lutarem contra as forças portuguesas[280].

[279]IAN/TT. (1961). UPA. *Relatório. Noqui e P. da PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11. 12 B, Abril 2, folha 776.

[280] ANTT. PIDE/DGS. Processo 11.12 B. Cópia da nota confidencial nº 41 de 7 de Março de 1961, do Posto Administrativo de Emílio de Carvalho, dirigida à Administração de Santo António do Zaire. Carmona, 7 de Março de 1961.

Foram constituídos vários grupos de militantes, pertencentes essencialmente à UPA, para cumprir tarefas específicas. Neste sentido, os grupos constituídos deveriam agir da seguinte maneira:

> "O primeiro deveria ir de aldeia em aldeia, ao longo da fronteira, nomeadamente a sul *Thysville*, com o intuito de sensibilizar as populações locais e convencer os mais renitentes a entrar para a luta armada. O segundo grupo devia agir no interior do Congo belga entre Boma e Banana, e o terceiro em Angola, na região de São Salvador"[281].

Após a elaboração do plano referente aos grupos de actuação, os dirigentes da UPA criaram códigos de comunicação secretos possibilitando à população de se organizar e de se mobilizar por forma a tomar parte dos ataques armados que iriam ocorrer no Norte do território angolano[282].

A distribuição de um código secreto em duas versões estabelecidas tinha sido feita como se fossem panfletos que só os membros da organização podiam decifrar. A primeira versão é dada na sua integridade por Pélissier, enquanto a segunda tinha sido publicada na revista portuguesa Expresso (Pélissier, 1978)(Cabrita, 2008).

Assim, de acordo com Pélissier e pelo seu interesse histórico transcreve-se a informação contida nos panfletos:

«Normas a seguir pela população de Angola nos dias de festas

…A partir do 15 do corrente deverão começar as festividades em honra da união matrimonial do Senhor em todas as localidades, isto é, cada qual dentro da sua região ou no seu posto, em toda a Angola, deverão proceder-se da seguinte maneira:

1) Mulheres e crianças devem abandonar a sua aldeia e dirigirem-se ao Posto onde terão lugar as festividades.
2) As fazendas agrícolas ou as simples lavras deverão estar limpos e em ordem. Na mesma ordem de ideias, as residências dos empregados do Estado, dos amigos do

[281] ANTT.PIDE/DGS. UPA. Processo 2126 SR/69 Nº 2943. UPA – União das Populações de Angola. Nº1775/61 – RS. Confidencial. Lourenço Marques, 19 de Dezembro de 1961.

[282] De acordo com José Manuel Lello citado por Mbah (2010), houve antes dos ataques do 15 de Março de 1961, umagrande mobilização dopovo. Havia um código que permitia aos nacionalistas de comunicar entre eles. No dia 10 de Março, os nacionalistas reuniram-se para marcar a data epreparar os levantamentos no norte do país. Todos os indivíduos empregados em casas deportugueses tinham sido informados da situação. Cada uma dessas pessoas tinha uma missão muito precisa. A partir das sete horas da manhã começaram os primeiros ataques contra os portugueses que só tiveramfimpor volta das oito horas, ou seja, uma hora mais tarde. Os trabalhadores contratados mataram os seus patrões (p. 168).

Estado, dos brancos encarregados das fazendas e das casas comerciais, deverão ser limpas e caiadas. As viaturas do Estado assim como as dos particulares deverão ser lavadas e pintadas.

3) Toda a gente deverá ter a sua mochila bem apetrechada, assim como um bastão, que o ajudará a percorrer grandes distâncias, sobretudo para se proteger da chuva. As pontes de todos os rios atravessados têm de estar bem arranjadas.

4) Todos, homens, mulheres, rapazes e raparigas, mais velhos e crianças, deverão unir os seus sentimentos para que estas festividades dêem toda a satisfação ao Senhor, para que ele saiba que os Angolanos também são capazes de lhe agradar, como os negros dos outros países. Os jovens, sobretudo, deverão mostrar a sua coragem e a sua habilidade em tudo o que receberão ordem para fazer durante as festividades. Os jovens não devem esquecer que são eles a maior alegria de cada nação e que são eles a esperança de cada povo.

5) Os soldados e os cipaios deverão ir ter com o povo no decorrer das festividades. Eles têm que se lembrar de que em todos os países eles são sempre os primeiros a avançar em todos os casos deste género, pois é a eles que cabe defender a Nação permitindo-lhe viver na paz desejada. Se eles não mostrarem pelos seus actos adesão a estes sentimentos, que fiquem a saber que é certo que o Senhor considerá-los-á como inimigos da Pátria. Aqueles que tiveram ouvidos para ouvir que conservam nos seus corações a data indicada, porque tais festejos serão de tal modo pomposos que nunca os houve em nossa terra desde que o mundo é mundo. Que Deus, nosso Senhor, nos ajude a chegar a esta data, para ficarmos satisfeitos com o sucesso que desejamos» (1978, p.485).

Vejamos o mesmo texto, na sua forma reduzida e detalhada no (quadro n.º7).

PALAVRA CHAVE	SIGNIFICADO
Casamento da filha do Nogueira	Acontecimento do 15 de Março de 1961
Limpar bem as aldeias	Destruir
As árvores que dão sombra nesta cidade devem ser cortadas	Cortar as cabeças dos colonialistas
Todos os que estiverem nas aldeias devem ir à cidade para fazer a festa	Refugiarem-se todos na floresta
Pintar bem todas as pontes	Destruir todas as pontes

Fonte: Cabrita, 2008, p. 30

QUADRO N.º 7 - Extracto do código secreto da UPA

A natureza do conteúdo deste documento é, de facto, surpreendente na medida que são empregues referências religiosas apelando à população em geral a revoltarem-se contra o regime português, como se tratasse de uma guerra causada por conflitos religiosos. No entanto, para a execução desta operação a UPA não contava somente com o apoio dos seus militantes, mas também com a ajuda da população que se encontrava nas zonas consideradas fundamentais para os confrontos a serem desenvolvidos.

A UPApretendia influenciar as populações desprovidas de formação política, de que toda a actividade desenvolvida no dia 15 de Março seria, além de ser uma luta contra o colonialismo, um acto de fidelidade e de lealdade para com o senhor «Deus», e que ele recompensaria os que mais se empenhassem na luta (Costa, 1969).

Uma vez ultrapassado o problema da mobilização da população, a UPA devia em seguida preocupar-se com o problema relacionado ao armamento dos assaltantes, tendo em conta que para o desenvolvimento de uma insurreição popular, mesmo que tenha sido influenciada por razões políticas, requeria uma logística militar.

Assim, no dia 15 de Março de 1961 ocorreram vários ataques em quase todo o território angolano. Houve vários ataques junto à zona fronteiriça do Congo, para possibilitar a passagem das forças militares da UPA da região do Congo ao interior de Angola. Estas forças da UPA não eram constituídas somente por militares angolanos, mas também indivíduos provenientes do Congo Leopoldville.

Os principais ataques foram os ocorridos na região de Buela, Madimba, Luvaca, Cuimba e Canda, próximo da fronteira, e os ocorridos nas fazendas isoladas nos Dembos,

depois sobre o rio Mbridge e na região de Nambuangongo[283]. Não houve uma revolta em massa contra a população branca, uma vez que a região centro e sul do território angolano estavam, aparentemente, calmas. Somente alguns dias depois da ocorrência dos ataques é que os "portugueses ficaram a conhecer a escala dos massacres perpetrados sobre os brancos e africanos que lhes eram leais"(Wheeler; Pélissier, 2009, p.261).

A população portuguesa de origem europeia instalada na região noroeste de Angola tinha somente duas alternativas: "ou fugiam com as famílias ou se retiravam, de armas na mão", para enfrentar os militantes da UPA. (Ibidem, p. 261). Desta forma começaram os embates entre as forças portuguesas e a UPA, o que provocou um certo pânico em Luanda e em todo o território angolano, onde a informação e os boatos provocavam mais desconfiança entre as comunidades negras e brancas.

Logo após os acontecimentos de 15 de Março, houve várias detenções e execuções nos musseques de Luanda e, porque se receava uma sublevação nas zonas periféricas, as forças portuguesas não podiam sair das grandes cidades. A 21 de Março teve início em Angola um conjunto de buscas e perseguições aos nacionalistas angolanos[284]. Muitos "pastores protestantes africanos foram detidos, alguns dos quais nunca mais foram vistos, suspeitava-se de todos os africanos assimilados que fossem líderes potenciais e muitos deles foram presos e alguns executados" (Wheeler; Pélissier, 2009, p.262).

Ao terminar este sub-capítulo, a análise dos factos leva-nos a confirmar a responsabilidade da UPA nos acontecimentos do Norte de Angola. Pelo contrário, nenhum elo directo pôde ser estabelecido com os levantamentos populares de 4 de Fevereiro.

Actualmente, com o recuo necessário, é delicado reconhecer a imaturidade da decisão da UPA ao provocar os levantamentos armados do Norte de Angola. Não estando preparados para consentir sacrifícios que exigia a realidade uma longa guerra, os guerrilheiros da UPA subestimaram sem dúvida as reacções das autoridades portuguesas, que se mostraram muito determinadas em ignorar todas as reivindicações dos nacionalistas angolanos e africanos em geral e a levar em conta as recomendações da comunidade internacional. Esta intransigência demonstrava, sobretudo, a sua capacidade de fazer guerras coloniais em várias frentes africanas, tanto em Moçambique, como na Guiné-Bissau e em Angola.

[283]Houve igualmente ataques aos postos de Quitexe e nos Dembos, na fronteira étnica Kimbundo Bacongo e a sul da mesma, e depois à capital do distrito, Carmona, actual Uíge. Não se registou nenhuma sublevação geral dos Bacongo, mas houve acções locais que podem ter envolvido várias centenas de atacantes, em Carmona, ou comandos constituídos por jovens, em Quitexe.

[284] IAN/TT. (1961). Serviços Centrais. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo SC-CI (2) GU, NT 7966, Cx 17, Agosto 29, folhas 44 - 46.

IV.3. As Actividades Militares da UPA/FNLA

Após os levantamentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março de 1961, a UPA instalou no território angolano, mais concretamente no Norte do país, diversas bases de apoio aos seus militantes. Fortalecida pelo capital e simpatia de que usufruía no plano internacional, a UPA beneficiava do apoio diplomático e militar de países africanos como a Tunísia, a Argélia, o Marrocos[285] e o Congo Leopoldville, este último servindo de base daretaguarda para os seus combatentes[286]. O apoio do Zaire foi de extrema importância do ponto de vista estratégico, uma vez que lhe permitia fazer as operações de guerrilha contra as forças portuguesas a partir da fronteira que separa Angola do Zaire ao longo de mais de 2.000 quilómetros.

Se concluíssemos que a UPA ficara militarmente desarticulada depois da reacção das forças portuguesas em 1961, estaríamos a cometer um erro grave. Na verdade, o potencial militar da UPA foi reforçado logo depois daquela data, mas isso aconteceu sobretudo fora de Angola.

Comparando relativamente ao ano de 1961, em 1962 o Movimento apresentava definitivamente sinais de grande desenvolvimento, sendo que:

> "(…) tinha fortalecido o apoio financeiro e militar que recebia do exterior; a isto foi adicionado o indispensável apoio da igreja baptista, que prestava ajuda médica e medicamentosa aos refugiados e combatentes da UPA; o apoio da Frente de Libertação Nacional Argelina (FLNA), que formou militarmente os primeiros quadros da UPA nas suas bases tunisinas; o apoio financeiro vindo dos EUA, bem como o estatuto internacional que gozava o presidente da UPA/FNLA" (Bittencourt, 2008, p. 97).

No entanto, apesar do apoio financeiro e militar duma parte da comunidade africana e internacional, a UPA tinha dificuldades em conquistar o apoio da população, uma vez que as circunstâncias da guerra forçaram a retirada de diversos militantes desse movimento para o exterior do território angolano. A única zona do território angolano onde o movimento de Holden Roberto podia esperar receber apoio étnico tinha perdido grande parte da população,

[285] Estes países forneceram diversos materiais bélicos e igualmente asseguraram a formação militar dos guerrilheiros da UPA desde os primeiros anos da formação do movimento. No entanto, a Argélia, algum tempo depois, retirou o seu apoio à UPA devido a este movimento ter relações com a CIA, tornando-se um dos principais apoiantes do movimento de Agostinho Neto.

[286] A UPA/FNLA recebeu sempre o apoio do Zaire, desde que a conquista da independência deste país, na qual foi concedido ao movimento de libertação angolano um campo de treino militar para os seus guerrilheiros na região de Kinkuzu.

sendo que muitos estavam localizados em aldeias de refugiados na região norte da fronteira. Apesar do esforço empreendido,"UPA não conseguia despertar o apoio das populações refugiadas, uma vez que como vimos anteriormente, os aspectos tribais da luta desenvolvida por este movimento tinham afastado grande parte dos outros grupos etnolinguísticos" (Bittencourt, 2008, p. 165).

No seio do movimento existiam contrariedades em dois pontos:

> "primeiro, o presidente do movimento favorecia abertamente os protestantes provenientes do baxicongo, em detrimentos dos demais Bacongos e dos outros grupos etnolinguísticos de Angola; segundo, Holden Roberto concentrava em demasia o poder, rejeitando aliar-se aos dirigentes do MPLA, que o encaravam como um estrangeiro, por ter fortes laços com o país vizinho Congo Leopoldville" (Lara, 2006, 267).

Em Fevereiro de 1962, um dos comandantes das forças da UPA/FNLA, João Baptista Pereira, foi alvejado mortalmente pelas forças portuguesas, na região Bembe. Durante os primeiros dias do mês de Março do ano de 1962, o comandante Marcos Kassanga, chefe do estado-maior das forças da UPA, abandonou o movimento de Holden Roberto, alegando que este era tribalista[287] e que este também "era responsável tanto pela morte de João Baptista Pereira como pelas de 21 ou 23 de um bando armado do MPLA, em Outubro de 1961", que se deslocavam do Congo Leopoldville com destino aos Dembos[288] (Wheeler & Pélissier, 2009, p.290).

Em Junho de 1962, a UPA/FNLA recebeu os primeiros guerrilheiros formados na Tunísia pela Frente de Libertação Nacional Argelina. Ainda no decorrer do mesmo ano, o governo congolês prestou o seu apoio ao GRAE, disponibilizando o campo de treino de Kinkuzu, a 21 de Agosto de 1962, contribuindo, desta forma, para o "desenvolvimento da actividade de guerrilha no território angolano" (Wheeler & Pélissier, 2009, p.291).Porém, não houve uma verdadeira invasão por parte das forças do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) no território angolano, uma vez que os soldados formados em Kinkuzu bem como os seus oficiais se sentiam mais à vontade nas fileiras de luta de libertação em Kinshasa,

[287]Marcos Kassanga acusou Holden Roberto de ser responsável pela morte de cerca de oito mil angolanos pertencentes a outras etnias. Independentemente desta informação ser verídica ou não, estas acusações ilustram os problemas que resultavam da personalidade de Holden Roberto e das suas tácticas de 1961.

[288]Para conter esta desagregação no seio do movimento, a 27 de Março de 1962, a UPA juntamente com o PDA formaram a FNLA. Em Abril do mesmo ano a UPA/FNLA cria o Governo da República Angolana no Exílio, mais tarde denominado Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). No entanto, o GRAE durante o ano de 1962 fortaleceu a sua posição a nível internacional, criando determinadas organizações aliadas ligadas à UPA.

do que em grupos de guerrilha criados pela própria FNLA. Contudo, o movimento de Holden Roberto abriu um escritório na região de Lubumbashi, que serviria em caso de ausência de vitórias militares sobre as forças portuguesas, representaria uma vantagem sobre o MPLA, que era o seu principal opositor político.

Em Julho de 1963 foi criado um novo movimento de libertação, a União Nacional de Angola (UNA), formada essencialmente por antigos guerrilheiros ovimbundo, muitos dos quais, segundo parece, estavam instalados na capital do Catanga. Este novo movimento político, que era, na realidade, um grupo ovimbundo que resultou da cisão dentro da UPA/FNLA, e que tinha como membros fundadores Marcos Kassanga e André Kassinda, encarou de forma contraditória o tribalismo praticado pelo Movimento de Holden Roberto, o que levou a que este movimento tentasse uma aproximação com o MPLA, porém, "as dificuldades a nível de comunicação, a falta de meios e os horizontes estreitos dos seus líderes iriam praticamente paralisá-la" (Wheeler & Pélissier, 2009, p.293).

O presidente da FNLA obteve, no ano de 1963, uma das suas grandes vitórias no campo político, quando o seu movimento foi recomendado ao reconhecimento pelo comité de conciliação da Organização da Unidade Africana, com a exclusão de todos os outros movimentos de libertação de Angola. A sua superioridade foi confirmada ao ser reconhecida oficialmente por cerca de vinte países africanos independentes, sendo que muitos deles eram apoiantes do MPLA, como foi o caso da Argélia. Todos estes êxitos no campo político ediplomáticos "não puderam resolver na sua totalidade os principais problemas que agitavam a UPA/FNLA", apesar de lhe terem trazido um certo conforto diplomático, no que se refere sobretudo nas relações com a Tunísia ecom a Argélia, e um domínio quase total sobre a população refugiada no território congolês[289] (Lara, 2006, p. 270).

Entretanto, a principal base militar da FNLA continuava a estar localizada no Congo-Kinshasa, sendo que o grosso das suas forças de guerrilha permanecia na região de Kinkuzu. O movimento de Holden Roberto não criou novos teatros de guerra para além da região onde se desenvolvera a revolta de 15 de Março de 1961, não houve grande evolução no que diz

[289]Nessa altura, a FNLA deparava-se com o problema de falta de quadros instruídos e, "apesar de todos os seus esforços para colocar estudantes nas universidades ocidentais, os intelectuais marxistas do MPLA, ainda que temporariamente impotentes, foram capazes de criar uma base de influência futura ao oferecer mais bolsas de estudo nos países comunistas do que o seu rival conseguia obter no Ocidente. Desde o Verão de 1963 até 1964/65, o GRAE tentou mitigar o seu carácter predominantemente Bacongo concentrando a sua atenção nos refugiados e nos trabalhadores angolanos no Catanga. Mas pouco sucesso ali obteve, pois estas pessoas ou eram apolíticas ou se sentiam atraídas pela UNA ou por outros grupos incipientes que tinham origem em grupos étnicos do centro de Angola anteriores a 1961" (Wheeler & Pélissier, 2009, p. 293)

respeito às actividades militares desenvolvidas[290], exceptuando as tradicionais emboscadas perpetradas pelos seus combatentes (Maciel, 1963).

Em Junho de 1964 a FNLA depara-se com mais uma crise no seio do movimento, a demissão do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Malheiro Savimbi, durante a realização de uma conferência da OUA no Cairo, e ainda nos finais do mesmo mês, a demissão de outro membro do movimento, José João Liahuca, director do Serviço de Assistência dos Refugiados de Angola (SARA). Os motivos que estiveram na origem da demissão destas duas personalidades, eram sobretudo a "falta de eficiência da FNLA/GRAE, a falta de unidade existente no interior do movimento nacionalista e, mais grave do que tudo o resto, a falta de apoio às forças que se encontravam dentro de Angola"[291] (Mbah, 2010, p. 231). Após a retirada de Jonas Savimbi e de José João Liahuca, seguida da demissão de Alexandre Taty, "o movimento de Holden Roberto ficou privado de alguns dos seus principais membros não Bacongos, sendo que depois de decorridos cerca de três anos de luta armada, o movimento ainda era visto como tribal, com pouca representatividade no território angolano" (Ibidem, p. 231).

Deste modo, a nível militar, a FNLA não fizera grandes progressos, mas a sua presença era fundamental para reduzir os movimentos das forças portuguesas em Angola, que apesar de não sofrerem grandes embates, com a sua presença e permanência no território angolano exerciam uma actividade muito dispendiosa.

A presença de Moisés Tshombe[292] à frente do governo do Congo-Kinshasa não ajudava a reactivação da luta, visto que o mesmotinha proibido a circulação de armamentos

[290]Mesmo não dando passos largos no sentido do desenvolvimento da guerra de libertação, entre 4 de Fevereiro de 1961 e 10 de Julho de 1963, os portugueses perderam cerca de 511 homens, 200 dos quais foram mortos ao longo de um período de oito meses. Para um exército estimado, a 6 de Outubro de 1963, em 50 mil homens, estas perdas eram mínimas, apesar de não incluírem as do Corpo de Voluntários. Em simultâneo, o comando português estimou que somente cerca seis por cento de Angola ainda era importunada por quatro a cinco mil guerrilheiros, aproximadamente (Maciel, 1963).

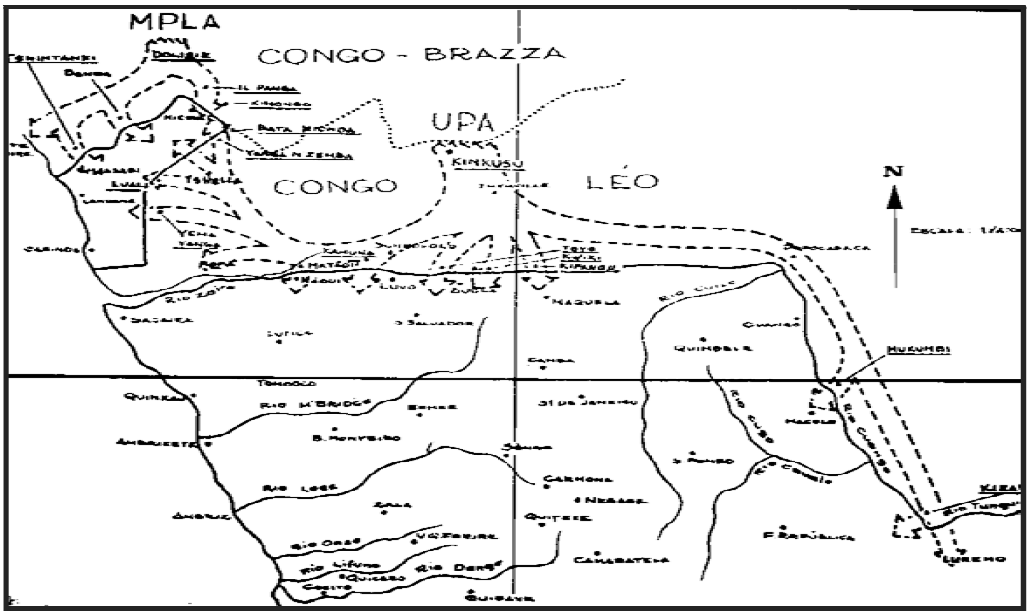
[291]É muito provável que ambos eram motivados pela aceitação de Viriato da Cruz e dos seus seguidores, que anteriormente pertenciam ao MPLA, na FNLA/GRAE, sendo que os mesmos não se conformavam em ver dentro do movimento um modernista assimilado, altamente especializado na dialéctica marxista, para o seio de uma organização em que os intelectuais estavam representados em minoria.

[292] Moisés Kapenda Tshombé - nasceu a 10 de Novembro de 1919, em Musumba (Catanga), e faleceu a 26 de junho de 1969, em Argel. Tshombé foi educado por metodistas norte-americanos, tendo tomado conta dos negócios paternos em 1951. Nesta mesma data tornou-se Presidente da Câmara de Comércio de Elisabethville. No ano seguinte foi nomeado Presidente da Federação das Associações Mútuas da Lunda, núcleo da Confederação das Associações da Catanga, que surgiu em 1959 e da qual foi presidente.Aquando da proclamação da independência do Congo Belga (actual Congo), em 1960, Tshombé declara a secessão da província do Catanga, província da parte meridional do ex-Congo Belga, tornando-se presidente da República.

entre a fronteira do seu país e o território angolano[293]. Os militantes da FNLA estavam sem vontade de continuar a luta armada, sendo que muito deles pareciam ter-se "estabelecido como burocratas nacionalistas profissionais", deixando as forças de guerrilha (Wheeler; Pélissier, 2009, p. 295).

A substituição de Tshombe pelo general Joseph Mobutu, em Novembro de 1965, veio melhorar significativamente as perspectivas futuras do presidente da FNLA, pelo menos na luta desenvolvida contra os grupos que competiam pela lealdade dos refugiados angolanos. Houve uma evolução crescente no apoio externo à guerrilha que ia fortalecendo os grupos armados da FNLA e melhorando o seu arsenal militar. Esta permitiu a manutenção de um clima de agitação e possibilitou a existência de vários núcleos no interior do território angolano.

Nesta medida, a partir do ano de 1965 as linhas de movimentação das forças da FNLA no Congo Leopoldville passaram a estar bem definidas(conforme está representado na figura n.º4)e eram sobretudo do conhecimento das forças portuguesas, sendo que as suas acções consistiam essencialmente em "golpes de mãos, acções de intimidação e colocação de minas anti-pessoal e anti-carro" (EME, 1998, p.570).



Fonte: EME, 1998, p. 570

FIGURA N.º 4 – Linhas de movimentação e penetração da UPA

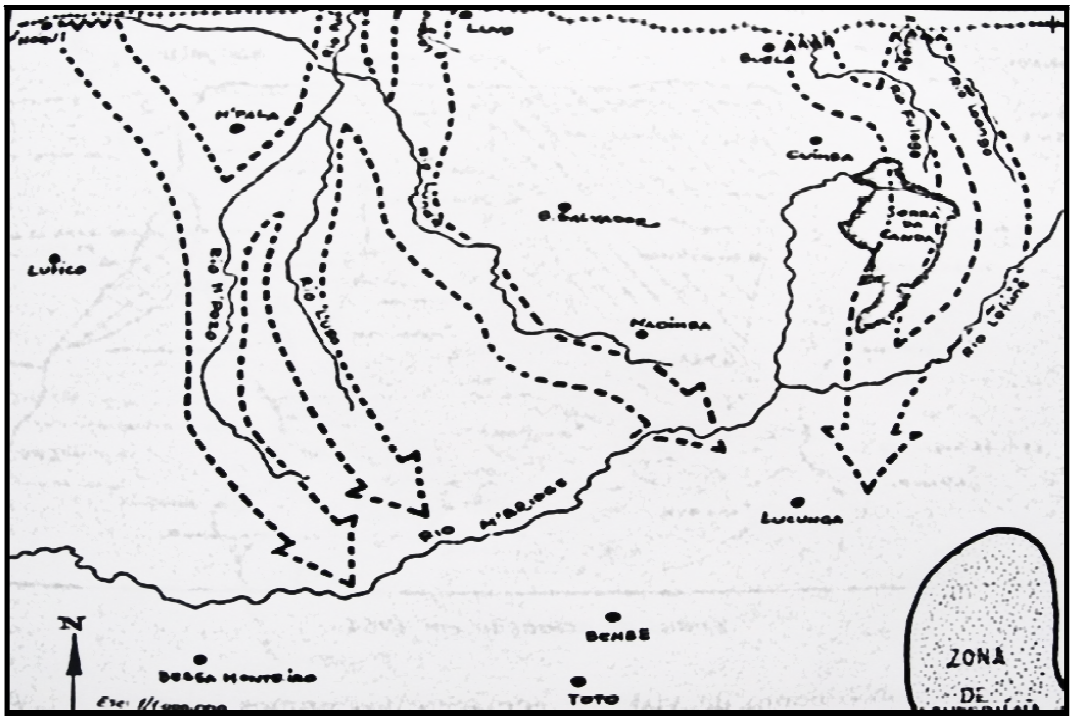
[293]Para além deste facto, a ajuda da OUA à FNLA/GRAE não se estava a materializar da melhor forma, sendo que, segundo o GRAE, o movimento só recebeu durante dois anos cerca de 500 mil francos franceses, muitos dos seus combatentes optaram por se apresentar às forças portuguesas, o movimento estava a perder terreno face ao seu rival directo, o MPLA.

É fácil verificar, na figura apresentada (fig. 4), que o Movimento de Holden Roberto envolve praticamente todo o território Norte de Angola, a partir da base de Kinkuzu, e avança ainda a partir do Congo Leopoldville em direcção ao Este e Sudoeste de Cabinda, enquanto que as forças do MPLA, apoiadas unicamente pelo Congo Brazzaville, exerciam as actividades de guerrilha apenas na zona Norte e Noroeste doEnclave de Cabinda.

A circulação e a instalação das forças da FNLA na região norte do território angolano revela a importância, embora não representada na figura, das linhas de comunicação do Congo Leopoldville, particularmente o caminho de ferro Thysville-Matadi e a estrada Boma-Tschella. Na figura é ainda assinalada a importância da base militar de Kinkusu, que se encontrava em posição central para prestar o apoio directo às acções do movimento em praticamente toda a região Norte de Angola.

As vias de comunicação naturais da fronteira Norte definiam alguns eixos de infiltração, bem marcados por acidentes geográficos naturais, de orientação favorável, à penetração das forças de guerrilhe da FNLA até aos rios M'Bridge, e Lifune, passando dois deles pela serra de Canda (EME, 1998).

Os eixos de infiltração mais importantes das forças militares da FNLA nesta parte territorial, representados na (figura 5), eram: Região a Leste de Nóqui (Vale do M'Pozo); Vale do Fuá (Vale do M'Pozo); Vale do Fuá (Vale do M'Pozo e Vale do Luvo); Vale do Fuá (Vale do Lunda); Vale do Langono (Vale do Lunda); Vale do Luege (Vale do Fulege e Serra de Canda) e Vale do Loango (Serra da Canda).



Fonte: EME, 1998, p.571

FIGURA N.º 5 - Eixos de infiltração da FNLA pela fronteira Norte

Através destes eixos de infiltração, que durante aquela época foram muito vigiados pelas forças portuguesas, era desenvolvida a guerrilha na zona de infiltração norte e muito particularmente na região dos Dembos.

O reabastecimento nas áreas de empenhamento das forças da FNLA fazia-se a partir das estruturas deste movimento situadas no interior do Congo Leopoldville e entrava pelo norte, vindo em especial da sua base de Kinkusu. Nos meses finais do ano de 1965, registava-se grande desorganização no sistema de apoio externo da FNLA, o que originou uma drástica redução no fornecimento de material e na ajuda financeira. Esta dificuldade resultava das limitações impostas pelo Congo Leopoldville, onde o chefe do governo daquele país, o general Mobutu, "se debatia com dificuldades decorrentes da mudança de regime e da consolidação da sua própria posição, como primeiro passo para a implantação de uma ditadura pessoal" (EME, 2006, p.36). Como consequência disso, houve várias discórdias e divergências no seio da FNLA/GRAE, as quais por vezes assumiram o aspecto de autênticas lutas internas[294].

[294]Esta situação, que parecia capaz de desagregar o GRAE, reflectia-se no interior de Angola, especialmente, na faixa leste da respectiva Zona de Guerrilha (serras do Uíge e do Quitexe), onde as forças da FNLA se desarticulavam, visivelmente.

A partir de Julho de 1966, a situação de instabilidade que a FNLA enfrentava foi ultrapassada, pois o movimento "começou a beneficiar do crescente apoio de Mobutu, ao mesmo tempo que as viagens de Holden Roberto aos países estrangeiros lhe granjearam prestígio e lhe deram a certeza de que o GRAE seria o beneficiário do apoio da OUA" (Ibidem, p. 37). Nesta mesma altura, a FNLA recebeu por parte dos tunisinos o primeiro fornecimento de material.

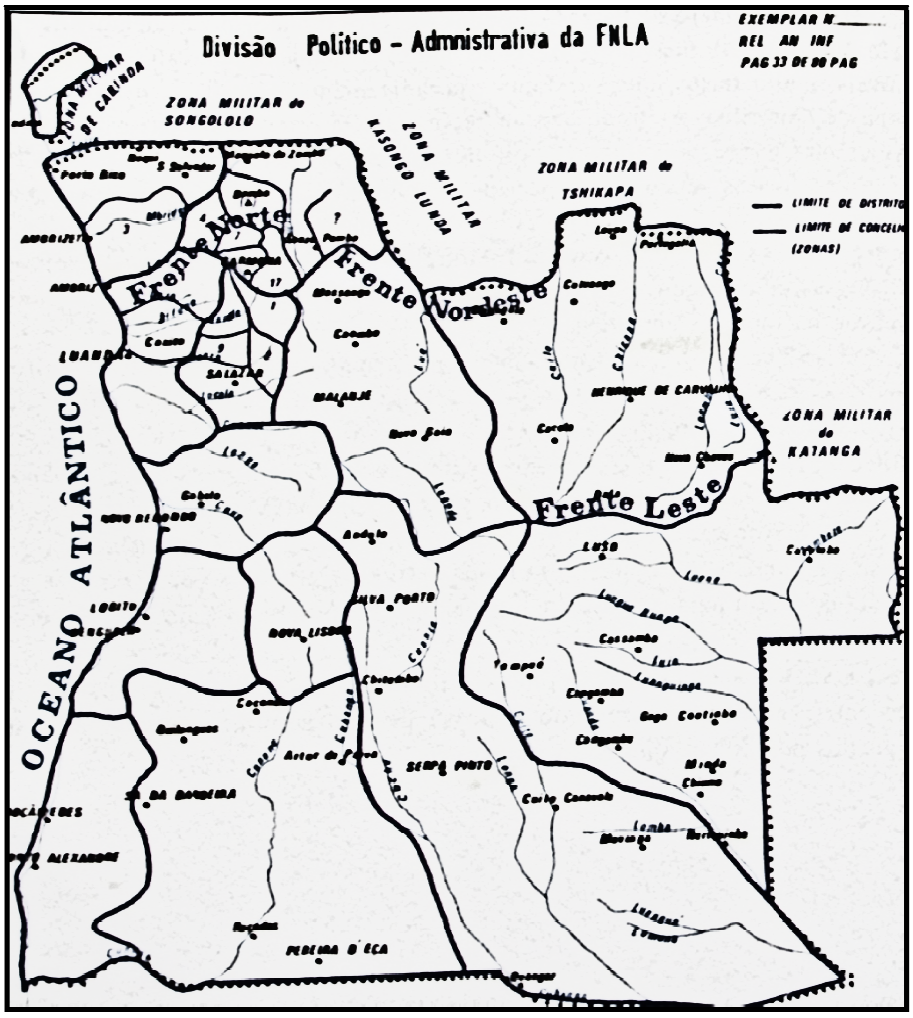
Todos estes acontecimentos reflectiam-se, de forma positiva, no funcionamento e desenvolvimento das actividades do Exército de Libertação Nacional de Angola. A FNLA reestruturou a sua organização militar, criou novas bases de apoio junto das fronteiras, fazia chegar em plena normalidade o reabastecimento aos guerrilheiros no interior de Angola, bem como reabriu algumas zonas de infiltração na região Norte de Angola, como foi o caso da «Frente do Cuango»[295].

Durante os anos de 1967 a 1970, a actividade da FNLA no território angolano aumentou significativamente. O seu opositor político mais directo, o MPLA, era preponderante e dispunha do apoio da Zâmbia, país com fortes ligações comunistas. O movimento de Holden Roberto, que sempre fora apoiado pelo pró-ocidental Congo Leopoldville não podia perder espaço na corrida pela hegemonia na condução na guerra. No ano de 1970, a FNLA considerava ter no Congo Leopoldville cinco «Zonas Militares» de apoio, que eram: Zona Militar de Cabinda; Zona Militar de Songololo; Zona Militar Kasongo/Lunda; Zona Militar de Tashikapa e a zona Militar do Katanga.

Todas estas zonas apoiavam três frentes no interior do território angolano,conforme está representado na (figura n.º 6):

> "Frente Norte, a mais activa, nas províncias de Luanda, Cuanza Norte, Uíge e Zaire, Frente Nordeste, nas províncias do Uíge (fronteira do rio Cuango), Malange e parte das Lundas e a Frente Leste, onde infiltrava grupos a partir da área de Teixeira de Sousa para o alto da Chicapa, pela linha do Caminho de Ferro de Benguela" (EME, 2006, p.39).

[295] A chegada de reforços em pessoal e material traduziu-se num aumento de actividade na Zona de Guerrilha. Pela fronteira norte da Zona de Infiltração Norte voltaram a desenvolver actividades novos grupos móveis e de reabastecimento, enquanto na sua fronteira leste, no Cuango, eram reactivadas bases de onde as forças da FNLA estavam aptas a lançar acções ofensivas em toda a região Norte do território angolano.



Fonte: EME, 2006, p.40

FIGURA N.º 6 - Divisão Político-Administrativa da FNLA

Entre 1971 e 1972, não houve grande alteração nas actividades desenvolvidas pela FNLA no interior de Angola, mas a partir do final de 1971, registou-se uma certa agitação no seio do movimento, sendo que as principais personalidades ligadas a ELNA e ao GRAE estavam em desacordo. Este ambiente conflituoso agravou-se ao longo de 1972 e culminou, em Março deste ano, com acções de desordem no centro da sua principal base militar em Kinkusu, que foi apaziguada pelas Forças Armadas do Congo Leopoldville, a pedido de Holden Roberto.

No entanto, restabelecida a situação, o presidente da FNLA introduziu profundas alterações no GRAE,"extinguindo o Estado-Maior Central e criando em sua substituição, um Alto Comando das Forças Armadas e três Corpos de Estado Maior, um por cada Frente, para

superintender no planeamento e na sua condução das operações militares" (EME, 2006, p. 41).

Cada Frente era constituída por uma Zona Militar no exterior e por um Comando Operacional no interior, conforme está representado na(figura n.7).

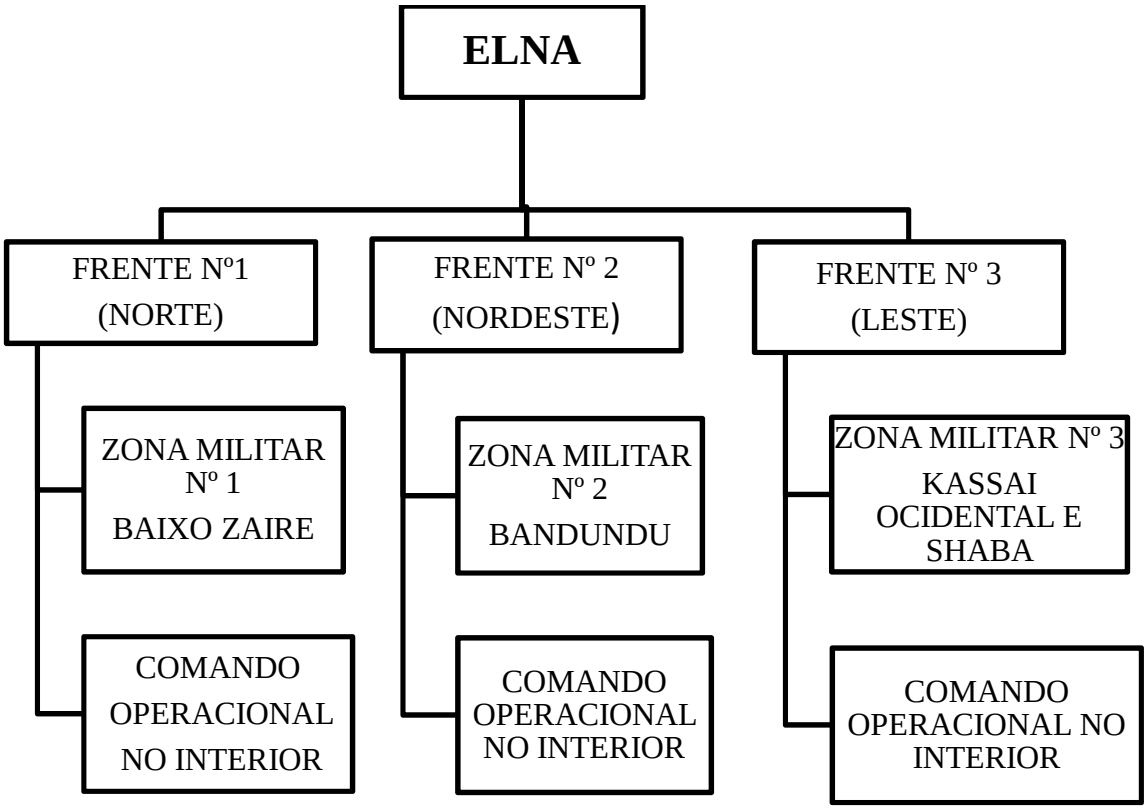


FIGURA N.º 7–Organização Militar do ELNA

As personalidades nomeadas para ocuparem os novos cargos depois dos graves acontecimentos de Março de 1972 (na base de kinzusu) não possuíam qualificação adequada, sendo que muitos deles ainda tinham ideias «tribalistas». Estas particularidades tinham grande implicância no interior de Angola, onde o Exército da FNLA se debatia ainda com pequenas divergências entre os guerrilheiros formados no exterior e os instruídos no interior, além de que os militantes e a população que se encontrava sob o seu domínio apresentavam sinais de cansaço e desmoralização (Bittencourt, 2008).

Em 1973, as actividades militares das forças da FNLA, nomeadamente na Frente Nº 2 –Lunda, estavam praticamente estagnadas. Esta frente apoiava-se exclusivamente na base de Kizamba, de onde grande parte dos guerrilheiros, com a moral muito afectada, desertava

frequentemente. Na sua Frente Leste (FRENTE Nº 3), as forças da FNLA haviam abandonado a área dos rios Cassai-Munhango e tinham-se deslocado para as áreas do Buçaco- Léua e rio Lualo, a sul de Nova Chaves. Durante o mês de Novembro do mesmo ano, diversos grupos haviam saído do território angolano, numtotal de 100 guerrilheiros, 27 milícias e cerca de 250 elementos da população (EME, 2006, p.438).

No decorrer do ano de 1973, tornou-se visível o decréscimo da actividade da FNLA. As acções desenvolvidas por este movimento, neste período, caracterizavam-se por simples manifestações de presença. Assim a FNLA tornou-se um movimento esgotado e sem vigor, confinado a uma área muito restrita, com quase exclusiva incidência a sul do rio Loge.

Deste modo, concluímos que apesar do apoio financeiro e militar concedido pela comunidade africana e internacional à FNLA, esse movimento nunca conseguiu desenvolver uma verdadeira actividade de guerrilha no território angolano. Pelo contrário, as suas acções militares estavam praticamente estagnadas, razão pela qual houve denúncia de certos membros do movimento, aliada ao facto de que a FNLA, durante todo esse período de tempo, ter ficado enfeudada aos interesses do imperialismo americano e do Zaire, pois recebia apoio desses dois países. Além desses factos, era notável a falta de visão política estratégica por parte do presidente da FNLA bem como de outros dirigentes dessa organização.

Na verdade, a FNLA nunca travou uma verdadeira batalha contra os seus adversários políticos e militares no território angolano. As suas acções militares eram confinadas apenas nas regiões de São Salvador (Mbanza Kongo) e de Carmona (Uíge), exceptuando algumas incursões registadas na região da Lunda[296], sendo que a FNLA, de acordo com muitos observadores, "nunca procurou estender a sua actividade militar para outras áreas exteriores ao seu espaço cultural Bacongo", ou seja, para o Centro e no Sul de Angola (Pélissier, 1979, p.165).

IV.4 As Actividades Militares do MPLA

O Movimento Popular de Libertação de Angola depois dos ataques de 4 de Fevereiro, não exerceu quase nenhuma actividade militar de realce no interior do território angolano, pois nessa época, a UPA pelas suas acções de guerrilha ou através de promessas,

[296]Vide anexo VI – Estratégia de penetração do MPLA, FNLA e UNITA no território Angolano.

conquistou o apoio da maior parte dos alegados apoiantes do MPLA nas regiões dos Dembos e em Nambuangongo.

A partir do início de Setembro de 1961, o MPLA pretendia transferir a sua direcção para Leopoldville, com o objectivo de fazer daquele território uma base político-militar, porém, o Movimento depara-se com um espaço territorial praticamente monopolizado, política e militarmente, pela FNLA, o que impossibilitava a sua instalação naquele espaço territorial. Nesta medida, "todas as tentativas de penetração ao interior do território angolano organizadas pelo MPLA através da fronteira congolesa eram bloqueadas pelas forças militares da UPA/FNLA"[297] (Lara, 2008, p.149).

A direcção do MPLA sediada em Conacri necessitava urgentemente de se aproximar de Angola, a fim de dirigir a actividade política e militar no interior do país. No entanto,

> "a reputação de organização marxista que o movimento tinha granjeado e as suas conotações notórias com os países do bloco socialista e com organizações de extrema esquerda da Europa Ocidental levantaram sérias dificuldades à sua instalação no Congo-Leopoldville, país onde a UPA, dirigida por Holden Roberto, beneficiava de uma forte implantação junto das populações angolanas emigradas e dos refugiados de guerra, de maioria bacongo, e também de fortes simpatias junto do governo congolês pró-ocidental" (Rocha, 2009, p.247).

O apoio do governo do Congo Leopoldville à UPA/FNLA deve-se a um conjunto de particularidades, dentre os quais podemos analisar dois, que no nosso entender são os mais importantes:

> "O primeiro está relacionado com certas características que o Congo Leopoldville apresenta, no que se refere ao jogo de relações políticas regionais e internacionais, nomeadamente a sua densidade populacional, a extensão territorial, matérias-primas, minérios e um posicionamento político-ideológico favorável ao Ocidente. O segundo prende-se às ligações históricas entre populações do Congo Leopoldville e populações do Norte de Angola nomeadamente, o grupo etnolinguístico Bakongo"(Reis, 2010, p. 204).

[297] Em Novembro de 1961 um comunicado do MPLA acusa a UPA de ter abatido uma coluna do MPLA constituída por cerca de 20 elementos que tentavam penetrar na região dos Dembos (Lara, 2006, p.202). A 28 de Abril de 1963, perto do rio Loge, uma coluna militar do MPLA é interceptada pelas forças militares da FNLA tendo sido abatidos cerca de uma dezena de militares do MPLA, e alguns militares da FNLA (Lara, 2008, p. 149).

Estas particularidades foram fundamentais, embora com determinadas oscilações, para que a UPA/FNLA fosse a principal beneficiada da ajuda dogoverno congolês, em detrimento do MPLA[298].

A direcção provisória do MPLA em Conacri imaginou um estratagema que permitisse a entrada dos seus dirigentes políticos no Congo-Leopoldville[299], sob forma de uma acção humanitária[300], através do Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR)[301]. Nesta medida, as autoridades do governo congolês, ainda no decorrer do ano 1961, apesar de ainda estarem política e materialmente mais favoráveis ao movimento de Holden Roberto, aceitam a presença do MPLA no seu território. Porém, esta atitude do governo do Congo Leopoldville resulta, em certa medida, do facto de existirem no seio do MPLA muito militantes com formação superior pertencentes ao CVAAR e estarem, por isso, em condições de ajudar aquele país, sobretudo na área da saúde, resultante da partida de quadros belgas aquando da independência do Congo[302] (Rocha, 2009, 247).

Assim, o MPLA abriu novas instalações no Congo Leopoldville, apesar de se encontrarem praticamente passivas, pois grande parte das suas principais personalidades estavam detidas em estabelecimentos prisionais ou encontravam-se a desenvolver actividades políticas junto de outros países estrangeiros. Além disso, ainda em 1961, o MPLA recorria à famosa táctica de uma «frente comum» para encobrir, em parte, as suas limitações. A primeira preocupação desse movimento era a opinião da esquerda da Europa ocidental e dos governantes dos estados africanos progressistas, sendo que a acção no interior do território angolano estava relegada para segundo plano (Ibidem, p. 247).

[298] Estas particularidades são suficientemente importantes para que o Congo, por um lado, influencie os acontecimentos na região, como foi o caso da luta de libertação de Angola e, por outro, seja considerado, no quadro da guerra fria, um aliado privilegiado dos Estados Unidos e da Europa ocidental na região.

[299] Vide anexo IX – Pedido para a instalação do MPLA no Congo Leopoldville.

[300] IAN/TT. (1961). *MPLA*: *Conferência de imprensa de Mário de Andrade, em Leopoldville*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo Edmundo Rocha 581/CI, CVAAR 1122A/L, Outubro.

[301] O CVAAR era uma organização humanitária, que afirmava não ter ligação com nenhum partido político angolano, sendo constituído por dez médicos e cerca de trinta enfermeiros, todos eles voluntários, sendo a maioria dos médicos antigos estudantes da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e agora militantes do MPLA.

[302] Muitos dos membros e simpatizantes do MPLA eram médicos e o seu número suplantava o dos médicos de todo o espaço congolês. Serão estes médicos que estariam na origem do CVAAR, Corpo de Voluntários Angolanos de Assistência aos Refugiados, cujos estatutos seriam aprovados em 21 de Agosto de 1961. Em nosso entender a implantação da direcção do MPLA em Leopoldville não pode ser dissociada do papel desempenhado pelo CVAAR. O papel desempenhado da mesma em solo congolês funcionava, em certa medida, como moeda de troca para a tolerância do governo congolês relativamente à presença do MPLA (Rocha, 2009).

O MPLA entrou em contactos com a UPA a fim de convencer esse movimento afazer parte da Frente Revolucionária Africana (FRAIN)[303], através de uma organização denominada Conferência das Organizações Nacionalistas Portuguesas (CONCP)[304], fundada em Abril de 1961, cerca de um mês depois dos ataques de Março de 1961. O movimento de Holden Roberto recusou o convite do MPLA, atribuindo precedência à luta armada no interior do país sobre a do exterior.

Em Junho de 1962, Agostinho Neto evadira-se de Portugal com destino à Leopoldville[305] graças ao indispensável auxílio do Partido Comunista Português. A chegada de Agostinho Neto à direcção do MPLA provocou um cenário de crise no seio do Movimento, motivada pelas sucessivas tomadas de posição de determinados dirigentes e militantes do MPLA, nos meses que antecederam a Conferência Nacional do MPLA, que se ia realizar em Dezembro de 1962. Destas tomadas de posição podemos, de uma forma resumida, assinalar as seguintes:

- A Carta de Viriato da Cruz[306] dirigida à direcção do MPLA, datada de 31 de Outubro de 1962, em que o mesmo apresenta as razões do seu afastamento do Congo Leopoldville lançando fortes críticas a certos membros de MPLA, de entre os quais "Agostinho Neto e Mário de Andrade" (Lara, 1996, p.478);

[303] A FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (das Colónias Portuguesas), de inspiração marxista, foi fundada em 1960 com sede em Conakry, na Guiné e agências em Londres, Alemanha Oriental, Accra, Leopoldville, Tunes, Casablanca e, provavelmente, cm Varsóvia e Praga, e veio a continuar-se no CONCP. Esta organização pretendia englobar e unificar a acção dos diversos movimentos existentes nos territórios da africa lusófona, nomeadamente a UPA, o MPLA,o PAIGC, e organizações de Moçambique e obter assim a sua independência. Dos seus dirigentes maisvantigos, destacam-se Amílcar CabraL, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz. Com formação universitária, haviam sido aliciados pelo partido comunista que desenvolvia actividades junto dos africanos, na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa. Parece que a FRAIN na sua essência, actuava principalmente fazendo accionar outros movimentos subversivos já existentes (EME, 1998, p.51).

[304] A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), face às suas características, propósitos que visava e personalidades responsáveis, seria uma emanação da FRAIN.O facto de ser manobrada pelo Grupo Africano de Casablanca, poderá justificar a sua nítida filiação comunista, pois que visavam desmembrar o conjunto Metrópole-Ultramar. Por outro lado, procurava facilitar os seus propósitos pela deterioração interna da Metrópole. A CONCP eng1obava alguns dos partidos emancipalistas do Ultramar Português destacando-se de entre eles: o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC.

[305] A chegada de Agostinho Neto à direcção do MPLA em Leopoldville foi um acontecimento muito importante, pois o Movimento naquela época debatia-se com a dificuldade de falta coesão, sendo que com a sua presença iria dinamizar as actividades desenvolvidas por esta direcção (Andrade & Leban, 1997).

[306] Viriato da Cruz "apresentava um capital de autoridade política materializado no reconhecimento de uma competência conferida pelo cargo de Secretário-geral do MPLA e pela produção ideológica (fora ele o autor do manifesto e, como tal, o autor da génese do grupo) " (Reis, 2010, p. 199).

- A “carta de demissão de Edmundo Rocha apresentada à direcção do MPLA”, datada de 31 de Outubro de 1962, onde constam as razões da sua tomada de posição[307] (Ibidem, p.483);
- A Carta aberta de Viriato da Cruz aos militantes do MPLA e do EPLA, datada de 15 de Novembro de 1962, onde o mesmo “denuncia a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo defendida por certos militantes, as manobras caluniosas de certos militantes”, com o fim de impor ao movimento uma direcção cujo núcleo é constituído por um grupo de pessoas que criaram relações íntimas no tempo em que eram estudantes em Portugal (Ibidem, p.492);
- O Comunicado do Comité Director do MPLA, datado de 28 de Novembro de 1962, em resposta a carta de Viriato da Cruz de 15 de Novembro. No mesmo, consta a “acusação ao primeiro secretário-geral do MPLA e outros militantes de terem divulgado a carta de Viriato” (Ibidem, p.501).
- A carta circular de Graça Tavares, primeiro secretário-geral do MPLA, datada de 28 de Novembro de 1962, em resposta ao comunicado do MPLA difundido na mesma data. Na mesma consta que: pouco depois da chegada do Dr. Agostinho Neto, Presidente de Honra do MPLA, “nasceu uma crise profunda de ordem política entre os (dirigentes) principais responsáveis pelos destinos do MPLA, criseessa hoje do domínio público, mas cujas razões fundamentais houve sempre o cuidado de as guardar num círculo restrito”. O signatário manifesta a sua solidariedade com Viriato da Cruz (Ibidem p.50).

Todas estas tomadas de posição por parte de diversos militantes e dirigentes do MPLA contribuíram para que o movimento adoptasse uma configuração bipolar, um espaço de relações de forças corporizado em dois grupos: o denominado «grupo Viriato» e o denominado «grupo Neto». Assim, “muito embora a crise não tivesse ainda atingido o estado de ruptura explosiva, entrara-se definitivamente num processo de concorrência, isto é, de luta política, pelo controlo da direcção do MPLA cujo primeiro momento decisivo iria ter um tempo e um lugar: a Conferência Nacional do MPLA de Dezembro de 1962” (Reis, 2010, p.199).

[307] As razões provavelmente seriam a a gravidade de uma crise que grassa entre os principais dirigentes do MPLA e a solidariedade para, provavelmente, com Viriato da Cruz que havia anunciado a sua partida do Congo Leopoldville.

Porém, todas entas crises não constituíram obstáculos suficientes para impedir que Agostinho Neto assumisse o posto de Presidente do Movimento[308]. Deste modo, com vista a restabelecer o movimento, o MPLA convocou uma Conferência Nacional em Dezembro de 1962, durante a qual elaborou um programa de luta armada[309]. Nesta conferência "Agostinho Neto foi eleito presidente do comité directivo e Mário de Andrade passou de presidente para os negócios estrangeiros; Manuel Lima ficou com os assuntos militares e o cargo-chave de organizador dos quadros do movimento foi atribuído a Lúcio Lara", conforme está representado no (quadro n.º8) (Pélissier& Wheeler, 2009, p.302).

NOME	H. LITERÁRIAS	CARGO
Agostinho Neto	Superior	Presidente
Matias Migueis	Ens. Médio	Vice-Presidente
Manuel Lima	Superior	Chefe Dep. Da Guerra
Mário de Andrade	Superior	Chefe do De. Rel. Ext
Lúcio Lara	Superior	Chefe de Dep. Org. e Quadros
D. da Graça	Superior	Chefe do Dep. Das Finanças

Fonte: Lara, 2006, p. 525

QUADRO N.º 8 - Comité Político-Militar do MPLA de Dezembro de 1962

Os aspectos mais relevantes no desfecho da conferência foram do ponto de vista político-institucional, a extinção do posto de Secretário-Geral da organização, o afastamento de Viriato da Cruz da direcção política e a consagração de Agostinho Neto como Presidente do MPLA. Do ponto vista político-ideológico foi reafirmada a necessidade de militarização do MPLA como organização, o que originou a criação do Comité-Político Militar, o principal

[308] O capital de notoriedade de Agostinho Neto era reforçado por um capital de reconhecimento social, incorporado e adquirido, perceptível pela maioria dos militantes do MPLA. Nomeadamente, no que respeita às afinidades académicas, religiosas e etnolinguísticas: "Na realidade, Neto beneficiou também de uma conjunção que lhe era favorável no seio do MPLA. Por um lado, predominavam no movimento dirigentes estudantis, antigos estudantes em Portugal como o próprio Neto, assim como jovens de origem kimbundo. Acrescenta-se, por outro lado, a predominância de dirigentes de filiação protestante. Estes tiveram um papel fundamental no desenrolar dos trabalhos da I Conferência Nacional do MPLA, em Dezembro de 1962". Evento político que iria assinalar um novo acto de investidura que, por sua vez, iria consagrar a conversão do capital de notoriedade acumulado por Agostinho Neto em capital político institucionalizado no posto de presidente do MPLA (Reis, 2010, p. 180).

[309] Vide anexo VIII – Primeira Conferência Nacional do MPLA (1962).

órgão condutor da guerra de libertação (Lara, 2006). Deste modo, para efeitos da luta e da expansão da guerrilha, o Movimento dividiu o território angolano em Regiões Militares que estavam subdivididas em Zonas Militares e que, mais tarde, foram designadas por Regiões Político-Militares (RPM), conforme está representado na (figura n.º 8)(Carreira, 1996) (Nunes, 2010).

Fonte: Afonso &Gomes, 2000. Diário de Notícias

FIGURA N.º 8 – Regiões Político Militares do MPLA

Para além dos órgãos já referenciados, faziam também parte da estrutura do MPLA o Exército Popular de Libertação de Angola (ELPA), a Organização da Mulher Angolana (OMA), a Juventude do MPLA (JMPLA) e a União Nacional dos Trabalhadores de Angola

(UNTA), sendo que todos estes organismos não passavam de movimentos secundários em busca de maior número de militantes.

De modo geral, os principais pontos debatidos na primeira conferência do MPLA eram: "redireccionamento de actividades, mudando a ênfase da propaganda externa para a actividade armada; não-alinhamento teorético; precedência da política sobre os assuntos militares; treino dos líderes" (Pélissier &Wheeler, 2011, p.303).

O MPLA, em Janeiro de 1963, tentou mais uma vez estabelecer contactos com a UPA/FNLA de forma a constituírem uma frente política e militar comum, mas este último respondia sempre pela negativa. Entretanto, ainda no decorrer do mesmo ano, o MPLA manifesta directamente ao governo congolês a sua preocupação pela política unilateral da mesma:

> "A União das Populações de Angola (UPA) recusa sistematicamente qualquer troca de pontos de vista no sentido de encontrar as bases comuns para a colaboração na Luta. O MPLA considera que um dos factores essenciais desta divisão é justamente a ajuda unilateral que a UPA recebe da parte do Governo da República do Congo. Por outro lado, essa ajuda toma uma amplitude maior face às dificuldades criadas ao MPLA. No entanto, a nossa actividade político-militar é travada pelas autoridades congolesas de uma forma que nos parece discriminatória" (Lara, 2008, p.99).

O Movimento de Agostinho Neto encontrava-se praticamente sem soluções, sendo que a última alternativa seria a de abrir uma frente militar onde fosse possível. A única que se encontrava acessível era o enclave de Cabinda, para onde o MPLA enviou alguns guerrilheiros em Janeiro de 1963.

As inquietações manifestadas pelo MPLA que aqui referenciamos encontram justificação pelo facto do governo congolês "ter reconhecido de jure o GRAE, a 29 Junho, no decurso da reunião do Comité de Coordenação para a Libertação de África, em Dar-es-Salam, que se iria realizar de 25 de Junho a 4 de Julho de 1963"[310] (Reis, 2010, p. 2011). Tal atitude política do governo do Congo era imprópria aos interesses do MPLA, que se encontrava perante uma crise interna profunda como também não encontrava soluções para o entendimento político com a FNLA.

As autoridades governamentais congolesas decidiram, em Outubro de 1963, encerrar as instalações do MPLA naquele país, passando este Movimento a ter como alternativa fixar-

[310] O Comité de Coordenação para a Libertação de África foi constituído aquando da criação da OUA com o fim de auxiliar materialmente os movimentosnacionalistas e independentistas. Procurava igualmente garantir a eficácia desta ajuda(Gomes &Afonso, 2009, p.108).

se no Congo Brazzaville, de modo a poder dar continuidade às suas actividades político-militares[311]. O Congo Brazzaville passa, assim, a constituir a base de apoio prioritária do MPLA, na prossecução da luta armada em Angola.

A partir dessa época, o MPLA pretendia operar a sul do rio Congo. Para que este plano se efectivasse, seria necessário que o movimento empregasse discrição e astúcia para sobreviver aos fortes ataques orquestrados pela FNLA que procuravam desarticular os guerrilheiros do MPLA [312] . Todavia, com a mudança de governo em Brazzaville, a consequente viragem para a esquerda daquele país, e acima de tudo, "a chegada de uma substancial ajuda russa e até chinesa" fortaleceu o movimento, beneficiando do estatuto de ser o único movimento de libertação angolano instalado em Brazzaville[313] (Pélissier &Wheeler, 2011, p.305).

Assim, sob a liderança de Massemba-Débat, em Brazzaville, o MPLA já não necessitada de esconder as suas actividades nem as suas convicções, e em Julho de 1964, o Congo-Brazzaville autorizou a que o Movimento recebesse um significativo carregamento de armas e equipamentos militares, sendo que ainda no mesmo ano, o Movimento abriu a II RPM, instalando-se em força na fronteira de Cabinda.

Deste modo, o Movimento de Agostinho Neto criou "uma grande base, prudentemente afastada da fronteira, em Dolisie, junto da qual funcionava um Centro de Instrução Revolucionário (CIR) que era um órgão encarregado de ministrar cursos de formação política e militar a indivíduos de ambos os sexos" (Reis, 2010, p. 195). O MPLA dispunha ainda de uma "boa máquina de propaganda, com aproveitamento do Emissora Radiofónica de Brazzaville, muito ouvida em Cabinda, através do qual emitia um programa bissemanal que tinha apreciável popularidade" (EME, 2006, p. 125).

O MPLA desenvolveu, em Junho de 1964, uma intensa actividade militar, organizada a partir de duas bases principais sediadas no Congo-Brazzaville: "a de Kimongo, a norte, para

[311]As relações de tensão entre o MPLA e o governo do Congo Leopoldville, não se limitam às questões relativas ao apoio material e político que este último, na sua condição de país hospedeiro dos movimentos nacionalistas, deveria conceder ao primeiro. O Congo Leopoldville, como espaço social, era um contexto desfavorável de ponto de vista dos fundamentos culturais e ideológicos que estão na origem da estranheza manifestada pelo meio político congolês em relação à presença de determinados angolanos, menos ligados ao norte de Angola (Gomes e Afonso, 2008).

[312]O MPLA encontrava-se com um número muito reduzido de soldados. Estima-se que, na época em questão, o movimento teria cerca de 200 ou 300 soldados (Pélissier & Wheeler, 2009, p. 305).

[313] O MPLA acabou por depender, cada vez mais, da ajuda comunista, que o próprio movimento lutou arduamente por obter e justificar acentuando o seu carácter revolucionário. Para esse fim lançou uma campanha de treino de líderes, fez publicações propagandistas de diversas revistas, todas empregando terminologias e temas marxistas

o apoio das actividades em Cabinda, na fronteira de Miconge e a de Banga, a leste, para as acções na região de Chimbete-Sangamongo" (Ibidem, p.125).

No decorrer do ano de 1965, o MPLA apareceu na região de Cabinda muito moralizado, tendo criado mais duas bases militares, em Kimpeze e Ilpanga, tal como os anteriores situados no Congo-Brazzaville. Deste modo, o Movimento efectuou acções militares no Enclave de Cabinda a partir das bases de Banga e Kimongo, provocando muitas baixas às Forças Armadas Portuguesas mas, confrontado com a completa falta de adesão dos povos cabindas, viu-se obrigado a transferir o seu esforço principal para o Leste de Angola. Nesse ano, o movimento conseguiu um grande rendimento nas suas actividades de guerrilha, sendo responsável por grande parte de baixas causadas às forças portuguesas.

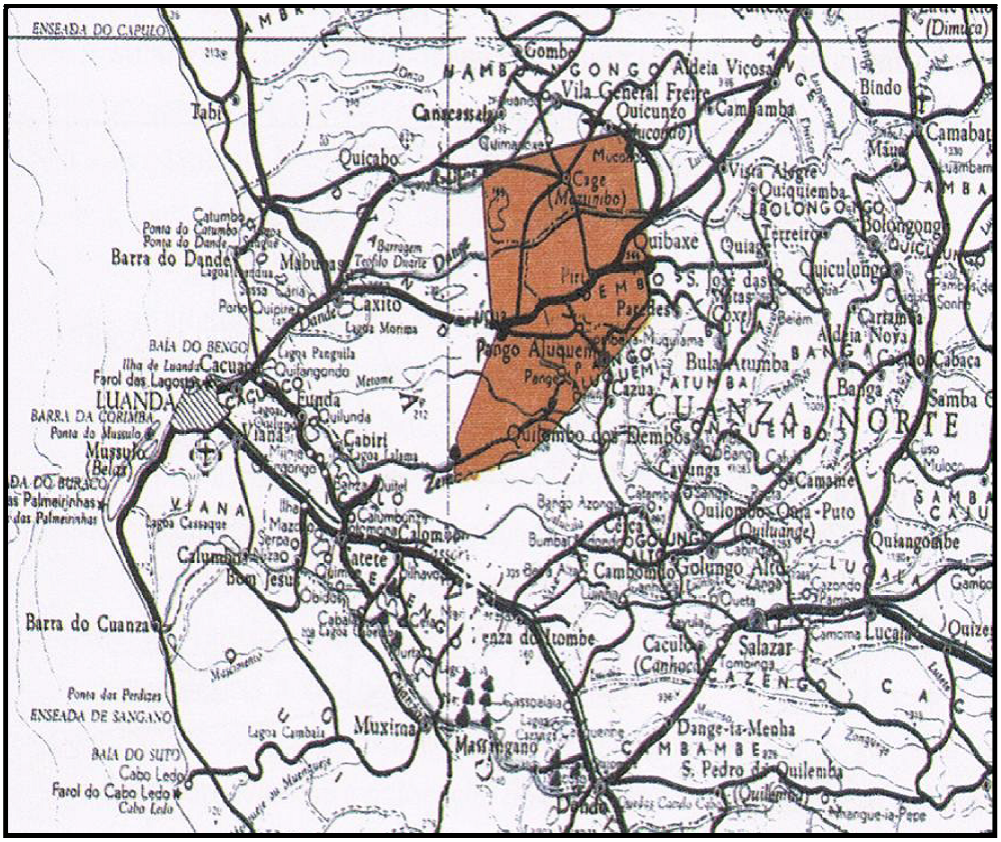
Enquanto o Movimento se organizava no território zambiano- que entretanto se tornara independente e seguira a ideologia comunista- para abrir a sua III RPM no Leste, "o MPLA preparou e abriu, também em 1966, nos Dembos, a partir do Congo-Leopoldville, que lhe era hostil e proibia as suas actividades, a I RPM, que Agostinho Neto considerava essencial para concretizar a sua estratégia" (EME, 2006, p.109).

Planeava avançar para a capital do país tendo o apoio de uma forte região militar situada nas zonas limítrofes do território de Luanda, a que dava grande prioridade, e em ligação com a estrutura clandestina da capital. Para constituir a I RPM o MPLA pretendeu infiltrar em Angola três colunas: a Coluna Cinfuegos, a Coluna Camy e a Coluna Bomboko. A primeira comandada por Jacob Caetano, sendo que esta coluna chegou ao seu destino numa marcha considerada heróica mas a Coluna Camy, comandada por Kiluanji, já só conseguiu fazer chegar alguns elementos que se juntaram à primeira. Perante este fracasso "a Coluna Bomboko foi deslocada para a Zâmbia com a missão de atingir a I RPM pelo Leste, intensão que saiu fracassada" (Ibidem, 110).

A FNLA neste período encontrava-se com algumas dificuldades no interior do Movimento, o que fez com que o MPLA conseguisse estabelecer-se e instalar-se nalguns núcleos daquele Movimento situados imediatamente ao norte do rio Dange, abrindo assim, a sua I RPM.

O trânsito logístico e operacional do MPLA nesta zona era dificultado pelos obstáculos crescentes que as forças congolesas lhe punham, as acções e as influências da FNLA e as actividades operacionais das forças portuguesas. No entanto, o MPLA conseguiu reunir um numeroso grupo de guerreiros bem armados que se instalou na região de N'Galamba-Piri. Desta área, que era considerada estrategicamente bem situada, o MPLA

desenvolvia contactos com a Região de Catete e, através desta, às células clandestinas de Luanda, onde se encontrava localizado o Comité de Acção Clandestina de Luanda, conforme está representado na (figura n.º 9).



Fonte: EME, 2006, p.111

FIGURA N.º 9 - Área de guerrilha do MPLA no Norte de Angola

Estimava-se que os numerosos guerrilheiros do MPLA eram cerca de 1050 homens, dispondo de 295 armas e uma população apoiante de 14.000 pessoas, carenciadas de munições, deficiências logísticas, tornando o seu potencial de combate limitado, retirando-lhe desta forma alguma possibilidade ofensiva (Nunes, 2013).

Do ponto de vista das operações militares, a ofensiva do MPLA ganha mais consistência a partir de 1967, quando diferentes destacamentos do Movimento são infiltrados através da zona do Cazombo, na província do Moxico, onde a actuação era dirigida em ataques a postos administrativos e controle militares. Outros grupos do Movimento se aproximavam do Rio Kasai, onde poderia haver uma possibilidade de contacto com os trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela (CFB). Deste modo, não só o nome do

Movimento e a sua acção se expandiram, como o recrutamento de indivíduos destes grupos seria fortalecido, fazendo com que o MPLA ao longo dos anos 1967 e 1968 avançasse para o interior de Angola, instalando algumas centenas de guerrilheiros nas áreas de Lumege e Chafinda, na parte mais ao Norte do rio Kasai.

Depois destas operações, o Movimento cria assim a IVª RPM que compreendia os distritos da Lunda e de Malange, enquanto a III RPM abrangia os distritos de Moxico e Cuando Cubango. A IVª RPM "seria o trampolim para que no futuro o MPLA pudesse ligar a Frente Leste à I RPM (Norte de Angola), um plano estratégico, de fácil execução, dada a distância, os obstáculos naturais, a presença do inimigo e o desconhecimento do que poderiam enfrentar " (Bittencourt, 2008, p.47).

O estabelecimento da ligação da Frente Leste à I RPM foi tentado pela Coluna Benedito[314], operação essa que não teve sucesso, devido a uma grande operação que a PIDE montou contra essa coluna, na qual apreendeu alguns documentos da direcção do MPLA, entre os quais, as orientações que os guerrilheiros deveriam seguir e os objectivos a atingir. As orientações mais importantes "frisavam que não se deveria cometer qualquer acção de sabotagem no Caminho de Ferro de Benguela, uma vez que era a melhor condição para o apoio Zambiano ao MPLA" (Ibidem p.48). Para a concretização das referidas orientações, era necessário que "a coluna fosse bastante cuidadosa nas suas relações com a população", não contrariando com os hábitos e costumes dos populares, "evitando as relações sexuais com as mulheres já pretendidas e respeitando os Sobas, que eram os chefes tradicionais"[315].

A fim de se estabilizar em todo o Leste e parte sul do território de Angola, o MPLA criou em Junho de 1969 a Vª RPM[316], que correspondia aos distritos do Bié e Huambo. No início de 1969, a actividade militar no Leste de Angola seria seguida da palavra de ordem, dada pelo Agostinho Neto, onde o presidente ressaltou a existência de três frentes de batalha: Cabinda, Cuanza Norte e Moxico e, por conta disso, defendem a ideia de que o MPLA era o único movimento angolano a executar a luta anticolonial no interior de Angola em cinco regiões, em três das quais a campanha não se baseava na influência étnica, destacando desta

[314] Coluna Benedito foi uma coluna formada por antigos membros da coluna Bomboko, a mesma que, tentara, sem sucesso, alcançar a Iª Região Militar em 1967, através do Congo-Leopoldville.

[315] IAN/TT. (1961). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 9087, Pasta 1, folhas 83.

[316] Com a abertura da Vª RPM as acções de guerrilha ficaram limitadas apenas a região do Bié. O Bié estava a mais de 500 km da fronteira com a Zâmbia. A logística impunha uma nova solução; era preciso contar com uma solução interna pelo menos para cobrir questões relacionadas com a alimentação e não depender do reabastecimento do exterior.

forma a importância da «politização das massas populares», como forma de expandir a luta (Nunes, 2013).

O sucesso do MPLA ficou a dever-se, em grande parte, à falta de interferência por parte da UPA e também ao apoio de alguns grupos dos Lunda, Quioco, Luena, bem como os Nganguela e Kimbundo. O momento vivido na altura era sem dúvida favorávelpara o movimento, principalmente quando comparado aos anos antecedentes, tendo para isso, "contribuido as alianças internacionais e o crescimento do movimento" (Carreira, 1996, p. 205).

Um dos grandes princípios estratégicos do MPLA, proclamado na conferência de imprensa de Brazzaville, em 1968, "foi o da generalização da luta armada no interior do território, que culminaria com o cerco das cidades, depois das suas populações terem sido previamente preparadas por trabalho clandestino (EME, 2006, p. 202).O MPLA tinha como objectivo fundamental estabelecer no Leste de Angola o conceito de «zona libertada», que seria utilizado pelo PAIGC na Guiné-Bissau e pela FRELIMO em Moçambique.

A estratégia territorial no Leste[317]visava, entre outros objectivos, obter:

> "o domínio territorial e estabelecer a ligação entre a III à I RPM instalada no Norte, a que se chamou de Rota Agostinho Neto; pretendia também destruir a UNITA na sua zona de refúgio e alcançar o Bié por dois eixos principais de penetração ao mesmo tempo que, para iludir as forças portuguesas, utilizava outros eixos mais curtos e secundários. Um dos eixos estratégicos acompanhava parte do curso do rio Cuando e seguia em direcção ao Alto Kuito e, o outro, seguia em direcção ao rio Luena" (EME, 2006, p. 202).

Pela rota do rio Cuando, planeava alcançar as regiões populosas e ricas do Bié e do Planaldo Central do Huambo (Nova Lisboa) que, por si só, são o coração de Angola; dali, controlaria todo o território angolano e, pelo vale do Cuanza, poderia chegar a Malange. Na posse deste planalto, "o MPLA ficaria em condições de controlar o Caminho-de-Ferro de Malange (CFM), que acompanhava o curso do rio Cuanza, desde a nascente no Bié até perto Luanda, onde desagua, com apoio da sua I RPM, no norte" (Nunes, 2010, p.130).

Todavia, a densidade populacional da região não favorecia o MPLA nessa tentativa e o controle militar nas áreas mais afastadas à fronteira com a Zâmbia não duraria muito tempo. Para agravar a situação, as forças portuguesas, preocupadas com o avanço do MPLA, tornaram estas regiões muito mais populosas, mais precisamente no distrito do Bié, criando uma espécie de bloqueio às acções do movimento que, rapidamente, seria transformado em

[317]Vide anexo V – Infiltração da FNLA, MPLA e UNITA no Leste de Angola

uma vigorosa contra-ofensiva das tropas portuguesas. Não obstante o MPLA continuou a estabelecer bases militares nesse interior de Angola e, teve também grupos de guerrilheiros que exerciam actividadesjunto às populações do norte do distrito do Cuando Cubango, do centro sul da Lunda, do leste de Malange e Bié e em todo o Moxico (Nunes, 2013).

Entre os dias 23 e 25 de Agosto de 1968, foi realizada a Primeira Assembleia Regional da III RPM do MPLA[318]. Essa assembleia reforçou a ideia de que era preciso aprofundar as actividades ofensivas militares do interior, orientando os militantes a uma participação maior e, no caso dos que estavam em cursos universitários e técnicos no exterior, a regressarem o quanto antes para que pudessem dar a sua contribuição e reforçar a luta, como foi o caso, por exemplo, de José Eduardo dos Santos[319].

O crescimento de números de quadros no MPLA, em 1970, levaria a uma militarização da Frente Leste, com o apoio e reinserção de muitos jovens que tinham chegado recentemente dos países socialistas, o que de certa forma, possibilitou a divisão das responsabilidades e criação de cargos de importância política e militar. Diante deste contexto, os factores raça, etnia, região, profissão, parentesco, amizade, religião, entre outros, iriam transformar-se em vínculos de solidariedade capazes de unificar grupos e favorecer a composição de alianças, ao mesmo tempo que são apresentados como obstáculos à unificação por grupos oponentes. O factor militar, que era entendido como o grau de formação, a técnica, a experiência e mesmo a bravura, ganharia um peso substancial, em particular para os que tiveram formação militar no exterior.

Ainda no decorrer do ano de 1970, o MPLA encontrava-se em desagregação na sua I RPM por dificuldades impostas pelas forças portuguesas e pelas forças da FNLA. Havia também dissidência entre os seus guerrilheiros bem como o descontentamento da

[318]De acordo com esta assembleia, estiveram presentes à reunião 83 delegados, procedentes de diferentes regiões militares, bem como delegados da JMPLA, OMA, OUA, três jornalistas norte americanos, dois italianos, um indiano e em zambiano. O encontro demonstrou a existência de graves problemas no interior das forças da guerrilha, com mais incidência na falta de organização por parte dos militantes, os privilégios, o envio de material militar incompleto e a carência de géneros alimentícios e vestuário.

[319]José Eduardo dos Santos nasceu em Luanda a 28 de Agosto de 1942. Iniciou as suas actividades políticas como integrante de grupos clandestinos que estavam constituídos dentro dos bairros urbanos da capital angolana, Luanda. Após o início da luta armada contra a ocupação colonial portuguesa, José Eduardo dos Santos, na época com 19 anos, deixou o país, indo para o estrangeiro onde exerceria as funções de coordenador das actividades da juventude do MPLA. Em Novembro de 1962 foi beneficiado com uma bolsa de estudos que lhe permitiu realizar estudos superiores no Instituto do Petróleo e Gás de Baku, na URSS. Seis anos depois, em 1969, obteve o diploma em Engenharia Petrolífera. Depois da morte do Dr. Agostinho Neto, primeiro presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos foi eleito Presidente do MPLA/ Partido do Trabalho, em 20 de Setembro de 1979, e assumiu, um dia depois, os cargos de Presidente da República Popular de Angola e Comandante em Chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Liberação de Angola).

população[320], o que motivou algumas apresentações às autoridades portuguesas, "factoque obrigou alguns chefes a impor uma disciplina mais rígida e exigente para manter o controlo e subordinação"[321] (EME, 2006, p. 202).

Deste modo, o ano de 1970 marca o início de uma etapa difícil no seio do MPLA na luta contra as forças portuguesas em Angola. As dificuldades crescentes do ponto de vista militar e da manutenção do contactos com as populações "fariam explodir projectos alternativos, contraditórios, e consequentemente o surgimento de lideranças a defenderem tais propostas, alémde sentimentos e aspirações menos nobres, baseados em ressentimentos, preconceitos e ambições" (Bittencourt, 2008, p. 81).

Apesar do MPLA estar perante uma crise profunda, ainda assim no ano de 1971, o Movimento infiltrou no território angolano dois esquadrões com missões especiais. A um deles, designado de «Angola Livre» terá sido atribuída a missão de, como força de intervenção, combater a UNITA, cortando-lhe a ligação com a Zâmbia e desalojando-a das suas tradicionais zonas de refúgio. O Movimento de Agostinho Neto nunca conseguiu realizar com êxito essa missão. O outro esquadrão, de nome «Victória», destinar-se-ia a fazer parte de uma futura «Coluna Invasora Victória é Certa»"cuja missão estaria relacionada com a ligação à I RPM" (EME, 2006, p.439).

Em meados de 1973, estimava-se que o MPLA tivesse 1400 guerrilheiros na Zâmbia e igual número de guerrilheiros em território de Angola (Ibidem, p.440). Todavia, face à insistente actividade operacional das Forças Armadas Portuguesas, o seu dispositivo estava desarticulado, e em completa retracção, particularmente nas suas III e IV RPM. Para evitar danos maiores, que poderiam por em causa os propósitos de uma luta prolongada, o MPLA iniciara a retirada para a Zâmbia de importantes efectivos combatentes e de populações sob o seu controlo. A esta retirada estratégica correspondia uma sensível redução das áreas de fixação e acentuada quebra do potencial e de eficiência para o combate.

Na mesma época, ocorrera também no Leste, fruto da desorganização e debilitação em que a guerrilha caíra, uma dissidência liderada por Daniel Chipenda[322] contra a direcção

[320] Os descontentamentos estavam relacionados com a falta de alimentação, armamento, educação, entre outros.IAN/TT. (1961). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 9087, Pasta 1, folhas 205 – 207.

[321] O MPLA mantinha, porém, nesta área, bons contactos com as zonas de Caxito e Catete, onde obtinha mantimentos e infiltrou ainda elementos subversivos em diversas povoações dos distritos de Luanda, Cuanza Norte e Malange (EME, 2006).

[322] Daniel Chipenda foi dirigente da Juventude do MPLA e um dos principais comandantes da Frente Leste.

orientação por Agostinho Neto[323]. Esta cisão atingiu tal gravidade que, em Dezembro de 1972, foram suspensos o Comité Director do MPLA e o Comité de Coordenação Político-Militar e criada em sua substituição a Comissão Nacional do Movimento de Reajustamento da Frente Norte e da Frente Leste.

Apesar dos seus esforços na luta e do seu voluntarismo, o MPLA não conseguiu obter grandes sucessos nas suas actividades militares até finais do ano 1973, por várias razões:

> "em primeiro lugar por falta de meios logísticos que eram de elevada importância para a condução da guerra, principalmente o armamento pesado, que lhe teria permitido conservar durante muito tempo as posições conquistadas; segundo, pelo facto do Movimento se encontrar ameaçado por dentro, por duas facções dissidentes (Silva, 2010, p.39).

Estas dissidências que também eram conhecidas pelo nome de «Revolta do Leste» e «Revolta Activa» contribuíram para que as forças coloniais portuguesas reocupassem o terreno militar em Angola e reduzissem significativamente os esforços do MPLA a nível da luta armada.

IV.5. As Actividades Militares da UNITA

A União Nacional para a Independência Total de Angola deu início as suas actividades militares no território angolano em Março de 1966. Tais acções eram de uma forma geral, de alcance limitado do ponto de vista militar, mas que tinham um grau de utilidade significante quanto a sua propaganda como uma força política no contexto da guerra de libertação de Angola. Os dirigentes da UNITA procuravam enfatizar, nos seus discursos, o facto de que a sua direcção, ao contrário das dos demais movimentos, estava a desenvolver as suas acções ao lado do povo e dos guerrilheiros no interior do território angolano.

[323]A dissidência liderada por Daniel Chipenda Chipenda iria assinalar um momento de ruptura com a direcção liderada por Agostinho Neto eoriginar uma facção no seio do MPLA denominada Revolta do Leste que acabaria por não conseguir impor-se no seio do movimento, fracassando desse modo a sua tentativa de substituir a direcção do MPLA liderada por Agostinho Neto. Esta dissidência remete para o modo como foram utilizados em princípios de acção política, categorias como, etnia, e região. Trata-se, quanto a nós, de um exemplar exercício ideológico-identitário inserido na lógica da dinâmica de um sub campo político, que, como espaço de lutas de classificação, obedece ao duplo processo de inclusão e exclusão. Para saber mais sobre esta crise ver:(Mabeko-Tali, 2001, pp.119-168).

Deste modo, os primeiros ataques efectuados pela UNITA ocorreram entre Setembro e Dezembro de 1966, na região de Cassamba, no distrito do Moxico, e mais tarde nas regiões mais ao norte do país. Uma das acções mais conhecida desse Movimento seria o "ataque às forças portuguesas, na noite de natal de 1966, na localidade de Teixeira de Sousa (actual Luau), na fronteira com a Zâmbia" (Bittencourt, 2008, 93).

As autoridades portuguesas já há algum tempo seguiam as movimentações desse Movimento no território zambiano e as informações fornecidas pelos seus aliados apontavam insistentemente para a fragilidade demonstrada pela UNITA nessa face inicial, o que certamente teria implicações quanto à não previsão das acções militares.

Aquando do início das actividades militares da UNITA no território angolano, a Polícia Internacional e de Defesa de Estado já tivera acompanhado as movimentações desse Movimento e os relatórios fornecidos pelos seus informantes apontavam insistentemente para a "fragilidade demonstrada pela UNITA nessa fase inicial, o que certamente teria implicações quanto à não previsão das acções militares" (Ibidem, 2008, p. 94). Um desses relatórios, datado de 30 de Março de 1967, chamado Zona Leste – Medidas de Combate à Subversão, analisa o desenvolvimento das actividades de guerrilha da UNITA na região e afirma que o movimento recebia um apoio significativo da população de origem *quioca*[324].

O mesmo documento informa ainda que a UNITA é um movimento que segue determinados princípios comunistas e que grande parte dos seus quadros receberam treinamento militar em Nanquim, na China. O facto mais interessante, no entanto, é a ênfase que é dada à relação entre a UNITA e a rede de missões protestantes na região. O documento apresenta os protestantes como peça fundamental capaz de influenciar o apoio da população à UNITA. Por fim, alerta para o «cuidado» que as autoridades coloniais deveriam ter com os pastores e para a necessidade de vigiá-los e sugere o aliciamento de um deles como informante[325].

[324]IAN/TT. (1967). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 7370, Pasta 1, documento 16.

[325]Outros documentos posteriores reforçam a ideia de que a mobi1izaçao da UNITA era baseada num discurso de apelo racial, em que se anunciavam os benefícios, principalmente os materiais, e aí muitas vezes com exagero, que os africanos tinham obtido na Zâmbia após a independência Comparavam essa situação com as carências vividas em Angola. A favor da UNITA pesaria também o facto de Jonas Savimbi ser originário do Planalto Central, nascido na localidade de Munhango, na divisa entre os distritos do Bié e do Moxico, região bem próxima à área que futuramente seria alvo de actuação da UNITA. Seu pai, funcionário dos Caminhos de Ferro de Benguela, era um homem muito conhecido na região e actuante nas missões protestantes existentes no planalto. IAN/TT. (1967). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 7370, Pasta 1, documento 16.

No ano de 1967, enquanto o presidente da UNITA realiza uma série de viagens a fim de conquistar novos aliados internacionais, um grupo de guerrilheiros do seu movimento lançam ataques contra o Caminho de Ferro de Benguela. Ainda, no mesmo ano, Jonas Savimbi "recebe uma mensagem enviada pelo presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, exigindo que a organização pare de atacar a o Caminho de Ferro de Benguela, cuja rota cruza Angola e é decisiva para o abastecimento da Zâmbia e, sobretudo, para escoar produtos, em especial o cobre"(Fernando, 2012, p.93). A UNITA pretendia com esse tipo de acções desarticular uma das principais fontes desustento dos portugueses. Porém, apesar de sofrer uma advertência por parte do governo zambiano, o movimento de Jonas Savimbi continuou a exercer acções de guerrilha em comunas ou postos administrativos cruzados pelo Caminho de Ferro de Benguela[326].

Ainda em 1967, a UNITA consegue desenvolver contactos a fim de adquirir um grande lote de material bélico, proveniente da China, que seriam entregues a partir da Tanzânia. Tal armamento não chegou a entrar no território angolano, visto que o mesmo fora capturado pelas forças Zambianas juntamente com o seu líder, quando estes tentavam passar pela Zâmbia para cruzar a fronteira[327]. Na sua entrevista a José Freire Antunes, Jonas Savimbi afirma que foi expulso da Zâmbia graças à pressão do presidente Nasser, porque "o presidente Kaunda me queria entregar aos portugueses" (Antunes, 1995, p. 85).

Deste modo, o presidente da UNITA ficou afastado de Angola e da Zâmbia por mais de doze meses, sendo que começaram a registar-se, no interior do território angolano, as primeiras dissidências no ainda recém-criado movimento, que ficara de um momento para o outro, privado do seu líder que já se afirmava como incontestado e carismático.

Em meados 1968, diversas personalidades importantes da UNITA encontravam-se em países como Egipto, Tanzânia, Estados Unidos e Suiça, a desenvolverem contactos a fim de obterem novos apoios financeiros e políticos. Neste mesmo ano, Jonas Savimbi "regressa à China e Tony da Costa Fernandes, outro importante dirigente da UNITA estabelece ligações com os Estados Unidos da América" (Bittencourt, 2008, p. 95).

[326]O Caminho de Ferro de Benguela é a única linha transcontinental africana, atravessando Angola, Zâmbia, Rodésia do Sul (Zimbabwé) eMoçambique, terminando no importante porto da beira. Além de servir os interesses zambianos, o Caminho de Ferro de Benguela, pertence a um consórcio britânico, surge como vital para a economia angolana e, por conseguinte, constitui uma assinalável fonte de rendimento do poder colonial, especialmente, devido à exportação dos produtos produzidos em Angola (Fernando, 2012, p.93).

[327]O armamento apreendido fora entregue ao Comité de Libertação da OUA que prestava apoio aos movimentos de libertação, acabando por chegar a Angola, mas ao MPLA, graças às movimentações do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere.

É importante sublinhar que, "enquanto se encontrava exilado no Egipto, Jonas Savimbi com ajuda de Tony Costa Fernandes, cria o Conselho Superior Exterior, umaestrutura que tinha como missão a organização das actividades da UNITA", no exterior do território angolano (Fernando, 2012, p. 96). Ainda nesse período, Savimbi procurareorganizar a UNITA e sobretudo a sua força militar, que quase fora extinta com a sua prisão, marcando um congresso para o ano 1969 (Ibidem, p. 97).

Em Julho de 1968, Jonas Savimbi regressa a Angola, apoiado nas relações estabelecidas com a SWAPO. Deste modo, foram retomadas lentamente as relações entre Jonas Savimbi e Kenneth Kaunda, uma vez que o presidente da Zâmbia se interessava em ter uma alternativa ao MPLA [328], considerado à época como estando próximo demais dos soviéticos. Assim, no interior do território angolano, Jonas Savimbi deslocou-se à zona de implantação do seu movimento, onde terá tomado conhecimento das seguintes situações:

> "Frequentes deserções de guerrilheiros que acabavam por se apresentar às autoridades portuguesas; dificuldades no recrutamento de novos combatentes entre a população residente; fuga de elementos da população para zonas residenciais controladas pelas autoridades portuguesas, onde dispunham de algum apoio; grande carência da população em bens de primeira necessidade e assistência médico-sanitária devido ao isolamento em que se encontrava; dificuldades em desencadear acções ofensivas contra o MPLA e as forças portuguesas por falta de armas e munições, o que conduziu a uma quase ausência de actividade operacional" (Almeida, 2011, p. 114).

Deste modo, a UNITA instalou-se novamente no interior do território angolano, sobretudo na área da Chicala, entre Cangumbe e a capital do distrito de Moxico, mas com ramificações ao longo do Rio Lungué-Bungo que chegavam até a vila de Gago Coutinho (actual Lumbala Nguimbo), tornando-se num adversário directo das forças militares do MPLA. Apesar de ter alguma fragilidade militar, a sua presença na região criara certos obstáculos as forças do MPLA, que pretendiam seguir com as suas actividades militares e no contacto com as populações sempre nas proximidades do CFB.

[328]Sobre esse ponto vale referir que no ano de 1968 o MPLA esteve envolvido em problemas com Zâmbia. De acordo com a documentação capturada pela PIDE nos acampamentos Mandume II e Caquege informa que Dom Barnett, um antropólogo radicado em Canada e dois quadros do MPLA, além dos outros catorze guerrilheiros teriam sido detidos pelas forças armadas zambianas ao saírem do território angolano, em Setembro, e escoltados até Lusaka. O grupo somente seria libertado em meados de Outubro de 1968. Barnett teria protestado muito contra tal situação , principalmente com relação ao tratamento policial. Suas declarações à imprensa tiveram péssima repercussão junto às autoridades zambianas, que ameaçaram impedir o acesso do MPLA à fronteira.

O confronto militar entre estas duas forças, ao longo do ano de 1968, ganharia mais destaque na documentação recolhida pela PIDE [329] e nos relatórios preparadospelas subdelegações da polícia política e enviados a Luanda do que propriamente as acções militares da UNITA contra os alvos coloniais portugueses[330].

No decorrer desses conflitos militares, surgiu um acordo entre a UNITA e as autoridades portuguesas, articulado de forma mais precisa em 1971 e que ficaria conhecido com o nome de «Operação Madeira», uma vez que o contacto inicial foi feito por madeireiros que trabalhavam a sul de Cangumbe.

As alianças e os acordos da UNITA na região não se resumiram às forças de repressão portuguesas. Também com a FNLA foi estabelecida, no final dos anos sessenta, uma estratégia de não-agressão no distrito da Lunda (Marcum, 1978, p.212). Da mesma forma, a aproximação com a SWAPO, que auxiliara no retorno da Savimbi ao território angolano, em 1968, permanecia ainda que o movimento em luta pela independência da Namíbia mantivesse relações com o MPLA[331].

IV.5.1. A aliança com as Forças Portuguesas

No início de 1970, diante dos intensos problemas internos vividos pelo MPLA, a UNITA procurou expandir as suas actividades de recrutamento no Leste de Angola. Paralelamente desenvolvia esforços com os diferentes países africanos[332] no sentido de obter o reconhecimento da OUA[333] (Bittencourt, 2008, p.100). Confrontado com esta realidade e

[329]IAN/TT.(1968). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 9089, Pasta 1, folha 52.

[330]Documentos capturados pela PIDE comprovam que a UNITA sofreria muitas baixas em tais confrontos e que o movimento se referia aos guerrilheiros do MPLA como «moscovos». A UNITA sofria de graves problemas logísticos e os relatórios da PIDE, que teciam comparações deste movimento com o MPLA, retiravam importância ao primeiro. IAN/TT.(1968). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 9089, Pasta 1, folha 52.

[331]As relações existentes entre a SWAPO e o MPLA entraram numa fase de declínio a partir de finais dos anos 1960, acentuando-se ainda mais em 1970. O agravamento da crise militar do MPLA e a consequente redução da sua área de actuação fizeram com que a SWAPO passasse a privilegiar as relações com a UNITA, que, em função do acordo com as autoridades coloniais portuguesas, possuía maior liberdade de movimento na região (Bittencourt, 2008, p. 99).

[332]Com esse objectivo, a UNITA promoveu a visita de jornalistas internacionais às áreas do território angolano onde se registava a sua presença, sempre enfatizando a ideia de que era a única força militar a actuar no território angolano.

[333] O reconhecimento da UNITA pela OUA somente aconteceria em finais de 1974, facto que prejudicou a UNITA na sua tentativa de consolidar a imagem de alternativa aos demais movimentos e de angariar apoios financeiros (Bittencourt, 2008).

com o fracasso das tentativas de conseguir apoios no exterior, Jonas Savimbi decidiu procurar no interior do território angolano, a colaboração que não encontrara no exterior. Assim, para concretizar os seus objectivos a UNITA estabelece um acordo com as forças portuguesas que ficará conhecido como a «Operação Madeira». A estratégia passa por tentar derrotar os outros dois movimentos, opositores da UNITA, nomeadamente o MPLA e a FNLA (Almeida, 2011).

A «Operação madeira» constitui assim no "estabelecimento de um acordo bilateral entre a UNITA e as forças Portuguesas, com a finalidade de obter maior segurança para a utilização do Caminho de Ferro de Benguela, normalizar a situação no distrito do Bié e economizar as forças portuguesas" (EME, 2006, p. 380).

Os primeiros contactos para o estabelecimento deste acordo foram dados em finais de 1969 por intermédio de alguns grupos regionais ligados à UNITA, na qual estabeleceram contactos exploratórios com os madeireiros que faziam cortes na região de Cangumbe, a leste do Luso. Estes contactos, ao nível dos madeireiros, a partir de certa altura, passaram a ser controlados pelo comandante da Polícia de Segurança Pública do Moxico já que os madeireiros tinham receio de ser enganados pela UNITA (Fernando, 2012).

Destes contactos resultou um acordo, naturalmente vantajoso para ambas as partes, baseados nos seguintes compromissos:

> "O presidente da UNITA autorizava os madeireiros a continuarem as actividades na sua área de implantação, garantindo a sua segurança contra eventuais ataques do MPLA. Por sua vez os madeireiros assumiram o compromisso de pagar à UNITA uma determinada quantia mensal, recrutar, de entre a população controlada por este movimento, 50% dos trabalhadores envolvidos, fornecer à direcção do movimento alguns bens de primeira necessidade, como sal, azeite, papel, pilhas e outros" (Almeida, 2011, p. 116).

Em Março de 1971, as autoridades políticas e militares portuguesas decidiram criar a Zona Militar Leste (ZML) devido ao agravamento da situação militar resultante da presença activa do MPLA e da FNLA no Leste de Angola. O comando da ZML[334] estava situado na cidade do Luso (actual Luena), na província do Moxico, sendo que a sua direcção estava sob a responsabilidade do general Bethencourt Rodrigues.

O acordo estabelecido entre a UNITA e os madeireiros trouxe inúmeras vantagens para ambas as partes, mas não resolveu o seu principal problema: "a ausência de capacidade

[334]A fim de enfrentar com êxito a delicada situação militar foi atribuída a este Comando uma grande autonomia e consideráveis meios de acção, quer em efectivos militares quer em material e equipamentos. Esta decisão permitiu a entrada em acção de tropas especiais, como foi o caso das forças especiais dos Comandos, os pára-quedistas e os fuzileiros, apoiados por aviões bombardeiros e helicópteros (Almeida, 2011).

militar para resistir ao exército português e, ao mesmo tempo, opor-se com êxito à expansão do MPLA e da FNLA na zona Leste de Angola" (Almeida, 2011, p. 117).

De acordo com Almeida (2011), os acordos entre os madeireiros e a UNITA possibilitaram a este último dispor de duas vantagens:

> "Em primeiro lugar, a facilidade das suas mensagens e propostas às autoridades portuguesas utilizando o canal dos madeireiros. Em segundo lugar, a criação da ZML colocou no Luso, ali bem perto, comandos militares com autonomia e influência suficiente para apreciarem as suas propostas e assumirem uma posição" (p.117).

As autoridades portuguesas estavam, de facto, com sérias dificuldades para travar os avanços do MPLA e da FNLA no Leste de Angola, sendo que, no entanto, estariam mais sensíveis e receptivas à ideia de cooperar com a UNITA no combate à expansão daqueles movimentos na região.

Deste modo, o general Bethencourt Rodrigues juntamente com o seu Estado-Maior analisaram e chegaram a conclusão que a estratégia mais benéfica para as forças portuguesas seria ajudar a UNITA a intensificar a luta que este movimento vinha travando contra os seus opositores directos, o MPLA e a FNLA. Assim, durante o mês de Setembro de 1971, as autoridades portuguesas e os dirigentes da UNITA trocaram várias correspondências, sendo que somente a 3 de Novembro é que se registou a primeira carta com a assinatura de Jonas Savimbi[335].

Foi neste cenário que as forças portuguesas fizeram chegar ao presidente da UNITA, através dos madeireiros, uma proposta de cooperação entre as duas partes, assente em dois princípios fundamentais: o primeiro apelava a um acordo de não-agressão mútua entre as forças portuguesas e os guerrilheiros da UNITA; o segundo visava a disponibilidade do movimento de Jonas Savimbi de efectuar ataques contra os outros dois movimentos de libertação a partir da sua zona de implantação. Tal proposta foi aceite pelo presidente da UNITA[336] (Fernando, 2012, p. 117).

A partir de Novembro de 1971, a UNITA cessou todas as actividades militares contra as forças portuguesas e, de uma forma geral, o Movimento instalou-se em áreas que teriam sido acordadas pelas forças portuguesas. Deste modo, acabara de nascer a «Operação

[335] Vide anexo XXIII - Carta de Jonas Savimbi ao madereiro Zeca.

[336] Para além de ter aceite a proposta das autoridades portuguesas, Jonas Savimbi acenou às autoridades portuguesas a possibilidade, a médio prazo, da integração do seu movimento na comunidade nacional angolana, em termos e condições a definir oportunamente.

Madeira», assim denominada devido ao papel desempenhado e a desempenhar pelos madeireiros.

A partir do primeiro encontro entre as duas forças, é estabelecido um canal de comunicação permanente, que mantém contactos regulares[337]. Estabelecidos os canais de comunicação seguiu-se uma longa e difícil série de contactos com avanços e recuos, optimismo e desconfiança entre as duas partes[338]. Apesar destas dificuldades as negociações entre as duas forças prosseguiram rodeadas do maior secretismo.

Em 1972 foi realizada a primeira das quatro reuniões que tiveram lugar entre as forças portuguesas e a UNITA, na qual foram abordados, pela primeira vez, os temas do acordo e a cooperação militar entre as forças portuguesas e as forças da UNITA[339]. O acordo passa por um conjunto de princípios que, de acordo com Fernando (2012), obrigam a UNITA e as forças portuguesas a obedecer a rigorosas condições:

1. A UNITA atacaria os acampamentos e os grupos do MPLA e FNLA numa área bem definida, impedindo a sua penetração e ocupação do terreno.
2. A UNITA não atacaria sob pretexto algum as tropas portuguesas onde quer que se encontrassem, assim como as populações sob seu controlo e o caminho-de-ferro de Benguela.
3. A fim de viabilizar este acordo de não agressão mútua e evitar incidentes, era atribuída à UNITA uma área de implantação, influência e actuação dos seus guerrilheiros, tendo sido definidos com rigor os seus limites e fronteiras.
4. Uma vez definida a área de actuação, os guerrilheiros da UNITA não podiam sair dessa área, excepto na perseguição de guerrilheiros dos outros movimentos. Neste caso deviam informar com a maior urgência os militares portugueses.
5. Reciprocamente, as tropas portuguesas estavam impedidas de penetrar na zona referida na cláusula 3, excepto na perseguição do inimigo. Neste caso deviam informar a direcção da UNITA por meio dos canais habituais.

[337] A ligação entre o presidente da UNITA e as autoridades coloniais portuguesas foi feita por Sabino Sandele, que desempenhava a função de Comandante das forças da UNITA em Cangumbe. No campo operacional, as autoridades destacaram o oficial Benjamim Almeida, como elo de ligação. Seria este oficial que mais tarde iria revelar os contornos da «Operação Madeira» (Almeida, 2011, p. 119).

[338] Da parte das forças portuguesas a implementação desta operação não representava, de uma forma geral, uma total segurança. Do lado do movimento de Jonas Savimbi, certos comandantes discordavam da aproximação às autoridades coloniais portuguesas.

[339] Vide anexo XXVII – Acta sobre a aliança entre as autoridades Portuguesas e a UNITA.

6. Se a UNITA tivesse conhecimento da existência de acampamentos do inimigo, temporários ou permanentes, fora da sua zona de acção devia informar do facto as autoridades militares portuguesas, que desencadeariam o respectivo ataque. Na situação oposta seria aquele movimento a ser informado para resolver o problema.
7. Se das acções desenvolvidas pela UNITA resultasse a captura de guerrilheiros ou armamento, o procedimento a adoptar seria o seguinte: os prisioneiros e as armas seriam entregues aos militares portugueses, normalmente via Cangumbe. Aos prisioneiros, depois de interrogados pelas autoridades militares e pela PIDE/DGS, seria dado o destino que os portugueses entendessem. Quanto às armas capturadas, depois de estudadas e analisadas seriam devolvidas à procedência pelo mesmo canal.
8. As autoridades portuguesas comprometiam-se a prestar apoio social e económico à população residente na área de implantação da UNITA (p. 125).

Com a implementação do presente acordo, a actuação contínua e conjugada das forças portuguesas e da UNITA no decorrer do ano de 1972 reduziu significativamente a actividade militar desenvolvida pelo MPLA e pela FNLA. Os guerrilheiros destes movimentos encontravam-se em constantes desarticulações, sendo que muito deles eram obrigados a encontrar refúgios nas suas bases instaladas no território zambiano e congolês, de onde saíam apenas para lançar acções ofensivas rápidas.

Deste modo, o acordo estabelecido entre as forças portuguesas e a UNITA traduziu-se num grande esforço da presença militar portuguesa na zona Leste do território angolano, o que foi fundamental para a desarticulação dos projectos subjacentes à abertura da Frente Leste pelo MPLA. Apesar de a UNITA desempenhar um papel importante para o controlo de toda região Leste do território angolano, este movimento não era reconhecido pela Organização de Unidade Africana como movimento de libertação armado de Angola, ao contrário dos outros dois Movimentos. Este ponto fraco foi, de certa forma, causado pela aliança que o movimento fez com as autoridades portuguesas.

O Comando da Zona Militar Leste que concretizou o entendimento com a UNITA foi rendido em 31 de Março de 1973. O general Bethencourt Rodrigues, é substituído pelo também general Abel Raposo Hipólito, em Abril de 1973, sendo que o novo comandante traz instruções precisas de Lisboa para manter o acordo com a UNITA.

Entretanto ao assumir o comando na ZML, Abel Hipólito leva uma ideia bem definida: “ «atacar a pente fino» para acabar com o «tumor da UNITA» ” (Fernando, 2012, p.132). Nesta medida, o novo comandante da ZML “manda formar companhias estáticas que têm como missão apenas cercar as posições onde se encontra a UNITA” (Ibidem, p.132). As movimentações das forças portuguesas são entendidas pelas forças de Jonas Savimbi como uma iminente ameaça que, de imediato, assumem as suas antigas posições prontas para recomeçarem as acções militares armadas.

Perante estes factos, em Setembro de 1973, ficou praticamente desfeito o acordo entre a UNITA e as autoridades portuguesas, sem que o Movimento de Jonas Savimbi o tivesse quebrado. A partir de 23 de Setembro do mesmo ano, o general Abel Hipólito lança uma ofensiva sobre as forças da UNITA, que recebe o nome de «Operação Castor».

O acordo entre a UNITA e as autoridades portuguesas que acabamos de apresentar teve carácter secreto, pois o seu conhecimento pelo MPLA, FNLA ou pelo exterior, poderia conduzir de imediato a uma campanha de descrédito da UNITA. Também não podia ser do conhecimento das unidades das forças portuguesas pois podia leva-las a um afrouxamento da vigilância sobre este Movimento. Assim, a «Operação Madeira» manteve-se secreta, só sendo conhecida depois do 25 de Abril de 1974 através de um jornal, que obteve alguns documentos.

A «Operação Madeira» e o entendimento com a UNITA foram, assim estratégica e militarmente úteis, mantiveram limites de toda a ordem, nomeadamente políticos e militares. Os contactos das autoridades portuguesas com a UNITA continuaram, mesmo para além de 25 de Abril de 1974, com cartas de Savimbi e respostas das autoridades portuguesas, bem como acções violentas de pequena dimensão.

IV.6. A Acção psicológica desenvolvida pelo MPLA, FNLA e UNITA

A acção psicológica é definida, de acordo com a doutrina militar, como:

> “toda a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de

> uns e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar" (EME, 1970, p.1).

No contexto de guerra de guerrilha, estas medidas podem ser empregues para obter o apoio da população quer sobre as forças opositoras quer sobre as próprias forças. Para que se possa tirar maior proveito dessas medidas é necessário fazer uma análise do ponto de vista da vida e da estrutura das populações, estabelecer a importância que os grupos representam, fazer a sintetização do quadro emergente destas análises, "definindo coeficientes de reactividade, enunciando as ideias – força que esses coeficientes aconselhem para, posteriormente, se explorarem, através de todas as estruturas possíveis e dos diversos tipos de propaganda" (Garcia, 2001, p. 309).

No conflito armado entre as Forças Armadas Portuguesas e os Movimentos de Libertação de Angola foi utilizada a arma psicológica. Esta tinha como objectivo atingir os alvos já mencionados, sendo orientada através da propaganda e da informação[340], com a finalidade induzir a opinião pública sobre certas ideias e doutrinas e, da mesma forma, neutralizar a propaganda da força adversária.

Os processos utilizados para a acção psicológica foram vários, desde a publicação de panfletos a utilização dos mais variados meios de comunicação social[341]. O poder dos meios de comunicação social que por si são capazes de influenciar a opinião pública e a transparência da sociedade política favorecem o surgimento do fenómeno revolucionário. Os meios de comunicação empregues para a conquista da população são utilizados de diversas formas: "como difusores e amplificadores de «ideias – força», através de todas as estruturas e tipos possíveis de propaganda, quer apoiem, directa ou indirectamente, a autoridade ou a subversão" (Idem, p.310).

No caso de Angola, as manifestações contra as autoridades portuguesas foram declaradas em diversos órgãos de informação pública, com especial relevância para os países africanos e comunistas[342]. Em determinados países ocidentais, com especial incidência nos

[340] A informação pretendia esclarecer, fornecendo elementos aos indivíduos para melhor fundamentarem a sua opinião.

[341] Os meios de comunicação, no século XX, com o seu carácter universal e instantâneo, participam na elaboração de uma mentalidade colectiva, atribuindo-se-lhes um extraordinário poder pelo esforço de persuasão, pela manipulação das massas e pela eficiência ao conseguirem provocar com relativa facilidade desequilíbrios comportamentais.

[342] A Rádio Moscovo tinha programas periódicos como «Fogueira dos guerrilheiros», «Semana no sul de África», «Programa para os soldados portugueses» e a «Situação nas colónias portuguesas», explorando temas como «Liberdade às colónias portuguesas», «Existe a escravidão nas colónias portuguesas», «Ecos de guerra criminosa», entre outros (Nunes, 2013).

países nórdicos, diversos órgãos de informação pública divulgaram inúmeras notícias, que eram consideradas hostis à política ultramarina portuguesa.

As actividades conduzidas pelos movimentos de libertação no exterior do território angolano visavam a obtenção de ajuda financeira e política, o isolamento de Portugal e fazer acreditar da existência de zonas libertas; para além disso, os Movimentos referenciavam ainda, nos seus comunicados de guerra, os resultados das actividades de guerrilhas que levavam a cabo. Porém, era evidente a preocupação em relação ao pormenor, pois os mesmos credibilizam estes comunicados.

No ano de 1972, as autoridades portuguesas tinham a perfeita noção das principais vulnerabilidades existentes no território angolano, que poderiam ser alvo de exploração por parte dos movimentos de libertação, dentre as quais destacam-se as seguintes: "más condições económicas de diversas regiões, atraso nos salários dos trabalhadores, poucas possibilidades de inserção dos autóctones nas actividades sociais e económicas, entre outras" (EME, 1988, p. 384). Este tipo de situações foi fortemente explorado pelos Movimentos de Libertação de Angola, que, mediante uma intensa campanha propagandista, se opunham contra todo o tipo de actividades sociais desenvolvidas pelo governo português.

O conteúdo propagandista divulgado pelos meios de informação pública comunistas eram, na sua maioria, favorável ao Movimento e Agostinho Neto (MPLA), constituindo um excelente meio de divulgação dos seus temas e argumentos propagandísticos, o que acontecera de igual modo nos meios de comunicação dos países nórdicos europeus.

A finalidade da acção propagandista dos Movimentos de Libertação de Angola consistia em provocar o isolamento internacional de Portugal, o que constituía um factor decisivo para que os movimentos de libertação, pudessem alcançar a vitória sobre as forças portuguesas[343].

No entanto, os movimentos de libertação de Angola, nos seus esforços de comunicação com a população, recorreram a meios visuais, panfletos, publicações diversas, à rádio e à imprensa para divulgação da sua propaganda, sendo importante referenciar que, "tanto o MPLA como a UNITA, promoveram a visita de jornalistas estrangeiros ao interior de

[343]Os partidos políticos da oposição no território português contribuíram significativamente para o desgaste do Poder do governo levado a cabo pelos Movimentos de Libertação. Assim, através das suas actuações de propaganda procuravam criar um clima revolucionário (desencadeando acções de descrédito do Governo e da sua política, tornando impopular a luta no Ultramar) e desequilibrar as forças morais das instituições militares "(lançando boatos difamatórios, incitando à indisciplina e à deserção, divulgando números exagerados de baixas em combate e explorando objecções de consciência e ideias pacifistas).Os Movimentos de Libertação de Angola apenas beneficiavam dessa situação de desgaste de Poder, visto que os mesmos nunca desencadearam, de concreto, qualquer actividade na Metrópole (Garcia, 2001, p.309).

Angola, a fim de testemunharem a sua validez na «luta de libertação» e a existência de «zonas totalmente libertadas» ” (EME, 2006, p. 256).

Assim, de acordo com o Relatório Especial de Informações do Serviço de Centralização e Coordenação de Informação de Angola (SCCIA), de Março de 1972, as emissões radiofónicas utilizadas tanto pelo MPLA como pela FNLA/GRAE, tinham como finalidade específica influenciar e mobilizar as populações do território angolano, sendo que as emissões eram transmitidas a partir dos países limítrofes africanos. Deste modo, quanto aos meios radiofónicos o SCCIA tinha as seguintes informações sobre movimentos de libertação de Angola:

- O MPLA tem utilizado, diariamente, os microfones da «Voz da Revolução Congolesa» (Brazzaville), da «Rádio Tanzânia» (Dar-es-Salam) e da «Radio Zambiana» para a difusão do seu programa «Angola Combatente».
- A FNLA/GRAE prosseguiu na transmissão do seu programa «Voz de Angola Livre», através dos emissores de «Rádio Kinshasa» e dos da «Voz da Fraternidade Africana».
- Os principais alvos gerais visados pela propaganda dos movimentos de libertação de Angola foram a opinião pública, em geral, diligenciando reforçar a impressão de força de cada um dos Movimentos; a população de Angola, procurando aliciá-la e mobilizá-la para a «luta de libertação»; e os membros do Movimento, tentando acrisolar-lhes o zelo partidário[344].
- Os temas que na propaganda radiofónica do MPLA, foram explorados com maior insistência foram «o MPLA como o Movimento mais válido», «generalização da luta armada» e «falsidade da propaganda portuguesa»
- Na propaganda radiofundida pelo GRAE, os temas mais explorados foram «Portugal e Angola duas nações distintas», «o GRAE como Movimento mais válido», «actividades criminosas dos portugueses» e «falsidade da propaganda portuguesa» (EME, 2006, p. 257).

No que se refere à utilização de outros meios de comunicação, todos os movimentos de libertação que actuavam no território angolano, “conseguiram o concurso de órgão de

[344]Além destes, o MPLA visou, também, os naturais do território angolano que serviam as forças portuguesas, incitando-os à deserção, os soldados de origem metropolitana, procurando influenciar-lhes, e os membros de outros movimentos, tentando alicia-los.

informação estrangeiro, na sua campanha para a mobilização da opinião pública internacional a seu favor" (Ibidem, p.257).

As principais linhas orientadoras da campanha dos Movimentos sintetizam-se nos seguintes pontos:

- Esforço para convencer a comunidade internacional da existência de áreas totalmente subtraídas à soberania portuguesa", onde as actividades quotidianas das populações se vão reestruturando, de acordo com a instrução de cada Movimento;
- Esforço no sentido de incutir a ideia de que a vitória dos Movimentos era um facto inevitável, sendo a resistência de Portugal possível mercê apenas do apoio que lhe facultam os países ocidentais, com especial relevância aos seus parceiros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (EME, 2006, p.258).

É ainda importante referir que os Movimentos de Libertação exerciam actividades psicológicas sobre as suas forças, incentivando-as à guerra e procurando a sua consciencialização política. No campo de moralização das suas forças, os Movimentos contavam com o apoio externo de especialistas chineses, bem como procuravam eliminar no seio do movimento o problema do «tribalismo», acusando os dissidentes de responsáveis e fomentadores dessa situação, sendo o termo tribalista usado com frequência nas suas emissões propagandísticas.

Assim, fazendo uma apreciação das actividades propagandistas de cada Movimento de libertação, conclui-se o seguinte:

Quanto ao MPLA, foram de crucial importância as entrevistas e conferências concedidas à imprensa por diversos dirigentes do Comité Director e do Comité de Coordenação Político Militar do Movimento. É importante referir que, a promoção dos debates políticos, no continente europeu, em torno da «luta de libertação» contou sempre com a participação de personalidades com alguma influência na política internacional, sendo muito deles contra política ultramarina portuguesa, o que foi fundamental para a afirmação e reconhecimento do MPLA. De salientar também, que o MPLA promoveu a realização de um filme intitulado «A Vitória é Certa», realizado no interior do território angolano, pelo jornalista Lionello Massombrio. Inserem-se, também no quadro dos esforços do MPLA a publicação do livro «A Guerra em Angola» de Mário Pinto de Andrade e de Marc Oliver.

Quanto à FNLA, diversas personalidades ligadas a este Movimento também concederam entrevistas a diferentes meios de comunicação pública estrangeiros, nomeadamente Holden Roberto e João Mateus Neto, para a Agence France Presse.

No que se refere à UNITA, houve contactos de uma "delegação desse Movimento com jornalistas, em Dakar, e uma entrevista de Jorge Sangumba - representante do Movimento no Reino Unido – à BBC" (EME, 2006, p.260).

Analisando comparativamente a propaganda favorável a cada um dos três Movimentos que exerciam actividades propagandísticas no território angolano, conclui-se, inequivocamente, que neste campo o MPLA desfruta de situação principal, seguido a grande distância, pela FNLA e, depois pela UNITA.

IV.7 As acções de Contra-insurreição das Forças Armadas Portuguesas

Os acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março de 1961 tiveram uma resposta imediata das autoridades portuguesas, enquadradas nas acções do âmbito da estratégia de defesa do território de Angola como parte integrantes do espaço nacional português. Nesta medida, uma das primeiras acções a ser implementada pelas Forças Portuguesas consistiu na adaptação da "estratégia militar ao cenário político-militar em presença e produzir planos operacionais de modo a conter a insurreição armada que estava presente em vários pontos do Norte de Angola" (Júnior, 2014, p.51).

Deste modo, a resposta das Forças Armadas Portuguesas às actividades militares dos Movimentos de Libertação de Angola foram executadas tendo em conta à arquitectura do conflito político e militar vigorante. Assim, após a sublevação de 15 de Março, Portugal enviou um contingente de forças militares com o objectivo de reforçar o sistema de defesa do território angolano. As acções militares começaram a ser executadas em Maio e estenderam-se até o mês de Outubro de 1961.

As acções das Forças Armadas Portuguesas foram bem sucedidas em quase toda a região Norte do território, apesar de ainda existir no interior de Angola várias bolsas de combatentes resistentes ligados aos movimentos de libertação. Perante esta realidade, em 1962 as autoridades portuguesas decidiram criar a «Operação Centauro Grande», que visava, entre outros objectivos, aniquilar as bolsas de resistência existentes e, ao mesmo tempo, proceder à ocupação intensiva do território. Deste modo, as forças dos movimentos de

libertação de Angola passaram a acoitar-se, em zonas de refúgio, algumas de difícil acesso, de onde saiam de forma irregular para executar acções ofensivas contra as forças portuguesas, mantendo activa as actividades de guerrilha. As forças portuguesas dentro das suas possibilidades iam reduzindo essas áreas de refúgios das forças nacionalistas e criavam-lhes instabilidade, mas o resultado global não era ainda suficientemente significativo.

As Forças Armadas Portuguesas, tendo a percepção clara da situação, preconizavam alterações dos métodos de actuação e dos ataques sistemáticos aos locais de refúgio dos Movimentos de Libertação de Angola, onde esses últimos instalavam os seus quartéis e os dispositivos militares e, onde com o passar do tempo, se sentiam em segurança.

Em 1963 as forças portuguesas passaram a actuar de forma insistente, mais concentrada e com base na acção coordenada de várias Unidades de apoio. Foi um período caracterizado por grandes e volumosas operações e de um empenhamento operacional muito intenso, apesar de nem sempre obter resultados compensadores. Esta movimentação operacional, desarticulou porém, claramente, a estrutura militar dos Movimentos de Libertação, permitiu com que as Forças Armadas Portuguesas penetrassem em todas as zonas do terreno, deixando os guerrilheiros nacionalistas de ter «zonas seguras», o que, evidentemente, levou o seu progressivo enfraquecimento.

Os anos de 1964-65 foram caracterizados pelo afrouxamento das actividades operacionais das forças portuguesas "em virtude de vários desenvolvimentos políticos ligados às vidas internas das duas organizações políticas – MPLA e FNLA" (Júnior, 2014, p. 52).

A independência da Zâmbia em 1964 representou uma etapa nova nas actividades de guerrilha protagonizada pelos Movimentos de Libertação, uma vez que foram identificadas mais oportunidades de expansão da luta armada a outros pontos de Angola, com o particular realce para o Leste de Angola. Deste modo, o MPLA transferiu parte das suas estruturas políticas e militares para o território zambiano e, a partir de 1966, começou a desenvolver intensas actividades de guerrilha no Leste de Angola. A UNITA foi outra força nacionalista que se instalou no Leste.

Perante o evoluir de toda a situação política e militar no território angolano, as Forças Armadas Portuguesas, de acordo com Rodrigues (2000), concluíram o seguinte:

- O MPLA, a partir de 1966, expandiu-se no Norte em zonas de influência da FNLA, reforça os seus destacamentos e amplia a sua acção no Leste, acção que se vê espectacularmente expandida a partir da Zâmbia no ano de 1968;

- Após a abertura da Frente Leste o Governo Central terá sentido a necessidade de uma maior coordenação político-militar para a resolução do conflito. Num momento em que é já claro que o esforço do adversário principal é feito no Leste, o esforço principal da Estratégia Militar ao serviço da Estratégia da contra-subversão continua a ser feito no Noroeste de Angola;
- O MPLA, isolado no Norte desde 1967, tinha actividade reduzida, mas no Leste consolidava a sua posição e ameaça Nova Lisboa, ultrapassando e envolvendo a UNITA (pp. 109-111).

No entanto, durante os anos de 1966-69, a situação no Leste de Angola era crítica para as Forças Armadas Portuguesas, sendo notória a vantagem dos guerrilheiros dos Movimentos de Libertação de Angola. Este quadro estendeu-se a diversas zonas das regiões do Moxico e do Cuando Cubango.

Diante da situação crítica que se vivia, não era possível que as Forças Armadas Portuguesas continuarem com a estratégia de rotina, que vinha de 1961, e assistir passivamente ao rápido desenvolvimento da guerrilha no Leste do território angolano. O Movimento de Agostinho Neto aproximava-se do Bié e do planalto do Huambo pelas rotas dos rios Cuando e do Luena (Rota Agostinho Neto), além de outras infiltrações secundárias, como já foi referido e, em 1970, dera já um grande passo para concretizar a sua estratégia.

As autoridades portuguesas já haviam implementado em 1967 alterações profundas na sua estratégia de combate aos Movimentos de Libertação de Angola, mas esta, porém, tardava a concretizar-se. Em Outubro de 1967, as autoridades portuguesas aprovaram novas medidas que visavam a criação de novas bases, sendo que estas passariam a nortear as actividades de contra-subversão, que se fazia, até então, de forma desordenada a partir das Forças Armadas Portuguesas. As novas medidas aprovadas atribuía a maior das prioridades à conquista das populações, elegendo-as como o objectivo a atingir por todas as autoridades civis e militares, cujas competências se sobrepunham, por vezes, com manifesto prejuízo para a concretização das acções em seu benefício.

Apesar de as Forças Armadas Portuguesas estarem capacitadas de reforços adicionais na Zona Militar Leste, tornou-se evidente que, “não obstantes dispor de um instrumento legal que sugeria uma profunda alteração no Leste”, já defendidas por muitos responsáveis militares, o Comandante-Chefe, de então, General Almeida Viana, “decidiu continuar a estratégia anterior e manter a prioridade do esforço militar no Norte” (Nunes, 2010, p. 133).

A nomeação do general Costa Gomes, em 1970, para a função de Comandante-Chefe das Forças Armadas Portuguesas em Angola, trouxe alterações significativas nas estratégias de actuação das forças militares, transpondo o esforço principal do Norte para o Leste. Apesar de estarem esgotadas as possibilidades máximas de envio de tropas provenientes da Metrópole para Angola, tal facto não constituiu impedimento para que se efectuasse o seu conceito operacional.

Depois de ter referido ao carácter total dos planos de contra-insurreição que implicava um combate não apenas no campo de contra-guerrilha mas também nos campos políticos, económicos, social e cultural, psicológico, informativo e da imunidade e auto defesa das populações, reafirmou que o objectivo principal da luta em Angola era a conquista da adesão das populações (EME, 2006).

Assim, no que se refere ao conceito operacional, o general Costa Gomes começou por retirar da região Norte, onde a situação estava aparentemente calma e onde tendia a diminuir a área de guerrilha activa com a debilidade crescente da FNLA, um contingente significativo de tropas e colocou-os no Leste de Angola, reforçando, desta forma, as unidades instaladas naquela região. Foi, porém, nessa fase que a FNLA aproveitando a relativa fraqueza das Forças Portuguesas no Norte, aproveitou para entrar com 3 Batalhoes tropas, dois pelo Norte e um pelo Leste.

Nesta media, foi criada uma Zona Militar Leste alargada, com sede no Luso, com cerca de 600.000 km², sendo que a mesma abrangia não só as regiões da "Lunda, Moxico, e Cuando Cubango mas também as regiões do Bié e Malanje", ainda livres das acções de guerrilha dos Movimentos de Libertação (Nunes, 2013, p. 355).

Após esta reorganização o Comando da Região Militar de Angola definiu as bases da actuação militar aplicando uma estratégia totalmente inovadora. Assim, foi considerado que o território angolano poderia, para efeitos de avaliação da guerrilha, ser dividida em quatro zonas, conforme está representado na(figura n.º10):

- Zona de Grau 1 – Zonas de subversão violenta mais ou menos generalizada;
- Zona de Grau 2 – Zonas envolventes das Zonas de Grau 1;
- Zona de Grau 3 - Zona de subversão latente e com manifestações esporádicas;
- Zona de Grau 4 – Zonas onde não há subversões violentas.

Fonte: Nunes, 2013, p. 300

FIGURA N.º 10 – Zonas de Guerrilha (1970)

De acordo com o Comando da Região Militar de Angola, as zonas mais importantes eram as Zonas de Grau 2 e, entre estas, a envolvente da Zona Militar Leste e que nela teria de ser feito um esforço no sentido de deter a guerrilha mediante um conveniente ordenamento, protecção e mentalização das populações. Uma vez detida a guerrilha, passar-se-ia então a partir das Zonas de Grau 2, a absorver progressivamente as Zonas de Grau 1, até à fronteira, no Leste, e à eliminação das bolsas de guerrilheiros dos Movimentos de Libertação. Nesta perspectiva, para o teatro de guerra de Angola ficou claro que:

> "A zona Leste é a área onde o «inimigo» procura fazer o esforço, se mostra mais contundente e onde tem alcançado êxitos sucessivos, visto ter continuamente alargado a área de subversão activa. Além disso, é aquela que o leva mais directa e rapidamente à região estrategicamente de maior importância da Província, à mais populosa e à que lhe permita estabelecer, mais facilmente, um dos objectivos fundamentais – a ligação das zonas Leste e Norte"(Rodrigues, 2000, p. 115).

A partir de 1971, o novo conceito operacional estava já implementada e o Comandante da Zona Militar Leste pôs em prática as atribuições novas que se julgaram indispensáveis, para tentar reverter a situação militar, no contexto de uma área de subversão de enorme extensão, apesar de apresentar uma densidade populacional muito fraca.

É necessário referenciar, de antemão, que determinadas iniciativas de carácter operacional que já tinham sido adoptadas antes de 1971 não foram ignoradas nem postas para um segundo plano, isto é, certas operações foram mantidas.

No conjunto de todas as medidas adoptadas a fim de reverter a situação imperante no Leste, destacou-se de forma clara o modo como foi estruturado o comando dessa zona militar. O Comandante ficou encarregue de coordenar do ponto de vista operacional todas as forças e, igualmente, "garantir a coordenação das questões de informação, contra subversão e segurança de todos os distritos da sua área de responsabilidade" (Nunes, 2000, p. 49).

Quando o Comandante da ZML deu início as actividades, as operações mais delicadas e difíceis sobre as áreas onde os guerrilheiros dos Movimentos de Libertação estavam instalados, em força, foram na sua maioria executadas por forças de intervenção, dentre as quais destacam-se as tropas Comando, pára-quedista e fuzileiros. As actividades das Forças Armadas Portuguesas aumentaram significativamente, conseguindo desestabilizar as forças nacionalistas angolanas, o que provocou a apresentação às autoridades militares de guerrilheiros com as suas armas e de elementos da população (Morais, 1979).

Os guerrilheiros dos Movimentos de Libertação eram atingidos por tropas muito eficientes, como eram os Comandos, que combatiam a guerrilha em pequenos grupos muito móveis e organizados. Deste modo, as forças nacionalistas angolanas tinham agora como adversários, "não tropas rotinadas como eram em geral as de quadrícula, mas tropas que actuavam como eles e dispunham de meios mais sofisticados, como helicópteros" (Nunes, 2010, p. 137).

As operações desenvolvidas pelos Comandos produziram resultados, mas também enfrentaram algumas dificuldades, conforme atesta Miguel Júnior (2014):

> "não obstante a captura de inúmeras armas, de muito e diverso material de guerra e a destruição de muitos acampamentos e quartéis do MPLA, as operações revelaram-se agora mais difíceis devido a grupos destemidos e determinados se oporem às tropas portuguesas" (p. 55).

De uma maneira geral, conforme Nunes (2013), a evolução da situação militar nos anos de 1970 – 1973 foi a seguinte:

- Em 1970, o MPLA mantinha dentro do território angolano inúmeras unidades de combate muito poderosas, comandadas por guerrilheiros experientes, num total bastante superior a um milhar de guerrilheiros armados, localizados nas rotas dos rios Luena e Cuando;
- O agrupamento «Siroco», de tropas de Comando, em 1971 atacou diversos esquadrões do MPLA na rota do Cuando com quatro operações sucessivas, lançadas de oeste para este. Uns números significantes de guerrilheiro do MPLA fugiram para o território zambiano;
- Em 1972, numa operação decisiva, «Operação Rojão IH», o agrupamento de tropas de Comandos «Raio» lança uma acção ofensiva aos guerrilheiros do MPLA na rota do Luena, obrigando as forças nacionalistas a refugiarem-se na Zâmbia;
- O Batalhão N.º 3 da FNLA, que se infiltrara pela rota do rio Cassai, a norte do Saliente do Cazombo, abandonara já o Leste em Setembro de 1972, perseguido pelas forças portuguesas;
- A UNITA permanecia nas nascentes do Lungué-Bungo, em paz com as Forças Armadas Portuguesas, mercê de um acordo de não agressão mútua com as autoridades portuguesas, que estas viriam a quebrar em 1973.

Fazendo uma análise das acções de contra-insurreição portuguesa em Angola, vemos que ela teve, de uma forma global, vários momentos. Quando o conflito armado começou em 1961, o dispositivo militar em Angola estava aquém dos desafios de natureza subversiva. Porém, as sublevações de 1961 influenciaram as autoridades portuguesas no sentido de se apropriarem do conhecimento sobre as acções de contra-guerrilha (Júnior, 2014).

De 1961 a 1966, o esforço da actividade operacional de contra-guerrilha esteve voltado para o Norte de Angola. De 1966 a 1974, os esforços estiveram virados para o Leste. Por imperativo da própria guerra, esta região foi privilegiada na perspectiva da contenção das guerras de guerrilha e de modo a evitar o seu alastramento para outros pontos. No âmbito das actividades de contra-insurreição em Angola, as Forças Armadas Portuguesas fizeram recurso as acções de intervenção no teatro de guerra no contexto das doutrinas e estratégias operacionais estabelecidas. Além do mais, essas actividades eram combinadas com outras dentro da perspectiva de negar aos Movimentos de Libertação de Angola o uso do território e o controlo da população.

Capítulo V

AS TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO ENTRE O MPLA E A FNLA (1960-1973)

Foi sempre uma preocupação de diversas personalidades do nacionalismo angolanoede Organizações Internacionais interessadas na «libertação do território angolano» encontrar um caminho de pacificação dos diferentes Movimentos, a actuarem no território angolano, com relevo para união do MPLA e da UPA/FNLA, procurada com persistência e afinco.

Deste modo, nos anos em que decorreram os verdadeiros embates entre as Forças Armadas Portuguesas e os Movimentos de Libertação de Angola, isto é, entre 1961 e 1972, o MPLA e a FNLA estabelecem negociações de paz com objectivos de acabar com o conflito armado que os opunha e encontrar, em seguida, uma via de unificação das suas forças.

A eventual concretização de unificação das duas forças, que dependia de vários factores, seria um vector determinante para a evolução da situação política militar do território angolano. Por um lado, havia os factores endógenos, que, do ponto de vista teórico punham em evidência a oposição entre dois projectos políticos, ou duas estratégias diferentes, para atingir o mesmo objectivo, a libertação de Angola. Por outro lado, existia também o peso dos factores exógenos, que punham em evidência as frequentes divergências entre os chefes dos Estados africanos nas conferências Pan-Africanas.

A problemática em torno da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola, tornou-se com o passar do tempo, uma preocupação de elevada importância dos diferentes actores políticos angolanos e dos seus principais aliados, dentre os quais destaca-se a Organização da Unidade Africana, principal sustentáculo político mas também financiadores desses movimentos.

V.1 A Posição do MPLA e da FNLA

O sucesso das actividades militares dos Movimentos de Libertação de Angolaem relação às Forças Armadas Portuguesasobrigava, entre outros factores, àunificação das diferentes forças nacionalistas do país. Essa noção julgada indispensável por algumas personalidades do MPLA tinha sido compreendida por Viriato da Cruz, e claramente expressa no manifesto do MPLA de 1956[345].

A questão fundamental da unificação dos Movimentos de Libertação foi orientada no sentido de atingir três objectivos específicos: “a luta contra o colonialismo português, o

[345]Vide anexo VII – Manifesto para um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola de Dezembro de 1956.

neocolonialismo e o imperialismo" (Mbah, 2010, p. 181). Estes objectivos políticos já tinham sido referenciados no Manifesto do MPLA e "seguiam a estrutura colonial angolana, dominada por um lado, pelos colonos portugueses, por outro pelas companhias estrangeiras" (Ibidem, p.182).

A posição do MPLA quanto à unificação dos Movimentos de Libertação foi reforçada a partir do ano de 1960, período em que o Movimento apresentou o seu «Programa Máximo e Mínimo», onde foram afirmados alguns dos princípios fundamentais, dos quais o mais importante era o da criação de uma «Frente Angolana de Libertação» que reagrupasse todos os movimentos de libertação, independentemente da sua orientação ideológica[346].

A questão da unificação dos Movimentos de Libertação representava antes de mais uma opção tendo em conta os compromissos políticos do Movimento, sendo que os assuntos de carácter ideológicos estavam relegados para o segundo plano. Todavia, os Movimentos pretendiam com a unificação garantir o sucesso contra toda a investida imperialista que visava a concretização da independência de Angola.

Assim, sob o efeito dos acontecimentos de 4 de Fevereiro e 15 de Março de 1961, a problemática em torno da libertação do território angolano foi transferida da arena política para o campo de luta armada. Tal situação obrigou determinadas personalidades ligadas ao MPLA a se pronunciarem em relação a natureza e a finalidade da causa que defendiam.

No que se refere aos objectivos traçados pelo Movimento, o MPLA distinguia-se, de facto, do seu mais directo opositor político angolano, a FNLA. O presidente em exercício do MPLA, Mário Pinto de Andrade, abordou sobre esse assunto afirmando que:

> "É falsa a crença de que o problema angolano é de natureza exclusivamente militar. A nossa luta de libertação é essencialmente político-militar. É da orientação política do movimento de libertação que dependerá seja a vitória real, seja uma vitória esvaziada dos seus elementos fundamentais que nos conduzirá a um neocolonialismo. Razão pela qual, mesmo em face das condições actuais, o MPLA bate-se pela unificação de todas as forças nacionalistas, que sintam capazes de reconhecer a sua expressão numa organização comum suficientemente representativa"[347].

Quanto à UPA/FNLA, não nos foi possível encontrar nenhum documento oficial que expressasse a exacta posição dos dirigentes do Movimento sobre a unificação das diferentes forças nacionalistas angolanas.

[346]IAN/TT. (S/d). Movimento Popular de Libertação de Angola. *Programa político*. Luanda. AOS/CO/UL-30 D.
[347]IAN/TT. (1960). *Actividade da UPA*. Boletim de Informação n.º 10. Luanda. AOS/CO/UL-32, Junho 16.

Deste modo, a posição da UPA/FNLA relativamente à questão da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola, é dada a conhecer pela primeira vez no ano de 1960, em resposta ao apelo de «unificação dos Movimentos» feito pelos dirigentes do MPLA em Maio de 1960[348]. Sem se dispor de uma resposta conclusiva e explícita, a UPA/FNLA afirmou textualmente o seguinte: "o MPLA lançou em Maio um apelo para que se unam todas as formações políticas sem olhar às suas posições ideológicas. Trata-se de um apelo ao qual a UPA responde com sinceridade"[349].

Os factos subsequentes a essa afirmação da UPA/FNLA revelam que os dirigentes da UPA/FNLA nunca mostraram nenhuma vontade de se aliarem aos seus homólogos do MPLA, antes pelo contrário, a UPA/FNLA negociava secretamente no Congo Leopoldville com os responsáveis do Partido Democrático Angolano, antigo ALIAZO, uma organização constituída essencialmente por personalidades oriundos do Norte de Angola[350].

Deste modo, a visão da UPA/FNLA sobre a unificação dos Movimentos com vista à criação de uma frente comum, ao contrário do MPLA, obedecia a determinadas «condições prévias» que estavam relacionadas com o princípio de adesão à luta contra o colonialismo português. Estas «condições prévias» "eram na realidade um pretexto para recusar toda e qualquer aliança com MPLA" (Mbah, 2010, p.184).

Em 1961, alguns meses antes da fusão entre a UPA e o PDA, o Movimento de Holden Roberto emitiu um comunicado no qual afirmara que:

> "(…) consciente do estado decisivo atingido pela luta armada levada a cabo pelo povo angolano para libertar o seu território da opressão estrangeira, a UPA deseja que os movimentos nacionalistas angolanos compreendam a necessidade de ultrapassar o estado de moderação para se decidir pela acção positiva. Uma «frente comum» puramente política não teria nenhum efeito decisivo na evolução na luta de libertação do povo. Só uma integração no seio de uma formação político-militar homogénea ou um somatório de forças combatentes unificadas numa só frente de combate anti-colonialista, pode permitir à nação angolana conquistar a sua liberdade o mais depressa possível"[351].

[348]IAN/TT. (S/d). *Movimento Popular de Libertação de Angola*. Luanda. AOS/CO/UL-32 A-2, documento 114/ 63.

[349]IAN/TT. (S/d). *Movimento Popular de Libertação de Angola*. Luanda. AOS/CO/UL-32 A-2, documento 114/ 63.

[350]IAN/TT. (1961). UPA. *A caminho da formação de um governo provisório de Angola*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/69 Nº2943, Le courrier d'Afrique, Novembro 23.

[351]IAN/TT. (1961). UPA.*A posição da UPA a propósito de uma frente de libertação nacional*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/69 Nº2943, Le courrier d'Afrique, Novembro 18 e 19.

Portanto, era evidente por parte de alguns dirigentes da UPA/FNLA a posição de recusa a toda e qualquer tentativa de fusão com o MPLA.

V. 2. As iniciativas de unificação por parte dos Angolanos

V.2.1. As tentativas de aproximação em Tunes

Num clima de eminente confronto político e militar entre os Movimentos de Libertação de Angola e as Forças Portuguesas, a reconciliação entre as forças nacionalistas angolanas tinha-se esboçado progressivamente, dando origem a inúmeras tentativas de unificação, realizadas no exterior do território angolano. No entanto, essas iniciativas transmitiam um estado de inquietude entre os diversos militantes e dirigentes das forças nacionalistas, uma vez que as mesmas eram causadas pela formação de pequenas divisões no interior de cada Movimento, o que impedia qualquer tipo de reconciliação.

Aquando da realização da conferência de Tunes em 1960, o representante da UPA, Holden Roberto, deixara de ser a única personalidade representativa dos Movimentos de Libertação de Angola, sendo que na mesma conferência estiveram presentesoutras figuras das colónias portuguesas com percursos políticos e orientação ideológica muito diferente da sua própria experiência. Entre os representantes dos Movimentos nacionalistas angolanos encontravam-se Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Ruth Lara pertencentes ao Movimento Anticolonialista (MAC) (Rocha, 2011, p. 271).

Existia uma grande conflitualidade entre os militantes dos Movimentos que se fizeram representar em Tunes (FNLA e MPLA), muito embora combatessem a mesma «força», o exército português. Holden Roberto, representante da UPA, era na altura uma personalidade desconhecida dos principais dirigentes do MPLA, visto que o mesmo tivera passado grande parte da sua infância e juventude no Congo Leopoldville[352].

A participação dos representantes do MPLA no encontro de Tunes visava, entre outros objectivos, "se dar a conhecer na cena política africana, defender as suas ideias e os seus projectos políticos, e enfim, impedir Holden Roberto de ocupar sozinho a cena política

[352]Conforme fora referido anteriormente, Holden Roberto teve a sua primeira intervenção no Gana em 1958, razão pela qual foi fundamental para que o mesmo fosse conhecido no território angolano. Nessa altura a surpresa foi grande, pois ele foi o único dirigente nacionalista das colónias portuguesas de África a estar presente nesse grande fórum africano.

internacional e de falar em nome do conjunto das colónias portuguesas de África" (Mbah, 2010, p.187).

Os pontos mais importantes a serem debatidos na conferência eram: a Independência de África; Neocolonialismo e descolonização; Desenvolvimento económico e social; e Unidade de África e relação entre os Estados africanos (Santos, 1968). Os representantes do MPLA e as personalidades que os acompanhavam aproveitaram essa ocasião para propor a Holden Roberto a fusão dos movimentos que representavam, nomeadamente o MPLA e a UPA (Lara, 1997, p. 241).

No final da Conferência, os representantes das duas delegações encontraram-se para uma reunião de trabalho, cujo propósito seria definir objectivos comuns, o que foi conseguido, perspectivando-se assim grandes esperanças para uma futura união das forças. No final da reunião foi assinado um documento pelas duas partes, onde condenavam o colonialismo português e alertavam automaticamente os movimentos a exercerem acções políticas comuns[353].

Na sequência desses acontecimentos, houve a criação de uma nova organização política que englobava todas as colónias portuguesas, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN) (Lara, 1997). Alguns meses mais tarde, os membros da recém-criada organização marcaram um encontro a realizar-se em Conacri, porém, Holden Roberto não se fez representar nessa mesma reunião, desrespeitando o compromisso anteriormente assumido. Deste modo, os representantes do MPLA consideraram que a postura do líder da UPA "constituía o primeiro «não» a toda uma série de tentativas de aproximação política que nunca se concretizou por inteira responsabilidade sua" (Ibidem, p. 241).

Após o fracasso das tentativas da criação de uma frente comum em Tunes e Conacri, em 1960, os membros da FRAIN decidiram ainda no decorrer do mesmo ano, nos meses de Novembro e Dezembro, lançar um apelo no sentido da unidade das forças nacionalistas angolanas com vista à criação de uma frente comum, contra o colonialismo português.

A razão do fracasso das conversações de Tunes e de Conacri assentava em considerações ideológicas, na medida em que alguns dirigentes africanos com fortes ligações à UPA presumiam que os representantes do MAC eram militantes comunistas, nomeadamente Viriato da Cruz, que tinha acabado de regressar da Alemanha de Leste.

[353]A partir de Tunes nunca mais se veria a assinatura de Holden Roberto ao lado da dos dirigentes do MPLA , num documento que regista a unidade entre os dois movimentos , que , no entanto, Holden Roberto nega ter assinado. Ver em:IAN/TT. (1962). Holden Roberto. *Carta confidencial*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1139/59, Vol. 1, documentos 343 a 348, pasta 4, Maio 18.

V.2.2. O encontra no Congo Leopoldville

Na época em que decorreu a tentativa de aproximação em Leopoldville (início de 1961), os principais Msovimento de Libertação de Angola não apresentavam uma estrutura política organizada. Para agravar a situação, os Movimentos encontravam-se debilitados financeiramente e com graves problemas de conflitos internos. Esta realidade denunciava, sem dúvida alguma, a ausência de uma elite política susceptível de lhes impor uma direcção com um conteúdo ideológico adaptado à luta armada.

Todos estes factores foram fundamentais para tornar a acção político-militar dos Movimentos de Libertação ineficiente. As diversas personalidadesangolanas que se encontravam refugiados no Congo Leopoldville para dinamizar a acção de libertação do território angolano, rapidamente se aperceberam da complexidade do trabalho a realizar, no sentido de unificar os movimentos nacionalistas angolanos.

Deste modo, antes da instalação da delegação do MPLA no Congo Leopoldville, o Movimento tinha uma delegação na Guiné Conacri e alguns simpatizantes e militantes, distribuídos nas diversas células clandestinas nos arredores de Luanda. A maior parte dos emigrantes angolanos refugiados no Congo Leopoldville aliavam-seà UPA, pois essa organização era a que melhor estava estruturada na capital congolesa[354].

A primeira delegação do MPLA instalada em Leopoldville era constituída por diversas personalidades conhecidas do nacionalismo angolano, sendo todos eles conselheiros políticos do Movimento[355]. Foi certamente por beneficiarem desse estatuto que decidiram, de livre e espontânea vontade, estabelecer contactos políticos com diversos militantes da UPA e da ALIAZO, em Novembro de 1960, no sentido de estabelecer uma possível unificação das forças nacionalistas angolanas[356], o que não teve uma resposta positiva por parte da UPA[357] (Lara, 1997, p. 400).

O fracasso do acordo, segundo o investigador Emmanuel Kounzika, se devia exclusivamente a atitude comportamental dos dirigentes do MPLA, nomeadamente os

[354]IAN/TT. (1962). Partido Democrático de Angola. *Tradução de documentos capturados.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D.Inf.1 Pasta 11.12 F. Novembro 25.

[355] Faziam parte da primeira delegação do MPLA em Leopoldville, António Jabes Josias, Inocêncio Martina, Cesário Martins, Jordão de Aguiar e José Bernardino Domingos (Lara, 1997).

[356]IAN/TT. (1962). Partido Democrático de Angola. *Tradução de documentos capturados.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D.Inf.1 Pasta 11.12 F. Novembro 25.

[357] É importante referir que certos militantes da UPA eram favoráveis a uma colaboração total com os outros movimentos angolanos. Mas, provavelmente pressionados pelos seus respectivos dirigentes, foram levados a opor-se com firmeza a toda a forma de adesão do seu movimento a essa nova «frente» (Mbah, 2010).

médicos Eduardo Macedo dos Santos e Hugo Azancot de Menezes. Esse ponto vista não é partilhado por Pélissier (1979), que encarava no comportamento do presidente da UPA "uma manobra destinada a preservar o seu prestígio político intacto" (p.132). De acordo com Pélissier, a atitude dos militantes da UPA poderia ser justificado pelo receio de ver um movimento rival nacionalista ascender politicamente e ocupar todo o espaço do nacionalismo angolano.

A chegada da delegação do MPLA proveniente da Guiné Conacri a Leopoldville proporcionou um contacto directo com as organizações políticas angolanas com maior representatividade naquele país. Deste contacto resultou um acordo entre os Movimentos no qual estava previsto a criação de uma nova organização política, que seria denominada de Frente de Libertação de Angola (FLA), que seria fruto da fusão de apenas quatro movimentos de libertação, o MPLA, a UPA, a ALIAZO e o MLEC[358]. Ficou estabelecido nesse encontro a realização de uma outra conferência entre os Movimentos, no mês de Maio de 1961, em Monróvia, no qual estariam representados os principais líderes das forças nacionalistas.O encontro de Monróvia "deveria finalizar o projecto de fusão do MPLA baseado nas conversações de Leopoldville"[359]

Em Maio de 1961, o MPLA enviou uma delegação à Monróvia chefiada por Mário Pinto de Andrade, presidente do movimento, com a missão de se encontrar com o presidente da UPA, Holden Roberto[360], o que não sucedeu. A responsabilidade do fracasso dessa tentativa de união esteve ligado ao presidente da UPA e às autoridades da Libéria, que não souberam gerir da melhor forma o desenrolar das conversações[361].

[358] O presente acordo não contou com a participação dos presidentes do MPLA e da UPA.

[359] IAN/TT. (1962). MPLA: Conferência de imprensa de Dr. Eduardo dos Santos, membro do comité director do MPLA. Leopoldville. AOS/CO/U-30 D, Abril 5, folha 475.

[360] Holden Roberto, cujos os sentimentos para com o MPLA eram pelo menos ambíguos, tinha então declarado, segundo alguns militantes do MPLA, ignorar o conteúdo das discussões agendadas para Monróvia, assim como não sabia o que tivera passado em Leopoldville, para justificar uma atitude que muitas classificaram como sendo uma traição (Mbah, 2010).

[361] IAN/TT. (1962). MPLA: Conferência de imprensa de Dr. Eduardo dos Santos, membro do comité director do MPLA. Leopoldville. AOS/CO/U-30 D, Abril 5, folha 475.

V.3. As Iniciativas de Unificação sob mediação dos Países Africanos

Apesar de terem sido numerosos os países do continente africano que intervieram na questão da unificação dos movimentos nacionalistas angolanos, apenas evocaremos o caso de dois países africanos, o Congo Leopoldville e o Gana, que em nosso entender jogaram um papel importante para o destino político de Angola.

V.3.1. As Negociações sob orientação do Congo Leopoldville

A participação do Congo Leopoldville no conflito armado angolano remonta desde o início dos anos sessenta, época em que esse país sofreu profundas crises políticas internas, sendo que a situação de instabilidade se prolongou até ao período que sobrepõe a sua independência. Duas razões óbvias estiveram na origem do apoio desse país aos Movimentos de Libertação de Angola: primeiro, por ser nessa altura o único país independente limítrofe de Angola; segundo, porque o facto de ter fronteiras comuns com Angola era igualmente uma base segura dos Movimentos de Libertação de Angola.

Assim, após a independência do Congo Leopoldville, a política das autoridades congolesas caracterizava-se em duas particularidades diferentes: por um lado, "o interesse manifestado pelos seus dirigentes de conferir confiança ao país no sentido restaurar a estabilidade política no plano nacional", por outro, "responder positivamente às pressões internacionais exercidas pelos aliados dos movimentos nacionalista angolanos"[362].

Entretanto, numa altura em que as negociações em torno da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola estavam particamente «estagnadas» a UPA e o PDA uniram-se em Leopoldville e constituíram a FNLA e o GRAE. Esta nova «frente» bem como o novo governo, num primeiro tempo, não foram reconhecidos em Leopoldville, visto que a

[362]Os aliados dos Movimentos de Libertaçãode Angola aliciavam discretamente os responsáveis políticos do Congo Leopoldville no sentido de usarem toda a sua influência para ajudar na concretização das conversações inter-angolanas. Estes aliados conseguiam influencia-los utilizando acções psicológicas, fazendo várias críticas as autoridades congolesas, cuja ajuda eles julgavam ser insuficiente para que os Movimentos angolanos conquistassem a vitória sobre as forças colonialistas portuguesas (Rocha, 2009, p. 272).

autoridade congolesa considerava-os como uma estrutura insuficientemente preparada para representar os interesses do povo angolano, bem como a conjuntura política do momento[363].

É nesta perspectiva que houve uma série de fricções entre as autoridades congolesas e uma parte da comunidade internacional, perturbadas pelas constantes divisões internas dos nacionalistas angolanos, que acabariam por comprometer o prosseguimento da luta de libertação, o que motivou a realização de duas reuniões de trabalho, em Maio de 1962, entre o ministro do interior do Congo Leopoldville, Kamitatu Cléophas, e os representantes dosMovimentos de Libertação de Angola, que se encontravam instalados no território congolês (Mabeko-Tali, 2001).

A primeira reunião foi realizada no dia 3 de Maio de 1962, na qual visava convencer os nacionalistas angolanos da necessidade de "criação de uma «frente única» capaz de congregar todos os Movimentos"[364]. Entre os movimentos angolanos representados figuravam o MPLA, o Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), o Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), as duas tendências antagónicas do NGWIZAKO, a saber, o NGWIZAKO MENGA (Aliança dos Congoleses de expressão portuguesa) e o NGWIZAKO (Associação dos Congoleses de expressão portuguesa), o TDIA (de que ignoramos a denominação exacta), e enfim a FNLA[365]. Todavia, esta reunião não produziu resultados positivos, uma vez que as organizações políticas existentes tinham concepções ideológicas opostas, tanto no que diz respeito à natureza da luta como nos meios a utilizar para dar o prosseguimento da mesma.

No entanto, a ideia em torno da criação de uma «frente de luta unida» não provocou o mesmo interesse nas duas principais organizações do nacionalismo angolano. Apenas cinco das oito organizações presentes eram favoráveis à criação de uma frente comum: o MPLA, o MDIA, o MLEC, o TDIA e o NGWIZAKO MENGA.

Os três movimentos restantes, isto é, a UPA, o PDA e o NGWIZAKO, "eram contra à constituição de uma frente política comum"[366], procurando justificação nos parâmetros

[363]IAN/TT. (1962). UPA. A União das Populações de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola em Leopoldville. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.12 E, informação, Abril 14, folha 382.

[364]MNE. (1962). NGWIZAKO A KONGO. *Processo verbal da sessão realizada na residência do primeiro-ministro congolês, agrupando as organizações políticas angolanas a 3 de Maio de 1962*. Leopoldville. AHD.PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Maio 5.

[365]MNE. (1962). NGWIZAKO A KONGO. *Processo verbal da sessão realizada na residência do primeiro-ministro congolês, agrupando as organizações políticas angolanas a 3 de Maio de 1962*. Leopoldville. AHD.PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Maio 5.

[366]MNE. (S/d). NGWIZAKO A KONGO. Informação confidencial. *Reuniões entre o ministro do Interior do Governo congolês e os representantes dos partidos políticos angolanos*. Leopoldville. AHD.PAA 512. processo 940, 1 (7) D.

antiunitários anteriormente já referenciados. Esta reunião foi encerrada num clima de completa tensão entre os Movimentos sem que se tenha tirado nenhuma conclusão em concreto.

Em 10 de maio de 1962, uma semana depois da realização do primeiro encontro entre as organizações políticas angolanas, teve lugar em Leopoldville, a segunda reunião dos Movimentos, sob a égide do primeiro-ministro congolês e retomaram os mesmos objectivos: a unificação política dos movimentos nacionalistas angolanos. Nessa reunião houve uma intervenção mais directa do governo congolês no que respeita à reconciliação dos Movimentos angolanos. O primeiro-ministro congolês (Cléophas Kamitatu) no decorrer da reunião, apresentou um documento que compreendia algumas propostas específicas, a saber:

> "A criação duma frente reagrupando forças nacionalistas angolanas, o que permitirá ao governo congolês conceder o seu apoio aos movimentos nacionalistas angolanos; o fim do conflito armado entre movimentos nacionalistas angolanos reservando-se o direito de tomar certas posições caso os mesmos movimentos persistirem na sua atitude; criação de um «grupo de trabalho» dentro do qual participarão os delegados de todos os movimentos; as autoridades congolesas não consideram o GRAE suficientemente preparado para representar politicamente os interesses do povo angolano"[367].

Os Movimentos de Libertação de Angola não foram unânimes, quanto à aceitação dessas propostas, o que originou pelo contrário, uma grande aderência na tomada de posição favorável ou contra ao referido documento. As reacções dos movimentos nacionalistas presentes na reunião foram numerosas, todas elas levadas em conta a situação política que se vivia naquela época.

A FNLA foi o primeiro Movimento a exprimir a sua reacção às propostas do governo congolês, afirmando uma vez mais a sua total oposição à formação de uma frente política comum. Em seguida, sob pretexto de garantir a exclusividade do conflito armado no território angolano, o presidente da FNLA "recusou colaborar com uma qualquer outra organização nacionalista angolana não combatendo, de armas na mão, contra as tropas coloniais portuguesas"[368]. Deste modo, era impossível este Movimento estabelecer qualquer tipo de aliança com as outras organizações nacionalistas angolanas.

[367]MNE. (S/d). NGWIZAKO A KONGO. Informação confidencial. *Reuniões entre o ministro do Interior do Governo congolês e os representantes dos partidos políticos angolanos*. Leopoldville. AHD.PAA 512. processo 940, 1 (7) D.

[368]MNE. (S/d). NGWIZAKO A KONGO. Informação confidencial. *Reuniões entre o ministro do Interior do Governo congolês e os representantes dos partidos políticos angolanos*. Leopoldville. AHD.PAA 512. processo 940, 1 (7) D.

Face a todos esses acontecimentos, interrogamo-nos sobre quais eram as verdadeiras motivações dos dirigentes da FNLA, ao recusar aliar-se às outras organizações nacionalistas angolanas?

Para compreendermos a atitude da UPA/FNLA é necessário levarmos em conta dois aspectos fundamentais: primeiro, o impacto das alianças de apoio estabelecidas no passado entre a UPA e as potências estrangeiras que, segundo Pélissier, "não escapava à atenção de nenhum observador que o apoio material e financeiro de que beneficia a UPA provém, na sua grande totalidade, dos Estados Unidos, mas precisamente do Comité Americano para a África" (1979, p. 132). Esse apoio financeiro estaria associado a uma recusa de unidade entre a UPA e o MPLA visto que, segundo as autoridades norte-americanas esta ultima tinha fortes ligações com o comunismo. Esta realidade demonstra a postura radical que sempre teve o presidente da FNLA quando fosse abordado sobre a possível aliança com as forças do MPLA[369]. Segundo, um conflito interno no interior do Movimento, desencadeado desde início de 1960, ameaçava derrubar a estrutura da FNLA bem como a sua estabilidade política.

Aquando das negociações de Leopoldville, em Maio de 1962, a FNLA via-se obrigada a enfrentar uma nova dissidência arquitectada por Marcos Kassanga, chefe do Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), as forças armadas da FNLA. Marcos Kassanga, conforme fora referenciado anteriormente, acusou pessoalmente o presidente da UPA, numa conferência realizada em Leopoldville, de ter assassinado diversas personalidades do seu movimento, bem como teria organizado vários crimes contra membros dos movimentos rivais, nomeadamente do MPLA, como foi o caso do comandante Tomás Ferreira e a sua coluna de vinte e um elementos[370], o que desencadeou um mau clima entre os dirigentes da UPA e do MPLA. Holden Roberto reagiu às acusações do seu antigo chefe de Estado-Maior, afirmando que o mesmo não teria provas e que estaria a agir a mando de entidades estrangeiras[371].

---

[369] A questão das pressões dos Estados Unidos sobre o movimento de Holden Roberto também foi evocada pelo historiador Thomas Noer, citado por George Wright, na época em que o presidente da FNLA se reuniu com os membros do Departamento de Estado americano, em finais de Março de 1961, sendo que os norte-americanos teriam alertado sobre os eventuais riscos de empregar a violência contra os portugueses e da atração pelo comunismo. Holden Roberto tranquilizou ou seus aliados americanos e frisou os perigos incorridos de se ver ultrapassado for movimentos nacionalistas rivais se ele não recorresse à luta armada. Cerca de um ano depois, isto é, em Abril de 1961, a UPA recebera da CIA uma quantia estimada em cerca de 6.000 dólares americanos em uma das suas delegações sedeadas em Leopoldville (Wright, 2000, p. 87).

[370] IAN/TT. (1962). Serviço de Segurança Secção Central G.U. *A luta entre a «UPA- União das Populações de Angola» e o «MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola»*. Luanda. AOS/CO/UL30 D.PIDE, informação n.º 291/62-GU, Março 23.

[371] IAN/TT. (1962). Serviço de Segurança Secção Central G.U. *Actividade da UPA*. Luanda. AOS/CO/UL30 D.PIDE, informação n.º 289/62, Março 20.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, que esteve representado por Mário Pinto de Andrade, teve ao contrário da UPA, uma atitude favorável à constituição de uma frente reagrupando forças nacionalistas angolanas. Deste modo, no decorrer da conferência o MPLA evitou confrontar sistematicamente as outras forças nacionalistas presentes, procurando assim, encontrar mecanismos por forma a transformar a situação em seu favor.

Esta atitude do MPLA é justificada mediante os seguintes factores: por um lado, a recusa do governo congolês em reconhecer o GRAE como uma organização política capaz de representar os interesses do povo angolano no estrangeiro[372], o que representou uma situação perfeitamente enquadrada nos interesses políticos do MPLA. Por outro lado, o agravamento da crise instalada no interior da UPA/FNLA levou os dirigentes do MPLA a acreditar na possibilidade de relançar o debate em torno da criação de uma frente comum, aliando-se a uma qualquer organização política angolana, visto que a FNLA se encontrava enfraquecida[373].

Assim, o MPLA aliando-se a uma outra organização nacionalista angolana pretendia, do ponto de vista estratégico e táctico, desmistificar à imagem[374] mais divulgada de "um movimento de mestiços, filhos de colonos auxiliares da colonização portuguesa, que lhe tinha sido dada pela UPA/FNLA"[375]. Além disso, "uma aproximação política, mesmo superficial, teria permitido ao MPLA obter apoios no Norte de Angola; como consequência, isso permitiria entre outras coisas, encaminhar mais facilmente material militar e medicamentos para todo o país a partir da fronteira com o Congo"(Mbah, 2010, p.199).

O esforço desenvolvido pelo MPLA no sentido de se aliar a um movimento de libertação não foi bem-sucedido, visto que apesar das contradições com os dirigentes da FNLA, esses movimentos não estavam suficientemente preparados para estabelecer alianças com o MPLA[376]. O MPLA contava com o apoio do primeiro-ministro congolês para a formação de uma frente de libertação unida e saiu dessa reunião completamente esgotado, acabando por apresentar um projecto de fusão, a Frente Unida Nacional de Angola (FUNA), cujo principal programa era: "a liquidação por todos os meios do regime colonial em Angola;

[372]MNE. AHD. PAA. Processo 940, 1 (7) D. Processo Verbal da sessão que teve lugar na residência do primeiro-ministro congolês com os representantes dos partidos políticos angolanos no dia 3 de Maio de 1962. Leopoldville, 5 de Maio de 1962.

[373]IAN/TT. (1962). Serviço de Segurança Secção Central G.U. *Actividade da UPA*. Luanda. AOS/CO/UL30 D.PIDE, informação n.º 289/62, Março 20.

[374] Essa imagem contribuiu significativamente para a redução da popularidade do MPLA junto de numerosos imigrantes angolanos instalados no Congo Leopoldville.

[375]IAN/TT. (1960). *União das Populações de Angola*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1, pasta 11.12 B.

[376]MNE. (1962). *Organização do MPLA*. Lisboa. AHD, processo 940, 1 (7) D. UL. 444, Agosto 18

fazer triunfar entre a população de Angola e entre as organizações nacionalistas angolanas, a igualdade, a união e a colaboração fraterna"[377].

As principais causas do fracasso das iniciativas de reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola que estiveram sob a mediação das autoridades congolesas, não estiveram somente relacionadas com a desconfiança existente entre as forças nacionalistas angolanas, mas também se deviam, entre outras razões, a incoerência da política congolesa e à falta de convicção e determinação do mediador congolês.

De facto, as autoridades congolesas que apoiavam a criação de uma «frente unida», mesmo sabendo que a concretização da mesma seria praticamente impossível, deram provas de uma evidente falta de experiência no tratamento desse tipo de negociações, ficando aquém dos esquemas políticos de certos países africanos, como é o caso da Guiné Conacri e da Tanzânia[378].

As iniciativas das conversações no Congo Leopoldville visavam, entre outros objectivos, "tranquilizar e evitar todo o tipo de interrogações provenientes do exterior de Angola", do que uma contribuição ponderada[379]. Além disso, as boas relações, tanto no domínio diplomático como no económico, entre as autoridades portuguesas e governo congolês impediam esses últimos de apoiar objectivamente a luta de libertação desenvolvida pelos Movimentos de Libertação de Angola.

Neste contexto, o comportamento do governo congolês evidenciava, de certa forma, as suas intenções de proteger e privilegiar o bom relacionamento com as autoridades portuguesas, sendo que o apoio às organizações nacionalistas angolanas constituía objectivo de segunda prioridade. Deste modo, as negociações realizadas em Leopoldville estavam condenadas ao fracasso, uma vez que na conjuntura vigente nesse tempo, a luta armada constituía o único argumento plausível, capaz de garantir qualquer legitimidade política[380].

---

[377] MNE. (1962). MPLA. *Projecto de uma Frente Unida nacional de Angola (FUNA)*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Maio 10.

[378] O governo da Guiné Conacri fez tudo o que estava ao seu alcance para o reconhecimento do PAIGC como único representante da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. O governo da Tanzânia, sendo o principal aliado dos movimentos de libertação de Moçambique, conseguiu estabelecer a unificação das duas principais organizações políticas moçambicanas, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional de Moçambique (UNAM), para criar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962.

[379] MNE. (1962). *Entrevista do Embaixador com Bomboko*. Kinshasa. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7), telegrama recebido da representação de Portugal em Kinshasa, Maio 3.

[380] MNE. (1962). Telegrama recebido da representação de Portugal em Kinshasa. Lisboa. AHD. PAA 512. Processo 940, 1 (7) D. UL 283. Confidencial, Maio 18.

V.3.2. As Negociações sob orientação do Gana

A capital do Gana (Accra) foi o palco escolhido para uma nova tentativa de reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola. Assim, em Junho de 1962, aproveitando-se de uma reunião pan-africana realizada naquele território, orientada exclusivamente à luta dos movimentos nacionalistas africanos, o presidente do governo ganês, Kwame Nkrumah, relançou as conversações entre o MPLA e a FNLA[381]. No entanto, é importante sublinhar que à parte da figura emblemática do chefe do governo ganês, este país não dispunha de meios suficientes para exercer qualquer tipo de apoio aos dirigentes nacionalistas angolanos, devido à distância que separa os dois Estados. Este facto explica a limitação sentida pelo presidente do Gana, que se contentou em remeter a David Livramento e Mário Pinto de Andrade, representantes respectivamente da FNLA e do MPLA, "um projecto de fusão entre as duas formações políticas"[382].

O projecto apresentado por Nkrumah previa a criação de duas estruturas diferentes: uma militar, o Comando Militar Unificado (CMU), e outra, política, o Conselho Nacional de Angola (CNA), sendo que ambas seriam constituídas por membros dos dois movimentos. Este projecto deu origem a uma nova cisão do seio da FNLA, pois por um lado, havia os dirigentes que eram favoráveis[383] a "umentendimento imediato com o MPLA sobre base do documento de Accra, do outro, os que se opunham"[384].

Após a realização da Conferência de Accra, o representante da FNLA, David Livramento, sem o consentimento do presidente do Movimento, decidiu estabelecer contactos políticos com os dirigentes do MPLA a fim de pôr em prática a base dos acordos realizados na capital ganesa. Nessa época, assinalava-se a chegada de Agostinho Neto à direcção do MPLA em Leopoldville, depois de ter fugido das prisões portuguesas.

A direcção do MPLA em Leopoldville aproveitou-se da situação de instabilidade política vivida no seio da FNLA e decidiu uma vez mais, contactar não somente os dirigentes

[381]As autoridades do Gana envolvidas nestas conversações apenas tinham intenções em ver resolvido a questão da unidade dos Movimentos de Libertação de Angola, uma vez que as acções para a libertação e a unidade do continente africano constituíam o fundamento da sua ideologia política.

[382]MNE. (1962). Contactos UPA-MPLA. Luanda. AHD. PAA. Processo 940, 1 (7) D. Nº 382, Agosto 22.

[383]Entre os membros favoráveis a um entendimento com o MPLA encontravam-se alguns dirigentes fundadores do Movimento, como é o caso de Manuel Nekaka. Este último foi afastado da direcção do movimento um ano antes da realização da Conferência no Gana. Nekaka era um oponente convicto das políticas seguidas pelo presidente da FNLA, sendo que via na fusão com o MPLA uma boa oportunidade de afastar Holden Roberto da direcção do Movimento.

[384]MNE. (1962). Contactos UPA-MPLA. Luanda. AHD. PAA. Processo 940, 1 (7) D. Nº 382, Agosto 22.

do movimento de Holden Roberto, mas também os das outras organizações políticas angolanas instaladas no território congolês.

Assim, por iniciativa do presidente do MPLA, Agostinho Neto, foi realizada a primeira reunião entre os dois Movimentos em 5 de Agosto de 1962 na cidade de Leopoldville. Nessa reunião, o MPLA propôs à FNLA a elaboração de um projecto baseado em três pontos: "a fusão de uma só organização da FNLA e do MPLA; uma estreita colaboração política e militar entre os dois movimentos; e a unificação das forças militares sob um comando unificado"[385]. A conclusão final da reunião não foi positiva para nenhum dos dois movimentos, sendo que foram publicados dois comunicados diferentes e contraditórios.

Neste contexto, a FNLA no seu comunicado reiterou categoricamente a recusa da possível aliança com o MPLA, manifestando uma total desconfiança relativamente as intensões do Movimento de Agostinho Neto. Quanto ao comunicado do MPLA, este anunciava a conclusão de um acordo com os dirigentes da FNLA[386].

Assim a tentativa de unidade feita com a FNLA em Agosto de 1962, um mês depois da chegada de Agostinho Neto, falhara. Holden Roberto só admitia a unidade na medida em que o MPLA se esvaziasse do seu conteúdo ideológico, descaracterizando-se completamente, o que era impensável para o presidente do MPLA.

É importante referir que, antes da tentativa de união com a FNLA, o MPLA tinha convocado uma reunião com as outras organizações nacionalistas angolanas, nomeadamente o MDIA e o NGWIZAKO, no sentido de formarem uma frente política unida, o que não resultou. Apesar de todas essas tentativas terem fracassado, o presidente honorário do MPLA, Agostinho Neto, não se desviou do objectivo de constituir uma frente unida, razão pela qual, em 1962 "enviou pela primeira vez um convite oficial a Holden Roberto" (Mbah, 2010, p. 204).

O conteúdo do referido convite visava "debater e encontrar num trabalho conjunto uma conciliação política em vista de uma união definitiva dos dois movimentos"[387]. O presidente da FNLA decidiu não responder ao pedido do presidente do MPLA, o que levou

[385]MNE. (1962). MPLA. *Projecto de uma Frente Unida nacional de Angola (FUNA)*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Agosto 10.

[386]IAN/TT. (1962). *UPA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1 Pasta 11. 12 F. Nº 278-CI (2), Confidencial, Agosto 23.

[387]MNE. (1962). *Carta de Agostinho Neto, Presidente de honra do MPLA, a Holden Roberto, presidente da UPA. Leopoldville*. AHD. PAA, processo 940, 1 (7) D. Agosto 8.

Agostinho Neto a estabelecer contactos com outros dirigentes da FNLA[388], afastando a possibilidade de incluir nos seus projectos futuros o presidente da FNLA.

Esta atitude do MPLA foi vista por alguns dirigentes da FNLA, que tinham participado na Conferência de Accra, como uma manobra destinada a dividir a FNLA[389], o que deu lugar a uma grande reacção, que se estendeu por várias semanas, denunciando o comportamento do presidente do MPLA[390].

V.4 O processo de Unificação sob a égide da OUA

V.4.1 A Comissão de Coordenação para a Libertação da África

A criação da Organização da Unidade Africana abriu uma nova etapa no processo de reconciliação e unificação dos Movimentos de Libertação de Angola. Entretanto, até a data do nascimento dessa organização, Maio de 1963, inúmeras tentativas de negociações já tinham sido realizadas, no sentido de instaurar a paz e a união entre os diferentes Movimentos de Libertação de Angola

Durante a realização da conferência que instituiu a OUA, isto é, a primeira Conferência dos Chefes de Estados Africanos, foi debatida mais uma vez, a questão da libertação de todos os territórios africanos que ainda estavam sob domínio estrangeiro. Deste modo, a luta contra o colonialismo e o racismo no continente africano era efectivamente um dos pontos centrais dessa Conferência (Santos, 1968).

Foi criada na mesma conferência a Comissão de Coordenação para a Libertação da África, com sede em Dar-es-Salam, que visava entre outros objectivos, "incitar os movimentos de libertação a coordenarem os seus esforços para estabelecer frentes de acção comum onde se mostre necessário, a fim de reforçar a eficácia da luta e a utilização racional da assistência concertada que lhes for concebida" (Carta da Organização da Unidade Africana. Addis Abeba, Maio de 1963, p.9). A criação dessa comissão justifica-se

[388] O Presidente do MPLA estabeleceu contactos com David Livramento, (PDA-FNLA), a Rosário André da Conceição Neto (UPA-FNLA) e a António Matumona (PDA-FNLA).

[389] MNE. (1962). Acordo UPA-MPLA. *Carta de David Livramento aos membros do Comité Director do MPLA.* Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Nº 385, Julho 25.

[390] MNE. (1962). *Carta de Ferdinand Dombele e Emmanuel Kounzika endereçada a Agostinho Neto, presidente de honra do MPLA*. Leopoldville. AHD. PAA 512. Processo 940, 1 (7) D. Agosto 13.

evidentemente no contexto político da época, caracterizado particularmente pela luta de libertação entre os movimentos de libertação e as forças colonias na África lusófona (Bittencourt, 2008).

Assim, o papel desempenhado pela OUA revelou-se particularmente difícil por causa das divergências políticas que opunham os nacionalistas, quer no interior do mesmo território quer no exterior. Este facto é distintamente ilustrado na luta de libertação em Angola, onde os movimentos de libertação na medida que iniciavam a sua actividade de guerrilha, mostravam em relação aos movimentos que já actuavam, divergências ideológicas e estratégicas inultrapassáveis, tornando-se rivais e chegando mesmo a entrar em conflito armado uns contra os outros na tentativa de alcançar a liderança política.

No caso da Guiné-Bissau, país que vivia uma situação política idêntica ao do território angolano, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, beneficiando sempre do apoio incontestável da Guiné Conacri, conseguiu legitimar-se como principal força nacionalista, ao vencer o conflito armado que o opunha aos seus rivais locais. Esta situação foi diferente da que se verificou no território moçambicano, onde a Frente de Libertação de Moçambique assumiu sem nenhuma surpresa, o papel de única força política representativa do povo moçambicano.

Nesta perspectiva, o caso da luta armada no território angolano foi o que despertara maior preocupação da maioria dos Estados africanos, uma vez que no centro deste conflito estavam numerosos e complexos interesses e que, ao contrário dos outros países da África Lusófona, os Movimentos de Libertação de Angola não encontravam formas de ultrapassar as suas discordâncias. Todavia esta situação levou a OUA, a elaborar um plano especial para a resolução da situação angolana.

Deste modo, foi criada em 5 de Julho de 1963, em Dar-Es-Salam, uma Missão de Bons Ofícios (MBO), composta por países favoráveis a política da FNLA, como a Argélia, Guiné Conacri, Congo Leopoldville, Nigéria, Uganda e Senegal, cujo objectivo visava "reconciliar entre si todas as organizações políticas nacionalistas das colónias portuguesas em África"[391].

As principais actividades da MBO foram realizadas entre os dias 13 e 18 de Julho de 1963, em Leopoldville. Nesta altura os Movimentos de Libertação com delegações na capital

[391]IAN/TT. (S/d). Ministério da Informação. *Os países estrangeiros reconhecem o governo revolucionário de Angola no exílio*. AOS/CO/UL30 D.GRAE.

congolesa, nomeadamente o MPLA[392], a FNLA[393], o NGWIZANI[394] e o MDIA[395], deparavam-se com graves problemas no seu interior. Face a esta situação, os dirigentes do MPLA, conscientes das responsabilidades da MBO em Leopoldville e afectados pela dissidência do grupo pró-Viriato de Cruz, decidiram formar com outros Movimentos angolanos, a Frente Democrática para a Libertação de Angola (FDLA), composta pelo MPLA, MDIA, MNA, NGWIZAKO e UNTA[396], na qual Agostinho Neto seria o presidente.

De acordo com a resolução da Comissão que definia os objectivos da MBO em Leopoldville, esta pretendia, entre outros objectivos:

- Insistir no sentido da criação de uma frente de acção comum entre as organizações nacionalistas (FNLA e MPLA);
- No caso de ser impossível a constituição de uma frente comum, reservar-se-ia o direito a MBO de decidir qual dos dois movimentos, MPLA e FNLA, reunia as condições necessárias para receber a assistência necessária da OUA.
- O critério de orientação dessa escolha seria a extensão dos movimentos nacionalista no território angolano, bem como a efectiva audiência no seio do povo angolano[397].

Nesta medida a primeira actividade realizada pela MBO no território congolês, foi a audição de todas as organizações nacionalistas angolanas, uma vez que os países mandatados para essa missão não tinham um profundo conhecimento da situação político-militar, de cada movimento individualmente considerado, em virtude da falta de informação objectiva.

[392] O MPLA que, até essa altura, apresentava uma homogeneidade ideológica e uma instabilidade política, apresentava a primeira crise da sua história, que originou uma grande cisão entre os seus principais dirigentes. O Movimentos esteve dividido por um tempo em dois grupos, o grupo de pró Agostinho neto e o grupo pró Viriato da Cruz. Cada grupo reivindicada a legitimidade da propriedade da sigla MLPA.

[393] A FNLA, apesar de naquela época aparentar ter um equilíbrio político e unitário, fazendo acreditar de que as crises que este teve nos anos de 1960 e 1962 tinham sido ultrapassadas, o movimento debatia-se com profundas divergências internas, opondo em particular os diferentes membros do GRAE.

[394] O NGWIZANI, tal como o MPLA, estavam divididos em dois grupos antagónicos. o grupo dos jovens militantes nacionalistas, em razão do radicalismo das suas posições políticas, opunham-se ao grupo dos «mais velhos» a corrente conservadora. As posições divergentes dos dois grupos ocasionaram uma cisão. Ver em: MNE. (1963). Telegrama recebido da representação de Portugal em Kinshasa. Kinshasa. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 15.

[395] O MDIA vivia a mesma situação de instabilidade, este movimento estava dividido em duas fracções: os radicais e os moderados. O confronto entre estes dois grupos deu origem a uma rotura em que os radicais se opuseram firmemente à não-violência de certos dirigentes do MDIA.

[396] União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

[397] MNE. (1963). *Memorando do MPLA a ser entregue na Comissão de Coordenação para a Libertação de África*. Dakar. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D, Agosto.

O primeiro Movimento a ser ouvido foi a FNLA, na qualidade de ser o mais representativo e de ser a organização que mais desfrutava da protecção das autoridades congolesas. Na sua exposição a FNLA "começou por descrever a origem do movimento, referenciando nomeadamente o período em que a FNLA-GRAE se tinha apresentado como o único movimento de libertação de Angola, visando a materialização de esforços de paz e das aspirações de todo um povo" (Reis, 2010, p. 305).

O Movimento de Holden Roberto pôs também em evidência a acção das suas forças militares, assim como o número de efectivos que dispunha na sua base situada em Kinkuzu, no Congo Leopoldville, procurando desse modo afirmar que exercia o controlo de grande parte do território angolano[398]. Esta exposição da FNLA convenceu de certa forma os auditores estrangeiros, que ao invés de unirem os dois principais Movimentos rivais, contentaram-se com a exposição de Holden Roberto e procuraram, o mais rápido possível, legitimar a FNLA.

O MPLA foi o segundo a ser ouvido, encarregando-se Agostinho Neto, presidente do MPLA e da FDLA, de fazer a apresentação das principais linhas orientadoras do Movimento. Ao longo da sua apresentação, o presidente do MPLA relembrou o contexto das acções requeridas em favor da criação de uma frente de unidade comum, evocando igualmente a "vontade dos dirigentes do seu movimento de criar uma oura estrutura político-militar com a FNLA e, por último, terminou fazendo uma apreciação da situação política e militar do MPLA"[399].

Várias críticasforam apontadas à exposição de Agostinho Neto[400], por este ter falado em nome da FDLA, quando na verdade era presidente do MPLA. Este facto, aos olhos das diversas personalidades que constituíam a MBO, "representava a prova de que o MPLA já não existia como movimento nacionalista e que a Frente Democrática de Libertação de

[398] MNE. (1963). *Memorando apresentado pela Frente de Libertação Nacional de Angola à Comissão de Conciliação das forças nacionalistas angolanas.* Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 17.

[399] MNE. (1963). Frente Democrática de Libertação de Angola: Intervenção *do presidente da FDLA diante da Comissão de Conciliação das forças nacionalistas angolanas*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 17.

[400] As críticas ao MPLA teriam sido influenciadas pela exposição da FNLA-GRAE, que tinha posto em evidência as dissidências no seio do MPLA, chegando ao ponto de atribuir ao g rupo pró Viriato da Cruz o papel principal dentro do movimento. Deste modo, a existência de dois grupos no seio do MPLA, aqui referenciadas, contribuiu significativamente para o enfraquecimento do movimento.

Angola, movimento criado entre o MPLA e outras organizações nacionalistas angolanos, padecia de uma estruturação política"[401].

O presidente do MPLA por sua vez, também criticou a parcialidade dos membros da MBO, afirmando que o tempo que lhe fora disponibilizado para expor a sua apresentação tinha sido insuficiente em comparação à FNLA, e que além disso, lhe tinha sido negada a possibilidade de se exprimir em português, sendo obrigado a fazer o seu discurso na língua francesa.

Assim, na fase final dessa conferência foram tomadas pela MBO as seguintes conclusões:

- Reconhecimento da FNLA como único Movimento de Libertação que leva avante uma luta armada em Angola;
- Incapacidade do MPLA de ter uma organização militar, sendo que todos os militares treinados no exterior em nome do MPLA devem pedir a sua integração à FNLA sob reserva da aceitação por parte dessa organização;
- O desaparecimento de imediato dos seguintes movimentos nacionalistas: MPLA, MDIA, NGWIZAKO, CUNA, NTOBAKO E UNA[402].

O reconhecimento da FNLA como o único Movimento de Libertação representativo do povo angolano constituiu uma das principais vitórias dos dirigentes dessa organização, o que se materializou no terreno pela obtenção de exclusividade da ajuda internacional. Esta situação serviu também de pretexto para legitimarem e reconhecerem de imediato o GRAE por parte dos países aliados[403] à FNLA[404].

O presidente do MPLA, após ter o conhecimento dos resultados conclusivos da MBO, resolveu desenvolver esforços no sentido de impedir a aplicação das medidas resultantes da reunião de Leopoldville. Para tal, "acusou Holden Roberto de consolidar com a sua política de divisão do nacionalismo angolano, e o seu movimento decidiu então enviar memorando aos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da OUA reunidos em Dakar",

[401] MNE. (1963). *Carta do Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, à Comissão de Conciliação das organizações nacionalistas angolanas*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 17.

[402] MNE. (1963). *Relatório do Consulado Geral de Portugal em Elisabetville*. Elisabetville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 22.

[403] Entre os países aliados à FNLA faziam parte o Congo Leopoldville, a Tunísia, a Argélia, o Marrocos, o Benim. a Mauritânia, o Senegal, o Níger, a república Árabe Unida, o Egipto e o Mali.

[404] IAN/TT. (S/d). Ministério da Informação. *Os países estrangeiros reconhecem o Governo Revolucionário de Angola no Exílio*. AOS/CO/UL30 D.GRAE.

com a finalidade de impedir que esta instância ratificasse as decisões da MBO (Mbah, 2010, p.210). Deste modo, o movimento de Agostinho Neto pretendia atingir os seguintes objectivos:

> "Dar a conhecer aos países africanos e aos órgãos da OUA a pertinência das observações e reservais feitas pelo Comité director do MPLA às conclusões da MBO e alertar ao Comité de Coordenação sobre as consequências resultantes da aplicação das conclusões da Comissão de Conciliação"[405].

Após ter desenvolvido todas as diligências, o presidente do MPLA fez uma apreciação geral do seu Movimento, criticou o grupo dissidente de Viriato da Cruz, bem como denunciou o caracter tribal e regional dos dois Movimentos que formavam a FNLA/GRAE[406], isto é, a UPA e o PDA[407]. O memorando apresentado foi determinante mais tarde, no processo de reconhecimento do MPLA, visto que permitiu examinar, mais uma vez, a questão de Angola na II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA realizada no Cairo, entre os dias 17 a 21 de Julho de 1964.

V.4.2. A Segunda Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (Cairo, 1964)

A II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA realizada entre 17 a 21 de Julho de 1964, tinha sido procedida meses antes, por uma outra reunião, a II Sessão Ordinária do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, realizada em Lagos em Março de 1964, sendo que uma vez mais o dossier angolano e as divisões dos seus Movimentos de Libertação estavam na ordem do dia.

Um dos primeiros temas a ser assinalado no decorrer dos trabalhos preparatórios foi a dissolução da Missão dos Bons Ofícios, organização que acabara por admitir o fracasso do seu desempenho e a sua impotência face à complexidade dos problemas que assolavam os

[405]MNE. (1963). *Memorando do MPLA a ser entregue na Comissão de Coordenação para a Libertação de África*. Dakar. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Agosto.

[406]IAN/TT. (S/d). Ministério da Informação. *Os países estrangeiros reconhecem o Governo Revolucionário de Angola no Exílio*. AOS/CO/UL30 D.GRAE.

[407] Além dessas críticas, Agostinho Neto denunciava também as pressões exteriores exercidas sobre a FNLA pelos meios americanos, assim como a sua como a sua participação em massacres cometidos sobre os guerrilheiros do MPLA no norte de Angola.

Movimentos de Libertação de Angola, o que foi motivo de crítica por parte dos representantes do Gana e do MPLA (Santos, 1968, p. 384-385)[408].

Aquando da realização da II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, no Cairo, a questão angolana originou uma certa divisão entre os dirigentes africanos, dando azo a formação de dois grupos, uns favoráveis a FNLA-GRAE e outros ao MPLA. Os dirigentes do grupo favorável à FNLA "desejavam que fossem respeitadas as decisões da MBO, reconhecendo a FNLA e o seu governo no exílio, enquanto os favoráveis ao MPLA queriam que fosse organizado um novo inquérito, mais rigoroso, sobre as condições reais da luta armada em Angola" (Mbah, 2010, p.211).

O presidente do Congo Brazzaville, Alphonse Massemba-Débat deu início à abertura da conferência, afirmando que o seu país tinha decidido apoiar os Movimentos de Libertação que lutavam para a emancipação dos territórios africanos. Neste contexto, Massemba-Débat, que se assumiu um defensor nato do MPLA, desejava actuar com mais determinação na questão dos movimentos do território angolano, pelo menos no equivalente ao que fazia o Congo Leopoldville, o que o levou a proferir as seguintes palavras:

> "que fazer desses inúmeros militantes do MPLA que se encontravam no nosso território, têm grande vontade de lutar e estão a espera da nossa ajuda? Não terá chegado o momento de debruçarmos sobre esse grave dilema? Porque no fundo, trata-se de combatentes que apenas desejam juntar-se à luta nacional (…)" (Mbah, 2010, p. 211).

Os países aliados ao Movimento de Holden Roberto repudiaram a atitude e as palavras proferidas pelo presidente do Congo Brazzaville, sendo o presidente da Tunísia foi o primeiro a opor-se firmemente e a mostrar o seu desagrado, seguido das intervenções em defesa da sua posição de outros dirigentes africanos, como foi o caso de Ben Bella, Sékou Touré e o coronel Gamal Abdel Nasser[409].

Entretanto surgiu ainda no quadro da crise angolana, um acontecimento inesperado. Jonas Savimbi, que Holden Roberto havia nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, anunciou no Cairo que pedira a sua demissão[410], em consequência do seu «governo» nada ter feito contra as forças portuguesas. Jonas Savimbi criticava as práticas políticas de

[408] Por essa ocasião o MPLA era apoiado pelos seus aliados africanos da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), nomeadamente o PAIGC e a FRELIMO.

[409] Esses apoiantes de Holden Roberto referenciaram, mais uma vez, que a FNLA era o único Movimento de Libertação angolano reconhecido e apoiado pela OUA e que os outros movimentos que quisessem juntar-se à luta armada que se dirigissem ao governo de Holden Roberto.

[410] Vide em anexo XV – Relato de Jonas Savimbi sobre as razões da sua demissão da UPA e do GRAE.

Holden Roberto e denunciava a estagnação da luta armada em Angola. Todos os argumentos utilizados por Jonas Savimbi jogaram em favor do MPLA.

Os países africanos pretendiam que em Angola, como em Moçambique e na Guiné-Bissau, se constituísse uma «frente única de libertação». Assim o MPLA, num memorando distribuído aos participantes da Conferência, referenciou o seu esforço para a unidade do nacionalismo angolano, o que levou a pedir à OUA a liberdade das suas acções. No final da Conferência a OUA decidiu criar a Comissão de Reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola, também conhecida como «Comité dos Três», constituída por três países africanos, o Gana, a República Árabe unida e o Congo Brazzaville, cuja missão seria investigar com mais profundidade a situação militar em Angola e assumir o mandato da MBO.

V.4.3. A Comissão de Reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola

A Comissão de Reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola tinha como principal missão encontrar mecanismos capazes de reconciliar os principais Movimentos de Libertação de Angola, o MPLA e a FNLA, e em seguida à constituição de uma frente política e militar única[411].

A realização do primeiro trabalho dessa comissão teve lugar na cidade do Cairo, entre os dias 12 a 14 de Outubro de 1964. A Comissão de Reconciliação da OUA pretendia utilizar rapidamente um método de trabalho que permitisse obter resultados concretos[412]. Nesta medida, foi acordado e decidido por todos os membros da Comissão "proceder à audição de cada movimento separadamente, dando-lhes latitude para exprimir o seu ponto de vista e o seu projecto de reconciliação"[413].

Deste modo, a primeira missão da Comissão de Reconciliação da OUA foi realizada no Congo Brazzaville, onde o MPLA devia ser o primeiro movimento a ser ouvido, beneficiando-se de um contexto que lhe era favorável. Os países que constituíam o Comité de Reconciliação, contrariamente aos nove países que tinham feito parte da MBO, eram mais

[411]MNE. (S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D.
[412]IAN/TT. (1964). *Comité dos três da OUA – Actividade dos Nacionalistas Angolanos.* Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo Nº 355/64/GP, Exemplar Nº17, Novembro 26.
[413]MNE. (S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D

próximos dos interesses políticos do MPLA[414]. Os dirigentes do MPLA aproveitaram essa conjuntura para expor o seu projecto e a situação política e militar do Movimento, insistindo em reiterados protestos "na sua vontade em chegar rapidamente a um acordo com a FNLA"[415].

Quanto à FNLA, os seus dirigentes recusaram-se simplesmente em cooperar com os membros do Comité de Reconciliação da OUA, sendo que segundo esse Movimento, "os trabalhados realizados pela Comissão não tinham nada a ver com o seu movimento" e fê-lo saber claramente aos seus comissários[416].

As razões que estiveram em causa na atitude da FNLA foram provavelmente motivadas pelo seguinte:

> "o movimento atravessava uma nova crise política, certamente a mais importante da sua história, causada pela demissão do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Savimbi, e de uma boa parte de quadros desse governo. Estes dissidentes do GRAE, antes da chegada da Comissão de Reconciliação da OUA ao Congo Leopoldville, tinham efectuado uma viagem a Brazzaville a fim estabelecer contactos e transmitir a essa a mesma delegação um documento final, explicando em pormenor os verdadeiros motivos da situação crítica que a FNLA enfrentara"[417].

O movimento de Agostinho Neto aproveitou mais uma vez estes acontecimentos, em particular a oposição sistemática do presidente da FNLA e dos seus dirigentes a qualquer iniciativa de reconciliação e unificação dos Movimentos de Libertação de Angola.

Após a Comissão de Reconciliação da OUA ter terminado os seus trabalhos nos Congos Brazzaville e Leopoldville, este organismo deu a conhecer as seguintes conclusões:

> "O MPLA já possui uma estrutura político-militar e administrativa; os militantes do MPLA, animados por um sentimento nacional e patriótico muito acentuado, deparam-se com carências de meios materiais necessários para atingir o seu objectivo principal, a libertação de Angola; os dirigentes do MPLA, conscientes da importância da sua missão e das limitações do seu potencial militar, contentam-se pelo momento com uma acção restrita de acordo com os meios ao seu dispor, mas que poderia ser alargada na medida em que eles possam vir a dispor do material militar necessário"[418].

---

[414] Os países que anteriormente apoiavam a FNLA , como é o caso do Gana e do Egipto, decidiram não apoiar a política de Holden Roberto.

[415] MNE. (S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D.

[416] MNE. (S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D.

[417] IAN/TT. (1964). *Comité dos três da OUA – Actividade dos Nacionalistas Angolanos.* Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo Nº 355/64/GP, Exemplar Nº17, Novembro 26.

[418] MNE. (S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D.

Deste modo, o MPLA passou a ser reconhecido oficialmente como Movimento de Libertação de Angola, o que representou uma etapa decisiva na história do Movimento, pois este acontecimento constituía uma importante vitória sobre o Governo Revolucionário de Angola no Exílio da FNLA.

Para que o MPLA atingisse tal prodígio, vários foram os factores que estiveram em seu favor, entre os quais, as afinidades ideológicas com os países da Comissão de Reconciliação da OUA e a atitude dos dirigentes da FNLA em não se fazerem ouvir perante os membros do «Comité dos Três», o que permitiu ao Movimento de Agostinho Neto defender com toda a tranquilidade as suas posições[419].

Deste modo a Comissão de Reconciliação da OUA concluiu a reunião, afirmando que era impossível a reconciliação entre o MPLA e a FNLA, assim como era incerto a vontade efectiva dos Movimentos de Libertação em busca de uma verdadeira libertação do território angolano.

Insatisfeito com a conclusão da Comissão de Reconciliação, a FNLA decidiu aceitar as condições recomendadas pelo «Comité dos Três» e comprometeu-se a enviar pela mesma ocasião, a 23 de Novembro de 1964, uma representação do seu Movimento a Dar-es-Salam. Porém a delegação da FNLA, uma vez mais, não se fez representar na reunião a comparecer na capital da Tanzânia, o que obrigou a Comissão a tomar medidas de sanção contra este Movimento, "modificando os textos conclusivos da sua missão, retirando definitivamente uma recomendação estabelecendo a outorga de uma ajuda a todos os movimentos nacionalistas angolanos" (Mbah, 2010, p.215).

A partir de 23 de Novembro de 1964 a Comissão da OUA resolveu, por um lado, estabelecer a rotura definitiva com a FNLA, por outro, decidiu conceder uma ajuda financeira acrescida de uma assistência material unicamente aos combatentes do MPLA[420].

V.4.4. Os Acordos do Cairo de 1966

A IIª Conferência dos Chefes de Estados e de Governo da OUA celebrada no Cairo, e a Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Lagos haviam fixado a realização de uma outra conferência ao mais alto nível no Cairo, em Julho de 1966. Esta conferência foi

[419] Para além destes factores podemos apontar também a ineficácia da luta armada conduzida pela FNLA-GRAE e a dissidência do grupo de Jonas Savimbi em plena sessão no Cairo, em 1964.
[420] MNE. (S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D.

intitulada de «IIIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo» e ficou assinalada pelo reconhecimento do fracasso do «Comité dos Três».

Apesar de o «Comité dos Três» ter reconhecido oficialmente o MPLA, este órgão não conseguiu estabelecer a reconciliação entre os dois movimentos antagónicos angolanos, nem sequer tinha obtido os meios militares suficientes para dar resposta às necessidades dos guerrilheiros do MPLA. Foram todos esses acontecimentos que estiveram na origem da realização da conferência do Cairo em 1966[421].

Sobre o caso dos Movimentos de Libertação de Angola, a conferência não tomou nenhuma decisão importante, apesar de constar no relatório apresentado pelo «Comité dos Três» todo o esforço desenvolvido pelo MPLA. Para uma melhor resolução da questão angolana, o Comité propôs a criação de uma Comissão Militar Neutra (CMN) capaz de avaliar permanentemente a situação da luta armada no território angolano[422].

Deste modo, a Comissão Militar Neutra visava entre outros objectivos:

> "Avaliar em colaboração com o Comité de Libertação da OUA, a situação militar no território angolano e detectar meios de a tornar mais eficaz; e funcionar como um órgão de arbitragem capaz de resolver as divergências entre o MPLA e a FNLA"[423].

Para dar sequência às actividades da Comissão de Libertação da OUA, o «Comité dos Três» decidiu convidar pela primeira vez os responsáveis dos dois Movimentos antagónicos angolanos a participarem numa reunião a ter lugar no Cairo, entre 10 e 13 de Outubro de 1966. A realização dessa reunião visava a reconciliação dos Movimentos de Libertação de Angola.

Entre os participantes da reunião[424], salienta-se a presença do Secretário-geral adjunto da OUA, o Secretário-geral adjunto do Comité de Libertação para a África, os delegados da OUA e os representantes dos principais Movimentos de Libertação[425] de Angola[426].

---

[421]Vide anexo XX – Acordo entre FNLA e o MPLA (1966).

[422] A Comissão Militar Neutra era composta pelos Camarões, o Senegal e a Etiópia. Esta organização deveria trabalhar em colaboração com o «Comité dos Três» e concentrar esforços na acção militar.

[423]IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[424]Os membros do «Comité dos Três» que tiveram presença nessa reunião são: Naguib El Sadr, director do Departamento dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Unida, J. N. Quashie, embaixador do Gana no Congo Leopoldville (actual República Democrática do Congo) e Albert Elenga, primeiro Secretário da Embaixada da República do Congo Brazzaville no Egipto.

[425] Do lado dos Movimentos de Libertação de Angola, nem o presidente do MPLA nem o da FNLA acharam necessário marcar a sua presença na reunião do Egipto. A delegação da FNLA presente na conferência era

Na fase final da conferência do Cairo, houve um novo acordo político entre MPLA e FNLA, susceptível de pôr um termo ao clima de animosidade vigente na vida política e em particular nas relações entre os dois Movimentos. Assim, o novo acordo estabelecido entre o MPLA e a FNLA propunha o comprometimento desses últimos em "libertar os prisioneiros de guerra que estivessem em sua posse e a criação de uma estrutura político-militar comum constituída pelo MPLA e FNLA, que estaria sob a supervisão da OUA"[427].

O acordo de reconciliação entre os dois Movimentos de Libertação de Angola realizado no Cairo foi, uma vez mais, recusado por parte de Holden Roberto. O presidente da FNLA, deliberadamente ausente aquando das negociações, considerou que o seu representante "não auferia de prerrogativas que lhe permitissem assinar documentos em nome do movimento" (Mbah, 2010, p.217). Contrariamente a atitude do presidente da FNLA, o MPLA reconheceu a legitimidade desse acordo[428].

Mediante estes factos, somos obrigados a concluir que a Organização da Unidade Africana não foi suficientemente capaz de fazer face a esta situação, uma vez que não obteve qualquer tipo de resposta por parte das autoridades do Congo Leopoldville no que diz respeito à aplicação das diferentes medidas de resolução para o caso concreto de Angola.

Neste contexto, durante o período da realização dos acordos do Cairo, isto é, em 1966, o MPLA apresentou um relatório onde afirma as suas principais actividades de luta armadano interior do território angolano. Neste relatório constava que após a abertura da sua II Região Política Militar, em Cabinda, o Movimento de Agostinho Neto com o indiscutível apoio das autoridades zambianas, protagonizou inúmeros sucessos no Leste do território angolano, o que levou a abrir a sua III Região Política Militar na região do Moxico.

Por sua vez os representantes do movimento de Holden Roberto, no decorrer da reunião do Cairo, não foram capazes de apresentar um balanço convincente sobre as principais actividades do Movimento no interior de Angola, confirmando deste modo a tese dos dissidentes da FNLA aquando da realização da reunião de 1964, de que a luta armada

composta pelo Nicolau Vieira, representante do movimento no Cairo, e André Miranda, membro do Comité Central. Quanto ao MPLA, os representantes eram Luís Azevedo Jr. e Daniel Chipenda, ambos membros do Comité director do movimento, Paulo Jorge e Francisco barros, respectivamente representantes do MPLA no Egipto e junto do Secretariado da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA) (Mbah, 2010, p. 216).

[426]MNE. (1966). *Acordo entre MPLA e o GRAE sobre a reconciliação dos dois movimentos.* Cairo. AHD. PAA 512, processo 940. 1 (7) D. Outubro 10.

[427]MNE. (1966). *Acordo entre MPLA e o GRAE sobre a reconciliação dos dois movimentos.* Cairo. AHD. PAA 512, processo 940. 1 (7) D. Outubro 10.

[428]MNE. (1966). MPLA/GRAE. AHD. PAA 512, processo 940. 1 (7) D. Informação Nº 1.152 SC/CI (2), Dezembro 6.

travada por este movimento em Angola estava praticamente paralisada[429]. É neste cenário de eminente desaparecimento político do Movimento e de desacreditação dos seus aliados que os dirigentes da FNLA, não tendo outra alternativa, foram obrigados a aceitar as decisões impostas pela Organização da Unidade Africana. Perante esta situação de desarticulação política, a FNLA resignou-se e finalmente aceitou discutir as questões de paz e de segurança com os dirigentes do MPLA, movimento que passou a ser reconhecido pela organização pan-africana. Na verdade, esta atitude da FNLA tratava-se apenas de uma manobra política para ganhar algum tempo e escapar provisoriamente às sanções da OUA, como veremos mais adiante.

V.4.5. O Acordo de Kinshasa de 13 de Dezembro de 1972

A questão da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola foi sempre uma preocupação de diversas personalidades políticas e de Organizações Internacionais interessadas na vitória desses mesmos movimentos, com especial relevância para a união da FNLA e do MPLA.

Deste modo, após a criação do «Comité dos Três» em 1964, e da Comissão Militar Neutra em 1966, houve um aumento significativo das iniciativas do Comité de Libertação da OUA para a reconciliação e unificação dos Movimentos de Libertação de Angola. A partir de 1967, logo a seguir ao fracasso dos acordos do Cairo de 1966, a Comissão Militar Neutra lançou um novo desafio a OUA [430] no sentido dessa organização realizar uma acção diplomática de reconciliação entre o MPLA e a FNLA[431].

Em Agosto de 1968, em plena reunião do Comité de Libertação da OUA em Argel, foi proposto que fosse "retirado o reconhecimento ao FNLA/GRAE em virtude de este ser o

[429] Numerosos membros da FNLA no Congo Leopoldville criticavam e insurgiam contra alguma das suas práticas arbitrárias. Havia mesmo quem se interrogasse sobre os verdadeiros objectivos do GRAE.

[430] A Comissão Militar Neutral lançou também um apelo para que a OUA exercesse maior pressão sobre os dois Movimentos, no sentido de libertarem os prisioneiros de guerra detidos por ambos os Movimentos e aconselhou por sua vez os países fronteiriços de Angola a não praticarem uma política de descriminação em relação a um dos dois Movimentos de Libertação.

[431] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS, processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

causador da estagnação da luta em Angola e levar ainda a efeito acções contra o MPLA"[432] (EME, 2006, p. 430).

As propostas que visavam a retirada do reconhecimento da FNLA/GRAE não foram aplicadas em virtude da não obtenção da maioria de votos requeridos para que a sua aplicação se efectivasse. A OUA mais uma vez, não foi capaz de resolver os problemas de reconciliação entre os dois Movimentos de Libertação, deixando a responsabilidade aos próprios angolanos de encontrarem um caminho para a reconciliação, e de se unirem numa única frente de luta comum[433].

O Comité de Reconciliação da OUA numa outra reunião do Conselho Ministros dos Estados membros, realizada em Addis Abeba em Fevereiro de 1969, reiterou novamente a sua habitual posição em relação a retirada do reconhecimento oficial da FNLA/GRAE, propondo, do mesmo modo, um aumento da ajuda concedida ao MPLA. A Posição do Comité de Reconciliação da OUA foi contestada por alguns delegados dos Estados membros dessa organização[434], aquando da realização da Conferência dos Chefes de Estados e de Governo de Setembro de 1969[435].

Em Junho de 1970, teve lugar em Roma a Conferência Internacional de Solidariedade ao MPLA, FRELIMO e PAIGC com a finalidade de mobilizar a opinião pública mundial, para um maior apoio aos Movimentos de Libertação. Foi somente neste ano, numa reunião do Conselho de Ministros da OUA, que o Comité de Libertação da OUA defendeu e aprovou as posições do MPLA. O Movimento de Holden Roberto foi profusamente criticado pelos participantes, por todos os entraves provocados e pela sua falta de colaboração.Quanto ao MPLA, foi reconhecido como o único movimento de libertação representante do povo angolano, razão pela qual " lhe foi concedido um aumento significativo da ajuda de que já beneficiava"[436].

Em Junho de 1971, na VIIIª Cimeira da OUA, foi criada uma comissão de quatro membros, RPC, R. Zaire, Zâmbia e R. da Tanzânia, com a finalidade de negociar a unificação

[432] Com a retirada do reconhecimento da FNLA como Movimento de Libertação de Angola, o MPLA foi ocupando internacionalmente uma posição mais visível que viria a atingir o seu ponto máximo em Novembro de 1972, como legítimo representante do povo angolano

[433] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[434] Entre os delegados que contestaram a posição do Comité de Reconciliação da OUA encontram-se os aliados da FNLA, nomeadamente a Libéria, a Tunísia, o Congo Brazzaville e os membros da Organização Comum Africana e Malgache (OCAM).

[435] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[436] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

do MPLA e FNLA. Durante alguns meses esta Comissão não desempenhou nenhuma actividade e parecia ter ficado no esquecimento. Entretanto para isso muito contribuía a posição ideológica do presidente da República do Zaire (ex-Congo Leopoldville) general Mobutu que até então, se podia considerar sob a "influência do bloco ocidental", designadamente dos EUA (EME, 2006, p. 431).

Em Junho de 1972, a FNLA encontrava-se sem ajuda proveniente da OUA, o que obrigava de certa forma a um maior apoio por parte dos seus aliados, como foi o caso da República do Zaire. Essa provavelmente foi uma das razões que levou o presidente da República do Zaire, general Mobutu, a encontrar-se com o chefe de Estado do República Popular do Congo, Marien Ngouabi, para forçar o presidente da FNLA a aceitar um diálogo com os dirigentes do MPLA[437].

Deste modo, o encontro de Brazzaville entre Mobutu e Marien Ngouabi ocorreu no dia 8 de Junho de 1972, e foi a primeira etapa de uma série de negociações futuras inter-angolanas, que teriam por desfecho os acordos de Kinshasa em Dezembro desse mesmo ano. Nesta reunião, os Movimentos de Libertação de Angola fizeram-se representar ao mais alto nível, sendo que do lado do MPLA estavam presentes o Dr. Agostinho Nero, Lúcio Lara, Caetano Jacob e Inácio Baptista. Do lado da FNLA estavam presentes Holden Roberto[438], Johnny Eduardo, Ngola Kabangu, Samuel Abrigada, Carlos Cambando, Sebastião Lubaki, João Mateus e André Massaki[439].

A presente reunião apontava diferentes interesses para cada movimento. Se para os dirigentes do MPLA o acordo com a FNLA representava uma mais-valia, para a unificação dos dois Movimentos, os seus homólogos da FNLA apresentaram uma atitude oposta[440] para com esse encontro[441].

Até à fase final do encontro nenhuma decisão em concreto se tinha tomado, e nem sequer foram assinados nenhum acordo entre o MPLA e a FNLA. Apenas foi divulgado um comunicado dos presidentes da República do Zaire e da República Popular do Congo a

[437] MNE. (1972). *Telegrama recebido de representação de Portugal em Kinshasa*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Junho 9.

[438] Esta reunião foi a primeira em que o presidente da FNLA se fez representar pessoalmente para tratar questões de negociações de paz e de reconciliação com o MPLA.

[439] Arquivos Fundação Mário Soares. Pasta Nº 2237.00. Carta do MPLA a Suas Excelências os membros da comissão presidencial da OUA sobre a unidade do nacionalismo angolano. Brazzaville, 4 de Março de 1972.

[440] Os dirigentes da FNLA consideravam que a reunião de Brazzaville era uma manobra estratégica do MPLA.

[441] MNE. (1972). *Telegrama recebido de representação de Portugal em Kinshasa*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Junho 7.

assinalar o fim dos trabalhos, convencidos da necessidade e da possibilidade dos dois Movimentos chegarem ao entendimento[442].

Em 12 de Junho de 1972, em Rabat, na realização da IXª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da OUA, o general Mobutu "assumiu um papel de relevo e reiterou o convite aos países que constituíssem a comissão conciliadora com vista a promoverem a criação de uma frente unida FNLA/MPLA" (Nunes, 2006, p.431). A postura e a atitude do presidente da República do Zaire conduziram-no a uma posição de destaque no continente africano que certamente procurava e o levou a novas tomadas de atitude no campo político.

Face a uma crescente e visível notoriedade que o MPLA estava assumindo internacionalmente em detrimento da FNLA, o presidente do Zaire na tentativa de salvar a FNLA propôs novamente a reconciliação dos movimentos, passando assim para o seu controlo toda a luta armada desenvolvida por aqueles movimentos.

Em 7 de Setembro de 1972 foi realizada na capital da Tanzânia a Conferência de Chefes de Estado da África Central e Oriental, na qual o presidente do Zaire e o presidente da FNLA não se fizeram representar, o que gerou uma certa contestação por parte dos dirigentes do MPLA face à necessidade de defesa da «Frente Unida».

É importante referir que todos esses encontros ao mais alto nível entre dirigentes africanos constituíam, de certa forma, uma resposta às pressões do Comité de Libertação da OUA e a aplicação das recomendações efectuadas na última Conferência dos Chefes de Estados realizada em Rabat[443].

Em Dezembro de 1972, mais concretamente entre os dias 11 a 13, foi realizado em Kinshasa um encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da República do Zaire, da República Popular do Congo, da Zâmbia e da Tanzânia, "assistidos pelo Secretário-geral Adjunto da OUA e por dois Secretários Executivos do Comité de Libertação, para examinar as vias e os meios práticos para realizar a unificação dos dois movimentos" (Nunes, 2006, p.433). Esta reunião contou com a presença dos presidentes da FNLA e do MPLA, assim como as suas respectivas delegações[444].

No decorrer da reunião foi dada a palavra aos líderes dos Movimentos de Libertação de Angola, onde o presidente da FNLA aproveitou para referenciar todas as tentativas de

[442]MNE. (1972). *Telegrama recebido de representação de Portugal em Kinshasa*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Junho 9.

[443] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[444] De acordo com fontes ligadas a Embaixada Portuguesa em Kinshasa, esta conferência ter-se-ia passado em duas sessões. A primeira no dia 11, em presença de diplomatas acreditados em Kinshasa, e outra, mais tarde, à porta fechada.

reconciliação que até a essa dada tinham fracassado, sem no entanto fazer menção às causas. Por seu lado, Agostinho Neto na sua intervenção chamou a atenção dos presentes para o facto de que os "interesses de Angola e da África deviam fazer esquecer as divergências anteriores, a fim de se poder entrar numa nova fase de luta armada"[445].

No final da reunião foi celebrado um acordo entre os dois Movimentos de Libertação, o que permitiu a criação das primeiras estruturas comuns, integrando membros das duas partes, nomeadamente:

1. Concelho Supremo da Libertação de Angola (CSLA): Miguel Timóteo, Paulo Jorge, Norman Lanvu, Dona Vieira Lopes, João Domingos e António Miranda.
2. Conselho Político Angolano (CPA): Lúcio Lara, Domingos da Silva, Pascual Luvualu, Marcelino Miranda, Daniel Chipenda[446] e Papa Ignace.
3. Comando Militar Unificado (CMU): Philippe Floribert Monimambu, Pedro Maria Tonha, Iko Carreira, Nzazi, Paiva Magalhães e Ndozi[447].

O Conselho Supremo da Libertação de Angola era o órgão encarregado de coordenar, ao mais alto nível, todas as políticas do CMU e CPA, tendo como presidente um elemento do MPLA que acumulava estas funções com as do Secretário do Conselho. Este órgão era ainda constituído por todos os elementos, que faziam parte do CPA e do CMU. Foi criada uma comissão de arbitragem constituída por representantes da Tanzânia, República Popular do Congo, da Zâmbia e da República do Zaire, a fim de zelar pelo bom desempenho e aplicação de todas medidas do CSLA[448].

O Conselho Político Angolano era o órgão que coordenaria as acções de propaganda, mobilização e actividades diplomáticas, pelo bem-estar da população civil e pela ligação e consolidação das zonas libertadas. A presidência desse órgão foi atribuída a um elemento da FNLA, sendo que a vice-presidência foi atribuída a uma entidade do MPLA. Além dos

[445]MNE. (1972). *Carta da Embaixada de Portugal em Kinshasa dirigida ao Director do Gabinete dos Assuntos político do Ministério do Ultramar*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Dezembro 21.

[446]Daniel Chipenda ingressou no MPLA no início do ano de 1960. Foi nomeado dirigente da Juventude do MPLA em 1964, aquando da realização da Conferência de Quadros do Movimento. Em 1965, foi indicado para iniciar os contactos na Zâmbia com objectivo de abrir a Frente Leste e, apesar dos problemas internos do governo zambiano, Chipenda contribuiu para o sucesso da operação.

[447]IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS.processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[448]IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS, processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

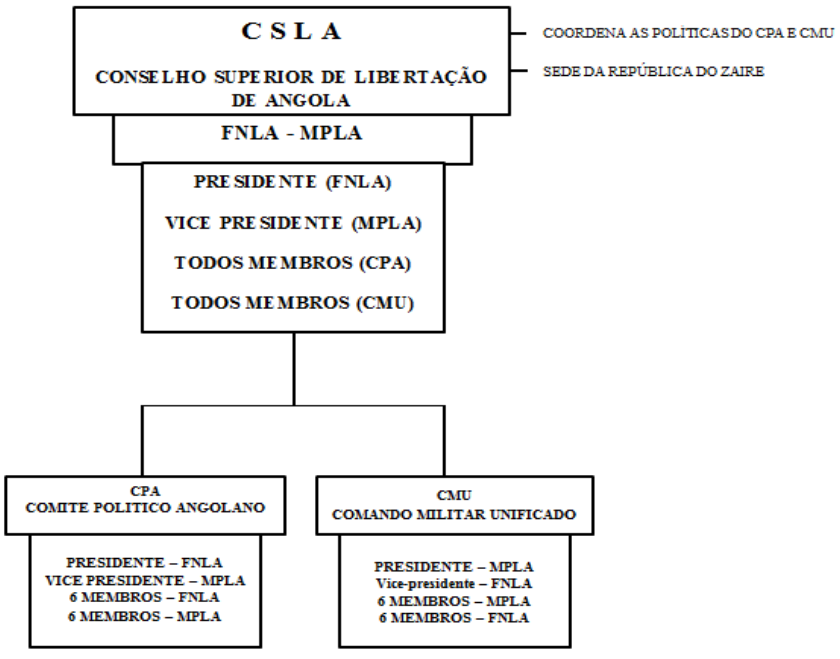
elementos indicados, faziam ainda parte da estrutura desse órgão seis individualidades indicadas por cada um dos Movimentos[449].

O Conselho Militar Unificado ficava com a responsabilidade da planificação e condução da luta armada em todo os seus aspectos militares. Este órgão era presidido por uma entidade do MPLA, a vice-presidência ficou a cargo de um elemento da FNLA, e ainda faziam parte deste órgão seis oficiais de cada um dos Movimentos.

Ainda na mesma reunião ficou decidido o seguinte:

> "Os órgãos criados ficariam instalados na República do Zaire; o CMU elaboraria o mais depressa possível um programa de familiarização de recrutamento, de formação, de deslocações e avaliações dos meios de guerra e de operações combinadas" (EME, 2006, p. 434).

Assim, do acordo celebrado em 13 de Dezembro de 1972 acabara de nascer o Conselho Supremo de Libertação de Angola, cuja presidência foi entregue a um dirigente da FNLA e que dele dependiam directamente dois órgãos: o CPA e o CMU. Foi igualmente apresentado um projecto de estrutura da CSLA conforme é apresentado na (figura n.º 11).



Fonte: EME, 2006

FIGURA N.º 11 – Organigrama do CSLA

[449]IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

Deste modo, do acordo estabelecido entre os dois movimentos podem-se tirar as seguintes considerações:

- Tanto a FNLA como o MPLA mantinham as suas individualidades, face à reconciliação, pelo que não era pertinente falar numa reunificação dos dois movimentos;
- O órgão militar tinha a presidência do MPLA, cujos militares estavam muito melhor preparados técnica e psicologicamente do que os da FNLA, posição que lhe dava preponderância militar;
- A presidência do órgão político competia à FNLA que tinha menor projecção internacionalmente do que o MPLA. Este iniciou logo uma activa acção política, através de visitas de Agostinho Neto, especialmente a países de feição comunista, o que diluiu a importância da FNLA (EME, 2006, p.436).

Quanto a atribuição de postos de comando, é importante salientar a atitude dos dirigentes do MPLA na intervenção da escolha dos cargos. O Movimento de Agostinho Neto, segundo parece, utilizou uma estratégia de deixar a cargo da FNLA os órgãos de comando com responsabilidades políticas. Desta forma, o presidente do MPLA deixou a presidência do Conselho Político Angolano a cargo de um dirigente da FNLA, porque na óptica de Agostinho Neto o essencial seria manter o controlo da estrutura militar comum, uma vez que este órgão teria a responsabilidade pelo recrutamento e formação dos guerrilheiros, bem como a condução e planificação das actividades de guerrilha[450].

Deste modo, a lista de elementosdo MPLA a ocuparem cargos nos novos órgão criados foi entregue por Agostinho Neto, a 27 de Dezembro de 1972, em Brazzaville[451]. De acordo com a PIDE, o presidente do MPLA não apresentou de forma completa a lista dos efectivos do MPLA, nem sequer deu as informações do potencial militar do seu Movimento,

[450] MNE. (1972). *Carta da Embaixada de Portugal em Kinshasa dirigida ao Director do Gabinete dos Assuntos político do Ministério do Ultramar*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Dezembro 21.

[451] Nesta lista estavam nomeados parra integrar o Conselho Político Angolano (CPA) Lúcio Lara, Domingos da Silva, Pascoal Luvualu, Marcelino Miranda, Daniel Chipenda e Papa Ignace. Para o comando Militar Unificado foram nomeados Philippe Floribert Monimambu e os comandantes Anany, Pedro Maria Tonha (Pedalé), Iko Carreira, Nzazi, Paiva Magalhães e Ndozi. Para o SCSL foram nomeados Miguel Timóteo, Paulo Jorge, Norman Lanvu, Dona Vieira Lopes, João Domingos e António Miranda.

supondo que Holden Roberto faria o mesmo a respeito dos seus efectivos e meios de combate[452].

A FNLA, por sua vez, também apresentou uma lista de candidatos encarregados de a representar nos órgãos comuns criados[453]. Entre os candidatos da FNLA encontrava-se o nome de André Massaki, membro do PDA, nomeado para ocupar a função de presidente do CPA. Esta nomeação provocou uma grande irritação entre os dirigentes da FNLA[454], que teriam preferido que o lugar fosse ocupado por um outro dirigente do PDA, mais precisamente Pedro Gadimpovi[455].

De modo geral, os acordos de Kinshasa foram estabelecidos num clima caracterizado por intensa perturbação e falta de vontade por parte dos dirigentes da FNLA[456], associados à falta de experiência e incapacidade dos dirigentes africanos responsáveis para a condução do processo de reconciliação dos dois Movimentos, e da ineficácia do órgão encarregado de arbitrar os diferendos que pudessem surgir.

Deste modo, acabamos de analisar o conjunto de iniciativas de paz e de reconciliação realizadas por diversos actores políticos para pôr um fim às rivalidades dos principais Movimentos de Libertação de Angola. Nesta análise verificou-se a falta de persistência de ambos os Movimentos, em encontrar uma via comum para a resolução dos seus diferendos. Em suma, os dirigentes dos Movimentos de Libertação de Angola não acataram as directivas das autoridades da OUA, para a resolução do conflito armado angolano.

---

[452] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[453] Os nomes escolhidos por Holden Roberto para o CPA eram: André Massaki (PDA), da Costa, Hendrick Vaal Neto, Gourgel, Eduardo Pinnock e Pedro Gadimpovi.

[454] A designação dos membros do PDA destinados a fazer parte dos órgãos comuns do GRAE-MPLA continuou a fazer furor no seio da FNLA, atingindo esta situação o seu ponto mais no decorrer da realização de uma reunião a 2 Janeiro de 1973, quando o presidente do PDA, Samuel Nteka, criticou directamente o presidente da FNLA, injuriando publicamente outros membros dirigentes da FNLA.

[455] IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

[456] De acordo com fontes ligadas a Embaixada portuguesa em Kinshasa, o presidente da FNLA afirmou, dois dias depois da realização dos acordos de Kinshasa, isto é, em 15 de Dezembro de 1972, que Mobutu ameaçou expulsar as forças da FNLA no seu território caso Holden Roberto não assinasse o acordo. Esta atitude de Mobutu talvez se explique pelo isolamento diplomático de que era vítima a FNLA por parte da OUA, agravado pela má situação económica do seu país. Esta situação de crise económica no Zaire impossibilitava este país a prestar apoio financeiro ao GRAE. Ver em : MNE. (1972). *Carta da Embaixada de Portugal em Kinshasa dirigida ao Director do Gabinete dos Assuntos político do Ministério do Ultramar*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Dezembro 21.

Capítulo VI

DOS ACORDOS DE INDEPENDÊNCIA À INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO ANGOLANO

A descolonização ocorrida em África, em particular na África lusófona, resulta de uma década de conflitoslevados a cabo pelos Movimentos de Libertação africanos e pelas forças armadas de Portugal. Na perspectiva do Estado português, o confronto armado era justificado pelo princípio político da defesa do que considerava ser território nacional, baseado no conceito de nação pluricontinental e multirracial. Quanto aos Movimentos de Libertação, a guerra justificava-se pelo inalienável princípio de autodeterminação e independência,pelo que contaram com um quadro internacional de apoio e de incentivo à sua luta.

O Estado Novo, primeiro com Salazar e depois com Marcelo Caetano, manteve com rigidez a política colonial, descurando os processos de reflexão para a resolução credível da problemática dos territórios africanos. No entanto, o 25 de Abril de 1974 traria alterações profundas à estrutura e à natureza do regime político português, uma das quais colocando termo imediato às guerras coloniais. As fases de transição para a independência foram negociadas com os Movimentos de Libertação, traduzindo-se no fim das acções militares envolvendo forças portuguesas.

Todavia, poder-se-á afirmar que a descolonização do território angolano constituiu um processo inacabado. Por exemplo, no plano interno, as rivalidades existentes entre os diferentes actores políticos (nomeadamente a FNLA, o MPLA e a UNITA),dificultaram a tomada de qualquer decisão pacífica e, no plano externo, mais especificamente na metrópole, as divergências entre os militares portugueses do Movimento das Forças Armadas (MFA), alguns defendendo o fim das guerras coloniais e a concessão da independência às colónias e outros desejando manter o *status quo*. Na mesma ordem de ideias, os próprios problemas da política portuguesa, decorrentes do golpe de Estado de 25 de Abril, contribuíram para adensar a situação.

Na senda internacional, podem ser evocadas as rivalidades ideológicas entre os blocos capitalista e socialista, visto que a descolonização ocorreudurante a “Guerra Fria”. Assim, estes aspectos exógenos influenciaram a evolução dos acontecimentos em Angola, encontrando um terreno propício a partir de 1974/75.

VI.1. O Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e a descolonização de Angola

O golpe de Estado do 25 de Abril de 1974 ("Revolução dos Cravos") foi levado a cabo por militares dos três ramos do Movimento das Forças Armadas (MFA), pondo fim a 48 anos de ditadura e a 41 anos de Estado Novo em Portugal.

Após o 25 de Abril, seguiu-se um período revolucionário e, em apenas dois anos, Portugal vivenciou a mais profunda mudança da sua História, não só do ponto de vista do sistema político, mas também das concepções, das estruturas e das relações sociais e económicas.As independências dos territórios coloniais, ocorridas entre Outubro de 1974 e Novembro de 1975 (com excepção de Macau e de Timor), consubstanciaram a decisiva metamorfose entre o Portugal 'anterior'e o Portugal 'posterior' à Revolução dos Cravos.

VI.1.1. O 25 de Abril de 1974

Antes de se ter desencadeado o conflito armado no território angolano, as Forças Armadas Portuguesas já estavam 'divididas'em relação à política do regime Salazarista[457]. Desta forma, os acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março de 1961 em Angola motivaramalguns militares portugueses a organizarem uma acção contra as próprias autoridades portuguesas.

O primeiro indício dessa manifestação ocorreu em Abril de 1961, um mês depois do início da luta armada no território angolano, quando Ministro da Defesa Nacional do governo, general Botelho Moniz, resolveu insurgir-se beneficiando do apoio de oficiais das Forças Armadas Portuguesas e dos Estados Unidos da América, desejosos de ver "cair" o regime político Salazarista (Correia. 1991, p. 44).

No decorrer de 1973 e de 1974, as Forças Armadas Portuguesas, em particular o exército, evidenciavam grupos contestatários que, na sua maioria, integravam o contingente destacado para as missões em África. Nesta medida, o Movimento dos Capitães[458]envidou

[457] Havia uma facção de militares (favoráveis ao general Humberto Delgado, candidato às eleições presidenciais de 1958) que se oponham ao sistema político salazarista. Consideravam que o resultado das eleições de 1958 constituía uma fraude eleitoral organizada pelo governo.

[458] O aparecimento do Movimento dos Capitães está associado à promulgação dos decretos-lei n.º 353, de 15 de Julho de 1973, e n.º 409, de 20 de Agosto desse mesmo ano, por via dos quais o ministro da Defesa, Sá Viana

esforços para implantar-se no território angolano e, aí, suscitou uma larga adesão junto de outros corpos das Forças Armadas que viam nela a única organização capaz influenciar uma parte considerável do corpo do exército português. Alguns meses mais tarde, o Movimento dos Capitães deu lugar a uma nova estrutura denominada Movimento das Forças Armadas (MFA), sendo que as suas primeiras actividades estavam centradas numa nova análise da guerra colonial no continente africano.

Deste modo, a posição do MFAera cada vez mais estável e radicalizada na política nacional, o que levou os seus membros a admitirem a necessidade de encontrar soluções para a questão da guerra colonial em África. Conforme Correia (1991), coexistiam duas correntes de pensamento antagónicas: de um lado, os oficiais favoráveis à inclusão da questão colonial no seu manifesto e, do outro, os oficiais que eram contrários a essa ideia. Perante estes factos, "o Governo Português preocupou-se em manter o general na sua órbita, tendo-lhe atribuído a mais alta condecoração portuguesa, a Ordem da Torre e Espada e, em 14 de Janeiro de 1974, foi nomeado Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas «CEMGFA» sob proposta de Francisco da Costa Gomes[459]" (Carvalho, 2009, p.74).Todavia, começara a entrar em "rota de colisão" com o poder e, no seu discurso de tomada de posse, empregou uma expressão que revelava o seu posicionamento: "as Forças Armadas não são a guarda pretoriana do poder" (Rodrigues, et. al.,2001, p.171). Assim, o comandante militar mais respeitado do exército português começava a distanciar-se da política do Estado Novo.

Após treze anos de intensosconfrontos militares entre Portugal e os Movimentos de Libertação de Angola, em Fevereiro de 1974, o general Spínola, que tinha sido nomeado governador-geral da Guiné-Bissau, publica «Portugal e o futuro»[460], na qual não atribui importância aos assuntos relacionados com a política colonial ou com o futuro dos territórios coloniais. Defendendo o *status quo,* propõe soluções consideradas neocolonialistas que se inscrevem no quadro de uma estrutura política federal advinda do reagrupamento da metrópole e das colónias (Spínola, 1974). Este ponto de vista era - em si mesmo - contraditório em relação aos objectivos defendidos pelos Movimentos de Libertação da África

---

de Rebelo, pretendia resolver o problema que comprometia a continuidade da guerra, a insuficiência de oficiais, entre outros. Os oficiais milicianos podiam seguir uma formação intensiva de dois semestres na Academia Militar, enquanto para os cadetes a formação era de 4 anos (História de Portugal, 1993, p. 21).

[459]Francisco da Costa Gomes (1914 – 2001) foi um militar e político português. Foi o décimo quinto Presidente da República Portuguesa, o segundo após a "Revolução dos Cravos".

[460]De acordo com Macqueen (1998), as razões fundamentais que levaram o general Spínola a escrever este livro não foram exclusivamente militares. Segundo parece, o autor quis focar os desejos de certos grupos industriais portugueses instalados em África que procuravam, por todos os meios, modernizar a economia colonial e as estruturas políticas, no sentido de melhorar o desempenho da colonização portuguesa e,pela mesma ocasião, tranquilizar os povos autóctones.

lusófona. O efeito político que a obra despoletou foi superior ao seu valor literário ou às teses nela contidas, como a do federalismo, anteriormente debatidas e defendidas na sociedade portuguesa por outros militares e políticos e cuja viabilidade era questionável, para não dizer inexequível (Carvalho, 2009).

Considerando dispôr de uma solução política para a guerra que não previa a sua continuidade e contrariando a linha política seguida pelo Exército português, em 15 de Março de 1974, Marcello Caetano exonera o general Spínola do cargo de vice-CEMGFA, bem como Gosta Gomes, oficial general que desempenhava a função de CEMGFA (Carvalho, 2009, p.75). Apesar da demissão dos mais altos comandantes do Exército, o governo português (representado pelo presidente da República Américo Tomáse pelo presidente do Conselho Marcello Caetano[461]) não avançouqualquer solução pacífica para a resolução da questão colonial com os Movimentos de Libertação Africanos, sendo a "guerra" a única alternativa.

Após a queda do regime fascista em 25 de Abril de 1974, na primeira reunião entre o MFA e a Junta de Salvação Nacional (JNS)[462], o general Spínola,almejando concretizar as suas ideias neoconservadoras, exigiu - sem sucesso - a alteração de alguns pontos inscritos no programa do MFA, nomeadamente"o nítido reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção rápida de medidas visando a autonomia administrativa e política dos territórios do Colónias, com participação efectiva das populações autóctones" (Correia, 1991, p.56). Contrariamente, muitas individualidades da esfera social e política portuguesa eram favoráveis ao reconhecimento dos direitos dos povos africanos à autodeterminação e à independência.

[461]Designação do chefe do Governo, de acordo com a Constituição de 1933, Artigo 106º (Miranda, 1981, p. 239).

[462]A Junta de Salvação Nacional era uma organização criada pela estrutura de comando do MFA e tinha como objectivo assegurar a transição política entre o fim do regime corporativo e o início deum regime democrático com a nomeação de um Presidente da República e a posse de um Governo provisório. Este novo órgão era composto pelos seguintes elementos: general António de Spínola, general Francisco da Costa Gomes, capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, general Manuel Diogo Neto, brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo (Carvalho, 2009).

VI.1.2.O Processo de Descolonização de Angola

As autoridades portuguesas dos pós 25 de Abril deram sinais positivos e favoráveis quantoà descolonização. No que se refere a Angola, o primeiro sinal foi a substituição do governador-geral, Santos e Castro, pelo tenente-coronel Soares Carneiro. Este novo mandatário do governo português em Angola estava consciencializado da missão que lhe era incumbida, dadas as inquietações e as exigências das populações locais que esperavam informações precisas sobre o futuro do território angolano. Apesar da exoneração de Santos e Castro, o governo português demonstrou parcialidadena sua acção, dando maior ênfase aos interesses económicos dos colonos europeus do que às reivindicações da população angolana.

Deste modo, o período que se seguiu ao golpe de Estado do 25 de Abril caracterizou-se em Angola por uma sucessão de conflitos,manifestadosatravés de afrontamentos quotidianos de rara violência entre o povo angolano e alguns colonos portugueses[463].Com o aproximar da data das negociações políticas entre Portugal e os representantes dos Movimentos de Libertação de Angola, a preocupação principal das autoridades portuguesas era determinar com quem e em que moldes alicerçá-las. Nestecontexto, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, afirmou perante a comunidade internacional que o governo português era favorável à descolonização (e não pelo neocolonialismo), estando a promover esforços para estabelecer contactos com os principais Movimentos de Libertação (MPLA, FNLA e UNITA). Assim, Portugal punha termo a todas as suspeições nascidas das contradições alimentadas pela ala conservadora dos militares, decidida em manter o *status quo* em Angola.

Em Julho de 1974, para dar sequência ao processo de descolonização, a JSNconstituiu a Junta Militar de Angola (JMA) que seria dirigida pelo Almirante Rosa Coutinho (membro da JSN de Lisboa) e cujas finalidades visavam "acelerar o processo de descolonização até ao momento da transferência do poder político para os representantes legítimos do povo angolano" (Reis, 2010, p. 251). Nesse âmbito, a primeira actividade desenvolvida pela JMA foi possibilitar aos Movimentos de Libertação que integrassemo governo, se assim desejassem, proposta aliás recusada pelos dirigentes da FNLA (Coutinho, 1993).

Apesar dos resultados menos positivos da primeira actuação, a JMA voltou a enunciar outras medidas para encontrar uma solução pacífica para a crise. Em 9 de Agosto de 1974, fez

[463]IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1100030. Pasta 29, Comando-chefe das Forças Armadas de Angola, Relatório Diário N.º 75/74-CI, Novembro 12, folha 304.

publicar uma proposta,estabelecendo um acordo parao cessar-fogo entre as forças portuguesas e os Movimentos de Libertação[464]e para a instauração de um governo provisório de transição.

A celebração desses mútuos acordos possibilitou aos Movimentos de Libertação de Angola a livre organização das suas acções políticas em toda a extensão territorial do país, assim como permitiu a abertura de representações na capital de Angola (Coutinho, 1993). Embora numa primeira fase a JMA tenha conseguido lançar as bases do diálogo entre os principais Movimentos de Libertação de Angola, novas dificuldades emergiriam fruto da inexistência de uma frente comum, obrigando as autoridades portuguesas a negociações separadas com as partes angolanas. De igual modo, os problemas da representatividade que assolavam o MPLA, motivados pelas dissensões internas (nomeadamente com a fracção da «Revolta do Leste»[465]) e ainda a hostilidade da FNLA e da UNITA em relação ao Almirante Rosa Coutinho, aparentemente favorável às teses do Movimento de Agostinho Neto.

É importante assinalar que, enquanto António Spínola esteve na liderança do governo português, as probabilidades de celebração de acordos de paz com os Movimentos de Libertação de Angola eram praticamente impossíveis, uma vez que uns defendiam a autodeterminação dos povos africanos e, por conseguinte,a independência das colónias, enquanto outros eram a favor do neoconservadorismo (Sá, 2011). Na tentativa de retardar o processo de independência de Angola, Spínola estabeleceu contactos com os seus homólogos dos Estados Unidos e da República do Zaire, com o intuito de receber apoios para a concretização dos seus planos (Macqueen, 1998, p. 204).

Assim, em Setembro de 1974, Spínola encontrou-se com o general Mobutu na Ilha do Sal (Cabo Verde) e as conversações entre os dois chefes de Estado realizaram-se apenas com a presença de um intérprete escolhido pelo presidente do Zaire.De acordo com o general português (1978), o encontro serviu para obter a "garantia de que o governo do Zaire não interviria no processo de descolonização de Angola" (p. 322), especificamente no enclave de Cabinda, "e de que seriam efectuadas diligências junto de Holden Roberto com vista a um próximo encontro e à imediata suspensão das acções armadas" (p. 322). Guerra (2009) dá-nos a conhecer a perspectiva de Pinnock, membro dirigente da FNLA que acompanhou o presidente do Zaire nessa deslocação,segundo o qual o plano de Spínola pretendia "instituir nas colónias portuguesas uma federação de estados multirraciais, com certa autonomia, mas

[464] O primeiro Movimento a assinar o acordo com o Governo Português foi a UNITA, em 14 de Junho de 1974, numa das zonas militares controladas por si. Posteriormente, seguiu-se a assinatura dos acordos com a FNLA e com o MPLA, em 15 e 21 de Outubro respectivamente.

[465]Os elementos do grupo «Revolta do Leste» ameaçavam constantemente recorrer à luta armada, rejeitando o cessar-fogo acordado entre as forças portuguesas e o MPLA.

em relação aos quais Portugal assegurava para si as relações exteriores, a defesa e a economia"[466] (p. 85). Uma outra versão é defendida por Schneidman (2005), mencionando que "Mobutu e Spínola concordaram que Agostinho Neto e as facções marxistas do MPLA deviam ser eliminadas da cena política angolana numa transição democrática para a independência" (p. 253).

De facto, as conversações com o presidente Mobutu enquadravam-se dentro da política de proximidade com os povos vizinhos e, pela mesma ocasião, o general Spínola encetaria outros contactos com os chefes de Estado da Costa do Marfim e do Senegal (Santos, 2006).Todavia,as querelas entre si e os MFA levariam à renúncia do cargo de Presidente da República, em 30 de Setembro de 1974.

Assim, Portugal prosseguiu a negociação dos acordos de paz com os Movimentos e, antes da Cimeira de Alvor[467], a OUA pressionou-os para a sua aceitação: a 25 de Novembro entre a FNLA e a UNITA, a 18 de Dezembro entre o MPLA e a UNITA e, finalmente, entre o MPLA e a FNLA (Pinto, 2005, p. 153). O acordo comum entre os três Movimentos aconteceu a 5 de Janeiro de 1975 em Mombaça (no Quénia, sob a presidência de Keniatta[468]), visando a constituição de um programa de governode união nacional.

VI.2. A Instabilidade Política no Interior do MPLA

Antes da assinatura dos acordos de independência entre Portugal e os Movimentos de Libertação de Angola, o MPLA era o que apresentava melhor organização, dispondo de elementos capazes de assumir responsabilidades na condução do país. Comparativamente aos outros dois, o MPLA era o mais democrático, embora - do ponto de vista militar e político - estivesse fragilizado em virtude das constantes dissidências.Deste modo, aquando da assinatura dos acordos de independência, o Movimento encontrava-se internamente ameaçado por duas facções: a primeira, «Revolta Activa», caracterizada por uma manifestação de ordem política encabeçada por um grupo de intelectuais do MPLA chegados do exterior e a segunda,

[466] Para a efectivação desse projecto, o general Spínola contava com a participação da FNLA e de outros grupos que estavam a ser criados em Angola, mas excluía o MPLA (Sá, 2011).

[467] Acordo estabelecido entre os Movimentos de Libertação de Angola e as autoridades portuguesas realizados em Alvor, Portugal (ver ponto VI.3.3).

[468]Jomo Kenyatta (1894-1978) foi primeiro-ministro do governo queniano entre os anos de 1963 e de 1964, e Presidente da República no período compreendido entre 1964 e 1978.

«Revolta do Leste», de cariz militar dirigida por Daniel Chipenda[469]. Assim, a explanação fundamentada deste conjunto de divergências torna-se fundamental para uma melhor inteligibilidade do processo de independência de Angola.

VI.2.1. O Movimento de Reajustamento

Como já tivemos oportunidade de expor, os problemas de insatisfação por parte dos quadros militantes (e simpatizantes) do MPLA agravaram-se com o adensar dasua crise interna. Contudo, os anos de 1972/73 não seriam apenas marcados pelosseus inúmeros constrangimentos, mas sobretudo pela "esperança"depositada nosnovos quadros da organização que viriam do estrangeiro.

No que se refere à guerrilha,aumentou-se a degradação militar com o crescente isolamento das bases militares da Frente Norte, despoletando a inquietação dos responsáveis (que, ainda assim, desenvolviam esforços para tornara região logisticamente estável e, dessa forma, reactivarem a luta armada). Os conflitos intensificaram-se, incitados por pequenos grupos de guerrilheiros originários dessas regiões, originando uma revolta de natureza étnica.

Em traços gerais, houve dificuldades de subsistência em todas as bases militares do MPLA, instaladas de norte a sul do território angolano, e o abrandamento de todas as suas actividades militares (Mateus, 2004). Do ponto de vista da organização militar, verificou-seque os militares provenientes da I RPM, recém-chegados do Congo Brazzaville e compretensão de regressar à terra, «apropriavam-se»dos depósitos de abastecimento da representação do MPLA naquela área de actuação.Esta situação provocouuma disputa entre os representantes locais da delegação, conduzindoa graves problemas na estrutura interna do MPLA, fundamentada em argumentos raciais e em acusações de favorecimento por parte do representante máximo do Movimento (Peres, 2010, p.49).

Os quadros militantes do Movimento recém-chegados do estrangeiro[470] depararam-se precisamente com esta ambiência conflituosa, constatandoa estagnação das operações militares, a desmoralização psicológica dos guerrilheiros, o descontentamento dos principais dirigentes do Movimento e, sobretudo,o aparecimento de focos de sublevação em diferentes bases militares. Daí que, mobilizando conhecimentos adquiridos nos países estrangeiros,

[469]Vide anexo XXV – Informações sobre a crise interna no MPLA.

[470] Destacam-se os grupos vindos da China e da Coreia, cujas principais actividades desenvolvidas constituíam uma verdadeira iluminação para a (possível) resolução dos problemas do Movimento.

tentam encontrarformas ajustadas para a resolução desses problemas, sendo uma das principais medidas a formação e a instrução dos militares (tendo em conta que apresentavam inúmeras debilidades, tanto do ponto de vista militar, como do ponto de vista ideológico, factor aliás que dificultava a compreensão da complexidade do conflito armado).

O cenário com que se depararam os elementos recém-chegados, motivaram-nos a interrogar e a discutir criticamente com a direcção do Movimento, propondo medidas concretas de acção[471]. Assim, valendo-se dos conhecimentos adquiridos no âmbito político e ideológico, sugerem a criação de um Movimento de Reajustamento[472], à semelhança do que se passara na China. O seu protagonistafoi Gentil Viana[473]que "pretendeu desencadear um amplo debate e reflexão dos problemas existentes, que envolvesse os quadros e toda a massa militante do MPLA" (Pimenta, 2006, p. 106). Nesse sentido, o plano do Movimento de Reajustamento compreendia várias fases:

- Congelamento do Comité Director e de todos os órgãos directivos;
- Discussão e debates no seio dos militantes e da população;
- Eleição, por assembleia de militantes activos, de um órgão dirigente provisório para a respectiva região denominado Comissão Provisória de Reajustamento[474];
- Eleição de uma direcção e de um Estado-Maior Nacional.

Assim, o objectivo final seria a elaboração de uma nova estratégia militar e a eleição de novos órgãos directivos, militares e políticos capazes de conduzir (da melhor forma) a luta armada e de aperfeiçoar a estrutura organizacional do Movimento. A sua maior influência foi

[471] Uma valiosa abordagem deste período é-nos dada por um dos quadros do MPLA, o Comandante Jika (Gilberto da Silva Teixeira), que reflecte sobre vários aspectos organizacionais, militares e sociais. Teixeira. G. (1979). Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional, Luanda, UEA.

[472] O Movimento de Reajustamento pretendia também desencadear um amplo debate com os guerrilheiros (que se encontravam desanimados e descrentes das chefias do Movimento) e com as populações que apoiavam na retaguarda a luta armada e que também estavam desalentadas por viverem confinadas em campos de refugiados no Congo e na Zâmbia, devido a intensificação da guerra.

[473] Gentil Viana (1935-2008) havia regressado em finais de 1971 para ocupar o cargo de Conselheiro do Presidente do MPLA para os Assuntos Jurídicos, a convite do Presidente Neto, após cerca de sete anos na China, onde havia realizado uma formação militar. O seu regresso ao movimento deveu-se tanto à necessidade dos quadros, como às pressões vindas da OUA e dos países que prestavam ajuda ao MPLA, que insistiam na coesão do movimento nacionalista angolano. O seu contributo na elaboração dos documentos preparatórios para o Movimento de Reajustamento Nacional foi bem marcado pela sua formação jurídica e pela sua forma de estar na política, isto é, de luta pelas causas que defendia, posicionamento que sempre caracterizou a sua conduta no movimento nacionalista angolano.

[474] A comissão ficaria encarregue de escolher os membros do novo Estado-Maior militar da região e de prosseguir com o processo de discussão que fora encetado.

(previsivelmente) nas regiões onde os conflitos internos do MPLA eram mais fortes, nomeadamente nas Frentes Norte e Leste do território angolano.

Deste modo, o Reajustamento na Frente Leste[475] foi levado a cabo entre 1972/73 eos debates decorreram num ambiente de grande tensão, tendo em conta a natureza dos problemas existentes. Houve várias críticas por parte dos militares relativamente a aspectos militares, políticos e sociais que afectavam aquela região. De entre os temas debatidos salientam-se as questões relacionadas com a conflitualidade entre os chefes militares provenientes do Norte e do Centro de Angola e os guerrilheiros, a falta de armamento e de munições,a escassez de alimentos, a protecção das populações e a disciplina militar. Os principais alvos das críticas foram os dirigentes militares e o presidente do Movimento (Pimenta, 2006, p. 99), pelo queemergiu a dissidência dirigida por Daniel Chipenda "que pretendia dar um carácter mais organizativo às posições defendidas peloscombatentes locais"[476] que se encontravam em sublevação desde 1969 (Mabeko-Tali, 2001, p.270).

Na Frente Norte, o Reajustamento ocorreu entre 1973/74, culminando com a designação da Comissão de Reajustamento da Frente Norte e dos respectivos membros do Estado-maior[477].

Em ambos os casos, seria da responsabilidade do presidente do MPLA a designação através de eleição dos novos órgãos directivos militares e políticos do Movimento de Reajustamento. Dado que o acordo não foi seguido, grande parte dos militantes e dos dirigentes ficaram indignados, "pois ansiavam por uma mudança estrutural no interior do Movimento"[478] (Pimenta, 2006, p.100).

Foi nesteclima conflituoso e de grande insatisfação que, no último encontro do Movimento de Reajustamento (Fevereiro de 1974), diversos membros recusaram-se integrar os órgãos para os quais haviam sido indicados, argumentando não estarem em condições de trabalhar, nem de prosseguir com as propostas apresentadas. Esta decisão teve como consequência a expulsão de inúmeros quadros militantes[479], abrindo outro foco de perturbação

[475] Na Frente Leste, a primeira a realizar o Movimento de Reajustamento, as sessões desenrolaram-se segundo a orientação definida nos documentos preparatórios, com a suspensão dos órgãos directivos e a participação de todos os militantes e da população.

[476] O ambiente de animosidade e de crispação contra os responsáveis militares da Frente Leste e a atribuição das responsabilidades do Movimento à direcção e ao presidente, levaram à alteraçãodas deliberações finais.

[477] IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 9084. Pasta 1, folha 9.

[478] De igual modo, instalou-se um clima de medo de represálias entre os militantes activos, uma vez que alguns dos membros que haviam sido criticados voltaram a ocupar lugares de chefia.

[479] De entre os quadros militantes expulsos do MPLA são conhecidos os nomes de Gentil Viana e de Maria do Céu Reis, dois dos membros activos eleitos e de outros tantos que se solidarizaram com estes, como foi o caso de Amélia Mingas, Luís Carmelino (Jota), Fernanda Saraiva de Carvalho, Victor de Sousa e Adolfo Maria.

no MPLA (Mabeko-Tali, 2001). Assim, apouco menos de dois meses da queda do regime fascista em Portugal, era extinto o Movimento de Reajustamento Nacional[480].

VI.2.2. A Revolta do Leste

Em finais de 1969, os problemas relacionados com a fragmentação do MPLA na Frente Leste começaram a ganhar maior dimensão após as reivindicações de alguns chefes militares intermédios das bases instaladas no interior de Angola, liderados por Barreiro Freitas, também conhecido pelo pseudónimo de «Jibóia» e de «Katuwa Mitwé».

No início de 1970, a tensão no interior do Movimento adensou-se, uma vez que eram frequentes os questionamentos acerca dedeterminadas atitudes dos dirigentes do MPLA.De igual modo, aintensificação desse desconforto foi proporcionada pelos escassos auxílios, pela suspensão da ajuda da União Soviética e pela retirada dos guerrilheiros e da população para o território zambiano. Estas situações geraramum sentimento crescente inconformidade entre os militantes, parecendo sero Movimento de Reajustamento a última opçãopara a cabal resolução dos constrangimentos. Porém, quando a organização 'entrou' em acção efectiva, outra solução já tinha sido amplamente discutida. Tratava-se da proposta de Daniel Chipenda que, aos olhos dos guerrilheiros do Leste, era um dirigente capaz de negociar as suas reivindicações e das populações revoltadas com o MPLA, um sentimento cada vez mais fortalecido "em virtude das dificuldades enfrentadas pelo Movimento e para as quais não consegue encontrar respostas satisfatórias" (Bittencourt, 2009, p. 192). Os insurgidos acusavam a sua direcçãode autoritarismo e, sobretudo, de massacre e de tortura aos militantes do Movimento oriundos do sul do território angolano. Nesse contexto, os sublevados exigiam o reconhecimento do seu Movimento, antes da formação do governo de transição, ameaçando recorrer à violência armada caso fossem ignoradas as suas reclamações[481].

De acordo com a análise feita porMabeko-Tali (2001), a nova crise instalada no interior do MPLA foi motivada por diversos factores destacando-se aespecificidade da zona de combate. Ora, foi no Leste do território angolano que surgiram os primeiros conflitosentre

[480] Embora a actividade desenvolvida não possa ser considerada bem sucedida, é certo que introduziu novas dinâmicas nos órgãos do MPLA. Se por um lado, o Movimento de Reajustamento promoveu o diálogo político em torno das questões que dividiam a organização, por outro lado, os debates dos problemas que ficaram por discutir, não resultaram em consensos, visto que os mesmos já tinham causado inúmeros problemas, como foi o caso das dissidências no interior do MPLA.

[481] IAN/TT. (1975). MPLA. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1.100. 030, pasta 31, Divisão de informação, Relatório Diário N.º 121/75-GEP, Fevereiro 1, folha 86.

os dirigentes responsáveis do Movimento e, em seguida, entre si e os militantes. De forma geral, essas altercações foram despoletadas por dirigentes do MPLA incorporados recentemente na III RPM, "com práticas de comportamento naturalmente diferentes das que se esperaria de um dirigente revolucionário, isto é, a partilha de alimentos e de bens susceptíveis de beneficiar os companheiros de guerrilha" (p.130). A estas dificuldades iniciais, acresceram os constrangimentos socioculturais, isto é, alguns responsáveis militares do MPLA, recentemente afectados na região militar de Leste, vinham de meios urbanos e permaneciam com hábitos e costumes citadinos. Essa postura fez com que alguns militares manifestassem o seu descontentamento com o que julgavam ser uma injustiça social perante o plano de equivalência entre combatentes de um mesmo Movimento.

Os problemas com a «Revolta do Leste» engrandeceram-se em 1972 com os acordos de Kinshasa assinados entre o MPLA e a FNLA, os quais aumentaram as clivagens entre os militantes do MPLA oriundos do Norte e do Leste do território angolano.Aliás, o seu presidente foi acusado de comprometero Movimento, dado que os acordos foram feitos com Holden Roberto, considerado pela propaganda "um fantoche do imperialismo". Na tentativa de apaziguar os conflitos internos do MPLA, o governo zambiano foi obrigado a impor medidas, tais como o diálogo entre as duas partes em confronto, a proibição dequalquer tipo de transporte de armas em território zambiano e o encerramento do depósito de munições do MPLA naquele país" (Mabeko-Tali, 2001).

Assim, foiorganizada uma comissão conjunta supervisionada pelo governo zambiano, a qual propôs uma reunião na capital zambiana em Novembro de 1973, onde seriam debatidas as questões ligadas ao desarmamento do MPLA e àresolução dos problemas internos de forma autónoma e sem interferências externas.A situação de instabilidade militar do MPLA agravou-se significativamente no final de 1973: além de ser incapaz de lidar com a própria situação interna, perdia cada vez mais terreno face às investidas das Forças Armadas Portuguesas[482].

[482]IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1100030. Pasta 29, Comando-chefe das Forças Armadas de Angola, Relatório Diário N.º 75/74-CI, Novembro 29, folha 303.

VI.2.3. A Revolta Activa

O aparecimento da «Revolta Activa» resulta do fracasso do Movimento de Reajustamento Nacional.

O projecto de resolução dos diversos problemas existentes no MPLA apresentado pelo Movimento de Reajustamento, em vez de consolidar e de fortalecer a sua unidade, deixou-o ainda mais enfraquecido. Na Frente Leste, nem sequer foi capaz de extinguir as principais lacunas [483], reacendendo-se os conflitos étnicos e regionais que se materializaram na denominada «Revolta do Leste» (Peres, 2010). Para além dos conflitos internos, o MPLA enfrentava outros problemas, tais como a pressão para aliar-se (com outros movimentos nacionalistas, particularmente a FNLA)e a dificuldade na angariação de apoios externos (para dar seguimento à luta armada, visto que a partir de 1968 verificou-se um aumento significativo da pressão combativa exercida pelas forças portuguesas). Portanto, umcontexto conturbado em que se evidenciavam as reflexões (opositoras) dos inúmeros quadros militantes do MPLA "que partem novamente para mais uma iniciativa de luta, no sentido de retomarem a dinâmica desencadeada pelo Movimento de Reajustamento" (Peres, 2010, p. 57).

Anova organização contou, sobretudo, com três personalidades ligadas ao MPLA e ao nacionalismo angolano: Adolfo Maria[484], FloribertMonimbambo[485] e Gentil Viana, aos quais se juntariam outros quadros de militantes e de intelectuais descontentes. Os seus apoios provinham das autoridades congolesas que pretendiam ver solucionados os problemas internos do MPLA, o que foi concretizado pela participação no quadro do Comité de Libertação da OUA, através da intervenção das autoridades governamentais como intermediárias no entendimento entre as duas partes [486]. Inicialmente, esta organização

[483]Nas bases militares situadas a norte do território angolano, o Movimento de Reajustamento terminou com a expulsão da elite de intelectuais destacados em diversos sectores como o ensino.

[484]Nacionalista angolano, cuja participação remonta aos anos 50, com uma longa trajectória política que passa pela criação do 1.º Partido Comunista de Angola, pela militância na FUA (Frente de Unidade Angolana) e pela criação do CEA (Centro de Estudos Angolanos). No MPLA, onde foi integrado em 1966, desempenhou funções no DIP (Departamento de Informação e Propaganda), tanto como responsável interino, como locutor do programa radiofónico «Angola Combatente», e ainda como professor no Instituto 4 de Fevereiro.

[485]Nacionalista que integrou o MPLA desde 1962 e que participou na guerrilha, tanto na Frente Norte como na Frente Leste, como quadro militar, atingindo o posto de comandante.

[486]A presença de Joaquim Pinto de Andrade em Brazzaville é resultado dessa postura. Como o próprio confirma: "sou, inclusive, contactado pela embaixada do Congo em Paris, que me transmite, da parte do Governo do Congo, um convite do partido e do Governo congolês para eu ir a Brazzaville visitar o país. A finalidade era esta: como eu era Presidente de Honra convidaram-me com uma finalidade política, (…) eu era uma figura que esteve longe das "macas" que há dentro da organização, vinha com o prestígio das cadeias (…) porque vinha de fora, era preciso encontrar uma solução para o problema do MPLA, porque, com a Revolução do 25 de Abril, a independência estava à porta, era necessário que os movimentos estivessem todos unidos" (Drumont & Helder, 1999, p. 96).

pretendia conquistar novos partidários para - posteriormente - discutir as dinâmicas do Movimento. Deste modo, em primeiro lugar foram contactados os militantes instalados em Brazzaville, os quais mostravam-se descontentes com a situação do MPLA e, em segundo lugar, os quadros que se encontravam no estrangeiro, nomeadamente noutros países africanos e/ou europeus que apoiavam o Movimento (Bittencourt, 2008).

No período em o grupo da «Revolta Activa» expandia as suas ideias e procurava novos apoios (de militares e de ex-militares), aconteceu o golpe de Estado em Portugal (25 de Abril de 1974), pelo que o Manifesto (em fase preparação)[487]teria de ser reformulado devido às ocorrências registadas no território português. Em traços gerais, houve a inclusão de pontos que (anteriormente) não eram considerados questões de primeira linha[488] e das orientações programáticas destacavam-se o combate ao «Presidencialismo Absoluto»[489], definido como causa principal dos problemas enfrentados pelo MPLA (Peres, 2010, p.60), e o "combate ao racismo, ao tribalismo e ao regionalismo, práticas que abalavam as estruturas e obstaculizavam o desenvolvimento das acções do MPLA" (Teixeira, 1979, p.70). Por último, era proposta a realização de um congresso com objectivo de restaurar os princípios políticos do MPLA, de eliminar o presidencialismo no seio da organização, em favor duma direcção colegial como condição fundamental da acção político-militar. Assim, a divulgação pública do Manifesto da «Revolta Activa» deu-se em 11 de Maio de 1974, alguns dias após a queda do regime fascista em Portugal..

O plano da «Revolta Activa» visava, por um lado, a modelização de estratégias adequadas à intensificação da guerra contra as forças colonialistas e, por outro, a reorganização do próprio MPLA, não somente para a materialização desse objectivo, mas também para fazer face à concorrência dos outros movimentos nacionalistas, particularmente a FNLA.

---

[487] Na verdade, o grupo encarregue da sua elaboração estava empenhado em criar condições para dar a conhecer mais uma dissidência no interior do MPLA, tendo em conta a forma como havia terminado o Movimento de Reajustamento (Mabeko-Tali, 2001).

[488] Entre os pontos que não constituíam questões de primeira linha podemos destacar os seguintes: a análise da conjuntura política interna do MPLA, tendo em conta as responsabilidades que esta organização deveria assumir no quadro pós-25 de Abril de 1974; ou a necessidade de estabelecer uma estratégia de acção que passasse pela criação de uma Frente Unida para a Independência de Angola, conduzida pelo MPLA, que apenas incluía a FNLA, com o objectivo de se constituir um representante único para as negociações entre os movimentos de libertação nacional e as novas autoridades portuguesas.

[489] O «Presidencialismo Absoluto» caracterizava-se por ser uma gestão política e militar centralizada no seu líder, onde as determinações eram decretadas sem uma ampla discussão dos problemas, daí o recurso à «Ordem de Serviço». A descentralização do poder no MPLA surge como objectivo principal e inequívoco deste manifesto e prende-se com a diluição da importância do Comité-Director no exercício de uma condução colectiva do movimento, ao longo do tempo em que se desenvolveu a luta armada.

A primeira actuação deste grupo dissidente decorreu em Brazzaville, entre Abril e Novembro de 1974, onde se encontravam sediados a maior parte dos seus elementos. As actividades desenvolvidas abarcaram a "elaboração de tarefas organizativas, reuniões com simpatizantes, formação e discussão dos problemas políticos e atribuição de tarefas", com o objectivo de promover-se a reflexão no seio do MPLA (Pimenta, 2006, p. 117). Nesta fase, o grupo pôde implementar algumas das medidas preconizadas no Manifesto: (a) reunir com a facção Neto com mediação do governo congolês, (b) convidar Joaquim Pinto de Andrade, como figura independente, para ajudar na resolução da crise interna do MPLA, (c) estabelecer contactos com os membros da Revolta do Leste para discussão dos problemas existentes e (d) participação conjunta na XI Cimeira da OUA (Mogadíscio, 12 a 15 de Junho de 1974)[490].

Inevitavelmente, o grupo da «Revolta Activa» provocaria uma ruptura na elite intelectual do MPLA que, de um modo geral, estava consciente dos seus problemas e da sua inércia. O quadro de cisão assentou em vários pressupostos e os intelectuais, mesmo aqueles que não tinham aderido à «Revolta Activa», estavam conscientes daurgência de novas acções que permitissem mudar o rumo da situação, embora entendessem que essa solução deveria de ser encontrada no seio do Movimento e não nos moldes preconizados por esta dissidência. De modo idêntico, outros membros do MPLA que se encontravam no estrangeiro, consideravam que aquele não era nem o momento, nem o local para se iniciar a discussão e entendiam que dever-se-ia entrar no interior do território angolano e só depois desencadear este processo de mudança. Outra das reservas face ao surgimento do grupo (ao qual foi atribuído o epíteto «oportunista») tinha a ver com o facto de muitos dos militantes que aderiram à «Revolta Activa» estarem desligados do Movimento há muito tempo e/ou nunca terem combatido, o que lhes retirava legitimidade comparativamente com aquelesque lutavam nos campos de batalha e exerciam funções efectivas.

VI.2.4. O Congresso de Lusaka

O Congresso de Lusaka contou com a mediação da OUA e inseriu-se nos esforços realizados para a resolução dos conflitos internos do MPLA, sendo um dos momentos mais aguardadospelo grupo da «Revolta Activa» por ser a concretização de um dos pontos mais

[490] IAN/TT. (1974). *Declaração do camarada Joaquim Pinto de Andrade, presidente de Honra do MPLA.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 645 GAB (GEI), folha 79.

importantes do seu Manifesto:“refazer a unidade no seio da organização, reestruturar o MPLA em bases democráticas, de acordo com os princípios do nosso movimento, e adoptar as estratégias e tácticas adequadas à conjuntiva política”[491].

Assim, na tentativa de pôr fim ao conflito interno do MPLA, realizou-se de 11 a 28 de Agosto de 1974, o Congresso de Lusaka, tendo como participantes os países africanos da OUA que constituíam o Comité de Libertação de África, os representantes do PAIGC, da FRELIMOe das três facções do MPLA[492]. A facção liderada por Agostinho Neto beneficiou da chegada de quadros provenientes das suas basesmilitares do Norte e de militantes urbanos[493] e a facção dirigida por Daniel Chipenda «Revolta do Leste»esteve representada por um número elevado de militantes, sendo alguns deles (supostos) soldados do exército da República do Zaire. Por seu lado, a «Revolta Activa»fez-se representar por cerca de 70 elementos, a maior parte personalidades vindas do exterior (Marcum, 1978).

A comissão organizadora do evento propôs que fossem discutidas questões relacionadas com a unidade do Movimento, com a definição da sua política externa, com a reiteração da luta pela independência imediata e com o pedido de libertação de prisioneiros (Soreremekun, 1983), não estando prevista a abordagem de assuntos relacionados com novas eleições.

O encerramento dos trabalhos ficou marcado pelo pedido dirigido à direcção do MPLA por parte dos grupos «Revolta Activa» e «Revolta do Leste», pretendendo a divulgação do relatório de actividades e de contas. Encarando esta solicitação como (mais) uma humilhação, a delegação de Agostinho Neto abandonou o evento. Conforme Bittencourt (2008), esta não seria a única justificação, pelo que menciona outros aspectos como a “presença de elementos da FNLA incorporados na delegação da «Revolta de Leste», o *espírito de feira* que impedia a seriedade dos trabalhos e o facto das demais facções tentarem a todo momento *espezinhar* a direcção” (p.246).

[491] IAN/TT. (1974). *Declaração do camarada Joaquim Pinto de Andrade, presidente de Honra do MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 645 GAB (GEI), folha 79.

[492] A imprensa não foi convidada, pois, tendo em conta a natureza dos problemas que iriam ser discutidos, as partes envolvidas acordaram que as sessões seriam realizadas em circuito fechado. Contudo, tal restrição não se verificou, havendo informação regular a ser prestada à imprensa, nomeadamente à zairense, à revelia de alguns dos participantes do Congresso.

[493] Entre eles, ex-presos políticos e elementos na clandestinidade e da sociedade civil que afluíam em massa a Brazzaville.

Assim, a situação interna do MPLA continuou inalterada e a possibilidade de constituição de uma aliança entre a «Revolta Activa» e a «Revolta do Leste» revelou-se inviável[494].

Para a «Revolta Activa», o rescaldo do Congresso de Lusaka não foi muito positivo, resultando no enfraquecimento do Movimento e no afastamento de alguns membros (que se juntaram à «Revolta do Leste») e com outros a equacionarem outras saídas individuais, tais como o regresso às fileiras do MPLA e/ou a ida para o estrangeiro.

Depois do estrépito do Congresso de Lusaka, a IX Cimeira da Conferência dos Estados da África Central e Oriental (que decorreu na capital congolesa entre 31 de Agosto e 3 de Setembro de 1974) diligencioupararestabelecer a união entre as diferentes correntes do MPLA, pelo que em 3 de Setembro de 1974 foi assinado um novo acordo de unificação entre as três facções(Marcum, 1978).Este 'assentimento'determinou uma mudança na estrutura interna do Movimento, passando a ter um Comité Central (constituído por 39 membros: 16 para a facção de Agostinho Neto, 13 para a tendência de Daniel Chipenda e 10 para a facção de Pinto de Andrade), um «bureau político» (formado por 9 elementos, ou seja,3 para cada tendência) e no cargo de presidente Agostinho Neto, secundado por dois vice-presidentes (Daniel Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade). Deste modo, depois da resolução dos problemas internos do MPLA, Agostinho Neto iniciou novos contactos para estabelecer um pacto com os outros dois movimentos nacionalistas angolanos (FNLA e UNITA), assim como com as autoridades portuguesas que se encontravam no território angolano para negociar as condições de cessar-fogo entre as duas partes.

Porém, o período que antecedeu esta iniciativa fora caracterizado peloconflito armado entre os Movimentos de Libertação Angolanos e as forças portuguesas e o seu recrudescimento foi motivado por dois factores: a necessidade dosMovimentos definirem posições no campo militar para garantir presença na mesa de negociações com as autoridades portuguesas e a hesitação por parte destas em relação à independência de Angola, durante aproximadamente três meses[495].

[494] Isto é, se por um lado Gentil Viana advogava uma coligação estratégica com o grupo dirigido por Daniel Chipenda para trazer a facção de Agostinho Neto ao Congresso, por outro, Mário Pinto de Andrade opunha-se a tal ideia, pois não concordava que a «Revolta Activa» se juntasse a uma facção com uma conotação étnico-regional, cujo líder alimentava ambições de liderança do Movimento e surgia ao lado da República do Zaire e da FNLA, o que, no seu entender, constituía uma acção de oportunismo político.

[495] O general António de Spínola tentaria articular uma saída federativa até Julho de 1974, quando, então, cede às pressões do Movimento das Forças Armadas e afirma o direito à independência do território angolano. Nesse intervalo de tempo, como forma de pressão, a FNLA realiza operações no Norte de Angola, o MPLA em Cabinda e a UNITA no Leste.

Retomando o acordo de cessar-fogo, o primeiro Movimento de Libertação a assiná-lo foi a UNITA em 14 de Junho de 1974, o que provocou uma série de denúncias por parte dos dirigentes do MPLA e da FNLA, acusando Jonas Savimbi de inviabilizar a possibilidade de uma tomada de posição conjunta dos três movimentos (Bittencourt, 2008). Em 12 de Outubro de 1974, seria a vez da FNLA de Holden Roberto e, por último, em 21 de Outubro de 1974, seria a vez do MPLA, oficializando-se o fim do conflito armado contra o colonialismo portuguêse a emergência da autodeterminação e da independência de Angola[496].

VI.3. Os Primeiros Passos Rumo à Independência de Angola

VI.3.1. A Cimeira de Mombaça

A iniciativa portuguesa de celebrar acordos de paz com os Movimentos de Libertação de Angola abriu caminho para reuniões directas entre os três movimentos armados. Uma das mais relevantes foi a Cimeira de Mombaça organizada em 5 de Janeiro de 1975 sob responsabilidade do chefe do governo do Quénia, Jomo Keniatta. Nesta, estariam representados os dirigentes máximos dos três Movimentos de Libertação, nomeadamente Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA), bem como alguns representantes das delegações de cada Movimento.

Segundo Correia (1991), o principal objectivo da Cimeira centrava-se na definição de uma plataforma política comum aos três Movimentos que, durante as negociações do processo de independência, pudesse representá-los em 10 de Janeiro de 1975, em Portugal (Correia, 1991). Nesse contexto, os líderes angolanos consensualizaram alguns aspectos e apresentaram uma súmula comum:

> "A exclusão de qualquer outro partido angolano na fase de preparação da independência; a necessidade de um período de transição; o princípio da integridade territorial do país, com referência expressa ao enclave de Cabinda como parte integrante e inalienável do território angolano; a aceitação de que todos os cidadãos de Angola poderão tornar-se cidadãos do novo país" (Correia, 1991, p.105).

[496] De igual modo, a celebração deste acordo encerrava as principais dissidências internas do MPLA, nomeadamente a «Revolta Activa» e a «Revolta do Leste» (Peres, 2010, p. 76).

De acordo com os pontos acordados, conclui-se que não estabeleciam nenhuma garantia de gestão política e/ou económica do país. Segundo parece, nenhum dos líderes dos Movimentos "aceitou as diferentes propostas de distribuição de pastas ministeriais no futuro governo de transição" (Mbah, 2010, p. 294) e o único ponto de convergência foi a respeito do enclave de Cabinda que, na sua perspectiva, fazia parte integrante do território angolano.

Numa segunda fase desta Cimeira, o MPLA e a FNLA estabeleceram um acordo que, conforme Freitas (1975, p. 179), compreendia os seguintes pontos:

- Pôr termo à hostilidade e à propaganda hostil que dificultem a colaboração franca e sincera entre os dois Movimentos;
- Estabelecer um clima favorável à estreita colaboração entre os dois Movimentos, da base ao topo, em todos os sectores e ao respeito mútuo
- Apelar à imprensa e aos jornalistas para não lançarem qualquer tipo de campanha susceptível de comprometer o espírito do acordo;
- Defender constantemente os interesses do povo angolano, em especial as camadas mais desfavorecidas, lutando em comum para a extinção de todos os vestígios do colonialismo;
- Criar organismos na sociedade angolana para dar solução aos problemas relacionados com a vida das populações;
- Criar um gabinete de questões económicas que permita o estudo(dos diferentes sectores interessados)das causas e das eventuais soluções para ultrapassar a recessão económica;
- Tomar posição crítica e fundamentada nos assuntos internos de cada um dos Movimentos signatários;
- Opor-se por todos os meios às manobras de reacção internas que visem perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo e, assim, combater todas as acções que atentem contra a unidade nacional ou visem a secessão do país.

Deste modo, as delegações do MPLA, da FNLA e da UNITA[497], num ambiente de tranquilidade, de compreensão e de entendimento,criaram uma plataforma comum para as negociações com o governo português, estando em vista a formação do governo de transição

[497] É importante realçar que para a UNITA (que até há pouco tempo era afastada das negociações entre os Movimentos de Libertação de Angola), a Cimeira de Mombaça representou a primeira saída política e que marcou definitivamente o seu reconhecimento na cena internacional.

que levaria o país à independência. Para além das questões ligadas à descolonização do país, os três Movimentos acordaram igualmente aspectos relacionados com "a situação das Forças Armadas em Angola e a criação de instalação das futuras instituições" (Freitas, 1975, p. 179).

Assim, a partir de 5 de Janeiro de 1975, os Movimentos começaram aestabelecer relações de cooperação nos domínios da descolonização, da defesa e da integridade territorial, assim como na reconstrução nacional. Do mesmo modo, estavam preparados para iniciar asnegociações (da independência e do governo de transição) com Portugal.

VI.3.2. O Acordo de Alvor

Após a celebração dos acordos de Mombaça [498] estavam finalmente criadas as condições para um acordo relativo à independência e, consequentemente, para a transferência de poder entre o governo português e os Movimentos de Libertação de Angola.

As negociações foram conduzidas com êxito, obtendo-se a cessação de todas as hostilidades no território angolano e o agendamento de uma Cimeira, na qualdebater-se-iam as condições para a transferência do poder e os compromissos para o período de transição (Correia, 1991). Este encontro decorreu no Alvor (Algarve, Portugal) entre os dias 10 e 15 Janeiro de 1975, estando presentes as quatro delegações: a portuguesa encabeçada pelo Major Melo Antunes [499] e as dos três movimentoslideradas pelos respectivos presidentes "acompanhados de praticamente todos os seus mais altos dirigentes, numa tentativa de demonstrar força" (Sá, 2011, p.139). Depois de cinco dias de intensas conversações, o compromisso foi expresso num texto final que, no essencial, definiu as condições para a transferência do poder, as estruturas (e suas competências e atribuições) para o período de

[498] É importante referenciar que, apesar dos tratados de paz assinados em Mombaça pelos representantes dos Movimentos de Libertação de Angola, estes ainda não tinham chegado a um acordo definitivo. Portanto, mesmo tendo aceite deslocarem-se a Portugal, as suas divergências não tinham sido reduzidas e o acordo assinado não passava de uma ilusão (Mbah, 2010).

[499] A delegação portuguesa era representada pelo major Melo Antunes, ministro sem pasta e responsável pela coordenação do processo de descolonização de Angola, Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, Almeida Santos, ministro da Coordenação Internacional, general Silva Cardoso, representante da Junta Governativa de Angola, Tenente-Coronel Gonçalves Ribeiro, do governo de Angola, Pezarat Correia, do Movimento das Forças Armadas e, por último, Fernando Reino e o tenente-coronel Passos Ramos, da Comissão Nacional de Descolonização (Correia, 1991).

transição [500], com destaque para as referentes à segurança [501], assim como questões relacionadas com as futuras eleições[502].

Neste sentido, de acordo com o estabelecido, o contingente militar português deveria abandonar o território angolano em Fevereiro de 1976, isto é, três meses depois da declaração da independência do país.

VI.3.3. O Governo de Transição

Uma semana antes da tomada de posse do governo de transição, na capital angolana vivenciava-seum clima de grande instabilidade política incitada por verbalizações do MPLA em relação à FNLA, difundidas através da emissora oficial, cujo chefe de redacção de programas era um conhecido activista do MPLA, "o poeta António Cardoso" (Cardoso, 2009, p. 515). Assim, o Movimento de Agostinho Neto exercia uma influência determinante, frequentemente caracterizada por umalinguagem radicalista(que incomodava os outros Movimentos). Ora, em vésperas do governo de transição assumir funções, o MPLA levou a

[500] O texto final enunciava o reconhecimento da existência dos três Movimentos de Libertação que participaram activamente na luta armada (MPLA, FNLA e UNITA). De igual modo, confirmou o direito à independência e a pertença do enclave de Cabinda ao território angolano; fixou a data da independência para 11 de Novembro de 1975; definiu como órgão de poder para o período de transição um Alto-Comissário e um governo de transição (Sá, 2011): o Alto-Comissário seria nomeado (ou exonerado) pelo Presidente da República portuguesa e representava a figura máxima do Governo português em Angola, competindo-lhe, entre outras funções, "assistir e participar, sem direito a voto, nas sessões do Conselho de Ministros, promulgar os actos legislativos do governo, assegurar a direcção da Comissão Nacional de Defesa em conjunto com o Colégio Presidencial e dirigir a política externa de Angola" (Correia, 1991, p. 126) e o Colégio Presidencial tinha a incumbência de presidir o governo, sendo constituído por três membros, um de cada movimento, e a presidência exercida sucessiva e rotativamente por cada um deles, competindo-lhe a totalidade das funções legislativa e executiva, não podendo "ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário, devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os Movimentos de Libertação" (Freitas, 1975, p.185). De igual modo, os acordos de Alvor estipulavam ainda a criação de uma "Comissão Nacional de Defesa, composta pelo Alto-Comissário, pelo Colégio Presidencial e por um estado-maior unificado", a qual estaria sob a "autoridade directa do Alto-Comissário e constituído pelos comandantes dos três ramos das forças armadas portuguesas e pelos três comandantes dos Movimentos de Libertação" (Correia, 1991, p. 127).

[501] Paralelamente, estabeleceu-se a criação de um exército nacional, composto por militares provenientes dos diferentes Movimentos de Libertação, os quais deveriam ser apoiados por militares portugueses. Ainda neste âmbito, decidiu-se organizar "forças mistas policiais, sob um comando unificado constituído por três elementos, um de cada movimento, presidido rotativamente por um deles, sob a autoridade da Comissão Nacional de Defesa" (Sá, 2011, p. 141). Verificar-se-ia, mais tarde, que tanto o MPLA, como a UNITA não tinham capacidade para fornecer muitos efectivos militares. Somente a FNLA estava em condições de satisfazer esses requisitos, uma vez que estavam integrados nas suas bases militares centenas de militantes zairenses

[502]Segundo Sá (2011), "a organização de eleições para a Assembleia Constituinte, a realizar num prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da tomada de posse do governo, estando as candidaturas exclusivamente reservadas aos três Movimentos" (p.141).

cabo uma campanha de propaganda, à qual a emissora deu total cobertura, causando desagrado aos seus principais opositores. Conforme Correia (1991), citado por Silva Cardoso (2009), a retaliação da FNLA foi imediata: "um grupode militares (…), comandados por Vaal Neto, então dirigente máximo do Movimento no interior do país, invadiu as instalações da emissora, destruiu vários equipamentos e prendeu o chefe da redacção da emissora, António Cardoso"[503] (p.515). Consequentemente, o MPLA reagiu"através de um comunicado da sua delegação em Luanda numa linguagem que não deixa qualquer margem de dúvida sobre o que se tinha passado no Algarve não ter sido mais que pura mistificação para enganar o mundo e especialmente os angolanos" (Cardoso, 2009, p.515).

Três dias antes do Governo de Transição entrar em funções, o Presidente da República, Costa Gomes, nomeou o general Silva Cardoso, com apoio unânime dos três Movimentos de Libertação, para o cargo de Alto-Comissário.

Oficialmente,esse órgão tinha, entre outras competências,a atribuição de velar pela condução adequada do processo de descolonização até à independência total de Angola, entrando em funções a 31 de Janeiro de 1975, em conformidade com as medidas expressas nos acordos de Alvor. Quando tomou posse[504], o Alto-Comissário de Angola pretendia distanciar-se da política do Almirante RosaCoutinho (no desempenho da função de presidente da Junta Governativa), acusado pela FNLA e pela UNITA de ter favorecido os interesses do MPLA[505].

[503]Enquanto estivera detido pelos militares da FNLA, António Cardoso foi sujeito a várias violências, sendo libertado algumas horas depois, graças à intervenção das autoridades portuguesas.

[504] Na cerimónia de posse estiveram presentes um vasto número de personalidades, como os representantes da ONU, da OUA, da Turquia, do Brasil, da Tanzânia, do Quénia, da Argélia, da Zâmbia, da Guiné-Bissau, da Jugoslávia e do Zaire. Desta forma, o governo de transição era presidido pelo Colégio presidencial, composto por Johnny Pinnock Eduardo, da FNLA, designado primeiro presidente do Colégio Presidencial, Lopo do Nascimento, do MPLA, e "José Ndele, por parte da UNITA" (Fernando, 2012, p. 160).

[505] A acusação por parte da FNLA e da UNITA carecia de fundamentos, porém, estes movimentos culpabilizavam-no pela desproporcionada implantação do MPLA na sociedade luandense, nas estruturas administrativas, nos quadros das empresas e nos meios intelectuais. Em confronto com os seus mais directos concorrente, Rosa Coutinho favoreceu o diálogo do MPLA com os membros da Junta Governativa e do Movimento das Forças Armadas, que, ao contrário, se viam sempre em enormes dificuldades para estabelecerem ligações com a UNITA e a FNLA (Correia, 1991, p. 129).

VI.3.4. Os primeiros confrontos militares após a Cimeira de Alvor

Com a assinatura dos acordos de Alvor entre o governo português e os três Movimentos de Libertação de Angola, era expectável o fim dos conflitos armados. Contudo, os interesses dos actores políticos angolanos alinhavam-se com os das potências estrangeiras, encorajando-os (até) a iniciar uma guerra civil.

Para Stockwell (1979) fora o dirigente máximo da *Central Intelligence Agency* (CIA) para Angola que, durante aquele período, desenvolvera uma estratégia de desestabilização do Governo de Transição, visando apoiar os Movimentos de Holden Roberto e de Jonas Savimbi:

> " (…) Ajuda financeira limitada destinada a apoiar as actividades políticas e militares; ajuda financeira substancial de 6 milhões de dólares americanos, destinada a financiar as operações secretas e restabelecer o equilíbrio; concessão de um financiamento e ajuda material de 14 milhões de dólares americanos a fim de garantir a Holden Roberto e Jonas Savimbi uma superioridade militar sobre Agostinho Neto; apoio massivo aos exércitos da FNLA e UNITA durante um ano, orçamentado em cerca de 40 milhões de dólares americanos" (p.52).

De entre as propostas apresentadas, os dirigentes americanos optaram pela última que previa apoio massivo aos exércitos da FNLA e da UNITA. Assim, para impedir que o MPLA tomasse o controlo do poder no território angolano, os EUA e a República do Zaire decidiram, a partir de Fevereiro de 1975, conceder ajuda à FNLA, dando azo a fortes combates entre ambas as forças nos arredores da capital angolana, com o objectivo estratégico de manter o controlo de Luanda (Sá, 2011).

Ainda no decorrer do mês de Fevereiro, antes dos confrontos propriamente ditos, as forças militares do MPLA desencadearam uma operação contra a facção de Daniel Chipenda (nomeado um dos vice-presidentes, desde que Agostinho Neto assumira funções de Presidente do MPLA), o qual se refugiou em Kinshasa, estreitando ligações com a FNLA. Porém, antes da realização da Cimeira de Alvor, abdicou das suas funções no MPLA, passando a auto-intitular-se "presidente de todo o Movimento". Surpreendentemente, em meados de Fevereiro de 1975,regressaria a Angola e abriria uma delegação em Luanda (com duzentos guerrilheiros) e outras seis noutras cidades do território. Esta atitude provocou uma revolta no Movimento de Agostinho Neto que cercou as organizações dirigidas por Daniel Chipenda, tendo as facções entrado em confronto armado. Face a estes acontecimentos, a FNLA e a UNITA procuravam recuperar para as suas fileiras de combate alguns militares pertencentes à «Revolta do Leste».Apesar da UNITA ter sido a primeira a mostrar-se disposta a recebê-los,

foi nas forças armadas da FNLA que os militares de Daniel Chipenda se integraram, abrindo um novo capítulo na história do conflito armado entre os dois Movimentos (Cardoso, 2009).

Osucessivo agravamento da situação angolana conheceu em Março de 1975 outros focosde constrangimentos, designadamente a chegada detropas regulares do exército zairense para combaterem ao lado da FNLAe o crescente apoio da URSS ao MPLA através do fornecimento de armamento militar. Assim, a 23 de Março, as tropas de Mobutu participaram numa acção ofensiva no Caxito, apoiando a FNLA e que culminaria na tomada dessa cidade localizada a cerca de 60 quilómetros de Luanda. Ainda no mês de Março, o governo moscovitaintensificou as remessas de armamento militar para o MPLA (via Congo Brazzaville e, em menor escala, directamente para o território angolano). Perante esta situação, o Governo de Transição mostrou-se incapaz de reagir, perspectivando-seo comprometimento da organização das eleições no prazo fixado nos acordos da Cimeira do Alvor.

Para resolver o problema da conflitualidade entre os dois movimentos angolanos, o Governo de Lisboa decidiu enviar para Angola, a 26 de Março de 1975, os "Ministros Melo Antunes, dos Negócios Estrangeiros, e Almeida Santos da Coordenação Interterritorial" (Cardoso, 2009, p.562),duas personalidades que haviam seguido todo o processo de descolonização. Desde logo, os mandatáriosportuguesesencetaram conversações com as partes em confronto e o seu sucesso (pelo menos, em termos teóricos) traduziu-se na assinatura de um protocolo (28 de Março de 1975).

A condição interna fora profundamente afectada pelos sucessivos confrontos entre o MPLA e a FNLA nas áreas suburbanas de Luanda e, apesar das medidas tomadas para normalizá-la no âmbito da Comissão Nacional de Defesa (CND) - instituição encarregue do inquérito sobre a situação política e militar de Angola -, os dois movimentos furtaram-se sistematicamente ao seu cumprimento, o mesmo acontecendo com o protocolo assinado em 28 de Março (Sá, 2011).

Embora a UNITA reafirmasse a sua posição de imparcialidade e de neutralidade, marcou presença no campo político ao arbitrar, conjuntamente com as autoridades portuguesas, a situação despoletada pelos conflitos entre o MPLA e a FNLA. A partir do acordo de 28 de Março, mesmo registando-sea diminuição das acções de guerra, o clima em Luanda era caracterizado por uma forte tensão emocional que perduraria nos anos seguintes.

Assim, as diversas tentativas para desvanecer asanimosidades entre os dois Movimentos não se revelaram profícuas e, à medida que se aproximava a data histórica de 11 de Novembro de 1975, registar-se-ia a intensificação do conflito[506].

No decorrer dos meses de Abril e de Maio de 1975, as forças armadas da FNLA, contanto com o apoio dos militares da «Revolta do Leste», abriram novamente as hostilidades contra as tropas do MPLAna capital angolana e a extrema violência resultou num número de vítimas considerável.Face aos novos incidentes, o Alto-Comissário do Governo de Transição convocou mais uma reunião com os líderes dos três Movimentos de Libertação: Agostinho Neto (MPLA), Jonas Savimbi (UNITA) e Johny Pinnock (FNLA), em representação de Holden Roberto que se encontrava no exterior. A sua conclusão baseou-se num comunicado final, no qual o Alto-Comissário apelou singelamente às forças beligerantes para fim imediato às altercações. Apesar do pedido, nada impediu que novos confrontos entre o MPLA e a FNLA[507]acontecessem, alguns dias mais tarde, no norte do país, mais concretamente em São Salvador.

Dado este cenário, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Melo Antunes, voltou a território angolano para abordar este e outros problemas incipientes com os responsáveis dos Movimentos de Libertação. A ideia de um novo encontro sob a égide do governo português não reuniu o consenso das forças nacionalistas angolanas, sendo acusado pela FNLAde parcialidade, "posição que vem a aproximar-se a UNITA" (Correia, 1991, p. 141). Porém, tanto a FNLA como a UNITA[508] estavam dispostas a participar numa reunião idêntica à que tivera lugar em Janeiro de 1975 em Mombaça, no Quénia: os primeiros sinais de uma cooperação que se prolongaria até à independência.

[506] É importante relembrar que tanto a FNLA como o MPLA não estavam em consonância quanto à realização de eleições livres em Angola, pois ambos tinham receio de perdê-las. A FNLA, não dispondo de estrutura política organizada, seria incapaz de vencer o MPLA e este, por seu lado, temia que o intuito tribal e racial favorecesse os seus adversários mais directos. O governo português, devido à complexidade da questão angolana, encontrava-se sem meios adequados para conduzir da melhor forma o processo de descolonização (Marques, 2013, p.302).

[507] Durante estes embates, Holden Roberto acusou as autoridades portuguesas e outros países estrangeiros de serem mentores do conflito, contudo sem revelar as suas identidades.

[508] A UNITA, então com a sua posição fortalecida no planalto central do território angolano, vinha endurecendo progressivamente o seu discurso contra Portugal, alinhando com a FNLA que nunca abandonara a sua hostilidade agressiva.

VI.3.5 A Cimeira de Nakuru

A Cimeira de Nakuru (Quénia) foi realizada entre 16 e 21 de Junho de 1975, contandocom a participação de Agostinho Neto, Jonas Savimbi,Holden Roberto e Daniel Chipenda, este último já na qualidade de representante da FNLA. Aparentemente, todos tinham consciência do grave estado em que o país se encontrava,pelo que os interesses nacionais teriam de ser prioritários relativamente aquaisquer divergências políticase/ou ideológicas. Assim, para melhorar a situação geral em Angola, Freitas (1975, p.270) esclarece que os Movimentos concordaram com os seguintes aspectos:

- Criar um clima de tolerância política e de unidade nacional dentro da diversidade política e ideológica de Angola;
- Pôr termo a todas as formas de violência e de intimidação de militantes e libertar imediatamente todos os prisioneiros em poder dos Movimentos;
- Garantir a todos os Movimentos o direito de livre actividade política em qualquer parte do território angolano;
- Acelerar a formação das Forças Armadas Nacionais com o efectivo inicial de 30000 homens e iniciar o desarmamento da população civil, logo que criadas as condições necessárias;
- Tomar medidas para neutralizar as forças reaccionárias internas e externas;
- Reafirmar a integridade territorial de Angola, incluindo o território de Cabinda;
- Realizar eleições e convocar novas cimeiras em Angola para encontrar soluções de alternativa, no caso de se tornar impossível a realização de eleições.

Praticamente todas as questões acordadas já tinham sido objecto de decisões anteriores, não tendo sido rigorosamente respeitadas quer pelo MPLA, quer pela FNLA. Após a Cimeira de Nakuru, considerada por Cardoso (2009) como uma manobra para enganar o povo angolano e o mundo, verificou-se (mais uma vez) o desrespeito pelo acordo através de múltiplas posturas e acções:

> “ (…) A entrada de reforços para o MPLA, com a chegada a Luanda de elevado número de efectivos, e para FNLA pela fronteira norte onde esbarrara com as forças do MPLA originando conflitos de certa gravidade; a situação hospitalar deteriorava-se, principalmente em Luanda onde os principais hospitais

> continuavam encerrados; as atitudes inconvenientes dos movimentos não pararam, dando origem a uma cada vez maior instabilidade e insegurança por toda a parte do território angolano" (Cardoso, 2009, p. 629).

Aproximando-se de um quadro de ruptura, uma comissão composta por elementos do Ministério do Interior e da Justiça de Portugal, por Oficiais dos Estados-Maiores dos três Movimentos de Libertação e por membros do Comando Unificado da Polícia juntou-se para estudar medidas que possibilitassem iniciar o efectivo cumprimento do acordo de Nakuru. Nesse âmbito, deliberou-se (a) a libertação imediata e incondicional de todos os detidos pelos Movimentos de Libertação, (b) a reafirmação de que o exercício da justiça não competia aos Movimentos de Libertação e (c) a violação desses princípios deveria ser denunciada ao Corpo de Polícia de Angola (Cardoso, 2009, p.630).

À semelhança do que sucedera noutras ocasiões, estas medidas não se reflectiram na prática, dando apenas mais tempo para que as forças em conflito pudessem preparar o "confronto final" pelo total controlo de Luanda e a consequente tomada de poder.

VI.3.6. Os primeiros confrontos entre o MPLA e a FNLA após a Cimeira de Nakuru

Cerca de um mês após a assinatura do acordo de paz em Nakuru, violentos combates eclodiram, opondo as forças militares do MPLA e da FNLA. De acordo com Stockwell (1979), esses não seriam mais do que a aplicação do programa definido pela CIA,no quadro de uma série de operações secretas definidas para Angola. O autor afirma igualmente que aquele organismo americanoestruturou um plano de guerra contra as forças do MPLA, o qual fora aprovado pelo Presidente dos EUA, Gerald Ford (em 27 de Julho), disponibilizando ajuda financeira adicional (de 8 milhões de dólares) para o movimento liderado por Holden Roberto (Stockwell, 1979, p. 53). Contudo, a FNLA não soube gerir e afirmar a sua superioridade militar e, durante os confrontos na capital de Angola, acabou por ser expulsa definitivamente daquela zona territorial pelas forças do MPLA.

Posteriormente, o MPLA desencadeou uma ofensiva na área étnica Umbundo, situada na faixa entre Luanda e Malanje, e estendendo-a depois às regiões das Lundas, eliminando praticamente a presença das forças da UNITA e da FNLA naquela região.Assim, ao ocupar a capital de Angola três meses antes da celebração da independência, o MPLA

acabara de alcançar um dos seus principais objectivos, causando um forte impacto psicológico na população[509].

Do ponto de vista militar,o "movimento tentou reforçar as suas posições no Leste do país, fazendo convergir as suas tropas em direcção à fronteira com a Zâmbia, o que deveria permitir evitar um possível cerco das suas tropas, caso houvesse uma aliança táctica entre a FNLA e a UNITA que controlavam uma parte significativa do caminho-de-ferro de Benguela" (Mbah, 2010, p. 308).

Por sua vez, a FNLA concentrou esforços no Norte de Angola (onde possuía um exército com unidades do tipo convencional e algumas forças regulares do exército zairense), iniciando uma deslocação para sul, cujo objectivo era a ocupação de Luanda (Correia, 1991). De igual modo, o Movimento ameaçava desencadear acções contra unidades portuguesas que ainda se encontravam na região de Carmona (actual cidade do Uíge).

Durante este período, Holden Roberto conduziu pessoalmente as operações militares, contando com um efectivo estimado em cerca de 20 mil homens. Assim, a FNLA desencadeou fortes combates contra o MPLA no distrito de Cuanza Norte, dos quais resultou a sua derrota e, consequentemente, a retirada das suas forças para as regiões de Catete, de Quifangondo e de Cacuaco. Até finais de Julho de 1975,a FNLA tinha "em sua posse" a regiãodo Caxito (a poucos quilómetros de Luanda), bem como tinha expulso o MPLA e a UNITA do Norte de Angola, nos distritos de Zaire e de Uíge.

O projecto "Luanda" continuou quando o presidente da FNLA, juntamente com os seus comandantes militares,enviou uma coluna militar para a capital angolana, minimizando a possibilidade de um ataque surpresa por parte do MPLA. Holden Robertomostrou-se sempre cautelosocom as forças portuguesas, as quais tinham ordens para impedir a entrada dos destacamentos do seu Movimento em Luanda, pelo que lhesdirigiu severas advertências.

Por sua vez, o MPLA, compreendendo a importância dos confrontos futuros, redefiniu a sua força de actuação.Os seus dirigentes sabiam que, para vencer definitivamente a FNLA e a UNITA, era fundamental manter o controlo das regiões estratégicas de aprovisionamento para a sua logística, pelo que a fachada atlântica passou a ser o seu primeiro objectivo. Assim, a expugnação dos portos de Benguela e do Lobito (e a subsequente

[509] Ainda no que se refere à "batalha" de Luanda, o governo português decidiu impedir a entrada das forças da FNLA na região e, ao mesmo tempo, enviou para o território "uma companhia de comandos, uma de pára-quedistas e um destacamento de fuzileiros, garantindo ainda um esforço militar adicional logo que possível com mais duas companhias de polícia militar e meios aéreos e navais" (Sá, 2011, p. 202). Assim, o MPLA passou a ser o único Movimento de Libertação instalado em Luanda, contando de igual forma com o total apoio da população local.

expulsão das forças da UNITA que se encontravam nessa região) representaram a abertura de uma nova frente militar. Uma vez atingido esse objectivo, o MPLA tinha encontrado uma alternativa segura para receber ajuda militar dos seus aliados, nomeadamente a União Soviética e os países da Europa do Leste[510].

De uma forma geral, o Movimento de Agostinho Netocontrolava a região de Luanda e uma boa parte do território que se estendia até às fronteiras com a Zâmbia e com a Namíbia. A FNLA mantinha os distritos do Zaire, do Uíge e parte do Cuanza Norte até à fronteira com a República do Zaire. Por sua vez, a UNITA fixou-se no planalto central, mais concretamente nos distritos do Huambo e do Bié (Correia, 1991, p. 143). Em função dos apoios recebidos, Cardoso (2009) indica que o "MPLA tinha conseguido uma posição de clara supremacia que, tudo apontava, iria permitir-lhe assumir o poder" (p. 649) em 11 de Novembro de 1975

VI.3.7. A suspensão do Acordo de Alvor

A generalização e a persistência do conflito armado entre os três Movimentos de Libertação de Angola, signatários dos acordos de Alvor, de Mombaça e de Nakuru, impediamo cabal desenvolvimento da missão do governo de transição, órgão que se tornara impotente na condução da descolonização de Angola.Deste modo, perante a iminênciade uma guerra civil, em 31 de Julho de 1975, o Alto-Comissário general Silva Cardoso pediu a sua demissão do cargo, sendo substituído pelo Almirante Leonel Cardoso, o qual tomaria posse um mês depois. Nesse intervalo temporal, e face à ausência de uma autoridade competente, as funções de Alto-Comissário foram desempenhadas pelo general Ferreira de Macedo, comandante da região militar (Cardoso, 2009).

De facto, em termos práticos, o governo de transição já não existia, uma vez que os membros representantes da FNLA e da UNITA tinham-no abandonado e a Comissão Nacional de Defesa deixara igualmente de reunir, remetendo ao fracasso os grandes princípios do acordo de Alvor[511]. Nesta medida, a 22 de Agosto de 1975, o governo português decidiu suspendê-lo parcialmente, através da aprovação do Decreto-Lei n.º 458/A-75. De acordo com Correia (1991, p.148), esta decisão tinha essencialmente dois objectivos: "primeiro, reforçar

[510] O único ponto estratégico que não se encontrava sob controlo das forças do MPLA era o porto de Moçâmedes, região fortemente controlada por militares sul-africanos, cujas tropas tinham como missão proteger a barragem de Cunene, fornecedora de energia eléctrica à Namíbia.

[511] Além disso, a estrutura económica tinha paralisado e as forças militares mistas nunca se tinham constituído, em face do total desinteresse por parte dos Movimentos de Libertação.

os poderes do Alto-Comissário, já que era o único órgão do poder executivo que se mantinha em pleno funcionamento" e "uma vez que os ministros do MPLA eram os únicos que permaneciam no governo, regular legalmente a saída dos ministros portugueses, impedindo que o governo pudesse ser catalogado de coligação Portugal/MPLA". Concomitantemente, o Decreto-Lei mantinha alguns dos aspectos mais pragmáticos, nomeadamente "o reconhecimento do direito do povo angolano à independência, o princípio da unidade territorial e política de Angola, a fixação da data da proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975 e o reconhecimento dos três movimentos de libertação como únicos e legítimos representantes do povo angolano" (Correia, 1991, p. 148).

A reacção dos Movimentos de Libertação à suspensão do acordo de Alvor foi expressa através de comunicados de imprensa, sendo a FNLA a primeira a fazê-lo:

> "Há ambiguidade e equívoco. Primeiro, não será possível respeitar o calendário de acessão de Angola à independência e ao mesmo tempo que se suspendem os acordos, que são únicos documentos jurídicos assinado pelas quatro partes, pelo qual Portugal reconhece o direito do povo angolano à independência e à soberania. Ou Portugal suspende certas cláusulas do acordo, em violação flagrante do espírito que presidiu à elaboração deste instrumento político-jurídico, e seria desde já saber quais são as cláusulas suspendidas; ou então o governo português suspende todo o acordo e remete por consequência em questão o princípio mesmo da acessão de Angola à independência" (Mbah, 2010, p.313).

Por sua vez, o MPLA emitiu uma nota mais violenta:

> "Contrariamente ao que pretende o governo português, Lisboa nada fez para levar a bom termo o processo de descolonização de Angola e contribuir para a paz mundial. Pelo contrário, os portugueses permitiam que o neo-colonialismo se instalasse de novo em Angola… O Alto-Comissário e o governo português adoptaram uma medida que constitui um retrocesso do processo histórico ao constituir uma ditadura, precisamente quando as massas populares tinham conquistado o direito de serem dirigidos por um governo colectivo. Nós Movimento Popular de Libertação de Angola, continuaremos a assumir as nossas funções no meio do governo, a lutar pelo imperialismo e a assegurar a reconstrução nacional. Nós, MPLA, reafirmamos uma fez mais ao governo português que o povo de Angola não abdicará dos seus direitos e não hesitará em se defender pela força das armas" (Mbah, 2010, p. 314).

Apesar do empenho do governo português em promover vias para solucioná-lo[512], o conflito armado angolano agravar-se-ia com a intervenção dos países estrangeiros.Deste

[512] Numa tentativa de acalmar os ânimos, o governo português volta a enviar emissários para contactar os presidentes da Comissão de Descolonização da ONU, da OUA, dos países das antigas colónias africanas (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique) e de outros países do continente africano

modo, a União Soviética (que apoiava o MPLA) aumentou significativamente a transferência de armamento e as forças regulares do Zaire juntaram-se à FNLA no Norte do território. Em Junho de 1975, os primeiros cubanos e as forças militares da África do Sul chegaram a Angola e, paralelamente, o governo norte-americano aprovou a «operação Iafeature»[513].Ou seja, um crescente envolvimento externo que se estenderia até à independência e se adensariano pós 11 de Novembro de 1975.

VI.4. A Internacionalização do Conflito Angolano

A intervenção directa de forças de países estrangeiros no cenário angolano aconteceu por iniciativa própria ou a pedido dos Movimentos de Libertação e as suas actuações foram, na maior parte dos casos, associadas às suas próprias forças. Entre as principais justificações para o seu engajamento salientam-se as rivalidades ideológicas e os interesses económicos e geoestratégicos que o território angolano representava.

Desde o início da luta armada em 1961 que todos os Movimentos de Libertação eram apoiados, logística e tecnicamente, por países vizinhos (onde mantinham as suas bases permanentes)[514] e por países geograficamente distantes(EUA, União Soviética, países da Europa do Leste e da República Popular da China). Nesse sentido, o sucesso das operações militares não dependia somente da estratégia militar das forças em confronto, mas sobretudo da qualidade e da quantidade de armamento militar de que cada uma dispunha.

---

que tinham seguido os trabalhos da descolonização portuguesa, nomeadamente a "Nigéria, Tunísia, Somália, Quénia, Tanzânia, Zâmbia, Zaire, Congo e Senegal" (Correia, 1991, p. 148). Igualmente, foram feitas diligências junto dos países da NATO, nomeadamente os EUA, Canadá, França, Grã-Bretanha e Itália, de países da Europa de Leste, Jugoslávia, Roménia, União Soviética e de países neutrais com quem Portugal mantinha relações privilegiadas (Brasil e Austrália).

[513] A «operação Iafeature» é o nome do programa secreto norte-americano para Angola, descrito num dos pontos posteriores deste trabalho.

[514] Os países africanos socialistas (nomeadamente a República Popular do Congo, a Argélia, a Guiné-Bissau e Moçambique) apoiavam o MPLA em nome da solidariedade ideológica. Os países do bloco capitalista (sobretudo o Zaire e a África do Sul) apoiavam a FNLA e a UNITA devido aos condicionamentos da política interna e à defesa dos interesses ocidentais.

VI. 4. 1. A Intervenção dos Estados Unidos da América

No período compreendido entre 1969 e 1976, Richard Nixon e Gerald Ford foram eleitos chefes do Executivo americano, ambos pelo Partido Republicano, surgindo mais tarde outra personagem política que exerceriaum papel relevante na condução dos assuntos referentes às relações externas: Henry Kissinger[515].

Antes do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, a política dos EUA em relação a Angola tinha dois enquadramentos diferenciados: um direccionado ao apoio político, económico e militar do colonialismo português e outro dirigido à acção privada das organizações civis e dos serviços secretos que se ocupavam do financiamento dos movimentos pró-ocidentais (como a FNLA e a UNITA). A sua posturae a sua atitude ambíguaspodiam ser justificadas por razões estritamenterelacionadas com as políticas dos diferentes governos norte-americanos em relação a Portugal e a Angola[516].

Em traços gerais, pode-se demarcar a acção dos dois presidentes dos EUA em duas fases: a primeira entre 1968 ea «Revolução dos Cravos» (25 de Abril de 1974) e a segunda daí em diante até 1975/76. Inscrito no primeiro momento, o governo presidido por Nixon não atribuiu muita relevância aos problemas africanos, incidindo as suas preocupações nas questões europeias, no sudoeste asiático e no Médio Oriente. Por seu lado, Kissinger entendia que o continente africano deveria ser assistido pelas potências aliadas europeias, política e economicamente responsáveis pelas situações ali existentes, devendo estes cuidar ainda da contenção da URSS nas regiões mais sensíveis, entre as quais se encontrava a África Austral (Bissel, 1982). Todavia, a «Revolução dos Cravos» e o subsequente fim do império português em território angolano, alterousignificativamente o panorama vigente, pelo que os EUA repensaram a sua estratégia até então considerada de «baixa intensidade» ou de «fraco envolvimento» (Campos, 1995, p. 543).

[515] Henry Kissinger desempenhou primeiramente funções como conselheiro de assuntos da Segurança e, depois, como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Este governante não possuía conhecimentos pormenorizados sobre a África Austral, apenas considerando-a uma parte da sua visão global do conflito entre as superpotências.

[516]Essas razões são, em primeiro lugar,o pacto militar no âmbito da segurança e da defesa que liga os EUA a Portugal no quadro da NATO; em segundo, os recursos naturais de Angola, alguns dos quais de importância vital para a economia americana e, por último, os interesses geoestratégicos no quadro da luta com a União Soviética pela hegemonia mundial.

A retirada apressada das forças portuguesas de Angoladesenhou um vazio que, com oportunidade e firme decisão, foi preenchido pelas forças do bloco soviético[517], permitindo aos militares do MPLA (e às forças aliadas), liberdade de acção e de supremacia militar.

Em Agosto de 1974,na sequência da demissão de Nixon (escândalo «Watergate»), Ford assumiu a chefia do Executivo americano e a primeira solicitação para intervenção no contexto angolano aconteceu durante uma visita do presidente da Zâmbia, alertando para o facto da União Soviética estar a intervir com conselheiros militares e com armamento, pondo em risco os aliados norte-americanos na região[518]. Perante tal informação, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, repensou a sua posição e defendeu a adopção de uma política ofensiva, a qual ia recomendar ao presidente dos EUA "para ser concedido auxílio secreto às forças não-comunistas", explicando claramente os seus objectivos:

> "Se Angola passar a ser comunista, isto terá consequências em Angola, no Zaire, na Zâmbia, etc. Estes países só poderão concluir que os Estados Unidos já não são um factor a ter em conta na África Austral. Iremos pagar por isso durante várias décadas. Isso irá afectar as suas decisões. Irão concluir que os soviéticos conseguem introduzir ajuda maciça e nós não, o que significa que os soviéticos são um factor de poder a ter em conta" (Kissinger, 2003, pp. 712-715).

Assim, depois de um longo período de indiferença e de indecisão, em Julho de 1975 o responsável pela política externa dos EUA começou a defender o envolvimento norte-americano nos assuntos angolanos através de um programa secreto de apoio económico e militar à FNLA e à UNITA, o que - por conseguinte - levou a URSS a ampliar o apoio ao MPLA (Sá, 2011).No entanto, esta mudança de opinião teve também a ver com os reflexos da Guerra Fria na intervenção soviética (com especial destaque para o impacto nos equilíbrios da África Austral), com a ampliação das repercussões do conflito no Vietnamee com as consequências no relacionamento norte-americano com os aliados e com a URSS (Sá, 2011, p. 208). Relativamente a este último aspecto, poder-se-á encontrar uma boa síntese na obra de Garthoff (1994) que assegura que a grande preocupação do Secretário de Estado norte-americano estava igualmente relacionada com a repercussão da percepção de fracasso do seu governo, "no comportamento da URSS", isto é, no seu incentivo "pela falta de uma acção americana resoluta" (Garthoff, 1994, p.580). Deste modo, segundo Westad (2007), após a

[517] A reflexão dos EUA acerca da sua estratégia de intervenção foi repensada e, nesse sentido, esta superpotência não demonstrou vontade política para assegurar o «vazio» causado pela retirada das forças portuguesas de Angola.

[518] Versão credibilizada pelos serviços secretos que, por essa altura, começaram a produzir relatórios, dando conta da existência de uma «ponte aérea» soviética de transporte de armas para Brazzaville, de onde eram transferidas para Angola (Sá, 2011).

queda da Indochina, "o governo norte-americano tinha de demonstrar ao resto do mundo, que possuía o poder e a vontade para modificar os eventos internacionais" (p.222). Nesta medida, Angola surge não somente como um desafio, mas também como uma oportunidade.

Ainda assim, asua intervenção indirecta foi reflectida e prudente, uma vez que no território angolano se desencadeara uma ofensiva da União Soviética, através do envio de armamento militar e de vários instrutores militares. Em contra-resposta, o governo americano aprovou a concessão de cerca de 71 milhões de dólares a favor da FNLA e da UNITA. No entanto, face ao incremento posterior do apoio soviético ao MPLA, os EUA solicitaram a intervenção da África do Sul e do Zaire a fim de apoiarem os outros dois Movimentos. Perante este quadro, o MPLA pediu a intervenção de Cuba que, até finais de 1975, já tinha um número expressivo de homens no terreno (Campos, 1996; Gleijeses, 2002).

O auxílio dos EUA era feito através do Zaire (para onde enviavam equipamento militar,permitindo assim libertar armamento das forças armadas zairenses para os movimentos antiMPLA em Angola) e,daí, à FNLA e à UNITA, sendo esta a única maneira dos norte-americanos "chegarem" àqueles Movimentos (Sá, 2011, p. 214). Esta estratégia alicerçou a «Operação Iafeture» que se desenvolveu em três principais acções:

> "Apoio económico à FNLA e à UNITA, numa quantia superior a 32 milhões de dólares, destinados a treinar, equipar e transportar as tropas destes movimentos; fornecimento de equipamento militar, num montante superior a 16 milhões de dólares; recrutamento de mercenários para servirem como conselheiros militares da FNLA e da UNITA" (Stockwell, 1979, p. 206).

Em relação ao apoio económico, as verbas foram distribuídas entre os meses de Julho e de Novembro de 1975[519], existindo alguma controvérsia relativamente aos montantes finais disponibilizados. Nesse sentido, Gleijeses(2002) afirma que a ajuda dos EUA parece ter sido superior a 71 milhões de dólares (2002, p. 351).

Sobre o apoio militar, a «Operação Iafeature» previa a disponibilização, via Zaire, de um conjunto alargado de armamento, o qual começou a ser recepcionado emfinais de Julho e princípios de Agosto de 1975[520].

[519] Em 18 de Julho, o Governo norte-americano aprovou o desembolso de 6 milhões de dólares. No dia 27 desse mês foram concebidos mais 8 milhões, alocados principalmente para o transporte de armas dos EUA para o Zaire e, daí, para Angola. Em 20 de Agosto foi autorizado um montante adicional de 11 milhões para a manutenção das forças da FNLA e da UNITA. A 27 de Novembro a Casa Branca aprovou mais 7 milhões para armas, mercenários e aluguer de aviões para operar em Angola (Sá, 2011, p. 216).

[520] É importante sublinhar que, ainda no decorrer do mês de Agosto do mesmo ano, foram enviados para o Zaire paramilitares e especialistas em organização da CIA com a função de coordenarem o programa secreto norte-americano para Angola.

No que concerneao recurso a forças militares clandestinas de terceiros países, os primeiros mercenários a participarem no conflito angolano no âmbito da «Operação Iafeature» foram portugueses, tendo entrado em Angola, via Zaire, em Agosto de 1975. Segundo Stockwell (1979) e Kissinger (2003), a CIA contactou ainda mercenários brasileiros e franceses, sendo a maior parte proveniente do Reino Unido, com o grupo *Security Advisor Service* a disponibilizar cerca de 200 homens até finais de 1975.

VI. 4. 2. A Intervenção dos Países Africanos

VI. 4. 2. 1. A República do Zaire

A República do Zaire foi um dos primeiros países africanos estrangeiros a intervir no conflito angolano, ao lado da FNLA e, pese embora o começo tardio em 1975, a sua participação militar terá sido planeada com alguns anos de antecedência.

Nesse contexto, depois das negociações de paz (em Kinshasa, 1972) entre o MPLA e a FNLA terem fracassado, esta última parecia apresentar muitas lacunasdo ponto de vista militar. Foi por essa razão que o chefe do Estado zairense tomou a decisão de, a partir de 1973, reorganizar simultaneamente as suas forças armadas e as da FNLA, para intervirem conjuntamente no conflito angolano a favor do movimento de Holden Roberto.

Aliás, a partir de Janeiro de 1974 já havia fortes "suspeitas da presença de militares zairenses entre os efectivos que a FNLA ia introduzindo em Angola pela fronteira norte" (Correia, 1991, p. 153) e em Março de 1975 confirmou-se "que não se tratava apenas de uma esporádica colaboração de militares isolados, mas da presença efectiva de unidades militares do exército zairense" (Correia, 1991, p. 153).

A partir de Abril de 1975, as tropas da FNLA que entraram em Angola a partir do Zaire, acompanhadas de alguns elementos do exército zairense, despoletaram confrontos com forças do MPLA em Luanda e nas áreas do Norte (Marcum, 1978).

A partir do mês de Julho de 1975, a República do Zaire duplicou a sua acção no território angolano, uma vez que "Mobutu põe à disposição da FNLA vários batalhões de infantaria e para-comandos, assim como unidades blindadas e de artilharia, do exército zairense" (Heimer, 1980, p. 83). Em Setembro, Mobutu colocou em acção os seus batalhões de comandos, fazendo-os seguir de avião para o território angolano. Deste modo, ainda no

mesmo mês, as unidades blindadas do exército zairense juntaram-se à FNLA e à UNITA em Angola (Stockwell, 1979, p. 172). Apesar dos meios disponibilizadosàs forças armadas zairenses, estas não foram capazes de garantir a vitória militar dos seus aliados.

VI. 4.2.2. A África do Sul

A intervenção militar da África do Sul no conflito angolano fez também parte da estratégia do governo norte-americano, embora existissem motivações próprias [521]. Os dirigentes sul-africanos eram os principais interessados no processo de descolonização do território angolano, dada a iminência de "perder" Portugal como aliado de significativa importância para a estabilização da África Austral, como também a possibilidade da ascensão ao poder em Angola de um governo que apoiasse com hostilidade as actividades militares da guerrilha sul-africana (SWAPO).

Por estas razões, diversas personalidades militares sul-africanas defenderam a intervenção militar no território angolano, como prevenção de uma possível vitória do movimento de Agostinho Neto (MPLA). Contudo, esta posição não era partilhada pela maioria dos membros do governo norte-americano e dos serviços secretos, o que fez com que o primeiro-ministro sul-africano, John Vorster, tomasse inicialmente uma posição cautelosa, limitando-se apenas a conceder ajuda pecuniária e armamento à FNLA e à UNITA [522] (Stockwell, 1979).

Em finais de Maio de 1975, devido ao agravamento do conflito e à probabilidade de vitória do MPLA (aliado aos soviéticos), as autoridades sul-africanas decidiram apoiar "uma

[521] Ainda hoje continuam a persistir divergências quanto às razões que motivaram as forças sul-africanas a invadir Angola. Conforme a literatura de especialidade, em primeiro lugar os dirigentes sul-africanos temiam a instalação de regimes africanos progressistas, hostis à sua política de «Apartheid». De igual modo, sabe-se que houve uma divisão quanto à sua intervenção no conflito angolano, sendo os dirigentes militares liderados pelo Ministro da Defesa, P.W. Botha, a favor e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hilgard Muller, opondo-se. No entanto, o primeiro-ministro sul-africano optou pela intervenção militar.

Por sua vez, Stockwell (1979) afirma que "houve uma colaboração próxima e encorajamento entre a CIA e os sul-africanos", existindo vários "telegramas de Kinshasa, Lusaka e Pretória que instam rigorosamente a uma colaboração estreita com a África do Sul" (p. 197). Já o historiador norueguês especializado na Guerra Fria, Westad (2007) refere que a decisão do primeiro-ministro sul-africano para intervir militarmente no território angolano aconteceu em resposta à pressão exercida pelo governo norte-americano.

[522] O Movimento de Jonas Savimbi foi o primeiro a beneficiar do apoio sul-africano, recebendo nos meses de Fevereiro e de Março de 1974 diversos tipos de armamento e de munições, bem como ajuda económica, comprometendo-se a impedir a entrada de elementos da SWAPO no território namibiano. Posteriormente, este auxílio foi estendido à FNLA que assumiu o compromisso de lançar acções hostis contra as forças da SWAPO e, daí, o governo de Pretória fez chegar-lhe diverso armamento militar e alguma ajuda económica (Gleijeses, 2002; Westad, 2007).

frente unida entre FNLA/UNITA"[523]para travar o seu avanço militar (Gleijeses, 2002, p. 276). Assim, esta nova fase do envolvimento sul-africano em território angolano exigiu a entrada de pequenos grupos militares (através da fronteira com a Namíbia), fixando-se na região do rio Cunene, onde se registaram confrontos com forças do MPLA aí instaladas (Sá, 2011).

A partir de Setembro de 1975, o governo sul-africano disponibilizou aos dois Movimentos (que apoiava) instrutores, aconselhamento militar e apoio logístico, enviando forças especiais ao território angolano sob comando dos antigos oficiais do serviço secreto da polícia portuguesa (Gleijeses, 2002, p. 295).

Em Outubro de 1975, a intervenção sul-africana conheceu uma etapa mais decisiva, com a entrada de forças regulares do exército (2500 homens e600 veículos), iniciando a«Operação Savannah» [524] que contou com o envolvimento das forças da UNITA conjuntamente com a CIA que, através da «Operação Ieafeature», coordenava a «Operação Savannah» com a própria operação do exército da FNLA no Norte (Correia, 1991, p. 159).

VI. 4. 3. A Intervenção da União Soviética

A abordagem da intervenção soviética em relação a Angola terá de ser precedida pela análise de como Moscovo vinha actuando no Terceiro Mundo, em geral, e na África Austral, em particular.

Apesar da ajuda aos Movimentos de Libertação ter sido tardia e de, em alguns casos, ter obtido sucesso, a União Soviética acabou por ceder à lógica da preponderância que, por vezes, entrava em contradição com as opções de Estado relativas aos"povos oprimidos". O

[523] Para dar sequência ao plano de apoio à frente unida entre a FNLA e a UNITA, o governo sul-africano tomou as seguintes decisões: primeiro, instruiu os generais Constand Viljoen e Hendrik van den Bergh para elaborarem uma lista de armamento a ceder a Savimbi e a Roberto até um total de cerca de 14 milhões de dólares; segundo, ordenou ao estado-maior do exército sul-africano que preparasse uma intervenção militar em Angola. Em seguida, e para este duplo efeito, o primeiro-ministro sul-africano enviou dois importantes elementos do exército e dos serviços secretos ao Zaire para um encontro com Savimbi, Roberto e Mobutu, tendo recomendado um aumento drástico do apoio militar à FNLA e à UNITA, concretamente através do fornecimento de morteiros, rampas de lançamento derockets, minas terrestres, blindados e helicópteros, o que foi aprovado com a excepção do último equipamento (Westad, 2007, p. 230).

[524]Em termos operacionais, a «Operação Savannaha» consistiu no envio de duas colunas militares (Foxbat e Zulu) ao território angolano (a partir da Namíbia)para conquistar várias cidades em poder do MPLA e tendo como objectivo último o "assalto a Luanda a partir do Sul, depois de garantir o controlo do território que iam deixando para trás" (Correia, 1991, p. 159).Sobre este assunto, destacam-se as seguintes obras: Robin H. (1978). The South African Intervention in Angola, 1975-1976. In: *African Affair*; Spies, F (1989).*Operasie Savannah. Angola 1975-1976*. Pretória: S.A. Weermag.

apoio aos Movimentos africanos era justificado com base no Art.º 28.º da Constituição Política da União Soviética:

> "A política externa da União Soviética tem como objectivo garantir as condições internacionais favoráveis à construção do comunismo na URSS, salvaguardando os interesses estatais da União Soviética, consolidando as posições do socialismo mundial, apoiando a luta dos povos pela nacional e progresso social, evitando guerras de agressão, atingindo o desarmamento universal e total e implementando consistentemente o princípio da coexistência pacífica dos Estados com sistemas sociais diferentes" (Campos, 1996, p.486).

Em traços gerais,tratava-sede um raciocínio orientado pelos próprios interesses, visando fins económicos e geoestratégicos (mais concretamente nos países da África Austral). Na opinião de Chauliand (1982), o ponto de vista soviético era essencialmente táctico e asua intervenção inscrevia-se no âmbito da sua política global: defesa do território e da Europa do Leste, estabelecimento do Socialismo/Comunismo à escala mundial e negação dos acessos às matérias-primas aos países do Ocidente.No caso das duas antigas colónias portuguesas, Angola e Moçambique, as suas posições geográficas favoreciam quaisquer dos desígnios de Moscovo, pois tinham importantes linhas de comunicação para os Estados do interior africano (como a Zâmbia, o Zaire, o Zimbabué e o Malawi).Deste modo, a União Soviética pretendiadominá-las para controlar as "saídas" das matérias-primas tão cruciais para o Ocidente[525].

A partir de finais de Novembro de 1974, a intervenção da URSS no conflito angolano intensificou-se, tendo sido preparado um plano que permitisse que uma grande quantidade de armamento militar fosse entregue ao MPLA (via República Popular do Congo [526]). Conforme Silva (2012)os dirigentes soviéticos resolveram acompanhar a intervenção socialista em Angola, o queexplica as suas visitas em Março de 1975 a Brazzaville que se "tornouo centro nevrálgico das relações entre Moscovo e o MPLA e o principal ponto de apoio para a transferência maciça, sob as mais diversas formas, de armas para Angola" (p.78).

[525]É importante referir que o petróleo proveniente do Golfo Pérsico com destino aos EUA e aos países ocidentais passavam pela zona marítima que compreende os territórios de Angola e de Moçambique.

[526] Nesta medida, de acordo com Westad (1996) citado por Silva (2012)"foi incumbido ao representante máximo do governo soviético em Brazzaville, Yevgeny Afanasenko, de convencer as autoridades congolesas a cooperar com Moscovo, tarefa que - de um modo geral - parecia complicada, pese embora o regime daquele país fosse oficialmente favorável ao Socialismo. Deste modo, no início de Dezembro de 1974, o presidente da República Popular do Congo, Marien Ngouabi, permitiaa implementação da operação da União Soviética" (p. 24).

De acordo com Silva (2012), em Junho de 1975, o presidente congolês dava a conhecer ao embaixador soviético em Brazzaville a sua indignação "face às constantes acusações por parte do MPLA de proteger os grupos separatistas de Cabinda" (p. 78). Assim, ainda de acordo com o mesmo autor, no início de Julho de 1975, o representante soviético comunicava às autoridades do seu país "que os congoleses rejeitavam os planos soviéticos de apoio maciço ao MPLA através do seu território" (Ibidem, p. 79). Nesta medida, o governo soviético, segundo Westad (1996) citado por Silva (2012), viu-se obrigado a solicitar a intervenção de Cuba para agir como intermediário na assistência ao MPLA (p.79).

Entretanto, de acordo com Porter (1988), citado por Silva (2012, p.82), durante o mês de Agosto de 1975, houve uma intensa actividade diplomática entre os dirigentes da União Soviética, de Cuba e da República Popular do Congo e, em Setembro, um encontro entre Marien Nngouabi e Fidel Castro na capital cubana que culminaria com um comunicado conjunto indicando o seu apoio ao Movimento de Agostinho Neto. Na sequência destes episódios, "foi assinado um protocolo entre a União Soviética e Cuba acercada coordenação da planificação económica e da continuação da assistência soviética a Havana, sendo provável que o mesmo estivesse relacionado com o financiamento de uma possível intervenção cubana em Angola" (Silva, 2012, p.83).

Mediante estes factos, torna-se evidente a determinação do governo soviético "em não deixar o mínimo vestígio", estabelecendo uma ligação secreta com as autoridades cubanas (Ibidem, p.83). Ainda segundo Silva (2012, pp.84-85), a postura da União Soviéticabaseou-se nos seguintes itens:

- Na primeira metade de 1975, a União Soviética encontrava-se quase exclusivamente empenhada no sucesso da Conferência de Helsínquia, onde esperava obter o reconhecimento formal do *status quo* europeu;
- A intervenção por intermédio de Cuba limitava os riscos de uma confrontação directa com os Estados Unidos;
- Em caso de fracasso ou de ultimato americano, a visibilidade do envolvimento de Cuba pouparia aos soviéticos uma humilhação semelhante à que haviam conhecido no passado;
- A OUA insistira suficientemente sobre a sua vontade de manter as grandes potências afastadas dos conflitos locais e numerosos Estados africanos deram

reiteradas mostras de elevada susceptibilidade nesta matéria, facto que a URSS não podia obviamente menosprezar.

Embora estivesse decidida a competir com os EUA e com a China no fornecimento de ajuda militar, este último item, segundo Somerville (1993), citado por Silva (2012) elucida quea URSS"não queria envolver-se directamente no conflito, nem prestar assistência a Cuba em sede de operações militares" (p.85). Ora, uma vez que não podia intervir directamente no conflito angolano, o governo soviético deparou-se com a necessidade de encontrar um mandatário, pelo que a escolha recaiu sobre Cuba, país que preenchia todos os requisitos para o cabal cumprimento da missão (Ibidem, p.85).

VI. 4. 4. A Intervenção de Cuba

Os primeiros contactos entre os nacionalistas angolanos do MPLA e os dirigentes de Cuba datam do início dos anos sessenta, tendo começado por intermédio das embaixadas cubanas acreditadas nos Estados africanos recém-independentes, como foi o caso da Guiné Conacri, do Egipto, do Congo Brazzaville e da Tanzânia.

A presença dos primeiros instrutores cubanos nas hostes do Movimento de Agostinho Neto iniciou-seem 1962 e a sua colaboração limitava-se a algumas missões de pouca importância ligadas à formação e ao enquadramento dos militares armados. Depois da assinatura do acordo de Alvor, o conflito armado no território angolano agravou-se e o MPLA enfrentava fortes combates tanto com as forças da FNLA como com as da UNITA, ambas apoiadas pelas forças zairenses e sul-africanas (que lhes permitia alguma superioridade militar). Tendo noção de que a natureza do conflito tinha adquirido contornos de litígio internacional, em Maio de 1975 o MPLA - por intermédio do seu presidente - contactou os dirigentes cubanos instalados na República Popular do Congo, solicitando ao vice-primeiro-ministro cubano, Flávio Bravo, o envio de um grupo de instrutores para fundar e para dirigir quatro centros de treino militar (Márquez, 1977, pp.7-8). Assim, o presidente cubano, Fidel de Castro, aceitou o pedido de ajuda e,a partir de meados de Julho de 1975, as forças militares cubanas e alguns instrutores começaram a entrar no território angolano[527] e, paralelamente, foi

[527] Sublinha-se que a data da entrada das primeiras forças cubanas no território angolano não é consensual. Conforme Bender (1978, p.124), teria sido em princípios de Junho, com a chegada de cerca de 250

disponibilizada uma quantia monetária adicional destinada às operações de transporte de armas (Gleijeses, 2002, p. 254).

A partir de meados de Agosto de 1975, o governo cubano começou a preparar uma intervenção militar em larga escala conjuntamente com o governo soviético. Nesta medida, foi modelizado um plano, no qual se definiam as condições da deslocação dos militares cubanos para o território angolano ou congolês, as questões logísticas e as estratégias a adoptar. À União Soviética caberia apenas o transporte dos militares e do armamento bélico, assim como a colaboração dos seus oficiais no planeamento das operações militares (Silva, 2012, p.80).

Todavia, a superpotência socialistamostrou reserva quanto ao plano delineado pelo governo cubano[528], receando que pudesse prejudicar a sua política de *détente* com os EUA. Por isso, o governo soviético opôs-se a toda e qualquer participação na operação arquitectada «antes da independência». Ademais, a União Soviética tinha conhecimento que grande parte dos países africanos, incluindo os seus aliados políticos, reagiriam contra o seu envolvimento directo no território angolano(Silva, 2012, p.80) (Sá, 2011, p.222).

Não obstante, em Setembro de 1975, o chefe do governo cubano avançou com o seu plano, "iniciando uma nova missão militar Cubana em Angola através do envio de cerca de 500 conselheiros militares" (Sá, 2011, p.222). Deste modo, o encaminhamento dos primeiros 300 elementos e o material militar foi feito por via marítima, entre 15 e 20 de Setembro, em três navios diferentes com nomes simbólicos de *Vietnam Heroico, La Plata e Coral Island* (Marques, 2013). De modo a evitar surpresas indesejáveis, as autoridades cubanas tinham tomadoprecauções para garantir o sucesso do transporte do seu contingente. Ainda antes da independência de Angola, começaram a chegar as primeiras forças militares cubanas[529] transportadas em três navios que acostaram no território angolano e que traziam diversas

conselheiros cubanos. Por sua vez, Kissinger (2003, p.726) sustenta a ideia de que a intervenção cubana em Angola começou em Maio e intensificou-se em Junho, afirmando que a mesma aconteceu antes da invasão dos sul-africanos no território angolano.

[528] Importa sublinhar que o governo soviético não pretendia colocar 'verdadeiras' reservas ao plano cubano; o que não desejava era ver-se envolvido directamente no conflito (antes de Angola se tornar independente). Assim, a União Soviética pretendia somente intervir após a independência, tendo em conta que nesse caso, "tratar-se-ia da solicitação de uma ajuda exterior por parte de um Estado soberano, situação legítima em termos de direito internacional" (Silva, 2012, p.80).

[529] Existem divergências quanto às datas propriamente ditas. Segundo Marquez (1977) o navio *Vietnam Heroico* atracou em Porto Amboim a 4 de Outubro de 1975, o navio *Coral Island* no dia 7e *La Plata* no dia 11 do mesmo mês em Ponta Negra (Congo Brazzaville). Por sua vez, Westad (2007) refere que os primeiros efectivos cubanos chegaram a Luanda, via Congo Brazzaville, no início de Outubro de 1975, tendo sido transportados por via marítima e aérea. Já de acordo com Gleijeses (2002), as primeiras tropas cubanas só chegaram ao território angolano no dia 7 de Novembro, sendo compostas por determinados elementos do batalhão de forças especiais de elite do Ministério do Interior de Cuba e de um regimento de artilharia.

armas e equipamentos. Os militares estavam instruídos para que "logo após o desembarque fossem levados para o Centro de Instrução Revolucionário (CIR) do MPLA e em caso de ataque dever-se-iam juntar sem hesitações às Forças Armadas Populares de Libertação de Angola" (Marques, 2013, p. 471).

A partir da terceira semana de Outubro de 1975, a União Soviética decidiu finalmente apoiar a ofensiva cubana e, emNovembro de 1975, iniciou-se a «Operação Carlota»[530], cujas principais missões consistiam em assegurar o controlo e a segurança do aeroporto de Luanda, infra-estrutura estratégica para as suas futuras acções. Deste modo, durante as primeiras semanas de Novembro, Cuba "organizou uma enorme ponte aérea para o transporte das suas tropas através das ilhas Baleares, da Guiné-Bissau e da República Popular do Congo" (Mbah, 2010, p. 288).

Os acontecimentos explanados revelam que eram frequentes as trocas de informação e as consultas (sobre a questão angolana) entre os dirigentes soviéticos e cubanos. Os primeiros tinham planos para o território e, não obstante a firme ambição cubana de protagonismo, as decisões para a intervenção efectiva couberamsempre ao governo de Moscovo[531] (Silva, 2012, p.83).

VI.5. Os Últimos Confrontos antes da Proclamação da Independência

O conflito armado no território angolano intensificou-se à medida que as grandes potências apoiavam activamente as partes em confronto. A URSS apoiava o MPLA através das forças armadas cubanas e de pessoal militar e civil ligadoao bloco comunista eaRepública

[530] O nome «Operação Carlota» relembra uma escrava negra que liderou uma revolta de escravos contra o colonialismo espanhol em Cuba (1843) e que foi derrotada pelos espanhóis. Em 1975, os dirigentes cubanos resolveram baptizar de «Carlota» a operação de ajuda ao MPLA e ao envio do Contingente Internacional Cubano para Angola.

[531] A este respeito, Cervenka, citado por Silva (2012), refere que "embora não haja qualquer dúvida de que a decisão de enviar tropas, bem como todo o planeamento da operação, o consentimento de Moscovo era essencial pela simples razão de que eram os russos que estavam a pagar a totalidade da missão. De igual modo, Katz (1990) afirma que a intervenção militar cubana era quase impossível sem o apoio da URSS. No mesmo sentido, Volsky (1981) sublinha que Fidel de Castro tinha conhecimento de que as suas forças militares não poderiam intervir sem o suporte logístico maciço da União Soviética. Já para Dominguez (1978), embora o governo cubano tenha decidido agir por conta própria, a sua concretização necessitaria da aprovação da União Soviética.Assim, a superpotência era fundamental para o fornecimento de armamento militar e para a assistência económica às operações conjuntas no exterior. Além disso, faria uma cobertura política e militar a Cuba, em caso de uma eventual resposta norte-americana. Deste modo, a política externa cubana passou a depender directamente da coordenação política com a União Soviética" (p.84).

do Zaire apoiava a FNLA através do enviode tropas zairenses para o norte de Angola. A partir de Outubro de 1975, as forças sul-africanas, encorajadas pelos EUA, entraram em território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA, avançando para o norte, a fim de lançar ataques às regiões controladas pelo MPLA. Deste modo, os últimos confrontos entre os Movimentos de Libertação antes da independência de Angola (nomeadamente MPLA/FNLA e MPLA/UNITA) "tripartiram" o país: "a FNLA ocupa o Norte; o MPLA controla Luanda e o corredor que vai de Luanda a Teixeira de Sousa (via Catete, Dondo, Ndalatando, Malange e Luso) e algumas localidades no Sul, e a UNITA tem sobre a sua alçada outras parcelas do território angolano" (Júnior, 2007. pp. 34-35).

Desde os primeiros momentos do conflito queo MPLA compreendeu que o controlo de Luanda geraria poder decisivo ao Movimento que a detivesse. Em meados de 1975, as suas forças armadas ocuparam-na, desenvolvendo uma intensa actividade operacional, não só na capital, "mas abrindo a frente central-sul sobre as forças da FNLA, que viria a culminar com a batalha de Quifangondo em 10 de Novembro de 1975" (Bernardino, 2013, p. 309).O plano operacional do MPLA definia três direcções para a defesa de Luanda (Caxito/Ambriz (principal); Huambo/Bié (secundária) e a Frente Sul) e, de igual modo, continha indicações precisas para os Comandos das Regiões Militares constituírem unidades militares em determinadas localidades estratégicas(para conter uma possível acção ofensiva das forças inimigas)[532]. De forma geral, para travar o avanço das forças guerrilheiras da FNLA e da UNITA, o Movimento de Agostinho Neto empenhou-se na criação de esquadrões de guerrilheiros e de tropas especiais, de companhias, de batalhões e de uma Brigada de infantaria motorizada. Assim, a partir de meados de Setembro de 1975, as forças armadas do MPLA levaram a cabo a «Operação Ciclone Negro» que culminou com a expulsão das forças guerrilheiras opositoras de Luanda e arredores (Caxito e Ambriz)[533].

[532] Ainda no âmbito deste plano, e devido à integração nas suas forças de antigos militares do exército português, o MPLA preparou seis esquadrões de tropas especiais (Valódia, Kwenha, Vietname, Cambodja, Ho-chi-min e Corvos ao Imbondeiros), reestruturando a sua configuração organizacional (Júnior, 2007).

[533] Durante vários dias, devido à falta de vigor combativo por parte do MPLA e da FNLA, "a cidade de Caxito balançava de um lado para o outro, ora sob controlo da FNLA, ora sob o do MPLA até ao momento que as tropas de Holden Roberto, dispondo de um apoio logístico decisivo em blindados e tiros de morteiros, conseguiram obter no dia 12 de Outubro de 1975 uma vantagem decisiva, apesar dos ataques repetidos do MPLA" (Júnior, 2007, p. 55). Contudo, as forças da FNLA não dispunham de capacidade suficiente para conservar a sua posição durante muito tempo: "à medida que avançava para o sul em direcção a Luanda, o movimento de Holden Roberto via crescer as dificuldades à medida que se afastava das suas bases de aprovisionamento" (Júnior, 2007, p. 57).

Após a retirada do Caxito, as forças armadas do MPLA concentraram-sena defesa do morro de Quifangondo[534] e de algumas direcções secundárias (Pango, Aluquem e Quiminha) face à ofensiva militar da FNLA. Estas duas últimas direcções secundárias eram vitais para impedir o avanço das forças contrárias para a cidade de Luanda. Porém, após intensos combates, no dia 20 de Outubro as tropas da FNLA, bem como as forças coligadas, avançaram com êxito e ocuparam o morro do Cal.Com a conquista desta última posição, o movimento de Holden Roberto estaria a cerca de 20 quilómetros da capital de Angola, pelo que a 5 de Novembro de 1975, o governo cubano envia para o território angolano o primeiro contingente das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) (Ortiz, 1983).

A partir do segunda semana de Novembro, a FNLA e as forças coligadas iniciaram novas investidas para expulsarem as forças do MPLA e das Forças Armadas Revolucionárias de Quifangondo, objectivando ocupar essa posição e marchar em direcção a Luanda. Como refere Bernardino (2013), Quifangondo tornar-se-ia palco de um conflito de dimensão regional e internacional: de um lado, o MPLA reforçado por forças da FAR e, do outro, a FNLAapoiada por "forças do Exército do Zaire, tropas sul-africanas e militares de várias nacionalidades (mercenários), entre os quais alguns portugueses, comandados pelo ex-comandante do Centro de Instrução de Comandos em Angola, Coronel Gilberto Santos e Castro[535]. Em consonância com Júnior (2011), os principais objectivos da batalha de Quifangondo[536] eram impedir a proclamação da independência pelos dirigentes do MPLA, em Luanda, e intimidar a população luandense para desencorajá-la da participação no evento".

Entre 6 e 10 de Novembro de 1975, uma força da FNLA, acompanhada por batalhões de comando zairenses, por mercenários portugueses e por conselheiros militares da África do Sul e da CIA, procurou conquistar a região de Quifangondo. Depois de uma primeira tentativa falhada, o Movimento de Holden Roberto e as forças coligadas lançaram o que julgavam ser o

[534]Quifangondo é uma pequena vila, pantanosa e alagadiça, situada no Município de Cacuaco a cerca de 30Km a norte de Luanda. Trata-se de uma comuna essencialmente agrícola, numa área de relevo ondulado, onde se destaca a planície do vale do Rio Bengo e da Lagoa Panguila, situado imediatamente a norte das elevações de Quifangondo e a sul do Morro do Cal (Bernardino, 2013, p. 314).

[535] As forças do MPLA envolvidas na batalha de Quifangondo eram comandadas pelo experiente Comandante N'dozi, integrando, entre outros, os Generais António França N'dalu, Robero Leal Ngongo, Rui de Matos e Salviano Sequeira. Do lado das forças da FNLA, o comando supremo das operações estava centralizado no próprio Holden Roberto, assessorado pelo Tenente-Coronel português Gilberto Santos e Castro. No que se refere à conduta operacional, o General Tonta Afonso de Castro refere que os diferentes contingentes procuravam conduzir as operações de modo autónomo, o que dificultou o comando e o controlo, criando falhas de coordenação nas diferentes acções (Júnior, 2011). O comando da força de mercenários recaiu no Major Alves Cardoso, pela parte sul-africana, no Brigadeiro Ben Roos que desempenhou o papel do presidente da FNLA e de coordenador das forças militares sul-africanas presentes no conflito.

[536]Para melhor compreender as envolventes político-militares da Batalha de Quifangondo, sugere-se a leitura do livro editado em Maio de 2011, em Luanda, intitulado *A Batalha de Quifangondo – 1975 – Factos e Documentos*, coordenado pelo General Miguel Júnior.

ataque decisivo, contando para tal com o reforço de três bombardeios sul-africanos que bombardearam intensamente as posições das forças do MPLA (Sá, 2011).De acordo com os relatos de participantes directos na batalha, o combate durou pouco tempo e as forças da FNLA e os apoiantes de Holden Roberto, desorientados, recuaram desordenadamente. Num período de duas horas, "mais de metade dos seus efectivos tinham morrido ou estavam feridos, para além de terem perdido quantidades impressionantes de material de guerra e tendo sido feitos alguns prisioneiros" (Bernardino, 2011, p. 317).

Neste sentido, as forças do MPLA derrotaram a FNLA em Luanda e avançaram para o norte, forçando a sua retirada para perto da fronteira com o Zaire. Para isso, contribuiu largamente o reforço do Movimento Popular de Libertação de Angola comarmas de artilharia de fabrico soviético (seis MB-21) e mais de 200 militares cubanos (Gleijeses, 2002). A propósito, transcreve-se parte do relato de Stockwell (1979), um dos responsáveis da CIA e testemunha presencial dos acontecimentos:

> "Uma pequena força de 1500 homens no total – a FNLA, o 7.º e 4.º batalhões zairenses e uma centena de comandos angolanos de ascendência portuguesa – movimentou-se cautelosamente através do amplo e plano vale de Quifangondo, a 20 quilómetros de Luanda. A coluna era apoiada no seu avanço por uma dúzia de pequenas viaturas blindadas e metade dessa quantia de canhões sem recuo 106 montados em jeeps. As quatro peças de artilharia sul-africanas de 14 cm foram instaladas na elevação situada na retaguarda, manejadas por homens de artilharia da África do Sul. (…) Os conselheiros da CIA e sul-africanos observaram o avanço da coluna atrás do vale. (…) A uns 160 quilómetros a sudoeste de Luanda, a coluna blindada sul-africana estava a ter um dia de campo. (…) Os rockets cubanos de 122 começaram a cair no vale de Quifangondo (…). As forças da FNLA e os aliados desmantelavam-se e fugiam em pânico, espalhando-se pelo vale em todas as direcções, abandonando armas, veículos e também camaradas feridos. (…) para a FNLA e para os zairenses a guerra tinha chegado ao seu fim" (pp. 229-239).

Praticamente em simultâneo, a sudeste, a cerca de 200 km da capital angolana, uma coluna composta por militares da UNITA e por forças sul-africanas era antecipada e travada por um destacamento MPLA/cubanos que derrubaram a ponte sobre o rio Queve, detendo as forças inimigas exactamente quando se preparavam para fazer a travessia em direcção a Luanda (Correia, 1991). Desta forma, o Movimento de Agostinho Neto conseguira manter a posse e o controlo de Luanda a 11 de Novembro de 1975, contando o com apoio decisivo das forças cubanas e da União Soviética.

VI. 6. A Declaração da Independência

Em 10 de Novembro de 1975, uma força composta por um pelotão de granadeiros, de pára-quedistas e de fuzileiros, juntamente com alguns chefes militares, deslocaram-se à Fortaleza. A bandeira portuguesa foi arreada pela última vez e entregue ao Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola, Almirante Leonel Cardoso. Coube-lhe a tarefa de "em nome do Governo Português, proclamar a independência de Angola, conforme estipulado nos Acordos de Alvor e transferir a soberania de Portugal, não só para um Movimento ou partido político, mas para o povo angolano, a partir de 11 de Novembro de 1975" (Bernardino, 2013, p.318). De seguida, os chefes militares e o representante da soberania portuguesa dirigiram-se paraa fragata Roberto Ivens, escoltada pela Uíge e pelo Niassa, depois de uma ponte aérea que havia durado cerca de dez meses e movimentado quase meio milhão de portugueses. No território angolano ficaramapenas uma companhia de pára-quedistas e alguns funcionários públicos.

O controlo político de Angolaencontrava-se repartido pelos Movimentos de Libertação (MPLA, FNLA e UNITA) e, embora a independência tenha sido proclamada unilateralmente por cada um em locais diferenciados[537], ficou na História de Angola e do Mundo a declaração proclamada pelo MPLA em Luanda em 11 de Novembro de 1975 (Bernardino, 2013).

Deste modo, o MPLA criou condições para consolidar o poder em Luanda e, perante a sociedade internacional, aumentou a pressão militar das forças armadas sobre os outros Movimentos de Libertação e forças coligadas, forçando-as a abandonarem as cidades ocupadas na periferia de Luanda.

Os limites da opção política para a solução pacífica do conflito armado angolano ficariam bem patentes desde 1975. Os dirigentes dos Movimentos de Libertação angolanos não conseguiram ultrapassar as suas divergências ideológicas, enveredando pelas "armas" para a conquista do poder. Num clima de discórdia civil, consequência de um processo de descolonização inacabado, os factores exógenos foram decisivos.O governo

[537] À meia-noite de 11 de Novembro de 1975 (data acordada em Alvor), o MPLA proclamou a Independência da República Popular de Angola (RPA), estabelecendo governo em Luanda com a presidência entregue a Agostinho Neto. Em simultâneo, o presidente da FNLA, Holden Roberto, e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, proclamavam a Independência nas províncias do Uíge e do Huambo respectivamente.

português,pressionado pela comunidade internacional, não soube conduzir da melhor forma a transferência do poder a uma autoridade constituída e, atentando nos seus interesses, as potências estrangeiras contribuíram significativamente para o incremento da guerra civil que se verificou no período pós independência, a partir do momento em que apoiaram financeira e militarmente os Movimentos de Libertação.

CONCLUSÃO

A presente investigação procurou compreender a conflitualidade existente entre os Movimentos de Libertação de Angola ao longo do período da luta anticolonial (1961-1975), centrando-semais nosseus conflitos internos do que propriamente sobre a luta armada contra as forças portuguesas.

Para dar reposta à questão principal deste trabalho sobre **os aspectos geradores do antagonismo entre os três principais Movimentos de Libertação de Angola (FNLA, MPLA E UNITA)**, foi necessário fazer uma análise dos principais acontecimentos que marcaram a génese dos Movimentos, bem como a sua trajectória desde o período em que iniciaram as suas actividades político-militares até à época que sobrepõe a independência nacional. Daí surgiu, com muita naturalidade, a hipótese que esta tese confirma: o conflito entre o MPLA, a FNLA e a UNITA teve origem nas profundas diferenças conceptuais sobre o tipo de sociedade a instaurar em Angola após a independência e, sobretudo, na determinação do sistema internacional bipolar da Guerra Fria. Com o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), as divergências entre as duas maiores potências levaram à «divisão» do mundo em dois blocos e a um estado de tensão conhecido como Guerra Fria. As superpotências tinham como objectivos conquistar novas áreas de influências e o continente africano aparecia como um objectivo importantíssimo para aqueles que pretendiam uma hegemonia mundial, dadas as suas potencialidades (nomeadamente em recursos naturais).

Foi nesse sentido que as grandes potências apoiaram os Movimentos de Libertação, os quais se apresentavam dispostos à inclusão na zona de influência do apoiante. Estes mesmos Movimentos de Libertação vieram a receber também o apoio de organizações como a ONU, mas principalmente da OUA que veio a desempenhar umpapel relevante, legitimando a luta e internacionalizando-a de acordo com os interesses das grandes potências.

Atentando na situação política e social do território angolano, encontravam-se reunidas as condições propícias ao desenvolvimento de actividades subversivas, visando a tomada do poder. A fraca ocupação administrativa e a fraca presença dos militares portugueses no território angolano, pouco preparados para o tipo de hostilidades que tendencialmente poderiam vir a surgir, permitiram com relativa facilidade que os Movimentos de Libertação desenvolvessem uma apreciável actividade de guerrilha e,

simultaneamente,fossem conquistando a adesão activa de parte considerável da população. Desta forma, constituíram-se no território angolano diversos Movimentos de Libertação, muitos deles com rivalidades políticas inultrapassáveis, como foi o caso da FNLA, do MPLA e da UNITA.

O antagonismo entre os Movimentos de Libertação de Angola, particularmente entre a FNLA e o MPLA, revela as mais profundas diferenças culturais e de ideologia política, as quais se alicerçavam nas profundas raízes históricas estabelecidas, durante séculos, entre o Reino do Congo (Bacongos) e os reinados M'bundus (kimbundos). Durante o período do colonialismo, os Bacongos mantiveram as suas estruturas étnicas relativamente coesas. Todavia, este povo encontrou no Congo Leopoldville as condições para a sua promoção social e económica, conduzindo à formação de uma pequena burguesia culturalmente influenciada pela colonização belga, mas conservando raízes no espaço geográfico, social e político angolano. Devido à sua situação geográfica periférica em Angola, os Bacongos evoluíram de maneira excêntrica, projectando as suas pulsões mais para o centro económico e social do Congo Leopoldville do que propriamente para a capital angolana, onde a sua presença era minoritária e sem qualquer influência. É na imigração do Congo Leopoldville que criam a UPNA e a ALIAZO, as quais iriam constituir, mais tarde, os fundamentos das organizações políticas nacionalísticas Bacongo, a UPA e o PDA respectivamente, as quais se associaram à FNLA em 1962.

Por sua vez, os M'bundu, sobretudo os da zona costeira de Luanda e do baixo vale do Cuanza, ao contrário dos Bacongo, foram adquirindo, de forma lenta e inexorável, a cultura portuguesa, o que conduziria à sua "assimilação" e, mais tarde, ao processo de rejeição e de contestação. Os indivíduos desta etnia iriam agrupar-se em sociedades recreativas culturais e de entreajuda de grande significado histórico, donde saíram organizações políticas com um conteúdo reivindicativo nacionalista marxista, como é o caso do PCA, PLUAA, MIA e MINA e que, mais tarde, deu origem ao MPLA. No entanto, embora assumindo idênticas aspirações nacionalistas, os grupos étnicos M'bundu e Bacongo, que se faziam representar no MPLA e na FNLA respectivamente, demonstravam uma certa animosidade entre si, quer do ponto de vista etnolinguístico, quer nos aspectos culturais e económicos.

Com a independência do Congo Leopoldville em 01 de Julho de 1960, as superpotências mundiais - EUA e União Soviética - digladiaram-se com os meios e as armas de que dispunham, de modo a atingir os objectivos políticos e económicos fixados para aquele território. Inicialmente, verificou-se uma tentativa da União Soviética, com a nomeação de

Patrice Lumumba, resolver o problema a seu favor. Esta (aparente) vitória não foi além de alguns meses, visto que o país caíra na influência dos EUA que rapidamente impuseram a sua hegemonia, criando um bastião anticomunista.

O fenómeno emancipalista do Congo iria alastrar a Angola, onde as duas superpotências mundiais, dentro dos princípios da estratégia indirecta, movimentariam os seus meios e influências tendentes à criação dos instrumentos para a consecução dos objectivos fixados. Assim, nos finais da década de 50, é criado o MPLA, movimento de índole marxista e orientado para a defesa dos interesses das massas populares e, consecutivamente, para a conquista da independência de Angola. Com a sua criação, procurava-se aglutinar numa única frente todos os movimentos nacionalistas existentes e promover a formação de células por todo o território angolano. Deste modo, o terreno estava aberto e preparado para o desenvolvimento da estratégia da União Soviética. Porém, os EUA estavam atentos à situação e prontos a expandir a sua influência, à semelhança do que acontecera no Congo ex-Belga, procurando neutralizar todas as tentativas de hegemonia em África da parte do seu opositor, ou seja, da União Soviética.

Paralelamente à acção contestatária da política colonial portuguesa, conduzidas por movimentos oriundos de Luanda e arredores, surgiu no Norte de Angola a União dos Povos do Norte de Angola (mais tarde, designado UPA). Em 1958, o Movimento solicitou aos EUA uma missão ao território angolano para verificar as condições existentes e assumi-las como uma força que se opõe à introdução do Comunismo no país. Assim, durante os anos de 1950/60, a contestação ao domínio colonial português tomou a forma de organizações instigadas e apoiadas pelas superpotências mundiais, dando uma dimensão internacional ao conflito.

De acordo com os documentos consultados, as tentativas de unificação entre os dois principais Movimentos de Libertação tiveram início com a realização da Segunda Conferência dos Povos Africanos (Janeiro, 1960), na qual o presidente da UPA se encontroucom uma delegação do MPLA, tendo recusado o convite para integrar uma representação unitária de Angola. Nessa altura, o MPLA procurava projectar-se (interna e externamente), mas sem grande sucesso por duas razões: por um lado, a PIDE levava a cabo uma série de prisões (entre as quais se contavam algumas das figuras principais do Movimento) e, por outro, as tentativas para formarem uma frente com a UPA são rejeitadas, apesar de todas pressões dos países africanos. Assim, com enormes dificuldades em se afirmar no interior do território angolano e, não encontrando alternativas, o MPLA estabelece a sua sede provisória na Guiné

Conacri, embora reconhecendo que a distância interferia e dificultava o comando das operações em Angola.

Para colmatar este enorme inconveniente, o MPLA cria uma delegação em Leopoldville (em finais de 1961) que, apesar das contestações, consegue manter, continuando a diligenciar junto da UPA para formarem uma frente unitária, mas sem qualquer êxito. Os seus apoios provinham, quase exclusivamente, dos militantes de Patrice Lumumba, entretanto desaparecido, e do seu sucessor Antoine Gizenga que fora preso por ordens do novo primeiro-ministro do Congo Leopoldville, Cyrille Adoula, em Janeiro de 1962, aumentando significativamente os seus constrangimentos naquele território. Ainda em meados desse mesmo ano, Agostinho Neto consegue escapar da prisão em Portugal, juntando-se aos dirigentes do MPLA em Leopoldville e tentando, mais uma vez, envidar esforços no sentido de constituir uma frente única com a UPA que, como as anteriores, acabou por fracassar.

Com a mudança do regime político no Congo Brazzaville, em 1963, onde o governo de Abade Youlou foi substituído por outro mais radical, de Alphonse Massemba-Débat, o MPLA transfere-se imediatamente para Brazzaville, procurando reestruturar-se para prosseguir a luta no interior de Angola. Nessa altura, os seus apoios exteriores ficaram perfeitamente claros, sendo que a União Soviética, após o fracasso do Congo, estava disposta a encetar a sua luta na concretização dos seus objectivos em África.

Deste modo, o MPLA expulsa os militares da UPA que operavam a partir do Congo Brazzaville e, consequentemente, aqueles que também se encontravam em Cabinda. Após ter exercido uma forte pressão militar sobre a região de Cabinda, no ano de 1965, o MPLA conseguiu obter o apoio da Zâmbia, que se tornara independente, e reforçou a orientação marxista da sua direcção. A partir daqui, o MPLA teve possibilidades de abrir novas frentes militares capazes de resolver os problemas relacionados com o transporte do armamento militar (via terrestre) proveniente dos países comunistas, desde a Tanzânia até à Zâmbia. Entretanto, transferiu o esforço principal de Cabinda para as bases na fronteira de Moxico e da Lunda. Assim, com a instalação de algumas bases militares no Leste de Angola, o MPLA pôde escapar à perseguição que lhe era movida pela UPA e conduzir a guerra de libertação no interior de Angola, aproveitando o auxílio que, directa ou indirectamente, lhe era dado pela União Soviética.

Paralelamente, a UPA, propondo-se lutar pela independência de Angola sob o patrocínio dos EUA, estrutura-se e prepara-se para a luta armada, convicta de ser a única forma de atingir os seus propósitos. Inflexível na fusão com o MPLA, associa-se em 1962 ao

PDA, formando a FNLA. Poucos dias depois é criado o Governo Nacional de Angola no Exílio, sendo Jonas Savimbi escolhido para desempenhar a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Deste modo, a partir de 1963, o Comité de Libertação da OUA reconheceu a FNLA como único movimento a dirigir a luta armada contra o colonialismo português no interior do território angolano, sendo que o GRAE foi igualmente reconhecido por esse órgão em Julho do mesmo ano. Contando com o apoio do presidente da República do Zaire e este sob orientação dos EUA, a FNLA dispõe de todas as condições para lançar e prosseguir a luta armada no interior do território angolano contra a presença portuguesa.

Em Junho de 1964, Jonas Savimbi demitiu-se das suas funções, vindo a fundar mais tarde outro movimento: a União Nacional para a Independência Total de Angola. Ainda no decorrer do mesmo ano, a OUA, face aos fracos resultados conseguidos no terreno pela FNLA e à sua recusa em aceitar a formação de uma frente unitária com o MPLA, cessou o reconhecimento do GRAE e volta ao MPLA, já sob a liderança de Agostinho Neto, que reconheceu como o único movimento capaz de conduzir a luta armada dentro de Angola. Perante esta situação, a FNLA iniciaria uma crise que se prolongaria durante muitos anos, com claros reflexos na luta armada e que era sustentada, muito esporadicamente, por colunas de reabastecimento a partir do Congo. Esta crise incentivou a fuga de muitos dos seus quadros importantes, sendo compensados pela integração de alguns dissidentes do MPLA como foi o caso de Viriato da Cruz e de Matias Migueis. A situação no campo de treino de Kinkuso era, de igual modo, explosiva: imperava a indisciplina e havia carências na aquisição de fardamento e de armas e até grandes dificuldades na mobilização de novos efetivos.

Após o seu afastamento da FNLA por clara oposição à actuação de Holden Roberto, Jonas Savimbi inicia uma digressão por vários países africanos e europeus, chegando também a deslocar-se à China, à Coreia do Norte e ao Vietname do Norte, na busca de apoio para formar o seu próprio movimento. Esta sua determinação resulta não só da própria personalidade e ambição, mas igualmente por considerar imperioso que os dirigentes dos Movimentos, que se opunham à colonização, deixassem a sua postura de exilados e conduzissem a luta no interior de Angola junto das populações e das suas forças militares. Em 1966, na Zâmbia - onde o governo vigente lhe causava bastantes obstáculos -, Savimbi conseguiu organizar uma força com um número insignificante de tropas e quase desprovida de armamento. Porém, consegue entrar no território angolano a partir de Teixeira de Sousa e fixa-se a sudoeste do Luso nas matas das margens do rio Lungué-Bungo. O grande problema

da UNITA residia na falta de apoios externos e, não sendo reconhecida pela OUA, apenas a China terá acedido a cooperar na formação dos seus quadros militares.

Contrariamente à UNITA, movimento perfeitamente embrionário e sem ajudas exteriores, a FNLA, mesmo com todos os problemas internos com que se debatia, decidira construir bases militares na região das Lundas, com a intenção de ligar aquela região à do Norte, onde sempre havia actuado.

Quanto ao MPLA, o problema era completamente distinto e muito mais preocupante, pois a sua actividade militar expandiu-se ao longo dos vales do Luena e do Lungué-Bungo, em direção ao Luso e ao distrito da Lunda. O movimento designou esta via penetrante por Rota Agostinho Neto e foi ao longo dela que desenvolveu as principais acções militares, tanto contra as forças portuguesas como contra a UNITA.

Deste modo, a UNITA, sem apoios exteriores e com grandes dificuldades na Zâmbia de onde o MPLA lançara a sua ofensiva no Leste, encontrava-se neutralizada, pelo que conseguiu um pacto de não-agressãocom os responsáveis portugueses, tendo-lhe sido pedido o impedimento da progressão dos outros dois Movimentos (MPLA e FNLA). A partir de finais de 1971, houve uma certa evolução nas suas actividades e as medidas introduzidas pelo governo português, nomeadamente a constituição do Estado de Angola, conquistaram a atenção de Jonas Savimbi que teria ambicionado ocupar uma posição de relevo na sua estrutura administrativa, a partir do qual lutaria pela independência num quadro de amizade com Portugal. Relativamente à estratégia territorial no Leste, a UNITA visava controlá-lo para se opor à concretização das intenções dos dois outros Movimentos, ocupando uma importante área estratégica.

Entretanto a OUA, em 1972, reconhecendo o fracasso dos Movimentos de Libertação empenhados na luta contra a presença portuguesa em Angola tenta, através da pressão de vários países, a constituição de uma frente unitária com o MPLA e com a FNLA. O acordo entre os dois principais Movimentos acabou por não ter quaisquer efeitos práticos e, uma vez mais, a tentativa de constituírem uma frente única fracassou. Desta forma, mantiveram divergências até ao golpe de estado do 25 de Abril de 1974, enquanto a UNITA (apesar do acordo com as forças portuguesas) continuava a desenvolver as suas actividades de guerrilha, esperando que a evolução da situação política nacional lhe fosse favorável. Na sequência do derrube da ditadura em Portugal, abriram-se novas perspectivas para os Movimentos de Libertação com vista à independência de Angola. Nesta medida, foram feitas negociações para um cessar-fogo entre Portugal e os três Movimentos que visava a constituição de um

Governo de Transição e que culminou nos acordos para a independência de Angola assinados em Janeiro de 1975 e no qual foi marcada a data para a sua independência - 11 de Novembro de 1975.

Durante esse período, os Movimentos de Libertação de Angola continuaram a ser militarmente apoiados pelas superpotências que tinham interesses específicos para aquele território. Assim, desde Julho até Novembro de 1975, a periferia de Angola tornou-se o centro da Guerra Fria, com ambas as superpotências a levar a cabo políticas destinadas a vencer, o que se traduziu na definitiva escalada da guerra angolana. Praticamente em simultâneo, o conflito angolano foi agravado com o envolvimento militar de Cuba e da África do Sul, sendo que a primeira acabou por se constituir numa força que actuou no território angolano por procuração da União Soviética e a segunda foi utilizada pelos EUA como elemento crucial na sua estratégia.

Com a proclamação da independência por parte do MPLA[538] e com a constituição da República Popular de Angola (RPA), o país foi reconhecido pela maioria dos países africanos e pela OUA, sendo o MPLA que controlava as regiões mais importantes do país. Assim, podemos concluir que o conflito entre os diferentes Movimentos de Libertação de Angola traduziram a ingerência dos dois grandes «imperialismos mundiais» no processo libertador, mas também e, sobretudo, reveladores das profundas diferenças históricas e culturais dos grandes grupos etnolingísticos dominantes e da ausência de um projecto comum: a construção de uma nação unitária, respeitadora das diferenças e dos direitos de cada cidadão, numa construção democrática informada por valores de bem.

A. Limitações da Investigação

[538]Para que o MPLA se constituísse perante a comunidade internacional como a força dominante no dia 11 de Novembro de 1975, foi necessário ter em atenção os seguintes fatores: mesmo antes do auxílio da União Soviética e de Cuba, ou seja, quando ainda não era um movimento com grande expressão militar, tinha uma direção política e militar mais competente e tropas mais preparadas e disciplinadas; era o único Movimento com representatividade nacional e menos tribalizada; dispunha dos quadros mais qualificados e melhor preparados para desempenhar funções públicas após a saída dos portugueses; tinha sob o seu domínio a maioria dos grandes centros urbanos, onde inicialmente os Movimentos de Holden Roberto e Jonas Savimbi praticamente não tinham representação.

É certo que a FNLA foi durante a maior parte do tempo o movimento com maior expressão militar, porém tinha uma base exclusivamente tribal, estava totalmente desorganizada e era liderada por um homem incapaz de conduzir da melhor forma a luta de libertação de Angola. Por sua vez, a UNITA deparou-se sempre com problemas muito significativos, com realce para a reduzida dimensão das suas tropas, a falta de apoios externos, limitando-se durante muito tempo ao limitado apoio proveniente da República da China e à ausência de bases militares seguras nos países fronteiriços.

O epílogo da presente investigação convida a uma breve observação retrospectiva dos principais acontecimentos que marcaram o processo propriamente dito, aqui se incluindo dificuldades, desafios e sucessos que possibilitaram a construção de conhecimento.

A parte inicial da investigação, marcada pelo elevado grau de complexidade da temática, evidenciou diversas dificuldades, designadamente a impossibilidade de interacções múltiplas com entidades públicas, militares, investigadores e especialistas. A dualidade sucesso/insucesso deveu-se, em muito, à capacidade de criar sinergias, angariar apoios e/ou ceder perante a evidência do irrealizável. Assim, constituíram-se factores de insucesso a indisponibilidade dos vários intervenientes, o elevado grau de burocracia subjacentea determinadas solicitações, a falta e a indisponibilidade de informação pertinente e a limitação do próprio tempo de investigação.

No que se refere à falta de informação, é relevante sublinhar o facto da bibliografia angolana ser escassa (resumindo-se a alguns artigos científicos de dissertações de mestrado) e só a nível internacional foi possível aceder a mais recursos documentais. Assim, esta limitação foi, de certa forma, contornada através do contacto directo, por via telefónica ou por correspondência electrónica, com alguns investigadores e especialistas angolanos desta área, sendo que grande parte deles não autorizaram a divulgação da sua identidade na lista das personalidades entrevistadas.

Por fim, este estudo promoveu vias de conhecimento sustentado sobre o conflito armado angolano, estando convictos do seu contributo para o esclarecimento dos aspectos geradores do antagonismo entre os actores políticos e a sua possível contribuição para a história militar angolana.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo [IAN/TT]

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre doTombo [IAN/TT]. (1961). MPLA. *A verdade sobre os partidos políticos em Angola*. Luanda. Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direcção Geral da Segurança [PIDE/DGS], processo 1115, documento n.º 500, Outubro 28.

IAN/TT. (1961). *UPA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 366, pasta 1.

IAN/TT. (1961). *UPA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59,documentos 1020 a 1046, pasta 1, Dezembro.

IAN/TT. (1961). *UPA.* Lourenço Marques. Arquivo da PIDE/DGS,processo 2126 SR/59, n.º 2943, Confidencial,Dezembro 19.

IANTT. (1961). *UPA.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 501, pasta 1, Dezembro.

IAN/TT. (1958). Francisco Borralho Lulendo. *Eleição do rei do Congo e outros*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 3698-SR, Informação n.º 9, Março 6, folha 70.

IAN/TT. (1962). Holden Roberto. *Carta confidencial*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS,processo 1139/59, Vol. 1, documentos 162 a 163, pasta 4, Maio 18.

IAN/TT. (S/d).*Clube Marítimo Africano/LNA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2668/54, documento n.º 306.

IAN/TT. (1961). MPLA. *A verdade sobre os partidos políticos em Angola*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1115, documento n.º 790, Outubro 28.

IAN/TT. (1960). MAC. *Conferência de Tunis*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1120 A/6, Cx. 4, documentos n.º 19, Janeiro 30.

IAN/TT. (1960). António Agostinho Neto. *Auto de perguntas de António Agostinho Neto*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 887/60, documentos de 55 a 95, Junho 7.

IAN/TT.(1961). União Geral dos Estudantes da África Negra. *Divergências entre os estudantes africanos, na CIMADE e a comissão directiva desses estudantes afectos ao MPLA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo 291, documentos 110 e 412.

IAN/TT. (1961). Serviços Centrais. DSI - 2. DIV, NP. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 7940, pasta 9, folhas 9-37.

IAN/TT.(1961). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de Agostinho Manuel Neves*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 724/61, Março 19, folha 44.

IAN/TT. (1961). PIDE/DGS. Serviços Centrais. *Auto de perguntas a Bento António*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 7965, cx.4, Março 1, folha 181.

IAN/TT. (1960). UPA. Informação. *Nomes dos elementos do grupo Cândido Nunes Burity*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1, pasta 11.12, Novembro 3.

IAN/TT. (1960). UPA. Informação. *Nomes dos elementos do grupo Cândido Nunes Burity*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1, pasta 11.12, Novembro 22.

IAN/TT. (1962). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de João Nunes de Carvalho.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 666/61, Fevereiro 12, folhas 10 a 16.

IAN/TT. (1961). Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Auto de perguntas de João António Carvalho*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 666/61, Dezembro 12, folha 4.

IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Auto de perguntas a Neves Bendinha*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 311/61, NT 498, vol. 3, Fevereiro 6, folhas 535 - 590.

IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Auto de perguntas a Agostinho João.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS,processo *311*/61, Vol. 1,Fevereiro 6.

IAN/TT.(1961). Serviços Centrais. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS,processo SC-CI (2) GU, NT 7965, Cx. 4, Agosto 29,folhas20 e 182.

IAN/TT.(1961). Serviços Centrais. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo SC-CI (2) GU, NT 7966, Cx 17, Agosto 29, folhas44 - 46.

IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Acontecimentos em Angola. Autos de investigação e perguntas a indivíduos capturados pela PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 311/61, NT 498-499, Cx. 21, vol. 1, folha 155.

IAN/TT. (1961). Delegação de Angola. *Audições verbais de Diogo Paulo e Pedro José*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 311/61, NT 498, vol. 2, Março 30, folhas 483-484.

IAN/TT.(1961). UPA.PIDE/DGS.UPA.*Relatório dos Factos ocorridos no posto administrativo de Cuinba desde o 13 de Março de 1961 até ao dia 19 do mesmo mês.* Maquela do Zombo. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.12 B, Março 20, folhas 467 - 468.

IAN/TT. (1961). UPA. *Relatório. Noqui e P. da PIDE*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11. 12 B, Janeiro 2, folha 776.

IAN/TT. (1961). *MPLA*: *Conferência de imprensa de Mário de Andrade, em Leopoldville*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo Edmundo Rocha 581/CI, CVAAR 1122A/L, Outubro.

IAN/TT.(1961). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 9089, Pasta 1, f. 205-207.

IAN/TT.(1961). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 9087, Pasta 1, folhas83 - 86.

IAN/TT.(1961). Delegação de Angola: Relatórios. Malange. Arquivo da PIDE/DGS, processo NT 7370, Pasta 1, documento 16.

IAN/TT. (1961). UPA. *A caminho da formação de um governo provisório de Angola*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/69 Nº2943, Le courrier d'Afrique, Novembro 23.

IAN/TT. (1961). UPA.*A posição da UPA a propósito de uma frente de libertação nacional*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126 SR/69 Nº2943, Le courrier d'Afrique, Novembro 18 e 19.

IAN/TT. (1962). Holden Roberto. *Carta confidencial*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS,processo 1139/59, Vol. 1, documentos 343 a 348, pasta 4, Maio 18.

IAN/TT. (1962). Partido Democrático de Angola.*Tradução de documentos capturados.* Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D.Inf.1 Pasta 11.12 F. Novembro 25.

IAN/TT. (1962). UPA. A União das Populações de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola em Leopoldville. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 11.12 E, informação, Abril 14, folha 382.

IAN/TT. (1960). *União das Populações de Angola*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1, pasta 11.12B.

IAN/TT.(1962). *UPA*. Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo D. Inf. 1 Pasta 11. 12 F. Nº 278-CI (2), Confidencial, Agosto 23.

IAN/TT.(1964). *Comité dos três da OUA – Actividade dos Nacionalistas Angolanos.* Lisboa. Arquivo da PIDE/DGS, processo Nº 355/64/GP, Exemplar Nº17, Novembro 26.

IAN/TT. (1973). *Reconciliação FNLA/MPLA*. Relatório extraordinário Nº 03/73. Luanda. Arquivo da PIDE/ DGS., processo D. Inf. 2º CI (2) 19544, Janeiro 27.

IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1100030. Pasta 29, Comando-chefe das Forças Armadas de Angola, Relatório Diário Nº 75/74-CI, Novembro 12, folha 304.

IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 9084. Pasta 1, folha 9.

IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1100030. Pasta 29, Comando-chefe das Forças Armadas de Angola, Relatório Diário Nº 15/74-CI, Novembro 12, folha 304.

IAN/TT. (1974). *MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1100030. Pasta 29, Comando-chefe das Forças Armadas de Angola, Relatório Diário Nº 75/74-CI, Novembro 29, folha 303.

IAN/TT. (1974). *Declaração do camarada Joaquim Pinto de Andrade, presidente de Honra do MPLA*. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 645 GAB (GEI), folhas 77-80.

IAN/TT. (1975). MPLA. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 1.100. 030, pasta 31, Divisão de informação, Relatório Diário Nº 121/75-GEP,Fevereiro 1, folha 86.

Arquivos de Oliveira Salazar [AOS]

IAN/TT. (1960). Serviço de Segurança Secção Central G.U. Lisboa. AOS/CO/UL – 32ª da PIDE, processo 478/60, Informação, Outubro 1.

IAN/TT.(S/d).MPLA.*Conferência de imprensa de Mário Pinto de Andrade, Presidente do MPLA*. Luanda. AOS/CO/UL, processo 30 D.

IAN/TT. (S/d). Movimento Popular de Libertação de Angola. *Programa político.* Luanda. AOS/CO/UL-30D.

IAN/TT.(1960). *Actividade da UPA*. Boletim de Informação n.º 10. Luanda. AOS/CO/UL-32, Junho 16.

IAN/TT. (S/d). *Movimento Popular de Libertação de Angola*. Luanda. AOS/CO/UL-32 A-2, documento 114/ 63.

IAN/TT. (1962). MPLA: Conferência de imprensa de Dr. Eduardo dos Santos, membro do comité director do MPLA. Leopoldville. AOS/CO/U-30 D, Abril 5, folha 475.

IAN/TT. (1962). Serviço de Segurança Secção Central G.U.*A luta entre a «UPA- União das Populações de Angola» e o «MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola»*. Luanda. AOS/CO/UL30 D.PIDE, informação n.º 291/62-GU, Março 23.

IAN/TT. (1962). Serviço de Segurança Secção Central G.U. *Actividade da UPA*. Luanda. AOS/CO/UL30 D.PIDE, informação n.º 289/62, Março 20.

IAN/TT. (S/d). Ministério da Informação. *Os países estrangeiros reconhecem o Governo Revolucionário de Angola no Exílio*. AOS/CO/UL30 D.GRAE.

Arquivos Históricos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros [AHD - MNE]

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. (1962). *Contactos UPA-MPLA.* Lisboa. Arquivo Histórico Diplomático [AHD], processo 14.10 Nº 382, Agosto 10.

MNE. (1962). NGWIZAKO A KONGO. *Processo verbal da sessão realizada na residência do primeiro-ministro congolês, agrupando as organizações políticas angolanas a 3 de Maio de 1962*. Leopoldville. AHD.PAA512, processo 940, 1 (7) D. Maio 5.

MNE. (S/d). NGWIZAKO A KONGO. Informação confidencial. *Reuniões entre o ministro do Interior do Governo congolês e os representantes dos partidos políticos angolanos*. Leopoldville. AHD.PAA 512. Processo 940, 1 (7) D.

MNE.(1962). *Organização do MPLA*. Lisboa. AHD, processo 940, 1 (7) D. UL. 444,Agosto 18

MNE. (1962). MPLA. *Projecto de uma Frente Unida nacional de Angola (FUNA)*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Maio 10.

MNE. (1962). MPLA. *Projecto de uma Frente Unida nacional de Angola (FUNA)*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Agosto 10.

MNE. (1962). *Entrevista do Embaixador com Bomboko*. Kinshasa. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7), telegrama recebido da representação de Portugal em Kinshasa, Maio 3.

MNE. (1962). Telegrama recebido da representação de Portugal em Kinshasa. Lisboa. AHD. PAA 512. Processo 940, 1 (7) D. UL 283. Confidencial, Maio 18.

MNE. (1962). Contactos UPA-MPLA. Luanda. AHD. PAA, processo 940, 1 (7) D. Nº 382, Agosto 22.

MNE.(1962). *Carta de Agostinho Neto, Presidente de honra do MPLA, a Holden Roberto, presidente da UPA. Leopoldville*. AHD. PAA, processo 940, 1 (7) D. Agosto 8.

MNE.(1962). *Carta de Holden Roberto, Presidente da UPA a Agostinho Neto, Presidente de honra do MPLA.* Leopoldville. AHD. PAA, processo 940, 1 (7) D. Agosto 9.

MNE.(1962). Acordo UPA-MPLA. *Carta de David Livramento aos membros do Comité Director do MPLA.*Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Nº 385, Julho 25.

MNE. (1962). *Carta de Ferdinand Dombele e Emmanuel Kounzika endereçada a Agostinho Neto, presidente de honra do MPLA*. Leopoldville. AHD. PAA 512. Processo 940, 1 (7) D. Agosto 13.

MNE.(1963). Telegrama recebido da representação de Portugal em Kinshasa. Kinshasa. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 15.

MNE. (1963). *Memorando do MPLA a ser entregue na Comissão de Coordenação para a Libertação de África*. Dakar. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Agosto.

MNE.(1963). *Memorando apresentado pela Frente de Libertação Nacional de Angola à Comissão de Conciliação das forças nacionalistas angolanas*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 17.

MNE. (1963). Frente Democrática de Libertação de Angola: Intervenção *do presidente da FDLA diante da Comissão de Conciliação das forças nacionalistas angolanas*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 17.

MNE. (1963). *Carta do Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, à Comissão de Conciliação das organizações nacionalistas angolanas*. Leopoldville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 17.

MNE. (1963). *Relatório do Consulado Geral de Portugal em Elisabetville*. Elisabetville. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D. Julho 22.

MNE.(S/d*). Relatório do Comité de Reconciliação*. AHD. PAA 512, processo 940, 1 (7) D.

MNE.(1966). *Acordo entre MPLA e o GRAE sobre a reconciliação dos dois movimentos*. Cairo. AHD. PAA 512, processo 940. 1 (7) D. Outubro 10.

MNE.(1966). MPLA/GRAE. AHD. PAA 512, processo 940. 1 (7) D. Informação Nº 1.152 SC/CI (2), Dezembro 6.

MNE. (1972). *Telegrama recebido de representação de Portugal em Kinshasa*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Junho 9.

MNE.(1972). Telegrama recebido de representação de Portugal em Kinshasa. Kinshasa. AHD. PAA 503, processo 940, 1 (7) D. Julho 7.

MNE. (1972). *Carta da Embaixada de Portugal em Kinshasa dirigida ao Director do Gabinete dos Assuntos político do Ministério do Ultramar*. Kinshasa. AHD. PAA 503. Processo 940, 1 (7) D. Dezembro 21.

MNE. (1972). Carta da Embaixada de Portugal em Kinshasa dirigida ao Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Kinshasa. AHD. PAA 503, processo 940, 1 (7) D. Dezembro 21.

Arquivo da Defesa Nacional doMinistério da Defesa Nacional – Lisboa [ADN - MDN]

Ministério da Defesa Nacional [MDN].(1970). Foreign Office, Soviet and Chinese Penetration of Sub-Saharan Africa. Lisboa. Arquivo da Defesa Nacional [ADN], Dezembro, Confidencial.

MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 514. Lisboa. ADN, Julho, Secreto.

MDN.(1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 513. Lisboa. ADN, Março.

MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Relatório de Situação 541. Lisboa. ADN, Agosto.

MDN. (1972). Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Angola. Informação N.º 767 – CI (2). Relatório de Situação 514. Lisboa. ADN, Julho, Secreto.

MDN. (1972). Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola. *Perintrep N.º 825*. Luanda. ADN, Agosto, Reservado.

MDN. (1968). Quartel-general da Região Militar de Moçambique. *Resumo da Evolução da situação nos países vizinhos e partidos emancipalistas e das actividades do inimigo*. Supintrep N.º 21. ADN, Fevereiro, Confidêncial.

MDN. (1973). *Actividade da Organização da Unidade Africana*. Direcção Geral de Segurança. Informação N.º 568 – 2ª DI. Lisboa. Maio 26, Reservado.

MDN. (1972). Ministério dos Negócios Estrangeiros – Informações de Serviço. Lisboa. ADN, Janeiro.

MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Operações ALCORA. *Ameaça à África Austral*. Lisboa. ADN, Janeiro 25, Muito Secreto.

MDN. (1972). Secretariado-Geral da Defesa Nacional. 2ª Repartição, Recortes de Notícias, (Reuter). Lisboa. ADN, Março 24.

MDN. (1973). Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos Lisboa. ADN, Resenha N. º 30.

MDN.(1973). Foreign Oifice.The Soviet Penetration in African South of the Sahara.Background Brief. ADN, November 13, Secret.

MDN. (1964). *Plano comunista para a conquista de África*. Supintrep N.º 7.Maputo. ADN, Julho 9, Confidencial.

MDN. (1973). Estados-Maiores Peninsulares, *Informação Sobre o Apoio de Diversos Países a Movimentos de Libertação.* Lisboa. ADN, Março 20, Secreto.

LIVROS

Agualusa, J. (1996). *Estação das chuvas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Afonso, A. & Gomes, C. (2000). *A Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.

Almada, J. (1936). *Convenções Anglo-Alemãs relativas às colónias portuguesas*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Almada, J.(1963). África e Europa. In *Separata do Boletim n.º 54*. Lisboa: Serviço de Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino.

Almeida, B. (2011). *Angola: O conflito na Frente Leste*. Lisboa: Editora Âncora.

Almeida, P. (1966). Fundamentos de uma política de subversão africana. In *Estudos Políticos e Sociais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Amorim, F. (2010). O mito do Pan-Africanismo. In *JANUS.*(pp. 104-105)Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Andrade, M. (1968). La lutte de liberation nationale dans les colonies portugaises. Fondements unitaires. In: *La lute de liberation nationale dans les colonies portugaises*. Argelia: La conference de Dar-Es-Salaan.

Andrade, M. (1997). *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Antunes, J. (1992). *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Antunes, J. (1995). *A guerra de África (1961-1974).* Lisboa: Círculo de Leitores.

Bender, G. (1978).Kissinger and Angola: Anatomy of Failure, in René Lemarchand (ed), *American Policy in Southern Africa*. Washington: University Press of America.

Bissel, R. (1982). *South Africa and the Unites States*. New York: Praeger Publishers.

Bittencourt, M (2008). *Estamos Juntos - O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974*. Volumes I e II, Luanda: Kilombelombe.

Botzáris, A. (1959). *África e o Comunismo*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais N.º 27, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.

Bouthout, G. (1991). *Traité de Polemologie – Sociologie dês guerres*. Paris: Payot.

Cabrita, F. (2008). *Massacre em África*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Caetano, M. (1971). *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos. História duma Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas*. Lisboa: Editora Ática.

Capela, J. (1975). *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834 – 1900).* Porto: Edições Afrontamentos.

Cardoso, P. (1992). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Edição actualizada, Instituto de Defesa Nacional.

Chaliand, G. (1982). *The struggle for Africa: Conflict of the great powers*. London: Macmillan.

Chiwale, S. (2008). *Cruzei-me com a História*. Lisboa: Sextante.

Coker, C. (1985).*NATO the Warsaw Pact and Africa*.London: MacMillan.

Clausewitz, C. (1976). *Da Guerra*. Lisboa: Edições Perspectivas e Realidades.

Correia, P. (1991). *Descolonização de Angola. A Jóia da coroa do império português*. Lisboa: Editorial inquérito.

Correia, P. (2010). O fim da África Austral branca. In *JANUS*. (pp. 111-113). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Costa, P. (1969). *Março/Abril, um mês de terrorismo em Angola.* Lisboa: Edições Pólio.

Coutinho, R. (1985). *Notas sobre a descolonização de Angola*. In semanário 25 de Abril 10 anos depois. Lisboa: Associação 25 de Abril.

Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso*. Vol. I. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.

Couto, A. (1989). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso*. Vol. II. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.

Cruz, V. (1959). Des responsabilités de l'intellectuel noir. In: *Presence Africaine. Congrés des Écrivains et Artistes Noirs*. Roma, Istituto-Italiano per L'Africa.

Cunha, S. (1990). A Formação e a Evolução do Direito Internacional. In *Nação e Defesa*. N.º 53.Instituto de Defesa Nacional.

Dáskalos, S. (2000). Um testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo. Lisboa: Veja.

Davezies, R. (1965). *Les Angolais. Collection Grands Documents*. Paris: Editions Minuit.

Domínguez, J. (1978). Cuban Foreign Policy.In *Foreign Affairs*, vol. 57, N.º 1.

Fernandes, A. (1991), *Relações Internacionais - Factos teorias e organizações*. Lisboa: Editorial Presença.

Fernando, E. (2012). *Jonas Savimbi – No lado errado da História*. Alfragide: Dom Quixote.

Freitas, A. (1975).*Angola: o longo caminho da liberdade.* Lisboa: Moraes Editores.

Garcia, P. (2003). *Análise Global de uma guerra – Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.

Garcia, P. (2010). *Da guerra e da Estratégia. A nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio

Garthoff, R. (1994). *Détente and Confrontation: American-Soviet relations from Nixon to Reagan*. Washington: The Brookings Institution.

Giap, V. (2005). *Manual de Estratégia Subversiva*. Estudo introdutório de Francisco Proença Garcia. Lisboa: Edições Sílabo.

Gleijeses, P. (2002). *Conflicting Missions: Havana Washington and Africa 1959-1976*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Grace, J. & Laffin, J.(1991). *Fontana Dictionary of Africa since 1960*.Londres: Fontana Press.

Grotius, H. (2004). O Direito da Guerra. Ijuí: Editora Inijuí.

Guerra, J. (2009). *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*. Lisboa: Oficina do Livro.

Guerra, H. (1979). Estrutura económica e classes sociais. Luanda: Edições 70.

Heimer, F. (1980). *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A regra do jogo.

Hitler, A. (1987). *A minha luta*. Lisboa: Editora Pensamento.

Holsti, K. (1996). *The State, war, and the State of War*.Cambridge: Cambridge University Press.

Howard, M. (1983).*The Causes of War and Other Essays*. Cambridge: Harvard University Press.

Jaime, D. & Barber, H. (2000). *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)* S/l: Edição dos autores.

Jika (1979), *Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional*. Luanda: União dos Escritores de Angola,

Jorge. M. (1997). *Pour Comprendre Angola*. Paris:Présence Africaine.

Junior M. (2011). *A Batalha de Kifangondo (1975) – Factos e Documentos*. Luanda: Mayamba Editora.

Junior, M. (2007). *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – 1º Exército Nacional* (1975-1992). Lisboa: Editora Prefácio.

Junior M. (2014). *A Mão Sul-Africana - O envolvimento das Forças de defesa da África do Sul no Sudeste de Angola (1966-1974)*. Caiscais: Tribuna da História

Katz, M. (1990). The Decline of Soviet Power. In: *Estratégia*, nº 7.

Kagan, D. (1995). *On the Origins of War and the Preservation of Peace*.New York: Doubleday

Keegan, J. (2006). *Uma História da Guerra*. Lisboa: Edições Tinta da China.

Kissinger, H. (1996). *Diplomacia*. Lisboa: Ed. Gradiva.

Ki-Zerbo, J. (1978). *Histoire de l'Afrique noire. D'Hier à Demain*. Paris: Armand Colin.

Lara, L. (1997). *Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara. Um Amplo Movimento*. Vol. II. Luanda: Edição Lúcio e Ruth Lara.

Lara, L. (2006). *Um Amplo Movimento*. Vol. II. Luanda: Edição Lúcio Lara.

Lara, L. (2008). *Um Amplo Movimento.* Vol. III. Luanda: Edição Lúcio Lara.

Lara, A (2011). *Ciência Política - Estudo da ordem e da subversão*. 6ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Lopes, R. (1968). *Caracterização da guerra subversiva*. Separata do Boletim de informação n. 44 do Ministério do Exército. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Lavradio, M. (1993). *Memórias do sexto Marquês do Lavradio*. 2ª ed. Lisboa: Editora Ática.

Lousada, A. (2010). As fronteiras de África (I). In *JANUS*. (pp. 126-127). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Luterbacher, U. (1984). Last Words About Wars? In Journal of Conflict Resolution (Tradução de Ferro Ferreira).

Mabeko-Tali, J. (2001). *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política.* Vol.1 (1962-1974). Luanda: Editorial Nzila.

Mabeko-Tali, J. (2001*). Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política*. Vol.2 (1974-1977). Luanda: Editorial Nzila.

Maciel, A. (1963). *Angola Heróica - 120 dias com os nossos soldados*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Macqueen, N. (1998). *A descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do império.* Lisboa: Editorial Inquérito.

Madureira, A. (2001). *Cabinda: de Chinfuma a Simulambuco*. Lisboa: Editorial Estampa.

Marcum, J. (1978). *The Angolan Revolution.Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976).*Cambridge: The Massachusetts Institute of Tecnology.

Marques, A. (2013). *Segredos da descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote

Márquez, G. (1977). *Operación Carlota. Los cubanos en Angola. El Che en Africa. La batalha contra el Reich sudafricano*. Textos del Sabueso contemporâneos. Lima: Edicion Mosca Azul e Horizontes.

Martins, M. (1986). *A Descolonização Portuguesa (as responsabilidades).* Braga: Livraria Cruz.

Martins, M. (1992). A ambição das potências europeias pelo Continente Africano e o esquartejamento do Império Português (1870-1914). In*Africana*. (pp. 169-189). Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense.

Martins, M. (1994). A Expansão da Europa e a partilha de África (1870 - 1914). In*Africana.*(pp. 53-64). Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade Portucalense, N.º 13.

Mateus, D. (2004). *A PIDE-DGS na Guerra Colonial*1961-1974, Lisboa: Editora Terramar.

Matos, L. (1966). A delimitação das fronteiras da Guiné. In: *Separata de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, curso de extensão universitária*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas.

Mbah, J. (2010). *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).* Luanda: Mayamba editora.

Messiant, C. (1983). *1961, L'Angola Colonial, Histoire et Societé. Les Premisses du Mouvement Nacionaliste*. Paris: Ecole des hautes etudes en scinces.

Miranda, J. (1981). *As Constituições Portuguesas*. Lisboa: Livraria Petrony.

Monteiro, F. (1963). *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964 - 1974).* Porto: Universidade Portucalense.

Monteiro, F. (1988). *A Guerra em Moçambique e na Guiné - Técnicas de accionamento de massas*. Porto: Universidade Portucalense.

Moreira, A. (1995). Da Conferência de Berlim de 1885 ao moderno anticolonialismo. In*Legado político do Ocidente: O Homem e o Estado*. (pp. 75-97). Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

Moreira, A. (1956) *Política Ultramarina. Estudos de Ciências Políticas e Sociais.* Lisboa: Junta de investigação do Ultramar

Moreira, A. (1958). De Bandung ao Cairo. In*Colóquios de política ultramarina internacionalmente relevante*. (pp. 5-22). Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e

Sociais N.º 7, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar,

Moreira, A. (1972). *A Comunidade Internacional em mudança*. São Paulo: Resenha Universitária.

Moreira, A. (1995). *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina.

Moreira, A. (1996). *A África e o Ultramar Português na conjuntura internacional*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais.

Moreira, A. (1996). *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina.

Mota, S. (1991). Aspectos da colonização portuguesa em África vistos pela imprensa diária portuense (1888-1897). In*Africana*. (pp. 154-155). Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade Portucalense, N.º 9.

Mota, S. (1994). A Importância e a estratégia dos militares em África no séc. XIX. In*Africana*. (p. 46). Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade Portucalense, N.º 13.

Nasser, G. (1967). *A Revolução no Mundo Árabe*. São Paulo: Edarli.

Neto, A. (1991). *Industrialização de Angola – Reflexões sobre a experiência da administração portuguesa 1961 – 1975*. Lisboa: Edições Escher.

Nkrumah, K. (1977). *A África deve unir-se*.Colecção Terceiro Mundo e Revolução, Série II, N.º 1. Lisboa: Ed. Ulmeiro.

Nogueira, F. (1961). *As Nações Unidas e Portugal*. Lisboa: Editora Ática.

Nogueira, F. (1980). *Salazar - O Ataque (1945-1948).* Lisboa: Atlântida Editora.

Nogueira, F. (1984). *Salazar – A Resistência (1958-1964).* Lisboa: Ed. Civilização..

Nogueira, F. (1993). *O juízo final*. Porto: Editora Civilização.

Nouschi, M. (1996).*O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.

Nunes, A. (2002). *Angola (1966 – 1974) – Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Editora Tribuna.

Nunes, A. (2005). *Angola 1965 – Da Baixa do Cassange a Nambuangongo.* Lisboa: Editora Prefácio.

Oliveira, H. (1961). *A Guerra Revolucionária*. Lisboa: Ministério do Ultramar.

Ortiz, P. (1983). *Angola: Un Abril como giron*. Avana: Ediciones Union.

Pacheco, C. (1997). *MPLA – Um nascimento polémico*. Lisboa: Vegas.

Pattee, R. (1959). *Portugal na África contemporânia*. Coimbra: Faculdade de Letras.

Pélissier, R. (1978). *La Colónie du Minotaure: Nationalismes et Revoltes en Angola (1845-1941)*. Paris: Orgeval

Pélissier. R. (1979). *O Naufrágio das caravelas. Estudo sobre o fim do imperio português (1961-1975).* Orgeval: Edição Montamets.

Pereira, A. e Quadros, F. (1993). *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: 3ª. Ed.,

Pimenta, F. (2005).*Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961),* Coimbra, Minerva.

Pimenta, F. (2006).*Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento.

Pinheiro, F. (1963). Natureza e Fundamentos da Guerra Subversiva. (pp. 13-45). In *Subversão e contra-subversão/Junta de Investigação do Ultramar*. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa: JIU/CEPS.

Pinto, F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Continuidades de descontinuidades.* Lisboa: Colecção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Porter, B. (1988). *The URSS in Third World Conflicts.Soviet Arms and Diplomacy in Local Wars, 19455-1980*.Cambridge: Cambridge University Press.

Reader, J. (2002).*África. Biografia de um Continente*. Lisboa: Publicações Europa América.

Rego, A. (1967). *O Ultramar Português no século XVIII (1700-1833)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Renouvin, P. (1982). *História de las relaciones internacionales, Siglos XIX e XX.* Madrid: Akal.

Resende, G. (1973). *Crónica de D. João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Roberts, J. (1999). *História Ilustrada do Mundo*, Vol. VIII, Lisboa: Círculo Leitores.

Rodriguês, L. (2008). *Marechal Costa Gomes, no centro do furação. Lisboa*: Esfera dos Livros.

Rodrigues, J. (2000). Concepção e Desenvolvimento da Estratégia Operacional face à Eclosão da Conflitualidade nas ex-Colónias Portuguesas. A mudança de um esforço estratégicoem Angola. (pp. 99-139). In *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Edições Atena.

Rocha, E. (2009). *Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964).* Lisboa: Dinalivro,

Sá, T. (2011). *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote.

Salazar, O. (1956). *Apontamentos sobre a situação internacional*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação.

Salazar, O. (1967). *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora.

Santos, A. (2006). *Quase Memórias*. Lisboa: Casa de Letras.

Santos, J. (1968). Os Congressos Pan-Africanos e as Conferências Pan-Africanas dos Povos. (pp. 38-39).In *Ultramar*. Lisboa: N.º 33, 3º. Trimestre, Ano IX, Vol. IX N.º 1.

Savimbi, J. (1979). *Angola, a resistência em busca de uma Nação*. Lisboa: Edições APR.

Schneidman, W. (2005). *Confronto em África, Washington e a queda do império colonial português.* Lisboa: Tribuna da História.

Selvagem, C. (1991). *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Silva, A. (1995) O litígio entre Portugal e a ONU (1960 – 1974). (pp. 5-50). In *Análise Social.* Nº 130.

Silva, S. (2012). A intervenção cubana em Angola revisitada. *ResPublica. In Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais* nº 12. Lisboa.

Spínola, A. (1974). *Portugal e o futuro. Análise da conjuntura nacional*. Lisboa: Editorial Arcádia.

Spínola, A. (1978). *País sem Rumo, contributo para a História de uma revolução.* Lisboa: SCIRE.

Teixeira, N. (1990). *Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês.* Lisboa: Publicações Alfa.

Telo, A. (1991). *Lourenço Marques na política externa portuguesa 1875- 1900*. Lisboa: Cosmos.

Telo, A. (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Ed. Cosmos.

Toynbee, A. (1975). *África Árabe África Negra*. Lisboa: Arcádia.

Tung, M. (1972). *Seis Artigos militares do presidente mao Tse Tung*. Pequim: Edições em língua estrangeira.

Uzoigwe, G. (2010). *A África sobre a dominação colonial 1880 – 1935*. História Geral de África. Brasília: Ática/UESCO.

Villas, G. (1938). *História Colonial*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Verdross, A (1976). *Derecho Internacional Publico*. Madrid: Biblioteca Juridica Aguilar.

Volsky, G. (1981). Cuba. In T.H. Henriksen (ed.), *Communist Powers and Sub-Saharan Africa*. Stanford: Hoover Institute Press.

Waltz, K. (2001).*Man, the State, and War – A Theoretical Analysis*. New Your: Columbia University Press.

Westad, O. (2007). *The Global Cold War, Third World Intervention and the Making of Our Time*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Westad, O. (1986). *Moscow and the Angolan Crisis: A new Pattern of Intervention*.Cold War International History Project (CWIHP) Bulletin.

Wright. G.(2000). *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Colecções Estudos Africanos.Lisboa: Editorial Caminho.

Wright, Q. (1983). *A Study of War. Chicago*: Chicago University Press.

Ziegler. J (1985). *Les rebelles. Contre l'ordre du monde*. Paris: Seuil, Collection L'histoire immédiate.

SÉRIES MONOGRÁFICAS

Comissão para Elaboração da História do MPLA (2008). *História do MPLA (1967 – 1974).* Luanda: Edição CDIH.

EME. (1988).*Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974).*Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 1º volume, Enquadramento Geral. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME. (1998). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo I – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EME. (2006). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África.* Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo II – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Estado Maior do Exército [EME]. (1966). *O Exército na guerra subversiva.* Regulamento, I Generalidades. Lisboa: Estado Maior do Exército

Fundação Agostinho Neto (2012). *Agostinho Neto e a Libertação de Angola 1949 – 1974.* Arquivos da PIDE-DGS, Vol I, II, III, IV. Luanda: Fundação Agostinho Neto.

Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa. (1979). *A Descolonização Portuguesa - Aproximação ao seu estudo*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade.

TESES/DISSERTAÇÕES

Carvalho. L. (2009). O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona Humanidade e Tecnologia para obtenção do grau de Mestre, orientada por José Filipe Pinto, Lisboa.

Capoco, Z. (2013). O Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História Política de Angola (1961 – 1991). Tese apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa para obtenção de grau Doutor, orientada por Francisco Proença Garcia.

Garcia, P. (2001). Análise Global de uma guerra – Moçambique 1964-1974. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Portucalense para obtenção do grau de Doutor, orientada por Fernando Amaro Monteiro, Lisboa.

Neves, A. (2011). Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola (1989 – 2002). Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de Doutor, orientada por José Fialho Feliciano, Lisboa.

Peres, F. (2010). A Revolta Activa - Os conflitos identitários no contexto de luta de Libertação Nacional. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Portucalense para obtenção do grau de Doutor, orientada por Fernando Amaro Monteiro, Lisboa.

Reis, F. (2010). Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) A configuração do campo político angolano. Contributo para o estudo das relações raciais em Angola. Tese apresentada ao Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa para otenção do grau Doutor, orientada por Maria Châteauneuf Mouta Faria, Lisboa.

Silva, A (2010). A origem e Intervenção do MPLA na luta de Libertação Nacional (1961 – 1975). Dissertação apresentada ao Departamento de Ensino da Academia Militar de Portugal para obtenção de grau de Mestre, orientada por António Feliciano, Lisboa.

Velez, R. (2010). Salazar e Tchombé – O apoio de Portugal ao Catanga (1961 – 1967). Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

SÍTIOS NA INTERNET

http://www.fmsoares.pt/ (acedido aos 15/10/2012).

http://www.mpla.ao (acedido aos 23/11/2012).

http://www.angolanembassy.gr (acedido aos 23/11/2012).

http://www.darussia.blogspot.com (acedido aos 12/12/2012).

http://www.granma.cubaved.cu (acedido aos 14/12/2012).

http://www.fd.unl.pt (acedido aos 8/4/2013).

http://www.centralangola7311.net (acedido aos 8/4/2013).

ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS

António Pires Nunes, Lisboa, 9 de Fevereiro de 2012.Tenente-coronel das Forças Armadas Portuguesas (Reformado).

Carlos Matos Gomes, Lisboa, 17 de Outubro de 2011. Coronel das Forças Armadas Portuguesas (Reformado).

Paulo Massongo, Lisboa, 26 de Outubro de 2011. Ex-Adido de Defesa Adjunto da República de Angola em Portugal.

Míguel Domingos Júnior, Luanda, 23 de Abril de 2012. Tenente-General das Forças Armadas Angolanas (Chefe da Direcção de Estudos de Investigação Militar).

Carlos de Sousa Couceiro, Luanda, 24 de Abril de 2012. Tenente-General das Forças Armadas Angolanas (Director do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas).

Gabriel Patrício Teixeira, Lisboa, 20 de Abril de 2013. Tenente-General das Forças Armadas Angolanas (Adido de Defesa da República de Angola em Portugal).

Francisco Ramos da Cruz, Lisboa, 22 de Abril de 2013. Tenente-Coronel das Forças Armadas Angolanas (Adido de Defesa Adjunto da República de Angola em Portugal).

Andre Mendes de Carvalho, Luanda, 22 de Abril de 2012. Deputado do MPLA.

Tomás Medeiros, Lisboa, 16 de Dezembro de 2012. Médico e antigo militante do MPLA.

Assunção dos Anjos, Luanda, 1 de Dezembro de 2011. Ministro das Relações Exteriores de Angola (2008-2011). Declarações ao programa Manha Informativa da Rádio Nacional de Angola.

Bornito de Sousa, Luanda, 5 de Agosto de 1995. Ministro da Administração do Território de Angola (Ex- Primeiro Secretário da JMPLA). Declarações ao programa «Foi a 20 anos».

Kundi Payama, Luanda, 23 de Julho de 1995. Ministro dos Antigos Combatentes. Declarações ao programa «Foi a 20 anos».

Norberto de Castro, Luanda, 26 de Junho de 1995. Antigo militar do MPLA. Declarações ao programa «Foi a 20 anos».

Edmundo Rocha, Lisboa, 29 de Novembro de 2011. Médico e antigo militante do MPLA. Entrevista concedida ao *Site* «Central 7311».

Daniel Chipenda, Luanda, 17 de Junho de 1995. Antigo militar do MPLA. Declarações ao programa «Foi a 20 anos».

APÊNDICE

Apêndice I

DATAS SIGNIFICATIVAS PARA A HISTÓRIA DE ANGOLA

1483 – Chegada de Diogo Cão à foz do Rio Congo.

1491 – Baptismo de Nzinga Nkuvu e Nvemba Nzinga.

1575 – Fundação de Luanda por Paulo Dias de Novais.

1842 - O comércio de escravos sob bandeira portuguesa é considerado ilegal.

1872– Insurreição contra os portugueses nos Dembos.

1878 – A escravatura é oficialmente abolida em Angola.

1884/85 – Conferência de Berlim onde é traçado o mapa Cor-de-Rosa.

1903/1929 – Construção do caminho-de-ferro de Benguela.

1912 – Descoberta dos primeiros diamantes.

1921 – Revolta de Catete.

1930 – Fundação da Liga Nacional Africana (LNA), em Luanda.

1931 – Fundação da ANANGOLA.

1954 – Mário Pinto de Andrade fixa-se em Paris, em Agosto.

1955 – Prisão de Agostinho Neto pela PIDE, em Lisboa.

1944 – Abertura, em Lisboa, da Casa dos Estudantes do Império.

1951 – As Colónias passam a chamar-se «Províncias do Ultramar».

1955 – Criação do Partido Comunista Angolano (PCA) em Luanda.

1956 – Criação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) em Luanda.

1956 – Publicação do Manifesto para um Amplo Movimento Popular de Libertação de Angola.

1957 – Fundação da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), em Leopoldville (Kinshasa).

1956/57 - Instalação oficial da PIDE em Angola.

1957 – Criação do Exército de Libertação de Angola (ELA).

1957 – Fuga de Viriato da Cruz, de Luanda para Paris, em Outubro.

1957 – Criação do Movimento Anti-colonialista (MAC), em Lisboa.

1957/58 – Criação do Movimento para a Independência de Angola (MLA).

1958 – Fuga de Matias Migueis para o Congo.

1958 – Fundação da União das Populações de Angola (UPA), em Leopoldville (Kinshasa).

1958 – Participação de Holden Roberto na I Conferência Pan-Africana, em Accra.

1959 – Fuga de Lúcio Lara para Alemanha.

1959 – Primeira grande vaga de prisões efectuada pela PIDE que dá início ao famoso processo dos 50.

1959 – Criação do Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA).

1959 – Viagem de Holden Roberto aos EUA, Abril.

1959 – Hugo de Menezes fixa-se na Guiné – Conacri e aí, como membro do MAC, prepara a instalação dos camaradas de Paris e da Alemanha, Julho.

1959 – Agostinho Neto regressa a Angola, Dezembro.

1960 – Segunda Conferência dos Povos Africanos em Tunis. Participação do MPLA, do PAI do FRAIN e da UPA. Holden Roberto é eleito para a Direcção da Conferência, 25 a 30 de Janeiro, Tunis.

1960 – Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara e Viriato da Cruz fixam-se na Guiné Conacri. Agostinho Neto é nomeado presidente de Honra do MPLA. Publicações dos Estatutos e do Programa do MPLA, Conari.

1960 – Participação do MPLA e da UPA na II Conferência dos Povos Afro-Asiáticos, Abril.

1960 – Criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) em 1960, em substituição do MAC.

1960 – Prisões de Agostinho Neto, do padre Joaquim Pinto de Andrade assim como de numerosos nacionalistas, Junho.

1960 – Reestruturação do MPLA em Conacri. Constiituição do primeiro Comité Director do MPLA, Conacri.

1960 – Independência do Congo Leopoldville, a 30 de Junho.

1960 – Publicação dos Estatutos da UPA, Julho, Leopoldville.

1960 – Constituição do bureau político provisório da UPA, Julho, Leopoldville.

1960 – Independência do Congo Brazzaville, 15 de Agosto, Fulbert Youlou assume a presidência.

1960 – Patrice Lumumba afastado do cargo de primeiro-ministro do Congo Leopoldville, Setembro.

1960 – Reunião da UPA por iniciativa de Barros Nekaka de modo a definir uma nova orientação político e afastar Holden Roberto da direcção da UPA, Setembro, Leopoldville.

1960 – A UPA participa em Novembro de 1960numa Conferência realizada com outros Movimentos de Libertação de Angola, sem o conhecimento prévio de Holden Roberto, no quadro da criação de uma frente comum que englobava para além da UPA,o ALIAZO, o MPLA e a AREC, Leopoldville.

1960 – Uma delegação da UPA participa como observadora na Conferência dos Chefes de Estados Africanos no Congo Brazzaville. Holden Roberto não está presente.

1960 – Regresso de Holden Roberto a Leopoldville para reassumir a liderança da UPA.

1961 – Assassinato de Patrice Lumumba, Janeiro.

1961 – Um dissidente da UPA, Jean Pierre Mbala cria o Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), que preconiza a independência de Angola mediante o diálogo com as autoridades coloniais, Janeiro (Leopoldville).

1961 – Criação da Frente de Unidade Angolana, Janeiro (FUA).

1961– Revolta dos trabalhadores da COTONANG na baixa de Cassange, violentamente reprimida pelas autoridades coloniais.

1961- Um grupo de nacionalistas, a 4 de Fevereiro, assalta as prisões de Luanda. O MPLA reivindica posteriormente o feito.

1961 –A UPA constitui um Comité Central Definitivo. Holden Roberto assume oficialmente a presidência da organização, 11 de Março, Leopoldville.

1961 – Prisão do cónego Manuel das Neves, Março.

1961 – Revolta armada das populações do noroeste de Angola dirigida pela UPA, 15 de Março.

1961 – A Assembleia Geral da ONU aprova uma moção a favor da autodeterminação de Angola, Abril, Nova Iorque.

1961 - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), Abril, Casablanca.

1961 – Debate no Conselho de Segurança da ONU sobre a situação em Angola, Junho, Nova Iorque.

1961 – Congresso constitutivo da União Geral dos Estudantes da África Negra sob Domínio Colonial Português (UGEAN), Junho.

1961 - O MPLA transfere a sua direcção de Conacri para Leopoldville.

1961 – Cyrille Adoula é indigitado como primeiro-ministro do Congo Leopoldville com apoio da ONU, Agosto.

1961 – A UPA constitui um novo Comité Director mais adequado à realidade sociológica de Angola. Jonas Savimbi faz parte do mesmo, Novembro, Leopoldville.

1961 – Criação do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), Novembro, Leopoldville.

1961 – Condenação da política colonial portuguesa pela Comissão da Tutela das Nações Unidas, Novembro, Nova Iorque.

1962 – O MPLA acusa Holden Roberto de proclamar uma política com base racial, Fevereiro, Nova Iorque.

1962 – Marcos Kassanga, um dissidente da UPA, em conferência de imprensa tece violentas críticas a Holden Roberto, questionando a sua liderança, Março, Leopoldville.

1962 – Constituição da FNLA, Março.

1962 – Fuga de Agostinho neto de Portugal, Junho.

1962 – Chegada de Agostinho Neto a Leopoldville, Junho.

1962 – A UPA e o PDA constituem o Governo Revolucionário de Angola no Exílio, presidido por Holden Roberto, Abril, Leopoldville.

1962 – Agostinho Neto assume a liderança do MPLA, Agosto.

1962 – Conferência de imprensa de Agostinho neto, na qualidade de Presidente de Honra do MPLA, Agosto, Leopoldville.

1962 – Constituição do Exército de Libertação Nacional de Angola, cuja base central se situará em Kinkuzo. José Kalundulo foi designado como chefe do Estado-maior, Agosto, Leopoldville.

1962 – Carta de Viriato da Cruz ao MPLA onde constam as razões do seu afastamento do Congo Leopoldville, Outubro.

1962 – Carta aberta de Viriato da Cruz aos militantes do MPLA, onde denuncia a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo, e apela para a realização de um Congresso Nacional, Novembro, Leopoldville.

1962 – Primeira Conferência do MPLA que elege Agostinho neto para presidente e um novo Comité Director, Dezembro, Leopoldville.

1963 - Expulsão de Viriato da Cruz e de Matias Migueis e de outros dissidentes pela Direcção do MPLA, Julho, Leopoldville.

1963 – Mário Pinto de Andrade e Gentil Viana afastam-se do MPLA, tendo o primeiro feito uma declaração pública na Conferência de Cairo. Exílio de Mário Pinto de Andrade e Gentil Viana na China.

1963 – Viriato da Cruz e Matias Migueis integram a FNLA.

1963 – Constituição da Frente Democrática para a Libertação de Angola, constituída pelo MPLA, MNA, NGUIZAKO – NGWIZANI a Kongo e UNTA, em 8 de Julho.

1963 – O governo congolês reconhece *de Jure* o GRAE em 29 de Junho.

1963 – Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da OUA reunidos em Dakar reconhecem a FNLA/GRAE.

1963 – As autoridades governamentais congolesas decidem encerrar as delegações do MPLA no Congo Leopoldville, como alternativa o MPLA fixa-se no Congo Brazzaville.

1963 – Massamba- Debat eleito presidente do Congo Brazzaville, em 19 de Dezembro.

1963 – Fim da secessão do Katanga liderada por Moisés Tshombé.

1964 – Tshombé substitui Adoula, no lugar de primeiro-ministro, que havia apresentado a sua demissão, 30 de Junho.

1964 – Jonas Savimbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE anuncia a sua demissão da Organização, 15 de Julho, Cairo.

1964 – Reconhecimento do MPLA pela OUA, 25 de Novembro.

1965 – Alexandre Taty, ex-vice-presidente da UPA e antigo ministro da defesa do GRAE, entrega-se às autoridades portuguesas.

1965 – Joseph Desiré Mobutu assume a liderança do Congo Leopoldville através de um golpe de Estado

1966 – Criação da UNITA no Moxico, Jonas Savimbi eleito presidente do movimento, 13 de Março.

1966 – Início das actividades militares do MPLA no Leste de Angola, 18 de Março.

1966 – Ataque da UNITA à vila de Teixeira de Sousa, 25 de Dezembro.

1967 – Expulsão de Jonas Savimbi da Zâmbia, Junho.

1968 – A FNLA dá início as suas actividades militares no Leste de Angola.

1968 – Eleição de Richard Nixon para presidente dos Estados Unidos da América, Novembro.

1969 – Exército português dá início a operação Robusta com deportações de populações no Norte de Angola, 2 de Abril.

1969 – Início da operação do agrupamento Siroco no Leste de Angola, 1 de Setembro.

1969 – Manifestação de descontentamento no seio do MPLA na Frente Leste: a revolta da Jiboia, Dezembro.

1970 – Costa Gomes assume o cargo de Comandante em Chefe das Forças Armadas em Angola, 14 de Abril.

1971 – Criação da Zona Militar Leste (ZML). O general José Manuel Bettencourt Rodrigues assume o comando da ZML, 31 de Março.

1971 – Intensificação das operações do agrupamento Siroco a Leste, 16 de Junho.

1971 – Início da Operação Madeira, 1 de Setembro.

1972 – Soldados do ELNA, incluindo o seu Estado-Maior, amotinaram-se na base de Kinkuzu, contra adirecção da FNLA. A revolta foi contida pelo exército zairense.

1972 – Manifestação Político-Militar dos militantes do MPLA da II RPM, Março.

1972 – Acordo entre o MPLA e a FNLA. O mesmo não teria aplicabilidade

1972/73 – Revolta do Leste contra a direcção do MPLA.

1973 – A UNITA volta a dar início às actividades militares contra o exército português, Setembro.

1974 – Início da operação castor no Leste de Angola, 19 de Janeiro.

1974 – Golpe de Estado revolucionário que provoca a queda do regime vigente em Portugal, 25 de Abril.

1974 – Contestação e ruptura, protagonizada por um grupo de militantes do MPLA, contra a direcção do MPLA. Surge assim oficialmente a denominada «Revolta Activa», 11 de Maio.

1974 – Acordo de cessar-fogo entre UNITA e Portugal, 14 de Junho.

1974 – Congresso de Lusaka organizado pelo MPLA, 12 a 28 de Agosto.

1974 – Acordo de cessar-fogo entre a FNLA e as autoridades militares portuguesas, 15 de Outubro.

1974 – Acordo de cessar-fogo entre o MPLA e as autoridades militares portuguesas, 21 de Outubro.

1974 – Chegada dos três Movimentos de Libertação (MPLA, FNLA e UNITA) a Luanda, Novembro,

1975 – Assinatura do acordo de Alvor, entre Portugal, a FNLA, o MPLA, e a UNITA, 15 de Janeiro.

1975 - Governo de transição com ministros dos três Movimentos, 31 de Janeiro.

1975 – Início, em Luanda e no Norte, da luta armada entre MPLA e FNLA (Abril).

1975– MPLA expulsa FNLA e UNITA de Luanda, 15 Julho.

1975 – Início da ponte aérea para Lisboa. Milhares de „retornados‟ chegam a Portugal, Julho.

1975 – Suspensão do Acordo de Alvor.

1975 – Exército sul-africano entra em Angola para apoiar UNITA e FNLA. Tropas cubanas entram em Luanda para apoiar MPLA (Outubro).

1975 – A 11 de Novembro o MPLA declara a independência da República Popular de Angola em Luanda. A FNLA e a UNITA proclamam, no Huambo, a República Democrática de Angola.

Apêndice II

CRONOLOGIA DAS ACTIVIDADES DA UPA/FNLA E DO MPLA (1961-1973)

ANO	UPA/FNLA	MPLA
1961	• 4 de Fevereiro – Alguns elementos estariam implicados nos ataques de Luanda. • 15 de Março – Sublevação da maioria das populações do Norte de Angola em assaltos indiscriminados, atingindo os Distritos do Zaire, Uige, Luanda e Cuanza Norte. • Abril – Início das acções em Cabinda	• 4 de Fevereiro – Alguns elementos estariam implicados nas acções violentas em Luanda com a finalidade de libertar presos políticos. Acções de inspiração local que não se enquadram nos planos do «Movimento»; influência do MPLA na região dos Dembos, onde tinha mais audiência.
1962	• Março – Coligação da UPA com o PDA, constituindo a FNLA. A FNLA institui o seu órgão governamental que, com o Exército de Libertação Nacional de Angola, procura consubstanciar, interna e externamente, a nação angolana.	• 10 de Dezembro – Reestruturação do MPLA no exterior. Procura de apoio no Congo Leopoldville a fim de obter «facilidades». • Tentativa de unificação FNLA/MPLA que provocou uma cisão neste «Movimento» havendo uma facção que aderiu à FNLA. Formação de quadros em campos de instrução da Argélia, Marrocos, Gana e Bulgária. • Nos Dembos o MPLA está em vias de desorganização face à pressão constante da FNLA.
1963	• Abril – Perto do rio Loge, A FNLA desima uma coluna militar do MPLA, tendo sido abatidos cerca de uma dezena de uma dezena de militares do MPLA. • Junho – Reconhecimento do GRAE pelo Governo do Congo Leopoldville. Posteriormente a Organização da Unidade Africana, considera ser o único «Movimento» angolano em condições de ser auxiliado.	• Princípio do ano, início de actividades militares violentas em Cabinda. • Nos Dembos, o processo de desarticulação culmina com a negociação entre a FNLA e o MPLA que observou os dissidentes do MPLA. • Novembro - O MPLA é expulso do Congo Leopoldiville, transferindo-se para o Congo Brazzaville a sua estrutura político-militar. Continuação da formação de quadros na Argélia.
1964	• Julho – Ano de crise da FNLA, registando-se: - Dissidências no seio do Movimento que teve o zénite com a demissão de Jonas Savimbi; - Restrição no Congo Leopoldville após a subida ao poder de Tchombé; - Negação do apoio da Zâmbia; - Tentativa de aproximação com os países do Leste.	• Ano de reestruturação e revigoramento do MPLA, apoiado pelo bloco comunista. No Congo Brazzaville assiste-se a recepção do material, preparação de bases e instrução de quadros e tropas, que conduziu a um incremento das acções sobre Cabinda • Após a independência da Zâmbia, inicia diligências para se instalar neste país.

ANO	UPA/FNLA	MPLA
1965	• Actividade no interior de Angola é menor. • A guerrilha fraqueja nas regiões de Mucaba, Carmona e Quitexe. • Na frente do Cuango verifica-se fortes combates com as forças Portuguesa • Julho – Cisão no interior do movimento na qual o quási inactiva em Cabinda.	• Consolida as estruturas obtidas no Congo Brazzaville, donde lança acções sobre Cabinda. • Consegue infiltrar um grupo, a partir das populações, que já anteriormente tinham pertencido a este Movimento. • Organiza-se na Zâmbia, a partir dos seus escritórios em Lusaka, a fim de abrir uma 2ª frente no Leste.
1966	• A guerrilha fraqueja no distrito do Uíge e mantem-se nos Dembos e Bessa Monteiro. • Actua com grupos móveis no Zaire. • Maior apoio do Congo Leopoldville e reorganização militar do ELNA, com reforço do potencial de combate do Norte.	• A partir do Congo Brazzaville, continua a actuar esporadicamente em Cabinda • Infiltra para a região do rio Dande, a partir do Congo Leopoldville, um grupo numeroso e bem armado de guerrilheiros, sob o Comando do «Monstro Imortal», disputando a hegemonia dos Dembos com a FNLA. • Transfere do Congo Brazzavile para a Zâmbia, elevados efectivos, infiltrando, a partir de Abril cinco destacamentos que actuam no Leste.
1967	• Nos Dembos a guerrilha enfraquece, em parte devido ao confronto com o MPLA. • Actua com grupos móveis no Zaire e no Norte do Uíge, onde incrementou a actividade. • Revelou-se, com grande intensidade, nas regiões de Quitexe e Terreiro/Bolongongo. • Acções esporádicas na frente do Cuango, tentando reactivar esta frente. • Abertura de diversos escritórios no Congo Leopoldiville e concentração em Dilolo de militantes oriundos de Kinkuso.	• Redução da actividade em Cabinda. • Nova infiltração pelo Congo Leopoldville com destino aos Dembos, tendo a FNLA aniquilado grande parte do grupo. Nos Dembos houve uma grande expensão, consolidando zonas antes sob a influência da FNLA. • No Leste, os destacamentos infiltrados em 1966 são reforçados. Consolidam as posições alcançadas no Leste. • A partir de Maio, estende a sua acção ao Cuando-Cubango.
1968	• Expansão na região do Quiage/Terreiro/Bolongongo. • Pela primeira vez, em Maio, a partir do Congo Leopoldville, executa acções violentas sobre as Forças Portuguesas, a Norte de Camaxilo, já na Lunda. • Na fronteira Leste, a partir de Outubro, infiltra-se, executando diversas acções, principalmente, de saque e intimidação, na região de Teixeira de Sousa. • Nova reestruturação militar do ELNA, aumento de efectivos e comandos com maior capacidade.	• Reduzida actividade em Cabinda. • Nos Dembos, não houve alteração sensível, assinalando-se todavia uma expansão de politização nas regiões de Caxito, Catete e zona urbana de Luanda. • No Leste, após a transferência maciça de homens e material do Congo Brazzaville para a Zâmbia, o MPLA realizou uma expansão bem-sucedida. • Em Agosto leva a efeito a 1ª Assembleia Regional em Angola, onde se definem objectivos e se estabelecem planos para atingir Luanda, Malange e Bié. • Infiltra parte de um destacamento pela Rota Agostinho Neto (rio Luena) com a missão de ligação com a sua I RPM.

ANO	UPA/FNLA	MPLA
1969	• Infiltra novos grupos pela fronteira do Norte. • Não frente Cuango não desempenha nenhuma acção violenta. • No Leste actua esporadicamente na região de Nova Chaves e ao longo do Caminho de Ferro de Benguela, a partir de Teixeira de Sousa, atingindo a área de Leua/Chafinda.	• Acções em Cabinda. • No Norte (Dembos), isolado de auxílio exterior desde princípios de 1967, a sua actividade foi reduzida. • No Leste, consolida posições no Moxico e sul da Lunda e expande-se no Cuando Cubango para Sul de Mavinga. Procurando atingir o Bié, alarga a sua acção até à região de Alto Cuito, que subtrai à influência da UNITA.
1970	• Infiltra no decurso do ano 3 batalhões: - O Batalhão nº 1 no Norte, para a área tradicional de guerrilha, tentando expandir-se para o Sul de Cuanza Norte. Atinge o rio Zenza e faixa Sudoeste do Uíge. - O Batalhão nº 2, no Cuango, que actua na região de Santa Cruz. - O Batalhão nº 3, no Leste, atingindo a faixa Sudoeste de Luanda e Noroeste de Moxico e actuando esporadicamente a Sudoeste de Malange.	• Acções esporádicas em Cabinda. • Nos Dembos, há indícios de «asfixia» por falta de apoio exterior. Em Novembro o Comandante desta I RPM consegue atingir o Congo Brazzaville, a fim de conseguir reforços. • No Leste: - Em Fevereiro o destacamento «Benedito» passa o rio Cuangoe atinge o Distrito de Malange, onde enfrenta duros combates contra as Forças Portuguesas. - Em Fevereiro/Março atinge o Distrito do Bié, instalando-se na faixa Leste. • Ao longo do ano progrede no Cuando Cubango.
1971	• Junho - Foi adoptada uma resolução na Conferência da OUA constituindo uma comissão para conciliação da FNLA/MPLA, composta pelos Presidentes do Congo Brazzaville, da R. da Zâmbia e da R. da Tanzânia. Não houve indícios de quaisquer resultados positivos desta resolucão. • Junho- Na Cimeira da OUA, foi retirado o reconhecimento do GRAE. No final do ano, registaram-se diversos diversos incidentes no seio da FNLA entre os principais dirigentes do ELNA e Holden Roberto. No interior de Angola, Frente Norte, verificam-se alguns indícios de deterioração da FNLA, embora a partir de do início do ano, o Movimento tivesse reactivado na Frente Nordeste, o Batalhão nº 2/ELNA que se encontrava fixado na região de Santa Cruz, em Fevereiro Retirou-se para as bases que dispõe no Congo Leopoldville, realizando a partir daquela data algumas incursões esporádicas. Na Frente Leste, o Batalhão nº3/ELNA não desenvolveu quaisquer actividades significativas, essencialmente por carência de reabastecimento.	• Na sua I RPM, acentuou-se a situação de desarticulação, dado o isolamento do apoio exterior. No Leste, assistiu-se a uma reestruturação das forças de guerrilha com a constituição de Esquadrões.

ANO	UPA/FNLA	MPLA
1972	• Janeiro – Assinalada uma rebelião opondo os principais dirigentes do ELNA a Holden Roberto. A intervenção oportuna do Presidente Mobutu, ordenando a ocupação militar pelaForças Armadas do Zaire (FAZ) do Centro de Kinkuzu, com vista a manter o controlo da FNLA. • Fevereiro – Situação precária no interior da Frente Norte. • Março – Acentuam-se as divergências entre o ELNA e o GRAE, que culminam com uma revolta dos principais dirigentes do ELNA no Centro de Kinkuso, contra Holden Roberto. Este Centro, a pedido do Presidente do GRAE ao Gen. Mobutu, é ocupado em 17 Março pelas Forças Amadas do Zaire sendo contudo entregue em 7 de Abril. • O Presidente da FNLA publica três decretos, reestruturando o ELNA. • Abril – Holden Roberto procedeu a remodelação do GRAE, substituindo os elementos implicados na rebelião de Março de 1972, e determinou o afastamento dos comandantes do ELNA que participaram neste movimento. • Verificou-se a fuga de grande número de populações, da Frente Norte para a R. do Zaire. • Junho - Fuga para a R. do Zaire de alguns comandantes, guerrilheiros e populações.	• Mantém-se a situação de desarticulação da I RPM, dado o seu isolamento e dificuldades de apoio exterior. • Verifica-se uma fraca expressão da actividade do MPLA, perda de iniciativa e dificuldades logísticas na Frente Leste • Verifica-se a fusão de alguma Sessões da I RPM a fim de concentrar o seu diminuto potencial de combate.
	• Junho - Efectuou-se em Brazzaville a primeira reunião da «Comissão presidencial» designada pela OUA para a conciliação da FNLA com o MPLA. Estiveram presentes os Presidentes da R. do Zaire, do Congo Brazzaville, e delegações chefiadas por Agostinho Neto e Holden Roberto.	
	• Junho - Infiltração através do rio Cuango do Batalhão nº 2 com a missão de se instalar no interior do território angolano. • Infiltração de grande número de grupos da FNLA, destinados à Frente Norte e a Frente Leste, sendo que a maior infiltração aconteceu nos meses de Maio, Junho e Agosto. • Agosto – Notou-se um incremento da guerrilha, que devia estar relacionado com o aumento de potencial de combate.	• Continua a revestir-se de fraca a actividade na I RPM. • Junho - Desactivação da Zona B da I RPM • Julho – Várias notícias referem o controlo das autoridades da R. da Zâmbia às actividades do MPLA no seu território. • Agosto – Continua a verificar-se um decréscimo das actividades do MPLA na I RPM. •

ANO	UPA/FNLA	MPLA
1972	• Verificou-se um impasse na manobra de conciliação entre a FNLA e o MPLA e confirmou-se a decisão do presidente da R. do Zaire não conceder ao MPLA facilidades de trânsito por território do Zaire	
	• Novembro – Assinalada deserções nas principais bases do ENLA e dificuldades de recrutamento. • Novembro – Chegados à R. do Zaire, através da fronteira Norte de Angola, quatro grupos do ELNA totalizando cerca de 6000 guerrilheiros, dos quais 280 desertaram.	• Outubro – O MPLA já dispunha de equipamento de artilharia de grande calibre na Frente Leste. • Chegaram à República Popular do Congo vários guerrilheiros provenientes da I RPM com a missão de conseguirem o reabastecimento urgente da sua Região.
	• 13 de Dezembro – Efectuou-se em Kinshasa a 2ª Reunião para a conciliação FNLA – MPLA. As delegações destes dois Movimentos foram presididas, respectivamente, por Holden Roberto e Agostinho neto, estando presentes os Ministros dos Negócios Estrangeiros do R. Congo, R. Zaire, Zâmbia, Tanzânia, e um representante da OUA. A FNLA e o MPLA chegaram a acordo, decidindo criar o Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA), com dois órgão principais, o Comité Político Angolano (CPA) e o Comando Militar Unificado (CMU). Holden Roberto preside ao CSLA e CPA e Agostinho Neto ao CMU.	
1973	• Janeiro – Nas conversações efectuadas em Dezembro de 1972 em Kinshasa, entre Holden Roberto e Agostinho Neto, foram indicados os elementos da FNLA e MPLA para desempenharem funções nos órgãos do CSLA (CPA e CMU), e apresentados elementos sobre o potencial de combate do MPLA.	
	• Continuou a verificar-se a fuga da populações da Frente Norte para a R. Zaire.	• Janeiro – Acentuou-se a desarticulação da I RPM. • Rerificou-se elevada desmoralização entre os guerrilheiros da Frente Leste.
	• 26 de Fevereiro – Reiniciaram-se as conversações em Kinshasa, entre Holden Roberto e Agostinho Neto, com vista à materialização da conciliação FNLA/MPLA.	
	• Fevereiro – Salienta-se a desactivação da FNLA da região da Catoca, de onde resultou apreciável número de deserções de guerrilheiros. • A FNLA tem-se revelado de forma mais expressiva na Frente Norte.	• Fevereiro – Continua a verificar-se uma fraca e pouco expressiva actividade do MPLA, que vem sendo assinalada do antecedente, na I RPM. .

Apêndice III

LISTA DE MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES EM ANGOLA

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
AJEUNAL	Aliance des Jeunes Angolais pour la Liberté	Congo Leopoldville	1961
AMA	Associação das Mulheres de Angola	Organização de Mulheres da UPA	
AOCA	Associação dos Operários Catolicos de Angola	Congo Leopoldville	1962
CGTA	Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola	MPLA	Julho de 1962
CPCP	Comité Preparatório do Congresso Popular	Originado em dissidências na UPA	1962
CSLA	Conferência dos Sindicatos Livres Angolanos	Congo Leopoldville	1962
CVAAR	Corpo Voluntário de Assistência aos Refugiados	FRAIN-MPLA	Junho 1962
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola	UPA	1961
FJAKC	Front pour L'Independence de L'Angola, du Kongo et de Cabinda	MLEC.MDIA. MGWIZACO	Maio de 1962
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola	Coligação UPA com PDA	27 Março 1962
FNA	Frente Nacional de Angola	Dissidentes da UPA	Maio de 1962

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
FUA	Frente de Unidade Angolana	Sul de Angola	Abril 1961
FUNA	Frente da União nacional de Angola	MPLA	Maio de 1962
FULA	Associação dos Operários Catolicos de Angola	Congo Leopoldville	1962
JDA	Juventude Democrática de Angola	Origem no PDA	
JVSA	Junta de Voluntários para a Salvação de Angola		
LGTA	Liga Geral dos Trabalhadores de Angola	Leopoldville	Junho de 1961
MAC	Movimento Anti-Colonialista	Frankfurt	1959
MDIA	Movimento Democrático para a Independência de Angola	Leopoldville	Março de 1961
MINA	Movimento para Independência Nacional de Angola		1959
MJOA	Movimento nacional de Libertação de Angola	Luanda	1959
MNA	Movimento Nacional de Angola	Luanda	Junho de 1961
MODERA	Movimento de Defesa do Realismo Africano	Moçâmedes	Novembro de 1960
MOSA	Movimento de Solidariedade Africano	Luanda	Novembro de 1960
MPIA	Movimento para a Independência de Angola	Luanda	1959

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
MPLA	Movimento de Libertação Popular de Angola	Luanda	1960
NTO BAKO	Origine du People Bakomgo Angola	Leopoldville	Dezembro de 1960
PCA	Partido Comunista Angolano	Luanda	1955
PDA	Partido Democrático Angolano	Luanda	Janeiro de 1962
PLUAA	Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola	Luanda	1956
RDJA	Ressemblement Démocratique de la Jeunesse Angolaise		Outubro de 1961
RSA	Ressemblement des Bois-Scouts et Girl-Guides de l'Angola	Leopoldville	Junho 1962
SARA	Serviço de Assistência aos Refugiados de Angola	UPA	1962
UCLA	União Congolesa para a Libertação de Angola	Leopoldville	Julho de 1961
UGTA	União Geral dos Trabalhadores de Angola	Facção da UPA	Novembro de 1962
OMA	Organização das Mulheres Angolanas	MPLA	1962
UNEA	União Nacional dos Estudantes de Angola		Dezembro de 1962
UNITA	União nacional para a Independência Total de Angola	Moxico	Março de 1966
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos	Leopoldville	1961
UPA	União das populações de Angola	Acra	Dezembro de 1958

Apêndice IV

ACORDOS ASSINADOS ENTRE OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E AS FORÇAS PORTUGUESAS

ACORDO	DATA	LOCAL	TEMÁTICA	RESULTADO
Portugal/ UNITA	14-Jul-1974	Moxico (Angola)	Suspensão de hostilidades entre a UNITA e as Forças Portuguesas	UNITA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
Portugal / MPLA	13-Set-1974	Moxico (Angola)	Suspensão de hostilidades entre a MPLA e as Forças Portuguesas	MPLA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
Portugal/ FNLA	15-Out-1974	Kinshasa (R.D.Congo)	Suspensão de hostilidades entre a FNLA e as Forças Portuguesas	FNLA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
Mombaça	5-Jan-1975	Mombaça (Quénia)	Acordos de Paz entre os três Movimentos de Libertação de Angola.	Auto reconhecimento dos três Movimentos como interlocutores face à s autoridades portuguesas. A UNITA é reconhecida pela OUA
Alvor	11-Jan-2005	Alvor (Portugal)	Acordo entre Portugal e os três Movimentos de Libertação de Angola visando a descolonização	Definiu-se como data de independência de Angola o dia 11 de Novembro de 1975
Nakuru	21-Jun-1975	Nakuru (Quénia)	Acordo de Paz entre os três Movimentos de Libertação de Angola, organizado pelo chefe de Estado do Quénia	Reconhecimento de Paz entre os três Movimentos de Libertação antes da Independência que acabou por fracassar

ANEXOS

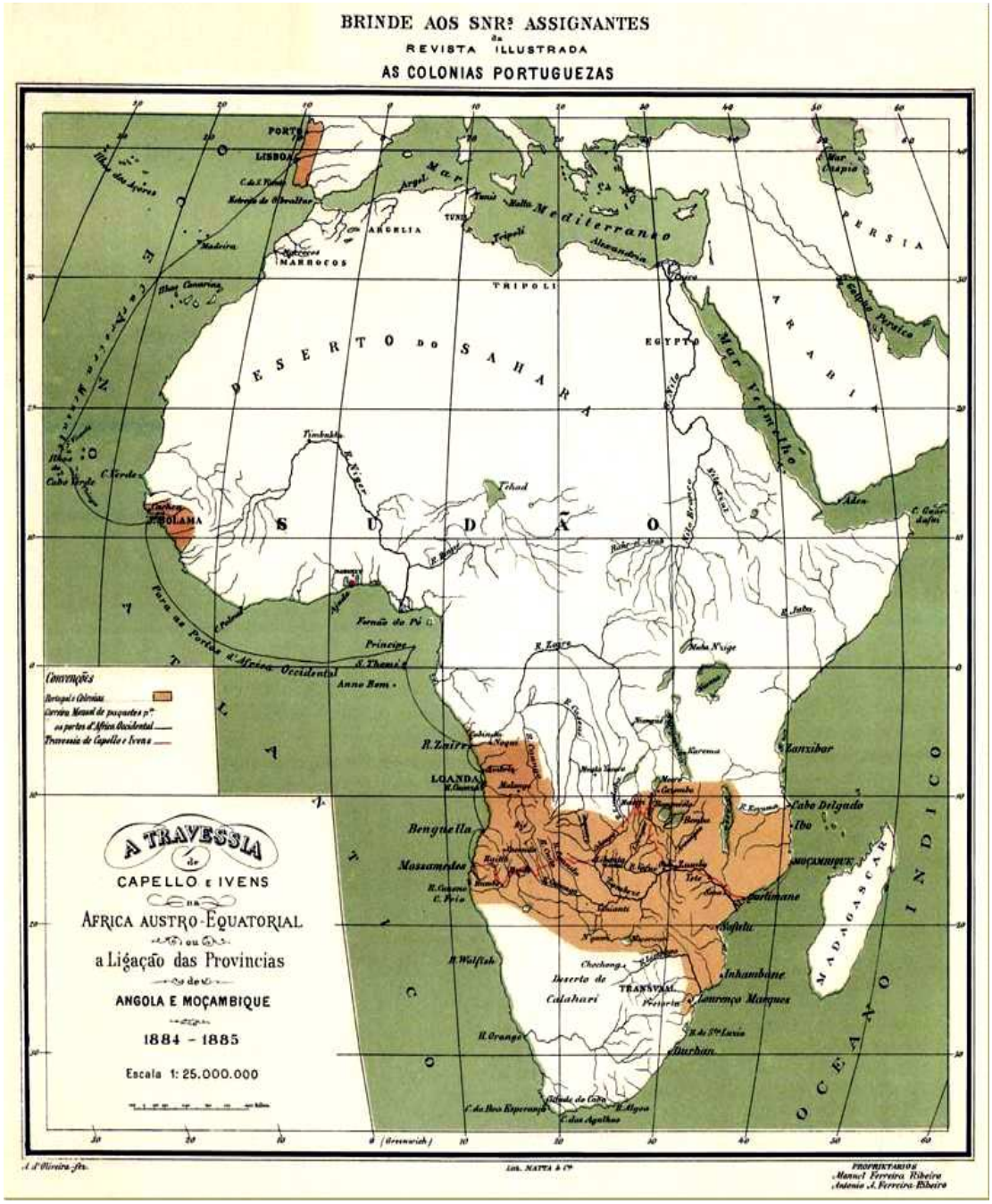
Anexo I

MAPA DO CONTINENTE AFRICANO EM 1880

Fonte: Roberts, 1999. Círculo Leitores.

Anexo II

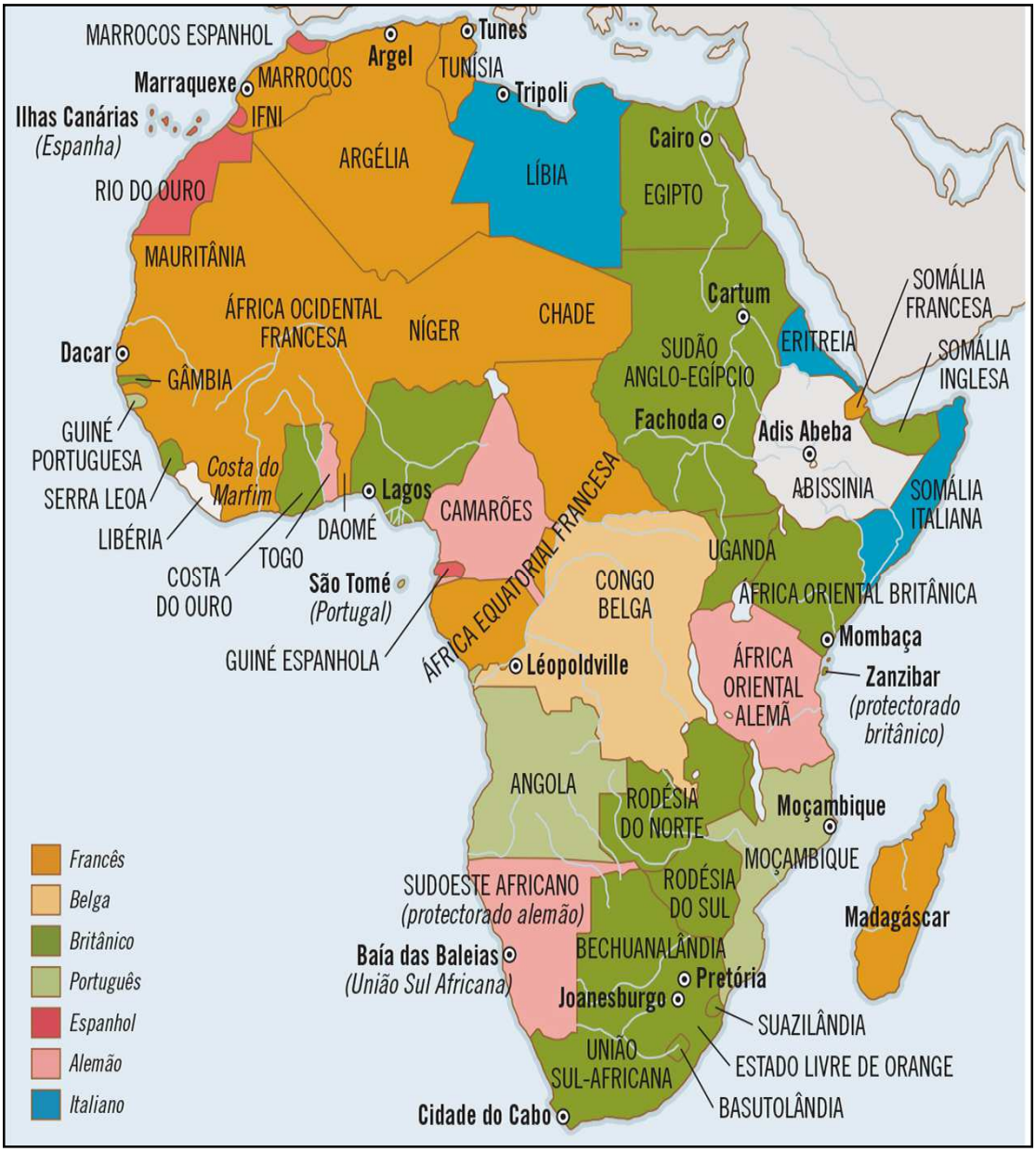
MAPA COR DE ROSA



Fonte: http://www.africafederation.net/Rose_map.htm

Anexo III

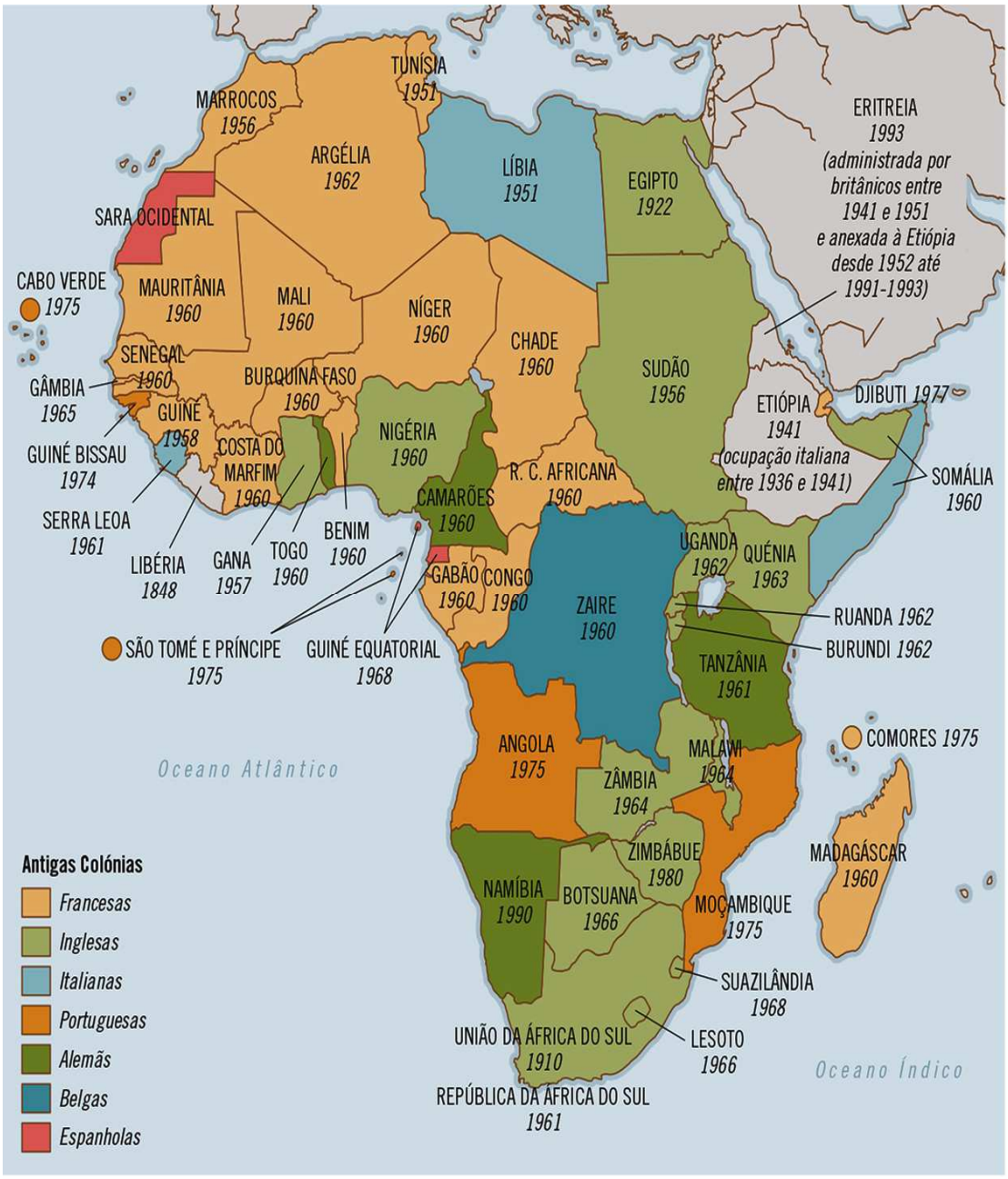
MAPA DO CONTINENTE AFRICANO EM 1914



Fonte: Roberts, 1999. Círculo Leitores.

Anexo IV

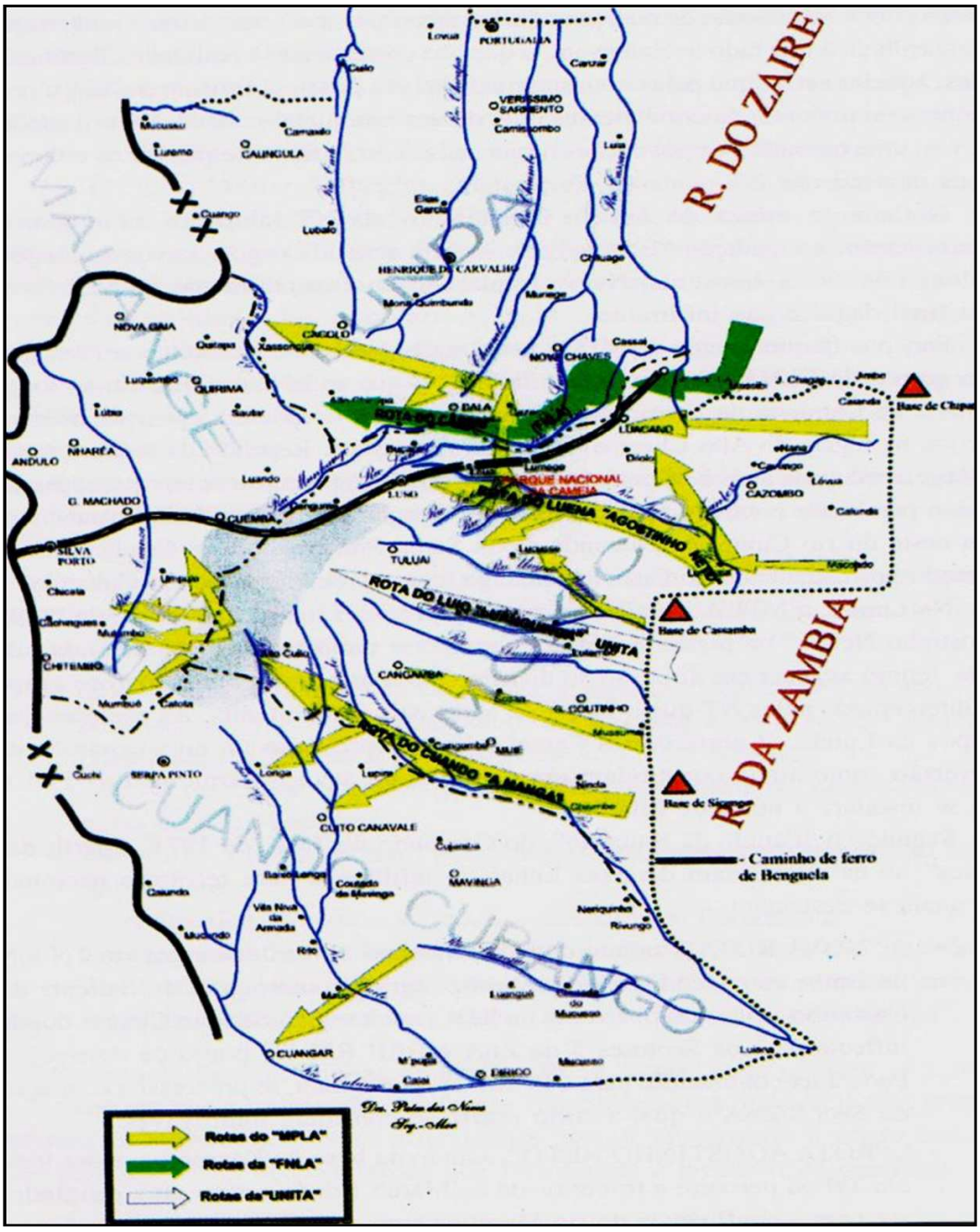
MAPA DE ÁFRICA COM AS DATAS DE INDEPÊNCIA DOS PAÍSES



Fonte: Afonso & Gomes, 2000, Diário de Notícias

Anexo V

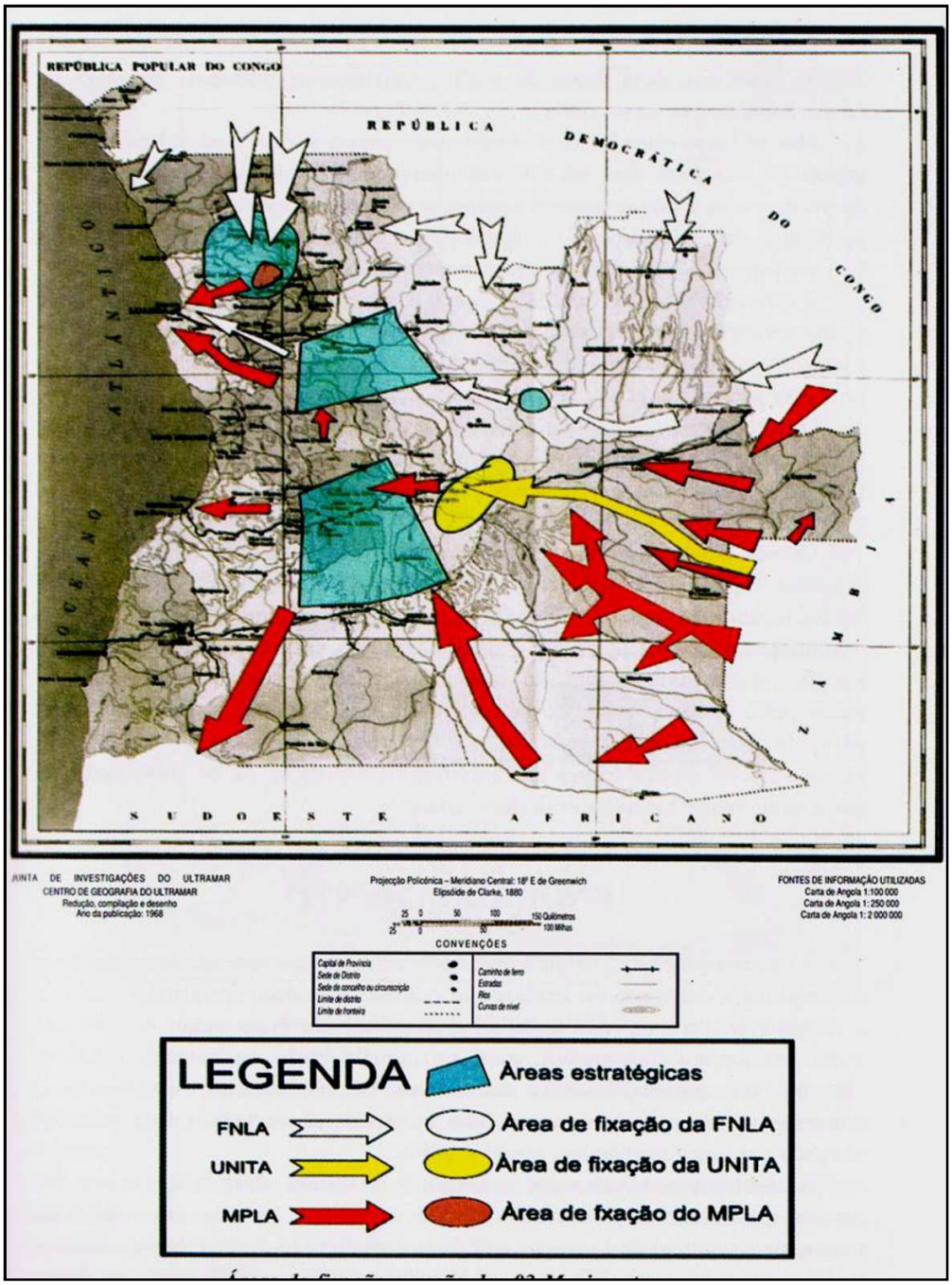
INFILTRAÇÃO DA FNLA, MPLA E UNITA NO LESTE DE ANGOLA



Fonte: EME, 2006.

Anexo VI

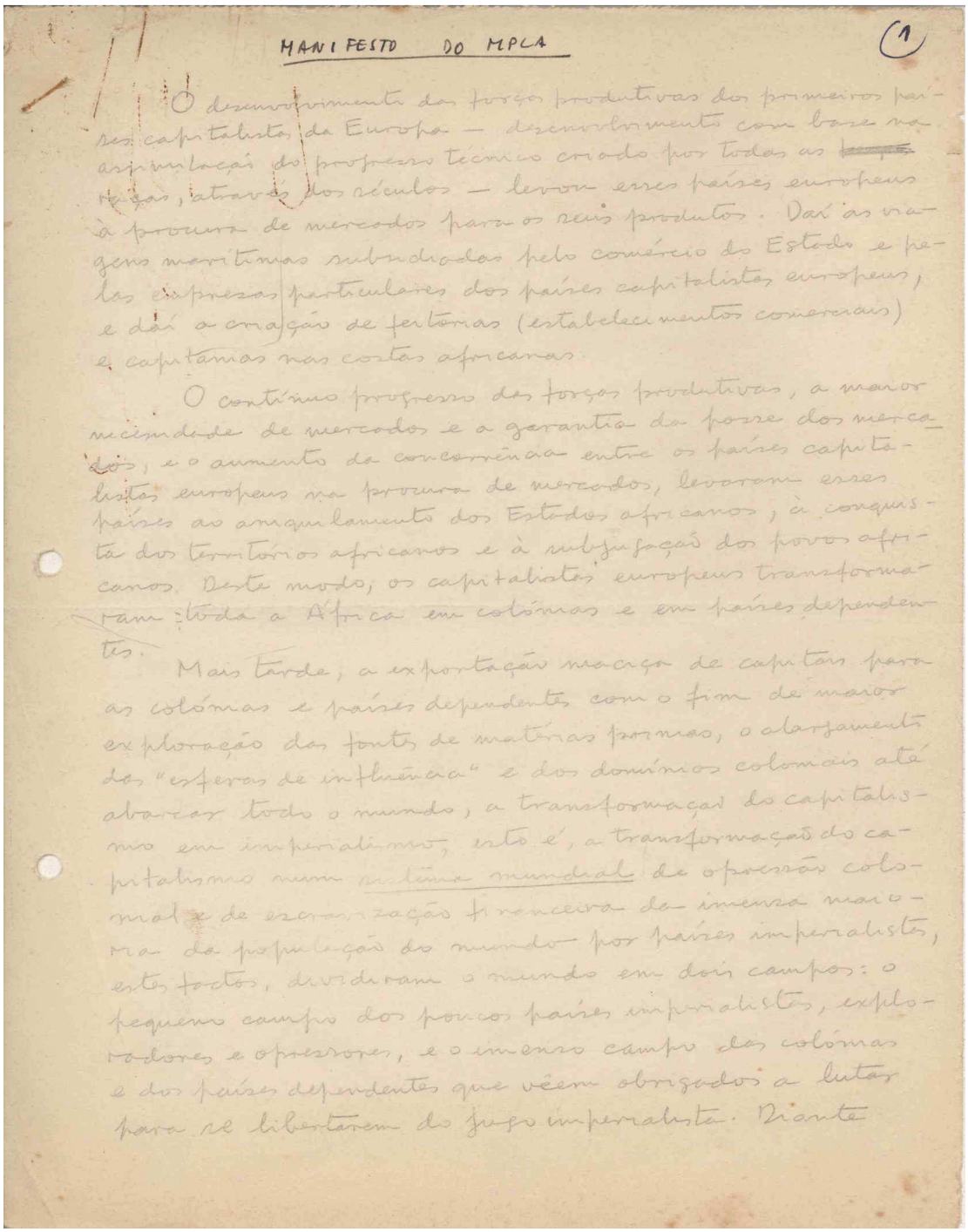
ESTRATÉGIA DE PENETRAÇÃO DO MPLA, FNLA E UNITA NO TERRITÓRIO ANGOLANO



Fonte: EME, 2006.

Anexo VII

EXTRATOS DO MANIFESTO DO MPLA DE 1956



MANIFESTO DO MPLA (1)

O desenvolvimento das forças produtivas dos primeiros países capitalistas da Europa — desenvolvimento com base na assimilação do progresso técnico criado por todas as ~~[illegible]~~ regiões, através dos séculos — levou esses países europeus à procura de mercados para os seus produtos. Daí as viagens marítimas subsidiadas pelo comércio do Estado e pelas empresas particulares dos países capitalistas europeus, e daí a criação de feitorias (estabelecimentos comerciais) e capitanias nas costas africanas.

O contínuo progresso das forças produtivas, a maior necessidade de mercados e a garantia da posse dos mercados, e o aumento da concorrência entre os países capitalistas europeus na procura de mercados, levaram esses países ao arrendamento dos Estados africanos, à conquista dos territórios africanos e à subjugação dos povos africanos. Deste modo, os capitalistas europeus transformaram toda a África em colónias e em países dependentes.

Mais tarde, a exportação macia de capitais para as colónias e países dependentes com o fim de maior exploração das fontes de matérias primas, o alargamento das "esferas de influência" e dos domínios coloniais até abarcar todo o mundo, a transformação do capitalismo em imperialismo, isto é, a transformação do capitalismo num sistema mundial de opressão colonial e de escravização financeira da imensa maioria da população do mundo por países imperialistas, estes factos, dividiram o mundo em dois campos: o pequeno campo dos poucos países imperialistas, exploradores e opressores, e o imenso campo das colónias e dos países dependentes que vêem obrigados a lutar para se libertarem do jugo imperialista. Diante

dos países imperialistas — países estes que visam, por meio de acordos, tratados, pactos de defesa mútua e manobras conjuntas de toda a espécie, perpetuar a opressão das colónias e dos países dependentes — diante desta frente imperialista mundial, as colónias e os países dependentes viram-se obrigados a criar a frente mundial contra o imperialismo. Isto quer dizer que só com a luta solidária e unida de todas as colónias e países dependentes se pode derrubar o imperialismo em cada país oprimido e em todo o mundo. A luta solidária dos povos asiáticos, dos povos africanos do norte do nosso continente, e a histórica e frutuosa conferência afro-asiática de Bandoeng — eis algumas das realidades da frente mundial contra o imperialismo.

Em face das realidades incontestáveis e dos exemplos das lutas vitoriosas da frente mundial contra o imperialismo, impõe-se, pois, a união firme e inabalável e a luta unida, não só de todos os indivíduos africanos, mas também de todos os povos africanos. Nenhum africano deve ficar indiferente perante a luta contra o imperialismo que se trave em qualquer parte do nosso continente por uma África para os africanos.

Fidelino

(...) "Angola é um país com imensos recursos. Há, nele, diamantes, petróleo, manganês, cobre, urânio, ferro; terras para o cultivo de muitos produtos agrícolas; campinas e climas favoráveis a uma pecuária próspera; variadas matérias primas para uma indústria poderosa; mares propícios a uma indústria piscatória florescente e adiantada.

Não obstante isso, gerações e gerações do povo angolano vêm arrastando uma vida triste, na miséria, na ignorância, na perseguição, no trabalho forçado, na exploração desumana do seu trabalho, desagregando-lhes as famílias, morrendo prematuramente, sem assistência médica e farmacêutica. Num país rico e com três habitantes por quilómetro quadrado, a população indígena cresce, segundo as suspeitas estatísticas oficiais, num ritmo lento, a natalidade infantil indígena é baixa e a mortalidade das crianças e dos trabalhadores indígenas é altíssima. (3)

A causa desta revoltante injustiça e desta aniquiladora desgraça está na dominação imperialista, ou particularizando melhor: na opressão colonialista portuguesa que pesa, há séculos, sobre o nosso povo.

As minas de Angola estão nas mãos de portugueses, de belgas, de americanos, de ingleses. O território angolano pertence ao Estado português, as terras férteis nas regiões de melhor clima são distribuídas aos colonos portugueses, os melhores de indígenas não são considerados cidadãos pelo governo colonialista português, não têm direito à posse individual da terra angolana. Os criadores de gado são explorados e controlados directamente por organismos económicos portugueses. O comércio interno é dificultado aos indígena e facilitado ~~aos~~ ao colono português ou de outra nacionalidade estrangeira. O comércio externo é controlado pelo Estado, pelo Estado colonialista português e exercido por colonos portugueses. Não há Bancos de indígenas nem meios de transportes de indígenas.

O objectivo mínimo da exploração e da opressão do imperialismo sobre o povo angolano, tem sido, continua e continuará a ser sempre a obtenção de lucros máximos. Parte destes lucros são exportados

para fora de Angola e a parte restante é aplicada (4)
em Angola em obras que visam sempre, directa ou indirectamente, o benefício do colonialismo, o reforçamento do Estado colonialista, o desenvolvimento das empresas estrangeiras (portuguesas ou de outras nacionalidades).

Toda a administração de Angola está nas mãos do Estado colonialista. Toda a vida social indígena foi desorganizada. A cultura indígena é desprezada, nivelada e aniquilada. Fazem referências sobre a história dos povos indígenas, ou a deturpam e difamam. Desconsideram as línguas indígenas e impedem o cultivo delas. Falseiam grosseiramente os factos referentes à tradição histórica e cultural dos africanos. Interpretam-nos mal, e fazem tudo por diminuir ao mínimo a estima do africano por si mesmo. Reduzem a zero a contribuição do homem negro para o desenvolvimento da cultura humana, esquecendo de propósito ter sido negra a primeira grande civilização que se conhece: a civilização egípcia. A imprensa, a rádio, o cinema, a arte, a literatura, servem apenas e são obrigados a servir os interesses do colonialismo.

O colonialismo português domina inteiramente — e ~~domina~~ de maneira cínica, desumana, cruel e brutal — a nossa vida económica, social, política, cultural e privada. Somos humilhados como indivíduos e como povo.

Sabe-se — pela demonstração incontestável dos factos e até por confissões de colonialistas portugueses — que a exploração desumana e brutal das massas indígenas, a falta da necessária assistência médica e sanitária, a desorganização da família indígena, o encurtamento da duração da vida do homem indígena, a baixa natalidade e a altíssima mortalidade infantis, a relegação do indígena aos trabalhos físicos, a manutenção das massas indígenas na ignorância, a política de aumentar, estimular e reforçar o parasitismo do colono

sobre o esforço do indígena, tudo isso tem em vista liquidar a população indígena e fazer de Angola uma terra de brancos. O cinismo colonialista afirma não pretender liquidar os negros com a rapidez e a crueldade com que foram eliminados, por exemplo, os pele vermelhas no continente americano. É verdade: porque o que os colonialistas portugueses vêm realizando e pretendem continuar a realizar é liquidar o negro angolano, obrigando-o a um trabalho aniquilador cuja execução diminua lentamente o número e as forças dos negros, um trabalho para dotar Angola de todas as condições básicas indispensáveis à vida dos brancos em Angola. Não há dúvidas: é essa a maneira mais inteligente e proveitosa de assassinar povos. Essa não é já, de facto, uma política de discriminação racial; é pior: é uma política de assassinato do ~~povo~~ negro ~~de~~ Angola.

Actualmente, a opressão colonialista portuguesa tem sido agravada pela entrada em Angola, pela mão dos colonialistas portugueses, da dominação do capital financeiro, dos monopólios e dos trusts europeus e norte-americanos. Portugal assina acordos e pactos consentindo a penetração política e económica dos imperialistas e monopolistas norte-americanos em nossa terra, acordos e pactos "cujas cláusulas são extensivas às colónias", acordos e pactos que vêm comprometendo o nosso povo numa política de preparativos para a guerra, guerra em que os nossos filhos, irmãos, maridos ou noivos morrerão para enriquecer os nossos opressores, para tentar subjugar povos livres ou para ajudar a manter subjugados povos oprimidos como o nosso, mas que lutam, justa e heroicamente, pela sua liberdade.

Actualmente, parte considerável da nossa renda é aplicada na militarização de Portugal e das colónias

portuguesa, o que agrava a nossa já dura vida de povo colonial. (6)

O nível de vida dos trabalhadores está abaixo ~~do~~ da linha da miséria. Os salários são de fome. Baixa continuamente o poder de compra das massas trabalhadoras. Estas não têm assistência médica e farmacêutica necessárias. Não têm direito a organizarem-se para a defesa dos seus interesses de classe. Habitam palhotas e cubatas mal construídas, em bairros infectos e desordenados; sem abastecimento de água, sem esgotos, sem luz, sem mercados, sem escolas, sem jardins, sem praças, sem sanitários, sem higiene. Os filhos dos trabalhadores, grande parte dos quais morre na infância, não têm direito à instrução primária e profissional e dificultam-lhes, por todos os meios, o acesso às escolas primárias e secundárias.

Os trabalhadores do campo, formando mais de um quinto dos homens válidos de Angola, obrigados pelo infame "contrato" ao trabalho forçado, vivem sem o gozo dos mais elementares direitos humanos. São duríssimamente explorados. Dispõem deles como se fossem gado. Impossibilitam-nos de constituir família, e, quando a têm, obrigam-nos a viver longe dela durante anos. Mal alimentados, têm um tempo de vida útil muito pequeno, morrem novos.

Entre os trabalhadores abundam as doenças profissionais e as doenças por má alimentação. No quadro geral dos trabalhadores, os trabalhadores indígenas são os mais explorados.

Os camponeses trabalham com instrumentos de lavoura rudimentares, em terras cuja posse individual não lhes é reconhecida. Obrigam-nos a cultivar os géneros agrícolas que lhes indicam. São explorados pelos parasitas intermediários que lhes compram os géneros. Vivem na miséria, longe de todos os recursos.

As camadas médias vivem mal. Os seus vencimentos

(7)

Como funcionários públicos, como empregados do comércio, dos escritórios, não acompanham o aumento constante da carestia da vida. Os indivíduos desejosos de se instruirem e de se dedicarem à cultura, às artes, à literatura, às ciências, às técnicas, não encontram em Angola meios que lhes possibilitem os justos desejos.

O custo da instrução aumenta constantemente, não existe o ensino universitário, não há faculdades; o ensino máximo na colónia é o ensino secundário, mas do qual é afastada, por processos indirectos ou descarados, a população indígena. Não existem as liberdades de pensamento, de consciência, de opinião, de associação, de reunião, o que freia o desenvolvimento de toda a actividade intelectual, criadora, profissional.

Os pequenos comerciantes e industriais, na maioria colonos, pois os naturais faltam inexoràvelmente, vivem em dificuldades crescentes provocadas pela falta de crédito, pelo fraco poder de compra das massas trabalhadoras, pelos impostos pesados, pela subida dos preços das matérias primas, pela exploração dos grandes armazenistas.

As leis de condicionamento industrial e as pautas aduaneiras favorecem os industriais de Portugal, travando a actividade dos industriais de Angola. Existe um controle absoluto em toda a indústria e em todo o comércio de Angola, visando, fundamentalmente, manter Angola em situação de perpétua dependência económica em relação à Portugal e às potências imperialistas.

O ~~imperialismo~~ colonialismo inocula-nos, pois, em todo o organismo de Angola, o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da reacção. O caminho em que nos vêm obrigando a seguir é, portanto, absolutamente contrário aos supremos interesses do povo angolano: aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do rápido e livre progresso económico, da nossa felicidade, de pão, terra, paz e cultura para todos.

(II) Luta na base da pureza -

(8)

As mais elementares necessidades inadiáveis do nosso povo — como a necessidade suprema e imperiosa de impedir que Angola se esvazie da sua população nativa, como sucedeu, por exemplo, com a população nativa do continente americano, para no lugar dela virem numericamente grandes e poderosas populações de origem europeia, — exigem a mobilização e a luta — — luta em todas as frentes e em todas as condições — do povo angolano para o aniquilamento do imperialismo, do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo angolano democrático e popular. Um governo de ampla coalizão de todas as forças que tenham lutado implacável e intransigentemente, até ao fim, contra o colonialismo português. Um governo de todas as forças anti-imperialistas, e à frente do qual estiga a classe trabalhadora. Um governo que estabelecerá as indispensáveis relações do nosso povo com todos os povos, incluindo o povo português, mas na base do livre consentimento, da confiança mútua, da igualdade de direitos, de mútuos benefícios e da colaboração pacífica.

Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento, porém, não se fará através da filiação de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. O Movimento será a soma das actividades de milhares e milhares de organizações (de três, mais

de três, dezenas ou centenas de membros cada uma) (9)
que se criarem em toda a Angola. Enquanto a
organização do povo se faz dessa maneira, a
unificação das organizações faz-se através do esforço
que cada uma das organizações dispender para realizar
os princípios e os objectivos expressos neste Manifesto.
A unificação das organizações faz-se, portanto, através
de um certo número de ideias, de princípios e de objec-
tivos comuns a todas as organizações, comuns a todos os
indivíduos angolanos organizados.

O inimigo é o colonialismo; ou definindo con-
cretamente: o inimigo são todos os organismos e todos
os indivíduos interessados na manutenção do actual
estado de coisas em Angola, e são todos quantos co-
laborem, de qualquer modo, consciente ou inconscientemente,
clara ou veladamente, com os primeiros. São
nossos aliados todos quantos lutem ao nosso lado, todos
quantos nos dêm qualquer ajuda, temporária ou du-
radoura, condicional ou incondicional – ou todos quan-
tos mantenham, pelo menos, uma atitude de neutralidade
favorável à luta do povo angolano. Devemos, por-
tanto, realizar uma política de conquistar todos os alia-
dos possíveis; devemos tirar proveito de todos os conflitos,
desinteligências ou discordâncias entre o colonialismo
e quaisquer grupos de interesses. Todos os grupos de in-
teresses concordantes, de qualquer modo, com a liberta-
ção de Angola ou mesmo de África do jugo do imperia-
lismo não devem ser mantidos isolados ou separados
por motivos de ideias ou tendências que porventura os
distingam, mas deve-se sim estabelecer a união des-
ses grupos na base do interesse ou dos interesses que
os aproximem, em que estejam de acordo. O que nos
une e o que nos falta deve estar sempre acima da-

quilo que nos separa. O essencial, em toda a nossa luta, é isolar o inimigo, tornar ~~inimigo~~ o mais pequeno possível a sua base de apoio, estreitar o seu campo de acção, reduzir às suas possibilidades, deixar o inimigo só, fraco, sem aliados. Com esta táctica a nossa vitória será mais fácil.

O nosso Movimento irá desde as mais pequenas às mais amplas e profundas lutas. Desde a luta que cada indivíduo deve travar em si mesmo para tomar consciência do perigo de morte que vem correndo a existência da população negra, para combater o desespero e a descrença nas possibilidades de êxito da luta popular, para combater o isolamento individual, para criar e desenvolver qualidades de vigilância, de auto-defesa, de disciplina e de organização, para despertar e elevar a consciência de todos os africanos honrados nas suas relações (no ambiente familiar, no local de trabalho, de recreio, na área de residência, etc.), para criar organizações, até às lutas de organizações particulares e distintas, às lutas unidas de duas ou mais organizações aliadas, às lutas unidas de todas as organizações de uma sanzala, de uma aldeia, vila ou região, às lutas unidas de todas as organizações de Angola, às lutas unidas de solidariedade do nosso povo para ajudar a luta dos povos irmãos de África.

É essencial compreender que a luta só pode ter êxito através da participação activa das grandes massas populares, que se ~~organizarão~~ organizarão através de organizações de família, de ~~bairro~~ bairro, de local de trabalho ou residência, de estudo, de cultura, de recreio, de desportos, etc. Nem a luta individual, nem mesmo a luta de apenas alguns homens decididos e corajosos alcançará os nossos objectivos.

(17)

nossos inimigos comuns. Lutemos pela coexistência e pela colaboração pacífica entre os povos!

Povo angolano! Luta viva pela viva razão da liberdade!

Povo negro de Angola! Luta pela tua sobrevivência! Pela sobrevivência da raça negra que os colonialistas querem assassinar!

Homens, Mulheres e Jovens de Angola! Lutar pela vossa liberdade! Por um futuro livre, feliz e progressivo para todos!

Tudo pela criação, pelo fortalecimento e pela multiplicação por toda a Angola de organizações patrióticas!

Viva a luta unida e invencível dos povos da África e da Ásia contra a opressão colonial e racial!

Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!

Dezembro 1956.

Anexo VIII

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DO MPLA (1962)

98

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO
DE ANGOLA
M.P.L.A.
51, Avenue Tombeur de Tabora
B.P. 720 - Tel. 2452
LEOPOLDVILLE

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DO M.P.L.A.

COMUNICADO

Aos militantes do M.P.L.A.

Terminados os trabalhos da Primeira Conferência Nacional, o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA leva ao conhecimento dos seus milhares de militantes espalhados no interior e no exterior de Angola os resultados alcançados.

Esta Conferência reuniu 70 delegados em representação dos organismos internos do Movimento - Comités de Acção, Exército Popular de Libertação de Angola, Trabalhadores, Organização das Mulheres, Juventude e Corpo Voluntário de Angola de Assistência aos Refugiados - e constituiu o primeiro passo para a realização no futuro de iniciativas de maior envergadura.

A ideia da realização desta Primeira Conferência Nacional resultou da necessidade de uma larga auscultação dos militantes e da sua integração na vida do Movimento, em virtude da radicação do ideal revolucionário nas massas e do crescimento da Organização.

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA congratula-se com o nível alcançado pela Conferência e com a demonstração de maturidade política feita por todos os participantes.

O balanço dos trabalhos foi largamente positivo, adquirindo o Movimento os instrumentos práticos que lhe permitirão ganhar um maior dinamismo.

LINHA POLÍTICA

Em matéria de linha política, a Primeira Conferência Nacional estabeleceu que o MPLA deve garantir a representação da população*do Movimento e dos organismos de condução da luta no interior do país, e acentuou que a Revolução Angolana deve concentrar todos os esforços na realização das aspirações das massas camponesas, na base duma aliança de todas as forças produtivas da nação.

* rural na direcção

Encarando o futuro do país, a Conferência determinou que o Movimento deve zelar pela implantação em Angola de um regime que seja a emanação da vontade popular e que ofereça garantias ao povo de exercer o controle do poder, satisfazendo cabalmente os seus anseios de liberdade, justiça e progresso em todos os domínios.

A Conferência manifestou-se categòricamente contra o tribalismo, e regionalismo, o sectarismo, e a intolerância racial e contra as distinções de carácter político e religioso.

Estabeleceu que o MPLA se oporá à entrada de investimentos que comprometam a independência económica e política de Angola.

Estabeleceu ainda que na Angola independente haverá lugar para todas as étnias e todos os credos religiosos.

O respeito pela vida e pelos bens dos portugueses e de outros estrangeiros será condicionado pela atitude que os mesmos tomem em face da luta angolana.

A Primeira Conferência Nacional proclamou o princípio que garante o exercício do direito de cidadania angolana a todos os angolanos residentes ou nascidos no estrangeiro sem qualquer discriminação.

A Conferência adoptou o princípio de salvaguarda da unidade nacional e da integridade do território angolano nas suas fronteiras actuais, conforme o espírito da resolução das Nações Unidas sobre fronteiras africanas.

A Conferência determinou que as bases para uma eventual negociação com o governo português são, nomeadamente:

- o reconhecimento do direito de Angola à autodeterminação e à independência;
- a libertação dos presos políticos;
- a retirada de todas as forças armadas portuguesas para as suas bases de origem;
- a garantia de eleições livres para a criação de um órgão legislativo;
- o estabelecimento de um prazo que marque o fim do domínio português sobre o país.

A Primeira Conferência Nacional precisou que não confunde a luta contra o colonialismo português e o próprio povo português, e decidiu encorajar a oposição democrática portuguesa na sua luta para o derrubamento do regime fascista e colonial de Salazar. Decidiu encorajar igualmente a acção dos grupos políticos dirigidos por portugueses progressistas nascidos em Angola que visem neutralizar o apoio dispensado às forças de repressão pelos colonos e a lutar pelos mesmos objectivos dos movimentos nacionalistas angolanos.

A Primeira Conferência Nacional consagrou o princípio de neutralismo positivo praticado sem qualquer subterfúgio pelo Movimento, como afirmação realista e o único comportamento possível num mundo pleno de ameaças, onde os povos ainda sob dominação estrangeira teriam muito a perder se se empenhassem no jogo de competição entre os dois blocos.

A Primeira Conferência Nacional do MPLA fixou os seguintes princípios orientadores da política exterior do Movimento:

1 - Criar uma <u>diplomacia militante</u> que, pelo seu carácter e pelos métodos utilizados reflita a nossa organização político-militar.

2 - Coordenar a <u>acção directa</u> contra o inimigo comum com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas no seio do organismo já criado - a CONCEP.

3 - Reforçar as nossas alianças africanas com os movimentos nacionalistas dos países que lutam pela sua independência e em particular com o centro e sul de África, Rodésia, União Sul-Africana e Sudoeste Africano.

Alargar a nossa presença nos países africanos independentes.

4 - Reafirmar o <u>não-alinhamento</u> sobre a política dos blocos, para não cimentar em Angola os efeitos da guerra fria, cavando ainda mais a ingerência dos países interessados nos assuntos internos do nosso país e na divisão do nacionalismo angolano.

5 - <u>Internacionalizar</u> o problema angolano pela redução do campo dos nossos inimigos, levando a um maior isolacionismo de Portugal na cena política mundial; participar na organização da boicotagem política, diplomática e económica contra esse país pelo maior número possível de governos dos Estados-membros da ONU.

A Conferência recomendou ainda a realização dentro do mais curto espaço de tempo possível de uma Conferência Africana no quadro da PAFMECSA, onde sejam difinidas as obrigações dos países limítrofes para os países ainda não independentes da África Central, Oriental e do Sul.

<u>PROGRAMA DE ACÇÃO</u>

A Primeira Conferência Nacional estabeleceu que as preocupações inediatas da direcção do MPLA devem ser especialmente concentradas:

- na instalação do Movimento no conjunto do território nacional e em particular nos meios rurais;
- na elevação do espírito insurreccional do povo angolano;
- na criação entre a população civil de grupos de auto-defesa;
- no desenvolvimento duma campanha de esclarecimento junto do exército e do povo português;
- na elevação do nível da luta armada;
- no desenvolvimento da consciência nacional;
- na criação dum comité permanente pro-unidade, que tome iniciativas no sentido de promover o espírito unitário entre as organizações nacionalistas angolanas.

A Conferência estabeleceu que os aspectos essenciais da acção a exercer no Exterior de Angola devem consistir na mobilização político-militar dos angolanos e na formação de quadros que preencham as necessidades da nossa luta nos períodos da independência e da reconstrução.

Sobre a acção nas Repúblicas do Congo, a Conferência determinou a aceleração do regresso a Angola e a formação de quadros político-militares.

A Conferência Nacional estabeleceu igualmente as linhas gerais duma vasta acção a empreender junto dos refugiados nos domínios da assistência médica, escolar, profissional, junto dos emigrados ou no seio das organizações de massas: sindicatos, juventude, mulheres.

Esta Primeira Conferência Nacional determinou igualmente a recuperação acelerada da mulher angolana para a luta, cuja mobilização deverá ser realizada nos campos:

- da assistência social e sanitária;
- da escolarização;
- do enquadramento político-militar e da participação nos órgãos dirigentes;
- da formação técnica e política.

A Primeira Conferência Nacional decidiu ser necessário incul-

car na massa angolana o espírito de fraternidade, de camaradagem, de disciplina, sacrifício a favor do povo, e ainda o da igualdade de direitos na resolução.

Estabeleceu também que a criança angolana deve ser educada no sentido de compreender a necessidade e as finalidades da luta de libertação nacional para se transformar na semente de uma autêntica revolução.

A Conferência recomendou que os militantes do MPLA no exterior devem considerar-se inteiramente à disposição do Movimento e prontos a submeter-se à sua disciplina político-militar.

ESTRUTURAS

No domínio das estruturas, a Primeira Conferência Nacional do PMLA decidiu o seguinte:

1 - Adoptar uma estrutura simples e global, sem deixar de responder à realidade constituída pela existência de dois espaços, Interior e Exterior, em que se desdobra o esforço de libertação nacional.

2 - Generalizar uma disciplina de tipo militar a todos os organismos do MPLA de acordo com a síntese da política com o militar.

3 - O passado do Interior sobre o Exterior.

4 - O exercício duma direcção colectiva baseada na responsabilidade individual

5 - O cumprimento efectivo da ideia do centralismo democrático como princípio base de toda a nova estrutura orgânica.

A Conferência estabeleceu a seguinte estrutura orgânica;

1 - Um Conselho Político Nacional, órgão supremo do MPLA, constituído por 70 delegados, representantes directos da massa militante. Deste organismo sairá uma Comissão de Controle de execução de mandatos, constituída por 10 membros, que deverá reflectir, tanto quanto possível, o conjunto de todas as regiões.

2 - Um Comité Director constituído por:

Presidente

Vice-Presidente

Os chefes dos departamentos

- da Guerra
- das Relações Exteriores
- da Organização e Quadros
- da Informação
- dos Assuntos Sociais
- das Finanças e Economia
- da Segurança.

3 - Um Comité Polício-Militar; único detentor dos segredos naturais da vida do Movimento, e que terá a seguinte constituição:

- Presidente
- 1º. Vice-Presidente
- Chefes dos departamentos da
- Guerra
- Relações Exteriores
- Economia e Finanças
- Organização e Quadros.

Ligados à Presidência, funcionarão os serviços de Secretaria.

A Conferência Nacional introduziu a seguinte alteração na estrutura de base:

O Distrito - reflexo da divisão administrativa portuguesa - é substituído pelo Sector, criando-se a Região. A estrutura de base será a seguinte:

- Nação
- Região
- Zona
- Sector
- Lugar

Esta estrutura coincide com a militar.

A Primeira Conferência Nacional do MPLA decidiu unânimamente adoptar o princípio da competência individual, espírito de sacrifício e fidelidade aos princípios revolucionários, como regra orientadora da escolha dos militantes para o preenchimento dos cargos administrativos do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

A Primeira Conferência Nacional do MLPA elegeu em plena liberdade de escolha os seguintes corpos directivos:

COMITÉ DIRECTO

DR. AGOSTINHO NETO	Presidente
MATIAS MIGUEIS	1º, Vice-Presidente
REV. DOMINGOS DA SILVA	2º, Vice-Presidente
MANUEL LIMA	Chefe do departamento da guerra
MÁRIO DE ANDRADE	Chefe do departamento das Relações Exteriores.
LÚCIO LARA	Chefe do departamento da Organização e Quadros
ANIBAL DE MELO	Chefe do departamento da Informação
DEOLINDA RODRIGUES	Chefe dos Assuntos Sociais
DESIDÉRIO DA GRAÇA	Chefe do departamento de Finanças e Economia
HENRIQUE CARREIRA	Chefe do departamento da Segurança.

COMITÉ POLÍTICO-MILITAR

O Presidente

O 1º. Vice-Presidente

Os Chefes dos departamentos

- da guerra
- das Relações Exteriores
- da Organização e Quadros
- de Finanças e Economia.

****

A Primeira Conferência Nacional do MPLA rendeu homenagem aos herois tombados no campo de honra e não esqueceu aqueles que, detidos nas masmorras coloniais portuguesas, continuam a manter um comportamento exemplar.

Assin, o Rev. P. JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, detido em Portugal no Forte de Caxias foi eleito por aclamação Presidente de Honra do MPLA.

Igualmente por aclamação, a Conferência alargou o Presidium de Honra do Movimento de modo a honrar, prestigiar e homenagear outros nacionalistas que espiam nas cadeias portuguesas a pena do seu amor à causa nacional.

Leopoldville, 16 de Dezembro de 1962

O COMITÉ DIRECTOR

Anexo IX

PEDIDO PARA A INSTALAÇÃO DO MPLA NO CONGO LEOPOLDVILE

Movimento Popular de Libertação
de Angola
M.P.L.A.

51, Avenida Tombeur de Tabora
B.P. 720 - Leopoldville

Refª. 74/P/62

Leopoldville, 24 de Julho de 1962

A
Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros do
Governo Central
Leopoldville

Excelência,

Em resposta ao nosso pedido 4111/Nº. 394/CONT.62/D.525, de 13 de Junho de 1962, temos a honra de remeter a V. Exª. as seguintes informações:

1 - Denominação:- Movimento Popular de Libertação de Angola, em abreviatura (M.P.L.A.)

2 - Em anexo os estatutos e programa

3 - Sede: Angola (Cf. artigo 2 dos estatutos)

4 - Segue-se lista do comité Director:

a) - Dr. António Agostinho Neto, nascido em Icolo e Bengo, Angola, a 17/9/922, médico, residente em Lisboa, (fixado e vigiado pela polícia política) - Presidente honorário do M.P.L.A.

b) - Mário Pinto de Andrade, nascido em Golungo Alto (Angola), a 21/8/928, escritor, residente na avenida Prospecteur Janeat 63 - Leopoldville, - Presidente do M.P.L.A.

c) - Matias Miguéis, nascido em Novo Redondo (Angola) a 15/8/917, contabilista, residente na Avenida Basolo 43 - Leopoldville, - Vice-Presidente

d) - Dr. Hugo de Menezes, nascido em Luanda, (Angola) a 15/5/932, médico, residente na Avenida Basoko 43 - Leopoldville, - membro do C. Director.

e) - Luís de Azevedo Junior, nascido em Dande (Angola) a 18/7/925, empregado de laboratório, residente na Avenida na Avenida Prospecteur Janeat 63, membrodo CD.

f) - Graça da Silva Tavares, nascido em Dondo (Angola),a 28/1/926, contabilista, residente na Avenida Prospecteur Janeat 63- Leopoldville,- Primeiro Secretário do M.P.L.A.

g) - Deolinda Rodrigues de Almeida, nascida em Icolo e Bengo a 5/2/939, estudante, residente na Avenida Basoko 43-Leopoldville, - membro do C.D.

/...

h) - José Bernardo Domingos, nascido em Malange (Angola) a 13/1/932, professor, residente na Avenida Tshela 126 - Leopoldville, - membro do C,D.

i) - Georges Mantoya de Freitas, nascido em S.Salvador (Angola) em 1930, empregado bancário, residente em Leopoldville, - membro do C.D.

j) - Rev. Domingos Francisco da Silva, nascido em Dala-Tande (Angola) a 5/5/905, professor, residente na Avenida Kongolo 30 - Leopóldville, - membro do C.D.

K) - Desidério da Graça, nascido em Luanda (Angola) a 17/6/934, estudante, residente em Angola, - 3º. Secretário do MPLA.

l) - Dr. João Vieira Lopes, nascido em Luanda, a 8/5/932, médico estagiário em Louvanium, - 2º. Secretário do MPLA.

m) - João Gonçalves Benedito, nascido em Malange, em 1923, marceneiro, residente em Angola, - - membro do C.D.

n) - José Miguel, nascido em Ambriz (Angola), a 1/ /1/940, estudante, residente na Avenida Prospecteur Janeat 63 - membro do C.D.

5 - Recrutamento de membros (Cf.artigo 5 e 6 dos Estatutos) artigo 5º: "Podem ser membros do M.P.L.A.".

artigo 6º. - "Cada angolano adere a um grupo sob proposta de dois membros deste e depois da aprovação da Assembleia do Grupo, sancionada pelo Comité de Acção do escalão imediatamente superior".

6 - Relatórios das actividades:- Em anexo vários documentos.

7 - Fontes financeiras:- Artigo 15º. dos Estatutos: "As fontes do M.P.L.A. provêem essencialmente das cotizações e subscrições dos membros e igualmente de dávidas".

8 - Data do início da sua existência: Criado em Luanda (Angola) em 1956.

As diligências incessantes a favor da constituição de uma Frente de Libertação e o papel que desempenhou e teve na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas - verdadeira Frente de luta unida da qual é um dos inspiradores e fundadores - prova suficiente que o M.P.L.A. é um combatente da unidade angolana e de unidade africana.

O M.P.L.A. é membro da Conferência dos Povos Africanos (o seu presidente pertence ao Comité Director) assim como da Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiátioos.

O M.P.L.A. é a primeira organização nacionalista angolana que resolveu concretamente o problema da formação dos quadros militares, políticos e técnicos com vista e elevar o nível da luta do povo angolano e assegurar o sucesso da independência de Angola. Foi a úni

/...

ca formação política angolana a criar na Repúlbica do Congo (Leopoldville) uma organização de assistência aos refugiados angolanos - o C.V.A.A.R. (Corpo Voluntário de Assistência aos Refugiados) cujo eampo de acção e eficácia não são precisos demonstrar.

Pelo seu jornal "A Unidade Angolana" editado em Leopoldville nas duas linguas nacionais (Kimbundu e Kikongo) e duas línguasestrangeiras (português e francês) o MPLA dedica-se a criar em Angola e noutras partes uma grande opinião publica que manifeste um apoio à organização e por consequência à luta do povo angolano.

O inimigo irreconciliável do M.P.L.A. é o colonialismo português. O objectivo do combate que o MPLA não cessa de travar é a independência de Angola, através de uma revolução e da consolidação da futura independência de Angola e, igualmente, da realização completa da unidade africana, reside na unidade do povo e de todas as forças combatentes do nacionalismo angolano.

"O MPLA relativamente a defender resolutamente a unidade de todo o território angolano. Isto noutra parte do seu programa. E ainda que animado de um desejo real de não entravar a criação urgente de uma Frente angolana de libertação, que agruparia numa grande união todos os partidos políticos, todas as organizações, todas as forças angolanas, e todas as organizações religiosas e sindicais, não alimentará jamais conselhos dos observadores, nas opiniões dos dirigentes do MPLA".

O M.P.L.A. foi a primeira organização política angolana a lançar ao povo angolano a palavra de ordem de "Acção directa" contra o colonialismo português, no decurso de uma conferência de imprensa dada a 6 de Dezembro de 1960 na Camara dos Comuns em Londres, sob os auspícios do "Movement For Colonial Freedom".

Foi o M.P.L.A. que declarou a insurreição armada em Angola nos dias 4,5 e 6 de Fevereiro de 1961.

Estes dois acontecimentos que marcam a primeira ruptura irreversível do nacionalismo Angolano com ricas ilusões reformistas até então das outras organizações nacionalistas angolanas, confirmaram a maturidade política do povo angolano e colocou sem equívoco o MPLA à cabeça do movimento revolucionário em Angola.

Que o MPLA foi a primeira organização nacionalista e desenvolver no interior do país uma insensa actividade política pelas massas, está provado pelo facto que representa a formação política, a mais alcançada em todos os escalões da sua organização, pela repressão colonial. A maioria dos quadros nacionalistas que se encontram nas prisões portuguesas pertencem ao M.P.L.A.

A insurreição armada desencadeada no mês de Fevereiro estendeu-se sucessívamente de Luanda aos distritos de Cuanza Norte, Malange e Congo.

O MPLA possui à volta de 50.000 militantes com cartão e vários milhares de outos militantes que, por razões evidentes devido ao trabalho na clandestinidade política, não possuem cartões. A forma de adesão ao MPLA dá a este Movimento um carácter e uma vocação nacionais.

O MPLA é um Movimento nacional chamado a representar, em nome do seu leque e composição real dos seus membros, a universalidade da Nação Angolana.

Trata-se de um Movimento democrático por definição, pelos métodos que utiliza e pelos objectivos que se propõe atingir.

/...

Um Movimento que assenta a sua doutrina na base da experiência e do pensamento criador dos seus militantes e dirigentes assim como na base da experiência da luta anticolonialista de todos os povos africanos.

Queira aceitar, Sua Excelência o Ministro, o penhor da nossa mais distinta consideração.

Pelo Comité Director

a) Graça da Silva Tavares

Primeiro Secretário

Anexo X

EXTRACTO DOS ESTATUTOS DA UPA

UPA 4

21.26/59

OS ESTATUTOS DA UPA

CONSTITUIÇÃO

Capítulo I

É formado entre os signatários e todos os originários de território de Angola que aderirem aos presentes estatutos, uma associação regida pela legislação congolesa sobre as associações.

Artº 1º - FINS E OBJECTIVOS

a) - Promover a compreensão, o entendimento e a fraternidade no seio das populações acima citadas.

b) - Desenvolver os sentimentos patriéticos e nacionais no seio desta população.

c) - Lutar pela independência em Angola e contribuir para a edificação da Unidade Africana.

Artº 2º - DENOMINAÇÃO

A Associação é denominada "UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA", em abreviado U.P.A.. A sua sede é, previsòriamente, fixada em Léopoldville (República do Congo).

Capítulo II

Artº 3º - ADESÃO - EXPULSÃO E DEMISSÃO

Podem ser membros da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA, todos os angolanos sem distinção de tribu, de língua, de sexo ou de religião que apoiem e lutem pelos objectivos e fins da Associação.

Artº 4º

A admissão de um membro dá direito a um cartão contra o pagamento de uma importância em francos congoleses de 110 (cento e dez francos congoleses) que representam a primeira quotização. Nenhum cartão será passado sem o pagamento da importância referida.

Artº 5º

A admissão, a demissão e a expulsão de membro são decididas pelo Comité Director, pela maioria de 2/3.

Capítulo III

Artº 6º - FUNDOS

Os fundos da Associação são constituídos por:

a) - Quotizações dos membros.

b) - Donativos e subvenções.

Art.º 7º -

§ 2º

O Presidente, o Secretário-Geral, o Director Político e o Tesoureiro são os que deliberam sobre os fundos da Associação. Estabelecem o balanço trimestral baseado nas entradas e submetem-nos ao Comité Director para verificação e aprovação.

Art.º 8º

Nenhuma despesa pode ser feita sem a aprovação do Comité Director. Os cheques para levantamento de fundos devem, obrigatòriamente, ter duas assinaturas.

Art.º 9º

Os depósitos em caixa não podem ultrapassar a importância de frs: 10.000 (dez mil francos congoleses). Todo o excedente deve, imediatamente, ser depositado na conta bancária da Associação.

Art.º 10º

O Comité Director é composto por 20 membros. É eleito pela Assembleia Geral dos membros associados presentes, por um período de três anos, e poderá ser designado de novo após a expiração do seu mandato. Este Comité Director nomeia no seu seio um Presidente, um Secretário Geral, um Secretário Geral Adjunto, um Secretário Administrativo e um Conselheiro.

Art.º 11º

A Assembleia Geral pode, por maioria de 2/3, demitir o Comité Director das suas funções, antes do fim do seu mandato, se os interesses da organização o exigirem.

Art.º 12º

O Comité Director é responsável ante a Assembleia Geral da boa marcha da organização e vela pelo respeito dos princípios definidos pelos estatutos e controle a sua aplicação.

a) - É o órgão executivo, define a política geral da organização e orienta a sua acção.

b) - Reune-se todas as vezes que o Presidente a convoque.

c) - É criado no seio do Comité Director, um bureau político que é encarregado dos negócios exteriores, da elaboração dos documentos políticos e de todos os outros regulamentos internos.

Anexo XI

LISTA DOS MEMBROS DO COMITÉ CENTRAL DA UPA

UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA "UPA"
Boite Postale nº. 1320
10, Avenida de Osterrieth nº. 10
Leopoldville/EST.

Lista dos Membros do Comité Central, Definitivo, Eleitos na Assembleia Geral de 11 de Março de 1961, nos termos do Artº. 10 e Capº. IV - dos Estatutos da União das Populações de Angola MU.P.A." de 1 de Julho de 1960.

- Conselheiro Geral do Partido e Presidente Regional em Matadi – Pinock John Edouard S.D. 208.128 - casado , filho de Álvaro KINSENGUA e de Talanga Isabel Emilia. natural - S. Salvador Residência: Matadi -Av. du Caporal Ankuale nº. 9-Bruxelles Sud.

1 - Presidente Geral e Director Geral da Informação e das Relações – Holden Roberto S.D.63.597 - filho de Garcia Roberto e de Joana Roberto- casado-natural de S. Salvador - residência: Est. Rue d'Itaga 56 - Comuna de Kinshasa.

2 - Vice Presidente Geral – Rosário André da Conceição Neto S.D. 216.499 - casado filho de João Luis da Conceição e de Joana Mendes Cardoso - natural de Malange - residência: Leopoldville-Est Comuna de Leopoldville - Rue de la Belgika 25/B

3 - Secretário Geral – João Baptista S.D. -- casado filho de António Baptista e de Izabel Forneza - natural de S. Salvador - residência: Leopoldville - Comuna de Kinahasa- Rue d' Itaga 56.

4 - Secretario Geral Adjunto – Maurice Dombele S.D. 172.901 - filho de Maurice Kiala e de Elisabeth Manzambi - natural de Kibokolo - Maquela - residência: Leopoldville/Lemba, rue de Zizi 2.405/Lemba.

5 - Director Político – Anibal da Silva Melo C.MB.4184 - filho de João Joaquim de Melo e de Bernarda da Silva Sampaio - natural de Camaxilo/Lunda -solteiro -residência: Leopoldville -

/...

-Comuna de Leopoldville-
rue de Bakongo nº. 30.

6 - Director Político Adjunto - Sebastião Roberto
S.D. 59.260 - casado - filho de Garcia Roberto e de Joana Roberto - natural de S.Salvador - residência:Leopoldville Dendale - Rue de Busumelo 45.

7 - Secretário de Direcção e das Relações Externas - Antoine Villa
S.D. 139.769 - filho de Jacques Kougo e de Jeanne Bongo - casado - natural de Maquela - residência: Leopoldville - Rue de Libenge 216 - St. Jean.

8 - Tesoureiro Geral - ? (este lugar é assegurado,interinamente, por Francisco Borralho Lulendo, até novo aviso do actual Comité Central)-ver nº. 12

9 - Tesoureiro Adjunto - LUYEYE GARCIA
S.D. 135.151 - casado - filho de Simon Kandi e de Therese Tala - natural de Kibokolo/Maquela-residência: Rue de Libenge 218 - -St. Jean - Leopoldville.

10 - Comissário de Contas - Alexandre Taty
S.D. 138.915 - casado - filho de Pedro Claver Mavungu - natural de Singandakulo/Cabinda -residência:Rue de Bokote nº.1 Comuna de Kalamu -Leopoldville.

11 - Comissário Adjunto de Contas e Presidente da Secção Ndjili - Pierre NANINTELA
S.D. (N.B.: a sua identidade completa será transmitida brevemente)

12 - Inspector Geral, Director do Movimento Feminino e Tesoureiro Geral, exercendo função. - Francisco Borralho Lulendo
S.D. 21.488 - casado - filho de Afonso Lulendo e de Ana Luzeka - natural de S. Salvador - residência: Yolo-Sud - Rue Duaru nº. 22 - Comuna Kalamu--Leopoldville.

13 - Inspector Geral Adjunto e Presidente da Secção Matete - Philippe Kiaku
S.D. 122.489 - casado - filho de Kanga e de Nzau - natural de Kinzamba/Damba - residência: Gpt. Kwenge nº. 2/D/Comuna de Matete - Leopoldville/Matete.

/...

14 - Director Adjunto da Informação e da Imprensa	- J. Pinock Edouard S.D. 171.086 - solteiro-filho de Pinock John e de Izabel Leriana-natural de S. Salvador - residência: bambare 77-Leopoldville/Est.-
15 - Secretário Administrativo	- José K. Manuel Peterson S.D. 103.861 - casado-filho de António Peterson e de Ponte Carolina Peterson - natural de S. Salvador - residência: Comuna de Kalamu - Quartier Damier - Rue de Mateba nº. 23-Leopoldville.
16 - Secretário Administrativo Adjunto	- Alphonso Masseko S.D. 158.944 -casado - filho de Pembele Ludila e de Kifuekelo-natural de Maquela-residência: rue de Lisala nº. 24 - Dendale-Leopoldville.
17 - Secretário de Propaganda	- António Narciso Necaca S.D. 25.479 - casado filho de Miguel Necaca e de Maria Necaca-natural de S. Salvador - residência: Matete/Quartier Viaza 15/D--Leopoldville.
18 - Secretário Adjunto de Propaganda	- a designar
19 - Secretário do Movimento Feminino	- Simão Andrade Freitas S.D. 139.285 - solteiro-filho de Henrique Sena Freitas e de Maria Brigida Freitas - natural de S. Salvador - residência: rue de Mateba 23, Quartier Damier - Comuna de Kalamu em Leopoldville/Est.
20 - Secretário Adjunto do Movimento Feminino	- EDOUARDO MANKENDA Vieira S.D. 213.868 - solteiro-filho de Vieira Paulo e de Catarina Miliana - natural de Kintiamputu/S. Salvador - residência:Lemba-rue de Shopo nº. 1751 - Leopoldville/ /Lemba.

.....

Feito em Leopoldville a 17 de Março de 1961

União das Populações de Angola

"U.P.A"

- Comité Central /Leo.

K.PIE.-

Anexo XII

EXTRACTOS DA DECLARAÇÃO DO COMITÉ DIRECTOR DA UPA

UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA

U. P. A.

LA LUTTE POUR L'INDEPENDANCE de L'ANGOLA

Déclaration du Comité-Directeur
de l'Union des Populations de l'Angola

ANGOLA
1960

DECLARATION

L'an 1960 est l'année de l'Afrique. Ce continent où des impérialistes se sont implantés depuis des siècles et où des centaines de millions d'être humains sont affamés, bafoués, humiliés, s'est reveillé inopinément de son long sommeil.

Après la libération du Ghana, de la Guinée, du Cameroun, du Togo, du Congo et de la Somalie, le colonialisme européen recule à grands pas. De ce fait, aucun peuple en Afrique n'a plus le droit de marquer le pas ou de finasser avec les puissances dominantes. De ce fait le Portugal, qui rêve de subjuguer à perpétuité des millions d'Africains, doit comme tous les autres Etats Européens réaliser que le peuple Angolais et les autres sous son contrôle, se rendent au rendez-vous, attendu que la liberté est un droit imprescriptible que le Créateur a donné à tous les êtres vivants pour en jouir sur ce terrestre séjour.

C'est pourquoi l'UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA, consciente de la conjoncture politique présente, considère nécessaire de porter à la connaissance de tous les éléments constitutifs de la population du territoire de l'Angola et de l'opinion mondiale ce qui suit sur la lutte qu'elle a entreprise pour l'indépendance immédiate de l'Angola.

* * *

Située sur la côte occidentale de l'Afrique, l'Angola est limitée au nord par la République du Congo et la République du Congo (Ex-A.E.F.), à l'est par la République du

Congo et la Rhodésie du Nord, au sud par le Sud Ouest Africain sous tutelle de l'Union Sud Africaine et à l'ouest par l'Océan Atlantique.

Sa superficie officielle est de 1.246.700 kilomètres carrés, soit 14 fois l'étendue du Portugal. La population Africaine se compose de quatre groupes ethniques totalisant un peu plus de 4.500.000 âmes.

Le territoire possède plusieurs villes, comme Luanda, la capitale, Lobito, Huambo, Benguela, Malange, Moçamedes, Uige. Cette abondance de villes est due à la richesse du pays qui produit du café, du coton, du cacao, du maïs, du sucre, de l'huile de palme, du sisal, etc. Il possède en outre d'immenses ressources minières, telle que, du cuivre, du diamant, du pétrole, du manganèse, du charbon et du fer.

C'est dans la seconde moitié du 15me siècle de l'ère chrétienne que l'Angola fut occupée par les Portugais après la découverte du navigateur Diogo Cao en 1482.

Mais eu égard à cette occupation très ancienne, les autochtones de cette vaste contrée sont soumis encore aujourd'hui au régime féodal pratiqué au Moyen-Age européen. Qu'on en juge.

Depuis des années, la politique des colonialistes portugais consiste à amener en Angola, tous les va-nus-pieds, tous les incapables métropolitains, c'est-à-dire les familles des paysans pauvres et analphabètes du Portugal afin de s'y installer comme des colons sur des terres arrachées aux autochtones ; en sorte que démunis des moyens d'existence, ces derniers connaissent à leur tour, la misère la plus noire.

L'afflux de ces paysans a mis en concurrence les salariés manuels Portugais et Africains. Pour réduire le nombre des chômeurs blancs, l'administration coloniale leur accorde le monopole sur tous les emplois : le métier de chauffeurs

de taxis, de serveurs dans les hôtels et les restaurants, de balayeurs de rues, de vendeurs et vendeuses dans les magasins sont uniquement réservés au Portugais ; sur les chantiers de constructions les contre-maîtres et ouvriers sont des blancs, tandis que les tâches de manœuvres sont laissées aux noirs. Grâce à cette discrimination criante, les ouvriers blancs sont mieux payés et jouissent de tous les avantages sociaux dont sont privés leurs collègues Africains.

Tous les noirs qui ne trouvent pas d'embauche soit dans les villes, soit dans les campagnes sont recrutés de gré ou de force comme *contratados*. C'est ainsi qu'aujourd'hui, malgré l'abolition du travail forcé par la Conférence Internationale du Travail de Genève en 1931, le colonialisme portugais entretient une économie esclavagiste dont l'Angola est un exemple authentique.

Le marché du travail forcé soutient et mine à la fois l'économie du pays. Le recours constant à l'esclavagisme périodique est déterminé par un facteur essentiel, l'état actuel de l'économie portugaise agraire et pré-industriel, la faiblesse et l'impuissance du capital portugais dans le contrôle des ressources coloniales. Tous les secteurs de l'activité Angolaise s'alimentent à un marché de travailleurs sous contrat fournis par les autorités officielles.

Le recrutement obligatoire constitue en soi une scène bouleversante, laquelle scène rappelle celle du temps de la traite des noirs inaugurée sur la côte occidentale d'Afrique par ces mêmes portugais à l'instar des Carthaginois. Aucun choix n'est fait, aucune situation sociale n'est prise en considération ; des ménages avec enfants sont également recrutés et répartis dans différentes régions. Tant et si bien qu'à la fin du terme du recrutement, qui n'est jamais déterminé puisqu'il est laissé à l'appréciation discrétionnaire du

colon, les membres d'une famille peuvent ne pas se retrouver, la mort, les assassinats et souvent les déportations en cas de désobéissance quelconque ayant été pratiqués par les maîtres féodaux, c'est-à-dire l'administration coloniale et le colon.

L'entretien et la construction des routes et des ponts sont effectués dans les mêmes conditions avec l'appel des vieillards, des femmes de toutes conditions et des enfants. Cette main-d'œuvre doit se munir de ses propres outils et pourvoir à son alimentation. C'est ce qui a déterminé le député Henrique Galvao à écrire ceci dans son rapport d'enquête de 1951 au gouvernement de Lisbonne :
« la condition de ces travailleurs est pire que la condition » des esclaves, car les maîtres qui peuvent aisément les » remplacer en s'adressant à l'Etat, ne se préoccupent mê- » me pas de les maintenir en vie ».

Point n'est nécessaire de souligner le fait que le travail forcé engendre la dépopulation. L'expérience faite dans les deux Amériques par les puritains anglais et les catholiques portugais et espagnols avec le travail forcé dans les mines et plantations cotonnières a décimé les Peaux-Rouges, au point que l'on a été obligé de recourir à la traite des noirs, laquelle a dépeuplé la majeure partie de l'Afrique Noire.

* * *

L'UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA est obligée de constater que la politique scolaire du gouvernement colonial a placé le territoire dans un obscurantisme total, c'est-à-dire dans une situation qui est moins favorable à son émancipation sociale et politique. Aucun effort n'a été entrepris pour dispenser à tous les enfants noirs l'éducation qui est avec l'économie les deux mamelles de l'évolution des peuples. L'enseignement est réparti en deux catégories différentes : pour les « civilisés » et pour les

« non-civilisés », d'où il suit qu'il est pratiquement inexistant pour la communauté noire. Cette constatation se trouve, au démeurant, corroborée par le fait que le nombre total d'élèves dans les écoles primaires de la Colonie d'Angola s'élève seulement à peu près à 40.000 et qu'il n'y a que 4 ou 5 étudiants noirs de l'Angola dans les universités portugaises. Les statistiques concernant l'enseignement agricole sont encore édifiantes : il n'y a pas un seul Africain inscrit à l'unique école de formation agricole de l'Angola.

Au démeurant, le Portugal, qui se situe dans la zone majeure d'illettrés (44 % d'analphabètes selon les statistiques des Nations Unies en 1958) et qui est au surplus un pays sous-développé, est-il fondé à prétendre encore civiliser l'Angola ?

Il est hors de doute qu'en l'espèce un préjudice certain se trouve porté aux intérêts du peuple Angolais.

* * *

L'UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA ne peut admettre la théorie mensongère du gouvernement Portugais suivant laquelle les indigènes de l'Angola jouissent des mêmes libertés, droits politiques que les métropolitains. Comme on le sait, tous les droits fondamentaux de l'homme tels qu'ils sont définis par la Déclaration Universelle du 10 décembre 1948, toutes les libertés publiques (liberté et respect de la personne humaine, égalité devant la loi, liberté de la parole, de la presse, liberté d'Association, secret de la correspondance, des communications postales télégraphiques et téléphoniques, liberté d'aller et venir, droit de propriété, inviolabilité du domicile, liberté de conscience et pratique libre de la religion, droit au travail, protection de la jeunesse contre l'exploitation) sont violés, réduits au silence par les lois fascistes. Il y a lieu de souligner

vage, le peuple Angolais a toujours fait preuve d'un pacifisme absolu, non pas qu'il soit lâche, mais tout simplement parce qu'il croit fermement qu'entre humain, il est toujours possible d'arriver à une solution pacifique. Et aujourd'hui, il appartient au peuple portugais de répondre à cet appel.

L'UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA prend le monde à témoin.

Ce camp retranché du colonialisme que constitue l'Angola est une honte pour l'humanité tout entière. Et c'est un devoir pour tout homme digne de ce nom de participer à la restauration de la dignité humaine en Angola.

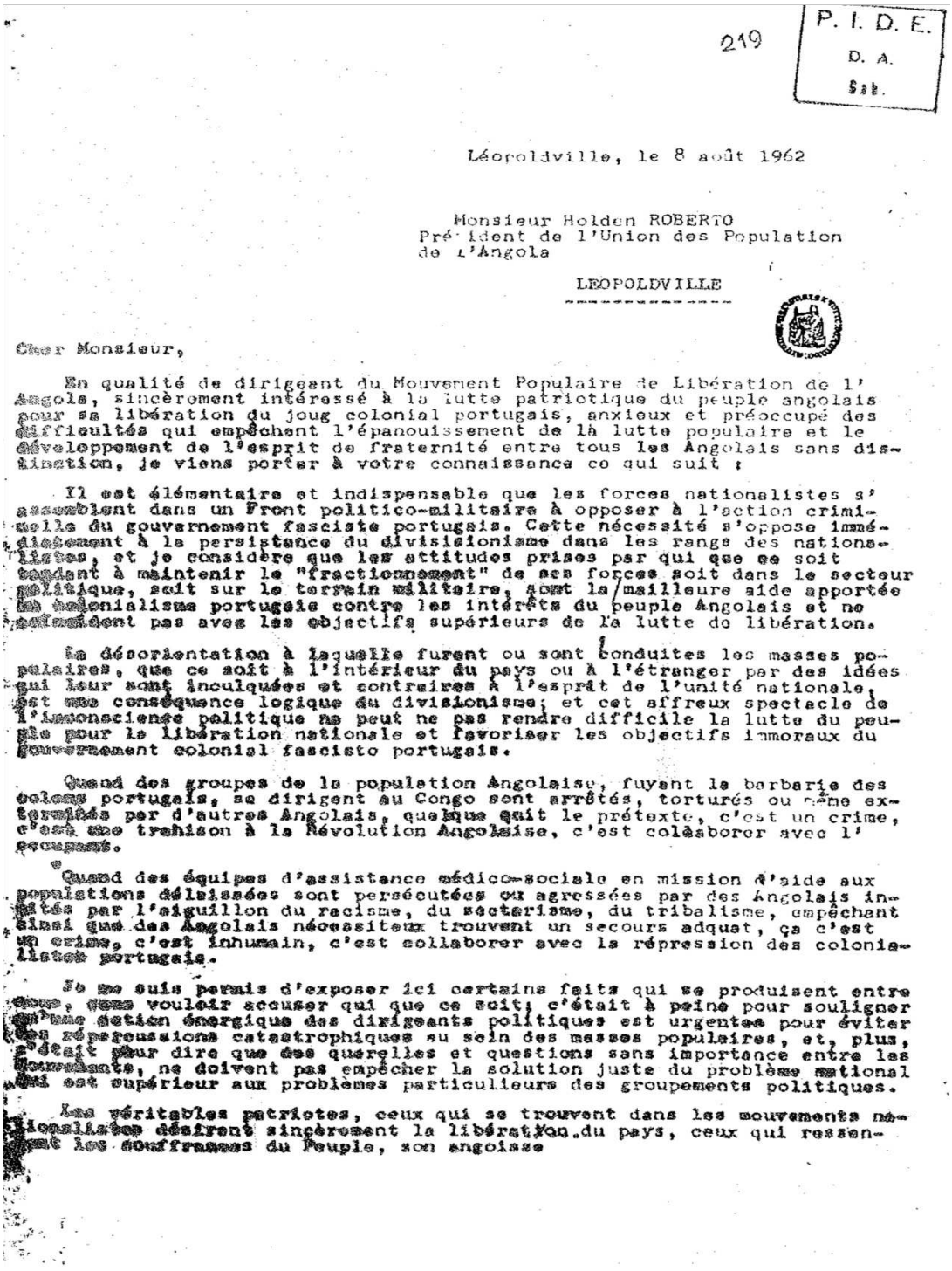
L'UNION DES POPULATIONS DES L'ANGOLA fait appel à toutes les organisations et instances internationales afin qu'elles fassent pression sur le Portugal pour que cessent le régime d'exploitation et la politique consciente de *génocide* en Angola, et que ce Territoire recouvre son indépendance d'antan.

VIVE L'ANGOLA LIBRE ET INDEPENDANTE

VIVE L'UNITE AFRICAINE

Anexo XIII

CARTA DE AGOSTINHO NETO A HOLDEN ROBERTO (1962)



219

P. I. D. E.
D. A.
Sec.

Léopoldville, le 8 août 1962

Monsieur Holden ROBERTO
Président de l'Union des Population
de l'Angola

LEOPOLDVILLE

Cher Monsieur,

En qualité de dirigeant du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola, sincèrement intéressé à la lutte patriotique du peuple angolais pour sa libération du joug colonial portugais, anxieux et préoccupé des difficultés qui empêchent l'épanouissement de la lutte populaire et le développement de l'esprit de fraternité entre tous les Angolais sans distinction, je viens porter à votre connaissance ce qui suit :

Il est élémentaire et indispensable que les forces nationalistes s'assemblent dans un Front politico-militaire à opposer à l'action criminelle du gouvernement fasciste portugais. Cette nécessité s'oppose immédiatement à la persistance du divisionisme dans les rangs des nationalistes, et je considère que les attitudes prises par qui que ce soit tendant à maintenir le "fractionnement" de ses forces soit dans le secteur politique, soit sur le terrain militaire, sont la/meilleure aide apportée au colonialisme portugais contre les intérêts du peuple Angolais et ne correspondent pas avec les objectifs supérieurs de la lutte de libération.

La désorientation à laquelle furent ou sont conduites les masses populaires, que ce soit à l'intérieur du pays ou à l'étranger par des idées qui leur sont inculquées et contraires à l'esprit de l'unité nationale, est une conséquence logique du divisionisme; et cet affreux spectacle de l'inconscience politique ne peut ne pas rendre difficile la lutte du peuple pour la libération nationale et favoriser les objectifs immoraux du gouvernement colonial fasciste portugais.

Quand des groupes de la population Angolaise, fuyant la barbarie des colons portugais, se dirigent au Congo sont arrêtés, torturés ou même exterminés par d'autres Angolais, quelque soit le prétexte, c'est un crime, c'est une trahison à la Révolution Angolaise, c'est collaborer avec l'occupant.

Quand des équipes d'assistance médico-sociale en mission d'aide aux populations délaissées sont persécutées ou agressées par des Angolais incités par l'aiguillon du racisme, du sectarisme, du tribalisme, empêchant ainsi que des Angolais nécessiteux trouvent un secours adquat, ça c'est un crime, c'est inhumain, c'est collaborer avec la répression des colonialistes portugais.

Je me suis permis d'exposer ici certains faits qui se produisent entre nous, sans vouloir accuser qui que ce soit; c'était à peine pour souligner qu'une action énergique des dirigeants politiques est urgentes pour éviter des répercussions catastrophiques au sein des masses populaires, et, plus, c'était pour dire que des querelles et questions sans importance entre les dirigeants, ne doivent pas empêcher la solution juste du problème national qui est supérieur aux problèmes particuliers des groupements politiques.

Les véritables patriotes, ceux qui se trouvent dans les mouvements nationalistes désirent sincèrement la libération du pays, ceux qui ressentent les souffrances du Peuple, son angoisse

220

P. I. D. E.
D. A.
Gab.

ceux qui, en Angola même, ont connu des peines d'emprisonnement, senti les humiliations et les tortures; ceux qui ont combattu; ceux qui, soucieux du sort de leur pays, épouses et maris, frères ou amis qui se trouvent encore à l'intérieur du pays, à la merci des scélerats colonialistes, ceux qui sentent l'Angola dans leur coeur, ceux qui se sentent Peuple Angolais, exigeant, en ce moment grave, que la honteuse situation dans laquelle nous nous trouvons cesse sans délai.

Pour cela, et pour essayer d'éloigner les difficultés qui entravent incompréhensiblement la collaboration de toutes les forces nationalistes dans un Mouvement unique - et indépendamment d'autres diligences qui puissent exister - je vous invite à une conférence à laquelle nous pourrons participer à peine nous deux ou, si vous le voulez, aussi d'autres dirigeants politiques Angolais. Je suis certain que cette rencontre pourrait résulter en bénéfices pour la Cause Angolaise.

Je vous propose que la Conférence ait lieu le 12 août prochain, vers [illegible] heures, dans le Bar-Buvette, avenue Kabinda n°147, de cette ville. Mais si vous le préférez, vous pourrez indiquer un autre local et une autre date.

Je vous adresse mes cordiales salutations.

sé/ Agostinho NETO

Anexo XIV

CARTA DE HOLDEN ROBERTO A AGOSTINHO NETO (1962)

221

P. T. O. E.
D. A
Gp.

Léopoldville, le 9 août 1962

Monsieur Agostinho NETO
Président d'honneur du M.P.L.A.
Boîte postale 720
LEOPOLDVILLE

Cher comptrioto,

J'accuse réception de votre lettre en date du 6 août 1962, et je vous en remercie.

Cependant, il est très regrettable qu'au lendemain de la prise de contacts qui a eu lieu entre le F.N.L.A. et votre parti le M.P.L.A., une lettre reprenant indirectement de graves accusations calomnieuses et tendacieuses qui nous ont toujours tenus les uns loin des autres, me parvienne, détruisant ainsi l'espoir qu'a fait naître notre première rencontre, alors qu'il a été décidé, lors de ce contact, qu'une commission étudierait l'éventualité d'une collaboration entre nos partis respectifs.

Je ne puis manquer, vu ce qui précède, de me demander sous quelle impulsion vous avez été pour m'adresser une telle lettre, compromettant presque toutes les chances que nous escomptions de part et d'autre d'une prochaine rencontre dont notre délégation n'a pas manqué de vous laisser la perspective, alors que lors de cette rencontre, à la vue des documents exposés à votre délégation, vous avez reconnu, donnant l'impression comme un homme sincère, la culpabilité des auteurs de ces documents et ensuite la nécessité pour votre parti M.P.L.A. de collaborer avec le Front. Et cela vous ne pouvez le nier, puisque vous avez signé conjointement avec notre délégation un communiqué et dont l'original se trouve en notre possession.

Je m'étonne donc qu'en homme que vous paraissez être et que nous considérions comme plus raisonnable que certains dirigeants du M.P.L.A., vous ayez jugé que votre lettre avec tout ce qu'elle comporte d'insinuant, de vexant et de provocateur, puisse mieux arranger les choses plutôt que l'esprit qui semblait présider à notre première rencontre, et grâce auquel esprit vous avez même donné lieu à un communiqué trop prometteur aux Agences de presse. Et maintenant, je ne vois plus la raison d'être de ce communiqué vu votre dernier état d'esprit.

Ceci étant, et à la lueur des termes désobligeants de votre lettre, qu'il me soit permis de vous dire que l'invitation que vous m'adressez est inopportune du moins pour le moment.

Dans le corps de votre lettre, vous faites indirectement allusion à votre emprisonnement. Permettez-moi de vous dire que cela ne doit pas être un slogan d'un patriote convaincu, puisque c'est là le sort que que les colonialistes réservent à tous ceux qui revendiquent le droit à la liberté. D'ailleurs bien d'autres compatriotes innocents avec lesquels j'ai collaboré bien nombre d'années et que, en raison de leur présence entre les mains des fascistes portugais, je dois taire les noms, croupissent encore dans les bagnes courageusement, n'ayant pas eu la chance de recouvrer la liberté comme vous. Vous avez été libéré, tant mieux, mais moi comme bien d'autres patriotes convaincus, si nous étions tombés entre les mains des fascistes portugais, la libération ne serait qu'une hallucination, et au lieu d'une déportation momentanée, ce serait l'exécution purement et simplement, et cela le peuple Angolais le sait, et il juge.

../...

222

P. I. D. E
D. R.
M.

Quant à la désorganisation du nationalisme Angolais dont vous citez dans votre lettre, celle-ci n'existe que dans votre propre imagination, car c'est cela qui préside à l'action de votre parti M.P.L.A. Jeter la confusion dans les esprits, politique de dénigrement systématique, diffamation, instinct de supériorité et lacorruption. Or, une politique de ce genre couronnée de corruption n'est pas rentable, car la masse déshéritée de l'Angola s'apercevra un jour que derrière la dialectique du M.P.L.A. se retranche le néo-colonialisme que certains voudraient voir remplacer en Angola pour pérenniser le peuple dans l'esclavage.

Par conséquent, point n'est besoin de répondre à vos insinuations que je qualifie de gratuites comme toutes celles dont se sont rendus coupables vos collaborateurs et auxquelles je n'ai jamais attaché une importance quelconque. Je laisse cependant le soin au peuple et à l'histoire de nous départager si vous persistez dans cette voie et le peuple aujourd'hui en lutte armée souverain et ultime maître de l'Angola, au sein duquel tout culte de personnalité sera combattu à tout prix et sans pitié n'oubliera jamais son passé et verra de quel côté se trouve la défense véritable de ses intérêts primordiaux.

Salutations nationalistes.

s/ Holden ROBERTO

Anexo XV

RELATO DE JONAS SAVIMBI SOBRE AS RAZÕES DA SUA DEMINSSÃO DA UPA E DO GRAE

WHY WE QUITTED THE U.P.A AND THE G.R.A.E. OF MR. HOLDEN ROBERTO

ROBERTO BETRAYS BOTH THE REVOLUTION AND THE MASSES

We are deeply convinced that a revolution is not a mechanical process which depends exclusively on external aid. A revolution depends, among other things, on the total support of the popular masses as well as, on just and firm leadership capable of analysing at each moment, the development of the struggle within the country and the important changes taking place on the international plan. A resolute revolution is the expression of the all-embracing, deep and generalized political, economic and social demands of the popular masses who subjected to forms of exploitation. The correct political line in the national liberation struggles, is the result of an objectiv and profound analysis of the political, economic, and social situation existing in the country.

In short, certain prerequisite conditions should exist before any national liberation war can be waged with success, that means, there should exist definite conditions which we may classify under the terms objective and subjective. Under conditions which we shall term objective, we shall include such things as the presence of brutal oppression which affects most sections of the people or the great majority of the masses, the masses should have endured this oppression and exploitation long enouth to realize that their salvation lies in the armed struggle and the armed struggle when it is engaged upon, must be regarded as the point of no return. The people should know that they have their own destiny in their own hands and that if they do not win in the struggle, their enemies will show them neither mercy nor leniency. There should also exist a favourable external environment - because no revolution can succed in our epoch without a whole series of international support.

Whan the people of Angola decided to wage a national liberation war against Portugese colonialists without any doubt the most savage form of 2oth century slavery. It affects all sections of the popular masees. It is the oldest in Africa covering a period of over 500 years. The African Territories under Portuguese foreign occupation are considered provinces of Portugal so that even in the distant future Portugal does not enterain an idea of their independance. That means, for our people, the only way to salvation is the way of an armed struggle. We have no other way open to us and since we have already lived many centuries under Portuguese colonial slavery, we are prepared to fight our way to freedom even if it may take another 100 years more. We have no choice. We have taken upon ourselves the burden of the struggle to the bitter end what ever the cost in sacrifice.

Still, under objective conditions, there was when we began our struggle and there is still, a very favourable international environment, the United States imperialism which is the watch-dog of world imperialism and colonialism as well as forms of expoitation, is on the run every where in Vietnam and other parts of Asia, in several countries

in Africa which have not yet regained their independence, armed struggle has been placed on the agenda, and the mystic policy of non-violence has been buried for ever, in these African countries ~~ww~~ which have already regained their independence, the struggle against neo-colonialism has begun in arnest. In Latin America, revolutionary Cuba has se the whole Latin American continent ablaze ~~www~~ with revolutionary enthusiasm. The socialist camp, the progressive forces in the United States, Europe and other places are in a world wide anti-imperialism front, there is indeed a favourable international situation.

The subjective conditions. The support of the popular masses for the national liberation war was tâtal and unreserved, the morale of the people was high and our people were prepared to make the utmost sacrifice in the cause of our liberation.

But very sad to say, in people like Holden Roberto our people did not find a dedicated leadership. In people like Holden Roberto, the people in fact misplaced their confidence and their hopes and ~~www~~ in consequence our revolution was betrayed.

> A. (1) The absence of collective leadership at the head the G.R.A.E. does not allow an objective analysis of the situation both inside the country and outside. The G.R.A.E. has become the personal instrument of Holden's ambâtious intrigues. His personal whims xx constitue the Law. The P.D.A. Led by Mr. Kouzika fight to save the face of the F.N.L.A. at the price of innumerable humiliations. We shall cite only few exemples:-

a) - The sending of the agents of the (Congo-Leo) secutity personnel to the headquarters of the P.D.A. might in June, 1964 by Holden Roberto, to search for arms which the leaders of P.D.A might hide. At this occasion, Mr. Ferdinand Ndombele, Minister of Social Affairs of the G.R.A.E. was subjected to a number of vazatious mesures.

b) - At the Minkuzu training base (Congo-Leo), used by G.R.A.E. the P.D.A. out of the total of 1000, has only 30 soldiers.

c) - Holden Roberto, in order to ensure for himself the fidelity of Mr. Emmanuel Nziki, member of the P.D.A. and Minister of Finance of the G.R.A.E. initiated intrigues between Emmanuel Nziki and his Party with the result that the latter has been eliminated from the G.R.A.E. for the misappropriation of ~~ww~~ millions of Francs. Thus you can see where goes the money given by African States intended to help the liberation of Angola.

d) - Mr. Taden who was the representative of G.R.A.E. in East Africa has been dimissed from his podt because of the serious accusations against Holden Roberto.

e) - The students who oppose the tribalistic and dividing politics of Holden Roberto, have their scholarships suppressed and in some cases, even their travelling documents have been withdrawn. We cite in illustration the case of Orlando Fortuna, who for regusing to participate in the diving politics of Holden Roberto, now finds himself

stranded somewhere in Europe deprived of both the scholarship and travelling documents.

f) - Holden Roberto has always received cordial support from the authorities of the Congo-Leo. He has used this support against Angolan patriots. We shall cite the arbitrary arrest of Daniel Chipenda, President of the Young of M.P.L.A. We cite also the arrests of hundreds of patriotic Angolan soldiers whose only crime was that they supported our stand which is critical of and opposed to the politics of Holden Roberto. Several of these soldiers have found their death in the Congolese prisons of Ndolo, Lusumu and Thysville, many other are still incarcerated in Congo prisons. For those who are still in these Congo prisons, We request the Committee to make the necessary representations for the immediate release of the patriotic soldiers. As reference, we give a few names of qome of these soldiers or officers:

1. Abel Alfredo, 2. Alberto Sipata, 3. Agostino Alberto, 4. Firmono 5. Paulo Cardoso, 6. Victor Benguela, 7. Domingos Guedes, 8. Albino 9. Carlos Bandeira, 10. Jose Luacio.

There are also other soldiers and patriots of the M.P.L.A. detained in Congo prisons at the instigation of Holden Roberto.

g) - Roberto sells arms and medical supplies inteded for the fighting people of Angola, to the Congolese authorities at Leopoldville. The army of national liberation must be not only a fighting army but also a political army, to be a political army, its political consciousness must be raised. It is this political consciousness which should guarantee the consolidation of the national democratic revolution when the fighting is over. The army for the liberation of Angola is not political consicious. It remains incapable of winning the enthusiastic support of the masses to the national cause. It is this lack of political consciouspess which makes determined to fight resolutely against Portuguese colonialism. We shall cite yet another example of M.P.L.A. cadres who were massacred on two occasions by the soldiers of Holden's U.P.A. on the orders of Holden Roberto. We cite also the case of undreds of innocent Angolans who were massacred by the agents of Holden Roberto in North Angola. Their crime that they did not belonged to the Mukongo ethnic-group to which Holden belonged. We citealso the refusal of Holden Roberto to accept the volunteers offered by President Ben Bella as aid to our struggle. Instead of these Algerian volunteers, Holden Roberto has put at head of his army Mr. Berhardt Meinherts, an American Officer who served in the American army in South Vietnam.

The soldiers of Holden's U.P.Z. allowed the entrance of American journalists into the interior of the country who, in addition to make publications and tape recordings, furnished precise information to the Portuguese colonialists about the location of our soldiers. Following this commandant Antoine Muandazi was arrested by the Portuguese after his interview with an American journalist in his army headquarters at Serra da Canda in Angola. The American journalist in question was Lloyd Garrison.

The soldiers of Holden's U.P.A. use the arms and ammunitions, furnished by African countries for hunting buffaloes in order to sell the meat at the post Matade (Congo Leo) instead of using the arms and

ammunitions to fight the Portuguese colonialists. From these we can see that the national liberation army has indeed degeration to a very low political consciourness. As regarded the flirting of Holden Roberto with Congo-Leo a quotation from the speech of Jose Kalundungu, Chief of State Major of A.L.N.A. "we are strongly opposed to Tshombe whatever support which he may eventually give to Angolans resident in Leopoldville. For us, there are not even explanatory ŵ justifications which can absolve the G.R.A.E. for flirtation with a power led by notorious agents of the imperialists. Certainly, Holden Roberto awaits the fullfillment of the promises of support from Tshombe. The Angolan people who are waging a struggle for their national independence should remain firm intheir solidarity with the Congolese nationalists who desire the achievement of real independence for their country along the path chartered by Patrice Lumumba. The tolerance of the activities of G.R.A.E. by Tshombe make us have misgivings about the future of our country". Tell me with whom you associated and I shall say who jou are."we await the reaction of G.R.A.E. to the sinister massacre of Stanleyville by a Belgo-American coalition, is it that this reaction will come some day whenthe survivors of Stanleyville massacre and other patriots will have taken power in the whole of the Congo? The President of the Conakat and his masters will not gain victory. They will never succeed. Peace in the Congo will be conquered by the Congolese people-without any outside imposition. The whole of Africa should realise that the heart of the continent is sick. We ask the African countries to go deep into z serious imperialists will learn in the Congo will save the whole continent.

Forward in the struggle, companions of Lumumba, forward the people of the Congo, neighbouring Angola engaged deep in the fight for freedom, is solidaly on your side. In the accompanying manifesto we charter once again our line of action and declare our resolution to fight.

Made in Dar-Es-Salaam, 15th January, 1965. Angolan Manifesto.

Jonas Malheiro Savimbi

Anexo XVI

ESFORÇOS DO MPLA PARA SE UNIR A FNLA (1962)

1465/19

228

- Angola
- MPLA
- FNLA
- UPA
- PDA
- African Freedom Fighters
- S Ind.

SECRETO

RI-62-59

NOTA :

ASSUNTO : Esforços do MPLA por se juntar ao Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA)

1. A seguinte informação foi recebida de um jornalista Europeu (C) e de um funcipnário do FNLA (F). A data de este relatório é de 6 de Agosto de 1962.

2. AGOSTINHO NETO, Presidente "Honorário" do MPLA pediu que fosse permitido ao MPLA juntar-se ao FNLA. Neto recentemente ou escapou ou foi posto em liberdade de uma prisão em Portugal. Ele e a sua família encontram-se agora em Leopoldville. O FNLA foi fundado a princípios de Abril pela União das Populações de Angola (UPA) e pelo Partido Democrático de Angola (PDA).

3. Pouco após ter chegado a Leopoldville, NETO escreveu a DAVID LIVRONENTOS, chefe do Conselho Nacional do FNLA, pedindo que se efectuasse uma reunião de delegações do MPLA e do Governo Provisório de Angola do FNLA (APG), afim de que se discutisse a possibilidade de o MPLA se juntar ao FNLA. Esta reunião teve lugar no dia 5 de Agosto. Chefiava a delegação do FNLA ANDRÉ MATUMONA, tendo comparecido ZONAS SAVIMBI como portavoz do FNLA e JOHNNY EDUARDO PINNOCK como secretário. Era NETO quem chefiava a delegação do MPLA a qual incluía LUÍZ DE AZEVEDO e dois outros funcionários menores do MPLA.

É especialmente interessante notar aqui que a delegação do FNLA não incluía o Presidente do APG, HOLDEN ROBERTO, o que a reunião teve lugar sem que o Presidente do MPLA se encontrasse no Congo. NETO não está nada satisfeito com a política seguida pelo MPLA baixo o mandato de ANDRADE, enquanto que LIVRONENTOS está a tentar reduzir os poderes de ROBERTO dentro do FNLA afim de conseguir p ara ele próprio um papel de maior preponderância.

4. Na reunião de 5 de Agosto, NETO propôs tr^es métodos dentro dos quais o MPLA poderia aderir ao FNLA: Uma fusão total das duas organizações, coordenação das suas políticas sem contudo se chegar a uma total fusão, ou então um comando militar conjunto Por ocasião da recente conferência dos "Combatentes Africanos Pela Liberdade" (African Freedon Fighters) que teve lugar em Accra, LIVRONENTOS assinou uma proposta apresentada pelo Presidente

NKRUMAH no sentido de que as organizações militares do MPLA e do FNLA fossem fundidas numa só.

5. A delegação do FNLA presente na reunião insistiu em que o pedido do MPLA e as suas propostas fossem feitos por escrito. Após isto, o pedido será estudado pelo FNLA, e caso a resposta fosse afirmativa, os dois grupos designariam então comissões para estudar os detalhes desta fusão. Pelos vistos, o MPLA encontra-se numa situação um tanto embaraçosa em particular devido a que NETO está desgostoso com a política seguida anteriormente pelo MPLA. Parecem existir actualmente duas facções dentro do MPLA - uma oposta e outra favorável a uma cooperação com o FNLA. Apesar de ser provável que se venha a dar uma forma qualquer de união entre o MPLA e o FNLA, também parece provável que isto não se venha a dar antes de o FNLA conseguir intensificar a sua actividade militar em Angola. Provàvelmente, só daqui a um ou mais anos

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ENTRADA Nº. 478 em 21-6-62

SECRETO

Anexo XVII

INFORMAÇAO SOBRE A RECUSA DA FNLA EM SE UNIR AO MPLA (1962)

- Angola
- FNLA
- MPLA
- UPA
- PDA
- 3 Ind.

250

S E C R E T O

1465/49

PI-58

16 de Agosto de 1962

NOTA 1

ASSUNTO 1 Resistência Crescente Dentro da "Frente Nacional para a Libertação de Angola" (FNLA) contra um actual fusão desta com o "Movimento Popular para a Libertação de Angola" (MPLA).

Acabamos de receber a seguinte informação, a qual deverá interessar o vosso governo. Agradecíamos as vossas observações sobre esta informação.

"Oposição dentro da FNLA a qualquer tipo de aliança com o MPLA, no momento actual, tem aumentado desde das conversações entre os dois grupos em 5 de Agosto de 1962. Esta oposição crescente dentro da FNLA pode ser atribuída a três actos específicos do MPLA. Estes foram: (1) Os esforços do MPLA de apresentar AGOSTINHO NETO como um herói Nacional, não afiliado com qualquer partido político (2) Cartas derrogatórias dirigidas a HÓLDEN ROBERTO, presidente da UPA, e a EMMANUEL KOUNZIKA, vice-presidente do Partido Democrático de Angola (PDA), e escritas por AGOSTINHO NETO como Presidente Honorífico do MPLA e (3) O comunicado para a imprensa publicado pelo MPLA, do que a reunião de 5 de Agosto de 1962 tinha resultado num acordo para cooperação entre a FNLA e o MPLA.

"HÓLDEN ROBERTO foi forçado a submeter à pressão do PDA, durante a reunião da Comissão Nacional da FNLA em princípios de Agosto de 1962, para discutir a conferência proposta para 5 de Agosto de 1962. Porém, ele continua a opor-se a qualquer cooperação com o MPLA porque julga que o Movimento é influenciado pelos comunistas. Todavia, ele tomou conhecimento do facto de que a maioria dos membros do PDA queriam que as conversações exploratórias fossem levadas a cabo.

Contudo, desde da conferência de 5 de Agosto de 1962, pelas razões mencionadas acima mas principalmente por causa da carta que NETO dirigiu a KOUNZIKA, entidades do PDA dizem agora que uma aliança entre o MPLA e a UPA não vai ser possível senão aqui a um ou dois anos. A afirmação de HÓLDEN ROBERTO, de que um acôrdo não pode ser considerado antes de tropas da FNLA estarem efectivamente activas através de Angola, foi aceito pela ala do PDA da FNLA".

ENTRADA Nº. 479 em 21-8-62

S E C R E T O

Anexo XVIII

RECORTES DE JORNAIS SOBRE A UNIFICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO (1962)

31 240

Vers une réconciliation en Angola ?

240 A

Afrique Nouvelle 9/8/62

LE mouvement nationaliste angolais est très divisé. Ce qui nuit à son efficacité. A côté des petits partis sans aucune importance, deux formations partagent actuellement les responsabilités de l'insurrection : l'Union des Populations de l'Angola (UPA) et le Mouvement de Libération de l'Angola (MPLA).

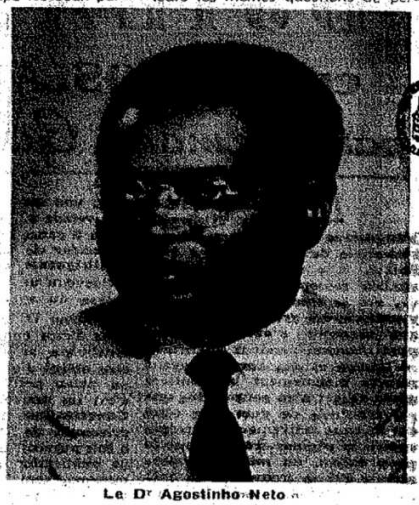
L'UPA a formé le 5 avril dernier avec le Parti Démocratique de l'Angola (PDA) un « Gouvernement Provisoire de la République Angolaise », émanation du Front National de Libération de l'Angola (FNLA) qui regroupe les deux partis.

La constitution de ce gouvernement visait, dit-on, à paralyser M. Kassanga, un dissident de l'U.P.A., qui avait formulé de graves accusations contre M. Roberto Holden. Mais elle gênait également M. Mario de Andrade qui a toujours réclamé l'unité d'action et qui se trouvait devant un « Front National » auquel ne participait pas son mouvement.

M. de Andrade entreprit alors une vaste campagne en Afrique et auprès du groupe afro-asiatique à l'O.N.U. pour empêcher la reconnaissance du gouvernement Holden. Jusqu'ici ce gouvernement n'a été reconnu par aucun Etat africain, mais il poursuit son organisation. Son ministre des Affaires Etrangères, M. Matéos Sayaya, a annoncé le mois dernier l'installation prochaine en Angola des départements de l'Intérieur et de la Défense. La Présidence du Conseil et l'Information restent à Léopoldville et le ministère des Affaires Etrangères sera installé à Tunis.

Les chances d'une entente s'éloignent ainsi. A Londres, M. Figueiredo, représentant du mouvement du général Delgado, qui vient de favoriser l'évasion du Dr Neto, a reconnu que la principale source de division du nationalisme angolais est d'ordre idéologique. Aucune précision n'a été donnée là-dessus, mais on sait que M. de Andrade accuse M. Roberto Holden d'être vendu aux Américains et que celui-ci l'accuse à son tour d'être vendu aux Russes.

Mais, une observation attentive des choses montre que les vues des deux leaders sur la construction de leur pays ne sont pas aussi éloignée l'une de l'autre qu'on pourrait le penser. Les questions de personnes sont pour beaucoup dans l'antagonisme actuel. Ce sont d'ailleurs les mêmes questions de personnes qui ont provoqué des dissidences au sein de l'UPA.



Le Dr Agostinho Neto

Comme aucun leader ne paraît actuellement capable de rallier les fractions, on a pensé que les détenus politiques une fois libérés pourraient imposer une union nationale. C'est dans ce sens que l'évasion du Dr Neto, Président du MPLA, a été accueillie avec soulagement par plusieurs nationalistes angolais et des membres de l'opposition portugaise. A l'heure où nous mettons sous presses, nous n'avons aucune nouvelle du Dr Neto. Il est à souhaiter qu'il arrivera à faire triompher une politique vraiment nationale.

Sylvain CAMARA

. Jornal "A VOZ" de 11-8-62

- Angola
- U.P.A.
- M.P.L.A.
- 2 Ind.

252

14.65-JM.49

Holden Roberto
e Agostinho Neto
não se entenderam

LEOPOLDVILLE, 10 — Terminaram em desacordo as conversações entre Holden Roberto, o chefe da U. P. A., e o Dr. Agostinho Neto, presidente honorário do M. P. L. A., que visavam á formação de uma frente comum contra Portugal.

Holden Roberto partiu de avião para a Europa «para receber tratamento médico» — segundo disse um informador.

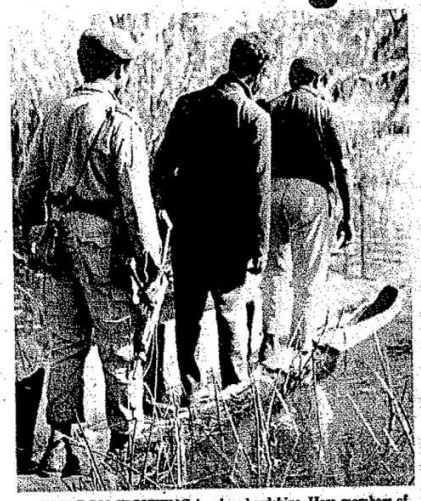
As negociações entre os dirigentes da U. P. A. e do M. P. L. A., duas organizações terroristas rivais, tinham começado no domingo, mas foram suspensas ontem, depois de Holden Roberto ter acusados os homens do M. P. L. A. de matarem os filiados da U. P. A. para tomarem conta da situação.

Não foi anunciada qualquer data para o recomeço das negociações. — (ANI).

252-A

RI-1769/64-GP388

Angola can be ours in two years: MPLA



FREEDOM FIGHTING involves hardships. Here members of MPLA cross a river in Angola by primitive means. The guerrillas use many kinds of weapons and tactics in their fight for the liberation of Angola, "even witchcraft if it works"

Mail Reporter

LUSAKA, Thursday. — Angolan guerrillas now control vast areas of the territory and in two years' time the nationalists will have taken over completely.

This is the prediction of Dr Agostinho Neto, the 45-year-old leader of the People's Movement for the Liberation of Angola (MPLA). Dr Neto came to Lusaka to give evidence to the UN Committee of 24.

Dr Neto said that his band of guerrillas now controlled Moxico and Cuando-Cubango districts, in addition to other areas.

"Our organisation is military and political. We believe that we cannot achieve our most required objective through constitutional or non-violence means," he said.

The guerrillas, who killed 1,000 Portuguese soldiers last year, use all kinds of weapons in their operations against the colonialist forces, he said.

Apart from modern arms, they use spears, axes, bows and arrows — "even witchcraft, if it works", Dr Neto said.

The weapons are sent to the MPLA through the Organisation of African Unity's Liberation Committee, which is based in Dar es Salaam.

But Dr Neto said his organisation was experiencing "some difficulties" in getting the arms through the Congo (Kinshasa) "because of the unstable political situation there."

Dr Neto said that there were 50 MPLA guerrilla fighters in Congolese jails who had been arrested during the past few months. "The fight would not take us such a long time if it were not for the difficulties we are facing in getting the weapons to the battle front," he said

He said that of the total of 300,000 Portuguese soldiers now in Angola, "we could eliminate 80,000 of them in a matter of days".

"Our secret intelligence service has also revealed that the 5,000,000 indigenous people are behind us," Dr Neto said.

The MPLA's main problem is the availability of weapons, according to Dr Neto. "If we had enough guns to give out to our men, women and youths who are prepared to fight for their inalienable rights, we would do the job in a matter of days," he said.

The headquarters of the movement may be moved from Brazzaville to one of the areas which MPLA controls in Angola. Kinshasa is the headquarters of the MPLA's rival organisation, Holden Roberto's UPA.

DR NETO

Asked about sabotage on the Benguela railway, the MPLA leader said the Portuguese authorities, harrassed by guerrillas wherever they turn, "are desperately trying to use the railway as a powerful weapon of blackmail against the innocent people of Zambia".

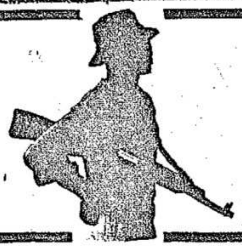
"Our enemy is convinced, erroneously, that by threatening Zambia they can paralyse the expanding Angolan national struggle directed by MPLA — on their own soil," Dr Neto said.

The nationalist leader returns to Brazzaville next weekend. Apart from being a doctor of medicine, Dr Neto is also a writer and poet. His Farewell at the Moment of Parting has been published by Penguin African Library in their series Modern Poetry from Africa. Dr Neto is married with three children.

AT A GUERRILLA CAMP Dr Neto holds a meeting with his soldiers. Behind him are some of the women members of MPLA, who are engaged in fighting for the liberation of Angola

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA
Delegação em Moçambique
DI/2/S. CENTRAL

Origem: THE STANDARD	Data: 9 OUT. 1971
País zona ou região:	Obs: 52
Assunto:	



THE FIG
FREE

Dr. Agostinho Neto (below) President of the People's Movement for the Liberation of Angola, talks about . . .

M.P.L.A. STRATEGY

● Comrade President, you have just made a visit to Asian countries. Would you like to give us your impressions and tell us what relations there could be between the peoples of those countries and the Angolan people?

The visit I have just made, with a delegation of five militant comrades of our movement, had as its objective to establish contact with the peoples of China, Korea and Vietnam. All these peoples are engaged in an acute political struggle against North American imperialism, the same imperialism which is supporting the Portuguese colonialists we are fighting. It was therefore a visit of solidarity with our comrades-in-arms. The significance of this visit comes within the framework of the general struggle of mankind against colonialist exploitation, and we were very well received by all the peoples in the countries we visited.

● Because of the attacks against Portuguese barracks, the enemy have abandoned some of these positions in Angola. What is the strategic significance of this retreat?

The Portuguese have evacuated some barracks, and this is a consequence of the violent attacks we have been making this year, which has forced them to spend many days and weeks behind their fortifications, without being able to leave them. In some places they have not even been able to go to the river for water and their life in those barracks has therefore been pretty difficult. In some places their position became untenable and they have evacuated the barracks.

We think that the withdrawal of the Portuguese from those positions means a great victory for our fighters, who made proper use of the arms we are now using, that is, artillery and light arms, and neither their aircraft nor their helicopters, which are their favourite weapon, could save the enemy forces from suffering heavy losses, not only in materials but also in lives.

If we look at the retreat of the Portuguese from the strategic point of view, various hypotheses are possible. Of course, Portugal is not yet convinced that it must leave Angola. It is preparing political manoeuvres such as the proposed law for changing the constitution. Portugal is trying to corrupt Angolan citizens; to get patriots to go over to its side. Its retreat could mean a regrouping of forces with a view to a later and more violent attack, in order to do what is always done in this kind of war, which is to burn everything, to leave the earth scorched, killing destroying every sign of life, as has already been done on a small scale in some villages.

But I think that this wish of the colonialists to come back again with big attacks against the population living in the areas under our control will not be effective, and it is certain that we, better armed, better equipped and better organised as we now are, are going to completely shatter the intentions of the colonialists, who will not be able to do anything but retreat ever more until they leave our country.

I think that the tactic we are using is just one of the reasons why they are getting out. The people do not support them, they are having a lot of difficulties in the strategic hamlets and they do not feel secure.

● The enemy have not made their usual dry season attack. What does this mean?

It is possible that they are preparing, that they intend to carry out attacks following a different pattern to those made in previous years. But the major factor preventing Portuguese attack during the dry season has been the fact that we took the initiative in attacking their positions. Portugal has found itself unable to make attacks during this dry season, because we destroyed all their possibilities of movement on the ground and they were forced to hide in their barracks and withdraw.

We can take the example of what happened in Zone E of the Third Region, in an area where the Portuguese had started to launch an attack. When we carried out an offensive in the Luetembo area, totally destroying their barracks, the Portuguese found that they were unable to pursue the attack, because the bridges ensuring communications between Luso and Gago Coutinho were completely destroyed.

At the same time, the guerrilla war is advancing in Lunda and Malange, and the Portuguese no longer know which way to turn, nor how to defend the positions they still occupy, faced as they are by such a diversity of attacks being made at different points.

We shall attack with ever greater force and more effective means, and therefore these dry season attacks are, I think, already something of the past, so that now it is our initiative which will direct operations in our country. This is yet a further defeat for Portuguese colonialism.

● Certain news agencies are trying to insinuate that the bomb which exploded in the Congo Kinshasa mission to the United Nations was an act of protest against the fact that the Congo Kinshasa Government does not allow the MPLA freedom of action in its country. What is your view of this?

In the first place, it is not the custom of the MPLA to use such methods to solve problems. The problem of freedom of action for the MPLA in Congo Kinshasa has been put before the OAU and all friendly countries with a view to finding a solution.

The OAU Conference of Heads of State and Governments has recognised the MPLA as the only movement which is really fighting Portuguese colonialism in Angola. This fact is causing embarrassment to the colonialists, who are therefore trying to find new ways of continuing exploitation in Angola. To this end, they are contacting certain African Governments with the aim of neutralising the people's struggle led by the MPLA. They wish to discredit the MPLA in the eyes of the world.

The Executive Committee of the MPLA stands by its conviction that, through the intermediary of the OAU, the problem of freedom of transit will be solved between the MPLA and the Kinshasa Government

VOLUME IV

Anexo XIX

ACORDO ASSINADO ENTRE O PDA E A UPA

FRONT NATIONAL POUR LA LIBERATION DE L'ANGOLA
" F. N. L. A. "

C O N V E N T I O N

Nous soussignés dirigeants de l'UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA - U.P.A. - et du PARTI DEMOCRATE DE L'ANGOLA - P.D.A. - anciennement ALLIAZO - Alliance Angolaise des Ressortissants de Zombo - réunis en séance extraordinaire le 27 mars 1962, avons adopté, de commun accord, les mesures suivantes:

CONSIDERANT l'état d'injustices sociales, du mauvais traitement physique, de l'humiliation, dans lequel est maintenu le peuple Angolais depuis presque cinq siecles par le colonialisme portugais;

CONSIDERANT l'attitude négative du gouvernement portugais à reconnaître le droit du peuple Angolais à l'autodétermination et à négocier l'accession de l'Angola à l'indépendance nationale avec les organisations nationalistes Angolaises, authentiques représentants des légitimes aspirations du peuple Angolais;

CONSIDERANT le refus continuel du gouvernement portugais de mettre en application les recommandations contenues das les résolutions de l'ORGANISATION DES NATIONS-UNIES concernant l'Angola;

CONSIDERANT le degré d'évolution progressive de la lutte armée que mène le peuple Angolais et qui caractérise un véritable état de guerre dans la région Nord du pays;

CONSIDERANT, enfin, la nécessité imminente de réunir toutes les forces vives du pays dans un Front National de Libération, capable de conduire la révolution et d'obtenir les moyens nécessaires pour la poursuite de la guerre et pour la liquidation immédiate du colonialisme en Angola;

DECIDONS

1°) d'unifier nos forces dans un unique Front National de Libération pour hâter l'indépendance du pays;

2°) de grouper, dans un Front National de Libération de l'Angola, toutes les organisations valablement représentatives du peuple Angolais qui acceptent la politique générale du Front. Toutefois, chaque candidature fera l'objet d'une étude approfondie par une commission dont les prérogatives sont définies dans le REGLEMENT INTERIEUR;

3°) d'orienter la lutte pour l'indépendance nationale de l'Angola sur une base de collaboration fraternelle entre toutes les éthnies de l'Angola en tenant compte des règles démocratiques et le respect de l'intégrité territoriale du pays;

4°) d'installer dans une Angola indépendante, un régime démocratique qui respecte les clauses de la DECLARATION UNIVERSELLE DES DROITS DE L'HOMME, qui applique la loi de la réforme agraire, basée sur le principe de la distribution de la terre à ceux qui la travaillent, la planification économique, l'industrialisation du pays, et qui contribue à la liquidation totale du

.../...

basée sur le principe de la distribution de la terre à ceux qui la travaillent, la planification économique, l'industrialisation du pays, et qui contribue à la liquidation totale du régime colonial sous toutes ses formes sur le Continent Africain, pour que l'Unité Africaine soit une réalité et une force agissante;

5°) d'adopter la politique de non-alignement et de non-engagement comme principe de base de la politique extérieure du futur gouvernement, tout en réaffirmant la volonté de ce gouvernement de collaborer loyalement avec tous les pays prêts à respecter sa souveraineté et qui s'inspireront des principes d'égalité de toutes les races et de toutes les Nations, Grandes et Petites, également intéressées au maintien de la pays dans le monde.

ORGANES DIRECTEURS ET LEURS PREROGATIVES:

1°) LE CONSEIL NATIONAL,
2°) LA COMMISSION,
3°) LE COMITE-EXECUTIF.

a) Le CONSEIL NATIONAL sera l'organe suprême du F.N.L.A. et en définira la politique générale;

b) La COMMISSION, qui sera créée au sein du CONSEIL NATIONAL servira d'intermédiaire entre le CONSEIL NATIONAL et le COMITE-EXECUTIF et sera chargée de superviser ce dernier;

c) Le COMITE-EXECUTIF sera l'organe chargé d'appliquer les décisions du CONSEIL NATIONAL.

Le CONSEIL NATIONAL sera composé de dix membres de chaque parti, de cinq représentants de l'ARMEE et dirigé par un Président élu.

Le COMTE-EXECUTIF sera composé de six membres, trois de chaque parti et dirigé par un Président, assisté d'un Vice-Président, d'un Sécrétaire Général, d'un Secrétaire Général Adjoint, d'un Commissaire aux Comptes et d'un Trésorier.

Le CONSEIL NATIONAL et la COMMISSION se réuniront alternativement trois fois par an.

.../...

Tout ce qui n'est pas prévu dans la présente CONVENTION, fera l'objet d'un REGLEMENT INTERIEUR.

Fait à Léopoldville, le 27 mars 1962

Pour le PARTI DEMOCRATE DE L'ANGOLA,

(sé). Emmanuel KUNZIKA,
" David LIVROMENTOS,
" NDOMBELE Ferdinand,
" LUBAKI Sébastien,
" Domingos VETOKELE,
" SANDA Martin,
" DONTONI LULUKILAVO Antoine
" KIATALUA Norbert,
" MVILA André,
" KUMPESA Simon,

Pour le UNION DES POPULATIONS DE L'ANGOLA,

(sé) Holden ROBERTO,
" Rosario NETO,
" Alexandre TATY,
" Malheiro SAVIMBI,
" José J. LIAHUCA,
" Johnny EDOUARD,
" PINNOCK Edouard,
" Vasco José ANTONIO,
" PAKA Francisco,
" Fernando Pio Amaral GROUGEL.

Anexo XX

ACORDO ENTRE A FNLA E O MPLA (CAIRO DE 1966)

MOUVEMENT POPULAIRE DE
LIBERATION DE L'ANGOLA
(M. P. L. A.)
B.P. 2353 TEL:49-15
BRAZZAVILLE

BUREAU AU CAIRE
31, Rue Hasan Aasim
Apt. 8 -- ZAMALEK
Tel: 81911

FAITS ET DOCUMENTS

Pendant les réunions de la Commision des Trois, constituée par la REPUBLIQUE ARABE UNIE, CONGO-BRAZZAVILLE et GHANA, la Délégation du M.P.L.A. a présenté dans son Memorandum, comme des bases pour aboutir à une unité d'action entre le M.P.L.A. et le F.N.L.A., les propositions suivantes:

a)- Revision de la reconnaissance du "G.R.A.E." afin de faciliter l'Unité.

b)- La libération immédiate de tous les militants du M.P.L.A. emprisonnés dans le territoire du Congo-Kinshasa, sous les ordres du "G.R.A.E.". Cessation des persécutions, des emprisonnements et des éliminations physiques des Angolais membres du M.P.L.A., dans la base de Kinkuzu.

c)- Cessation de toute la propagande contre le M.P.L.A. de la part du "G.R.A.E." au sein de la population réfugiée dans la République Démocratique du Congo.

d)- Une enquête aux activités du M.P.L.A. et du "G.R.A.E.", afin de déterminer si le "G.R.A.E." existe réelement.

e)- Constitution d'une Commission Mixte de Représentants du M.P.L.A. et du "G.R.A.E.", afin de se trouver la base pour la formation d'un organisme politico-militaire commun.

L'accord signé au Caire contient les points suivants:

1)- La cessation immédiate de toutes formes de propagande hostile sous la supérvision de l'O.U.A..

2)- La libération immédiate des membres des deux mouvements détenus de part et d'autre.

3)- L'institution d'une Commission militaire d'enquête de l'O.U.A. afin de réévaluer la situation en Angola et d'émettre des recommandations sur la forme de l'assistance requise en vue d'intensifier la lutte armée commune et de la rendre plus efficace.

4)- Suivant immédiatement la conclusion des travaux de la Commission militaire d'enquête de l'O.U.A., un comité commun du MPLA et du GRAE sera constitué sous les auspices de l'O.U.A. afin d'étudier les modalités d'une coopération entre les deux mouvements, tant dans le domaine militaire que politique.

MOUVEMENT POPULAIRE DE
LIBERATION DE L'ANGOLA
(M.P.L.A.)
B.P. 2353 TEL:49-15
BRAZZAVILLE

BUREAU AU CAIRE
31, Rue Hasan Aasim
Apt. 8 -- ZAMALEK
Tel: 819111

FAITS ET DOCUMENTS

- DECLARATIONS A PROPOS DE L'ACCORD -

AFP-099

KINSHASA, 15/OCT.(AFP)

""La Délégation du G.R.A.E.(Gouvernement Révolutionnaire de l'Angola en Exil) qui se trouve actuellement au Caire n'est en aucune manière habilitée à signer un quelconque accord de "reconciliation" avec le M.P.L.A.(Mouvement Populaire de Libération de l'Angola)", a declaré aujourd'hui au correspondant de l'AFP M. Holden Roberto, President du G.R.A.E. à la suite des informations en provenance de la République Arabe Unie selon lesquelles les efforts du Comité special de l'O.U.A. pour la reconciliation des mouvements nationalistes angolais auraient abouti à un accord entre les deux principaux mouvements.

""Tout accord signé au Caire sera considéré comme nul et non avenu par le Front de Libération Nationale de l'Angola(dont le G.R.A.E. est l'émanation), a precisé M. Holden Roberto. Seule notre Délégation qui sera présente au Sommet d'Adis-Abeba prévu pour le mois prochain aura pouvoir de signer des engagements se rapportant aux problèmes actuellement étudiés au Caire. C'est à Kinshasa, au siège de notre organisation que les clauses de tels engagements doivent d'abord être examinées.""

AFPV 13.20

20/10 TASS 216-7

BRAZZAVILLE 20 OCT. TASS

""Le Mouvement Populaire de Libération de l'Angola(M.P.L.A.) declare solennellement qu'il fera honneur aux termes de l'accord signé au Caire, le 13 Octobre, entre les Représentants du M.P.L.A. et le Gouvernement Provisoire Angolais (G.R.A.E.).
Le M.P.L.A. réaffirme que cet accord signé par les deux parties sans contrainte ou pression, reste valable, dit le communiqué publié aujourd'hui à Brazzaville.
Le communiqué accentue, néanmoins, que le M.P.L.A. exprime

sa stupéfaction par rapport au fait que, selon la presse, le G.R.A.E. a denoncé l'accord du Caire le jour-même de sa signature. Le M.P.L.A. souhaite que l'Organisation de l'Unité Africaine prendra les mesures pour l'application des recommandations de la Conférence à Accra des Chefs d'Etats Africains, membres de l'Organisation de l'Unité Africaine.

Il sera à rappeler que l'accord du Caire entre le M.P.L.A. et le G.R.A.E. réaffirme que l'unification de toutes les forces révolutionnaires de l'Angola est une nécéssité vitale pour accélérer la libération de l'Angola du colonialisme portugais..."".

PUBLIE PAR LE BUREAU DU M.P.L.A.
AU CAIRE -- 22 OCT. 1966

Anexo XXI

INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO COMITÉ DE RECONCILIAÇÃO DA OUA

POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO
DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

CÓPIA 02 088

Exemplar

P.o 110.00.21 110.00.30	**RELATÓRIO IMEDIATO**	N.o 1862/68-GAB
Data da recepção da notícia 23AGO68	Classificação de Segurança	Data 23AGO68
Entidade informadora Dlg.- LUANDA	País, zona ou região: -	Classificação -
Origem Imprensa Estrangeira	Assunto: GRAE/MPLA	Ref.a -

1. Pelo seu interesse, transcreve-se, por tradução, um artigo intitulado "L'OUA ET LES MOUVEMENTS POUR L'INDEPENDANCE DE L'ANGOLA", publicado no jornal "LA SEMAINE", de Ø4AGO68:

"Na semana passada tiveram lugar em ARGEL, os trabalhos da 13ª sessão do Comité de Libertação da OUA. Esta sessão, presidida pelo ministro argelino dos negócios estrangeiros, ABDELAZIZ BOUTEFLIKA, tinha por fim analisar as actividades dos movimentos africanos de libertação.

As conclusões, embora positivas, suscitam no entanto alguns comentários. É que certas decisões tomadas são de longo alcance, porquanto poderão levar outros partidos a unirem-se.

A OUA procura, justamente, a unidade de acção de todos os que se dizem nacionalistas, pois as divisões e a dispersão do auxílio que se lhes dá constituem um freio.

Também os pequenos grupos estão condenados a desaparecer para dar lugar a frentes mais homogéneas e coerentes.

Com esta perspectiva não é de se ficar então surpreso com a unanimidade com que foi tomada tão importante decisão de suspender todo o auxílio ao "Africanist Congress Party", esperando que primeiro os seus membros se organizem.

Novos movimentos de libertação foram reconhecidos , a saber:

- Parti Uni du Peuple des Iles Seychelles
- L'Idea popular de la Guiné Equatoriale e os
- movimentos para a autodeterminação e independência do arquipélago das Canárias

A sessão fora sobretudo dominada pela luta "HOLDEN-NETO", dois irmãos "inimigos". Um, proclamou-se presidente do "Governo Revolucionário Angolano no Exílio" (GRAE), o outro, presidente do "Movimento Popular para a Libertação de ANGOLA" (MPLA). HOLDEN ROBERTO acusa NETO de se ter ligado ao LESTE enquanto este acusa HOLDEN de receber apoio dos países ociden-

.../

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO.
E PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.
Mod. 102

POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO

DELEGAÇÃO EM ANGOLA

LUANDA

93

Exemplar

P.o —	RELATÓRIO IMEDIATO	N.o 1862/68-GAB
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.a

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADO E QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEG ...NÇA DA NAÇÃO. E PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

Mod. 101

tais que ele combate. Melhor ainda, os dois movimentos acusam-se mùtuamente de deterem partidários do outro, quando de confrontos sangrentos entre guerrilheiros dos dois grupos.

Esta infeliz e triste situação teve como resultado abandonar a luta e retardar a vitória.

A responsabilidade do Governo de KINSHASA não parece desprezível. O Dr. NETO referiu-se a este assunto aquando da sua conferência de imprensa em BRAZZA, a 04JAN68, e no qual anunciou a transferência do Quartel General do seu movimento que dirige em ANGOLA, devido a lhe estarem a confiscar as armas e a prenderem os guerrilheiros que obedeciam ao MPLA. Falsas ou verdadeiras, o governo congolês nunca desmentiu estas acusações. Deixaram ao contrário, evoluir a situação, nada favorável.

O BREVE RESUMO DO PASSADO

Fusão dos dois movimentos, UPA e PDA (União das Populações de ANGOLA e Partido Democrático Angolano), no GRAE que foi reconhecido a 29JAN63 pelo governo de CYRILLE ADOULA.

Os estados que davam o seu apoio ao MPLA reveram a sua posição, por causa das divisões que se observam no seio do movimento. Duante determinado período, HOLDEN ROBERTO, fora pràticamente o único leader angolano.

A chegada ao poder de TSHOMBÉ pô-lo em maus lençóis. A luta diminui. O MPLA aproveita para lançar os seus planos. Em 1964, numa comissão de inquérito composta da ARGÉLIA, GANA, e do EGIPTO chegam a BRAZZAVILLE. As conclusões são favoráveis ao MPLA. A reunião de 26NOV do Comité de Libertação da OUA, em DAR-ES-SALAM, garantiu-lhe ajuda técnica e material, o que equivalia a um reconhecimento mais ou menos oficial.

Após isso, os dois movimentos rivais não conseguiram obter qualquer ponto de acordo, apesar da boa vontade da organização para a Unidade Africana.

.../

POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO

DELEGAÇÃO EM ANGOLA

LUANDA

94

P.º —	RELATÓRIO IMEDIATO	Exemplar N.º 1862/68-GAB
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.a

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO. É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

Na ARGÉLIA foi levantada a questão se seria de conceder por mais tempo o reconhecimento oficial do Governo Revolucionário Angolano no Exílio, quando o luxo insolente dos seus dirigentes começa, a escandalizar noutras regiões. Responderam negativamente. Supõe-se que a transferência, pelo MPLA, do seu Quartel General, para uma zona que pretende controlar e o aprovamento da luta nessa zona, teriam fascinado os senhores do "Comité 11". O argumento tinha elementos completos ou precisos, mesmo para os mais cépticos.

O "não" do Comité de Libertação infligido a HOLDEN ROBERTO é o resultado duma análise profunda e objectiva da situação que preveram encontrar-se em ANGOLA.

A ARGÉLIA simboliza assim a represália do Dr. NETO sobre HOLDEN, e a reabilitação do MPLA em prejuízo do GRAE.

REACÇÕES DO GRAE

O governo no exílio, em KISHASA, prontamente reagiu a tal medida acabando de publicar um comunicado em que declara:

"O Comité dos 11" não tem poder de decisão pois uma decisão de tal importância é da exclusiva competência dos Chefes do Estado. É verdade que certos países membros do Comité, por razões políticas que classifica de bastante ofensivas, voltaram à carga reiterando o pedido da retirada do reconhecimento ao GRAE, embora não se tivesse ainda alcançado a unanimidade, no seio do Comité, sobre essa questão, apesar deste ponto figurar na resolução adoptada no final dos trabalhos.

De qualquer modo, não era questão de se retirar o reconhecimento ao GRAE para conceder ao MPLA",

O SUBDIRECTOR,

DISTRIBUIÇÃO
- DGERAL
- GMCCFAA
- QG/RMA-2ª
- C N A
- COMRA2
- ARQUIVO

CM/MP

Mod. 101

Anexo XXI

TEXTO SOBRE O ACORDO DE KINSHASA ENTRE A FNLA E O MPLA

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
L U A N D A

69

Exemplar

P.º — 84	RELATÓRIO IMEDIATO	N.º 2519/72-DInf-23
Data da recepção da notícia 18DEZ72	Classificação de Segurança RESERVADO	Data 21DEZ72
Entidade informadora DGS-NÓQUI	País, zona ou região: Rep. do ZAIRE	Classificação -
Origem Imp. est.	Assunto: Reconciliação FNLA/MPLA	Ref.ª

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO E PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A SOAS NÃO AUTORIZADAS.

Mod. 10-A

Transcrevem-se, por tradução, os artigos publicados pelo jornal zairês ELIMA referentes à reconciliação FNLA/MPLA:

1. Exemplar de 09DEZ72

"QUARTA-FEIRA PRÓXIMA TERÁ INÍCIO EM KINSHASA A CONFERENCIA SOBRE A UNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO ANGOLANOS

Salvo imprevisto, no dia 13 de Dezembro próximo, KINSHASA abrigará os trabalhos da conferência dos ministros de Negócios Estrangeiros da República Popular do CONGO, TANZANIA, ZAMBIA e ainda o comissário de estado encarregado da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros da República do ZAIRE. Estes reúnem-se com vista a achar meios relacionados com a unificação de dois movimentos de libertação angolanos, o MPLA e o GRAE.

Esta conferência que, como se sabe, estásob os auspícios da OUA, terá a participação do cidadão KAMANDA WA KAMANDA, secretário geral adjunto da Organização da Unidade Africana.Lembremos, por memória, que foi na ocasião da conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada em RABAT, em Junho último, que foi oficialmente confiado aos quatro países acima mencionados o encargo de reconciliar as duas alas do movimento de libertação de ANGOLA. O Dr. AGOSTINHO NETO, presidente do MPLA, aceitou com prontidão muito significativa tomar parte nesta conferência e de fonte fidedigna soube-se que chega Domingo próximo a KINSHASA.

Sendo de importância o acontecimento, é da opinião de todos que os dois inimigos acabarão por se entender para continuarem a lutar na unidade de acção e de pensamento. Os Srs. HOLDEN ROBERTO e AGOSTINHO NETO poderão aproveitar a ocasião para unir os seus esforços como o fazem os dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em cujo seio brilha MARCELINO DOS SANTOS. Os dois líderes têm todo o interesse em tomar consciência da urgência com que encontrará solução para o diferendo que os opõe um ao outro.

Porque agora, que o Conselho de Segurança das Nações Unidas acaba de receber um projecto de resolução a solicitar o fim das guerras coloniais e todos os actos de repressão da parte de PORTUGAL contra o povo dos territórios que estão sob a sua

.../

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

76

Exemplar

P.e —	RELATÓRIO IMEDIATO	N.º 2519/72-Dinf-2ª
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.ª

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO
E PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A SOAS NÃO AUTORIZADAS.

Mod. 142-A

administração dos territórios libertados, os dois partidos comprometeram-se, além disso, ao estabelecimento duma atmosfera de fraternidade entre as suas tropas, à cessação imediata de qualquer acto que possa conduzi-los a novas hostilidades.

Por este acordo, a ÁFRICA demonstrou, uma vez mais, que, estando unida, poderá triunfar das forças do mal. As gerações futuras saberão prestar homenagem aos dignos filhos de ÁFRICA, HOLDEN ROBERTO e AGOSTINHO NETO, por este acto, tão corajoso que praticaram perante a ÁFRICA e o mundo.

E, como muito bem frisou o comissário de estado, encarregado dos Negócios Estrangeiros, e presidente da comissão de reconciliação da OUA, cidadão NGUZA KARI-I--BOND, este acordo constitui a mais bela prenda que ÁFRICA poderia oferecer aos chefes de estado na próxima reunião de alto nível em ADDIS-ABEBA que, felizmente, coincidirá com o décimo aniversário da OUA.

A hora é, pois, de optimismo e espírito de amizade que acaba de selar este acordo e deverá ser a palavra de ordem para o combate que opõe ANGOLA, e através dela toda a ÁFRICA do colonialismo retardatório de PORTUGAL.

A designação de KINSHASA como sede do Conselho Supremo da Libertação de Angola foi calorosamente aplaudida em todos os meios diplomáticos que viram nesta iniciativa uma séria garantia para a luta do combatente angolano.

TERMOS DO ACORDO FNLA – MPLA

Preâmbulo.

Considerando:

a) A unidade do nosso povo e os objectivos comuns seguidos pelas nossas organizações.

b) A necessidade vital de organizar a luta revolucionária armada mais eficiente com vista a esperar alcançar os nossos objectivos.

c) A fase actual da resistência em massa do nosso povo ao aparelho colonial de opressão.

Decididos a tornar eficiente a declaração de BRAZZAVILLE de 8 de Junho de 1972 e a decisão AHG/80/XI da 9ª sessão ordinária da conferência dos chefes de estado e do

.../

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

77

Exemplar

P.e —	**RELATÓRIO IMEDIATO**	N.o 2519/72-DInf-2a
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança: RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.a

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO
É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

Mod. 103-A

governo da OUA que se realizou em RABAT em Junho de 1972.
Nós, os dirigentes do MPLA e da FNLA acordamos no seguinte:

1.- Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA)

1.- É criado um órgão denominado Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA) cujo mandato é o de coordenar ao mais alto nível as políticas de comando militar unificado e do Conselho Político Angolano.

2.- O Conselho Supremo de Libertação compreende:

1 - Um presidente - FNLA
2 - Um vice-presidente - MPLA
3 - Todos os membros do comando militar unificado
4 - Todos os membros do C.P.A.

3.- O Conselho Supremo reune-se pelo menos duas vezes ao ano.

4.- O Conselho Supremo terá, além do mais, o encargo de dar directrizes gerais sobre problemas tocantes a relações externas.

5.- As decisões do Conselho Supremo são tomadas por maioria simples e o presidente do Conselho Supremo não terá voz preponderante a não ser que seja objecto especificamente dum acordo do presidente do comando militar unificado e do presidente do C.P.A..

6.- Antes de ser tomada qualquer decisão, o presidente do conselho terá de estar certo de que ambos os movimentos estão igualmente representados.
Em caso de ausência de alguns membros dum movimento, o líder deste designará outros membros para os substituir.

7.- O vice-presidente do Conselho Supremo acumulará as suas funções com as de secretário do conselho.

8.- O Conselho Supremo pode rever as decisões tanto do comando militar unificado como do Conselho político de ANGOLA, em maioria de dois terços.

b.- Comando militar unificado

1.- É criado o comando militar unificado (CMU) cujos domínios de acção são

.../

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

78

Exemplar

P.e —	RELATÓRIO IMEDIATO	N.o 2519/72-DInf-2ª
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.a

Mod. 193-A OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO
É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.

nomeadamente:

1.- Recrutamento e formação
2.- Logística e abastecimento
3.- Operações
4.- Esclarecimentos militares e informações.

2.- O comando militar unificado é composto de:

1.- Um presidente - MPLA
2.- Um vice-presidente - FNLA
3.- Seis oficiais escolhidos pelo MPLA
4.- Seis oficiais da escolha da FNLA

3.- O C.M.U.

a)- Será responsável da planificação e da conduta da guerra de libertação em todos os aspectos militares.

b)- Tomará as suas decisões por maioria simples.

O C.M.U. organizará, logo que possível, um programa de familiarização de recrutamento, desenvolvimento, formação, apreciação dos meios de guerra e de operações combinadas.

c)- Conselho Político Angolano (CPA)

1.- É criado um Conselho Político Angolano

2.- O C.P.A. é responsável nomeadamente:
- da propaganda, mobilização e actividades diplomáticas
- bem-estar da população civil
- administração e consolidação das zonas libertadas

3.- O C.P.A. é dirigido por:
- um presidente - FNLA
- um vice-presidente - MPLA
- 6 membros designados pela FNLA
- 6 membros da escolha do MPLA.

.../

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO
É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.
Mod. 103-A

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

79

Exemplar

P.e —	RELATÓRIO IMEDIATO	N.º 2519/72-DInf-2ª
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.ª

- as decisões do C.P.A. são tomadas por maioria simples
- O C.P.A. é encarregado, além disso, da elaboração dum programa de integração política.

D.- A sede do C.S., do C.P.A. e do C.M.U. situa-se na República do ZAIRE.

E.- O MPLA e a FNLA chegaram a acordo sobre o estabelecimento duma atmosfera de paz e de fraternidade entre as duas respectivas forças.

O cessar imediato de qualquer acto de hostilidade e de qualquer ataque pela rádio, imprensa, televisão e outros meios de informação.
De futuro, e com vista a realizar-se progressivamente a sua unidade, os seus comunicados à imprensa e quaisquer outros documentos e actividades de propaganda, indicarão os organismos ora criados a saber CSLA, CMU e CPA, com a finalidade de os dar a conhecer aos povos de ANGOLA.
Aplicação do presente acordo.

F.- Comissão de arbitragem

1.- É criada, sob os auspícios da OUA, uma comissão de arbitragem composta por representantes do CONGO, TANZANIA, ZAIRE e ZAMBIA.

2.- A comissão velará pelo respeito aos compromissos tomados e arbitrará os diferendos eventuais que possam surgir entre os dois organismos.

Este acordo foi assinado em KINSHASA no dia 13 de Dezembro de 1972.

Assinado:
MPLA: - AGOSTINHO NETO
FNLA: - HOLDEN ROBERTO

Na presença de:

Sr. LOPES, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular do CONGO, Sr. MALECELA, ministro dos Negócios Estrangeiros da República da TANZANIA, Sr. MUDENDA, ministro dos Negócios Estrangeiros da ZAMBIA, NGUZA-KAI-I-OOWO, comissário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação internacional da República do ZAIRE e KAMANDA WA KAMANDA, secretário geral adjunto da Organização

.../

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

80

Exemplar

P.e —	RELATÓRIO IMEDIATO	N.o 2519/72-DInf-2ª
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.a

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO
É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A PESSOAS NÃO AUTORIZADAS.
Mod. 103-A

da Unidade Africana."

6. Exemplar de 17/18DEZ72

"RECTROSPECTIVA:
ACORDA, ANGOLA!

Seguindo as pisadas dos movimentos de descolonização que abalaram integralmente toda a AFRICA nos anos 1960, o de ANGOLA, não obstante os seus meios módicos, sublevou-se em 1961 contra as injustiças sociais e pretensões da corja SALAZAR de poder perpetuar um regime em declínio. Era um direito legítimo do povo irmão angolano, muito mais ainda que uma obrigação moral e histórica! Mas não bastava uma sublevação, era preciso que tal sublevação desse resultados.

Muitos angolanos pagaram com a sua própria vida para que um dia esta terra ancestral torne a pertencer aos seus filhos. Por uma questão de justiça era necessário que essa luta fosse ganha, cedo ou tarde.

Onze anos de luta armada contra a opressão colonial portuguesa, onze anos de duros sacrifícios, para que triunfe a justa causa nacional pela qual um bom número de filhos deste país tiver de pagar com a sua vida. Em suma, onze anos de luta de libertação, sem nada resultar dessa luta.

Alguns êxitos obtidos não nos poderão rejubilar: enquanto o imperioso objectivo da libertação total de ANGOLA não for alcançado. Os irmãos angolanos devem lamentar o facto de terem perdido o seu tempo a dividirem-se em vez de se unirem contra o inimigo comum, o colonialismo português.

Os resultados amargos estão patentes porque falam e exprobram aos dirigentes africanos a sua indolência pelo facto de nada terem feito de consistente para aproximar os irmãos angolanos extraviados. Enfim, como o passado só serve para reprovar, a hora presente não é para recriminações da intolerável colonização.

De futuro teremos que contar com uma única frente, sólida e empenhada na luta de libertação de ANGOLA. A vontade e a determinação de para sempre se acabar com um regime fascista e retrógrado não podem persistir sem fazerem tremer o inimigo. Mas já era tempo dos irmãos angolanos se entenderem. Depois de tudo isto, não se unirem

.../

DIRECÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

DELEGAÇÃO EM ANGOLA
LUANDA

81

Exemplar

P.e —	RELATÓRIO IMEDIATO	N.o 2519/72-DInf-2ª
Data da recepção da notícia	Classificação de Segurança: RESERVADO	Data
Entidade informadora	País, zona ou região:	Classificação
Origem	Assunto:	Ref.a

OS DETENTORES DESTE DOCUMENTO SÃO AVISADOS DE QUE ELE CONTÉM MATÉRIA QUE INTERESSA À SEGURANÇA DA NAÇÃO
É PROIBIDA A SUA TRANSMISSÃO OU REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO DE QUALQUER FORMA A SOAS NÃO AUTORIZADAS.

tornar-se-ia, para eles, como muito bem afirmou o comandante supremo da revolução guinense, cometimento dum acto de cumplicidade para com aqueles que os dominam, um acto de cumplicidade para com o imperialismo português, coisa que os nossos povos e a história nunca lhes perdoariam.

Acordai, irmãos angolanos, libertai o vosso país do jugo colonialista. A vossa tarefa é decerto dura, mas o empreendimento é grandioso. Assumi, mais que nunca comprometidos, as vossas responsabilidades históricas, não dois nenhum prazo ao inimigo. A prova de endurecimento, de abnegação, de perseverança e de nobreza pela causa, que demonstrastes durante onze anos, fazem-nos crer na vossa vitória final. Ela será vossa e pensamos bem que já não tardará a chegar. São os vossos próprios esforços, as vossas próprias forças, em primeiro lugar, a vossa vontade e a luta de libertação que apressarão a vossa emancipação política desejada e aspirada por toda a ÁFRICA. Agora, que vos tornastes a ver, decidi-vos a andar, a descarregar o golpe mortal sobre o colonialismo português cambaleante. Que Deus vos assista até ao fim. Mas torna-se necessário que conteis primeiramente com as vossas próprias forças."

DISTRIBUIÇÃO:

- DGERAL	-DGS-CALAI	-DGS-PORTUGÁLIA
- DGS-CABINDA	- " -CALUNDA	- " -QUIBALA
- " -CARMONA	- " -CAMAXILO	- " -QUIBAXE
- " -HCARVALHO	- " -CANGAMBA	- " -SCLARA
- " -LOBITO	- " -CATETE	- " -SCRUZ
- " -LUSO	- " -CAXITO	- " -SAZAIRE
- " -MALANJE	- " -CAZOMBO	- " -TSOUSA
- " -MOÇAMEDES	- " -CUANGAR	- " -CAIUNDO
- " -NLISBOA	- " -CUBAL	- " -CAMISSOMBO
- " -NREDONDO	- " -CUEMBA	- " -CHIMBILA
- " -PEÇA	- " -CCUANAVALE	- " -CUCHI
- " -SBANDEIRA	- " -GABELA	- " -DIRICO
- " -SALAZAR	- " -GCOUTINHO	- " -GAFARIA
- " -SPINTO	- " -IEMA	- " -MESPERANÇA
- " -SPORTO	- " -JIMBE	-DInf-1ª
- " -SSALVADOR	- " -LUMBALA	-A R Q U I V O
- " -AMBRIZETE	- " -LUVO	
- " -ANDULO	- " -MAQUELA	
- " -APAIVA	- " -MASSABI	
- " -BSOSSO	- " -MASSAU	
- " -MAVINGA	- " -MUCUSSO	

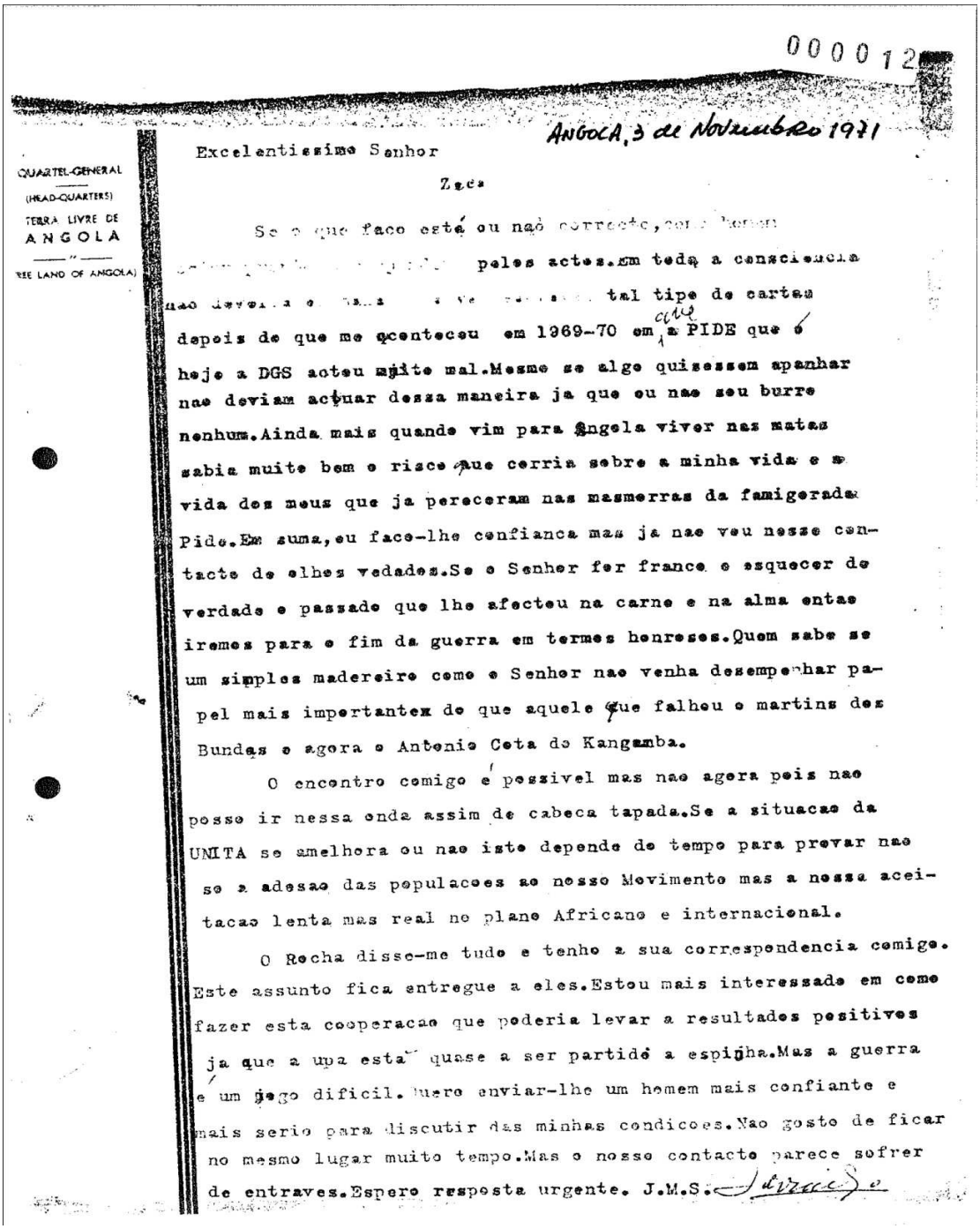
O DIRECTOR,

SL/AP.

Mod. 193-A

Anexo XXIII

CARTA DE JONAS SAVIMBI AO MADEREIRO ZECA



000012

QUARTEL-GENERAL
(HEAD-QUARTERS)
TERRA LIVRE DE
ANGOLA
(FREE LAND OF ANGOLA)

ANGOLA, 3 de Novembro 1971

Excelentissimo Senhor

Zeca

Se o que faco está ou nao correcto, [illegible] pelos actos. em toda a consciencia [illegible] tal tipo de cartas depois de que me ocorreu em 1969-70 em [illegible] a PIDE que hoje a DGS actua muito mal. Mesmo se algo quisessem apanhar nao deviam actuar dessa maneira ja que eu nao sou burro nenhum. Ainda mais quando vim para Angola viver nas matas sabia muito bem o risco que corria sobre a minha vida e a vida dos meus que ja pereceram nas masmorras da famigerada Pide. Em suma, eu faco-lhe confianca mas ja nao vou nesse contacto de olhos vedados. Se o Senhor for franco e esquecer de verdade o passado que lhe afectou na carne e na alma entao iremos para o fim da guerra em termos honrosos. Quem sabe se um simples madereiro como o Senhor nao venha desempenhar papel mais importante de que aquele que falhou o martins dos Bundas e agora o Antonio Cota do Kangamba.

O encontro comigo é possivel mas nao agora pois nao posso ir nessa onda assim de cabeca tapada. Se a situacao da UNITA se melhora ou nao isto depende do tempo para provar nao so a adesao das populacoes ao nosso Movimento mas a nossa aceitacao lenta mas real no plano Africano e internacional.

O Rocha disse-me tudo e tenho a sua correspondencia comigo. Este assunto fica entregue a eles. Estou mais interessado em como fazer esta cooperacao que poderia levar a resultados positivos ja que a upa esta quase a ser partido a espinha. Mas a guerra e um jogo dificil. Quero enviar-lhe um homem mais confiante e mais serio para discutir das minhas condicoes. Nao gosto de ficar no mesmo lugar muito tempo. Mas o nosso contacto parece sofrer de entraves. Espero resposta urgente. J.M.S. Jonas Savimbi

Anexo XXIV

CARTA DE JONAS SAVIMBI AO GENERAL ARMÉNIO OLIVEIRA

Armenio Nuno Mamôres de Oliveira
Chefe do Estado Maior

7 Maio

Estou de posse de V. carta que não só agradeço mas também aprecio na verdadeira dimensão da palavra. A carta é datada de 3/

Passamos directamente ao contexto importante da carta sup.-citada para evitarmos delongas já que a vida militar e a sua função seja [redacted] a execução como disse, pela rádio, o actual Comandante da Região Militar de Angola. Então passemos à e acção:

1) Gostaria de patentear o meu mais profundo desagrado pelo incidente ocorrido no dia 4/5//2 em Kangonga. Sejam quais forem as minhas palavras, estou quase certo que o govêrno da Provincia duvidará da minha sinceridade. Em termos mais curtos mas concisos, afirmo como homem que não tive nenhuma parte nesse acidente. Há de facto permissas que abonam a minha verdade. Não, e, nesta altura que a UNITA iria atacar um carro de madeireiros com consentimento superior com apenas três armas. Explicando-me, afirmo que tudo foi a acção de um desvairado que não se submeteu à ordem superior. Todas as informações de que disponho neste momento, alem de serem fragmentarias são totalmente incompletas. Mas para a [redacted] honra a que o governo Provincial lhe crédito, ja mandei prender o responsavel da patrulha do meu distrito naquela area. É de facto um homem que dentro da luta andava à deriva. É o Satana que há bastante tempo dirigia a area de Chilongoi e que pelo excesso de bebedeiras foi transferido para a minha area. Creio, que o Comando do Sector do Moxico e mais ainda a pessoa de S. Exa o General Comandante do Sector do Leste poderão ver claramente que não foi nenhuma cilada mas falta de apreciação dos que operam em diversos sectores da UNITA sem a possibilidade de compreenderem o momento que se vive em Angola neste momento. Se começo por escrever sobre este assunto é porque o acho pôr a minha honestidade em causa. Se eu quizesse por uma razão ou outra atacar as V/F, eu o não faria de ânimo leve e basta para se justificar esta premissa para uma conclusão lógica que a UNITA hoje tem mais armas do que ontem.
Só queria pedir duas coisas ao comando do Sector do Leste:

a) Quando acontecem tais acidentes, homens mais responsáveis devem pensar, pela maturidade que as responsabilidades que assumiram, qual seria o caminho e os protagonistas do mesmo teriam tomado. E não pensar de antemão que sou eu que ando a manobrar no escuro. Estou mais consciente do que os que se encontram no exterior, qual é o risco do nosso jogo já que conheço melhor o que se passa na Africa para não falar dos Movimentos de Libertação no exilio que não são mais do que a sombra daqueles que no poder procuram a sua utilização. Eu também creio que fui vitima dessa filosofia que hoje me revolta.

b) Que o Comando não tome medidas de repressão assim imediatas

porque pela minha honra estarei sempre pronto a discutir as condições dos acidentes mesmo que tenha de arriscar a minha pele.

b)Peço que o Comando do Sector do Luso me informe o que souber da ocorrência.O Senhor Vilaça também agiu de uma maneira pouco civilizada.Ele dirigiu uma carta anónima para nós com 100$00 cujos termos não só eram do tempo do "kaparandanda",mas não favoreciam o caso que defendia. Não se quer que todo o Mundo seja governado por filósofos como nem todos os filósofos deveriam ser governantes,.Mas numa época como a que vivemos há um mínimo censo para que não se trate com quem não compreende.Mandei preguntar a opinião dos madereiros de Kangumbe que acho serem nossos amigos,para emitirem uma opinião sobre o dito Senhor.Antes que eu tenha recebido uma opinião,por mais neutra que ela fosse,ele(Vilaça) já empreendeu a colocação de pontes sem saber o que se passa com os homens da "mata". Como resultado,ele expôs-se à riscos desnecessários.Mas os que atacaram o carro do Senhor Vilaça sem consentimento superior,pagaram bem caro a aventura:houve um sargento da UNITA morto por uma granada lançada do carro. Ainda espero consultar os meus amigos de Kangumbe sobre este assunto para vermos em comum a melhor maneira de se resolver tal diferendo.Só para ilustração tenho a assinalar que há no Munhango um Senhor que anda a enviar para a "mata" cartas de insultos,enquanto ele continua a cortar a madeira lá para os lados de VINJIKILA.Um outro Senhor de nome FERNANDO tem sido muito amável embora eu me tenha sempre inibido de entrar em contacto directo com ele.

2)Para o resto que consta da carta de V.Exa,deve ser motivo para mais um encontro porque por carta há sempre o risco de indiscrições. Só lamento que o Clemente não possa seguir agora por que ele se encontrava efectivamente em perigo de vida.Gravemente doente.E os medicamentos fazem falta nesta altura no nosso Hospital Central.Mas poderia enviar outros para que se avance no sentido encetado.Basta que os amigos de Kangumbe me informem a conveniência da mudança de agentes de contacto para que eu possa agir imediatamente.

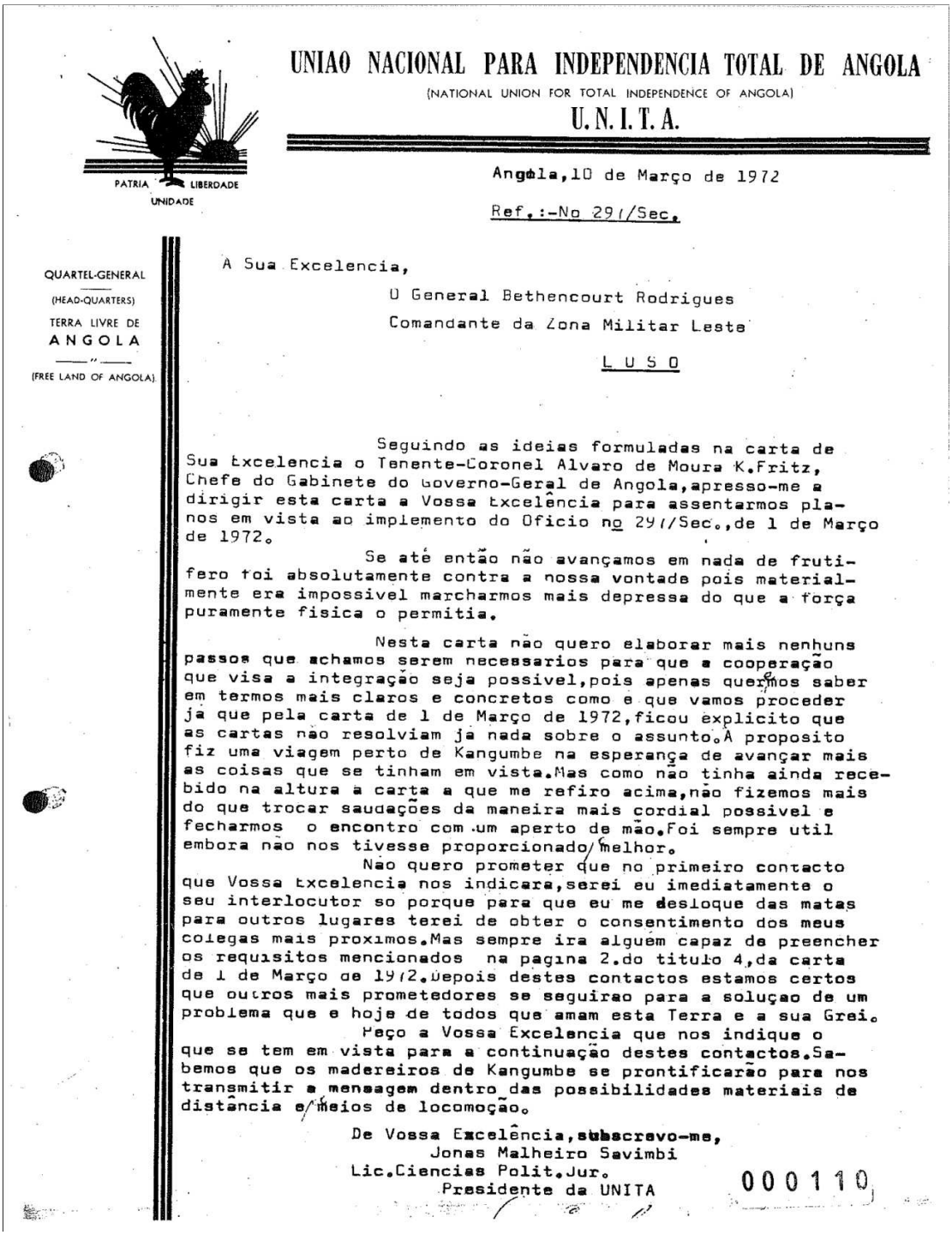
3) A informação N/of Nº 491/2 - 455C Pº 215.07 de 28MAR 72 está tomada em consideração e todas as medidas foram tomadas para que não haja mais surpresas.No entanto,mandei proceder a modificação do Comando naquele Sector para que só tenhamos pessoas fiéis ao pensamento que nos anima.É no domingo dia 14/5/72 que terei uma reunião,mais avançada,sobre o que se passa com todos os Comandantes Militares de Sectores.

a) As informações 771/IN-69/C e 767/IN-687C estão em averiguação e seguirá rapidamente as informações que a elas tenham referencia.

Para terminar agradeço as palavras amáveis à minha pessoa e gostaria que um desses dias eu podesse encontrar alguém para mais uma conversa.Desculpem-me a falta de papel.Atenciosamente. J.Savimbi

Anexo XXV

CARTA DE JONAS SAVIMBI AO GENERAL BETTENCOURT



UNIAO NACIONAL PARA INDEPENDENCIA TOTAL DE ANGOLA
(NATIONAL UNION FOR TOTAL INDEPENDENCE OF ANGOLA)
U. N. I. T. A.

PATRIA LIBERDADE UNIDADE

QUARTEL-GENERAL
(HEAD-QUARTERS)
TERRA LIVRE DE
ANGOLA
(FREE LAND OF ANGOLA)

Angola, 10 de Março de 1972

Ref.:-No 291/Sec.

A Sua Excelencia,
O General Bethencourt Rodrigues
Comandante da Zona Militar Leste
LUSO

Seguindo as ideias formuladas na carta de Sua Excelencia o Tenente-Coronel Alvaro de Moura K.Fritz, Chefe do Gabinete do Governo-Geral de Angola, apresso-me a dirigir esta carta a Vossa Excelência para assentarmos planos em vista ao implemento do Oficio no 291/Sec., de 1 de Março de 1972.

Se até então não avançamos em nada de frutifero foi absolutamente contra a nossa vontade pois materialmente era impossivel marcharmos mais depressa do que a força puramente fisica o permitia.

Nesta carta não quero elaborar mais nenhuns passos que achamos serem necessarios para que a cooperação que visa a integração seja possivel, pois apenas queremos saber em termos mais claros e concretos como e que vamos proceder já que pela carta de 1 de Março de 1972, ficou explicito que as cartas não resolviam já nada sobre o assunto. A proposito fiz uma viagem perto de Kangumbe na esperança de avançar mais as coisas que se tinham em vista. Mas como não tinha ainda recebido na altura a carta a que me refiro acima, não fizemos mais do que trocar saudações da maneira mais cordial possivel e fecharmos o encontro com um aperto de mão. Foi sempre util embora não nos tivesse proporcionado melhor.

Não quero prometer que no primeiro contacto que Vossa Excelencia nos indicara, serei eu imediatamente o seu interlocutor so porque para que eu me desloque das matas para outros lugares terei de obter o consentimento dos meus colegas mais proximos. Mas sempre ira alguém capaz de preencher os requisitos mencionados na pagina 2. do titulo 4, da carta de 1 de Março de 1972. Depois destes contactos estamos certos que outros mais prometedores se seguirao para a soluçao de um problema que e hoje de todos que amam esta Terra e a sua Grei.

Peço a Vossa Excelencia que nos indique o que se tem em vista para a continuação destes contactos. Sabemos que os madereiros de Kangumbe se prontificarão para nos transmitir a mensagem dentro das possibilidades materiais de distância e meios de locomoção.

De Vossa Excelência, subscrevo-me,
Jonas Malheiro Savimbi
Lic. Ciencias Polit. Jur.
Presidente da UNITA

000110

Anexo XXVI

CARTA DAS AURORIDADES PORTUGUESAS À JONAS SAVIMBI

MUITO SECRETO

23 JAN 72

Dr. Jonas Malheiro Savimbi

1. Começando esta carta pela sua primeira preocupação, o senhor está em contacto, mercê da dedicada e patriótica acção dos madeireiros Senhores José e Duarte, com o Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Leste que preside a um Grupo de Trabalho constituido para o efeito.

Compõem esse Grupo de Trabalho Oficiais do Comando da Zona Militar Leste e o Chefe da Delegação da Direcção Geral de Segurança no LUSO. Os componentes do Grupo de Trabalho são Oficiais Superiores do Exército e um Inspector largamente experiente dos problemas ligados ao Ultramar e à guerra subversiva. Todos eles acreditam firme e sinceramente na possibilidade de constituição de uma sociedade Portuguesa onde todas as pessoas, sem distinção, possam usufruir uma vida humana; acreditam, também, que o valor das pessoas, adquirido através da educação e do trabalho, é o único factor que as pode diferenciar em relação às possibilidades de acesso. E, graças a Deus, temos exemplo disso em muitos e muitos pontos de nosso Portugal. Esta é a apresentação dos seus interlecutores, que dadui para deante tomam conta das conversações.

2. Vamos começar a trabalhar com a pessoa que credenciou. E com ela se vai estudar um Plano Geral em que sejam definidos objectivos, fases de actuação e meios. Com base nele estudaremos programas específicos que nos façam andar nas "pequenas coisas" para chegar às grandes. As Autoridades Militares consideram que se devem fixar desde logo algumas ideias base, para haver um "Norte" nos nossos trabalhos.

Parte-se sempre do princípio que a UNITA é o inimigo a abater

3. Em relação à UNITA, consideramos que mais de três anos de refúgio no Alto LUNGUÉ-BUNGO e na área de MUNHANGO deixam sempre marcas profundas. As lutas com as NT, que procuraram não exercer uma pressão demasiada sobre um movimento que se sentia também preocupado com o bem estar e progresso das gentes de ANGOLA, punham-lhe sempre uma nota de insegurança; as lutas com o MPLA e a UPA deixavam as suas feridas. É a aparente sensação de melhoria do seu potencial de combate em relação a estes dois movimentos resulta concerteza do terrível desgaste que aqueles têm sofrido por virtude da acção das NT. Além disto, por duas vezes, na área de alto curso do Rio LUANGUINGA, foram lançadas operações sobre forças do MPLA que tinha a missão de avançar para o coração da UNITA. Isto não deslustra o esforço que as vossas forças corajosamente fizeram para manter a vossa área mas, a realidade é que nunca o MPLA pôde lançar livremente as forças que desejaria contra vós.

000066

MUITO SECRETO

Sabemos, entretanto, que tendes graves deficiências em muitos aspectos, especialmente no que se refere à população, que se tem mostrado saturada pelas privações, sofrimento e insegurança.

4. Sobre a UPA e o MPLA, eles foram bem caracterizados na sua carta. Não há muito a acrescentar, a não ser pormenores que não interessam para aqui. Só lhe repetimos que tanto a UPA como o MPLA têm sofrido graves reveses nos últimos dez meses como deve ser, aliás, do seu conhecimento.

Desses reveses tem a UNITA beneficiado.

5. De lado das Autoridades Militares estão criadas as condições para se conduzir por forma coordenada a guerra e as tarefas de Informação, Segurança e Contra Subversão. Dentro desta palavra, que encerra um conceito restrito de " Contra-subversão", cabe a segurança e controle das populações, a sua promoção socio-económica, a defesa contra acções inconvenientes e ilegais, e outras.

Portanto, estamos em condições de exercer uma acção concertada militar-civil ou, como quiser, de guerra e de paz. Ora, é esta última a nossa finalidade principal.

Que meios têm as Autoridades Militares ? Todos, tanto as Forças Militares e Militarizadas, como muitos outros meios materiais e financeiros, que o Governo põe à sua disposição.

6. É nesta situação geral que vão decorrer os nossos trabalhos. E compreende, por certo (atento o seu espírito pragmático e caldeado por estes anos de luta) que nós só tratamos consigo como português. Português até aqui conduzindo uma luta subversiva, mas português, como portuguesa é a sua gente. Nem vós podeis ser considerados estrangeiros nesta terra que é Portugal, nem nós podemos ser considerados estrangeiros nesta terra portuguesa de ANGOLA que deve bastante aos seus naturais, mas deve muito mais aos que de outras terras portuguesas têm vindo para cá trabalhar. Ninguém o compreenderia de outra maneira: os médicos e enfermeiros que assistem com tanto carinho as populações; os inúmeros soldados que auxiliam a construir escolas e igrejas, estradas e pontes e hortas; os professores e professoras que ensinam nas universidades, liceus e escolas e que fecharíam sem eles; e sobretudo os feridos, os mutilados e as famílias dos mortos que nunca soltaram uma palavra de amargura, de revolta, de frustração contra a utilidade e legalidade do seu sacrifício - se não acredita, visite os nossos hospitais.

O outro ponto base é o de que consideramos a população como finalidade primária das nossas atenções e trabalhos. A guerrilha não se combate com guerrilha, como diz. A subversão, e nela incluida a guerrilha, combate-se com a população, devidamente educada, consciencializada e protegida (no sentido lato). E sabe muito bem isto porque a sua principal força nunca esteve nos seus guerrilheiros, qualquer que seja o seu valor combatente, mas na sua população. Em relação a ela (à sua população) podemos dar-lhe imediatamente segurança, base essencial para o trabalho e progresso. A não ser aquela população que está na "linha de contacto" com o MPLA e a UPA, que ainda poderá vir a sofrer algumas sevícias de inimigo, toda a restante pode entrar numa situação de total segurança. A realização desta aspiração humana deve também ser aceite por si com o maior alívio e alegria. Concordamos, também, em que a população se mantenha nos seus locais tradicionais, só que se torne acessível aos elementos que lhe levarão assistência sanitária, escolar e técnica.

O terceiro ponto, e muito importante, mas que julgamos implicitamente aceite em face da sua presente boa vontade, é o da unidade da Autoridade em ANGOLA. Dentro da unidade política Portuguesa, ANGOLA é uma unidade político-administrativa. Todos os nossos trabalhos, em proveito das gentes de LUNGUÉ-BUNGO partirão deste princípio.

7. É evidente que se tem de concertar uma forma de actuação para expulsar o MPLA do Leste, pela conjugação dos nossos esforços em todos os campos. O seu aniquilamento, como força combatente e como movimento de subversão, poderá ser acelerado se contarmos com a integração da sua experiência; por isso, aquela conjugação de esforços terá de ser obtida, por mais difícil que à prieri se apresente. Havemos de arranjar uma solução. A derrota militar do MPLA favoreceria imenso a situação, mas insiste-se que uma tomada de posição firme pela população é o único aspecto com valor no interior e no exterior.

8. Agradou a franqueza da sua carta e com igual franqueza lhe respondemos. Estamos com toda a boa vontade e abertura. Vamos começar o trabalho.

As Autoridades Militares gostariam, entretanto, que transmitisse, com a possível brevidade, ordens às suas forças para:

a. Não atacarem objectivos nacionais ou tropas nacionais (regulares e irregulares);

.../.../...

b. Que o grupo que actua no Distrito de BIÉ retire dali;

c. Que sejam deslocados estes guerrilheiros, com os da " Zona Avançada" para outras Zonas face ao MPLA nomeadamente " Zona de Foge" e à UPA;

d. Que vigiem o Caminho de Ferro de Benguela, na sua área, para evitar que sabotadores da UPA e do MPLA exerçam acções sobre ele;

e. Que sejam fornecidos guias para actuação nas áreas comuns ao MPLA e UPA por forma a evitar que se ataquem os vossos acampamentos e populações.

As Autoridades Militares desejam ter conhecimento, tão concreto quanto possível, das suas aspirações pessoais e em relação aos seus guerrilheiros e populações.

Também informam que vão dar ordens às suas tropas para não atacarem os elementos da UNITA bem assim como os seus acampamentos devidamente reconhecidos, com excepção de grupos que por indisciplina, actuem fora da área a definir salvo em acção contra o MPLA e UPA.

Estas são, da nossa parte e por agora, as pequenas experiências a que se refere.

Em reciprocidade, desejaríamos saber quais as pequenas experiências que gostaria de iniciar, para ganharmos a confiança necessária e indispensável para prosseguirmos com segurança.

Deus nos ajude a todos a entender-nos-nos, como homens de boa vontade, para bem das gentes de ANGOLA.

Comando da Zona Militar Leste em LUSO, 23 de Janeiro de 1972

ARMÉNIO NUNO RAMIRES DE OLIVEIRA
TEN. COR. DO CEM

Anexo XXVII

ACTAS SOBRE A ALIANÇA ENTRE AS FORÇAS PORTUGUESAS E A UNITA

Exemplar Nº 9

MUITO [illegible]

FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

ZONA MILITAR LESTE

ACTA DA REUNIÃO DO GTM DE Ø8MAR72

1. Em Ø8MAR72 reuniu-se o "GTM" com a seguinte constituição:

   - Presidente
   - Vogais - Chefe de 3ª Sec ZML
     - Chefe de 2ª Sec ZML
     - Chefe de 5ª Sec ZML

   Secretário: Adj 2ª Sec Cap Infª
   - Ausente por doença o Insp DGS LUSO

   Motivo da Reunião: Exposição, pelo Madeireiro Duarte da forma como decorreu o "contacto" na mata para entrega das cartas que lhe foram enviadas, conforme acta de Ø2MAR72, e de um encontro que teve, também na mata, com o SAVIMBI, em 6MAR72.

2. Aberta a sessão, o Madeireiro Duarte passou a descrever como decorreram aqueles contactos, referindo:

   a. para entrega das referidas cartas (em Ø4FEV72):

      - uma vez na posse das cartas dirigiram-se (O madeireiro Duarte e o seu cunhado "Zeca") para local habitual dos contactos; ali chegados mandaram o seu capataz procurar o SABINO que habitualmente costuma permanecer naquela região tendo, passado pouco tempo, surgido os dois, dirigindo-se-lhes;

      - só compareceu o SABINO o qual, como das outras vezes, vinha desarmado; no entanto aperceberam-se, também como das outras vezes, que aquele havia deixado ficar a arma escondida um pouco atrás pois quando iniciaram o regresso, viram-no já armado.

MUITO SECRETO 000100..

- entregaram-lhe as cartas pedindo-lhe que fosse pessoalmente entregá-las ao SAVIMBI.

- o SABINO referiu que o SAVIMBI se encontrava longe e pediu-lhes, para melhor cumprimento daquele pedido, uma "bomba" para encher um peneu de uma roda de bicicleta que disse possuir. Arranjaram-lhe uma adaptação com a "bomba de ar" de camioneta entregando-a àquele, para o efeito, posto o que cada um seguiu ao seu destino.

O SABINO não fez qualquer comentário, nem mostrou desejo ou interesse de saber de quem eram as cartas; também não se aperceberam de que tivesse tido qualquer outra reacção, limitando-se apenas em receber as cartas e concordar com a sua entrega, pessoalmente, ao SAVIMBI. Antes de partir, pediu-lhes ainda que lhe mandassem duma litro de óleo "MANÁ" e dois pares de cuecas.

b. encontro com o SAVIMBI (Ø6MAR72)

- no domingo, Ø5MAR72, o seu cunhado "ZECA" informou-o de que um elemento nativo (não identificado) o havia contactado dizendo-lhe para que no dia seguinte, 2ª feira (Ø6MAR72) fossem ao local dos cortes, não adiantando porém outros pormenores; ficaram um pouco embaraçados pois o capataz encontrava-se, como eles, em CANGUNBE pelo que não sabiam ao certo qual o local para onde se haviam de dirigir; decidiram porém satisfazer o pedido, optando por seguir o itinerário que lhes pareceu ser o que com mais probalidades os conduziria ao local desejado, fazendo-se acompanhar do capataz;

- andados alguns quilómetros encontraram escrito no chão: "SIGAM COM O CARRO"; assim fizeram, tendo-lhe surgido, passado cerca de 1 Km, o SABINO, desta vez armado com uma Esp Steyr.

- desceram da camioneta e após os cumprimentos habituais referiram ao SABINO a sua admiração por o encontrarem ali pois julgavam-no no Acampamento do SAVIMBI para lhe entregar as cartas que lhe tinham dado.
Aquele respondeu que tinha mandado as cartas por outro elemento mas que se havia desencontrado com o SAVIMBI, pois

este encontrava-se ali perto e desejava falar-les, motivo porque os mandou chamar.

- deixaram ficar a camioneta naquele local e seguiram depois a pé um pouco mais para afrente, acompanhados pelo SABINO, até que encontraram um outro elemento também armado com 1 Esp Aut (cuja identidade desconhecem) de estatura baixa, "entroncado" e de "barbas" a quem o SABINO fez continencia.

- este elemento cumprimentou-os e pediu-lhes que lhe entregassem, por uma questão de princípio e segurança, segundo referiu, todos os objectos que por ventura trouxessem; assim se fez, com excepção de dinheiro que aquele disse não ser necessário entregar.

- prosseguiram, mais para diante, acompanhados também por este elemento de "barbas", passaram por mais outro elemento armado que lhes pareceu ser sentinela, até que atingiram uma clareira na mata, onde logo avistaram o CLEMENTE, desarmado.

- este dirigiu-se-lhes e enquanto se cumprimentavam e perguntavam pelo seu estado de saúde (que lhes pareceu já boa) o tal elemento de barbas afastou-se, regressando passado cerca de 5 minutos acompanhado do SAVIMBI.

- este que aparenta cerca de 35 a 40 anos de idade, boa compleXão física e estatura alta, trazia também a barba crescida, usava óculos, vestia calças de tecido tipo gabardine (de qualidade inferior) e blusão de cabedal e calçava botas de cano alto com atacadores, referiu-lhes que:

  . tinha pedido para que viessem, a fim de saber da resposta às cartas que havia enviado ao Governador Geral, General Cmdt CFAA e Director da DGS, no que ele pedia desculpa pela maçada que eles causava.

  . sabia que a resposta a essas cartas tinha sido entregue ao SABINO mas que nem por isso o encontro deixava de ter interesse pois era sempre bom as pessoas conhecerem-se.

  . chegou a fazer um mau juízo a respeito do Duarte pois o SABINO e o CLEMENTE - que se encontravam também presentes e para quem apontou- previam-lhe referido que nos "contactos" se tinha mostrado com "mão de ferro", mas essa má impressão

...///...

estava já desvanecida pois que compreendia perfeitamente a sua posição difícil.

- tinha achado a carta do GT muito fechada e não indicando quaisquer condições em que se deverá processar a integração, motivo porque não mandava os seus Delegados à reunião no LUSO ou em CANGUMBE, pois não quer tratar do assunto "às cegas"; precisa primeiro de ter elementos para saber o que poderá discutir nessa reunião; gostaria por isso, que por escrito lhe dissessem qualquer coisa sobre o assunto ou que aos "contactos" fosse um elemento qualificado, para o efeito, podendo, caso desejem, que o local para este contacto seja mais perto de CANGUMBE.

- não tinha ainda as cartas pois houve um desencontro entre si e o elemento que o SABINO havia nomeado para lhas levar; contava porém tê-las muito brevemente, elaborando resposta até ao final da semana corrente.

3. A perguntas do Presidente, o madeireiro DUARTE esclareceu ainda que:

   - o SAVIMBI lhe pareceu uma pessoa esperta, falava "por tiradas rápidas" intervaladas de ligeiras pausas para pensar e com alguns gestos; a sua conversação é correcta até mais perfeita do que por escrito;

   - o encontro durou cerca de 1 hora;

   - aperceberam-se que naquele local estava montado um razoável sistema de defesa, com elementos armados de Esp Aut espalhados em seu redor.

   - durante a conversa sentaram-se num pau que para o efeito havia sido colocado para servir de banco.

   - o SAVIMBI perguntou-lhes se sabiam quais as condições que as autoridades tinham em mente apresentar-lhe para a integração.

     Responderam-lhe que não sabiam dizer nada sobre o assunto por não terem elementos para o efeito mas que possivelmente as cartas entregues ao SABINO eram capazes de trazer qualquer resposta que o satisfizesse.

...///...

. aquele não lhes fez qualquer pergunta quanto à identidade dos elementos componentes do GT ou do Cmdt ZMLeste., nem sobre a inclusão do Insp DGS no "GT".

. não perguntaram como se chamava o elemento baixo e de barbas que lhes pediu a entrega dos objectos que traziam, nem sequer ouviram chamar pelo seu nome.

. ofereceram comida ao SAVIMBI, do farnel que levavam, mas este recusou alegando que já tinha comido momentos antes, dizendo porém ao SABINO, CLEMENTE e ao referido indivíduo baixo e de barbas que se quisessem que comessem, tendo estes também recusado, parecendo-lhes que com vergonha do SAVIMBI. Entregaram-lhes então umas latas de conservas que também levavam, tendo aqueles aceitado com bastante agrado, posto o que regressaram sòzinhos à camioneta depois de terem recebido todos os objectos que haviam entregue ao citado indivíduo de barbas".

4. No album de fotografias existente na 2ª Sec ZML que lhe foi mostrado para o efeito, identificaram o SAVIMBI , mas não conseguiu identificar o citado indivíduo baixo e de barbas.

5. Perguntado ainda ao Madeireiro DUARTE se tinha conhecimento do que se havia passado na mata com os trabalhadores do madeireiro JOAQUIM ALVES (que embora radicado em CANGUMBE não se associou ao DUARTE e ao ZECA para pagamento das despesas de auto-defesa e abertura de novas picadas) este referiu que:

. aquele tinha mandado sete ou oito trabalhadores, com um tractor e um atrelado, para a mata os quais, após terem dormido no acampamento dos seus trabalhadores, foram interceptados pelo SABINO quando no dia imediato se deslocavam para a respectiva zona de cortes.

. o SABINO após perguntar quem os tinha mandado, ordenou ao capataz daqueles e ao tractorista que fossem dizer ao ALVES que não podiam cortar madeira enquanto não pagassem qualquer coisa, não lhes fazendo qualquer mal.

. aqueles assim fizeram, tendo ficado na área os restantes trabalhadores, mas ao que supõem, não cativos mas sim a trabalharem, aguardando resposta do ALVES.

.../// ...

MUITO SECRETO

- quando estiveram com o SABINO (04MAR72) perguntaram-lhe porque tinha procedido daquela maneira e preveniram-no de que não fizessem qualquer mal àqueles trabalhadores ou às viaturas do ALVES.
  Aquele respondeu que não deixavam cortar madeira para aquele enquanto não pagasse qualquer coisa, limitando-se apenas a dar algumas bofetadas aos seus trabalhadores caso insistam em cortar madeira;

- quando regressaram a CANGUMBE após o contacto com o SABINO, (04MAR72) foram procurados pelo ALVES o qual lhes foi pedir opinião sobre o que havia de fazer, tendo-lhe respondido que o melhor seria contactar com as autoridades para o efeito, já por tal assunto os transcender, já porque aquele madeireiro é pessoa muito esquisita, tendo-se recusado sistemàticamente a cooperar no pagamento das despesas de auto-defesa e abertura de novas picadas e melhoramento das já existentes.

6. O Chefe da 2ª Sec ZML informou que o ALVES tinha vindo hoje ao Cmd da ZMLeste relatar o acontecimento conforme informação da 2ª Sec ZML que se junta em Anexo '

7. Pelo Presidente foi incumbido o madeireiro DUARTE de procurar saber ao certo onde se encontram os trabalhadores do ALVES e o atrelado que ficou na mata, pedindo depois ao agente da DGS que se encontra em CANGUMBE que transmita para o LUSO o resultado da averiguação e que dissesse ao ALVES para não mandar para a mata os seus trabalhadores enquanto não tiver assegurado protecção para os mesmos.

8. E não havendo nada mais a tratar deu o presidente por encerrada a sessão de que se lavrou a presente acta.

Quartel em ZML 8 de Março de 1972

O GTM

MUITO SECRETO

Exemplar Nº 2

MUITO SECRETO

FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

ZONA MILITAR LESTE

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ACTA DA REUNIÃO DO GTM DE 15MAR72

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1. Em 15MAR72 reuniu-se o "GTM" com a seguinte constituição:

   - Presidente CEM ZML Ten Cor CEM RAMIRES DE OLIVEIRA
   - Vogais: Chefe Deleg DGS LUSO Insp LINHARES
     Capitão Infª ALBUQUERQUE (na ausência do Chefe 2ª Sec ZML)
   - Secretário: Adj 2ª Sec ZML Cap Infª MANO SOARES
   - Ausentes por se encontrarem de licença:
     . Chefe da 3ª Sec ZML Ten Cor CEM OLIVEIRA CARVALHO
     . Chefe da 2ª Sec ZML Maj Artª PASSOS RAMOS
     . Chefe da 5ª Sec ZML Maj CEM ESPÍRITO SANTO

   Motivo da Reunião: Continuação da reunião de 14MAR72.

2. Aberta a Sessão o Presidente informou que o General Cmdt ZMLeste havia concordado com as propostas formuladas, conforme acta de 14MAR72, entregando o SALVO CONDUTO e o ofício para o Dr. SAVIMBI cujo decalque se junta em Anexo.

   a. Estes dois documentos foram entregues ao Insp DGS para envio ao SAVIMBI através dos Madeireiros.

3. Passando a analisar em pormenor as cartas do Dr. SAVIMBI e dos seus subordinados, tendo em vista o apuramento das possíveis preocupações e intenções do SAVIMBI e bem assim os assuntos que poderão ser levantados, para discussão, pela sua Delegação, foram extraidos os seguintes pontos principais:

   a. Da carta de 03NOV71

      (1) Repete muito a ideia de cilada.
      (2) Fim da guerra em termos honrosos.
      (3) Admite que o encontro directo com êle, SAVIMBI, é possível.
      (4) Tem a adesão das populações.
      (5) Está preocupado com a aceitação da UNITA no plano africano e internacional.

(6) Fala de uma cooperação que pode levar a resultados positivos.

(7) Está quase a ser "partida a espinha" à UPA.

(8) Quer discutir as suas condições.

b. Da carta de 19NOV71

(1) A situação da UNITA não é das melhores.
(2) Não é desespero que o leva à procura de soluções.
(3) Obtenção de condições para que esta terra se lance numa nova fase na luta pela prosperidade a bem de todos.
(4) Há arestas a limar e desconfiança a vencer.

c. Da carta de 21NOV71

(1) Acelerar as coisas através de um encontro de homens qualificados.
(2) É necessário que a cooperação entre em novos rumos.

d. Da carta de 06DEZ71

(1) A situação está cada vez mais para o diálogo.
(2) Congresso dos chefes da UNITA (11DEZ).
(3) A reacção dos mais indicados não será de forma alguma totalmente negativa.

e. Da carta de 12DEZ71

(1) As decisões do Congresso serão postas em prática logo que saiba a posição final (de acordo).
(2) Compromisso que ninguém ao certo sabia definir os porquês.
(3) Preocupação com a abertura da estrada CANGUMBE - CANGAMBA.

f. Da carta de 07JAN72 - "A QUEM DE DIREITO"

(1) É preciso somar todas as boas vontades.
(2) É preciso retomar certas discussões.
(3) Da parte dele só há boa vontade de se chegar a soluções satisfatórias.
(4) Confrontação com os nossos inimigos afins.
(5) A UNITA colocará no sector (da UPA) mais forças.
(6) Foi fácil recuperar pessoas aprisionadas pelo MPLA.
(7) Não precisam de qualquer apoio para colocar a UPA no seu lugar.
(8) Acções do CHILONGOI contra o MPLA.
(9) Considera a RM nº 2 mais ou menos como estável.

.../.../...

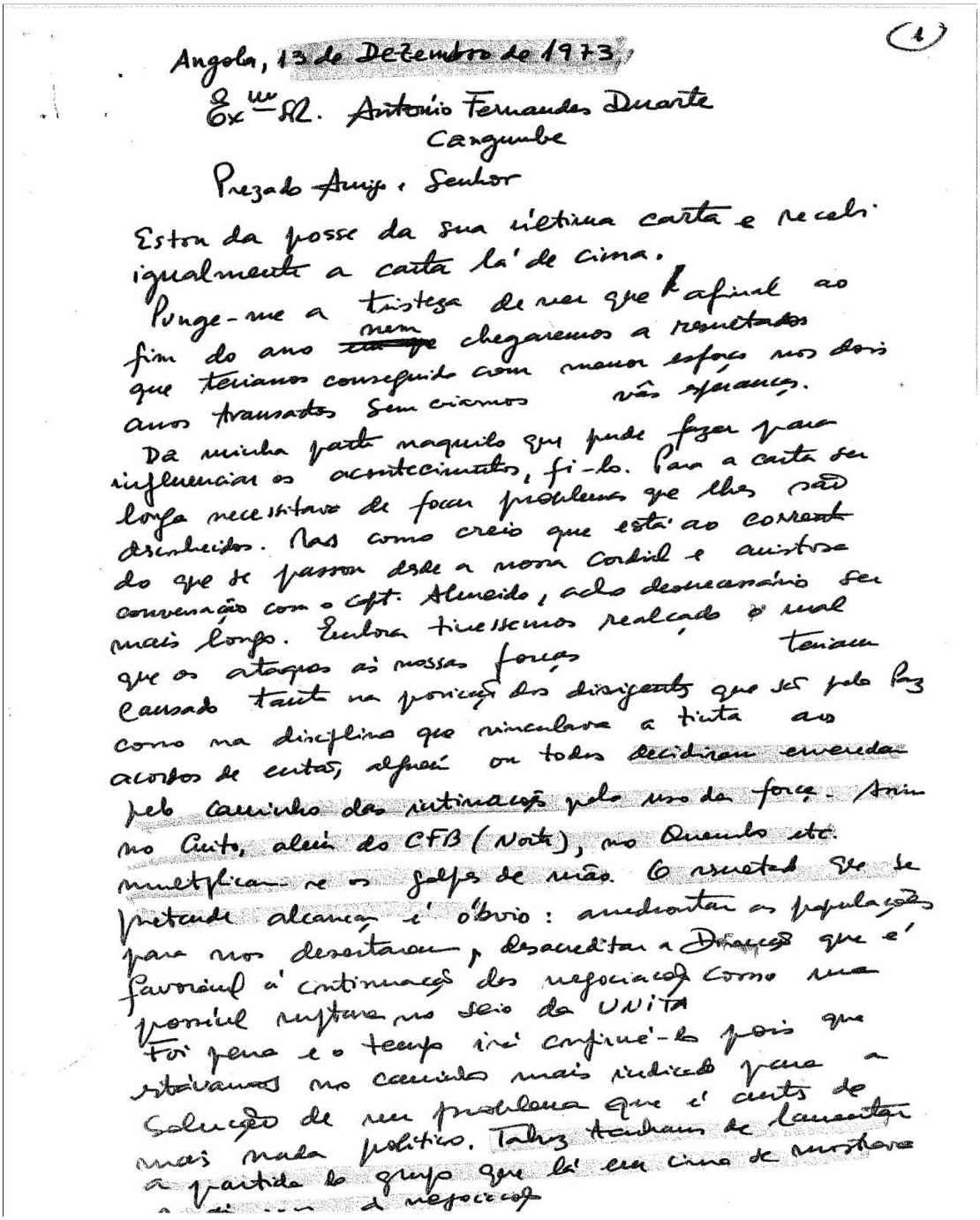
MUITO SECRETO

(10) Considera a área da RM nº 1 ameaçada.
(11) Preocupação do segredo. (Evitar outros correspondentes, além dos madeireiros).
(12) Acordo mínimo. Não se chega a um acordo global sem que se tenham conseguido acordos parciais mínimos.
(13) Se há de facto boa vontade começa-se por fazer pequenas experiências.
(14) Incapacidade de evitar apresentações no Posto.
(15) Está pronto desta vez a mostrar a sua vontade de ir até onde se pode ir.
(16) Não pode deixar a Pop à mercê do MPLA.
(17) Não confia que as NF limpem os intrusos (MPLA).
(18) A guerrilha só se desloca por meio de uma guerrilha e nunca por uma força regular.
(19) A ideia do SAVIMBI parece ser a de, numa 1ª. fase combater a guerrilha.
(20) Terminada esta fase, uma vez liquidados problemas prementes ....., então iniciar-se-ia o Problema MAIOR do futuro de Angola nas suas etapas e das suas evoluções.
(21) Os ingleses e os franceses não resolveram os seus problemas sem a intervenção de terceiros?
(22) Segue a definição de guerra subversiva.
(23) Pôr-se em igualdade com os outros partidos.
(24) Não tinha outra alternativa há 4 anos.
(25) Angola terá de fazer apelo a todos os seus filhos.
(26) Nem nacionalistas, nem Portugal...
(27) Formar uma aliança séria
(28) Portugal estará sempre numa posição muito mais avantajosa que nenhum dos movimentos de libertação.
(29) Mas também terá de compôr com ALGUÉM.
(30) Quer veja ou não uma Angola independente.
(31) Quando precisarem dele como aliado em termos sinceros poderão encontrá-lo pronto a cooperar.
(32) Propaganda pelas Autoridades Nacionais do MPLA e negação da existência da UNITA.
(33) Meios limitadíssimos de que a UNITA dispõe actualmente.
(34) Preocupação em serem colocados fora do nacionalismo africano para poderem desempenhar qualquer papel actuante neste século.

MUITO SECRETO ...///...

Anexo XXVIII

CARTA DE JONAS SAVIMBI À ANTÓNIO DUARTE



Angola, 13 de Dezembro de 1973 (1)

Ex^mo Sr. António Fernandes Duarte
Cangumbe

Prezado Amigo e Senhor

Estou da posse da sua vietima carta e recebi igualmente a carta lá de cima.

Punge-me a tristeza de ver que afinal ao fim do ano nem chegaremos a resultados que teríamos conseguido com maior esforço nos dois anos transatos. Sem criarmos vãs esperanças.

Da minha parte naquilo que pude fazer para influenciar os acontecimentos, fi-lo. Para a carta ser longa necessitava de focar problemas que lhes são desconhecidos. Mas como creio que está ao corrente do que se passou desde a nossa cordial e amistosa conversação com o Capt. Almeida, acho desnecessário ser mais longo. Embora tivessemos realçado o mal que os ataques às nossas forças causado tanto na posição dos dirigentes que são pela Paz como na disciplina que vinculava a tinta aos acordos de cessar fogo, alguns ou todos decidiram enveredar pelo caminho das intimações pelo uso da força. Assim no Cuito, além do CFB (Norte), no Quembo etc. multiplicam-se os golpes de mão. O resultado que se pretende alcançar é óbvio: amedrontar as populações para nos desertarem, descreditar a Direcção que é favorável à continuação das negociações como uma possível ruptura no seio da UNITA.

Foi pena e o tempo irá confirmá-lo pois que estávamos no caminho mais indicado para a solução de um problema que é acima de mais nada político. Talvez tenham de lamentar a partida do grupo que lá era cima de mostrava a negociação

(2)

Os que lá estão juntamente são pela guerra. É
e' o que tenho feito. Recebi informações de fontes
fidedignas dignas de confiança que se preparava
uma acção de maior envergadura contra as
bases da UNITA no Lugué - Bunga. Por isso e
por ar. Com o que tenho visto estes dias não me
restam dúvidas que assim seja.
Se de futuro houver manifestação de boa vontade
pois que os caminhos da Paz são tortuosos lá'
onde houver a guerra. Por agora vou rever o
meu Manual de Guerrilha e vou-me pôr a mexer.
O Lugué - Bunga não é uma retaguarda das
Guerrilha nunca teve. Do Cuito ao Cassai e do
Cuanza à fronteira há ainda terreno para me
movimentar. Há pena tenho tido no passado menos
terreno. Se houver contacto e a resposta demorar
é' porque já não me encontro num lugar bem
perto. (....) Que tenha um feliz ovitol e de
hoje um futuro melhor.
Endereço enquanto o Carlos Oliveira.
Creia-me um amigo certo Saviombi

Anexo XXIX

INFORMAÇÃO SOBRE A CRISE INTERNA NO MPLA

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

M P L A

D E P U R A Ç Ã O E R E V I T A L I Z A Ç Ã O D O

M O V I M E N T O

Junho de 1973

Acontecimentos sérios têm abalado o nosso Movimento. Chegamos mesmo a mergulhar numa crise profunda. O movimento de reajustamento, ao definir uma linha de rumo e métodos correctos, deu o primeiro grande impulso à Organização, que, primeiro hesitante, depois em passos mais decididos, começou a sair da crise. Mas muita coisa estava por fazer: havia que limpar a Organização de todos os elementos contra-revolucionários.

A descoberta do complot provocou no seio do Movimento uma reacção salutar, que é mister aproveitar, aplicando prontamente medidas sérias e adequadas.

Esse conjunto de medidas deve visar todo o corpo do Movimento, no sentido de louvar e radicalizar os activos, reeducar e remobilizar os indecisos e os passivos, afastar e aniquilar os contra-revolucionários e os agentes.

A esta ultima acção, dirigida contra os inimigos existentes no nosso seio, dá-se o nome de <u>depuração</u>.

A depuração visa:

1) Os agentes da PIDE e doutras polícias infiltrados no nosso seio;
2) Os comploteurs e os suspeitos de complotar;
3) Os criminosos
4) Os lumpen
5) Os militantes preguiçosos, indisciplinados ou rebeldes, e mujimbeiros que se dizem "cansados".

<u>Agentes da PIDE e doutras polícias</u>. São membros da polícia secreta portuguesa (PIDE/DGS) ou de qualquer outra polícia estrangeira, ou ainda da Unita, que se infiltram nas nossas fileiras dizendo-se nacionalistas. Uma vez no nosso seio, fingem-se bons militantes durante algum tempo, para se ambientarem e serem promovidos a cargos de responsabilidade, e depois desencadeiam uma série de actividades subversivas, como o lançamento de mujimbus desmoralizantes e destrutivos, envio de informações ao inimigo, desvio de armas, organização de complots para assassinar os dirigentes e destruir o Movimento.

<u>Comploteurs ou conjuradores</u>. São constituídos por agentes da PIDE e recrutados entre os tribalistas, os contra-revolucio-

nários, os oportunistas e os ambiciosos. São a pior chusma duna Organização. Preparam acções subversivas violentas para a liquidação física dos patriotas e a destruição do Movimento.

Suspeitos de conplotar. São aqueles sobre quem recaem fortes suspeitas de estarem ligados às conjuras, mas que por falta de provas concludentes devem ser estreitamente vigiados.

Criminosos. São os bandidos que praticam assassinatos, por vezes por causas fortuitas, e chegam mesmo ao linchamento por razões tribais ou fetichistas. Criminosos são ainda os que desviam bens materiais ou financeiros do Movimento; especialmente perigosos são os que roubam armas, ou para vender em proveito próprio, ou para outros fins.

Lumpen. São os refugiados que se encontram nos nossos campos, que não querem trabalhar nem participar na vida política, nem sequer nas formaturas. Vivem de expedientes, de roubos, da caça individual, da fabricação de kachipembe e doutras bebidas alcoólicas.

Simuladores. São os preguiçosos que vivem nos nossos campos, exigem barulhentamente bens do Movimento, não trabalham pretextando doenças imaginárias, e tal como os lumpen, fabricam mujimbus desmoralizantes e destrutivos.

Para cada um destes tipos de indivíduos há que aplicar medidas apropriadas. Assim, os agentes e os comploteurs têm de ser liquidados, os suspeitos de conjurar têm de ser rigorosamenfe vigiados, os criminosos (sobretudo os ladrões de armas) devem ser severamente castigados, os preguiçosos e mujimbeiros devem ser expulsos, os lumpen devem ser evacuados para os campos de refugiados.

A nossa Segurança que já revelou a sua capacidade ao descobrir o complot, deve ser ainda mais activa e eficaz, para detectar e aniquilar no ovo todas as futuras conjuras contra-revolucionárias e todas as acções de sabotagem em geral.

É preciso que cada militante compreenda que a segurança é assunto de todos, que o militante deve ser vigilante, que a vigilância revolucionária é dever sagrado de todos. Só assim poderemos ter, de facto, uma Segurança a funcionar com perfeição.

Para substituir a Lei da Disciplina do Combatente, actualmente em vigor, o MPLA esforçar-se-á por elaborar um Código

penal.

Para além da depuração há a revitalização que abrange, por um lado, a mobilização dos passivos, e por outro lado, a radicalização dos activos.

Sobretudo pelo que diz respeito aos indecisos e aos passivos há que compreender que a sua dinamização se não pode circunscrever a medidas administrativas. Há que ir muito mais longe, penetrar no domínio da ideologia e da política, criticando severamente o liberalismo e a passividade, explicando a orientação e as directivas do Movimento, persuadindo. Não perder de vista os intelectuais que não conseguem compreender o seu papel na Revolução, perdendo-se em especulações estéreis e destrutivas, sem produzir, ou produzindo mìnimamente para a luta.

Nos textos consagrados à superação da crise, à organização e à dinamização dos quadros, especifica-se mais concretamente as medidas a tomar em relação aos passivos e aos activos.

Acrescente-se, porém, que devemos aumentar a moralidade interna do Movimento, combatendo os erros, vícios e taras, como o alcoolismo, o nuatismo, o tribalismo, o racismo, o carreirismo, etc.

Aumentemos dia a dia a vigilância para detectarmos os agentes da PIDE, os confusionistas, os oportunistas e todos os que se desviam da linha do Movimento!

Critiquemos a passividade e o liberalismo!

Elevemos o nível político e ideológico do Movimento!

Organizemos em moldes novos e eficazmente os militantes e o povo!

A VITÓRIA É CERTA!

Este texto, como os outros consagrados à análise da situação actual e à formação, politização e superação de quadros, foi elaborado em reunião conjunta do camarada Presidente com a CPR-FL e o Estado-Maior da Frente Leste.

Portanto deve ser minuciosamente estudado por todos os militantes, por todos os organismos e em todos os locais do Movimento, a fim de ser posto em execução com dinamismo e perseverança.

A VITÓRIA É CERTA!